

PRISCILA MUSQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA

O REPRESENTANTE DAS *CLASSES PRODUTORAS*:  
ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA (1930-1951)

Juiz de Fora  
2017

PRISCILA MUSQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA

O REPRESENTANTE DAS CLASSES PRODUTORAS:  
ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA (1930-1951)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

Coorientadora: Rita Maria Cristovam Cipriano Almeida de Carvalho

Juiz de Fora  
2017

Espaço destinado à ficha catalográfica

O REPRESENTANTE DAS CLASSES PRODUTORAS:  
ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA (1930-1951)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Juiz de Fora,

Banca Examinadora

*Para os amores maiores de minha vida,  
Pedro Mayworm e Alexandre Luís.*

## **Agradecimentos**

Ao longo de quatro anos desenvolvendo esta pesquisa, foram muitas as pessoas que de diferentes maneiras contribuíram para a realização da tese, o que torna o momento de redigir esta seção de agradecimentos, além de prazeroso, extremamente emocionante.

Ao meu orientador, doutor Ignacio Delgado, pelo incentivo quanto ao desenvolvimento do tema da pesquisa e pelo apoio ao longo de todas as etapas da realização deste trabalho. Por ensinamentos que não se limitam ao campo acadêmico, que fizeram de mim uma pessoa mais consciente política e socialmente. Meu querido e eterno mestre, agradeço imensamente.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial, à doutora Valéria Lôbo, por todos os seus atenciosos apontamentos feitos ao longo dos exames de qualificação e de defesa, que foram fundamentais para a conclusão da pesquisa. À doutora Cláudia Viscardi, pelo apoio acadêmico e pessoal dado tanto no Brasil quanto ao longo do estágio de doutoramento em Portugal. Às professoras doutoras Carla Almeida e Mônica Oliveira sou grata pelas indicações bibliográficas fornecidas ao longo de suas aulas.

À bibliotecária Roberta Alves, por sua gentileza e apoio ao longo da consulta ao arquivo da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), aos funcionários Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), da Biblioteca Nacional do Brasil e da Biblioteca Irmão José Otão (PUCRS) o meu muito obrigada.

A doutora Maria Antonieta Leopoldi, pelos apontamentos fornecidos ao longo do exame de qualificação. Ao doutor Leandro Gonçalves, pelo apoio em tantas ocasiões, por inúmeras indicações bibliográficas, pelo incentivo quanto ao desenvolvimento de vários projetos, por seus valiosos conselhos quanto as diretrizes de minha vida acadêmica. Ao doutor Wagner Pralon Mancuso, pela forma atenciosa com a qual analisou o trabalho e aceitou participar da banca de defesa. Ao doutor Vinícius Liebel, por sugestões quanto a campos de investigação e ao incentivo constante em perseverar neste campo profissional. Ao colega doutorando Rafael Saraiva Lapuente, pela pronta disponibilização de alguns livros que compõem a bibliografia deste trabalho sempre que pedi o seu auxílio. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à Capes e novamente ao Programa de Pós-Graduação em História a oportunidade de ampliar meu campo de pesquisa com uma bolsa de seis meses de estágio junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pude contar com o acolhimento e o acompanhamento atencioso de minha coorientadora, Rita Almeida de Carvalho, que estimulou a inserção de novas abordagens quanto a análise da atuação política do empresariado e a análise mais atenciosa das relações luso-brasileiras no contexto trabalhado. Também sou

grata a forma como minha pesquisa foi acolhida pelo Grupo de Investigação *Poder, Sociedade e Globalização* e aos apontamentos que recebi dos doutores António Costa Pinto, Dulce Freire e Paulo Lains. Aos doutorandos com quem convivi na sala de estudos e nos corredores do ICS-UL, em especial, à Débora Terra e Federica Toldo, sou grata pela companhia e também pelo acolhimento. Sou grata ainda aos colegas investigadores Luís Aguiar Santos e Paula Borges, pela disponibilidade e orientações ao longo da investigação realizada em Lisboa.

À Fatima Garruto, da Associação Comercial de Lisboa, às equipes da Biblioteca Nacional de Portugal, Torre do Tombo, Hemeroteca de Lisboa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o meu muito obrigada pela assistência e colaboração. Ainda ao longo dos seis meses vividos em Lisboa, à Marcia Palma, pelo acolhimento e por todo o suporte dado à minha família e a toda a equipe da Escola Básica Frei Luís de Sousa, que acolheu e alfabetizou meu pequeno Pedro Mayworm, meus carinhosos agradecimentos.

Aos colegas que compartilharam comigo as dores e as delícias do doutoramento, meus companheiros de jornada José Leandro Peters, Fabiana Almeida, Iverson Silva, Antônio Gasparetto, Camila e Vitor Figueiredo, que tenhamos êxito nos caminhos que trilharmos daqui por diante. À Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, pela licença de um ano concedida, sou grata. Às diretoras do Colégio Estadual Princesa Isabel, Cristiane Nery e Neli Tesch, aos professores Natália Arruda, Pedro Penna, Maria de Fátima Pinto, Marileni Pereira, Fábio Marturelli, Suelena Mahler, às colegas Cida Alves e Solange Botelho, sou grata pelo incentivo e apoio nessa difícil empreitada de conciliar a pós-graduação com a atividade docente.

Aos meus pais, Aparecida e Zé, obrigada por todo o tipo de suporte que me deram, pelo amor infinito e pela paciência de acolher as reclamações quanto as incertezas da profissão e muitas vezes os prantos de uma velha filha já na casa de seus 30 anos. A minha sogra, Cristina Mayworm, que me ajudou cuidando do Pedro ao longo de minhas pesquisas em arquivos e viagens a congressos Brasil à fora. Ao meu sogro Cláudio e ao cunhado Adriano Luís pelas vezes que se dispuseram a ser motoristas no traslado para a rodoviária de Petrópolis. À Vanessa Alcântara, pelo carinho e ajuda em questões no campo da informática. Obrigada.

Por fim, à parte que mais me toca, aos meus amores. Alexandre Luís, meu marido amigo e companheiro, por sua dedicação que beira a devoção, por seus sacrifícios pessoais, espero um dia ser capaz de agradecer à altura. Pedro Mayworm, meu pequeno, paciente e amoroso filho, que ainda tenhamos muitos dias para jogar juntos o Playstation e editar seus vídeos para o *Youtube*. A Deus, que se fez presente em todas as formas de amor, amizade e solidariedade experimentadas ao longo dessa jornada. Muito, muito obrigada.

*Para a construção de uma nova identidade nacional, é preciso conhecer como a nação e seus atores se pensaram em conjunturas anteriores<sup>1</sup>*

*Maria Antonieta Leopoldi.*

*O homem de negócios veio conquistando a sociedade, pouco a pouco, até atingir a preeminência da hora atual. Compete-lhe abrir, em nosso meio, as estradas reais que o levarão aos seus destinos, ligados ao próprio destino do Brasil<sup>2</sup>*

*João Daudt d'Oliveira*

---

<sup>1</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 21.

<sup>2</sup> AS CLASSES conservadoras lançam as bases de um grande partido econômico nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1932. p. 1.



## RESUMO

Esta tese analisa aspectos da atuação do empresariado brasileiro entre 1930 e 1951 em busca de um diálogo comum entre os setores industrial e comercial e os esforços para o atendimento de suas demandas e criação de canais de interferência junto ao governo, por meio da análise da trajetória do empresário João Daudt d'Oliveira.

Nesse sentido, o empresário do setor farmacêutico possui ampla trajetória como representante do empresariado. Amigo íntimo e colega de faculdade de Getúlio Vargas, ingressou na direção da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) em 1930 e dois anos depois, foi um dos fundadores do Partido Economista do Brasil, agremiação política que tinha como objetivo a formulação de uma plataforma comum aos interesses das chamadas classes produtoras. Na década de 1940, ocupou o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Fiscal do Banco do Brasil. Presidiu, em 1944, a seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP), e participou de forma expressiva da Internacional Business Conferece, em Rye, nos Estados Unidos (1944), representando os países em desenvolvimento, defendendo a tese da função social do capital, em que a empresa privada é apresentada como possível instrumento de paz social.

Articulou de forma expressiva a organização do primeiro Congresso Brasileiro de Economia (1943) e as Conferências das Classes Produtoras de Teresópolis (1945) e Araxá (1949). Foi ainda um dos idealizadores da Carta da Paz Social, juntamente com Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. O documento sistematizava uma série de formulações no sentido da atuação do empresariado em projetos de bem-estar social via iniciativa privada, que culminaram na criação dos serviços sociais da indústria e do comércio (SESI e Sesc, respectivamente).

Considerando os elementos que lhe conferiram legitimidade para ser reconhecido como porta-voz das classes produtoras em diferentes momentos e por meio da análise de sua trajetória, de sua inserção em diferentes redes, que incluíam desde de grupos políticos, empresários e intelectuais, foi possível identificar estratégias de atuação do empresariado brasileiro no sentido de obter a representação de seus interesses. Tais estratégias incluíram desde a atuação política – via partido político – como a participação em canais estratégicos de acesso ao governo no período analisado.

## ABSTRACT

This thesis analyzes aspects of the performance of Brazilian business leaders between 1930 and 1951 in search of a common dialogue between the industrial and commercial sectors and the efforts to meet their demands and create channels of interference with the government through analysis of the trajectory of João Daudt d'Oliveira.

Daudt had a pharmaceutical laboratory and developed a long career as a representative of the business community. He was friends with Getúlio Vargas. They were colleagues at the Faculty of Law of Porto Alegre. He was elected director of the Commercial Association of Rio de Janeiro (ACRJ) in 1930 and two years later, he was one of the founders of the Brazilian Economist Party, a political association whose objective was to formulate a platform common to the interests of the "producing classes". In the 1940s, Daudt was invited to be a member of the National Labor Council (CNT), as well as other councils - the National Petroleum Council and the Fiscal Council of Banco do Brasil. He organized and coordinated the Brazilian section of the Inter-American Trade and Production Council (CICYP) in 1944, and participated expressively at the International Business Conference in Rye, United States (1944), representing developing countries, advocating thesis of the social function of capital, in which private enterprise is presented as a possible instrument of social peace.

Daudt was one of the most active organizers of the first Brazilian Congress of Economics (1943) and the Conferences of the Producing Classes of Teresópolis (1945) and Araxá (1949). He was also one of the founders of the "Carta da Paz Social", along with Roberto Simonsen, president of the Federation of Industries of São Paulo. The document systematized a series of formulations for entrepreneurship in social welfare projects through private initiative, which culminated in the creation of social services of the industry and commerce (SESI and Sesc, respectively).

Considering the elements that gave it the legitimacy to be recognized as spokesperson for the producing classes at different times and through the analysis of its trajectory, its insertion in different networks, which included from political groups, entrepreneurs and intellectuals, it was possible to identify strategies of the Brazilian business community in order to obtain representation of their interests. These strategies included political participation - via political party - such as participation in strategic channels of access to government in the period analyzed.

## Lista de ilustrações

<b>Figura 1:</b> Anúncio da Pomada Boro-Borácica.....	46
<b>Figura 2:</b> Contrato publicitário firmado entre o Laboratório Daudt e os jornais de Chateaubriand.....	58
<b>Figura 3:</b> Stella Gasparoni em viagem para a Europa.....	60
<b>Figura 4:</b> Stella Gasparoni com sua mãe em Paris.....	60
<b>Figura 5:</b> Análise dos círculos familiares dos Daudt.....	62
<b>Figura 6:</b> <i>Fon fon</i> noticia benfeitorias de Jango.....	63
<b>Figura 7:</b> Daudt, Tetéia e Neves da Fontoura sendo entrevistados por um repórter dos Diários Associados.....	117
<b>Figura 8:</b> Diretoria da ACRJ em visita a Vargas (1940).....	136
<b>Figura 9:</b> Anúncio do xarope Bromil na Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1943.....	182
<b>Figura 10:</b> Anúncio do tônico A Saúde da Mulher n’ <i>O Jornal</i> – 1942.....	182
<b>Figura 11:</b> Anúncio do tônico A Saúde da Mulher no <i>Correio Paulistano</i> – 1940.....	183
<b>Figura 12:</b> Desembarque de parte da delegação brasileira à conferência de Rye.....	233
<b>Figura 13:</b> Posse do ministro Daniel de Carvalho.....	279
<b>Figura 14:</b> Campanha da ACRJ pelo aumento de seu quadro social.....	281
<b>Figura 15:</b> Milton Campos e Daudt durante visita do empresário às regiões atingidas pela enchente de 1949.....	299
<b>Figura 16:</b> Temário da Conferência de Araxá.....	308
<b>Figura 17:</b> Cardeal Jaime Câmara, Milton Campos e João Daudt d’Oliveira na abertura da Conferencia de Araxá.....	309

## Lista de quadros

<b>Quadro 1:</b> Número de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1920-1969).....	32
<b>Quadro 2:</b> Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1920-1929).....	33
<b>Quadro 3:</b> Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1930-1939).....	33
<b>Quadro 4:</b> Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1940-1949).....	33
<b>Quadro 5:</b> Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1950-1959).....	34
<b>Quadro 6:</b> Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1960-1969).....	34
<b>Quadro 7:</b> Familiares de Daudt d’Oliveira.....	61
<b>Quadro 8:</b> Quadro comparativo: PEB. UIEs.....	95
<b>Quadro 9:</b> Composição da Comissão Organizadora do Partido Economista do Brasil.....	104
<b>Quadro 10:</b> Diretoria da ACRJ eleita em 1938.....	134
<b>Quadro 11:</b> Diretoria da ACRJ eleita em 1940.....	135
<b>Quadro 12:</b> Importação brasileira originadas da Alemanha, EUA e Grã-Bretanha (%).....	139
<b>Quadro 13:</b> Vice-presidentes da ACRJ (1943-1945).....	169
<b>Quadro 14:</b> Conselho Diretor da ACRJ (1943-1945).....	170
<b>Quadro 15:</b> Comissão Fiscal da ACRJ (1943-1945).....	171
<b>Quadro 16:</b> Comissões Permanentes da ACRJ.....	186
<b>Quadro 17:</b> CBE: comissões, pautas e membros responsáveis.....	196
<b>Quadro 18:</b> CBE: Representações por setor.....	204
<b>Quadro 19:</b> Composição do CNPIC.....	219
<b>Quadro 20:</b> Membros da Comissão de Planejamento Econômico.....	222
<b>Quadro 21:</b> Delegação brasileira à conferência de Rye -NY (1944).....	233
<b>Quadro 22:</b> A lista quántupla de possíveis candidatos à Presidência da República pelo PCB – novembro de 1945.....	257
<b>Quadro 23 -</b> Diretoria eleita para a gestão 1945-1947 da ACRJ.....	260
<b>Quadro 24:</b> Conselho Diretor da CNC.....	264
<b>Quadro 25:</b> Diretoria da Cia Nacional de Gás Esso.....	285
<b>Quadro 26:</b> Diretoria Eleita ACRJ (1947-1949).....	301
<b>Quadro 27:</b> Diretoria Eleita ACRJ (1949-1951).....	312

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO E EMPREENHADORIAL DA FAMÍLIA DAUDT: DE SANTA MARIA AO RIO DE JANEIRO (1890-1930)</b> .....	38
1.1: Família Daudt e o Partido Liberal em Santa Maria (1886-1890).....	39
1.2: O Laboratório Daudt e o Partido Republicano Rio-Grandense.....	43
1.3: João Daudt d'Oliveira e a <i>Geração de 1907</i> .....	49
1.4: Inserção da família Daudt na elite carioca.....	56
1.5: Os irmãos Daudt d'Oliveira e a Aliança Liberal.....	63
<b>CAPÍTULO 2: A REPRESENTAÇÃO DO EMPRESARIADO: A ACRJ E O PARTIDO ECONOMISTA DO BRASIL (1930-1937)</b> .....	74
2.1: Depois da <i>Revolução</i> : o cenário político e econômico do Brasil.....	75
2.2: A representação do empresariado via associações e sindicatos: o ingresso de Daudt na diretoria da ACRJ.....	78
2.3: O turbulento regresso a ordem constitucional e a ruptura entre Daudt e Vargas.....	86
2.4: A formação do Partido Economista do Brasil.....	90
2.5: A representação profissional, o Partido Economista Brasileiro e a Constituinte de 1934.....	109
2.6: As articulações em torno da <i>pacificação política</i> e o desfecho do período constitucional.....	118
<b>CAPÍTULO 3: DA DISSOLUÇÃO DO PARTIDO ECONOMISTA À PRESIDÊNCIA DA ACRJ: A AÇÃO E O PENSAMENTO DE JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA NO ESTADO NOVO (1937-1942)</b> .....	123
3.1: Autoritarismo, corporativismo e nacionalismo: o empresariado e as novas configurações políticas trazidas pelo Estado Novo.....	125
3.2: O empresariado do comércio e o Estado Novo: apoio e reconhecimento mútuo... 132	
3.3: A economia brasileira entre Alemanha e Estados Unidos.....	139
3.4: O Estado Novo Brasileiro no contexto internacional: iberismo e americanismo na dinâmica de interesses, alianças e expectativas.....	142
3.5: Daudt, good fellow – aproximação com os Estados Unidos e amizade com Nelson Rockefeller.....	150
3.6: A presidência da ACRJ e o apoio irrestrito ao <i>americanismo</i> e ao Estado Novo... 166	
<b>CAPÍTULO 4: O ECONOMISTA DO ESTADO NOVO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E A BUSCA DE CONSENSO ENTRE AS CLASSES PRODUTORAS (1943-1946)</b> .....	177
4.1: Os <i>negócios</i> de João Daudt d'Oliveira.....	179
4.2: O Instituto de Economia e a Universidade do Comércio.....	185
4.3: O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia.....	191
4.4: Empresariado, trabalhadores e Estado Novo: as reformulações <i>autobiográficas</i> de Daudt.....	207
4.5: Os conflitos dentro do empresariado: a <i>controvérsia</i> Simonsen x Gudin.....	218
4.6: <i>O destino de dois povos</i> no pós-guerra: a participação de Daudt na conferência internacional de Rye e a crença na cooperação estadunidense no pós-guerra.....	227
4.7: A Primeira Conferência das <i>Classes Produtoras</i> .....	236
4.8: O <i>economista do Estado Novo</i> em tempos de redemocratização.....	248
4.9: Manutenção da legitimidade em tempos de transição e a Carta da Paz Social... 259	
<b>CAPÍTULO 5: DO APOGEU À QUEDA: A ATUAÇÃO DE DAUDT NO GOVERNO DUTRA (1946-1951)</b> .....	270

5.1: A representatividade de Daudt em tempos democráticos: o primeiro ano do governo Dutra.....	271
5.2: O Brasil de fora do Plano Marshall e a desilusão com o <i>irmão do Norte</i> .....	282
5.3: A função social do capital: Senac, Sesc e as relações entre comerciários e comerciantes.....	293
5.4: O Memorial das Classes Produtoras e a II Conclap.....	300
5.5: O empresário <i>varguista</i> ? O fim da trajetória de Daudt como líder do empresariado do comércio.....	313
<b>CONCLUSÃO</b> .....	333
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	339

## INTRODUÇÃO

O empresariado no Brasil é um ator *forte* ou *fraco*? Trata-se de uma questão que permeia as análises a respeito da atuação política do empresariado brasileiro desde a década de 1950 e que até hoje encontra-se em aberto<sup>3</sup>. Sobre esta questão, são diversas as linhas de interpretação, apresentadas por Wagner Pralon Mancuso em obra publicada no ano de 2007. Em um primeiro momento, considerou-se que o empresariado, nomeadamente o industrial, por meio de uma aliança com trabalhadores, foi capaz de articular oposição aos latifundiários - no campo interno, e aos imperialistas - no campo externo<sup>4</sup>. Posteriormente, entre os anos de 1960 e 1970, destacou-se uma linha de investigação que tinha como argumento principal a interpretação de que o empresariado industrial era então incapaz de exercer liderança por uma série de fatores: por ser um grupo fraco, por não escolher os trabalhadores como parceiros preferenciais, por não se opor ao latifúndio; por não ser nem nacionalista nem anti-imperialista, por limitar-se ao papel de sócio menor da aliança tríplice com o Estado e o capital internacional<sup>5</sup>. Entre a metade da década de 1970 e o ano de 1995, uma terceira linha destacou-se. Caracterizava-se por três eixos de interpretação: 1) Ruptura do grande empresariado com o bloco que tomou o poder em 1964; 2) Papel político intenso da burguesia industrial brasileira ao longo das fases do processo de industrialização nos contextos autoritários do Estado Novo e Ditadura Militar; 3) Atuação unificada de êxito do empresariado na deposição de João Goulart (1964) e no processo de formação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Sociologia Política*. Curitiba n., 28, jun. 2007.

<sup>4</sup> MATTOS, Hélio Jaguaribe Gomes de. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Fiesp/Ciesp Serv. de Publicações, 1956; SODRÉ, Nelson Werneck. O problema da burguesia. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. Cf: MANCUSO, Wagner Pralon, op. cit., p. 132-133.

<sup>5</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971; FURTADO, Celso. *Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico do Brasil*. Revista Civilização Brasileira, v.1, n.1, 1965; PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966; MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento* (introdução à crise brasileira). Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974; FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Cf: MANCUSO, Wagner Pralon, op. cit., p. 132-133.

<sup>6</sup> CRUZ, Sebastião Velasco. *Empresários e o regime no Brasil: a campanha contra a estatização*. Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política/Universidade de São Paulo, 1984; PAYNE, Leigh. *Brazilian Industrialist and Democratic Change*, Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1994; DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato. *Empresariado nacional e estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, Coleção Brasil - Análise & Crítica, 1978; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil (1930-1961)*. Ph.D. Thesis. Oxford : University of Oxford, 1984. DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. O jogo da direita na Nova República. Petrópolis: Vozes, 1989.

Ainda de acordo com a análise de Mancuso, duas linhas mais recentes de interpretação caracterizam os debates da atuação mais contemporânea do empresariado. A partir do ano de 1995, destacou-se a interpretação de que o empresariado do Brasil não é capaz de empreender ação coletiva e esta é a razão de sua fraqueza política. Essa incapacidade de ação coletiva deve-se, principalmente, ao sistema corporativista de representação de interesses<sup>7</sup>. A partir dos anos 2000, uma segunda linha vem apontando o empenho do empresariado no processo de organização e mobilização ao longo da década de 1990. A ação desdobrou-se tanto no plano doméstico (campanha pela redução do custo Brasil) quanto no plano internacional (a exemplo da criação da Coalização Empresarial Brasileira)<sup>8</sup>.

Ao analisar o levantamento feito por Mancuso, é possível observar a preponderância do enfoque dado ao empresariado do setor industrial e a análises com um enfoque mais amplo, analisando as instituições. Levando em conta o histórico das linhas de investigação sobre o tema, este trabalho propõe-se a promover uma abordagem alternativa – a análise da trajetória de um representante do empresário do setor do comércio, que pautou sua trajetória de liderança do empresariado sustentando propostas de ação política e coletiva das *classes produtoras* – englobando, em plataformas comuns os interesses do comércio, da indústria e também a agricultura. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória de João Daudt d’Oliveira, representante do setor do comércio em múltiplas arenas – desde a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) ao Conselho Nacional do Comércio (CNC). Fez parte ainda da direção de outras organizações, como a Federação das Associações Comerciais do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Conselho Nacional do Petróleo.

A pesquisa parte de uma questão inicial: como o Daudt conseguiu unificar os interesses do empresariado do setor comercial e industrial e articular a criação de políticas de bem-estar social partindo da iniciativa privada – nomeadamente o SESC e o SESI, cujas sementes encontram-se na *Carta da Paz Social*, de 1946.

---

<sup>7</sup> SCHNEIDER, Ben Ross. *Business Politics and the state in 20th Century Latin América*. New York: Cambridge. University Press, 2004; WEYLAND, Kurt . The Fragmentation of the business in Brazil. In: DURAND. Francisco. SILVA, Eduardo. *Organized Business, Economic Change and Democracy in Latin America*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1998; POWER, Timothy. DOCTOR, Mahrukh. *The resilience of corporatism: continuity and change Brazilian Corporatist Structures* (Documento de trabalho do centro de estudos brasileiros da Universidade de Oxford), 2002.

<sup>8</sup> DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato. Olha o empresariado aí, minha gente. In: *Revista Insight*, abr -jun: 2002; OLIVEIRA Amâncio Jorge. *O papel da coalização empresarial brasileira e as negociações da ALCA*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003; MANCUSO. Wagner Pralon. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. Dados [online]. 2004, vol.47, n.3, pp.505-547. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000300003>.



O interesse pelo tema surgiu em meados de 2011, ao longo do desenvolvimento da dissertação de mestrado, em que analisei a trajetória política do engenheiro Yêddo Daudt Fiúza, candidato à Presidência da República pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1945. Enquanto procurava compreender porque aquele homem, tão ligado a Getúlio Vargas foi escolhido pelo PCB, embora sem nenhum tipo de conexão prévia ao partido, enquanto analisava as redes nas quais Fiúza se inseriu ao longo de sua trajetória política, o nome de seu primo, João Daudt d'Oliveira mostrou-se muito expressivo e fascinante. Tanto para mim, que tive ali meu primeiro contato com sua trajetória, quanto para meu orientador Ignacio Godinho Delgado, que já conhecida de longa data muitos dos passos de Daudt, e que logo mencionou o quão expressiva foi a sua atuação enquanto representante do empresariado. Nascia ali, com todo o seu incentivo, a ideia de lançar-me no estudo de sua trajetória, no campo da representação daquilo que o próprio Daudt definia como *classes produtoras* – incorporando indústria, agricultura e comércio.

Embora seja um nome recorrente quando se analisa os representantes do empresariado do período, e que muito já se tenha escrito sobre alguns grupos e instituições dos quais participou, há poucas publicações específicas acerca de sua atuação. A exceção da biografia publicada em 2015 e escrita por seu bisneto Rodrigo Daudt<sup>9</sup>, o que se tem são fartas referências de sua atuação em obras que não tem como objetivo principal a análise de sua trajetória.

Esta tese divide-se em cinco capítulos: no primeiro, a análise concentra-se nas redes familiares e acadêmicas de João Daudt, com o objetivo de compreender a origem dos elementos que forneceram o *capital econômico* e o *capital político* ao empresário, e que, mais tarde, conferiram a ele a legitimidade para atuar como representante do empresariado. A análise aborda a criação de sua empresa familiar – o Laboratório Daudt, e os vínculos estabelecido pela família com membros das elites gaúcha e carioca, bem como a inserção de Daudt junto à *Geração de 1907*<sup>10</sup> e ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao longo dos anos de aluno da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Nesse período, tornou-se amigo dos então acadêmicos Getúlio Vargas, Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura, nomes de expressão na política nacional dos anos 1930 e 1940.

---

<sup>9</sup> DAUDT, Rodrigo. João Daudt d'Oliveira. *Um homem à frente de seu tempo*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015.

<sup>10</sup> Grupo formado por bacharéis da Faculdade de Direito de Porto Alegre (Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor), cuja maioria concluiria o curso naquele ano, e que compunha a segunda geração do Partido Republicano Rio-Grandense. A denominação é de Joseph Love e será melhor discutida neste trabalho ao longo do primeiro capítulo. Cf: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

O capítulo 2 concentra-se em investigar o início da trajetória de Daudt como representante do empresariado. Nesse sentido, destaca-se a via política como caminho desta representação. Daudt foi um dos articuladores da Aliança Liberal e engajou-se na *Revolução de 1930*. Ao longo dos primeiros sete anos de governo Vargas, ingressou nos quadros de direção da ACRJ e criou com Serafim Valandro, seu conterrâneo e então presidente da entidade, o Partido Economista do Brasil, que surgiu com a proposta de representar os interesses do empresariado e atuou no período constitucional de 1933 a 1937. Neste capítulo, os esforços concentraram-se não só na análise da atuação do partido, mas também em seu discurso e em como as experiências anteriores de construção de uma plataforma política de ação conjunta do empresariado de setores do comércio, da indústria e da agricultura influenciaram o programa do Partido Economista do Brasil. Neste sentido, a análise recai especialmente nas experiências francesa (l'Union des Intérêts Economiques pour la liberté du commerce et de l'industrie, la défense de l'initiative privée et contre l'extension des monopoles d'Etat), de 1909, e portuguesa (União dos Interesses Económicos), criada em 1924. Esta análise comparativa se trata de um esboço quanto ao tema da representação do empresariado via partido político. Não se pretendeu esgotar a temática, até porque é necessário um esforço mais amplo, incluindo um mapeamento de outras experiências registradas em outros países, o que extrapolaria a proposta da tese e que por ora, constitui apenas um projeto para o futuro.

No capítulo 3, destaca-se a consolidação da colaboração irrestrita de Daudt com o Estado Novo, bem como sua aproximação com lideranças empresariais norte-americanas, especialmente com Nelson Rockefeller. Nesse período, que vai de 1937 a 1942, é possível observar como João Daudt torna-se um ferrenho defensor da Doutrina Monroe no Brasil. Seu prestígio entre o empresariado do setor comercial atinge proporções expressivas, e ele é eleito presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Além disso, ocupa múltiplos canais de interferência junto ao Estado, como o Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Consultivo da Coordenação Econômica. Em outubro de 1941, passa a integrar, a convite do governo, a comissão responsável pela reorganização do Departamento Nacional de Indústria e Comércio. Daudt faz uso desses canais com frequência para atuar na representação dos interesses dos empresários, como é possível acompanhar por meio da documentação analisada – em especial, os jornais e as atas de reunião de diretoria da ACRJ.

O quarto capítulo analisa os esforços empreendidos por Daudt em construir espaços de diálogo conjunto com o empresariado brasileiro. Destacam-se como exemplos o Primeiro Congresso de Economia (1943) e o Primeiro Congresso das Classes Produtoras (1945), que

contam com atuação ativa de Daudt nos processos de organização e mobilização do empresariado. Nesse período, em que se destaca como porta voz, não só do setor do comércio, mas do empresariado nacional, as *classes produtoras* se envolvem em um acalorado debate acerca dos rumos econômicos do país a serem tomados no contexto democrático. Parte do empresariado, especialmente o industrial, apoiou as teses industrial-desenvolvimentistas defendidas por Roberto Simonsen e outra parte simpatizou com o entendimento liberal-mercadista de Eugenio Gudin. Tratava-se de um período de conflitos com o Estado Novo, evidenciados a partir da discussão sobre a taxação sob os chamados *lucros extraordinários* no contexto da Segunda Guerra Mundial e atingindo o limite com a lei antitruste decretada de 1945 (Lei Malaia), em que, a despeito de sua amizade com Vargas, Daudt acaba por se posicionar contrário a seu governo.

No quinto e último capítulo, foi analisado o ponto máximo da trajetória de Daudt como representante do empresariado, obtendo vitória nos sucessivos pleitos na ACRJ e sendo nomeado presidente do Conselho Nacional do Comércio (CNC). A controvérsia Simonsen x Gudin, longe de ter se esgotado em fins do Estado Novo, permeia as discussões e torna mais difícil uma atmosfera de relativo consenso, especialmente nos anos finais do governo Dutra. Daudt, aliado a vertente de Simonsen, embora continuasse sendo uma liderança de expressão na representação do empresariado, enfrentava dificuldades de acesso ao Estado, já que as *classes produtoras*, além de divididas entre si, não contam mais com a mesma fluidez de canais de diálogo junto ao governo que caracterizou os primeiros anos do Estado Novo. Neste contexto, o retorno de Vargas é visto como desconfiança entre o empresariado do comércio e pela primeira vez em quase dez anos de gestão, Daudt enfrenta rejeição dentro da Associação Comercial, em função de sua proximidade com Getúlio. Embora tenha se posicionado contrário ao regime *estadonovista* em seus meses finais e no começo do período democrático, logo restabeleceu boas relações com Vargas, especialmente no período em que se avizinhava a eleição que o reconduziu à Presidência. Assim, no pleito da ACRJ, organizado em 1951, Daudt, ao encarar um cenário de intensa oposição, desiste de encabeçar uma chapa, cedendo o protagonismo a França Filho, um de seus aliados na Associação. A chapa é derrotada e Daudt se afasta definitivamente da representação do empresariado, após vinte e um anos de atuação junto a diretoria da Associação Comercial.

### **Uma trajetória como proposta de análise**

Não é a proposta deste trabalho desenvolver uma biografia de João Daudt d'Oliveira e sim analisar a sua trajetória enquanto representante do empresariado, com ênfase em suas iniciativas de formulação de uma atuação conjunta entre as *classes produtoras*. No entanto, este trabalho não deixa de estar próximo à biografia, uma vez que pretende, ao longo de seu desenvolvimento, compreender, por meio da análise da atuação de um indivíduo, a dinâmica das articulações do empresariado na busca pelo consenso e em formulações de atuação política conjunta, o que extrapola a relação entre empresários e abrange também as relações entre esse grupo e o Estado, além de abordar, ainda que não com ênfase, por não ser esta a proposta, a relação entre empresariado e trabalhadores.

Se atualmente há consenso acerca da dimensão da contribuição que um trabalho sobre trajetória individual ou uma biografia pode oferecer para melhor se conhecer um determinado tema no campo da história, nem sempre essa ideia esteve presente. A relação entre história e biografia é marcada por aproximações e distanciamentos<sup>11</sup>. No século XIX eram muito bem aceitas entre os historiadores e tratavam, de modo geral, dos chamados grandes homens, seguindo a ideia de Leopold von Ranke de que, para ser interessante, a biografia deveria ter como objetivo narrar uma existência pessoal que atingiu uma dimensão universal<sup>12</sup>. Entretanto, esse prestígio, durante boa parte do século XX, não esteve presente. A biografia histórica, bem como o acontecimento, foi encarada como superfície da história, em função da tripla influência de Marx, Durkheim e Braudel. As análises no campo da história valorizavam as estruturas socioeconômicas e a longa duração, partindo de uma consciência social externa ao indivíduo. Os enfoques eram, portanto, totalizantes. Os modelos explicativos genéricos tinham muita influência<sup>13</sup>.

Mas com o descrédito das totalizações e dos modelos explicativos, o interesse pelas trajetórias individuais retornou ao campo da história, mas não como um regresso dos modelos então conhecidos no século XIX. Esse gênero volta com uma problemática muito diferente, no

---

<sup>11</sup> Cito duas obras que oferecem um panorama dessa relação ao longo da história: o artigo de Sabina Loriga, publicado na coletânea Usos e Abusos da História Oral (LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998) e, mais recentemente, o livro de François Dosse, publicado em 2009. (DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009).

<sup>12</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 233-237

<sup>13</sup> Ver: SCHIMIDT, Benito. A biografia histórica: o "retorno" do gênero e a noção de "contexto. In: GUAZZELI, César Augusto Barcellos et all. (Org.). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p.123

centro de uma renovação de instrumentos conceituais e metodológicos que levam inclusive a repensar a relação entre o homem e a história<sup>14</sup>.

A questão que permeia esse movimento é que tipo de contribuição a análise de uma vida ou a trajetória de um indivíduo em um determinado campo pode oferecer à história. Essa *reabilitação* da biografia, vem acompanhada de uma nova proposta, consistindo, segundo argumenta Phillipe Levillan, no melhor mecanismo para se observar as ligações entre o presente e o passado, entre a memória e o projeto, uma vez que não carrega mais consigo a vocação de se restringir ao biografado<sup>15</sup>. Além disso, considera-se já superada a oposição entre indivíduo e sociedade, ou seja, compreende-se como impossível analisar o indivíduo de forma dissociada da sociedade, uma vez que ele já nasce inserido em um meio, é ensinado a andar e a falar, convive e assimila as normas que regem os grupos nos quais está inserido<sup>16</sup>. Assim, a análise de uma trajetória é potencialmente um elemento a contribuir para o conhecimento também da sociedade, já que são indissociáveis.

Considerando todos esses aspectos que perpassam a abordagem que aqui se propõe a adotar, ao longo deste trabalho, as análises não se limitam ao homem, ao empresário João Daudt d'Oliveira. Foram analisadas, tendo como fio condutor a sua trajetória, as redes<sup>17</sup> nas quais ele se inseriu: família, formação acadêmica, Associação Comercial e partidos políticos, de modo a oferecer um olhar mais próximo e aprofundado da dinâmica desses grupos e arenas.

Embora guarde elementos semelhantes, biografia e trajetória não podem ser consideradas sinônimos. Neste trabalho, a investigação foi pautada pelo conceito de trajetória proposto por Pierre Bourdieu. Para o sociólogo, os eventos biográficos não seguem um desenrolar linear, progressivo e de causalidade, capaz de ligar e dar sentido a narrativa,

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> LEVILLAN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René. Por uma história política. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003. P. 176

<sup>16</sup> Elias, entre o final da década de 1930 e 1950, já considerava que cada indivíduo depende de maneira funcional de outros indivíduos. Cada pessoa representa um elo nas cadeias que o conectam a outros indivíduos, assim como todos os demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que o prendem. São cadeias elásticas, mutáveis que, embora não visíveis, possuem força e são reais. Essa é a rede de funções que as pessoas desempenham uma com relação a outra. É o que definimos como sociedade. (Ver: ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p.23).

<sup>17</sup> Uma das definições de *rede* consiste em considerá-la como sendo todas ou algumas unidades sociais com as quais um indivíduo particular ou grupo está em contato. (Cf. BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. P. 299-306.). O debate sobre redes gira em torno de questões relativas à medida, forma como a rede potencial é de fato, aproveitada, a intensidade das relações envolvidas em sua estrutura e à sua manutenção no tempo. Esse conjunto consiste nas formas de classificar os agentes, que propiciariam ao pesquisador identificar os grupos com um relativo grau de clareza e a partir de então, destacar mediadores, que atuam como conectores de grupos diferentes em diversos ambientes. Cf. GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das *social network analysis*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 6, dezembro de 2011. P.82-83.

construída *à posteriori* pelo biógrafo. Preocupado com esse tipo de abordagem biográfica, rigorosamente cronológica e linear, que caminha para o estabelecimento de um sentido teleológico para o agente<sup>18</sup> e da construção de um modelo de biografia no qual as histórias de vida aparecem como uma sequência coerente e orientada – ou seja, na ilusão a qual o pesquisador poderia sucumbir ao tentar descrever uma vida de modo cronológico e linear<sup>19</sup> – o sociólogo propôs que os indivíduos fossem analisados de acordo com sua movimentação por campos específicos: político, econômico, intelectual, literário, etc., de acordo com a sua ação e representatividade. A trajetória, assim, diferentemente das biografias comuns, preocupa-se em descrever a série de posições sucessivamente ocupadas pelo indivíduo em estados sucessivos de um campo específico de atuação<sup>20</sup>.

(...) não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o *envelhecimento social* que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, e independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. Essa construção prévia é também condição de qualquer avaliação rigorosa do que poderíamos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em um momento dado do tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos<sup>21</sup>.

Ao estruturar este trabalho, optou-se por seguir a cronologia da trajetória por compreender que seria mais produtivo tentar identificar os elementos que conferiram a Daudt a legitimidade para ser reconhecido e aceito como uma liderança da representação do empresariado e as razões de sua presença em determinadas arenas. Não se buscou, com isto, identificar qualquer tipo de linearidade ou coerência no decorrer da trajetória. Embora a tese aborde aspectos familiares e acadêmicos, o esforço da análise concentra-se na trajetória de

---

<sup>18</sup> Bourdieu utiliza em sua análise o conceito de *agente* ao invés de *sujeito*. “Os *sujeitos* são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção ao da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação - O que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo.” BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus Editora, 2008. p. 41-42

<sup>19</sup> Sobre a Ilusão da Biografia, ver: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus Editora, 2008. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.183-191.

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus Editora, 2008, p.71-72

<sup>21</sup> *Ibidem*. p, 82.

Daudt enquanto representante do empresariado, em um período que termina em 1951, quando o empresário deixa a presidência da ACRJ.

Os elementos analisados ao longo do estudo desta trajetória podem ser compreendidos como o conjunto que compõe o *capital simbólico* de Daudt. Trata-se de outro conceito formulado por Bourdieu e que corresponde ao conjunto de rituais que conferem ao agente reconhecimento social. O *capital simbólico* é formado por uma síntese de outros três tipos de capitais: o *capital econômico*, ou seja, a riqueza material, representada pelo conjunto de bens de um indivíduo; o *capital cultural*, que reúne o conjunto de qualificações intelectuais que foram transmitidas ao indivíduo por sua família e pelas instituições acadêmicas as quais frequentou; e por fim, o *capital social*, que corresponde as redes nas quais o indivíduo se insere, aos seus relacionamentos com outros indivíduos que podem contribuir para o acesso a determinados protagonistas dentro de *campos* específicos de atuação<sup>22</sup>.

Ainda em tempo, é preciso ressaltar que quando Bourdieu desenvolve sua análise, atribui a *campo* um sentido específico: um *campo*, em sua análise, corresponde a um espaço de relações objetivas, dotado de lógica específica, diferente da lógica que rege outros *campos*. Corresponde, tanto a um campo de forças – na medida em que constrange os agentes nele inseridos – como também a um campo de lutas – no qual os indivíduos movimentam-se conforme as posições que ocupam.

Um dos alvos das lutas que opõem o conjunto dos agentes ou das instituições que tem em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural, especialmente), suficiente para ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos, e a conservação ou a transformação da "taxa de cambio" entre os diferentes tipos de capital e, do mesmo modo, o poder sobre as instancias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas - por exemplo, as que podem afetar a escassez de títulos escolares que dão acesso a posições dominantes e, assim, o valor relativo desses títulos e das posições correspondentes. As forças envolvidas nessas lutas e a orientação, conservadora ou subversiva, que lhes é dada, dependem da "taxa de cambio" entre os tipos de capital, isto é, daquilo mesmo que essas lutas visam conservar ou transformar.

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes ("a classe dominante") investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Uma síntese da definição de capital para Bourdieu é apresentada no artigo de Hermano Roberto Thiry-Cherques. Cf. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP Rio de Janeiro 40(1):27-55, jan. /fev. 2006. Outra contribuição para análise dos conceitos principais da teoria analítica de Bourdieu e a relação destes com o estudo de trajetórias é Miguel Angelo Montagner. Cf. MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan. /jun. 2007, p. 240-264.

<sup>23</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus Editora, 2008. p. 52.

Um conceito que também auxilia na compreensão dos elementos que conferem legitimidade a um determinado ator como representante de um grupo social específico é o de *intelectual orgânico*, formulado por António Gramsci. Trata de indivíduos que desempenham papel de liderança – técnica e política – entre determinado grupo do qual fazem parte na sociedade. Estão ligados de maneira orgânica, íntima e inerente ao grupo social ao qual pertencem. Gramsci, em sua obra, oferece uma análise deste conceito em relação ao empresariado.<sup>24</sup>

Ele [empresário] deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos mais próximas à produção econômica (deve ser um organizador de massas de homens; deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregadores especializados) a quem deve confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa”<sup>25</sup>.

Um dos pontos da análise de Gramsci é a distinção entre os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais – os últimos, segundo Gramsci, constituíam-se de indivíduos que buscavam estar alheios às classes e vinham de instituições mais antigas, especialmente do clero<sup>26</sup>.

Bourdieu não compartilha com Gramsci a noção de intelectual, defendendo a ideia de que é necessário ao intelectual manter sua independência e afastar-se especialmente da tomada

---

<sup>24</sup> Gramsci detenha parte de sua análise ao empresário enquanto intelectual orgânico, afirma que “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim o fato de que qualquer um pode, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não quer dizer que todos sejam cozinheiro ou alfaiate). Formam-se assim, historicamente, categoriais especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo o grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos” Cf. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2, p. 18-19.

<sup>25</sup> Ibidem. p. 15.

<sup>26</sup> Segundo observa Giovanni Semeraro, os intelectuais classificados por Gramsci como tradicionais, eram “basicamente os intelectuais ainda presos a uma formação socioeconômica superada. Eram os intelectuais estagnados no mundo agrário do Sul da Itália. Eram o “clero”, “os funcionários”, “a casa militar”, “os acadêmicos” voltados a manter os camponeses atrelados a um status quo que não fazia mais sentido. Distantes das dinâmicas socioeconômicas em fermentação do Norte da Itália, onde os “intelectuais de tipo urbano cresciam junto com a indústria e estavam ligados às suas vicissitudes” (idem, *ibid.*, p. 1.520), os intelectuais tradicionais ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história”. SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. p. 373. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 ago. 2016.



de posições políticas<sup>27</sup>. Nesse sentido, embora a análise bourdieusiana acerca dos conceitos de *trajetória*, *capital econômico*, *capital social* e *capital cultural* e de campo tenha sido de expressiva colaboração para o desenvolvimento desta tese, o conceito de *intelectual orgânico* de Gramsci, contrastante com a de Bourdieu, não pode ser desconsiderado analisar a trajetória de João Daudt d'Oliveira enquanto representante do empresariado.

### **O empresariado como ator político**

Ao se falar em representação do empresariado, compreende-se uma tarefa que envolve a mediação de interesses do grupo dos empresários com outros atores, entre os próprios empresários, entre os empresários e trabalhadores e entre o empresariado e o Estado. Assim, analisar o papel de representação dos interesses do empresariado envolve analisar o empresariado como ator político.

Daudt iniciou sua inserção na representação do empresariado no começo dos anos 1930. A partir daquela década, o empresariado passou a desenvolver uma atuação política mais expressiva, contrastando com as das primeiras décadas do regime republicano, em que sua atuação, apesar de algumas campanhas nacionais, permaneceu tão regional quanto as oligarquias que detinham o controle dos rumos políticos do país<sup>28</sup>. Sônia Regina de Mendonça ressalta que as transformações ocorridas a partir dos anos 1930, dada a dimensão que possuíram, devem estar presentes nas análises a respeito das grandes linhas de desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. Foi nesse período que se produziu a primeira ruptura na dinâmica da acumulação capitalista brasileira, que se caracterizou pelo processo de implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, acompanhada por uma redefinição do papel do Estado em matéria econômica, no sentido de modificar o eixo dinâmico da economia, visando privilegiar o polo urbano industrial<sup>29</sup>.

Por certo, os condicionantes dessa modernização estão relacionados à conjuntura internacional, desestabilizada pela eclosão da crise de 1929. Mas estão, sobretudo, atrelados ao momento social e político vivido intensamente e que pode ser definido como de séria crise de hegemonia do grupo cafeeiro paulista. Neste momento esgotam-se as possibilidades de preservação do modelo agrário-exportador baseado no café, após sucessivas tentativas de valorização do produto que socializavam seus custos por toda a sociedade brasileira, beneficiando um só grupo em detrimento dos demais. Criava-se uma conjuntura favorável ao conjunto das forças sociais que, ao longo dos anos 1920 questionavam a hegemonia paulista e o caráter excludente do regime político da

<sup>27</sup> CF. BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>28</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 87-88

<sup>29</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil*. Opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal ltd. s/d. p. 15.

chamada República Velha. Movimentos como os do tenentismo e as cisões oligárquicas são exemplo do descontentamento e das tensões sociais que se acumulavam e que desembocariam no movimento de 1930<sup>30</sup>.

A década de 1930, conforme ressalta Maria Antonieta Leopoldi, trouxe para a agenda do Estado uma série de políticas de caráter intervencionista e regulador, que tinham como inspiração das ideias nacionalistas e intervencionistas<sup>31</sup>.

Com o governo Vargas, em 1930, surgiu um novo referencial orientador das políticas governamentais: esse referencial unia os ideais nacionalistas, cada vez mais disseminados entre a elite brasileira depois da I Guerra Mundial, às ideias protecionistas nascidas nos países de industrialização tardia (Alemanha, Estados Unidos) e reforçadas com a crise de 1929. Acreditar na capacidade de mudança através de um Estado forte e interventor, capaz de adotar medidas para promover um desenvolvimento voltado para dentro, tendo a industrialização como mecanismo propulsor da mudança econômica e social, significava partilhar das ideias da modernidade e inserir-se no clima intelectual então vigente em boa parte do mundo capitalista, descrente das ideias do livre mercado<sup>32</sup>.

É necessário destacar não só que a atividade de Daudt enquanto representante do empresariado se iniciou em 1930, mas também o seu envolvimento no processo que culminou no golpe. Daudt participou das articulações políticas e das negociações entre políticos mineiros e gaúchos. Embora já residisse no Rio de Janeiro, mantinha laços fortes com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o que permite observar conexões expressivas com o grupo que tomou o poder – afinal, ele fazia parte desse grupo.

No entanto, entre os que participaram do movimento que conduziu Vargas ao poder em 1930, não havia um projeto de política econômica a ser implementado. O que reunia aquelas diferentes forças era a contestação política quanto a permanência de mais um paulista no Executivo. Foi ao longo da década de 1930 que as sucessivas redefinições das bases daquele pacto político que dera a origem ao movimento foram acompanhadas de uma gradual depuração ideológica no sentido de uma identificação mais expressiva com a instauração dos pilares do capitalismo industrial<sup>33</sup>. Eli Diniz e Renato Raul Boschi ressaltam que os anos que se seguiram ao golpe de 1930 foram marcados por esforços no sentido de se alcançar um ajuste entre os setores econômicos tradicionais, ligados à agricultura, e os setores emergentes, estes últimos, representados por grupos de empresários e as camadas médias urbanas, formando um estado de compromisso, que foi uma alternativa para se promover a rearticulação da estrutura de poder,

<sup>30</sup> Ibidem. p. 15-16.

<sup>31</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 115-116

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 95

já que nenhum desses atores políticos possuía, naquele momento, capacidade para assumir a hegemonia do processo político brasileiro<sup>34</sup>.

Os primeiros sete anos após o golpe de 1930 foram marcados pelos arranjos que garantiram o funcionamento de uma administração centralizada, que tinha por base um corpo de técnicos selecionados via concurso para ocupar as agências do governo. Dentro dos ministérios foram instaladas comissões nas quais burocratas e empresários discutiam políticas de seus interesses. Foram construídos anéis burocráticos, que se estruturaram em conselhos, institutos e departamentos. Nesse processo de incorporação de interesses sociais nas políticas estatais, Leopoldi destaca que tanto o Ministério da Fazenda quanto o Ministério do Trabalho tiveram papel fundamental pois era ali que operavam as comissões de legislação trabalhista e sindical, a Comissão de Tarifas, a Comissão de Similares e o importante Conselho Federal de Comércio Exterior<sup>35</sup>.

Longe de ser um inconveniente, a intervenção mais expressiva do governo foi reivindicada por muitos setores, a exemplo dos operários, que desejavam a presença incisiva do Estado na produção de leis sociais. O empresariado, nomeadamente, o industrial, reivindicava a presença do Estado para regular importações bem como buscam, junto a ele, canais de intermediação de interesses inscritos em sua própria máquina burocrática<sup>36</sup>.

Cabe ressaltar, entretanto, que o tipo de intervenção do Estado preconizado pelo pensamento autoritário da década de 1930 referia-se, basicamente, às funções de regulamentação, coordenação e controle das diferentes esferas da vida social. O que se defendia era o papel do Estado como agente de controle e disciplina nos mecanismos do mercado. A intervenção direta na economia, no domínio da produção propriamente dita, só era admitida no caso da necessidade de preencher lacunas<sup>37</sup>.

Mas a experiência do empresariado como ator político não se limitou a se aproximar do Estado, buscando canais para que pudessem expor suas reivindicações e interferir em questões de seu interesse, especialmente no âmbito da legislação social e na economia. É necessário ressaltar que dentro desse período, mais especificamente, entre os anos de 1934 e 1937, houve uma experiência democrática e nesse contexto, foi possível ao empresariado atuar no sentido de representar seus interesses diretamente, por meio de mandatos políticos. Nesse sentido, este trabalho analisou a atuação do Partido Economista do Brasil, criado em 1932, por João Daudt

---

<sup>34</sup> BOSCHI, Renato Raul. DINIZ, Eli. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Foesne-Universitária, 1978. p.46.

<sup>35</sup> Ibidem. p. 116.

<sup>36</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 87-88.

<sup>37</sup> BOSCHI, Renato Raul. DINIZ, Eli. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Foesne-Universitária, 1978. p. 59.

d'Oliveira e Serafim Valandro, com a proposta de reunir as *classes produtoras* em uma plataforma política comum e lançar candidatos a cargos legislativos e executivos. O partido foi mais atuante no Distrito Federal, mas também inspirou a criação de núcleos em outros estados, como Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Paraná.

Mas até que ponto a experiência do Partido Economista do Brasil foi algo inédito? Em que experiências se inspiravam seus articuladores, que não registraram em seus discursos e não deixaram pistas na documentação a qual tive acesso? Ao longo do terceiro ano de doutorado, surgiu a oportunidade de empreender uma análise mais ampla da atuação política do empresariado em uma escala maior, ultrapassando as fronteiras do Brasil, por meio de uma bolsa de seis meses concedida pela CAPES, por meio de seu Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Orientada pela doutora Rita Almeida de Carvalho, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pude pesquisar, não só a experiência portuguesa de atuação política do empresariado via construção de um grupo político e lançamento de candidaturas – que foi a União dos Interesses Económicos, como pude também, por meio de seu acompanhamento cuidadoso e imenso incentivo, mapear elementos que serviram de inspiração para a formação e construção do programa de governo daquele grupo, no sentido de localizar uma matriz, para aquelas experiências da atuação política do empresariado via formação de partido político na primeira metade do século XX. Foi quando chegamos à *L'union des Intérêts Economiques pour la liberté du commerce et de l'industrie* – a União dos Interesses Económicos francesa, que foi organizada ainda nos primeiros anos do século XX e na qual os empresários portugueses se inspiraram para fundar em Lisboa, cerca de vinte anos mais tarde, a União dos Interesses Económicos<sup>38</sup>. Por sugestão do doutor António Costa Pinto, investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, elaborei um quadro comparativo, apontando semelhanças entre as experiências de atuação política do empresariado via partido político na França, Portugal e no Brasil, apontando elementos em comum entre elas<sup>39</sup>.

Após 1937 e ao longo da experiência autoritária do Estado Novo brasileiro, a atuação política do empresariado brasileiro se adequa a outro modelo de organização, já que não mais é permitida a existência de partidos políticos. Na verdade, sob o modelo corporativo presente já na Constituição de 1934, ainda que coexistindo com procedimentos e normas pluralistas, abriu-se, tanto um campo para a inserção dos empresários em arenas específicas de atuação

---

<sup>38</sup> Assunto a ser abordado no capítulo 2 desta tese.

<sup>39</sup> Disponível no capítulo 2.

junto ao Estado, como também, gerou-se conflitos a respeito da manutenção das entidades já existentes e operantes, como o caso das associações comerciais.

No entanto, o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, alinhado contra os países do Eixo, somado às pressões internas crescentes pelo fim do regime ditatorial desencadeou, além de várias mobilizações estudantis, a articulação da oposição liberal, revelando, deste modo, como eram frágeis as bases de apoio internas para a consolidação de um formato institucional definidamente autoritário<sup>40</sup>.

Na rápida transição democrática que se instala, a disputa que assumiu o centro do palco vinculou-se ao ritmo e ao comando do processo, manifesta na polarização entre quemistas<sup>41</sup> e antigetulistas. Mais distantes do proscênio, os empresários procuravam delinear os contornos da ordem política e econômica que buscavam para o País, bem como o alcance e os limites das políticas sociais sugeridas para incorporação dos trabalhadores industriais, num cenário marcado pela expectativa de redefinição dos dispositivos de proteção das atividades industriais, de ampliação dos espaços democráticos e de rápida e intensa ativação do movimento operário, cuja identidade era objeto da disputa entre trabalhistas e comunistas<sup>42</sup>.

Entre as iniciativas do empresariado de buscar uma articulação conjunta acerca das perspectivas a serem desenvolvidas nesse processo de transição, Ignacio Delgado salienta a realização dos congressos e conferências das *Classes Produtoras*, ocorridos entre 1943 e 1945.

Os encontros das classes produtoras resultam, principalmente, de iniciativas das entidades ligadas à indústria e ao comércio, conquanto buscassem atrair setores vinculados à agricultura. Em seu conjunto, defendem a adoção de uma política ativa de proteção à indústria, embora setores do comércio importador se alinhassem com as perspectivas livre-cambistas, defendidas por Eugênio Gudim e apoiadas por determinados círculos da burocracia de Estado, do sistema bancário e do governo americano. A consolidação do mercado interno como polo dinâmico da economia brasileira e a afirmação crescente da atividade industrial, entretanto, associadas à retração das importações durante a Segunda Guerra, haviam acentuado significativamente a gravitação de boa parte das atividades mercantis em torno da indústria, fazendo com que o discurso de parte expressiva das lideranças do comércio se aproximasse daquele desenvolvido pelos industriais<sup>43</sup>.

Retornando a discussão que abre este texto introdutório acerca da força do empresariado como ator político, Wagner Mancuso sugere um roteiro de cinco questões a serem tratadas nas investigações acerca da atuação política do empresariado: Quais são os atores focalizados?

---

<sup>40</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 114

<sup>41</sup> Queremistas era a designação usada para os que se engajavam na defesa do movimento Queremista – que defendia a permanência de Vargas na Presidência, o adiamento das eleições e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Cf: CPDOC/FGV - Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Queremismo. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acesso em: 29 set. 2016.

<sup>42</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. op. cit. p. 114.

<sup>43</sup> Ibidem. p. 114-115.

Quais são os alvos desses atores? Que decisões despertam o interesse desses atores? Em que momentos ocorre a atuação política? Qual é a forma da atuação política? São questões que nortearam esta análise e para às quais buscou-se dar respostas em cada contexto político analisado. É preciso ressaltar que a maioria da literatura disponível analisa a ação do empresariado industrial como ator político. Nesta tese, tratamos de um homem que, embora se intitule também um industrial, por ser sócio proprietário de um laboratório farmacêutico, e seja também um homem com interesses ligados ao setor de bancos e seguros, como veremos no decorrer deste trabalho, é uma liderança de representação do comércio. Desta forma, ao final do trabalho, espera-se trazer algum tipo de contribuição no sentido de compreender as estratégias de atuação política deste setor do empresariado nacional.

### **A imprensa como fonte**

Ao longo da realização desta tese, foi possível contar com um satisfatório volume de jornais de periodicidade diária como fontes ricas de informações sobre a trajetória de João Daudt d'Oliveira. O recurso utilizado para a pesquisa foi a busca por período na base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira. Ao todo, foram analisadas 10.591 ocorrências da existência das palavras-chave “João Daudt”<sup>44</sup>.

Maria Helena Capelato ressalta que os jornais correspondem a um “*manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado*”. A utilização da imprensa como fonte “*possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos*”<sup>45</sup>. Segundo Capelato,

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos<sup>46</sup>.

Nesse sentido, a utilização de periódicos contribuiu de maneira fundamental para a realização desta tese. Por meio da análise do volumoso número de ocorrências referentes a Daudt d'Oliveira, foi possível identificar informações não presentes nos arquivos e na literatura já publicada sobre o empresário e sobre os grupos aos quais integrou e liderou.

---

<sup>44</sup> O recurso permitiu identificar tanto João Daudt d'Oliveira quanto seu tio, João Daudt Filho. No entanto, a maioria das ocorrências refere-se exclusivamente a Daudt d'Oliveira.

<sup>45</sup> CAPELLATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988. p. 13

<sup>46</sup> *Ibidem*. p. 34.

A utilização da imprensa como fonte para as pesquisas no campo da história, embora bastante comum, ainda carece de reflexões teóricas. Jean-Noël Jeanneney, ao contribuir para a obra *Por uma história política*, de René Remond, ressalta que no *front* da história política renovada, as análises a respeito dos meios de comunicação, e aí incluindo não só a mídia impressa, mas também o rádio e a televisão, passam longe de serem as mais arduamente trabalhadas<sup>47</sup>. Essa consideração está presente em um livro que teve sua primeira edição publicada originalmente em 1996<sup>48</sup>. De lá para cá, tal situação pouco se alterou. Vinte anos depois, o historiador gaúcho Rafael Saraiva Lapuente, ao se propor a fazer uma análise do estado da arte das obras que se dedicam a analisar a utilização de periódicos impressos na pesquisa histórica, ressaltou que embora a utilização dos periódicos impressos tenha se popularizado desde a queda do *fetichismo do documento*, as reflexões sobre a utilização desse material pelos historiadores ainda são escassas<sup>49</sup>.

Apesar disso, há considerações fundamentais e imprescindíveis no pequeno volume de obras a respeito deste assunto, as quais foram levadas em conta ao longo da realização deste trabalho. Segundo Jeanneney, é essencial analisar a influência que exercem diversos grupos, tanto do campo político, quanto social e sobretudo, o econômico. “*Todas as migalhas que pudermos arrancar do mistério das finanças da imprensa são preciosas*”. Para Jeanneney, é preciso analisar o dinheiro mais ou menos oculto que irriga, especialmente a imprensa escrita<sup>50</sup>. Nesse sentido, é preciso destacar que a relação de Daudt d’Oliveira com a imprensa não era só a de um homem cujas atividades eram de interesse do público alvo das dezenas de periódicos que compunham manchetes com o seu nome, reproduzindo seus retratos e seus discursos. O empresário era também um anunciante. O laboratório de sua família foi pioneiro em priorizar a publicidade e investir na elaboração de reclames criativos, incluindo a contratação de profissionais especificamente para este fim.

É possível acompanhar essa prática no jornal gaúcho *A Federação*. Ao longo das duas primeiras décadas do século, o Laboratório Daudt anunciava ali, em média, três vezes por semana. O jornal, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), foi uma das fontes principais para se acompanhar a circulação da família Daudt ao longo dos anos que se

---

<sup>47</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 213.

<sup>48</sup> O original *Pour une histoire politique*.

<sup>49</sup> LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. Bilros, Fortaleza, v.4, n.6, p. 11-29, jan-jun. 2016. Seção artigos.

<sup>50</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. op. cit. p. 219-220.

estabeleceu na capital gaúcha. Por meio de suas reportagens, foi possível acompanhar o papel desempenhado por João Daudt enquanto membro do PRR, complementando assim as informações disponíveis em seu fundo depositado no CPDOC. Além disso, os nomes dos membros de sua família eram frequentes nas colunas sociais do jornal. Por ali foi possível acompanhar a dinâmica de casamentos, nascimentos e falecimentos dos Daudt. A delimitação cronológica adotada foi entre os anos de 1900 a 1939, já que após o Estado Novo, as conexões econômicas e políticas da família com o estado gaúcho foram declinando, ao passo que se fortalecia sua presença no Rio de Janeiro, então distrito federal. Ao longo desse período, foram encontradas 533 ocorrências na base de dados referentes aos jornais gaúchos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, das quais 519 referentes ao jornal *A Federação*<sup>51</sup>.

O volume mais expressivo de ocorrências foi de periódicos publicados no Rio de Janeiro. Ao todo, foram 9787 ocorrências presentes entre os anos de 1920 e 1965 (ano de falecimento de João Daudt d'Oliveira). Chama atenção para a concentração do número de ocorrências ao longo da década de 1940, se comparada com as demais, o que fornece um indício de que foi este o período de maior atividade de João Daudt d'Oliveira.

**Quadro 1: Número de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1920-1969)**

Período	Ocorrências	Total de páginas disponíveis na base de dados da Hemeroteca Digital Nacional
1920-1929	282	1.818.000
1930-1939	1.804	2.101.778
1940-1949	6.197	2.152.784
1950-1959	1.407	2.147.439
1960-1969	97	1.387.939

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Na capital fluminense, João Daudt d'Oliveira estreitou os laços com a imprensa carioca por duas maneiras: contraiu casamento com Stella, filha de Alexandre Gasparoni, diretor da Revista *Fon Fon* e continuou investindo em publicidade, mas em proporções ainda maiores.

<sup>51</sup> Além d'A *Federação* (1884-1937), o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira no período incluía as seguintes publicações gaúchas: *O Momento* (1933-1950), *O Brazil* (1909 a 1924), *Correio do Município* (1909-1917), *Gazeta Colonial* (1906-1909), *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (1891-1930), *O Paladino* (1908-1912), *O Exemplo* (1902-1904), *No Cemitério* (1907), *Almanak Litterário e Estatístico* (1889-1917), *Kalender Für die Deutschen in Bresilien* (1907-1939); *Almanach Popular Brasileiro* (1894-1904); *Città di Caxias* (1913-1922); *Cidade de Caxias* (1911-1912); *Eternidade* (1914); *O Cinema* (1912); *A Tribuna* (1920); *Diário de Notícias* (1936); *A Época* (1938-1956) (Última verificação – feita em 19 ago. 2016, quando do término da escrita do texto introdutório da tese).



Em 1929, João Daudt d'Oliveira, seu tio e seu irmão assinam um contrato publicitário com os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand que foi classificado pelo jornalista como “*o mais vultoso contrato de publicidade*” já realizado na história da imprensa brasileira: 1.200 contos de réis<sup>52</sup>. Não por coincidência, é nos veículos d’*Os Diários Associados* a maior incidência de ocorrências encontradas referentes a João Daudt. Nos quadros a seguir, são analisados os quatro jornais de maior ocorrência da expressão “João Daudt” disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira:

**Quadro 2: Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1920-1929)**

<b>Jornal</b>	<b>Ocorrências</b>
Gazeta de Notícias	59
O Paiz	53
Jornal do Brasil	33
O Jornal	31

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

**Quadro 3: Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1930-1939)**

<b>Jornal</b>	<b>Ocorrências</b>
O Jornal	288
Diário de Notícias	237
Jornal do Brasil	231
A Noite	223

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

**Quadro 4: Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1940-1949)**

<b>Jornal</b>	<b>Ocorrências</b>
O Jornal	1015
A Noite	884
Diário Carioca	661
Gazeta de Notícias	628

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

<sup>52</sup> 1.200 CONTOS DE RÉIS FIXADOS EM UM CONRATO DE PROPAGANDA PARA O JORNAL E SEUS ALIADOS, DIÁRIO DE SÃO APULO, DIÁRIO DA NOITE , CRUZEIRO E ESTADODE MINAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1929. p. 1.

**Quadro 5: Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1950-1959)**

<b>Jornal</b>	<b>Ocorrências</b>
O Jornal	229
A Noite	160
Diário Carioca	147
Gazeta de Notícias	144

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

**Quadro 6: Quatro jornais com os maiores números de ocorrências da palavra-chave “João Daudt” na base de dados da HDB referentes a jornais do Rio de Janeiro (1960-1969)**

<b>Jornal</b>	<b>Ocorrências</b>
Jornal do Brasil	25
Correio da Manhã	21
Diário de Notícias	19
Diário da Noite	10

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

A vastidão de periódicos, em um primeiro momento, poderia viabilizar a realização do tão necessário contraponto – ou seja, evitar seguir apenas uma linha de análises de jornais que representassem os interesses de João Daudt d’Oliveira, e que, assim, transmitissem apenas informações favoráveis sobre sua trajetória. Mas é necessário levar em conta dois aspectos nesta análise: o primeiro é que se trata de um empresário que injetava dinheiro nos veículos de comunicação através de anúncios, o que dificulta a publicação de críticas e matérias negativas a seu respeito. Um segundo ponto é que boa parte do período analisado corresponde a tempos de censura, que se intensificou justamente no momento de ascensão de Daudt enquanto representante do empresariado – o período do Estado Novo. Nesse contexto, foi criado um órgão específico para tratar do controle do que era divulgado nas páginas dos jornais. Tratava-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lorival Fontes. Além disso, o controle se ramificou para a esfera dos estados da federação, com a instalação dos Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço do DIP<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 378-386.

Com a instauração do Estado Novo, os jornais sofreram os rigores da censura. O Estado de São Paulo foi perseguido, depois expropriado e seu dono, bem como auxiliares diretos, seguiram para o exílio. Grande parte dos proprietários de jornais acabaram sendo cooptados pela ditadura.

Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, que sempre desfraldara a bandeira liberal em seus jornais, a partir do dia seguinte ao golpe declarou-se fervoroso admirador do nazismo e sugeriu a Vargas que imitasse os alemães. O Diário Carioca, no dia 11/11/1937 deu destaque à “memorável oração proferida ontem pelo presidente Getúlio Vargas”. Justificou o golpe, declarando: “Brasileiros, a defesa social brasileira está acima e fora dos partidos. Só ela reunirá os patriotas para a luta contra o comunismo”. Cásper Líbero, entusiasta revolucionário de 1932 e opositor de Vargas desde a Primeira República, acabou se rendendo ao “charme” do ditador. Recebeu-o em sua casa, com muitas homenagens e nessa ocasião, seu jornal declarou: “1932 é um drama glorioso de mútuas incompreensões. 1937 já se define como um ato de contrição dos paulistas” (A Gazeta, 6 de dezembro de 1941)<sup>54</sup>.

É necessário ressaltar que, como já anteriormente apontado, Daudt era um homem ligado a Vargas e participou ativamente de seu governo em arenas específicas, como o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Nacional do Comércio e da diretoria executiva do Banco do Brasil. Uma vez ao lado de Vargas e de sua política econômica e sob um período de intenso controle a tudo o que circulava, não é de se estranhar que entre o grande volume de periódicos analisados, não se encontre um número significativo de críticas a respeito do empresário, especialmente no período que vai de novembro de 1937 a janeiro de 1943. A partir daí o empresariado, tanto do comércio, quanto da indústria e agricultura, insatisfeitos com algumas medidas adotadas pela política economia *estadonovista* passa a criticar abertamente, não só o governo, mas também as lideranças empresariais mais próximas a ele.

### **Correspondências particulares e diários**

Foram analisadas correspondências dos fundos João Daudt d’Oliveira e Getúlio Vargas, ambos depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), por meio das quais foi possível investigar principalmente a dinâmica da participação de Daudt nas negociações envolvendo a construção da Aliança Liberal, entre 1928 e 1930. Esse tipo de fonte representa um expressivo espaço de sociabilidade, uma vez que, por meio das correspondências, é possível observar a expressão de indivíduos e o registro de seus projetos, afeto e percursos de suas trajetórias<sup>55</sup>.

No caso desta pesquisa, as fontes envolvem ainda o relacionamento com um arquivo privado, que detém a guarda dos fundos consultados. A utilização dos arquivos privados se

<sup>54</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editoria Contexto, 1988. p. 49-50.

<sup>55</sup> GOMES, Angela de castro. SCHIDT, Benito Bisso (org.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009. p. 8.

insere em um movimento marcado por novas perspectivas historiográficas ligadas à exploração de múltiplas escalas de observação na história social e política, sob influência da história cultural. Conforme argumentava Jean-Norton Cru, ainda no final dos anos 1920, a utilização de documentos particulares, presentes em arquivos privados, a exemplo das correspondências, contribuem de maneira expressiva para a pesquisa. A utilização de documentos oficiais, segundo o autor, permite conceber o conjunto e tratar do geral, mas o geral, para Cru, é constituído da multidão de fatos particulares. Assim, “*tratar do geral sem consultar aqueles que agiram, sofreram, viveram em detalhe fatos particulares, é criar, a partir de todas as peças, um geral dissociado de qualquer realidade*”<sup>56</sup>.

A experiência com os arquivos privados, em especial, com as correspondências vem a saciar os interesses de historiadores que não se contentam apenas em analisar as manifestações públicas dos homens os quais a trajetória investiga. A sensação, à primeira vista, é de que é possível saber, por meio da leitura das cartas, quem de fato foi o indivíduo estudado, como se fossem elas um instrumento por meio do qual as máscaras são arrancadas e biografado e biógrafo, objeto de análise e pesquisador, enfim se encaram, face a face. No entanto, esta pode se constituir em uma bela, sedutora e robusta armadilha para o historiador.

A impressão de pegar desprevenido o autor de uma carta que se destinava unicamente ao seu correspondente, o sentimento de violar uma intimidade, garantia de autenticidade, quando não de verdade, são às vezes bastante enganadores. Existem correspondências que trazem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torna-los, o quanto antes, documentos públicos<sup>57</sup>.

Assim, para se precaver e não sucumbir aos encantos que as correspondências possam vir a oferecer, é necessário que o historiador rompa os laços afetivos que por ventura estabeleça com o material epistolar, e caminhe para um tratamento objetivo deste material, para ser viável então sua construção como fonte<sup>58</sup>.

Outro material usado como fonte foi um diário. O diário de Getúlio Vargas, publicado pela Fundação Getúlio Vargas/Siciliano em dois volumes, divididos cronologicamente (o primeiro, de 1930 a 1936 e o segundo, de 1937 a 1942) no qual o presidente narra desde acontecimentos corriqueiros a passagens mais significativas ao longo de 12 anos, e em que,

---

<sup>56</sup> Cru, Jean-Norton. *Témoins. Essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants* édités em français de 1915 à 1928, Paris, Les Etincelles, 1929, reed., Naney, Presses Universitaires de Nancy, 1993. Apud: PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos históricos*. 1998 – 21. Tradução: Dora Rocha. p.117

<sup>57</sup> PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos históricos*. 1998 – 21. Tradução: Dora Rocha. p.111-112

<sup>58</sup> Idem.

segundo Regina Moreira, ao longo da reunião e tratamento deste material, “*o político consagrado pela historiografia como autoritário e enigmático, revela-se e revela seus sentimentos de isolamento, solidão, perda, paixão, incertezas e revoltas*”<sup>59</sup>.

A pesquisadora ressalta ainda dois aspectos a respeito da utilização de diários pessoais como fontes. Por um lado, o diário, por seu caráter secreto, por se tratar de um exercício íntimo de registro de passagens e impressões, há o pressuposto que esse documento possa representar uma real expressão da versão de seu autor sobre os acontecimentos que lhe foram contemporâneos. Já por outro lado, há o aspecto de encarar o diário como uma fonte suspeita, possível de conter ambiguidades em seus registros, pelo caráter subjetivo de sua natureza – um diálogo do autor consigo mesmo transcrito para o papel<sup>60</sup>.

Nesse sentido, seu valor dependerá sempre da maneira como é lido pelo historiador, e da análise crítica rigorosa que lhe for feita. No entanto, nada será muito diferente do que um pesquisador realiza diante de qualquer outro tipo de fonte documental. Cada um dos diferentes tipos de fontes apresenta problemas específicos para o pesquisador, seja quanto à representatividade, seja quanto a exaustividade, que lhe exigirão a compreensão das práticas de representação para sua correta interpretação<sup>61</sup>.

A leitura dos diários de Vargas permitiu constatar que Daudt e o presidente mantiveram ao longo do período abrangido pela publicação, uma amizade, que, no entanto, não foi marcada pela harmonia e constância. Pelo contrário, há uma grave ruptura entre os amigos, que se estendeu por alguns anos.

Ao longo desta pesquisa, outros tipos de fonte também serão analisados, a exemplo de discursos em áudio, disponibilizados pelo Arquivo Nacional; relatórios e boletins semanais da Associação Comercial, disponibilizados pela Biblioteca Nacional e pela Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, bem como livros escritos por Daudt. Foi necessário, no entanto, tecer algumas considerações acerca do tratamento de dois grupos que aqui no texto introdutório foram descritos: os periódicos, as correspondências e os diários de Vargas. A possibilidade de poder utilizar um conjunto amplo fontes diversas, sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento desta tese.

---

<sup>59</sup> MOREIRA, Regina L. Os diários pessoais e a (re)construção histórica. Dossiê Diário de Vargas. Estudos históricos, 1996 – 17. p.178

<sup>60</sup> Ibidem. p. 182.

<sup>61</sup> Ibidem. p. 183.

## CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO E EMPRESARIAL DA FAMÍLIA DAUDT: DE SANTA MARIA AO RIO DE JANEIRO (1890-1930)

Este capítulo tem como objetivo central analisar os elementos que aproximaram João Daudt d'Oliveira da elite política gaúcha ligada a Getúlio Vargas e que com a *Revolução de 1930* passou a ocupar postos expressivos no cenário político nacional. Nesse sentido, investigamos a hipótese de que tais elementos se originam do *capital econômico* e do *capital social* da família Daudt. Parte-se, então, de dois eixos de investigação: a família e a formação acadêmica.

Na trajetória de João Daudt d'Oliveira, a família e em especial, o ramo materno, tem peso expressivo, tanto por conta de seu *capital econômico* quanto pelo *capital social*<sup>62</sup>. O laboratório farmacêutico criado por João Daudt Filho – o Jango, tio e padrinho de João Daudt d'Oliveira, garante a prosperidade financeira da família. Além disso, as redes políticas em que os Daudt se inseriam eram amplas, abrangendo conexões com políticos ligados ao Partido Liberal – ainda no Segundo Reinado, e também ligações com fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já na transição da Monarquia para a República. O ingresso na Faculdade de Direito de Porto Alegre aproximou João Daudt da segunda geração do PRR. Ao longo dos anos acadêmicos, Daudt se tornou amigo de pessoas como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso e passou a ingressar em atividades do partido. Anos depois, atuou de forma expressiva nas articulações da Aliança Liberal.

Leva-se em conta a contribuição que a análise da história das famílias, enquanto recurso metodológico, propicia às investigações, uma vez que permite identificar redes de sustentação material e psicológicas que se estabelecem nos núcleos familiares. A análise de articulações entre as vidas individuais, a família e o contexto histórico, fazendo uso de conceitos antropológicos como o de estratégias e solidariedades auxiliam as investigações no campo da história ao identificarem alianças, atitudes de cooperação e conflitos<sup>63</sup>. As principais fontes aqui consultadas são exemplares do jornal gaúcho *A Federação* – todos acessados por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, o livro de Memórias de Jango e correspondências disponíveis no Fundo João Daudt d'Oliveira, pertencente ao acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

---

<sup>62</sup> Conceitos apresentados pelo sociólogo Pierre Bourdieu já discutidos no texto introdutório desta tese.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Monica Ribeiro. Reflexões teórico-metodológicas sobre a história da família no Antigo Regime. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 192-193.

### 1.1. Família Daudt e o Partido Liberal em Santa Maria (1886-1890)

João Daudt d'Oliveira nasceu em Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, em 3 de abril de 1886, filho do advogado pernambucano Felipe de Oliveira<sup>64</sup> e de Adelaide Daudt. Os vínculos familiares eram mais fortes com a família materna, já que a do pai, distante, encontrava-se no Nordeste do país. Primogênito, recebeu o nome do avô e do tio, o que indicava que os vínculos de seu núcleo familiar eram mais fortes com o lado materno. A família Daudt fazia parte de um grupo conhecido como *elite alemã*<sup>65</sup> de Santa Maria. O patriarca, João Daudt, era oficial da Guarda Nacional e foi o vereador que mais ocupou cargos na Câmara Municipal. Assumiu postos de comando em sete de suas nove legislaturas, entre 1858 a 1889. Era proprietário de alguns imóveis na cidade. Ele e seu filho mais velho, o farmacêutico João Daudt Filho - Jango, como era conhecido - eram filiados ao Partido Liberal<sup>66</sup>, assim como Felipe de Oliveira, que ocupava o cargo de delegado de Santa Maria.

A cidade, na época, um reduto do Partido Liberal. Desde 1872, o partido havia assumido o controle da Assembleia Provincial e manteve sua hegemonia, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins. O liberal, segundo Joseph Love, era um político loquaz e ávido pela aclamação popular. Em visita a Santa Maria, foi recebido com festa popular e homenageado com discurso de uma criança da localidade. A escolhida para tal ato foi a menina Adelaide Daudt, indicando a inserção da família entre os círculos liberais gaúchos<sup>67</sup>.

Na década de 1880, no entanto, o predomínio liberal na província foi ameaçado pelo movimento republicano. Desde 1870, com a publicação do Manifesto Republicano, o

<sup>64</sup> COSTA, Lígia Militz. Felipe d'Oliveira: vida e obra. In: COSTA, Lígia Militz. MOREIRA, Maria Eunice. SANTOS, Pedro Brum. (orgs.) *Felipe d'Oliveira*. Obra Completa. 2 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2016. p. 21.

<sup>65</sup> A expressão *elite alemã* é utilizada pelo historiador Fabrício Rigo Nicoloso para se referir ao grupo de famílias, composto pelos seguintes núcleos: Appel, Niederauer, Weinmann, Beck, Höehr, Brickmann, Brenner, Fischer, Lenz, Kruehl, Daudt, Hoffmeister, Kessler, Druck e Scherer. A análise de Nicoloso leva em conta as implicações conceituais de elite propostas por Flávio Madureira Heinz, que compreende por *elite* grupos ou setores compostos por pessoas dirigentes, influentes, abastadas ou privilegiadas, sem evocar nenhuma implicação teórica particular. Também leva em conta a definição do sociólogo suíço Giovanni Busino de que “no plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. Cf. NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria (RS): Os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais (1830-1891)*. Dissertação de mestrado. (Mestrado em História). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

<sup>66</sup> Cf. NICOLOSO, Fabrício Rigo. op. cit. Ao longo do Segundo Reinado, a elite política do Brasil tinha como expoentes dois partidos: o Conservador e o Liberal. Os conservadores defendiam um modelo político marcado pela centralização político-administrativa, enquanto os liberais aspiravam por mais autonomia provincial. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; MATTOS, Iimar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

<sup>67</sup> LOVE, Joseph. *Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.22-26; DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003. p.80-84

movimento ganhava espaço no país e se organizava em partidos políticos provinciais. Os clubes republicanos foram se multiplicando por todo o Brasil. Ao longo dos anos, o movimento passou a abrigar tendências diferenciadas daquelas expressas pelos chamados *republicanos históricos*, ou seja, dos signatários do manifesto. Entre essas tendências, é possível encontrar um conjunto de representantes descontentes com o Estado imperial, desde positivistas a moderados e liberais. O movimento ganhou ainda mais adesão com a abolição da escravatura, quando fazendeiros e proprietários de escravos passaram a engrossar a fileira dos opositores à Monarquia<sup>68</sup>.

A liderança local do PRR em Santa Maria era o coronel da Guarda Nacional, Martins Höehr. O republicano compunha também a chamada *elite alemã* da cidade. Descendente de uma família de pequenos comerciantes, atuara na Guerra do Paraguai, tornando-se uma das maiores autoridades no município durante os anos finais do Império e início da República, acumulando um grande patrimônio nos meios urbano e rural<sup>69</sup>. Entre os dias 14 e 18 de julho de 1889, ocorreram em Santa Maria festejos em prol da república, assim como em outros locais, tendo em comum a organização por clubes republicanos. Höehr percorreu as ruas do município, puxando os festejos, dando tiros de revólver para o ar, enquanto galopava em seu cavalo. Seu comportamento não tardou ser criticado pelos liberais. O jornalista Ernesto de Oliveira publicou um artigo no jornal liberal *A Reforma*, em 3 de agosto de 1889, fazendo críticas aos republicanos e recriminando Höehr por liderar as festividades em torno das solenidades de dezenas de novas adesões ao partido no município. Dois dias depois da publicação do artigo, Höehr foi até a casa do jornalista, sacou o revólver e feriu Oliveira com um tiro em uma das mãos<sup>70</sup>. Uma das primeiras pessoas a acudir-lo foi Adolfo Fiúza, marido de Maria Luiza Daudt e tio de João Daudt d'Oliveira<sup>71</sup>. O delegado Felipe de Oliveira solicitou a prisão preventiva de Höehr e a partir de então, passou a sofrer constantes ameaças por parte de pessoas ligadas ao republicano. O processo contra Höehr assumiu dimensões políticas. Os ataques contra o acusado e os republicanos ganharam ainda mais força *n'A Reforma*, periódico de linha vinculada ao Partido Liberal, e obtiveram contra-ataque nas páginas d'*A Federação*, jornal republicano.

---

<sup>68</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 29-30.

<sup>69</sup> Cf. NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria (RS): Os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais (1830-1891)*. Dissertação de mestrado. (Mestrado em História). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

<sup>70</sup> PISTÓIA, Cristiane Debus. *Violência física, material e moral no Rio Grande do Sul (1889-1920)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009. p.40-41

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 48.



Enquanto as constantes ameaças tiravam o sono de seus familiares, o delegado Felipe permanecia indiferente. Jango, que além de cunhado, tinha com ele uma forte amizade, sendo também padrinho de João Daudt d'Oliveira, não se conformou com aquela situação de risco. Foi a Porto Alegre para recorrer ao auxílio de um velho conhecido, o então presidente da Província, Gaspar Martins. Pediu ao liberal que intercedesse em favor da família daquela garotinha que discursara em sua homenagem anos antes em Santa Maria e que agora, necessitava que o marido voltasse à magistratura como Juiz de Direito em qualquer outra comarca. O amigo atendeu ao pedido e nomeou-o para o cargo em São Borja<sup>72</sup>.

Entretanto, o cenário político passava distante da estabilidade. A Monarquia havia perdido apoio político de setores influentes, como os cafeicultores do vale do Paraíba, em função da abolição da escravatura, e do Oeste paulista, que estavam descontentes com a escassez de medidas de modernização por parte do governo imperial. Além disso, pesava a questão da sucessão dinástica, pois a ausência de um herdeiro do sexo masculino levaria ao trono a princesa Isabel, que não gozava de popularidade entre os fazendeiros escravistas. Ganhava adeptos a proposta federalista, que vinha sendo recusada pelos partidos monárquicos. Assim, estava minado o terreno da Monarquia brasileira e preparado o caminho para o golpe militar, que fez ruir o Estado imperial em novembro de 1889<sup>73</sup>.

Logo nos primeiros anos da República no Brasil, o núcleo militar foi afastado e a hegemonia política civil foi retomada, por meio do controle do espaço político e das posições do Estado por grupos advindos dos partidos republicanos. As múltiplas e diferentes forças que se uniram em torno das ideias republicanas não tardaram entrar em choque. Os representantes do setor progressista da agricultura, cafeicultores das áreas mais dinâmicas, pessoas ligadas ao setor industrial ainda em surgimento, militares e trabalhadores liberais apresentavam interesses muito diferentes uns dos outros. Essas divergências geraram conflitos no Parlamento<sup>74</sup>.

Se na maioria dos estados brasileiros, a transição da Monarquia para a República foi marcada pela ação de militantes republicanos *associados* a membros do velho Partido Liberal, expressando uma reconversão partidária e *adesismo* revolucionário, no Rio Grande do Sul, o quadro apresentou características distintas. Os militantes republicanos gaúchos se opuseram incisivamente à composição com os Liberais para a partilha do poder no novo regime, preparando o terreno para que surgisse um caso raro em esfera regional de constituição de uma

---

<sup>72</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2 ed. 2003. p.80-84.

<sup>73</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.29-30.

<sup>74</sup> COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República*. 5ª ed. São Paulo, 1987. p. 396

oposição partidária no período. Outro ponto que sobressai entre os republicanos gaúchos é a influência do positivismo. Presente em outros estados, em especial no campo político, no Rio Grande do Sul essa influência apresentou uma dimensão mais expressiva entre os republicanos, viabilizando o desenvolvimento de um conjunto de propostas coerentes, delimitando-os como grupo e os posicionando em relação a outros atores. Por fim, militantes republicanos e jovens militares, em especial os adeptos ao positivismo, encaravam com desconfiança o liberalismo clássico das elites regionais brasileiras. Estes grupos apresentavam simpatia por um modelo de ação pública caracterizado por graus variados de autoritarismo, intervenção estatal e econômica<sup>75</sup>.

Tão logo o Partido Republicano ocupou o governo do Rio Grande do Sul, teve início o processo de demissão em massa. Rapidamente, Felipe sofreu as consequências, não tardando voltar a Santa Maria <sup>76</sup>. O novo contexto político favoreceu o coronel Höehr, que, sendo republicano, recebeu todos os benefícios que poderiam recair sobre quem fazia parte da situação política vigente. Seu julgamento foi realizado em Santa Maria e lá, os jurados foram unânimes em atestar que as acusações eram improcedentes<sup>77</sup>. Mesmo absolvido, as ameaças contra Felipe de Oliveira não foram esquecidas. Pouco tempo após o julgamento, em 11 de agosto de 1890, o delegado passeava com a esposa Adelaide, próximo à sua casa, quando foi atingido por um tiro, na região do fígado. Logo a família se reuniu para acudi-lo, sem êxito. Suas últimas palavras, diante de seus filhos, da esposa e de outros familiares, foram para seu compadre.

— Jango, procura só a justiça. Nunca fiz mal a ninguém. Entrego-te a Laidinha e meus filhos<sup>78</sup>.

Felipe logo faleceu. A partir de então, Jango, cumprindo o pedido do compadre, assumiu a função de pai de João Daudt d'Oliveira, Isaura e do caçula, que nasceu doze dias depois da morte do pai, recebendo o nome de Felipe, em sua homenagem. <sup>79</sup> Jango cumpriu a promessa feita a Felipe de Oliveira, e criou os filhos do compadre, encarregando-se de encaminhá-los às melhores escolas gaúchas e fornecer-lhes todo o suporte material necessário. Os meninos, ainda na juventude, ligaram-se ao tio em sua empresa farmacêutica, como analisado na seção a seguir.

---

<sup>75</sup> HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58. p. 263-289 - 2009

<sup>76</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2 ed. 2003. p.80-84.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> Ibidem. p.83

<sup>79</sup> Ibidem. p. 82-84.

## 1.2: O Laboratório Daudt e o Partido Republicano Rio-Grandense

Com o objetivo de obter punição para os responsáveis pelo assassinato do cunhado, Jango partiu para Porto Alegre. Embora fosse ligado a elite política pertencente ao Partido Liberal, nos anos finais do regime monárquico, o farmacêutico tinha muitos amigos membros do Partido Republicano e não hesitou procurá-los para que auxiliassem a punir o também republicano Martim Höehr.

Jango tinha ligações pessoais com lideranças republicanas gaúchas que vinham de seus tempos escolares. Estudou em instituições particulares frequentadas por filhos de famílias abastadas de Santa Maria e região, a exemplo dos colégios Theodoro Poetke, Walwitz, Jesuítas (em São Leopoldo), Wellington e Fernando Gomes (Porto Alegre). Nessas duas últimas instituições, foi colega de classe de Júlio de Castilhos, chefe do executivo do Rio Grande do Sul por suas vezes, após a proclamação da República<sup>80</sup>. Em outra etapa de seus estudos, já visando a preparação para o ingresso no ensino superior, Jango e Castilhos foram novamente colegas, desta vez na capital gaúcha, no Colégio Fernando Gomes, onde também estudaram Assis Brasil, Barros Cassal e Protássio Alves<sup>81</sup>.

A ligação de Jango com os futuros republicanos, em especial, com Castilhos, não ficou restrita ao convívio escolar. Em uma das férias, Castilhos convidou Jango para a Estância da Reserva, propriedade de sua família.<sup>82</sup> Castilho também tinha por costume ir a Santa Maria e lá, conheceu Maria Luiza, irmã de Daudt, e firmou com ela um noivado<sup>83</sup>.

Era desejo do jovem Jango cursar faculdade de medicina. No entanto, seu pai não tinha recursos para arcar com as despesas de seis anos de estudos do filho no Rio de Janeiro, onde faria a faculdade. Próximo ao término do curso preparatório de Jango, seu tio Pantaleão Pinto, médico, sugeriu ao sobrinho que estudasse farmácia, curso que poderia ser concluído em três anos, a metade do tempo necessário para o curso de medicina. Pantaleão se dispôs a enviar a Jango mensalmente uma quantia para auxiliá-lo nas despesas até a sua formatura, mas seu pai recusou a ajuda, preferindo ele próprio custear integralmente as despesas do filho, ainda que isso custasse a toda a família redução de gastos e colaboração na atividade comercial da

---

<sup>80</sup> Ibidem. p. 50-51.

<sup>81</sup> Ibidem. p.23.

<sup>82</sup> Ibidem. p.58.

<sup>83</sup> Informação presente em um texto de memórias da sobrinha neta de Jango, Marta Maria de Faro Novis, que concorreu em 2011 ao prêmio Talentos da Maturidade, concurso promovido pelo Banco Santander. Cf: NOVIS, Marta Maria de Faro. *Os Daudt*. Concurso Talentos da Maturidade. 2011. Disponível em: <<https://www.talentsdamaturidade.com.br/trabalho/26713/24808>>. Acesso em 15 dez. 2014.

família<sup>84</sup>. Assim, sua mãe Catarina, auxiliada por suas filhas, passou a cozinhar empadas, croquetes e geleias para vender. As mulheres da casa cozinhavam e os escravos domésticos saíam com tabuleiros para vender os produtos nas ruas<sup>85</sup>.

Em 1877, Jango deixou a cidade para cursar farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi colega de república de João Abbott, que também seria mais tarde um membro ativo do PRR. Instalado na cidade, não tardou viajar para São Paulo para reencontrar seus amigos gaúchos Castilhos e Assis Brasil. Os dois cursavam a Faculdade de Direito de São Paulo e dividiam uma república com outros rapazes. Mais tarde, Castilhos retribuiu a visita e foi ao Rio<sup>86</sup>.

Seus colegas estudantes em São Paulo participaram dos efervescentes debates em torno da escravidão, das críticas à Monarquia e do movimento republicano. Doutrinas filosóficas oriundas da Europa ganharam espaço nos meios acadêmico, jornalístico, jurídico e artístico. Essas teorias deram sustentação a crítica ao regime monárquico e escravista e a defesa entusiástica do republicanismo. Movimentos estrangeiros, como o abolicionista americano e o republicano francês influenciaram enormemente aquela geração<sup>87</sup>.

Em 1881, Castilhos já formado, retornou ao Rio Grande do Sul e enfrentou severas críticas de sua mãe em função do noivado assumido com Maria Luiza. Fazer quitandas era uma atividade muito mal vista pelas famílias mais abastadas, como a dos Castilhos. Ao saber que a futura nora se prestava a tal atividade, exigiu que o filho rompesse imediatamente o noivado<sup>88</sup>. Assim, em 1881, após se formar e regressar ao Rio Grande do Sul, Castilhos rompeu abruptamente o longo relacionamento com a irmã de Jango e comunicou ao amigo o fato por meio de uma carta<sup>89</sup>. Ainda no Rio de Janeiro, Jango esperava que o amigo procurasse a família em Santa Maria para desfazer oficialmente o compromisso e guardou mágoas de Castilho por nunca tê-lo feito. Somente no começo do ano seguinte os dois se reencontraram e àquela altura,

---

<sup>84</sup> DAUDT FILHO, João. Memórias. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003. p.61-62.

<sup>85</sup> NOVIS, Marta Maria de Faro. op. cit. p. 4.

<sup>86</sup> DAUDT FILHO, João. op. cit. p. 70-71.

<sup>87</sup> Cf. ALONSO, Ângela M. *Ideias em movimento* – a geração 70 na crise do Brasil – Império. Tese de Doutorado. (Doutorado em História). FFLCH, São Paulo, 2000.

<sup>88</sup> NOVIS, Marta Maria de Faro. Os Daudt. Concurso Talentos da Maturidade, 2011. p. 5. Disponível em: <<https://www.talentosdamaturidade.com.br/trabalho/26713/24808>>. Acesso em 15 dez. 2014.

<sup>89</sup> Trecho de carta de Júlio de Castilhos a Jango, escrita em 3 mai. 1881, reproduzida no livro de Memórias de João Daudt Filho. Cf. LEAL, Elisabete. Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. *MÉTIS: história & cultura* – v.2, n.3, p.109-127, jan. /jun. 2003.

Castilhos já estava envolvido com uma jovem de Pelotas, Honorina da Costa<sup>90</sup>. Jango, ainda magoado com Castilhos, ansiava por aquele reencontro.

Afinal, chegou o momento do nosso encontro. Foi violento! Ele procurou manter o ar de superioridade no tom mordaz daquela carta, muito do seu temperamento impetuoso e autoritário. Por minha vez, não fui menos veemente. A dignidade de terceira nobilíssima pessoa<sup>91</sup> e a minha própria impunham e exigiam explicação clara do motivo da “vontade sagrada”, expressa naquela carta, que tão poderosamente se opunha aos impulsos “duma espontaneidade viva do seu coração”.

— Um capricho mal-entendido — respondeu, a custo, num diapasão de voz vacilante. Nesse momento, a superioridade era minha.

— Colocas, então, um capricho fútil, como reconhece, acima da tua palavra empenhada? Pois bem, estás livre! Entendes? Desligo-te do compromisso. Com altivez, ali mesmo, virei a página de nossa velha amizade<sup>92</sup>.

Com a proclamação da República, na primeira eleição para o executivo estadual, Júlio de Castilhos foi eleito presidente do Rio Grande do Sul. Ao saber que Jango estava em Porto Alegre buscando justiça por conta do assassinato do cunhado, Castilhos pediu que João Abbott, antigo colega de república de Jango e então secretário de Justiça do estado, procurasse em seu nome o farmacêutico, convidando-o para uma audiência, para tratar do assunto. Castilhos e Jango se reencontraram então no Palácio do Governo, após anos de ruptura em função do término do noivado entre o republicano e Maria Luiza Daudt. Castilhos se comprometeu a punir os responsáveis pelo crime que tiraram a vida de Felipe. Assim, pouco tempo depois, Martim Höehr foi condenado a 30 anos de prisão<sup>93</sup>.

Jango, em Santa Maria, tinha já montado uma farmácia. Apesar da trajetória de seu pai na Câmara Municipal e dos vínculos anteriores com o Partido Liberal, não se interessou pela carreira política. Porém, ainda que não tenha utilizado o *capital político* do pai para exercer um cargo eletivo, valeu-se de sua rede de contatos, ampliando-a para exercer influência política e elevar o *status* do Daudt entre a elite de Santa Maria. Após consolidada a sua farmácia, Jango realizou investimentos na viação férrea. Estava sendo construído um ramal ferroviário, correspondente a uma junção de várias estradas de ferro que ligariam o interior à capital gaúcha.

<sup>90</sup> No ano seguinte, em maio de 1883, Castilhos casou-se com Honorina. Maria Luiza casou-se mais tarde com Adolfo Fiúza e foi mãe de Catharina, Maria, Eloísa e Yêddo Fiúza (este último, interventor em Petrópolis na década de 1930 e candidato a presidência pelo Partido Comunista do Brasil, em 1945)

<sup>91</sup> Maria Luiza Daudt.

<sup>92</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM. 2003. p. 75.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.86-87. Segundo Cristiane Pistóia, Höehr fugiu da prisão em 1894, sendo libertado por um grupo de homens que chegaram a cavalo a cadeia de Porto Alegre, onde o coronel se encontrava, e renderam os guardas de plantão. Depois disso, não teria sido mais visto na região. Cf: Martim Höehr. Folha Nova. Porto Alegre, 31 jan. 1894. Apud. PISTÓIA, Cristiane. PISTÓIA, Cristiane Debus. *Violência física, material e moral no Rio Grande do Sul (1889-1920)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009. p. 72.

Jango adquiriu terrenos e doou parte deles para que fosse construído ali um terminal ferroviário. Santa Maria tornou-se então parada obrigatória para diversas linhas com destino a Porto Alegre e o entorno da estação, onde o farmacêutico ainda possuía terrenos, logo se valorizou, dando a ele um expressivo retorno financeiro<sup>94</sup>.

Contudo, temendo represálias e abalado pela tragédia familiar, Jango, após o julgamento que condenou Höehr pelo assassinato de Felipe, decidiu mudar-se para Porto Alegre. Em 1893, vendeu a farmácia e partiu para a capital com o objetivo de continuar exercendo a profissão de farmacêutico<sup>95</sup>.

Na capital, inicialmente, Jango adquiriu uma farmácia em sociedade com Olímpio Leal. A parceria foi breve e pouco tempo depois, Leal abandonou o negócio. Jango reformulou o estabelecimento, dando-lhe o nome de *Farmácia Daudt*. Montou ali um gabinete para atendimentos médicos e investiu na fabricação da pomada boro-borácica, produto que obteve expressiva vendagem, contribuindo assim para a estabilidade financeira da família<sup>96</sup>. No processo de divulgação de sua farmácia e produtos, Jango utilizou-se expressivamente das páginas do jornal oficial do PRR, *A Federação*. Em média, o farmacêutico anunciava em três números por semana.

**Figura 1: Anúncio da Pomada Boro-Borácica**

A pomada boro-borácica sempre fazendo curas admiráveis O attestado abaixo-firmado prova ainda uma vez que não é pomada a po- mada boro-borácica. « Adquiri na campanha, sen lo me- dico do 1º de cavallaria da brigada mi- litar estadual, quatro ulceras nas per- nas e tendo de seguir viagem afim de prestar serviços profissionaes e faltan- do em marcha medicamentos apro- priados, fiz uso da pomada <b>boro-bo-</b> <b>racica Daudt</b> e fiquei em 8 dias completamente curado. Com um pe- queno resto da referida pomada tratei um soldado que soffria de placas vari- cosas, ficando este tambem curado em poucos dias. <i>Alvaro Villagarcia.»</i> N. 12	re C R = . te fa m P
---	--

Fonte: A Federação. 28 de março de 1895. Ano XIII, nº 72, p.2. Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>94</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2 ed. 2003. p.50-114.

<sup>95</sup> Ibidem. p. 87

<sup>96</sup> A pomada foi o primeiro produto registrado por Daudt, ainda em 1894. Tinha função cicatrizante e era composta por ácido bórico, lidocaína e nitrofurazona. Permaneceu no mercado por mais de 100 anos, tendo sido retirada do mercado em 2001. Cf: CUNHA, Saulo Rodrigo Moreira da. NASCIMENTO, Luciana Marino do. Imagem da saúde: a medicalização da mulher em propagandas de fármacos do início do século XX. *Revista Seringal de Ideias*. Rio Branco, UFAC. 2009. v.2. p.11.-12. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-seringal-de-ideias/edicoes/edicao-02-2009/artigos/imagem-da-saude-a-medicalizacao-da-mulher-em-propagandas-de-farmacos-do-inicio-do-seculo-xx>>. Acesso em 12 ago. 2014.

A experiência de Jango com a publicidade logo mostrou-se positiva, o que o estimulou a investir constantemente na prática. Conforme o farmacêutico narra em seu livro *Memórias*:

Comecei então a anunciar em jornais e em prospectos a minha “Pomada Boro-Borácica”, por ter a experiência demonstrado que esse preparado era de fácil aceitação. Não imaginava, porém, que o resultado fosse tão rápido e eficiente. Os interessados, atraídos pelo anúncio do preparado, cada vez mais procuravam a farmácia; e como me prezava de ser “bom balcão”, além da pomada levavam também outras coisas que eu vendia barato, a título de reclame. Ficou, assim, a “Farmácia Daudt” logo conhecida como barateira. A princípio, fabricava a pomada diariamente, às meias dúzias; depois às dúzias e tudo vendida no mesmo dia. Por ali começou a minha iniciação nos segredos da publicidade e nos seus efeitos surpreendentes<sup>97</sup>.

A aproximação entre Jango e o PRR, depois de sua mudança para Porto Alegre, não se limitou a simples contratação de espaços *n’A Federação* para a veiculação de anúncios de seu laboratório e produtos. Jango se reconhecia e era reconhecido enquanto um industrial, um empresário do ramo farmacêutico. Nesse sentido, os líderes do PRR tinham entre seus princípios o desejo de atrair e abrigar os interesses industriais. Defendiam a propriedade e a iniciativa privada, reservando ao estado o papel de eliminar empecilhos à acumulação. Entre seus postulados estava ainda a manutenção da ordem social e eliminação de conflitos que a colocasse em risco. Segundo a historiadora Sandra Pesavento, tratava-se de um governo de feição positivista em que o Estado seria o responsável por todas essas metas e embora se apresentasse como o responsável por atender às demandas dos mais diferentes setores da população, seu alinhamento com o capital era evidente. Assim, o projeto político do PRR passou a abrigar em seus quadros o empresariado, grupo que reforçou sua hegemonia e sustentação no estado. Por outro lado, os empresários ligados ao PRR utilizaram-se de seus canais para verem atendidas suas demandas específicas<sup>98</sup>.

Assim o fez também Jango. Em 1894, com Alfredo Leal e Valença Appel, fundou a União Farmacêutica de Porto Alegre. Criada como uma sociedade de farmacêuticos, proprietários de farmácias e droguistas, o grupo tinha como meta principal a criação de um curso de farmácia e junto ao governo do estado, obtiveram duas salas e os aparelhos dos gabinetes de física e química da Escola Normal de Porto Alegre. As atividades se iniciaram em 1897 e Jango ficou responsável pela disciplina de Química biológica e microscópica<sup>99</sup>.

<sup>97</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003. p.105

<sup>98</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a ideia de industrial. *Análise Econômica*. Porto Alegre, faculdade de ciências econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano 4, n.7, novembro de 1986, p.4. disponível em <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10253>. Acesso em 24 nov. 2014.

<sup>99</sup> A Escola, mais tarde, fundida com o Curso de Partos de Protásio Alves, daria origem à Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, em 1898. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-*

Segundo Pesavento, a postura do PRR acerca da indústria precedeu as colocações do empresariado do setor manufatureiro, em um ambiente não diferente do restante do país, predominantemente agrário.

Esta constatação permite levar a identificar que o núcleo dirigente do PRR elaborara uma proposta de desenvolvimento antes que o próprio setor se consolidasse ou formulasse de maneira clara os seus interesses frente à sociedade. Em outras palavras, o partido, no seu programa de governo, antecipou-se a uma maior articulação da fração de classe industrial, sem que pudesse, evidentemente, tê-la criado ou ter promovido a sua formação. Assim, a habilidade política do PRR constituiu justamente em ter a sensibilidade para captar os interesses presentes na sociedade e cooptá-los em torno de um esquema de alianças que permitiu cumprir um projeto “progressista” de desenvolvimento que fosse, também, a base de sustentação de um grupo no poder<sup>100</sup>.

A publicidade junto ao jornal republicano ajudava a manter o periódico oficial do partido. Ainda que a intenção de Jango enquanto anunciante fosse fomentar as vendas de seus produtos e não exclusivamente contribuir para a propaganda do partido, seus laços com a elite política do PRR na capital gaúcha tornaram-se ainda mais fortes. Próximo de completar seus quarenta anos, Jango era ainda um homem solteiro. Em suas *Memórias*, atribuía a situação às circunstâncias da vida e a responsabilidade como provedor de sua família<sup>101</sup>. Entretanto, um dia, uma visita chegou à casa de seu vizinho, Júlio Vasques, diretor da Repartição de Estatística do estado. Era a enteada Haidê, que à época, tinha cerca de 20 anos. Natural de Pelotas, Haidê Simões Lopes morava com os tios maternos naquela cidade. Era neta do Visconde da Graça, estancieiro influente que chegara a vice-presidência do Rio Grande do Sul em 1871. Pertencia, pelo lado paterno, a uma família inserida na elite política do estado: os Simões Lopes. O pai, Vicente, faleceu em 1884. Seu tio, Idelfonso Simões Lopes era, na época, deputado estadual do PRR. Haidê era sobrinha também de Antônio Simões Lopes, então diretor geral da Companhia de Gás de Porto Alegre. Jango logo a procurou e depois de inúmeras visitas à casa da família, passeios e bailes, casaram-se em 1898<sup>102</sup>

Um ano após o casamento da sobrinha, Antonio Simões Lopes convidou Jango para o cargo de gerente da Companhia. A empresa tinha fortes ligações com o governo gaúcho e o farmacêutico relutou em aceitar o cargo em função de seu relacionamento com Júlio de Castilhos, temendo que faltasse a ele prestígio para exercer a função, já que mesmo após a

---

1930), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>>. Acesso em 24 nov. 2014.

<sup>100</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit. p.13.

<sup>101</sup> Ibidem. p.109.

<sup>102</sup> Cf. PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917. DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2 ed. 2003.



condenação do assassino de Felipe de Oliveira, Castilhos e Jango não retomaram a amizade dos tempos de juventude. Outro fator que também alegou como justificativa para a recusa inicial foi o seu interesse em permanecer à frente de seus negócios no preparo de remédios. Antonio Simões Lopes, no entanto, insistiu no convite, argumentando que já havia conversado com Castilhos e que dele só ouvira palavras de consideração a respeito de Jango. Quanto às atividades no laboratório, propôs que comparecesse ao escritório da companhia apenas uma ou duas horas diárias. Jango então aceitou o cargo<sup>103</sup>.

Mesmo após o casamento, Jango manteve seu status de provedor de sua família e agregados. Teve apenas um filho biológico, Paulo Daudt, nascido em 1911<sup>104</sup>. Mas os três sobrinhos, filhos de Adelaide, foram criados por ele como se fossem seus, conforme a promessa feita ao cunhado Felipe em seu leito de morte. Durante sua vida, Jango prestou auxílio a vários parentes, mas a aproximação com João, Isaura e Felipe era especial. Em seu livro *Memórias*, o farmacêutico relatou um episódio da infância dos sobrinhos, onde deixa transparecer sua figura paternal com relação a eles:<sup>105</sup>

Eduquei várias crianças, e delas, com bondade, obtinha tudo o quanto queria. Um dia, porém, fui obrigado a lançar mão dos bolos com a chinela, para não faltar com o cumprimento de uma ameaça necessária. O meu sobrinho João [Daudt d'Oliveira], como os outros por mim criados com o maior carinho, diante de mim era uma doçura comovente. Longe, porém, fazia das suas. Brigava, a cada instante, com a irmã Zarinha [Isaura]. Sua mãe fazia-me queixas constantes. Proibi, por várias vezes, a continuação de tais brigas. Chegando a uma ocasião em casa, o que havia de ver! Estavam atacadados nos cabelos um do outro. Mandeí João trazer uma chinela e apliquei-lhe quatro bolos bem puxados. Chegou a vez da Zarinha. João, em prantos, estendeu-me de novo as mãozinhas, dizendo:

- Meu padrinho, não dá nela. Dói muito. Dá em mim outra vez!

Então, quem teve vontade de chorar fui eu, de emoção e arrependimento diante da nobreza de sentimentos da criança<sup>106</sup>.

### 1.3: João Daudt d'Oliveira e a *Geração de 1907*

Encaminhado pelo padrinho Jango, João Daudt d'Oliveira pode frequentar escolas particulares reservadas aos filhos da elite gaúcha. Concluiu os estudos primários no ano de 1903 na Escola Brasileira, em Porto Alegre, onde também estudava Getúlio Dorneles Vargas. Naquele ano, Daudt ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em

<sup>103</sup> DAUDT FILHO, João. op. cit., p.159

<sup>104</sup> Perdera duas filhas logo após ao nascimento, poucos anos depois de seu casamento. Cf. DAUDT FILHO, João. op. cit. p. 10.

<sup>105</sup> Ibidem. p. 8-9

<sup>106</sup> Ibidem. p. 50.

1904, envolveu-se em um movimento que ficou conhecido como *Revolta da Vacina*, uma insurreição que ocorreu no Rio de Janeiro, desencadeada pela campanha da vacinação em massa contra a varíola, por determinação do então presidente da República, Rodrigues Alves. Entre seus articuladores, encontravam-se setores de oposição ao governo, em especial jovens oficiais, formados em escolas técnicas de preparação de cadetes, que defendiam uma reorganização social no país tendo como inspiração as teorias do filósofo francês Auguste Comte acerca do positivismo. Esse grupo reivindicava uma organização social que correspondesse a emergência de uma nova civilização industrial, administrada por gerentes e empresas e tendo como base um conjunto de leis de proteção e assistência aos trabalhadores, sob um governo de ditadura militar<sup>107</sup>.

A vacinação compulsória esbarrava ainda em uma questão cultural, especialmente com relação às mulheres. Não era hábito circular com os braços despidos e o ato da vacina, em que deveriam expor seus membros, quando não suas nádegas, aos aplicadores, expressava uma situação um tanto quanto delicada. A vacinação compulsória das mulheres era vista como um ato de violação ao corpo feminino e de desrespeito às famílias. Na essência dos questionamentos, os opositores criticavam o caráter compulsório da lei. Para eles, o governo deveria deixar que a população decidisse pela aplicação da vacina ou não, e aqueles que concordassem deveriam ter assegurado o direito de escolher as condições de aplicação que julgasse melhor. Mesmo entre pessoas da elite política nacional, a vacinação compulsória era assunto que recebia críticas.

A campanha contra a aprovação da vacinação compulsória cresceu e ganhou as camadas populares. Se no primeiro mês, foram vacinadas voluntariamente 23.021 pessoas nos postos de Saúde Pública, em agosto, este número caiu para 6.036 pessoas. O surto da doença seguia forte, comprometendo a plataforma de governo de Rodrigues Alves, que prometera o saneamento completo e a extinção das endemias na capital federal. Assim, em novembro, o governo decretou a vacinação obrigatória contra a varíola, bem como um regulamento que previa uma série de medidas como multas pesadas de demissões sumárias àqueles que se esquivassem da vacinação. Em 10 de novembro de 1904, um dia, portanto após a regulamentação da vacina, a cidade do Rio de Janeiro foi tomada por agitações populares, que se prolongaram por quatro dias. Militares e políticos envolvidos na revolta se reuniram no Clube Militar, no dia 14 de novembro para articular a execução de um golpe no dia seguinte, com o apoio da mocidade das

---

<sup>107</sup> Cf. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1983. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

escolas militares. Além do dia ser uma data cercada de simbolismo – a da Proclamação da República cinco anos antes – o grupo se valia também do momento de fragilidade do governo, ocupado em conter as massas revoltadas que tomavam conta das ruas da capital, furiosas, depredando bondes, postes, calçadas e o que mais encontrassem pela frente, marcando assim sangrentos conflitos com a polícia, nos quais o saldo de mortos só se fazia aumentar<sup>108</sup>.

Na Escola da Praia Vermelha, onde Daudt era aluno, Lauro de Sodré, Alfredo Varela e o general Travassos conseguiram depor o general Macedo Costellat, comandante da escola. Cerca de 300 alunos apoiaram o grupo em seu projeto de marchar sobre o Catete. Porém, a escassez de muni o e a demora em colocar a aço em prática prejudicam a ofensiva. Quando iniciam a aço, cinco horas após tomarem a Escola, o governo já havia reforçado a segurança de sua sede administrativa, fracassando assim a sedic o militar. No dia seguinte ao levante, o governo revogou a obrigatoriedade da vacina antivariólica. As lideranças civis do movimento foram processadas. Os populares, perseguidos e presos. Os militares que participaram do levante foram detidos e aprisionados. A Escola da Praia Vermelha foi fechada e seus alunos, desligados do Exército<sup>109</sup>.

João Daudt d'Oliveira regressou a Porto Alegre e a partir de então, aproximou-se do PRR por conta da trajetória profissional e acadêmica no estado. Logo que retornou   casa de Jango, foi encaminhado pelo tio para um emprego na Companhia de Gás<sup>110</sup>.

Nesse período, travou-se um impasse: aproximava-se o fim do contrato entre a Intendência de Porto Alegre e a Companhia. A empresa seria obrigada a entregar ao governo todo o seu equipamento sem indeniza es. O governo propôs 400 contos por todo o material

---

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Embora o movimento tenha sido desarticulado pelo governo, Sevcenko ressalta que a revolta reflete o fracasso político para o governo, pelo fato de a maioria da popula o ter se rebelado contra sua autoridade. Por isso, as fontes oficiais se esforçaram para gerar um discurso de descaracteriza o a respeito dos participantes da revolta. Outra razão para denegrir os manifestantes era para abrir caminho e legitimar o movimento repressivo que se seguiu, desalojando milhares de pessoas em favor de uma reforma urbana e sanitária na capital federal. Pesquisando relatos policiais do período, Sevcenko se deparou com expressões como “Obra sat nica, uma empreitada de dem nios”, e “... uma revolta que, se vitoriosa fosse, seria, nem há contraditar, a maior das calamidades nacionais, o retrocesso   barbaria”. Para o historiador, esse tipo de registro presente nos registros oficiais da revolta expressa uma “divisão maniqueista que opõe as forças do bem às forças do mal; os representantes da ordem e os *insufladores do caos*. Conforme Sevcenko, uma lógica mítica, arbitrária e desumanizada: somente a interpreta o de um dos lados prevalece e se impõe; aquele que for mais forte. Esse tipo de raciocínio, que esvazia a humanidade do outro, transformando a sua diferença numa ameaça, esteve por tr s de todos os grandes massacres da história, dos processos inquisitoriais   conquista da América e a eventos bem mais recentes na nossa história contemporânea”. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>110</sup> Em seu livro de Memórias, Jango narra desta maneira o episódio: “(...) coloquei meu sobrinho João no escritório onde trabalhava ao mesmo tempo em que fazia seu curso de Direito. Comigo ele aprendeu a conhecer os homens, em lutas renhidas, sobretudo por ocasião da renova o do contrato da Companhia com o governo.” Cf. DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003. p.159.

para o término do contrato fosse antecipado, mas a Companhia não aceitou. Jango ficou encarregado da tentativa de obter a renovação do contrato. As negociações eram feitas no Palácio do Governo e assistidas por Borges de Medeiros, então presidente do estado. João Daudt d'Oliveira acompanhou as discussões como contabilista. O resultado da negociação foi um acordo firmado entre governo e empresa: a companhia foi encampada e seus proprietários receberam 200 contos além do que havia sido proposto inicialmente. A empresa passou para o patrimônio municipal e Jango foi convidado a assumir a diretoria. Recusou, alegando que sendo comerciante, não poderia exercer um cargo público como era de lei, mas indicou o sobrinho João, então com 23 anos, para ocupar o cargo<sup>111</sup>.

João Daudt ingressou na Faculdade de Direito e conciliou o curso com o emprego da Companhia de Gás. Fundada em 1900, a instituição consistia em uma sociedade de direito privado que deu origem a uma instituição de *ensino livre*, contando com o apoio de lideranças do Partido Republicano Rio-grandense. Seus principais apoiadores foram Júlio de Castilhos e Antonio Augusto Borges de Medeiros, este último presidente do Rio Grande do Sul na ocasião da fundação da Escola. O governo do estado cedeu espaços para a instalação da faculdade<sup>112</sup>, que, ao longo de seu desenvolvimento, embora fosse uma instituição privada, manteve proximidade com o PRR<sup>113</sup>. Segundo o historiador Luiz Alberto Grijó, com a Faculdade de Direito o partido visualizava uma formação jurídica aos jovens gaúchos, conformada aos princípios republicanos. Por meio do curso, seria possível formar uma elite partidária ou simpatizante do PRR, funcionando como uma escola de formação jurídica para uma juventude já vinculada ao partido<sup>114</sup>.

A partir de seu ingresso na Faculdade, o nome de Daudt passa a aparecer com frequência nas páginas d'*A Federação*, envolvido em festividades e comitivas junto a outros acadêmicos para a recepção de políticos que visitavam Porto Alegre. Na quermesse organizada pelos alunos da instituição em outubro de 1907, por exemplo, Daudt ficou encarregado da 10ª comissão para

---

<sup>111</sup> Ibidem. p.163

<sup>112</sup> Como também o fizera com a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

<sup>113</sup> Parte-se aqui da análise feita por Luiz Alberto Grijó, que contesta o argumento de Maralúcia Mendes de que as escolas superiores viabilizavam a "*formação de uma elite concorrencial*", que estaria apta, então, a questionar o PRR. Portanto, a fundação de escolas superiores no Rio Grande do Sul seria algo contrário aos interesses do governo do estado. A partir do trabalho de Grijó e do registro do vínculo entre a escola de Direito de Porto Alegre e o PRR expresso nas páginas d'*A Federação*, que pode ser constatado nas páginas seguintes desta tese, defendo a hipótese de que, ao contrário de ser encarada como algo divergente aos interesses do governo do Estado, era próxima a relação entre o corpo escolar e o PRR. Cf. GRIJÓ, Luiz Alberto. Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937). *História*, São Paulo, 28 (2): 2009, p.303-338. MENDES, Maralúcia Rodrigues. *Entre o "saber" e o "poder": os políticos profissionais do governo castilhista (1891-1900)*. Porto Alegre). Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Ciência Política). PPGCP/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

<sup>114</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. op.cit. p. 307

a passagem de bilhetes, ao lado de João Neves da Fontoura, Manoel de Souza Duarte e Serafim Prates Garcia. No mesmo evento, sua tia, Haidê Lopes Daudt, ficou responsável pela tenda do direito romano. O evento tinha como objetivo angariar fundos para a Faculdade de Direito e contou com o apoio da presidência do estado e dos intendentess de Porto Alegre, mostrando mais uma vez o vínculo entre esta instituição e o governo do estado. O discurso oficial do evento foi feito por Neves da Fontoura. Dentre os membros da organização da festa constavam também os nomes de Getúlio Vargas e Firmino Paim Filho<sup>115</sup>.

Naquele ano de 1907, os acadêmicos do Rio Grande do Sul, em especial os de Direito estiveram envolvidos em um movimento que delimitou a segunda geração do PRR<sup>116</sup>. Castilhos faleceu em 1903, vítima de câncer na garganta. Governava o Rio Grande do Sul desde 1898 Borges de Medeiros. Pinheiro Machado, líder da delegação gaúcha no Congresso, fez com que a delegação sustentasse Borges como chefe do PRR. Mas, em 1907, o cenário apresentou novas configurações por conta da eleição para o governo estadual. Borges optou por não se candidatar e escolher um membro de segunda linha do PRR como sucessor para se dedicar inteiramente a chefia do partido. Sua escolha foi Carlos Barbosa Gonçalves, médico que atuou de maneira expressiva na formação do partido. Integrou na Assembleia Estadual Constituinte e tornou-se presidente do Legislativo Estadual. Embora Gonçalves fosse o candidato oficial, enfrentou uma inesperada disputa. O chefe do partido em São Gabriel, Fernando Abbott, contestou a escolha de Gonçalves como candidato oficial, afastou-se do partido e entrou na disputa, como dissidente republicano. Foi apoiado por Assis Brasil e por um grupo de federalistas<sup>117</sup>.

A disputa por votos gerada pelo lançamento de Abbott como candidato introduziu um novo ator na arena política do Rio Grande do Sul: a *Geração de 1907*. Tratava-se de um grupo de jovens acadêmicos das faculdades de Porto Alegre, alunos dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, além de integrantes da Escola de Guerra. O grupo autodenominava-se Bloco Acadêmico Castilhistas (BAC). Publicaram um manifesto em 27 de abril de 1907, apoiando a candidatura de Barbosa Gonçalves e expressando sua motivação.<sup>118</sup>

---

<sup>115</sup> Faculdade de Direito - A kermesse de amanhã. *A Federação*, Porto Alegre, 11 out.1907. p.2.

<sup>116</sup> A expressão “*Geração de 1907*” aparece no texto de 1975, de Joseph Love (Regionalismo Gaúcho). Neste trabalho, utiliza-se o conceito de *geração* apresentado por Serge Bernstein, que o compreende como sendo um conjunto de indivíduos, vivendo mais ou menos em uma mesma época, submetidos às mesmas determinantes e que compartilharam das mesmas experiências em um ambiente cultural comum. Assim, “*o postulado que preside o estudo da noção de geração é o de uma influência fundamental dessas determinantes sobre o comportamento político daqueles que foram submetidos a elas, capaz de explicar várias de suas atitudes concretas durante o tempo de sua atividade partidária*”. Cf. BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.72

<sup>117</sup> LOVE, Joseph. *Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.88-89.

<sup>118</sup> Ibidem, p.90. Cf. MANIFESTO POLÍTICO – OS ACADÊMICOS CASTILHISTAS AO RIO GRANDE DO SUL. *A Federação*, Porto Alegre, 27 abr. 1907.

Seríamos tacitamente cúmplices nesta agitação bastarda, se permanecêssemos numa imobilidade esfíngica, patenteando aos olhos admirados do castilhismo puro que esta coluna de cristal sem falhas – a mocidade das escolas – tinha deixado estilhaçar as suas arestas lapidares a golpes iconoclastas, de modo a não mais poder refranger os raios luminosos, que nela despejava o sol republicano. Eis porque os acadêmicos, irmãos em Júlio de Castilhos, despertam num alvoroço de ressurreição, dirigindo a palavra ao Rio Grande do Sul<sup>119</sup>.

A cisão provocada pela candidatura de Abbott foi encarada pelos signatários do manifesto como uma *agitação artificial e pseudodemocrática*, motivada por um grupo insignificante numericamente e que conseguiu arrastar o “*venerando nome de Fernando Abbott*”<sup>120</sup>.

Condenamos a candidatura desse ilustre patricio à Presidência do Estado, alcandorados no superior ponto de vista do castilhismo puro, que não permite a nenhum dos seus prosélitos a competição ruidosa aos lugares de honra no seio da administração pública, senão quando a eles são apontados iniludivelmente pelos seus órgãos legítimos<sup>121</sup>.

A direção central do BAC era composta por quatorze estudantes, desses, cinco eram acadêmicos da Faculdade de Direito, três da Escola Militar, três da Faculdade de Medicina e outros três da faculdade de engenharia. Entre os acadêmicos do curso de Direito, destacam-se Firmino Paim Filho, que era presidente honorário, João Neves da Fontoura, secretário e Joaquim Maurício Cardoso, um dos diretores<sup>122</sup>. Embora não compusessem a direção central, assinaram o manifesto os dois futuros presidentes da República: Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra (Escola Militar). Os acadêmicos do BAC passaram o segundo semestre daquele ano engajados na campanha de Barbosa Gonçalves. Entre junho e dezembro, publicaram um jornal, intitulado *O Debate*, e seu editor era Firmino Paim Filho. A candidatura de Barbosa foi vitoriosa.

Embora mantivesse laços de amizade com pessoas que compuseram a diretoria central do BAC, o nome de Daudt não figura no manifesto. Seu tio Jango, como visto em seção anterior, era amigo da família Abbott, especialmente de João, irmão de Fernando. João foi seu companheiro de república nos tempos em que cursou faculdade no Rio de Janeiro e mais tarde,

<sup>119</sup> Cf. MANIFESTO POLÍTICO – OS ACADÊMICOS CASTILHISTAS AO RIO GRANDE DO SUL. In: VARGAS, Getúlio: discursos (1903-1929). (org.) AITA, Carmen. AXT, Gunter. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. 2ª edição P.80.

<sup>120</sup> Expressões retiradas do manifesto.

<sup>121</sup> MANIFESTO POLÍTICO – OS ACADÊMICOS CASTILHISTAS AO RIO GRANDE DO SUL. op. cit., p.83.

<sup>122</sup> Ibidem. p.85.

ajudou-lhe no processo que condenou o assassino de seu cunhado Felipe. A proximidade, portanto, com os Abbott, pode ter contribuído para o não envolvimento de Daudt no manifesto.

Ainda que não tivesse participado do BAC, seu contato com o PRR e com os membros de sua segunda geração se aprofundou após o ano de 1907. Em agosto de 1908, Daudt, Viriato Cintrão, Joaquim Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura fizeram parte da comissão central da festa em homenagem a organização dos institutos jurídicos do Brasil e ao assentamento da pedra fundamental da nova sede da instituição, no Campo da Redenção, em terreno doado pelo governo do Estado e pelo município. O baile e concerto realizados para a festividade foram feitos no salão do Clube Caixeiral. Entre as moças escolhidas como diretoras da festa estavam Isaura e Marieta Carvalho, a irmã e a noiva de Daudt, respectivamente<sup>123</sup>. Quando Firmino Paim se formou, em 1908, Daudt estava entre o grupo de amigos íntimos nas comemorações de sua formatura, ao lado de Getúlio Vargas, Maurício Cardoso, Odon Cavalcanti, João Neves da Fontoura, Octaviano Soares e Victor Silva no almoço comemorativo<sup>124</sup>.

O prestígio de Daudt entre os republicanos do PRR era demonstrado nas páginas *d'A Federação*, inicialmente em torno das notícias acerca do gasômetro, encampado pelo município de Porto Alegre, processo do qual atuara ao lado de seu tio Jango. Em uma publicação, o jornal descreve o panorama de um suposto abandono no momento da encampação, em junho de 1909, e aponta as iniciativas feitas pela melhoria da companhia.

Quem conheceu o antigo gasômetro, pintado a piche, antiestético e anti-higiênico, sem ar e sem luz solar, com as divisões de telhas de zinco pintadas de piche, fica agradavelmente impressionado ao entrar na nova repartição, limpa, confortável, proporcionando aos operários que ali trabalham os meios de viverem com o conforto que lhes é devido.

Tudo foi feito de novo.

O gás é melhor, mais purificado, com melhor poder calorífico e pressão, de modo a garantir um produto em excelentes condições.

É diretor desse serviço, onde revelado muita competência e dedicação, o nosso amigo dr. João Daudt d'Oliveira<sup>125</sup>.

João Daudt casou-se com Marieta Carvalho, filha do comerciante Antônio Rodrigues Carvalho Junior, também ligado ao PRR. O primeiro filho, Ellio Tasso, nasceu em 1911. Marieta faleceu ainda muito jovem, dois anos depois do nascimento do filho. Casamento, nascimento do filho e funeral da mulher aparecem nas páginas sociais e obituário do jornal do partido. O prestígio de Daudt junto ao PRR foi gradualmente se elevando. Em maio de 1914,

<sup>123</sup> FACULDADE DE DIREITO. *A Federação*, Porto Alegre 25 jul. 1908. p.3.

<sup>124</sup> DR. FIRMINO PAIM. *A Federação*, Porto Alegre, 27 jul. 1908, p.2

<sup>125</sup> ILUMINAÇÃO A GÁS. *A Federação*, Porto Alegre. 6 mai. 1911. p.1

foi designado pelo partido para representar *A Federação* e José Montaury de Aguiar Leitão, intendente de Porto Alegre, no centenário de sua cidade natal, Santa Maria<sup>126</sup>.

Visando ampliar a abrangência do laboratório, Jango decidiu trabalhar no Distrito Federal. Em 1912, acabou com a fábrica de medicamentos de Porto Alegre e se mudou para o Rio de Janeiro. Felipe de Oliveira acompanhou o tio, bem como Francisco Daudt, irmão de Jango, e sua família<sup>127</sup>. A partir de então, os Daudt estabeleceram laços de amizade com membros da elite carioca.

Era um período favorável para a indústria farmacêutica no Brasil. Durante a Primeira Guerra Mundial, a produção de especialidades farmacêuticas aumentou 150% em função da redução do fornecimento europeu. Até então, os principais países fornecedores eram, em primeiro lugar, a Alemanha, seguida da França e Inglaterra. Ainda que a indústria farmacêutica dos Estados Unidos conseguisse ocupar faixas expressivas do mercado brasileiro, ainda se encontrava predominantemente concentrada em atender as demandas internas de seu país, com pouco interesse e capacidade para atender ao mercado internacional. Essa *brecha* fomentou a produção das indústrias farmacêuticas brasileiras<sup>128</sup>. Nesse contexto, Daudt abandonou o emprego na Companhia de Gás de Porto Alegre e tornou-se sócio de seu tio Jango e de seu irmão Felipe no laboratório Daudt.

#### **1.4: Inserção da família Daudt na elite carioca**

Avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro e então capital federal. Tarde de outubro de 1919. Membros da elite política se reúnem no Palace-Hotel para um banquete em homenagem a Idelfonso Simões Lopes, que assumia o Ministério da Agricultura. Presentes figuras como o ministro da Fazenda, Homero Baptista, ministro da Viação e Obras Públicas, Pires do Rio, senador Lauro Müller, embaixador Olyntho de Magalhães e o emissário uruguaio Sampaguard. Ao som de orquestras e regados a bom champanhe, acompanhavam a solenidade, entre os demais convidados, Jango e João Daudt<sup>129</sup>.

No Rio de Janeiro, a família Daudt inseriu-se em círculos expressivos da elite carioca, não só por conexões com os Simões Lopes, mas a partir de contratos publicitários com jornais e revistas para promoção dos produtos fabricados no laboratório da família. Em um contexto

---

<sup>126</sup> CENTENÁRIO DE SANTA MARIA. *A Federação*, Porto Alegre, 24 mai. 1914. p.3

<sup>127</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2 ed. 2003. p.10

<sup>128</sup> QUITANEIRO, Tânia. O mercado farmacêutico brasileiro e o esforço de guerra norte-americano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (RJ). N.29, 2002, p. 142-143.

<sup>129</sup> DR. SIMÕES LOPES. Homenagens de colegas e amigos no almoço no Palace-Hotel. *A Federação*. Porto Alegre, 25 out.1919. p.1.



no qual a maior parte dos anúncios partiam de empresas estrangeiras, eram raras as agências de publicidade independente. Os próprios jornais e revistas eram os responsáveis pela produção e veiculação de publicidade, o que, de certo modo, os aproximava dos empresários anunciantes<sup>130</sup>.

O empresário do setor da comunicação Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, que adquiriu seu primeiro veículo – *O Jornal* – em outubro de 1924, queixava-se da dificuldade que os empresários do ramo enfrentavam para conseguir anunciantes. Tentava pessoalmente convencer seus amigos empresários a investirem na divulgação de suas companhias<sup>131</sup>. Conforme afirma Fernando Morais, autor de sua biografia,

Chateaubriand insistia em sublinhar as vantagens que as indústrias teriam se anunciassem o que produziam, mas industriais poderosos, como o conde Francisco Matarazzo<sup>132</sup>, ouviam aquela arenga com ceticismo e desinteresse.

— Doutor Assis, eu não sou contemporâneo de tal propaganda – dizia o conde. – Se meus filhos quiserem vender com anúncios, não me oporei. Mas eu sou de outra era<sup>133</sup>.

A família Daudt já investia em publicidade desde os tempos em que concentravam as atividades do laboratório em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, é possível observar que já nos primeiros meses de funcionamento d’*O Jornal* sob direção de Chateaubriand, o laboratório divulgava seus produtos nas páginas do periódico. Anos mais tarde, firmam um contrato com o consórcio jornalístico de Chateaubriand, que foi classificado pelo periódico como sendo “*o mais vultoso contrato de publicidade*” já realizado na história da imprensa brasileira, atingindo a cifra de 1.200 contos de réis. A notícia foi estampada na primeira página d’*O Jornal*, no dia 2 de junho de 1929.

---

<sup>130</sup> SCHMITT, Tatiâne. *A mídia exterior da cidade de Porto Alegre: a trajetória do meio durante o século XX até os dias atuais*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. p.24. Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985. RODRIGUES, André Iribure. *MPM Propaganda: a história da agência dos anos de ouro da publicidade brasileira*. Porto Alegre, 2002. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>131</sup> MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.141

<sup>132</sup> Industrial paulista.

<sup>133</sup> MORAIS, Fernando. op. cit. p.142.

# Figura 2: Contrato publicitário firmado entre o Laboratório Daudt e os jornais de Chateaubriand



## 1.200 contos de réis fixados em um contracto de propaganda para O JORNAL e seus aliados, "Diario de S. Paulo", "Diario da Noite", "Cruzeiro" e "Estado de Minas"

### A FIRMA DAUDT OLIVEIRA & C. COMO PIONEIRA DA PUBLICIDADE VALORIZADA NA IMPRENSA DO BRASIL

A firma Daudt Oliveira & C. que acaba de concluir com esta folha o mais valioso contrato de publicidade já realizado na imprensa brasileira, entre os serviços prestados ao interesse público — como a divulgação de produtos de incalculável utilidade, — apresenta hoje, ao maior público, o seu primeiro trabalho, os seus primeiros resultados de divulgação, cujo elemento essencial é o aumento de vendas.

Um rápido exame retrospectivo nos dá a impressão de que a publicidade já realizada pela firma Daudt Oliveira & C. que inaugurou no Brasil o critério da publicidade valorizada, transpõe a sua publicidade das paginas interessadas, contadas e de pouco preço, para as paginas remuneradas das revistas e jornais e, portanto, para as paginas de maior circulação e maior influência. Isto equivale a dizer que os "interesses" das indústrias impulsionadas pela propaganda popular a vantagem de valorização do consumo. Foi, pois, o precedente de Daudt Oliveira & C. que determinou, em razão, a curta existência, a publicidade de outros sistemas de anúncios que, nos jornais de projeção, costumam basear-se na estabilidade ou no seu preço.

As que a esta firma deu a imprensa do país, em suas páginas, agora mais o serviço representado no contracto honroso firmado com o O JORNAL e os seus aliados, subsidiários: "Diario de S. Paulo", "Diario da Noite", "O Estado de Minas" e o "Cruzeiro". Mas, e o O JORNAL e os outros do seu grupo os únicos beneficiários pela iniciativa, contracto que, logo publicamos e a própria imprensa ilustra e a ilustra que se valorizam pelo reconhecimento, por parte de profissionais experientes, de sua inelutável utilidade, como factor decisivo na vida da industria, como veículo de diffusão de seus produtos e serviços.

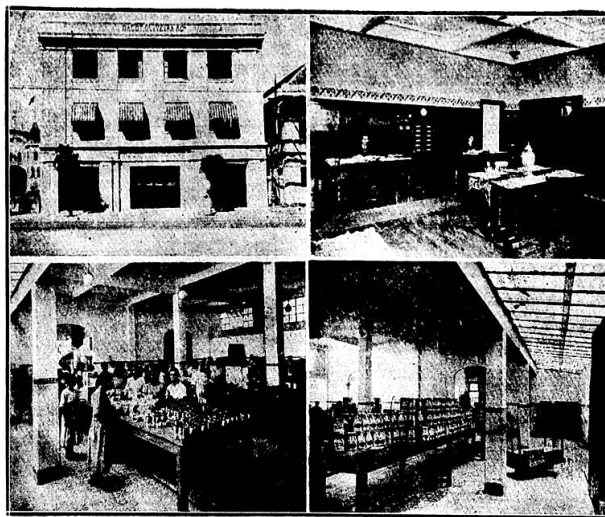
Poucas organizações, de resto, poderiam como a firma Daudt Oliveira & C. avaliar a importância de um determinado elemento de divulgação, visto serem a prosperidade e a disseminação dos procedimentos de seus produtos, não só no Brasil, como na Argentina e no Uruguay, uma preocupação directa de mais ampla e mais antiga dos seus procedimentos que — distribuído anualmente os dois milhões e quinhentos mil exemplares do "Diario de S. Paulo", "Diario da Noite", "O Estado de Minas", "Cruzeiro", "Estado de Minas", dois milhões de folhetos especializados, dois milhões de prospectos diversos, um milhão de avulsos, quinientos mil volumes postais referentes a concursos instituídos por suas edições próprias, fazendo affixar em suas paredes, trechos, etc. cerca de meio milhão de cartazes, contando com o circulo permanente dos varios milhares de boletins que acompanham os frascos dos productos construídos — esta potente organização avalia de tal modo eficiente a publicidade de imprensa, que julga vantajoso a destinação aos matutinos e vespertinos de São Paulo e Minas Gerais do consorcio encabeçado pelo O JORNAL da diffusão de 1.200.000.000, reservado apenas a propaganda de três dos seus productos: — a "NECATORINA", o específico antigripal, fabricado na Alemanha, o específico Merck de Darmstadt (Alemanha), o específico tônico "NUTRION", preparado pela fábrica de Illinois (E.U.A.), Dr. João Moraes e a "BROMIL", o mais popular dos medicamentos empregados para o tratamento de tosse e outras affecções do aparelho respiratorio.

O Laboratório Daudt, Oliveira & C. não é uma organização, como tantas outras que existem por ali além, preocupada apenas de criar sistemas de productos para venderem ao público e ganhar dinheiro. O seu venerado chefe, o Sr. João Daudt Filho, sabido, antes de tudo, com um sentimento profundo de amor ao Brasil, defende a base physica da nacionalidade, do saneamento do povo brasileiro. Busca, com a campanha, a que se abalouza neste ultimo cinco annos, o Laboratório Daudt Oliveira, além de combater as venozas, que deoram as suas massas da população rural, ensinando-lhes a viver e a crescer. E, de modo contínuo, para obter da sua obra de combate as venozas e Dr. Bellissio Penteado, uma posição de grande relevancia nessa campanha no grande apostolo do saneamento da collectividade rural brasileira, E, do norte ao sul do país, o Dr. Bellissio empreendeu uma campanha de saneamento do "Necator", a qual ainda vive na memoria dos nossos compatriotas, isto interessa foi essa "regra" da actividade cívica do illustre collaborador.

Neste os seus primeiros vermes dos intestinos, que abalam a saúde das populações rurais, não o "Necator" — assasão — como se deve chamar em português. O "Necator" é um parasita da espessura de um fio de linha e do comprimento de um centimetro, que se localiza no intestino (ileodeno). Até hoje se trata por meio de laminaes cortantes, que achem a mais efficaz remediação, podendo pequenos banhos.

A remediação do "Necator" e de tal sorte que não sufficiente os exemplares para que o individuo comence a apresentar uma assasão.

No contracto que vem de firmar o O JORNAL e os seus aliados, com Daudt Oliveira & C. uma enorme verba foi destinada a propaganda da NECATORINA. A NECATORINA é a morte da gálgia no Brasil, com a mesma intensidade do rigoramento das grandes zonas habitadas que no mundo da terra. Aboram uma razão mais productiva, mais rápida e mais indispensavel.



o edificio central de Daudt, Oliveira & C. A Avenida Nova de 14, de onde se desloca a administração e, em baixo, as secções de armazenamento e expedição

### Foi assignado hontem no Jockey Club, entre a firma DAUDT, OLIVEIRA & CIA. e o consorcio dos diarios e revista encabeçado pelo O JORNAL o maior contracto de publicidade que ainda se fez no Brasil

Damos abaixo o teor do contracto assignado entre a firma DAUDT, OLIVEIRA & CIA., de um lado e do outro a S. A. O JORNAL, e as empresas à mesma reunidas, e que são o "Diario de São Paulo", o "Diario da Noite", o "Estado de Minas" e a revista illustrada "Cruzeiro", para a propaganda desses diarios e jornal illustrado, dos tres productos seguintes da firma DAUDT, OLIVEIRA & CIA., "Neo-Necatorina", "Nutrion" e "Bromil".

O contracto, que é do valor global de 1.200 contos, foi firmado hontem, ás 14 horas, no Jockey-Club, assignando pela firma DAUDT, OLIVEIRA & CIA., os seus tres socios solidarios, srs. João Daudt Filho e dr. João Daudt de Oliveira e Felipe Daudt de Oliveira, e pelo O JORNAL, e as empresas aliadas, o dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, director-presidente; e dr. Gabriel Bernardes, director.

Tiveram a honra gentileza de assignar o contracto, como testemunhas, o Barão de Saueveta, director do Banco Boavista, e que é um dos nossos mais completos technicos de publicidade, e o dr. Virgílio de Mello Franco, antigo director do O JORNAL, e actual director da S. A. Fazendas Reunidas Normandia.

São estes os termos do contracto a que nos referimos:

**ENTRE DAUDT, OLIVEIRA & CIA.,** desta praça, representados neste acto por seus socios solidarios João Daudt de Oliveira, João Daudt Filho e Felipe Daudt de Oliveira, de uma parte, e a Sociedade Anonima O JORNAL, com sede nesta cidade, representada por seus directores Doutores Rodrigo Mello Franco de Andrade e Gabriel Loureiro Bernardes, de outra parte, fica justo e convencionado o que segue:

**PRIMEIRO:** — O JORNAL, e as suas empresas subsidiarias, Empresa Graphica "Cruzeiro", S. A., "O Diario de S. Paulo", S. A., "Diario da Noite" e S. A., "Estado de Minas" se obrigam a publicar durante o prazo de trinta e seis mezes, annuncios dos productos "Bromil", "Necatorina" e "Nutrion", fornecidos os originaes pela firma DAUDT, OLIVEIRA & CIA., no valor de R\$. 1.200.000.000 calculados de accordo com as tabelas que vigoram actualmente para a publicidade dessa natureza, nos jornaes e revista supra mencionadas.

**SEGUNDO:** — DAUDT, OLIVEIRA & CIA., deverão distribuir a verba do total do contracto em parcelas de quatrocentos contos de réis annuaes, que serão divididos pela seguinte forma: R\$. 150.000.000 — em publicacão no O JORNAL, R\$. 100.000.000 — no "Diario de S. Paulo", R\$. 50.000.000 —

### O VALOR DA GRANDE PUBLICIDADE NO CONSORCIO JORNALISTICO CHEFIADO PELO "O JORNAL"

Lord Northcliffe foi procurado, certa vez, por um fabricante de escovas, que lhe deu a seguinte pergunta: "O que acha de fazer para vender mais escovas?" — "O conselho que lhe venho pedir, diz o consorcio de escovas". Lord Northcliffe pensou um momento e disse: "Então, não faça nada". — "Mas, senhor, o trabalho da fabrica e preciso e para uma grande verba". — "No entanto, todos os annos os fabricantes de escovas de Lord Northcliffe annunciam o trabalho da fabrica de escovas, com este titulo suggestivo: "O que acha de fazer para vender mais escovas de Inglaterra". — "Nunca pagamos nada, no total de volume, e o jornalista accrescenta que os seus tal, mesmo tanto mais, e, portanto, uma grande "inutilidade" para o fabricante de escovas, que se vê obrigado a empregar se complexa a reconstrução da fabrica". — "Mas, senhor, os resultados foram os melhores para o fabricante, que se vê obrigado a porta da fabrica".

A concepção dos annuncios de publicidade é puramente americana e funda-se na idea da publicação de artigos que, sem um controle muito minucioso, podem ser de grande utilidade. Will Hays Northcliffe, Hays, que é presidente do consorcio de jornaes que tem o seu nome, affirma em certa occasião: "Eu vendia no Brasil um jornal só multiplicado com trinta nomes em todo o territorio dos Estados Unidos. A utilidade do consorcio e principalmente a conveniencia de milhares de leitores de cultura e meios em mais diversos. Um jornal feito para Nova York não serve para o tipo de leitor da costa do Pacifico. Desejamos as influencias do país "nacionalmente", não lhe impoem um jornal unico para forçar a seu gosto. Adaptamos a todos os regionos, multiplicando o meu tipo de jornal. O meu "trabalho" assembla-se a interferencia americana; cada unidade tem a sua autonomia, e se chegam a grande ordem dos interesses communs".

O JORNAL, encabeça hoje um consorcio jornalístico. É o núcleo centralizador de quatro outros publicações, tres diarios e um semanario, que se encaregam de multiplicar o espirito que o orienta, através da grande variedade nacional, e diversificam o âmbito das necessidades do ambiente em que têm de agir. Uma folha em São Paulo pode ter o apoio de uma folha do Rio de Janeiro, mas terá que affixar-se às modalidades e circumstancias do meio paulista.

O JORNAL é o "trabalho" do maior grupo jornalístico que já se formou no Brasil. O que se fez em O JORNAL, reflecte-se no "Diario de S. Paulo", no "Diario da Noite", no "Estado de Minas" e na revista "Cruzeiro". No orden de entrega para o consorcio, vem em primeiro lugar o "Diario de Noite" que é o maior vespertino de S. Paulo, distribuido trinta mil exemplares no capital e no interior do grande Estado. Em quatro annos de actividade, dentro do âmbito do JORNAL, quinientos e trinta e seis mil exemplares do "Diario de Noite" tem um recorde bruto annuaal de dois mil contos de réis.

A revista "Cruzeiro" repete a façanha de "Cruzeiro", chego, via e vincoza para sempre. Em menos de um anno de existencia, as suas tiragens ascenderam, em algumas occasoes extraordinarias, a altissimos astronomicos para o nosso país. O numero dedicado ás "missas" brasileiras teve sessenta e duas mil copias, tiragem esta testemunha por deoito dos seus principios annunciantes, em rigoroso exame que foram convidados a fazer.

O "Diario de S. Paulo" que é na ordem jornalística o terceiro, unico do consorcio jornalístico de O JORNAL, e tambem a mais recente. Em poucos dias, no começo de janeiro, assasão-se com um logar definido e impareável na imprensa paulista. Na capital e no interior, as suas edições escalam-se rapidamente com uma tiragem superior a trinta mil exemplares, em menos de cinco mezes de actividade. O "Diario de S. Paulo" obteve a preferencia incontestavel do publico de S. Paulo, tal a perfeição e a rapidez dos seus serviços informativos e a honraria da sua orientação.

O "Estado de Minas Grezes" chegou ao primeiro lugar em uma folha de prestigio em Minas Grezes. Mas o seu ingresso no grupo de O JORNAL, animou a um novo ciclo de renouvo e progresso que já fez delle, em pouco mais de um mes, o jornal do publico de Belo Horizonte e de uma enorme zona do norte de Minas. Com esta ligeira explicação o publico pode já fazer uma idea do que significa um contracto de publicidade com a empresa de O JORNAL. Pelos organos mais unidos da imprensa brasileira, a propaganda desse consorcio atinge aos limites extremos do Brasil, com uma força e um prestigio ainda não iguaes na nossa terra.

A preferencia da firma Daudt, Oliveira & C. para o contracto das propriedades desse hoje publico, é a demonstração do valor da publicidade em columnas de nossa organica. Elle resume na cifra de 1.200 contos o que nenhum argumento e nenhuma exposição poderiam oferecer, isto conclue-se a isto decisivo.

Fonte: O Jornal, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1929, ano XI, p. 1

O consorcio jornalístico de Chateaubriand, além do periódico carioca, incluía naquele momento o *Diário de São Paulo*, o *Diário da Noite* (vespertino paulista), *Estado de Minas* e a revista *Cruzeiro*. Influenciado por empresários da comunicação dos Estados Unidos,

Chateaubriand afirmava que o seu “*trust assemelhava-se à federação americana: cada unidade tem a sua autonomia e só obedece à grande ordem dos interesses comuns*”.

William Randolph Hearst, que é proprietário do consórcio de jornais que tem o seu nome, afirmou em certa ocasião: “Na verdade eu tenho um jornal só, multiplicado com trinta nomes em todo o território dos Estados Unidos. A utilidade do consórcio é primeiramente obedecer à conveniência de milhares de leitores de cultura e meio os mais diversos. Um jornal feito para Nova York não serve para o tipo de leitor da costa do Pacífico. Desejando eu influenciar o país “nacionalmente”, não lhe imponho um jornal único para forçar seu gosto. Adapto-me a todas as regiões, multiplicando o meu tipo de jornal<sup>134</sup>.”

As investidas dos Daudt em publicidade na imprensa carioca se iniciaram décadas antes daquele contrato. Ainda em 1908, é possível observar anúncios do laboratório na revista *Fon Fon*, então com meses de existência<sup>135</sup>. *Fon Fon* era um semanário ilustrado, lançado em 1907, publicado aos sábados. Abordava temas referentes a vida privada brasileira e tinha ampla circulação entre a elite carioca. Por seu conteúdo repleto de registros cômicos e ilustrações, atraiu também leitores das classes médias e populares<sup>136</sup>.

A aproximação dos Daudt com os empresários do ramo da comunicação ultrapassou a mera contratação de anúncios publicitários. No ano de 1911, Felipe de Oliveira ingressou como colaborador da *Fon Fon*, assinando a coluna *Croqui às Pressas*, com o pseudônimo de Gavarni<sup>137</sup>. A família Daudt tornou-se próxima dos diretores da *Fon Fon*, especialmente de Alexandre Gasparoni, empresário do setor de seguros que também integrava a diretoria do periódico. Em janeiro de 1915, João Daudt, que ficara viúvo dois anos antes, viajou para o Rio de Janeiro e encontrou-se com seu irmão Felipe e com Stella e Mário, filhos de Gasparoni. Combinaram um passeio de carro pela capital, rumo a batalha de confetes, na Avenida Rio Branco. Durante o passeio, aventuraram-se por um caminho alternativo entre os bairros da Gávea e Tijuca. Num determinado trecho, já por volta das dez da noite e sob uma escuridão que dificultava a condução do automóvel, o carro acabou caindo em uma ribanceira, deixando Stella ferida<sup>138</sup>. O acidente, que analisado nesta pesquisa, indica o grau de proximidade e inserção

<sup>134</sup> VALOR DA GRANDE publicidade no consórcio jornalístico chefiado pelo “*O Jornal*”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jun.1929. p.1.

<sup>135</sup> Ver: *Revista Fon Fon*, janeiro de 1908, nº 40, p.33,

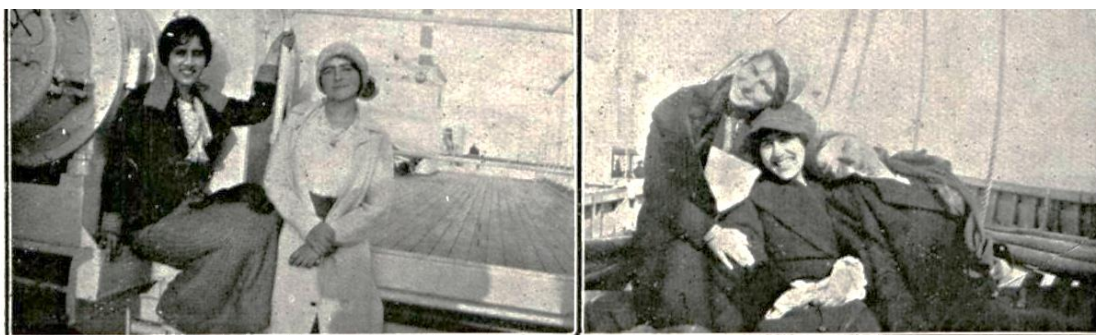
<sup>136</sup> SANT’ANNA, Mara Rúbia. De perfumes ao pós: a publicidade como objeto histórico. *Revista Brasileira de História*, vol. 32, no 64, p. 308. Cf: ZANON, Maria Cecília. A Sociedade Carioca da Belle Époque nas Páginas do Fon-Fon! *Patrimônio e Memória*, Unesp/FCLAs/Cedap, v.4, n.2, p.225-243, jun. 2009. VELLOSO, Mônica Pimenta. As modernas sensibilidades brasileiras. *Nuevos Mundos*, jan. 2006.

<sup>137</sup> *Fon Fon*, 19 ago.1911, n.33, ano V. p.22. Naquele mesmo ano, Felipe lançara seu livro de poemas *Vida Extinta*, ponto de partida de sua trajetória como poeta renomado no cenário nacional do período. Ver: FELIPE DE OLIVEIRA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 fev.1942, n.40, p.5

<sup>138</sup> UM DESASTRE NA reta da gávea. a senhorita Stella Gasparoni gravemente ferida. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 12 jan. 1915, n. 742, ano IV, p.4.

dos Daudt entre elementos da elite carioca, repercutiu de maneira expressiva na imprensa da capital federal, não apenas por ser tratar da filha de um jornalista e empresário, mas por Stella, ou Tetéia, como era chamada, ser uma figura frequente nas colunas sociais do Rio, em especial, nas páginas da *Fon Fon*.

**Figura 3 – Stella Gasparoni em viagem para a Europa**



Senhorita **Stella Gasparoni** e algumas amiguinhas em viagem para a Europa. — *Teteia* como é conhecida nas rodas íntimas, é a 1.ª á esquerda e a do centro no grupo á direita.

Fonte: *Fon Fon*, 7 de março de 1914, ano VIII, n.10, p.34

**Figura 4 - Stella Gasparoni com sua mãe em Paris**

**FON-FON ! EM ROYAL (França)**



Mme Gasparoni e Mlle **Stella Gasparoni** no parque da encantadora estação de águas.

Fonte: *Fon Fon*, 8 de agosto de 1914, ano XVIII, n.32, p. 39.

Meses depois do acidente com Tetéia, Daudt novamente figurou nas colunas sociais ao lado da *socialite* carioca: casaram-se em julho daquele mesmo ano. Entre os padrinhos de casamento escolhidos por Tetéia, estava o então vice-presidente da República, Urbano Santos

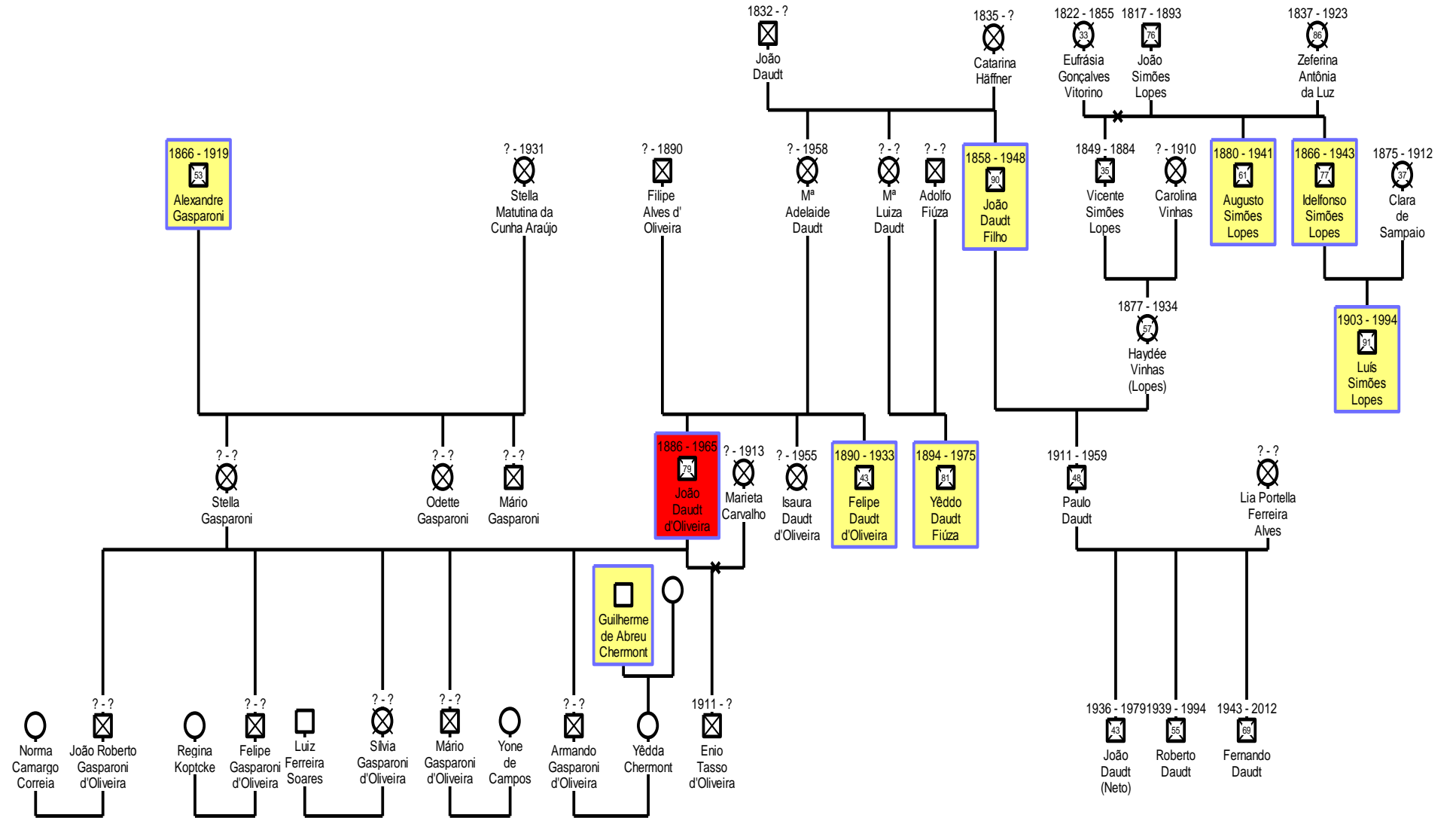
e por parte de Daudt, Firmino Paim. Stella viveu dois anos com Daudt em Porto Alegre, até que se mudaram para o Rio.

No quadro a seguir, é possível observar a composição da família Daudt e a dinâmica de sua inserção entre membros das elites carioca e gaúcha. Na sequência, um esquema ilustrando as conexões familiares, onde os nomes apresentados no quadro aparecem destacados em amarelo.

**Quadro 7: Familiares de Daudt d'Oliveira**

<b>NOME</b>	<b>PARENTESCO COM DAUDT D'OLIVEIRA</b>	<b>ATIVIDADE PROFISSIONAL/POLÍTICA</b>
João Daudt Filho (Jango)	Tio	Farmacêutico, fundador do laboratório Daudt
Idelfonso Simões Lopes	Tio de Haidê Daudt, esposa de Jango	Deputado estadual pelo PRR (1897-1904). Deputado federal (1906-1908; 1913-1919; 1922-1930). Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1919-1922). Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (1926-1943). Vice-presidente da comissão executiva da campanha da Aliança Liberal (1929-1930); Diretor do Banco do Brasil (1930-1943).
Augusto Simões Lopes	Tio de Haidê Daudt, esposa de Jango	Deputado federal (1933 a 1935), senador (1935 a 1937) e vice-presidente do Senado Federal.
Luís Simões Lopes	Primo de Haidê	Presidiu o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) durante o Estado Novo. Entre 1951 e 1952, dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). Em 1954, foi eleito primeiro presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).
Alexandre Gasparoni	Sogro de Daudt	Diretor da revista <i>Fon Fon</i> e membro da direção da Companhia Equitativa de seguros
Felipe de Oliveira	Irmão de Daudt	Empresário, farmacêutico e poeta, autor dos livros de poesia <i>Vida Extinta</i> (1911) e <i>Lanterna Verde</i> (1926). Ao lado de Daudt, integrou a Aliança Liberal. Foi diretor presidente do <i>Diário de Pernambuco</i> , pertencente ao consórcio de jornais de Assis Chateaubriand.
Yêddo Fiúza	Primo de Daudt	Interventor do município de Petrópolis nomeado por Getúlio Vargas (1930-1934), (1937-1938), prefeito eleito de Petrópolis (1936-1937), diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado Novo, candidato à presidência da República pelo Partido Comunista do Brasil (1945).
Guilherme Abreu de Chermont	Sogro de Armando, filho de Daudt	Irmão de Abel de Abreu Chermont, que foi deputado Federal nos períodos 1918 a 1920 e 1933 a 1934 e senador entre 1935 e 1937. Fundador do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, que combatia o avanço do Integralismo em defesa da vigência das liberdades constitucionais. Por denunciar arbitrariedades e violências cometidas pela repressão anticomunista, foi processado, condenado e preso no Estado Novo.

Figura 5 – Análise dos círculos familiares dos Daudt



### 1.5. Os irmãos Daudt d'Oliveira e a Aliança Liberal

Mesmo distante, instalada na capital federal, a família Daudt manteve ligações com Porto Alegre e com o PRR. Jango articulou uma campanha para arrecadar fundos para a construção de uma herma com o busto do senador gaúcho Pinheiro Machado, a ser colocada no salão de honra do Senado Federal<sup>139</sup>. Os medicamentos fabricados pela Farmácia Daudt continuaram sendo comercializados em estabelecimentos gaúchos e anunciados n'A *Federação*. Ao mesmo tempo que buscava manter vivos os laços com o Rio Grande do Sul, empenhavam-se em uma inserção mais expressiva no Rio de Janeiro, valendo-se também de ações sociais. Em 1918, Jango e Daudt engajaram-se no esforço de auxílio às vítimas da Gripe Espanhola, em um surto que vitimou centenas na capital federal, com a distribuição de medicamentos e alimentos.<sup>140</sup>

Suas ações foram relatadas nas páginas do jornal *O Malho*, que descreveu suas iniciativas como *caridade perfeita*<sup>141</sup>. A revista *Fon Fon* dedicou-lhe dezenas de elogios em uma coluna na edição de 9 de novembro daquele ano.

**Figura 6: *Fon Fon* noticia benfeitorias de Jango**

✦ Ha creaturas que nasceram para praticar o bem, para nos momentos difficeis e graves acudir a todos os que padecem e necessitam. De manhã a noite dedicam-se aos seus semelhantes, vão levar conforto e auxilio nos lares invadidos pela molestia e pela miseria. Dão dinheiro, dão remedios, dão conselhos, dão consolo, dão coragem, dão mesmo a sua saude, ás vezes comprometida nessa santa cruzada do Bem. Esses exemplos de caridade e bondade compensam, felizmente, o completo descaso dos que deveriam zelar pela vida da população carioca. E um desses exemplos é o conhecido industrial João Daudt Filho, que, no seu automovel, percorre ruas e ruas, levando medicamentos e recursos de todo genero aos menos favorecidos da sorte. E como se não bastasse, á noite, manipula, prepara com as suas proprias mãos remedios distribuidos depois, gratuitamente, aos que precisam. Ao lado de tanta nobreza d'alma, quanta criminosa indiferença se patenteia nesta angustiosa quadra.

Fonte: *Fon Fon*, ano 12, n. 45, 9 de novembro de 1918, p.34

<sup>139</sup> HERMA AO SENADOR PINHEIRO MACHADO. *A Federação*, Porto Alegre. 20 out.1916. p.4

<sup>140</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM. 2003. p.145.

<sup>141</sup> *Ibidem*. p. 146

Considerando as análises de Tânia Salgado Pimenta e Ediná Alves da Costa, a iniciativa de Jango não era atípica entre os farmacêuticos brasileiros. Desde os anos do Império, era bastante comum que médicos e farmacêuticos fizesse caridade durante os flagelos e mais tarde, divulgassem seus atos. As pesquisadoras analisam casos onde esses profissionais agiam desta maneira em busca reconhecimento social para, no futuro, ter prestígio necessário para ver suas reivindicações atendidas, muitas delas, em torno de melhorias na legislação para a própria categoria profissional<sup>142</sup>. Jango, ao longo de sua trajetória no Rio de Janeiro, adquiriu elevado status entre as associações farmacêuticas. Recebeu o título de presidente de Honra da Associação Brasileira de Farmacêuticos e do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro. Foi agraciado ainda com título de membro honorário da Academia Nacional de Farmácia<sup>143</sup>.

Enquanto o tio destacava-se nos círculos do empresariado do setor farmacêutico, Daudt inseria-se cada vez mais em círculos políticos. De tímido coadjuvante em baquete e festividade, compondo com outras dezenas as listas de convidados, Daudt passou ao longo da década de 1920 à posição de promotor de banquetes e personagem de destaque nesses eventos, tendo presença evidenciada nas colunas sociais. Ligado aos colegas gaúchos que se despontavam na política nacional, Daudt era figura certa nas solenidades que envolviam membros do PRR. Quando Getúlio Vargas foi nomeado ministro da Fazenda, em 1926, Daudt organizou uma homenagem ao colega. Em discurso, Vargas homenageou o Rio Grande do Sul, enfatizou a boa relação do então presidente Washington Luís com seu estado e, declarando-se lisonjeado com a homenagem, fez um agradecimento especial a Daudt.

Dado o grau de intensidade dos prelos invictos do Rio Grande do Sul, recusar uma homenagem promovida pelos meus conterrâneos, indistintamente, poderia dar asa à suposição de que eu me deixara arrastar por intolerância pessoal incompatível com o meu temperamento. A própria escolha de João Daudt d'Oliveira, meu condiscípulo dos tempos escolares, para intérprete do movimento, bem demonstra que se trata de uma festa de amizade. Daudt de Oliveira é um desses raros amigos que só tem a dar e nunca a pedir – leal, desinteressado, solícito dotado de uma grande nobreza de caráter<sup>144</sup>.

Aquele era um momento de ascensão política para Getúlio. Em 1928, foi eleito presidente do Rio Grande do Sul, em um contexto de limitações impostas a Borges de Medeiros anteriormente durante a gestão de Arthur Bernardes na Presidência da República. Bernardes

---

<sup>142</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. COSTA, Ediná Alves. O exercício farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out/dez. 2008, p. 1017.

<sup>143</sup> DAUDT FILHO, João. 2 ed. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2003. p.187.

<sup>144</sup> UM DISCURSO DO SR. GETÚLIO VARGAS. *A Federação*. Porto Alegre, 26 nov. 1926. p.3.



fora eleito em um pleito competitivo e ao assumir a Presidência interveio nos estados dissidentes. O Rio Grande do Sul, que desde 1907 vinha se caracterizado pela estabilidade, garantida pela hegemonia de Borges de Medeiros sobre as demais facções, sofreu intervenção do governo federal nas eleições internas. Bernardes apoiou a candidatura oposicionista de Assis Brasil. A vitória de Borges de Medeiros não significou a manutenção da estabilidade: os dissidentes se rebelaram, com a certeza de que contariam com o apoio do Exército e da Presidência. Borges de Medeiros, para resistir à pressão feita pelos dissidentes para que renunciasse à presidência do estado, teve de fazer concessões e a principal foi aceitar a proibição de sua reeleição, medida determinada pela revisão constitucional imposta pelo governo de Bernardes<sup>145</sup>.

Vargas emergia como o líder mais destacado do Rio Grande do Sul, sustentando em seu discurso propostas de fomento à industrialização e de diversificação no campo econômico<sup>146</sup>. Nesse contexto, os Daudt apoiaram a campanha de Vargas no Rio Grande do Sul. Vitoriosa a campanha, tão logo empossado, Vargas tratou com Jango e João a promoção de uma campanha de saneamento no estado. Além disso, Vargas comprometeu-se com os Daudt a empreender esforços para aprovar o projeto de lei estadual que regulamentava as profissões de médico e farmacêutico<sup>147</sup>. As visitas de João Daudt ao Rio Grande do Sul ganhavam mais que notas tímidas em colunas sociais. Não era apenas um convidado em festividades. Sua chegada à capital gaúcha era motivo de mobilização entre a elite política do PRR. Em fevereiro de 1928, por exemplo, foi recebido por um banquete oferecido por Vargas, Oswaldo Aranha e Firmino Paim Filho<sup>148</sup>.

Naquele ano, os círculos políticos brasileiros mostravam-se agitados em função das articulações em torno da sucessão presidencial. A Constituição de 1891 proibia reeleições<sup>149</sup>. Ao longo da Primeira República, as eleições basearam-se em acordos entre as lideranças políticas estaduais em torno de uma candidatura oficial. Desde a sucessão de Rodrigues Alves, o processo se caracterizava por uma relativa estabilidade, fundamentada em dois pilares: o primeiro consistia nos critérios da representação de cada estado na política nacional, definidos pelo tamanho de sua bancada e também a sua posição na economia nacional. O segundo incluía

---

<sup>145</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 288.

<sup>146</sup> Ibidem. p. 298.

<sup>147</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed. UFSM. 2003. p.139-141.

<sup>148</sup> BANQUETE. *A Federação*, Porto Alegre, 7 fev. 1928. p.2.

<sup>149</sup> Cf. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 fev. 1891). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 4 fev. 2015.

um processo de renovação parcial dos atores políticos, que envolvia uma dinâmica de desconstrução-reconstrução de alianças políticas. Naquele contexto, os acordos entre os estados de Minas e São Paulo quanto ao lançamento de uma candidatura para a Presidência apresentava sinais de esgotamento<sup>150</sup> que se evidenciaram a partir da recusa de Washington Luís em assumir um empréstimo externo destinado a Minas, implicando em uma série de empecilhos para o setor siderúrgico daquele estado<sup>151</sup>.

O presidente aproximava-se de lideranças políticas de outros estados no sentido de construir novas alianças. Nessa aproximação, o Rio Grande do Sul apresentava-se como parceiro preferencial do Catete, que buscava diálogo também com Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Para o PRR, a aproximação com São Paulo gerou expectativa de criar uma candidatura gaúcha para a Presidência. Frustrando as expectativas dos novos aliados, o candidato indicado pelo governo foi o paulista Júlio Prestes. A partir de então, o PRR articulou uma aproximação com Minas Gerais, visando a consolidação de um pacto entre Minas e o Rio Grande do Sul para fazer frente a São Paulo. Para o êxito dessa aliança, era necessária a adesão de Getúlio Vargas, que hesitante, aderiu ao pacto por interferência direta dos republicanos gaúchos de sua geração<sup>152</sup>.

Na tentativa de minar a aliança, Washington Luís ofereceu a um dos principais articuladores, o gaúcho Oswaldo Aranha, a vice-presidência da chapa encabeçada por Júlio Prestes. Aranha recusou a proposta. Nesse contexto, nasceu a Aliança Liberal, unindo Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em torno da candidatura de Getúlio Vargas e como vice-presidente, o paraibano João Pessoa. Compunham a base de sustentação da Aliança Liberal os grupos políticos situacionistas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, além de grupos que se opunham ao governo federal, oriundos de diferentes estados e facções militares e civis. Também participavam da aliança um grupo de jovens oficiais do exército que, desde o começo da década de 1920, articulava ações no sentido de derrubar o regime oligárquico e promover uma série de reformas que incluíam a adoção do voto secreto, reforma agrária e educação pública obrigatória. Desse movimento – conhecido como *Tenentismo* – colaboraram com a Aliança de maneira expressiva Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias, suas principais lideranças<sup>153</sup>.

---

<sup>150</sup> Levando em conta a análise de Viscardi, que pontua que esses acordos se tratavam de uma aliança conjuntural, concretizada por ocasião da sucessão de Eptácio Pessoa (1922). Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. op. cit. p. 261-285.

<sup>151</sup> Ibidem. p. 304.

<sup>152</sup> Ibidem. p. 304-307.

<sup>153</sup> No entanto, seu líder maior, Luís Carlos Prestes, não aderiu a Aliança Liberal.

As articulações em torno da formação da Aliança Liberal não envolveram apenas os membros do PRR que exerciam cargos eletivos na política, a exemplo de Firmino Paim Filho, João Neves da Fontoura e Joaquim Maurício Cardoso. Daudt também participou, sendo um intermediário entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais no processo de formação da Aliança. Ao ser consultado por Vargas a respeito de quem poderia auxiliar nessas negociações, colocou-se à disposição do amigo, ressaltando o prestígio do qual gozava na capital federal.

Relativamente à tua consulta sobre a pessoa a indicar para o encargo de encaminhar, aqui, interesses de tua administração, informo que estou eu, pessoalmente, às ordens. Meus afazeres não me impedirão de reservar o tempo reclamado por incumbências a cuja solução o prestígio do mandante de antemão confere facilidades a bem dizer automáticas. Acresce a isso que, para a comodidade no acompanhamento de qualquer caso, tenho, nos Ministérios, caminhos abertos para o acesso direto aos deliberantes de última instância, o que afasta o estorno das salas de espera. Dispõe, pois, de mim com inteira franqueza<sup>154</sup>.

Além de mostrar interesse em ingressar nas articulações, Daudt inseriu ainda o irmão, Felipe de Oliveira, nessas negociações. Os irmãos mantiveram contatos com lideranças mineiras e articularam reportagens na imprensa para divulgar o governo do Rio Grande do Sul nesses estados.

Nesse sentido, aproximaram-se de Assis Chateaubriand, que apoiava a candidatura de Vargas. O encontro do candidato com o jornalista aconteceu anos antes, quando Getúlio era ainda deputado federal. Por meio de Lindolfo Collor, que era na ocasião redator chefe do jornal *O País*, Vargas articulou um encontro com Chateaubriand no apartamento em que morava com a família, na praia do Flamengo. Segundo Fernando Moraes, Vargas teria se interessado pelos projetos que o jornalista possuía<sup>155</sup>.

Ao perguntar pelos planos de Chateaubriand para o futuro, Vargas ouviu-o dizer que nos próximos meses, queria criar um vespertino novo no Rio de Janeiro e, logo em seguida, montar ou comprar um jornal em São Paulo e outro em Minas Gerais, dando início a uma cadeia nacional de informação. A pronúncia da palavra “nacional”, fez brilhar os olhos do deputado.

— Mais do que qualquer outra coisa, este país precisa de instituições que lhe deem unidade. Cada estado brasileiro é uma ilha voltada de costa para as outras, como se fossem países diferentes. A cadeia de jornais que tu projetas pode ser um embrião da unidade nacional por que eu tanto luto. Se precisares de ajuda para a realização de seus planos, podes contar comigo<sup>156</sup>.

<sup>154</sup> Carta de João Daudt d’Oliveira a Getúlio Vargas, escrita em 16 jan. 1929. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Fundo João Daudt d’Oliveira. JD c 1929.01.16

<sup>155</sup> MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil*. A vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 144-145

<sup>156</sup> *Ibidem*. p. 145

Nos meses seguintes, o gaúcho passou a visitar com frequência a redação do jornal de Chateaubriand, que lhe retribuía as visitas, indo até a sua residência para longas conversas. Vargas transmitia a Chateaubriand as articulações que ocorriam no congresso e nos ministérios<sup>157</sup>. Em novembro de 1927, quando Vargas, ainda no ministério da Fazenda, preparava-se para assumir o governo do Rio Grande do Sul no ano seguinte, Chateaubriand publicou n’*O jornal* um artigo que não poupou elogios a Vargas.

Dias após a posse de Vargas no governo do Rio Grande do Sul, Chateaubriand foi até Porto Alegre para entrevistá-lo. O gaúcho informou-lhe que sua primeira viagem como governador seria a São Paulo, atendendo um convite de Júlio Prestes. O jornalista questionou Vargas do porque não ir também a Minas Gerais.

— Pela simples razão de que não fui convidado — respondeu Vargas — talvez pela circunstância de que eu e o governador Antônio Carlos ainda não nos conhecemos pessoalmente, só isso<sup>158</sup>.

Chateaubriand insistiu para que Vargas fosse a Minas Gerais. Telegrafou para Afrânio de Melo Franco, ainda em Porto Alegre, pedindo que articulasse junto a Antônio Carlos, um convite para que Vargas fosse a capital mineira falar com o governador. No começo daquele ano de 1927, o jornalista, em carta, já insistia com Lindolfo Collor da necessidade de uma articulação entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul<sup>159</sup>.

Segundo João Neves da Fontoura,

Foi Assis Chateaubriand um dos primeiros a entrar na conspiração política, e com o vigor, a paixão e o dinamismo que sempre imprimiu a todas as suas campanhas. Amigo de Antônio Carlos, teimava em mostrar-lhe que a vitória de Minas sobre o Catete dependia de que os insurretos arvorassem uma bandeira: a candidatura gaúcha<sup>160</sup>.

Em janeiro de 1929, após regressar de uma viagem a Belo Horizonte para conversar com Antônio Carlos a respeito da sucessão presidencial. Chateaubriand procurou Daudt e Felipe para transmitir aos gaúchos do PRR a conversa que tivera com o governador mineiro.

<sup>157</sup> Idem. Cf. NETO, Lira. *Getúlio*. 1882-1930. Dos anos de formação à conquista do Poder. São Paulo Companhia das Letras, 2012. p. 238-239.

<sup>158</sup> MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil*. A vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 176

<sup>159</sup> Ver: CPDOC-FVG. Carta de Assis Chateaubriand a Lindolfo Collor dizendo que sua (LC) eleição está garantida, relatando o encontro com Artur Bernardes e Antônio Carlos, e a necessidade urgente de articulação do Rio Grande com Minas. Classificação: LC c 1927.00.00 . Série: c - Correspondência . Data de produção: 1927 (Data certa). Quantidade de documentos: 1 (3 folhas). Microfilmagem: rolo 1 fot. 798

<sup>160</sup> Trecho reproduzido no livro de Fernando Morais. MORAIS, Fernando. op. cit., p. 197.

Daudt tomou para si a missão, por meio de uma carta enviada a Vargas pelas mãos de um articulador do movimento<sup>161</sup>.

Caro amigo Getúlio

Recém-chegado de Belo Horizonte, onde estive durante vários dias, o Assis Chateaubriand acaba de fazer-me uma visita com o objetivo expresso de comunicar-me as seguintes ocorrências:

Em longas e repetidas conversações com Antônio Carlos, d'ele ouviu o Assis a afirmativa reiterada de que o governo de Minas:

- a) vetará formalmente a candidatura Júlio Prestes;
- b) não terá, em hipótese alguma, candidato mineiro;
- c) aceitará como candidatura do Catete a de um nome rio-grandense e
- d) adotará um nome rio-grandense para opor, em luta aberta, a uma candidatura oficial paulista.

A aspiração única da política mineira, disse ainda o Assis [Chateaubriand] é o estabelecimento definitivo do princípio da não-intervenção do Presidente da República na escolha do sucessor e o objetivo imediato de Minas unida (Bernardes à margem) é uma ou outra destas duas finalidades:

Ou forçar o Catete à escolha de um nome (excluídos os mineiros) que consulte às aspirações nacionais, contramarchando em seus intuítos de impor a candidatura de escolha pessoal

Ou arregimentar forças ponderáveis para um combate vitorioso ao Catete, se este recalcitrar em tais intuítos.

(...)

Ao fim da narrativa, perguntou-me o Assis se eu aceitaria uma incumbência de ir a Porto Alegre levar-te estes dados e trazer o teu ponto de vista, que seria de esperar que comportasse uma proposta concreta de Minas para uma entente política com o Rio Grande.

Como resposta, plagiei, conforme pude, aquele teu plástico sorriso e lamentei que Minas não houvesse aproveitado a recente partida do Neves para tal missão, pois os meus afazeres dificultavam muito uma ausência minha do Rio neste momento<sup>162</sup>.

**[grifo de Daudt]**

A Daudt foi oferecida a oportunidade de candidatar-se deputado federal, contando com o apoio de Vargas. Entretanto, não fazia parte de seus planos exercer um cargo no legislativo. Em correspondência enviada a Vargas, Daudt justificou sua recusa:

Minha situação de soldado raso do partido não autorizaria nunca uma promoção assim, desproporcionada e despropositada, pois meu interesse – mais que espontâneo, irreprimível – por teus destinos políticos eu o retiro das reservas de nossa velha amizade pessoal e de forma alguma aceito que o registrem em minha fé – de – ofício de simples recruta do PRR.

<sup>161</sup> Possivelmente Felipe de Oliveira.

<sup>162</sup> Cartas de João Daudt de Oliveira a Getúlio Vargas colocando-se à disposição; sugerindo que se dê publicidade a sua (GV) administração; informando sobre a projeção do Rio Grande do Sul no tocante à sucessão presidencial; comentando a atuação de João Neves como líder da bancada gaúcha na Câmara Federal; relatando encontro de Assis Chateaubriand com Antônio Carlos sobre a posição de Minas face o problema sucessório e enviando artigos do "O Jornal". Junto, resposta de João Pinto da Silva em nome de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Porto Alegre  
Classificação: GV c 1929.01.16 Série: c - Correspondência

Data de produção: 16/01/1929 a 21/01/1929 (Data certa). Quantidade de documentos: 2 (14 folhas)  
Microfilmagem: rolo 1 fot, 0475/1 a 0477/5. Grifos de João Daudt d'Oliveira.

(...) Seria deveras chocante para minha segurança pessoal. Seria deveras chocante para a minha sensibilidade pensar que se pudesse admitir a minha aquiescência em dar um instrumento de combatividade ofensiva, como o é uma cadeira de deputado, um caráter inconfessável de aparelho passivo de proteção à integridade física, que de modo algum figura em minhas cogitações.

A Aliança já trouxe para mim uma grata recompensa: a perspectiva de tua vinda ao Rio, em escala de peregrinação cívica ao Norte<sup>163</sup>.

A plataforma política da Aliança Liberal apresentava propostas de um novo relacionamento entre o estado e a sociedade., fundamentado na renovação da forma de operar da ordem liberal no país, muito embora esse compromisso com o liberalismo apresentasse traços ambíguos. Luiz Werneck Vianna destaca esse aspecto no discurso de Vargas, em janeiro de 1930 em que o candidato gaúcho propõe a criação de um Código de Trabalho e a renovação do sistema produtivo, alegando a necessidade de liberar a economia do país “*dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários*”<sup>164</sup>.

A campanha da Aliança Liberal, embora intensa, não garantiu a vitória. O paulista Júlio Prestes recebeu 1.091.709 do total de 1.890.524 votos apurados e a reação de Washington Luís logo após o pleito foi a retaliação. A Paraíba teve todos os seus deputados degolados. Minas Gerais sofreu uma intervenção como esta pela primeira vez, resultando na degola de dezessete dos seus trinta e sete deputados<sup>165</sup>. Washington Luís poupou os gaúchos, como estratégia para evitar que o PRR apoiasse os mineiros em uma possível reação. Minas mostrou-se disposta a participar de um movimento armado contra o governo, porém, sabia que a concretização desse

<sup>163</sup> João Daudt d'Oliveira, em carta enviada a Getúlio Vargas. 19 ago.1929. CPDOC-FGV. GV c 1929.08.19/4

<sup>164</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P.126-127. Vianna refere-se ao discurso de Vargas, disponível na obra VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. vol. 1. (1930-1931). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.

<sup>165</sup> A chamada degola foi uma prática comum ao longo da Primeira República, especificamente, na gestão de Campos Sales (1898 - 1902). Por meio dela, candidatos da oposição não tinham o reconhecimento de sua eleição pelo Congresso, que era dominado pela maioria governista, sendo assim impedidos de tomar posse. A primeira constituição republicana, de 1891, determinava que a decisão final sobre os eleitos constituía competência *ex officio* do parlamento, prática comum a maioria das constituições outorgadas no final do século XIX. No Brasil, a Constituição de 1891 criou as bases do padrão político das décadas seguintes, a partir da "política dos governadores", que correspondia a um acordo em que o Governo Federal dava garantias para que os grupos oligárquicos tivessem autonomia em seus estados. Em contrapartida, as bancadas estaduais garantiam apoio político ao Governo Federal no Congresso. Outro mecanismo que asseguravam o poder político oligárquico era o voto aberto. A consequência dessa dinâmica política foi o enfraquecimento de grupos opositores e exclusão da maior parte da população dos processos políticos. A verificação de poderes, no entanto, esteve presente já na primeira constituição do país, a de 1824. Cf: RICCI, Paolo. ZILINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 91-105, mar. 2013. Dossiê Anos 20 – Crise Política. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica>>. Acesso em: 29 mai. 2015. MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das comissões verificadoras de poderes* (estabilidade e dominação política, 1894-1930). 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986. Sinceros agradecimentos ao historiador Vitor Figueiredo pelos esclarecimentos acerca do tema.

objetivo dependida da adesão dos gaúchos. Vargas novamente hesitou, alegando que embora não concordasse com a degola de deputados da Aliança Liberal, reconhecia os resultados da eleição<sup>166</sup>.

O assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, intensificou o clima de insatisfação. A partir daí, Pessoa foi considerado mártir do movimento. Sepultado no Rio de Janeiro, seu funeral provocou grande comoção popular e influenciou setores do Exército, antes reticentes, a apoiar o movimento. Deste modo, em 3 de outubro de 1930, tendo Vargas como líder civil e sob a chefia militar do tenente-coronel Góes Monteiro, tiveram início ações militares do movimento, conhecido na historiografia brasileira como *Revolução de 1930*. Naquele momento, nas capitais dos três estados que compuseram a Aliança Liberal, iniciou-se um processo de ocupação enquanto as forças gaúchas deslocavam-se rumo a São Paulo. Deposto Washington Luís, formou-se uma Junta Provisória de governo, da qual faziam parte os generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha. A Junta transmitiu o poder a Getúlio Vargas e em 3 de novembro, tinha início o Governo Provisório, findando a Primeira República no Brasil.

Começava assim uma nova fase no cenário político do país, em que os gaúchos aumentaram sua participação em lugares estratégicos na política, economia e sociedade brasileira, em especial, aquela rede composta pela segunda geração do PRR.

\*\*\*

Ao longo deste primeiro capítulo, foi possível observar a influência dos aspectos familiares na trajetória de João Daudt d'Oliveira, especialmente, quanto ao lado materno de sua família. Órfão de pai aos quatro anos de idade, foi criado pelo tio Jango, empresário do ramo farmacêutico. O laboratório Daudt foi, como pudemos analisar, essencial para a prosperidade financeira de toda a família. Por meio dele, o tio pode arcar com escolas particulares para os sobrinhos e também encaminhá-los aos bancos de faculdades. Tão logo concluiu seus estudos, Daudt tornou-se sócio de seu tio, assim como seu irmão Felipe. O laboratório, responsável pelo *capital econômico* daquela família, passou a contar com a atuação direta daqueles que deveriam naturalmente ser seus herdeiros, que empenharam-se em estratégias visando a manutenção e ampliação daquele patrimônio, a exemplo do investimento em publicidade, cooperação com a propaganda política partidária do PRR e engajamento da campanha de Getúlio Vargas para o

---

<sup>166</sup> Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.21-22. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 348-353

executivo gaúcho, já no final da década de 1920 – e *em troca*, ficou o laboratório da família encarregado da campanha de saneamento no estado gaúcho no governo de Vargas.

As estratégias de manutenção e ampliação da empresa da família caminham junto com outro aspecto, que é a ampliação do *capital social* da família. Jango herdara de seu pai uma rede de conexões com lideranças do Partido Liberal. Ao longo de sua juventude, aproximou-se dos jovens que fundaram o Partido Republicano Rio-Grandense, força máxima da política do estado já nos primeiros anos da República. Não hesitou em recorrer, nem aos liberais nem aos republicanos, quando foi necessário. E também procurou manter-se próximo ao PRR com a Proclamação da República, investindo em publicidade e solicitando apoio a seus projetos envolvendo a profissão e formação acadêmica de farmacêutico. Mais tarde, seu sobrinho e afilhado também se aproximou do PRR, inserindo-se ele próprio na ala jovem do partido.

Esse *capital social* advém não apenas de relações intencionais e objetivas. São frutos também de relações de caráter subjetivo, que envolvem laços de amizade, casamento e apadrinhamento. Nesse sentido, leva-se em conta que *capital social* consiste em “*um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis*”, conforme definição feita por Pierre Bourdieu<sup>167</sup>.

Todo esse processo de ampliação do *capital econômico* e do *capital social* permeia a trajetória da própria família Daudt. Novamente recorrendo a análise de Bourdieu, a família é compreendida como um lugar, por excelência de acumulação e de transmissão de *capitais* entre as gerações. É possível, como no caso da família Daudt observar a existência de uma integração fundamentada não apenas pela afinidade do *habitus*, mas também por conta de interesses em comum – envolvendo tanto *capital econômico* quanto o *social*. Havendo a existência de uma empresa familiar, nota-se ainda o papel da família na gestão daquele patrimônio econômico, em uma espécie de dinâmica que agrega os diferentes *capitais* trazidos por cada um de seus membros, somando-os em favor da prosperidade da empresa<sup>168</sup>. Desde as irmãs que faziam

---

<sup>167</sup> BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67. Bourdieu, sendo contrário à teoria da ação racional, propõe uma forma de análise pautada por uma teoria do senso prático, na qual o agente atua conforme as exigências da vida prática e também conforme seu *habitus* – sistema de disposição para a ação, com base na interiorização feita pelo agente de seu mundo social, e que dá origem a uma espécie de esquema de classificação norteador de seus comportamentos. Cf: BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998; BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

<sup>168</sup> Cf. Bourdieu, Pierre. O espírito de família. In: Bourdieu, Pierre *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus Editora, 2008, p.131-133.



quitanda para pagar a faculdade de Jango à aproximação de seus sobrinhos com membros da elite política gaúcha e de jornalistas cariocas, são ações que, ainda que de forma não intencional, contribuíram para o crescimento e a prosperidade da econômica da família, advinda da condição de farmacêutico de Jango e da criação de seu laboratório.

As conexões da família com elementos influentes da imprensa carioca – a exemplo de Alexandre Gasparoni e Assis Chateaubriand, somadas às relações políticas com o PRR, caracterizam, portanto, o *capital social* de João Daudt d’Oliveira. Foi como um empresário do setor farmacêutico e, conforme suas próprias palavras, um *soldado raso* do PRR, que possuía acesso fácil aos ministérios da capital federal, que Daudt chega a década de 1930, quando inicia sua trajetória como um representante do empresariado junto a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), como será analisado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2: A REPRESENTAÇÃO DO EMPRESARIADO: A ACRJ E O PARTIDO ECONOMISTA DO BRASIL (1930-1937).**

Ao longo dos primeiros anos da década de 1930, João Daudt d'Oliveira deixa de ser apenas um industrial de renome, bem relacionado com a elite carioca, e passa a se inserir em instituições de representação do empresariado em um novo contexto político, iniciado com a Revolução de 1930. Nesse contexto, em que diversos setores buscam garantir os seus interesses junto ao governo, é que se torna nítido o esforço do empresariado em assegurar sua participação e influência na formulação da política econômica e social. Verifica-se uma gradual aproximação entre seus principais líderes com os novos grupos detentores do poder.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar a inserção e atuação de João Daudt d'Oliveira nas esferas de representação do empresariado, que se inicia justamente com a Revolução de 1930 e com a ascensão de seu amigo Getúlio Vargas ao Executivo Nacional. Esta análise engloba o Governo Provisório e o governo constitucional de Vargas, portanto, entre 1930 e 1937 e marca um período de ascensão para Daudt, enquanto representante do empresariado, e também de conflitos e rupturas dentro do grupo político de gaúchos anteriormente unidos em torno da Aliança Liberal. É pela mão de Serafim Valandro que Daudt se insere na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), ocupando o tímido cargo de diretor, como outras dezenas de empresários. Porém, ao lado de Valandro, conquista voz ativa e reconhecimento na entidade e funda com ele o Partido Economista, que pretendia ser o porta-voz das *classes produtoras*.

As fontes principais utilizadas neste capítulo são periódicos da imprensa carioca, em especial, *O Jornal de Assis Chateaubriand* – disponibilizados pela Hemeroteca Digital Nacional – e correspondências e registros feitos no Diário de Getúlio Vargas.

## 2.1: Depois da *Revolução*: o cenário político e econômico do Brasil

A Revolução de 1930, nome com o qual é tratado pela historiografia o movimento que derrubou o governo de Washington Luís da Presidência e conduziu ao poder o grupo político ligado à Aliança Liberal, não inaugurou uma fase de consenso e estabilidade na política nacional. As múltiplas forças que compuseram a Aliança Liberal, unidas especialmente pelo objetivo de combater as oligarquias políticas tradicionais, não formularam um projeto político aprofundado. Mesmo obtendo a vitória, nenhum dos grupos aliancistas possuía força suficiente para assumir os rumos da política de forma exclusiva, abrindo-se um vazio de poder.<sup>169</sup>

Logo teve início os embates entre os diferentes grupos que participaram da Aliança Liberal. Uma das primeiras questões de difícil consenso foi a respeito da duração do Governo Provisório. As primeiras medidas adotadas se caracterizaram por um aspecto intervencionista e centralizador, a exemplo do Sistema de Interventorias, por meio do qual o governo nomeava os chefes dos executivos estaduais e estes nomeavam interventores municipais. No campo econômico, também prevaleceu a condução de uma política centralizadora e intervencionista. O governo criou logo em maio de 1931 o Conselho Nacional do Café, com o objetivo de esvaziar o controle paulista sobre a política cafeeira. Outros órgãos semelhantes foram criados, a exemplo dos institutos do Cacau e do Açúcar e Álcool<sup>170</sup>.

A economia nacional sofria naquele contexto os efeitos da Crise de 1929. A produção industrial, que vinha apresentando índices expressivos de expansão, crescendo a uma média de 5,3% ao ano ao longo da década de 1920, recuou 7,1% em 1930. A crise internacional ocorreu

---

<sup>169</sup> O golpe de 1930 tem sido tratado pela historiografia a partir de diferentes vertentes de interpretação, sendo que desde a década de 1980, consolidaram-se as análises que revisam o caráter revolucionário de tal movimento e a desqualificação de 1930 como marco revolucionário. Tais análises consideram que o golpe de 1930 foi uma ação preventiva do empresariado contra o movimento operário, sendo o verdadeiro momento revolucionário o ano de 1928 e a ação do Bloco Operário Camponês (BOC). Ver: DE DECCA, Edgard S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.; TRONCA, Ítalo. *A Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Uma visão mais ponderada a esse respeito é proposta por Luciano Martins, que considera 1930 como um marco por conta de seu caráter catalizador para se captar aspectos da cultura política, das aspirações e demandas de vários atores participantes do processo. Ver: MARTINS, Luciano. *A Revolução de 1930 e seu significado político*. In: CPDOC/FGV. *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: Ed. UnB, 1983. Boris Fausto defende a tese de que a solução encontrada para o impasse acerca do grupo que conduziria os rumos políticos foi uma espécie de acordo firmando entre os grupos aliancistas, sem vínculos de representação direta, o que classifica como um Estado de compromisso – Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970. p.104. Um balanço da literatura a respeito de 1930, o qual utilizamos como referência nesta tese, é apresentado no artigo de Marieta de Moraes Ferreira e de Surama Conde Sá Pinto, intitulado *A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930*. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org). *O Brasil republicano*. 2 ed. vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>170</sup> PALDOLF, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. 2 ed. Vol.2, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. p. 18-21.

em um momento em que o Brasil enfrentava o problema da superprodução cafeeira. Seguiu-se então uma queda do preço internacional do produto, acompanhada da redução da receita cambial e da suspensão de investimentos externos no país. No setor industrial, o período mais crítico compreende-se entre os anos de 1929 e 1931<sup>171</sup>.

Em que pese o fato de a década de 1930 ter sido um período de incerteza no campo político e econômico, tanto internamente quanto no contexto internacional, a economia brasileira não tardou se recuperar e alcançar desempenhos positivos nos primeiros anos após a Revolução de 1930. Maria Antonieta Leopoldi destaca que foram os *anos dourados* de crescimento para o setor industrial, em especial, entre os anos de 1933 e 1936, por contra, entre outros fatores, da redução das importações em função da crise de 1929 e, em sua sequência, da recessão internacional, fomentando um processo de substituição interna dos bens que não podiam ser importados. Outro fator diz respeito às políticas governamentais de atendimento às demandas setoriais, que incluíram medidas de proteção à indústria e a criação de uma infraestrutura de apoio às indústrias brasileiras<sup>172</sup>.

Ainda segundo Leopoldi, o governo, embora tenha empreendido medidas no sentido de equilibrar a situação do café no mercado internacional, buscou diminuir o modelo agroexportador, dando apoio a industrial nacional. Tais medidas não compunham, no entanto, um projeto de política econômica previamente elaborado. Conforme afirma Leopoldi, “*foi sendo construído em cima dos acontecimentos, respondendo aos desafios conjunturais, e só pode ser compreendido se visto de uma perspectiva histórica*”.<sup>173</sup>

Nos primeiros passos desse processo de mudanças na economia, que foi acompanhado de uma participação cada vez mais expressiva do empresariado, especialmente do setor industrial, nos rumos da política econômica e social, Daudt permanecia muito próximo a Vargas, situação que vinha desde os anos de articulação da Aliança Liberal, quando os gaúchos estreitaram de maneira significativa a amizade. Ainda no processo de articulação da Aliança, Daudt e Stella, sua esposa, preparavam-se para receber em casa a família de Vargas. Chegaram a preparar um quarto especial para o casal, o qual Stella Daudt apelidara de “*quarto da Darcy*”<sup>174</sup>. Por conta da turbulência política e das agitações em torno da Aliança Liberal e do

---

<sup>171</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. v.2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 244-245.

<sup>172</sup> Ibidem. p. 247-248.

<sup>173</sup> Ibidem. p. 248.

<sup>174</sup> Ver: Cartas de João Daudt de Oliveira a Getúlio Vargas colocando-se à disposição; sugerindo que se dê publicidade a sua (GV) administração; informando sobre a projeção do Rio Grande do Sul no tocante à sucessão

Golpe de 1930, a visita foi adiada. Quando as famílias finalmente puderam se encontrar, Daudt continuava, em certa medida, atuando como um articulador entre setores da imprensa carioca e Vargas, especialmente com relação a Assis Chateaubriand<sup>175</sup>. Ao longo daquela visita, o empresário discutiu com Getúlio acerca da viabilidade de atender a um insistente pedido de Chateaubriand, de conceder a primeira entrevista aos *Diários Associados*. Afobado, Chateaubriand não esperou nem ao menos a resposta. Resolveu aparecer sem avisar à casa de Daudt, no intuito de tentar persuadir Vargas a dar a tão desejada entrevista<sup>176</sup>. Apesar de atrapalhado o primeiro encontro entre os Daudt e os Vargas após outubro de 1930, as famílias seguiram próximas, visitando uns aos outros com frequência em encontros de natureza particular, entre os anos de 1930 e 1932<sup>177</sup>.

Além disso, a proximidade se estendia a outro membro da família. Vargas nomeou, a pedido do empresário, seu primo, o engenheiro Yêddo Daudt Fiúza, para uma interventoria – a de Petrópolis. A cidade, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, funcionava como residência de veraneio da Presidência da República, sendo um local para onde Vargas costumava se instalar nos meses mais quentes do ano não só para lazer, mas também para trabalhar<sup>178</sup>. Em Petrópolis, Fiúza e sua esposa eram incluídos em programas familiares e de lazer com Getúlio e Darcy Vargas. Eram também confidentes<sup>179</sup>. Além disso, segundo a biografia de Vargas escrita em 2013 por Lira Neto, o presidente contava com Fiúza para auxiliá-lo em seus encontros extraconjugais com Aimée Simões Lopes em Petrópolis. Fiúza, nesse sentido, aparece como álibi e também motorista de Vargas<sup>180</sup>.

---

presidencial; comentando a atuação de João Neves como líder da bancada gaúcha na Câmara Federal; relatando encontro de Assis Chateaubriand com Antônio Carlos sobre a posição de Minas face o problema sucessório e enviando artigos do "O Jornal". Junto, resposta de João Pinto da Silva em nome de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Porto Alegre. Classificação: GV c 1929.01.16. Série: c - Correspondência  
Data de produção: 16/01/1929 a 21/01/1929 (Data certa). Quantidade de documentos: 2 (14 folhas)  
Microfilmagem: rolo 1 fot, 0475/1 a 0477/5. CPDOC-FGV.

<sup>175</sup> Situação observada no capítulo anterior.

<sup>176</sup> MORAIS, Fernando. *Chatô, O Rei do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994. p. 253-254. Dias depois do encontro, os seis jornais de Chateaubriand publicaram em uma página inteira uma extensa reportagem com Vargas, em que o gaúcho explicitou detalhadamente os dezessete pontos de sua plataforma de governo.

<sup>177</sup> Ver: VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. (1930-1936). p. 26, 32, 35, 41, 54, 61, 77, 97 e 130 (entre novembro de 1930 e fevereiro de 1932, quando há uma ruptura entre ambos, conforme analisado ainda neste capítulo da tese).

<sup>178</sup> Cf. ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. 2012.

<sup>179</sup> Proprietário de terras na região de Areal (RJ). Cf. VARGAS, *Diário* (1930-1936). op. cit. p. 58. Mais encontros são registrados no *Diário* de Vargas, que incluem programas familiares com Darcy Vargas e com a esposa de Fiúza

<sup>180</sup> Nos dois volumes do *Diário* de Vargas, são numerosas as aparições de Fiúza na agenda do presidente. Em uma das citações, Vargas menciona que foi procurado pelo engenheiro para uma espécie de desabafo. Segundo o presidente, seu amigo encontrava-se “atormentado com o seu caso doméstico de incompatibilidade de gênios”. (ver. VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. (1937-1942). p. 200 – 11 fev. 1939). Quanto ao caso extraconjugual ao qual Lira Neto menciona, há duas

Daudt chegou, portanto, ao fim do movimento de 1930, como um articulador político respeitado e influente. Na imprensa, era tratado sempre como *o industrial* João Daudt d'Oliveira. Figura constante nas linhas d'*O Jornal* de Assis Chateaubriand, não eram economizados elogios nas colunas sociais ao empresário e um dos principais anunciantes. “*Sócio da firma Daudt Oliveira e C., figura de relevo no alto comércio do Rio de Janeiro e um dos grandes impulsionadores da indústria farmacêutica em nosso país*”, descrição feita pel'*O Jornal* em 16 de novembro de 1930<sup>181</sup> e que se repetiu por muitas vezes ao longo da trajetória do empresário, bem como o investimento em publicidade feito por Daudt junto aos *Diários Associados*.

## **2.2: A representação do empresariado via associações e sindicatos: o ingresso de Daudt na diretoria da ACRJ**

Quando Jango estabeleceu o seu laboratório no Rio de Janeiro, a cidade, além de Distrito Federal, era também um expressivo centro industrial do país e sua hegemonia só foi superada por São Paulo já no contexto da Primeira Guerra Mundial, em 1914<sup>182</sup>. Concentrava, portanto, não só empresas de peso no cenário nacional, mas também entidades de representação dos interesses do empresariado. Jango, no Rio de Janeiro, adquiriu elevado status entre as associações farmacêuticas. Recebeu ao longo de sua trajetória na capital o título de presidente de honra da Associação Brasileira de Farmacêuticos e do Sindicato da Indústria de Produtos

---

passagens, no segundo volume dos Diários de Vargas em que o presidente descreve que foi, conduzido por Fiúza, a um encontro amoroso. Em 1º dez. 1937, Vargas registra: “*Após as audiências, saí com o Fiúza e fui ver a bem-amada. Encontrei-a depois, à hora do jantar. Que duas vidas tão diferentes, a de então e a de agora*”. A outra passagem, de 29 de maio daquele mesmo ano, assim está registrada: “*Retirei-me ao meio dia com o Fiúza, que me deixou no ponto combinado. Daí fui ver a bem-amada. Era uma despedida. Almoçamos juntos e passamos uma tarde deliciosa, toda de encanto, afastando a tristeza de separações. Regressei quase à noite*”. Não há registro do nome da “bem-amada”. Afirma Lira Neto tratar-se de Aimée, que era esposa de Luís Simões Lopes. Vale ressaltar o parentesco entre as famílias Daudt e Simões Lopes. Luís era primo de Haidée, esposa de Jango. Cf: LIRA NETO. *Getúlio*. 1930-1945. Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letas, 2013.

<sup>181</sup> HÓSPEDES e viajantes. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1930. p.12.

<sup>182</sup> LEOPOLDI. Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 41-52. Segundo Leopoldi, esse fato não significou um processo de decadência do setor industrial carioca, e sim uma diminuição de seu ritmo de crescimento, por fatores que tem origem na multiplicidade de funções exercidas no Distrito Federal, que além de sede do governo federal era ainda um centro financeiro, portuário e comercial. Além disso, em função de seu caráter diversificado, o parque industrial carioca sofreu com a concorrência de novas áreas industriais no país, que começaram a se especializar em setores específicos da indústria. Conforme Leopoldi, “*o intenso crescimento da indústria paulista desde os primeiros anos deste século, em lugar de esvaziar de imediato a indústria carioca, como num jogo de soma zero, causou um descompasso no ritmo de crescimento industrial dos estados do Sudeste. A indústria do Distrito Federal continuou a crescer durante as três primeiras décadas do século XX, mas de forma lenta, enquanto o parque industrial se expandia rapidamente na cidade e no interior de São Paulo*”. p. 57-59.

Farmacêuticos do Rio de Janeiro. Foi agraciado ainda com título de membro honorário da Academia Nacional de Farmácia<sup>183</sup>. Seu sobrinho, embora participasse dos quadros de associados de tais entidades, não exerceu funções expressivas na representação dos interesses específicos dos farmacêuticos. Daudt inseriu-se na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), em um contexto de turbulência na entidade.

A direção da Associação foi contrária à candidatura de Getúlio Vargas. Dois dias após a posse do Governo Provisório, Ernesto Pereira Carneiro, que era também proprietário do *Jornal do Brasil*, renunciou ao cargo de presidente da entidade, acompanhado de outros 19 diretores. Em conformidade com os estatutos da ACRJ, o grande número de renúncias implicou na extinção dos poderes dos remanescentes, uma vez que mais da metade da direção entregou os seus cargos<sup>184</sup>. Nova eleição foi marcada para 5 de dezembro de 1930. Formou-se uma chapa, liderada pelo gaúcho Serafim Valandro, que ingressou na direção da ACRJ um ano antes. Valandro nasceu em Santa Maria (RS). Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1909 e montou um estabelecimento de comércio de charque e cereais. Em 1922, foi designado representante de Santa Maria junto a Federação das Associações Comerciais do Brasil (FACB), sendo, portanto, um empresário bem conhecido na capital<sup>185</sup>. Tão logo teve início as articulações para a composição de sua chapa, Valandro pediu a Daudt que ingressasse nela, candidatando-se ao cargo de diretor<sup>186</sup>.

Na chapa de Valandro, constavam como vice-presidentes os nomes dos empresários Pedro Vivacqua, ligado ao comércio de exportação de café e de José Mendes de Oliveira Castro, que vinha de uma família de comerciantes e financistas<sup>187</sup>. Muitos dos diretores eleitos com Pereira Carneiro e que foram obrigados a abandonar seus cargos por força do estatuto da ACRJ, migraram para a chapa de Valandro. A campanha, no entanto, não passou sem turbulências. Houve oposição e críticas ao candidato gaúcho, considerado detentor de um pensamento *associado* ao do Governo Provisório. Formou-se uma chapa encabeçada pelo empresário Othon

---

<sup>183</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 2 ed. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003. p.187

<sup>184</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL: RENÚNCIA DO SR. CONDE PEREIRA CARNEIRO E DE 19 DIRETORES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1930. p.6.

<sup>185</sup> DIAS, Sônia. Serafim Valandro. (Verbete). ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 1 jul. 2014.

<sup>186</sup> Dois anos mais tarde, Daudt, em homenagem ao amigo, discursou a respeito dos anos de amizade mantidos com Valandro. “Sempre aproximados pelos laços que o berço comum estreita e fortalece, vimos caminhando solidários há mais de três decênios desde a camaradagem infantil, entre as serranias azuis de Santa Maria da Boca do Monte, até esta etapa ruidosa na capital da República. Nada liga mais os homens pela vida afora do que a identidade de objetivos e de ideias”. AS CLASSES CONSERVADORAS LANÇAM AS BASES DE UM GRANDE PARTIDO ECONÔMICO NACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1932. p. 1

Leonardos, diretor da Sociedade Cooperativa *O Crédito Popular* e cônsul geral do Peru no Rio de Janeiro, que, no entanto, não ganhou adesão que ameaçasse o grupo de Valandro. A empresa de Leonardos se encontrava em processo de falência naquela ocasião e seu nome era identificado com o governo deposto. Além disso, não havia um único nome da diretoria anterior em sua chapa. Esses fatores causaram desconfiança entre os associados da ACRJ e a chapa de Valandro saiu vitoriosa<sup>188</sup>.

Em seu discurso de posse, Valandro deixou explícita a relação que os novos dirigentes da ACRJ objetivavam manter com o governo.

Agora que está renovando a própria estrutura da nacionalidade, a classe precisa, mais do que nunca, que a sua legítima representante, a Associação Comercial, colabore com o poder público nas medidas cuja aplicação incida sobre nossas atividades.

(...)

Relevante e difícil será a nossa coadjuvação em toda esta jornada de patriotismo, se o Governo, como tudo indica, nos quiser ouvir e atender, agindo de modo diverso do que se fazia no passado, quando éramos chamados a colaborar para compartilharmos das responsabilidades, mas as nossas sugestões [...] eram integralmente postas de lado<sup>189</sup>.

Era, portanto, em tom de crítica ao governo anterior e expectativa com os rumos do país tendo Vargas à frente do Executivo Nacional que a nova diretoria da ACRJ se pronunciava. A expectativa da diretoria era garantir canais de diálogo com o novo governo para aquela entidade que beirava já o seu centenário. As raízes da ACRJ são antigas e se originam do Corpo do Comércio do Rio de Janeiro, reconhecido por meio de alvará baixado por D. João VI e que no período imperial transformara-se em Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP)<sup>190</sup>. Ao longo do século XIX, foi a mais expressiva entidade não-estatal do Brasil. Tratava-se de uma associação de grandes atacadistas e entre seus diretores estavam empresários que ocupavam o ápice da hierarquia do comércio, exercendo o controle de operações financeiras estratégicas e com a ampla inserção nas esferas decisórias de poder. No decorrer das primeiras décadas do século XX, a entidade buscou incorporar os novos agentes sociais que se consolidavam no cenário

<sup>188</sup> MOREIRA, Regina da Luz. Entre a herança e a metamorfose: a ACRJ, as comemorações do 1º centenário e a Era Vargas. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. p. 179-182.

<sup>189</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. Posse da nova diretoria. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1930. p. 5. Apud. MOREIRA, Regina da Luz. op. cit. p. 183-184.

<sup>190</sup> LAMARÃO, Sérgio. PINTO, Simone Cuber Araújo. MOREIRA, Regina da Luz Moreira. Associação Comercial do Rio de Janeiro (verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2014.



econômico, no sentido de abarcar os diversos setores ligados a dinâmica da economia do país<sup>191</sup>. No entanto, a tarefa de conciliar interesses do comércio e da indústria nacional mostrava-se cada vez mais árdua e a relação entre integrantes desses setores apresentou tensões em função de conflitos de interesses. Empresários do setor comercial defendiam o livre-cambismo alfandegário, enquanto representantes da nascente indústria nacional reivindicavam tarifas protecionistas, alegando ser condição essencial para o seu desenvolvimento. Embora expressasse desejo de conciliar interesses, a ACRJ privilegiava os setores das finanças e do comércio. Exemplo desta diretriz foi a postura da entidade no ano de 1907, diante do projeto de elevação dos direitos alfandegários, proposto pelo deputado João Luís Alves. Para a associação, as indústrias, por meio de tarifas protecionistas, buscavam se consolidar como inimigas da economia do país e prosperar produzindo a custos elevados aquilo que poderia ser comprado mais barato no exterior. O projeto foi derrubado no Congresso.<sup>192</sup>

Em 1904, foi fundado o Centro Industrial do Brasil (CIB), com sede no Rio de Janeiro, e passou a ser a mais expressiva associação de indústrias nas primeiras décadas republicanas. A ACRJ não sofreu evasão significativa de associados, uma vez que muitos industriais continuaram apostando na força das associações comerciais para tentarem articular seus interesses. Apesar da conflitante divergência em relação as tarifas protecionistas, havia ainda em comum o posicionamento quanto as questões trabalhistas<sup>193</sup>.

A criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), foi encarada pelo empresariado com muito otimismo. Francisco de Oliveira Passos, presidente do CIB, apostava que com a criação do ministério, haveria uma participação mais incisiva por parte do Estado na economia nacional<sup>194</sup>. Já para o setor do comércio, ainda que

---

<sup>191</sup> HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. *Eletricidade no Brasil da Primeira República – A CBEE e os Guinle no Distrito Federal. (1904-1923)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 134-135. Cf: MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio – 173 anos de desenvolvimento: a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. PIÑEIRO, Theo Lorarinhas. Os negociantes e suas entidades no Império do Brasil. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FVG/ACRJ, 2009. p.90.

<sup>192</sup>LAMARÃO, Sérgio. PINTO, Simone Cuber Araújo. MOREIRA, Regina da Luz Moreira. Associação Comercial do Rio de Janeiro (verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

<sup>193</sup> CALLICCHIO, Vera. DELGADO, Ignacio Godinho. Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Verbetes). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 29 ago. 2014.

<sup>194</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 220.

inicialmente alarmado com a extinção do Conselho Superior de Comércio e Indústria, órgão do qual a ACRJ participava de maneira expressiva, o amplo acesso de Valandro ao novo ministério fez com que os ânimos se acalmassem e prevalecesse a expectativa de que sua boa relação com o governo pudesse beneficiar a categoria, o que, de fato, confirmou-se: o gaúcho tratou com êxito de questões como a fixação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais<sup>195</sup>.

O relacionamento do empresariado com o MTIC foi, de maneira geral, muito positivo, especialmente no tocante a uma questão que tanto afligia aos empregadores: a legislação trabalhista. Antes de serem decretados, os projetos de lei eram submetidos à apreciação das entidades de representação dos empregadores e a busca pelo consenso por parte do governo era expressiva.<sup>196</sup>

Em que pese o acesso ao MTIC e o atendimento de algumas demandas, em especial, quanto ao afastamento de Adolfo Bergamini da interventoria do Distrito Federal, após críticas feitas pela ACRJ com relação ao aumento de tributos, tabelamento de gêneros alimentícios<sup>197</sup>, as relações entre o empresariado do setor do comércio com o novo governo passariam por dias turbulentos ao longo da década de 1930, especialmente por conta do decreto 19.770, de 19 de março de 1931. O objetivo da lei era conduzir as organizações sindicais, tanto as de empregadores quanto as de empregados, a exercerem função de órgãos de colaboração do Estado, o que se caracterizava como um modelo sindical baseado no ideário do corporativismo. Estabelecia os limites de criação e também do funcionamento das entidades de representação de empregados e de empregadores, estipulando desde o número mínimo para a criação dessas entidades aos modelos de estatuto e regras para a criação de centrais sindicais. O MTIC era o órgão responsável pelo controle dessas entidades<sup>198</sup>. A estrutura da organização das

---

<sup>195</sup> MOREIRA, Regina da Luz. Entre a herança e a metamorfose: a ACRJ, as comemorações do 1º centenário e a Era Vargas. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. p. 186.

<sup>196</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 172

<sup>197</sup> Valandro considerou que a ACRJ atuou de maneira decisiva no afastamento de Bergamini. Em discurso realizado em abril de 1932, afirmou que a administração do já ex-interventor foi marcada pela perseguição ao comércio carioca e que só teve fim porque houve uma reação à sua gestão e, conforme suas palavras, “nessa reação, teve por pioneira a Associação Comercial do Rio de Janeiro, que [...] se orgulha de haver assim procedido”. Ver: MOREIRA, Regina da Luz. op. cit. p. 188.

<sup>198</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil. In: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Palomanes. (orgs.). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 203. A preferência por um regime pautado pelo corporativismo, aliás, foi demonstrada por Vargas logo nos primeiros momentos do Governo Provisório. Viscardi chama atenção para um discurso de Vargas, a 2 jan. 1931, em um banquete oferecido pelas Forças Armadas em que o chefe do Governo Provisório aborda em sua fala a proposta da representação corporativa, afirmando que “[o programa da revolução] modifica o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais preventivas, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo,

associações – sindicatos, federações e confederações, seguindo o âmbito de abrangência local, estadual e nacional, respectivamente – deveriam ter a aprovação do MTIC para sua instalação e também deviam se submeter ao seu controle quando já em atuação. Essas entidades ganhavam, a partir daí o status de órgão consultivo e técnico do Estado em questões pertinentes aos interesses dos grupos que representavam<sup>199</sup>.

De uma maneira geral, as entidades de representação do empresariado, tanto da indústria quanto do comércio, consideraram que o decreto representava uma ameaça a sua autonomia organizativa. Segundo Ignacio Delgado, as associações comerciais foram as entidades que mais fizeram oposição ao decreto, pois eram os organismos mais antigos de representação do empresariado<sup>200</sup>. Assim ocorreu com a ACRJ. Sua direção alegou que a lei “*restringia a faculdade de eleger os representantes classistas aos sindicatos patronais reconhecidos pelo ministério do trabalho*”<sup>201</sup>.

Segundo Delgado, o corporativismo brasileiro nasceu segmentado, já que preservava as entidades de representação autônomas dos empregadores – ao contrário do que se deu com as organizações operárias<sup>202</sup>. Maria Antonieta Leopoldi destaca que foi a CIB que propôs modificações à legislação sindical de Vargas de 1931, sendo a mais expressiva a diferenciação que passou a ser feita entre os sindicatos operários e os patronais, por meio do decreto 24.694, de 12 de julho de 1934, que considerou muitas entidades de empregadores como “*órgãos*

---

*ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular*”. VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. P. 314. Apud. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. op. cit. p. 202.

<sup>199</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 76.

<sup>200</sup> DELGADO, Ignacio. *Burguesia e estado – O caso de Minas Gerais: a Estratégia de um revés*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989, p. 164-165.

<sup>201</sup> LAMARÃO, Sérgio. PINTO, Simone Cuber Araújo. MOREIRA, Regina da Luz Moreira. Associação Comercial do Rio de Janeiro (verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2014. CALLICCHIO, Vera. DELGADO, Ignacio Godinho. Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 29 ago. 2014.

No entanto, em que pese a desconfiança, o CIESP foi a primeira associação industrial a se submeter a sindicalização, seguida do CIB, que passou a se chamar Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Segundo Leopoldi, “*sua liderança vislumbrou no sistema sindical a oportunidade de ganhar acesso ao Estado numa conjuntura de grave crise econômica e urgência de protecionismo governamental. Três meses após o decreto 19770, era formada a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que substituiu a entidade privada criada em 1928, o CIESP*”. Ver: LEOPOLDI, Maria Antonieta. op. cit. p. 77.

<sup>202</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. A estratégia de um revés. Estado e associações empresarias em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997. p. 44.

*consultivos*”, permitindo a elas indicar representantes para os principais conselhos econômicos, arenas estratégias de diálogo do empresariado junto aos órgãos do governo”.<sup>203</sup> A partir de 1934, verifica-se, assim, um movimento expressivo do empresariado do setor do comércio no sentido de formalizar suas entidades como sindicatos, uma vez que apenas com o reconhecimento do Ministério do Trabalho seria possível participar da representação profissional na Constituinte.

Apesar da polêmica inicial quanto a sindicalização, Valandro e, mais ainda, Daudt, continuavam bastante próximos a Vargas e ao Governo Provisório. Nesse período, Daudt e Valandro, além da ACRJ, passaram a compor a direção do Banco do Brasil, entidade da qual fazia parte Idelfonso Simões Lopes<sup>204</sup>, desde novembro de 1930<sup>205</sup>. Em setembro de 1931, Daudt e Valandro foram designados por Lindolfo Collor para integrar uma comissão do banco para estudar a reforma das tarifas alfandegárias. Daudt foi convidado por Carlos de Figueiredo, então presidente do Banco do Brasil, a ocupar a carteira comercial da empresa. Naquele contexto, eram frequentes os pedidos de demissão, inclusive na presidência, por onde passaram cinco homens, entre 1930 e 1931.

Tão logo assumiu o cargo, Daudt deu longa entrevista para *O Jornal*, procurando construir uma imagem de solidez e credibilidade da empresa, garantida pelo novo contexto político advindo com a Revolução de 1930.

Com a organização que hoje tem e com os funcionários especializados e hábeis que lhe fazem mover as engrenagens, o Banco do Brasil constitui uma máquina financeira de primeira qualidade, quase capaz de mover-se com eficiência, mesmo se lhe não derem os diretores que merece. Somente isso pode explicar a solidez constante do instituto e a admirável resistência que ofereceu aos mais violentos desmandos e sangrias, todas as vezes que ciclones da politicagem giravam, ávidos, em torno das duas arcas.

Com o sistema que possui e com os serventuários especializados de que dispõe, o nosso maior instituto de crédito realizou, talvez, entre nós, um *taylorismo* bancário apreciável, formando um corpo de técnicos hábeis e capazes, que honraria sem nenhuma dúvida, os mais afamados estabelecimentos congêneres<sup>206</sup>.

[Palavra posta em destaque pela edição de *O Jornal*]

Além da inserção na direção do Banco do Brasil, Daudt era visto com frequência junto ao chefe do Executivo, em visitas no Catete ou em almoços e jantares em família. A

<sup>203</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 80

<sup>204</sup> Idelfonso Simões Lopes era tio de Haidée Daudt, tia do empresário.

<sup>205</sup> MOREIRA, Regina da Luz. Idelfonso Simões Lopes. (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 11 mai. 2015.

<sup>206</sup> O BANCO DO BRASIL E SEU FUNCIONALISMO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1931. p. 4

proximidade com Vargas causou-lhe mal-estar entre o empresariado, especialmente do setor farmacêutico, ao qual era ligado pela natureza de sua atividade comercial e industrial. Quando foi decretada a lei 19.606, introduzindo a regulamentação da profissão farmacêutica no Brasil, houve reação negativa entre os farmacêuticos e proprietários de farmácia. Os pontos mais polêmicos da lei referiam-se a obrigatoriedade de formação acadêmica para o exercício da profissão e os critérios rigorosos para gerir farmácias e laboratórios, restringido essas atividades a pessoas graduadas em Farmácia. Quanto ao primeiro ponto, houve um certo consenso entre os empresários do setor. Porém, o segundo ponto foi alvo de inúmeras críticas. O *Diário Carioca*<sup>207</sup> foi porta-voz de tal protesto, afirmando que, além de atentar contra a liberdade do comércio, o decreto feria o direito à propriedade, já que, segundo o jornal, caso os herdeiros de um farmacêutico não tivesse formação na área, não poderiam estar à frente da farmácia herdada<sup>208</sup>.

Um panfleto anônimo acusando Daudt d'Oliveira de participar da elaboração de tal decreto foi distribuído para centenas de proprietários de farmácias e laboratórios farmacêuticos ligados a Associação de Proprietários de Farmácia. A publicação orientava os donos de farmácias para que dali por diante boicotassem o laboratório Daudt, Oliveira e Cia, recusando-se a vender seus produtos. A direção da entidade logo reagiu, vindo a público em defesa de Daudt, alegando que o empresário, ao contrário daquela denúncia, estava empreendendo esforços junto ao governo para revogar tal decreto<sup>209</sup>.

Além da pressão dos farmacêuticos em função do decreto e das associações, que reagiram à Lei de Sindicalização, segmentos do empresariado pressionavam o governo para o imediato retorno ao regime constitucional, inclusive no seio da ACRJ, onde estava em curso um projeto de participação política incisivo tão logo a ordem constitucional fosse estabelecida, via criação de um partido dos empresários.

Até o primeiro ano de Governo Provisório, portanto, Daudt manteve-se próximo a Vargas, apesar das críticas que sofria enquanto representante do empresariado, como no caso dos farmacêuticos, que lhe imputaram a responsabilidade pelo decreto que afetou de maneira

---

<sup>207</sup> Jornal carioca diário fundado em 17 jul. 1928 por José Eduardo de Macedo Soares. Embora tivesse apoiado a Aliança Liberal, logo assumiu tom crítico ao governo, em função da morosidade com que caminhava o retorno ao regime constitucional. Cf. LEAL, Carlos Eduardo. *Diário Carioca* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 11 mai. 2015.

<sup>208</sup> EDITORIAL. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1931. p. 6.

<sup>209</sup> A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE FARMACÊUTICO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1931. p.4.

negativa os interesses do grupo – uma vez que sua proximidade com Vargas poderia ter sido usada em favor da categoria. As críticas quanto à morosidade do processo de retorno a constitucionalidade ganharão peso entre o empresariado a partir de 1932 e nesse aspecto, a relação do empresário com o governo se altera, como analisado na seção a seguir.

### **2.3: O turbulento regresso a ordem constitucional e a ruptura entre Daudt e Vargas**

O governo enfrentava pressões políticas de lideranças de diversos estados em função das incertezas acerca da constitucionalização do país, em especial de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Objetivando controlar a crescente insatisfação de segmentos das elites políticas desses estados, o governo editou, em fevereiro de 1932, o Código Eleitoral, contemplando bandeiras da Aliança Liberal a exemplo do sufrágio universal direto e secreto, o voto feminino e a instituição da Justiça Eleitoral. O código foi elaborado por uma Comissão Legislativa, que desde o início daquele ano, estava sob o comando do jurista gaúcho Maurício Cardoso, e que contava também com a participação de Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva. O código estabelecia ainda a representação proporcional para todos os órgãos coletivos de natureza política. Instituiu-se assim a representação profissional<sup>210</sup>.

Um dia depois da instituição do Código Eleitoral, as tensões entre jornalistas cariocas defensores da constitucionalização do país e elementos ligados ao tenentismo culminaram no empastelamento do *Diário Carioca*, jornal de linha *anti-tenentista*. O episódio acirrou o confronto dos tenentes com os setores oligárquicos e agravou a crise política. Figuras gaúchas ligadas a Vargas, alegando desapontamento com o desinteresse do chefe de governo em punir os culpados pelo incidente na capital federal, pediram demissão de seus cargos, a exemplo dos ministros Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e Assis Brasil<sup>211</sup>.

Daudt e Valandro não se manifestaram publicamente contra o Governo Provisório ou contra Vargas diante daquele cenário. Na ACRJ, no entanto, a pressão por um posicionamento de seus dirigentes acerca do momento político era grande. Valandro afirmou, em abril de 1932, em discurso durante encontro do empresariado no Automóvel Club, que o regime constitucional

---

<sup>210</sup> GOMES, Angela de Castro. Assembleia Nacional Constituinte de 1934. (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 1 jul. 2015.

<sup>211</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.23-25.

era essencial para o ambiente econômico, mas, tentando se esquivar de assumir um tom crítico, afirmou que o fato de desejar a constitucionalização não significava fazer oposição ao governo<sup>212</sup>.

A defesa pelo retorno a constitucionalização não era consenso e, nesse sentido, o Clube 3 de outubro, foi para Vargas um contrapeso político que poderia ajudá-lo a manter o equilíbrio por mais tempo. O clube era uma organização criada por tenentistas e seus aliados em fevereiro de 1931 e tinha como programa a defesa do fortalecimento do Executivo, a consolidação de uma máquina administrativa centrada nos interesses nacionais, criação de conselhos técnicos, além de uma legislação social de proteção ao trabalhador e distribuição de terras privilegiando o pequeno produtor, diminuindo assim o poder dos latifundiários<sup>213</sup>.

A orientação centralizadora adotada pelo Governo Provisório, além de incompatível com a plataforma da Aliança Liberal, contrariava os interesses das forças políticas que o apoiaram em seu estado natal. A polêmica provocou um racha dentro dos elementos ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). De um lado, Borges de Medeiros clamava pela rápida constitucionalização do país. De outro, o general José Antônio Flores da Cunha<sup>214</sup>, nomeado interventor do estado, mostrava-se confiante, apoiando os rumos do Governo Provisório. O episódio do empastelamento do *Diário Carioca* foi o estopim para a ruptura dos gaúchos que criticavam a morosidade do processo de constitucionalização. Maurício Cardoso, então Ministro da Justiça, e João Batista Luzardo, chefe da política do Distrito Federal, determinaram a apuração imediata da responsabilidade do ato contra o periódico que defendia a constitucionalização, mas foram desautorizados pelo Governo Provisório a darem continuidade às investigações a respeito do incidente. Em protesto, Cardoso e Luzardo pediram exoneração de seus cargos. Lindolfo Collor entregou o Ministério do Trabalho e João Neves da Fontoura afastou-se da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil<sup>215</sup>.

Cardoso, Luzardo, Neves da Fontoura e Collor foram para o Rio Grande do Sul e por meio da Frente Única Gaúcha (FUG), reunindo lideranças políticas do PRR e do Partido Libertador, que tinha Raul Pilla como mentor, articularam oposição ao Governo Provisório. Em São Paulo, havia sido organizado grupo político – a Frente Única Paulista – com intuito de articular forças para pressionar o governo pela constitucionalização do país. O clima se acirrou

---

<sup>212</sup> ÍNDICES EXPRESSIVOS. *A Federação*, Porto Alegre, 3 mai. 1932. p.1.

<sup>213</sup> CAMARGO, Aspásia [et, al]. *O golpe silencioso: as origens da República Corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p.23.

<sup>214</sup> Participara ativamente da Aliança Liberal e ao lado de Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, liderou o movimento dentro do PRR a favor de uma solução armada em 1930. Cf: CAMARGO, Aspásia et. al. op. cit. p.76

<sup>215</sup> Idem.

após o assassinato de quatro jovens durante um ato de depredação a jornais favoráveis a Vargas. Foi o estopim para que o movimento se iniciasse. Em 9 de julho, teve início na capital paulista o movimento que ficou conhecido como *Revolução Constitucionalista*, tendo apoio da FUG e de lideranças políticas mineiras<sup>216</sup>.

Os engajados no movimento argumentavam que São Paulo foi o grande perdedor com o Golpe de 1930. Insatisfeitos com a lentidão no processo de constitucionalização e nos rumos centralizadores da política do Governo Provisório, os articuladores da insurreição conseguiram contar com expressivo apoio dentro de seu estado. Voluntariamente, milhares de paulistas alistaram-se, dispostos a pegar em armas em nome do movimento. A campanha *Ouro para o Bem* foi exitosa em seu intuito de arrecadar recursos financeiros e a população civil se articulou para prestar serviços médicos e atuar nas áreas de transporte e abastecimento<sup>217</sup>.

O poeta Felipe de Oliveira, irmão de João Daudt d'Oliveira, que tanto empenhou-se nas articulações políticas da Aliança Liberal anos antes, engajou-se de modo expressivo no movimento constitucionalista. Montou no Rio de Janeiro, com a ajuda da filha de Arthur Bernardes, casada com o diplomata Carlos Alves de Souza, uma *cabeça-de-ponte* para os paulistas, fornecendo falsos salvo-condutos para que membros do movimento pudessem viajar passando pelas barreiras federais. Foi por meio do irmão de Daudt que Assis Chateaubriand, então em prisão domiciliar por apoiar o movimento constitucionalista, conseguiu burlar a vigilância e viajar para Minas Gerais na tentativa de se encontrar com Arthur Bernardes, líder do movimento no estado mineiro. O poeta forneceu a Chateaubriand um salvo-conduto, documentos falsos e bilhetes de viagem, todos em nome de Francisco Bandeira, omitindo os demais sobrenomes pelos quais o jornalista era conhecido. Assim, Chateaubriand seguiu viagem em direção a Viçosa. Felipe e os articuladores no Rio deram a ele dois documentos redigidos a Bernardes: um relatório da base de apoio do Rio de Janeiro e uma carta de João Neves da Fontoura, na qual o gaúcho anunciava sua adesão ao movimento paulista. Além disso, ficou responsável por levar munição aos mineiros. No entanto, Chateaubriand não chegou ao seu destino. Durante uma inspeção policial em Rio Branco foi descoberto e preso<sup>218</sup>.

Embora não se tenha encontrado na documentação pesquisada ao longo desta pesquisa qualquer indicio de envolvimento de Daudt com o movimento de 1932, em setembro daquele ano, Vargas registrou em seu diário que, em meio a documentação apreendida pela polícia

---

<sup>216</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 343-346

<sup>217</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 25.

<sup>218</sup> MORAIS, Fernando. *Chatô, O Rei do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994. p. 284-287.



mineira, havia registros da participação de Daudt em articulações com Artur Bernardes. Tal constatação deixou o chefe do Governo Provisório profundamente magoado e a partir de então, passou a se referir ao empresário em seu diário como *meu ex-amigo João Daudt*<sup>219</sup>.

Mesmo contando com o apoio de Artur Bernardes em Minas Gerais e de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, os paulistas não receberam apoio oficial de nenhum governador. Bernardes e Borges de Medeiros não conseguiram criar focos de resistência armada em seus estados. Persistiu com mais vigor o movimento paulista, que durou três meses, sendo desarticulado em 2 de outubro de 1932. Os principais líderes foram presos, com seus direitos políticos suspensos por três anos. Muitos foram exilados. Os exílios, possivelmente por conta da censura ainda imposta na imprensa, eram noticiados como voluntários. Assim foi o caso de Felipe de Oliveira, que deixou o país e estabeleceu-se na França. No entanto, pouco tempo depois, faleceu, vítima de um acidente de carro <sup>220</sup>.

Enquanto os irmãos Daudt apresentaram envolvimento com o processo de constitucionalização, aos olhos de Vargas, Yêddo Fiúza permanecia como um amigo fiel. Fiúza, além de apoiar os tenentes, foi fundador e primeiro presidente do Clube 3 de Outubro em Petrópolis.<sup>221</sup> Numa tentativa de reconciliar o primo, que passava uns dias em Petrópolis, com o presidente, que também se encontrava na cidade, Fiúza convidou Vargas para que fosse até a sua casa, conversar com Daudt e reatar a velha amizade. Vargas, embora tenha demonstrado

---

<sup>219</sup> VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. p. 130 – registro referente ao dia 8 set. 1932.

<sup>220</sup> O movimento de 1932 culminou, no campo político nacional, em um processo de reorganização, representando um marco no processo de depuração das elites civis e militares. Se, de um lado, o governo foi vitorioso, derrotando militarmente a insurreição, de outro, teve como ônus o afastamento de elementos que participaram ativamente do Movimento de 1930, a exemplo de Assis Brasil, Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Epiácio Pessoa e o próprio Felipe de Oliveira. Quanto aos tenentes, se inicialmente aquela derrota militar do movimento constitucionalista pareceu-lhes uma vitória, foi seguida de um processo acelerado de constitucionalização do país, o que contrariava em muito os seus interesses. Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. GRYNSPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: A depuração das elites - *Revista de Sociologia e Política*. n. 9 1997, p.11. Pandolfi chama atenção para uma divisão entre os tenentes a partir do novo contexto político, de crescente pressão pela constitucionalização. Segundo a historiadora, os tenentes se dividiram em quatro posições. No grupo mais numeroso, composto sobretudo pelos interventores, incluíam-se aqueles que encamparam a tese da constitucionalização, embora considerando-a uma proposta prematura, e que adotaram na prática as medidas impostas pela conjuntura política, partindo com vigor para a rearticulação das agremiações partidárias e para o alistamento eleitoral. São representativas deste tipo de posição figuras como Juraci Magalhães (interventor da Bahia), Carlos de Lima Cavalcanti (interventor de Pernambuco) e Juarez Távora. Outro grupo assumiu uma postura de neutralidade e distanciamento diante da nova realidade, nele destacando-se o interventor do Ceará, Carneiro de Mendonça. Alguns políticos como o ex-interventor do Rio Grande do Norte, Herculino Cascardo, desiludidos com o que consideravam os desvirtuamentos da Revolução de 30, decidiram se afastar do governo. Finalmente, outros, como o General Manuel Rabelo, radicalizaram suas posições, insistindo em defender a implantação de uma ditadura militar no país.

<sup>221</sup> ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. 2012. p.78-79.

interesse em acabar com o mal-estar que os distanciavam, esperava que a iniciativa fosse tomada pelo empresário, conforme registro em seu diário.

O prefeito Fiúza, que é parente do meu ex-amigo João Daudt, que está veraneando em Petrópolis, veio propor-me ir à casa deste para uma reconciliação. Respondi-lhe que estava pronto a encontrar-me com ele num ponto determinado, mas não me julgava no dever de ir procura-lo em casa, uma vez que eu nada lhe fizera, ele é que agira contra mim e se afastara<sup>222</sup>.

Ainda que não tenha participado de maneira expressiva da luta pela constitucionalização do país, Daudt afastou-se de Vargas. As famílias, no entanto, continuaram próximas, especialmente Stella Daudt e Darcy Vargas, que mantiveram a rotina de visitas frequentes. Embora não haja registros em documentos e nem em relatos de seus familiares referentes a uma atribuição de culpa imputada a Vargas pela morte de Felipe<sup>223</sup>, Daudt não se esforçou em aproximar-se de Getúlio. Passou cada vez mais a defender com afinco as reivindicações dos empresários que representava, ainda que isso significasse assumir um discurso de crítica ao chefe do Governo Provisório.

#### **2.4: A formação do Partido Economista do Brasil**

As relações iniciais entre as associações de representação do empresariado e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), como já vimos, assumem um aspecto positivo, pautado na colaboração. No que diz respeito à questão social - ponto de convergência de interesses entre comércio e indústria - a proposta do MTIC de regularizar as relações entre capital e trabalho e controlar a ação do movimento operário, pautando-se pelo princípio da colaboração empregado-empregador foi bem recebida pelo empresariado<sup>224</sup>. No entanto, o avanço na promulgação de uma legislação trabalhista, ainda em 1931, ameaçou o equilíbrio inicial, ainda que se tenha aberto um canal de diálogo com o empresariado no sentido de consulta-lo acerca da formulação dessas leis. Além disso, nem todos os setores do empresariado aceitaram, a princípio, enquadrar-se no modelo corporativo de representação profissional proposto pelo governo.

---

<sup>222</sup> VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. p. 270. (15 e 16 fev. 1934).

<sup>223</sup> DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015, p. 143.

<sup>224</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 222.

Nesse sentido, uma das reações verificadas foi a aceleração de um projeto de representação dos interesses do empresariado via participação política, na qual a ACRJ, e em especial, Serafim Valandro e João Daudt d'Oliveira foram lideranças expressivas. Não se tratava de uma iniciativa nova para o empresariado carioca. Ao longo da Primeira República, ao menos duas tentativas podem ser identificadas: a primeira, entre os anos de 1916 e 1917 e a segunda, entre 1924 e 1925<sup>225</sup>. Em comum, tais iniciativas guardavam entre si o objetivo do empresariado carioca – tanto do comércio quanto da indústria e da agricultura - de conseguir representação política de seus interesses no Congresso. Angela de Castro Gomes ressalta que não se tratavam de iniciativas de lideranças individuais e sim, de um projeto mais amplo, do empresariado da cidade.<sup>226</sup> Um dos fatores que pode ser observado no discurso do empresariado, ainda em 1918, é o de formular uma resposta aos setores que imputavam ao comércio e a indústria a culpa pela carestia de vida. Gomes analisa o discurso do comerciante Dias Tavares, membro do Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, em reunião de diretoria realizada em 1918, em que alega, diante dos problemas da alta dos preços, ser o empresariado do comércio e da indústria “*bodes expiatórios a quem são lançadas todas as responsabilidades*”<sup>227</sup>.

Os culpados são os que aumentam delirantemente as despesas públicas, despendendo à farta, sem peso nem medida, congestionando e arrebatando as verbas orçamentárias, fazendo emissões de papel-moeda a jato contínuo, criando impostos sobre impostos, aumentando os fretes para todos os artigos necessários à vida do povo (...).

Em conclusão (...) a crise se vem avolumando em consequência da falta de responsabilidade dos nossos estadistas e financeiros que nos arruinam. Por que, pois, atirar a responsabilidade para as classes produtoras do país quando os verdadeiros responsáveis são os profissionais da política?”<sup>228</sup>.

Podemos observar, no discurso do comerciante, dois aspectos que prevalecerão nas décadas seguintes nos argumentos do empresariado: o primeiro deles é a definição de industriais, comerciantes e empresários do setor agrícola enquanto *classe produtora*. O termo,

<sup>225</sup> Em ambas as iniciativas, entidades de representação do empresariado disponibilizaram em suas sedes “*gabinetes de identificação*” para orientações quanto a título de eleitor e todas explicações sobre as eleições. É possível observar a participação ativa de entidades de diversos segmentos do comércio, da indústria e da agricultura, a exemplo do Centro do Comércio do Café; Liga do Comércio; Centro Industrial do Brasil; Associação Comercial do Rio de Janeiro; Centro Comercial de Cereais e Centro de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Ver: GOMES, Angela de Castro. op. cit. p. 266-267

<sup>226</sup> Ibidem. p. 262.

<sup>227</sup> Ibidem. p. 264-265.

<sup>228</sup> Discurso de Dias Tavares. CENTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO. Relatório apresentado em Assembleia geral de 17 jul. 1818. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de A Noite, 918, p. 77. Apud. GOMES, Angela de Castro. op. cit. p. 265

cujo uso era reivindicado por muitas lideranças do empresariado, apresenta-se como uma oposição ao de *classes conservadoras*, termo largamente utilizado até que a partir da década de 1910, com o crescimento do movimento operário, a expressão *conservador* ganha uma conotação pejorativa e passa a ser evitada. Já em 1918, a opção do empresário por utilizar *classes produtoras* para se referir ao empresariado já indica uma mudança nesse aspecto<sup>229</sup>. Outro ponto do discurso é a crítica ao que o comerciante classifica como *profissionais da política*, que naquele contexto, era o termo aplicado para políticos considerados

avessos à realidade nacional, quer por falta de preparo, quer por falta de caráter. Em oposição a eles, constrói-se a figura do “técnico”, do “administrador”, quer por sua formação específica de alto nível, por seu “isolamento” da política e por sua “neutralidade”, é capaz de romper com o “atraso” e criar riqueza. Ou seja, se nosso mal é político, sua solução reside, com frequência, na criação de uma administração que resolva problemas basicamente socioeconômicos, o que requer um “saber técnico” definido ao mesmo tempo e de forma interativa com um saber especializado e despolitizado<sup>230</sup>.

Esses dois aspectos presentes no discurso pronunciado em 1918 podem ser encontrados na articulação daqueles que encabeçavam o projeto de participação política do empresariado no contexto do pós-1930.

As articulações em torno da iniciativa de atuação política do empresariado foram retomadas a partir do ano de 1932. Em abril, banqueiros, industriais e empresários do comércio se reuniram no Automóvel Club, no Rio de Janeiro, para debater temas referentes a política e economia nacional, visando estabelecer bases para a criação de um partido político. A ACRJ conduziu os debates, sendo Serafim Valandro o principal orador do dia. Segundo o empresário, o Brasil vivenciara um fenômeno mundial de falência dos partidos puramente políticos. Era necessário, portanto, a formação de legislaturas técnicas. Valandro, articulando então uma demanda antiga do empresariado carioca, lançava naquele momento a proposta de construção

---

<sup>229</sup> Fabiane Polpingis ressalta que naquele mesmo contexto, em visita a ACRJ, Rui Barbosa tratou do assunto, defendendo que a expressão *classes conservadoras*, longe de ser algo pejorativo, tinha um sentido nobre, carregando consigo a conotação de conservadora da sociedade – de sua ordem política e econômica, de unidade e harmonia. No entanto, o termo era evitado no discurso de seus representantes. Cf. POPINIGIS, Fabiane. De “classes conservadoras” a “classes produtoras”: a atuação da Associação Comercial do Rio de Janeiro durante a Primeira República. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. p. 148-149. Ao longo da década de 1940, Daudt d’Oliveira, já à frente da direção da ACRJ, defende a utilização do termo “classes produtoras” para tratar do empresariado e o emprega de maneira sistemática em seus discursos.

<sup>230</sup> GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro. (coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p.2.

de um partido político diante do contexto constitucional que se descortinava, conforme compromisso firmado pelo Governo Provisório<sup>231</sup>.

Ocupemos, tranquilos, a posição que nos cabe. E realizando a política impessoal e coletiva, que tem como imperativo categórico o argumento das forças vivas da nacionalidade, proclamemos, em breve, a independência econômica do Brasil, única em condições de integrar os brasileiros na posse das prerrogativas inerentes aos cidadãos felizes de uma pátria forte e próspera<sup>232</sup>.

Ao propor que o empresariado ocupasse a posição que lhe cabia na política nacional, Valandro sintetizava tanto a compreensão que o empresariado tinha de seu papel na sociedade quanto o questionamento desse grupo, que alegava não ser possível contribuir de maneira expressiva para o erário público e ao mesmo tempo participar de maneira ínfima da administração dos recursos arrecadados. Compreendiam a si como “*responsáveis pelo pagamento da maior parte do aparelho administrativo do Estado*” daí a justificativa da urgência em mais participação política do grupo.<sup>233</sup>

Se, como vimos, o projeto de promover uma articulação política para garantir a representação dos interesses do empresariado não era uma novidade no Brasil – em especial no Rio de Janeiro, o papel da ACRJ em encabeçar a iniciativa também pode ser compreendido se analisarmos a trajetória daquela entidade. Para a historiadora Nívia da Silva Vieira, a ACRJ, por sua natureza, tinha ampla experiência nesse sentido. Vieira, ao analisar a atuação da entidade no século XIX, compreende a ACRJ, em si, como um partido político, o qual classifica como *partido dos negociantes*. Vieira leva em conta a definição de Antonio Gramsci acerca de partido político, que não se restringe às organizações de ação política no sentido estrito, mas engloba o conceito, incluindo na definição de partido, organizações que expressam interesses de grupos sociais. Em relação a ACRJ, a historiadora a considera como um partido político, pois entende que a associação “*cumpriu a tarefa histórica de representar permanentemente os interesses dos negociantes do Rio de Janeiro no período em questão*”<sup>234</sup>.

Para a análise aqui proposta, entende-se que a ACRJ e outras entidades de representação do empresariado, enquadram-se como *grupos de interesses*, pois são organizações que se

<sup>231</sup> AS CLASSES CONSERVADORAS LANÇAM AS BASES DE UM GRANDE PARTIDO ECONÔMICO NACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1932. p. 1

<sup>232</sup> *Idem*.

<sup>233</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 265.

<sup>234</sup> Cf. GRAMSCI, Antonio. *Poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990; VIEIRA, Nívia Silva. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definições e redefinições das políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro (1869-1934)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p.13.

articulam com o objetivo de levar os interesses coletivos de seus associados ao Estado, representando-os em arenas políticas específicas<sup>235</sup>. As associações são entidades criadas com o intuito de atuarem na promoção de consenso entre seus membros e de coordenação e solução de conflitos de interesses. Realizam a intermediação entre a *lógica de afiliação ao grupo*, ou seja, o acolhimento das demandas dos associados, articulações em torno da promoção do consenso, e a *lógica de representação do grupo associativo*, que engloba a condução de negociações com outras organizações e governos, além de acesso privilegiado a informações e a garantia de status em arenas políticas<sup>236</sup>.

Além dos fatores internos, que inclui, como vimos, iniciativas anteriores de organização partidária e o peso de uma entidade que por si, poderia ser compreendida como um partido político, há ainda elementos ligados ao contexto internacional. A experiência brasileira não era um caso inédito. Se analisarmos outras iniciativas, como a l'Union des Intérêts Economiques na França, criada em 1909, e a União dos Interesses Económicos, grupo político que atuou em Portugal nas eleições de 1925, poderemos observar que há uma gama de semelhanças. Todas encabeçados pelo setor do comércio, tinham como proposta a criação de plataformas de atuação política conjunta com os setores da indústria e agricultura para a defesa de seus interesses através da participação em canais do governo. Analisando de maneira comparada os programas das três experiências, estão presentes os seguintes elementos:

- Defesa da liberdade econômica;
- Oposição ao estadismo;
- Defesa do ensino técnico-profissional;
- Conciliação entre capital e trabalho (que poderia ser interpretado como o poder para que o empresariado pudesse interferir na formulação de leis trabalhistas);
- Consulta obrigatória às *classes produtoras*

---

<sup>235</sup> WARNER, Malcolm (ed.). *International Encyclopedia of Business and Management*. 2nd ed. London: Thomson Learning, Vol.4, 2002. p. 3193.

<sup>236</sup> FONTELLA, Matheus. *Sociologia Econômica: Compilação Comentada de Obras de Interesse em 122 Temas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Grupo de pesquisa “Trabalho na sociedade contemporânea”. Porto Alegre, 2011, p. 31. Cf. STREECK, Wolfgang. Business Associations. In: BECKERT, Jens; ZAFIROVSKI, Milan. *International Encyclopedia of Economic Sociology*. London and New York: Routledge, 2006, p.33-35; STREECK, HASSEL, Anke. Interest Group Organization. In: WARNER, Malcolm (ed.). *International Encyclopedia of Business and Management*. 2nd edition. London: Thomson Learning, Vol.4, 2002, p.3182-3192. SCHMITTER, Philippe; STREECK, Wolfgang. *The Organization of Business Interests: studying the associative action of business in advanced industrial societies*. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG), 1999.

**Quadro 8: Quadro comparativo: PEB. UIEs<sup>237</sup>**

	FRANÇA	PORTUGAL	BRASIL
<b>CRIAÇÃO</b>	1909 (novembro)	1924 (setembro)	1932 (maio)
<b>NOME</b>	l'Union des Intérêts Economiques pour la liberté du commerce et de l'industrie, la défense de l'initiative privée et contre l'extension des monopoles d'Etat (UIE)	União dos Interesses Econômicos (UIE)	Partido Economista do Brasil
<b>ANTECEDENTES</b>	Não identificados	1911: Formação da UACI – União da Agricultura, Comércio e Indústria. 1921: I Congresso Econômico da UACI	1917 e 1924: Associação Comercial e Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro apoiam conjunto de candidatos para representar as <i>classes produtoras</i> .
<b>INFLUÊNCIAS</b>	Não identificados	UIE francesa  David J. Hill (diplomata, professor norte americano) e Edouard Herriot (primeiro ministro da França 1924-1932):	Ascensão de Herbert Hoover à presidência dos EUA (1929-1933) - (empresário do setor da mineração e 3º secretário do comércio dos EUA entre 1921-1928, nunca havia sido eleito para um cargo político.  (Francisco) Cambó: “divide os homens de posição social em duas categorias: - os homens contemplativos e os homens de ação. Nos primeiros predomina o talento analítico. Nos segundos, o talento sintético. Aqueles escrevem a história. Estes a fazem”. (Citação de Daudt, presidente do PEB)
<b>PROPOSTA</b>	Criar uma ligação entre os grupos corporativos comerciais, industriais e agrícolas e a conexão destes com representantes políticos para analisar as condições legislativas, econômicas e sociais mais favoráveis à prosperidade de suas corporações e para defender os interesses gerais por meio dos canais legais.	Estudo dos problemas econômicos nacionais e indicação das respectivas soluções  Intervenção efetiva e política para a sua adoção.  Assegurar o engrandecimento das forças econômicas nacionais, a sua defesa contra os erros da legislação e	Consolidar, no seio das classes econômicas, o sentimento da sua unidade.  Ser intérprete das correntes predominantes das classes econômicas e culturais abrangendo todos os elementos vitais do Brasil  Desenvolver o espírito associativo e de solidariedade social, com o fito de agremiar em instituições representativas as classes, seus ramos e sub-ramos

<sup>237</sup> Embora tragamos o exemplo das experiências portuguesa e francesa, anteriores ao Partido Economista do Brasil, podemos afirmar que não foram as únicas que ocorreram ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo necessária uma investigação mais ampla desse tema, que não foi possível ser realizada ao longo da tese, pois extrapolaria o tema proposto. Também não encontramos na documentação analisada, no caso do Partido Economista, referências aos modelos da França ou de Portugal, em que pese as semelhanças entre suas propostas.

	Lutar contra todas as tentativas de violação da liberdade comercial	dos governos e sua colaboração na vida pública.	<p>Compor, nas classes econômicas, uma elite à altura da importância que a sua atividade tem na vida social e política moderna.</p> <p>Defender os legítimos interesses das classes produtoras, comerciais, industriais, culturais e trabalhadoras em geral, e ouvir-lhes as sugestões.</p>
<b>PROGRAMA</b>	<b>PROGr. ECONÔMICO COMUM 1914/1919</b>	<b>PROGRAMA MÍNIMO DA LEI ORGÂNICA DA UTE (1925)</b>	<b>PROGRAMA DO PARTIDO ECONOMISTA DO BRASIL 1932.</b>
<b>DEFESA DA LIBERDADE ECONÔMICA</b>	Defesa da propriedade e da iniciativa privada. Liberdade de agricultura, de comércio, de indústria e do trabalho. Proteção da propriedade comercial	Defesa da propriedade individual e da iniciativa particular/Defesa das liberdades econômicas e do interesse solidário da economia nacional contra todos os desvios governamentais ou revolucionários.	Combater, salvo casos excepcionalíssimos, qualquer intervenção oficial no tabelamento de preços no comércio, na indústria, na agricultura.
<b>CONTRA ESTADISMO /MONOPÓLIO ESTATAL</b>	Oposição a qualquer monopólio estatal	Proscrição (combate ao) do Estadismo	Condenar a concorrência desigual das instituições oficiais na atividade industrial e comercial.
<b>CONTROLE DOS GASTOS DO ESTADO</b>	Controle severo dos gastos pelo Parlamento/ Limitação de gastos iniciativa parlamentar	Equilíbrio orçamental pela reorganização e concentração dos serviços públicos, fiscalização das despesas, aperfeiçoamento dos serviços de cobrança, fiscalização das receitas, criação de responsáveis financeiros.	Efetivar severo regime de responsabilidade para os atos oficiais e suas consequências visíveis/tornar realidade a prestação de contas de chefes e auxiliares diretos de governo.
<b>ENSINO TÉCNICO</b>	Organização do ensino técnico e da aprendizagem com a colaboração dos grupos profissionais interessados.	Organização do ensino técnico e da aprendizagem com a colaboração dos agrupamentos profissionais interessados.	Encaminhar, preferencialmente, para os estudos técnicos os filhos de comerciantes, industriais, agricultores e proprietários de terras.
<b>CONCILIAÇÃO CAPITAL- TRABALHO</b>	União do capital e do trabalho. Conciliação de empregadores, trabalhadores e empregados. Solução das questões de seus interesses dentro de um espírito de concórdia, de liberdade e de progresso.	Sendo o bem-estar social uma resultante do equilíbrio de interesses solidários, nenhum governo deve esquecer que a sua missão não é a de favorecer o domínio de uns sobre os outros, mas apenas a de conciliar com absoluta imparcialidade, os conflitos que a	Atender a todas as justas e legítimas reivindicações dos trabalhadores, de acordo com as circunstâncias ambientes, tendo sempre em vista os supremos interesses da coletividade brasileira/ Concorrer para a manutenção de um ambiente de perfeita harmonia entre empregadores e empregados.



		natureza das coisas ou as flutuações dos sentimentos humanos possam provocar. (...) o capital e o trabalho são tão necessários um como o outro ao progresso do comércio, da indústria e da agricultura e que é tão errado e tão injusto pôr-se ao lado do operariado quando este reclama o que lhe não podem dar, como ajudar o patrão quando este esquece o limite dos seus direitos.	
<b>CONSULTA OBRIGATÓRIA AS CLASSES PRODUTORAS</b>	Consulta obrigatória de câmaras de comércio para todo o projeto de lei interessante antes de serem apreciadas no plenário/ Preparação e desenvolvimento da legislação pelo Conselho de Estado. Consulta obrigatória e prévia das Câmaras de Comércio, Sindicatos profissionais e grupos econômicos legalmente constituídos, por meio de seus projetos e suas propostas de leis que interessem a vida econômica do país.	Consulta obrigatória dos agrupamentos interessados antes da elaboração das leis econômicas e sociais.	Efetiva representação das classes nas legislaturas. / Influir para a criação de órgãos técnicos e econômicos junto à administração executiva dos Municípios, dos Estados e da União, tendo, normalmente, caráter decisório ou, excepcionalmente caráter consultivo, sendo, porém, nesta hipótese, obrigatória a consulta.
<b>ARTICULADORES/ SETOR DE ATIVIDADE</b>	Felix Lesuer (Barão Cerise) – chefe da Le Conservateur <b>COMPANHIA DE SEGUROS</b>  Goulet - chefe da filial de Paris dos empregadores do <b>COMÉRCIO DE ATACADO DO VINHO</b>  Mazand - secretário-geral da filial da entidade patronal das <b>MERCEARIAS FRANCESAS</b>  Forsans - Presidente da <b>UNIÃO NACIONAL DE VINHO.</b>  Millon - <b>ALIMENTAÇÃO</b>	João Pereira da Rosa - <b>A. COMERCIAL DE LISBOA</b>  Levi Marques da Costa – <b>A. INDUSTRIAL PORTUGUESA</b>  Alfredo Ferreira – <b>A. COMERCIAL DE LISBOA</b>  Carlos de Oliveira – <b>A. COMERCIAL DE LISBOA</b>  Joaquim Roque da Fonseca – <b>A. COMERCIAL DE LISBOA</b>  Nunes Mexia - <b>UNIÃO AGRÁRIA</b>	Serafim Valandro – <b>ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO</b>  João Daudt d'Oliveira - <b>ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO</b>  Francisco de Oliveira Passos – <b>FEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL</b>  João Augusto Alves - <b>CENTRO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA</b>  Oscar F. de Carvalho - <b>LIGA DE COMÉRCIO</b>  Carlos da Rocha Faria - <b>CENTRO DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO</b>

		<p>César Azevedo – <b>A. INDUSTRIAL PORTUGUESA</b></p> <p>Antônio de Assis Camilo – <b>A. COMERCIAL DE LISBOA</b></p> <p>Eduardo Maria Rodrigues – <b>A. COMERCIAL DE LOJISTAS</b></p>	<p>Heitor Beltrão – <b>ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO/ FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL/ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA</b></p>
<p><b>PREPONDERÂNCIA DO SETOR COMERCIAL NA DIFEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b></p>	<p>“A União dos Interesses Econômicos é a ligação entre o mundo do comércio e do Parlamento ... Existe agora comunhão de ideias entre si, comerciantes e Membro do Parlamento responsáveis por representar suas reivindicações ... Esta comunidade é mantida pelo contato permanente”. - Paul Forsans</p>	<p>“A unificação dos poderes econômicos é forjada por setores economicamente em declínio, associados à pequena e média burguesia urbana (onde se inclui multiforme a atividade varejista) e não pelos detentores do grande capital, da propriedade, do investimento ou da produção em escala. A tutela da Associação Comercial de Lisboa sob diferentes frentes mostra duas coisas: que a contestação nasce nas bases sociais do regime Republicano, e não nas suas margens; que a convergência entre interesses industriais e agrícolas é impulsionada pelo comércio e se faz em torno de um programa mínimo dos interesses do comércio”. – Nuno Madureira</p>	<p>Partido conduzido por representantes da Associação Comercial do Rio (seus dois presidentes foram Serafim Valandro (1932-1934) e Daudt (1934-1937).</p>
<p><b>CONTEXTO POLÍTICO DE CRIAÇÃO</b></p>	<p>Proposta de criação do imposto progressivo sobre o rendimento total, a exemplo do <i>Einkommensteuer</i> alemão.</p> <p>Propostas de sobretaxas em heranças e seguros.</p>	<p>Ministério do Trabalho que impõem o horário de oito horas e anunciam dos descontos da Previdência Social (1919)</p> <p><i>Lei do Selo</i>, que aumentava os impostos sobre bebidas alcoólicas e perfumarias (1924)</p> <p>Disparada da inflação e da desvalorização da moeda</p> <p>Aumento dos fluxos grevistas.</p>	<p>Lei de Férias, código de Menores, regulamentação do trabalho feminino, estabelecimento de convenções coletivas de trabalho. (1930-1932)</p> <p>Preparação para a Assembleia Constituinte e a redemocratização do Brasil pós golpe de 1930.</p>
<p><b>FORMA DE DIVULGAÇÃO</b></p>	<p>Lançamento de jornal próprio - Le Réveil économique</p>	<p>Aquisição do jornal <i>O Século</i></p>	<p>Apoio dos <i>Diários Associados</i> de Assis Chateaubriand</p>

<b>ATUAÇÃO EFETIVA</b>	Oferece apoio financeiro e políticos a candidatos que apoiem seu programa (1910 – 1914 – 1919).	Concorre e elege representantes ao longo dos anos de 1925 e 1926. Apoia a Ditadura em 1926. Insere-se nos quadros políticos e administrativos).	Concorre e elege representantes ao longo do período constitucional do governo Vargas (1934-1937). Não fazem oposição ao Estado Novo em 1937. Insere-se nos quadros políticos e administrativos.
------------------------	---	---	---

A Union des Intérêts Économiques surgiu com o objetivo de influenciar as eleições de 1910, fundamentando seu discurso na defesa da iniciativa privada e contra a extensão de monopólios estatais, unindo desde barões da economia aos ramos de pequenos empregadores. Seus dirigentes organizaram um fundo, formado por contribuições de sindicatos e associações profissionais, além de doações individuais de empresários. Lançou um periódico próprio – o jornal *Le Réveil économique* (despertar econômico), que obteve amplo apoio do empresariado francês por meio da compra de anúncios. O projeto obteve êxito nas eleições parlamentares de 1910, quando dos 595 deputados eleitos, 366 posicionaram-se favoráveis às diretrizes sugeridas pela UIE<sup>238</sup>.

A estratégia de atuação de seus dirigentes não era a participação direta no processo eleitoral, e sim, o apoio – inclusive financeiro – a candidaturas que se identificassem com o seu programa de ação. No contexto do surgimento do Partido Economista, a Union des Intérêts Économiques ainda mantinha a estratégia inicial. Apoiava, de forma mais específica, o *Fédération républicaine*, partido que representava a direita francesa, e contribuiu de maneira expressiva para as campanhas do partido, chegando a financiar mais de 70% de suas despesas eleitorais nos pleitos de 1928, 1932 e 1936<sup>239</sup>.

Já a União dos Interesses Econômicos portuguesa, criada em 1924 e inspirada na experiência francesa<sup>240</sup>, teve uma estratégia de atuação diferente. Ela própria atuou como um partido político, tendo inclusive lançado candidaturas de alguns de seus dirigentes. Encabeçada pelo setor do comércio, tinha como proposta garantir que os setores do comércio, indústria e agricultura pudessem ter canais de diálogo com o governo e que pudessem ser consultados em processos de tomada de decisão e formulações que envolvessem políticas econômicas e legislação trabalhista<sup>241</sup>. Sua junta central era presidida por João Pereira da Rosa, jornalista e membro da Associação Comercial de Lisboa. Também eram diretores o presidente da ACL,

---

<sup>238</sup> Cf. LA NOUVELLE CHAMBRE. *Le Matin*. Paris, 10 mai. 1910. p.1 Disponível em: < <http://gallica.bnf.fr>>. Acesso em 19 ago.2016. SERIEYS, Jacques. <http://www.gauchemip.org/spip.php?article5421>

<sup>239</sup> Cf. DUBOIS, Jean-Etienne. *Le, con d'histoire pour une droite dans l'opposition? les mobilisations de droite contre le Cartel des gauches dans la France des années Vingt.. Histoire*. Université Blaise Pascal - Clermont-Ferrand II, 2013.

<sup>240</sup> UNIÃO DOS INTERESSES ECONÓMICOS. *Panfleto da União dos Interesses Económicos, acompanhado de programa mínimo de sua lei orgânica, questionário e ficha de inscrição*. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS-ICS-UL), Espólio Pinto Quartin, quota PT AHS-ICS PQ-P 305

<sup>241</sup> MADUREIRA, Nuno Luís. *A Economia dos Interesses: Portugal entre guerras – Temas de História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. *Panfleto da União dos Interesses Económicos, acompanhado de programa mínimo de sua lei orgânica, questionário e ficha de inscrição*. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS-ICS-UL), Espólio Pinto Quartin, quota PT AHS-ICS PQ-P 305.

Moisés Bensabat Amzalak e o diretor Joaquim Roque da Fonseca<sup>242</sup>. Assim como a Union des Intérêts Économiques, também investiram na imprensa para divulgar suas ideias, adquirindo o jornal *O Século*, em setembro de 1924. O jornal, além da propaganda do grupo, também expressava os interesses do empresariado lusitano. Nesse sentido, pauta frequente eram as relações comerciais. Temas como a emigração de portugueses para o Brasil e a crescente perda de mercado por conta da concorrência com outros países eram assuntos frequentes nas colunas de António Maria de Bettencourt Rodrigues chamada “*As nossas relações com o Brasil – o que elas são e o que elas deveriam ser*”. Além disso, as reivindicações das câmaras de comércio portuguesas no Brasil também tinham espaço nas colunas do periódico. Também defendiam a representação profissional, por meio dos artigos incisivos de Martinho Nobre de Mello<sup>243</sup>.

A UIE portuguesa concorreu às eleições de novembro de 1925 e conseguiu eleger seis deputados e três senadores. Porém, esses números desapontaram demasiadamente os seus dirigentes. Boa parte deles abandonaram suas funções por conta desse resultado<sup>244</sup>. No entanto, continuaram próximos ao jogo político. No ano seguinte, deram apoio expressivo a ditadura militar que se instalou no país. A partir daí, é possível observar a inserção de pessoas ligadas a União nos quadros do governo. Bettencourt Rodrigues assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1926 a 1928. José Pereira da Rosa foi parlamentar da 1ª à 4ª legislatura, e foi também presidente do Grêmio Nacional da Imprensa Diária entre 1936 e 1941. Martinho Nobre de Mello foi nomeado embaixador de Portugal no Brasil e Joaquim Roque da Fonseca foi parlamentar ao longo de quatro legislaturas consecutivas.

Com relação ao contexto de formação do Partido Economista, Angela de Castro Gomes ressalta que a crise internacional de 1929, que desarticulou as relações comerciais internacionais, impactando de maneira dura sob as atividades agroexportadoras fomentou as iniciativas do empresariado carioca de se organizarem politicamente<sup>245</sup>. Mas outro ponto que também contribuiu para o êxito dessas articulações foi a temática trabalhista. No momento em que são lançadas as bases do Partido Economista do Brasil, o tema central do discurso foi a legislação social. Para o empresariado, a questão trabalhista e previdenciária no contexto do

---

<sup>242</sup> FONTES, Carlos. Feira Popular de Lisboa: diversão e poder. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação). ISCTE, Lisboa, 1999. P.71-73.

<sup>243</sup> ALCÂNTARA, Priscila Musquim. GONÇALVES, Leandro Pereira. Martinho Nobre de Mello e a União dos Interesses Económicos: A defesa da Representação Profissional no Jornal O Século. *Historiæ*, Rio Grande, 7 (2): 9-27, 2016. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/6719/4407>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

<sup>244</sup> MADUREIRA, Nuno Luís. A Economia dos Interesses: Portugal entre guerras – Temas de História de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. P.42

<sup>245</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 271.

pós-1930 era uma temática delicada. Diante das iniciativas do governo no campo da política social, o empresariado argumentava que eram muitas as dificuldades enfrentadas no campo da economia e que só se atentando para as dificuldades dos empregadores é que seria possível a garantia do cumprimento das leis trabalhistas. Quanto ao papel do Estado na questão social, embora mantivesse um discurso de aceitação, o empresariado buscava estabelecer limites. Um bom exemplo é o discurso da diretoria do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão, no Rio de Janeiro, que em novembro de 1930, defende que a intervenção do Estado nas questões trabalhistas não deveria “*contrariar as leis econômicas*”, nem “*desamparar os legítimos interesses do capital*”<sup>246</sup>.

Na ocasião do lançamento das bases do Partido Economista, coube a Daudt discorrer de maneira demorada sobre essas questões. Criticou em seu discurso a ideia de transpor leis trabalhistas vigentes na Europa, argumentando que antes de aprimorar a legislação trabalhista, era necessário garantir o trabalho, por meio do fomento da geração de empregos<sup>247</sup>.

Criando atividades novas e renascendo as velhas fontes de produção estioladas é que o Estado protegerá melhor o proletário, porque lhe dará trabalho, que é o que necessita para poder prover a sua subsistência.

As leis teóricas, em si, não contêm elementos nutritivos. Não nos deixemos vagar perdidos no empirismo da ação política em prejuízo da ação social, a única apta a construir.

Se isso acontecer, os operários acabariam por ter todos os direitos, sem ter onde exercê-los, acabariam sucumbidos, condecorados com todas as prerrogativas da classe, quando certo que preferiam ter fartura de conforto a ter fartura de leis.

Antes de empreender o mais, empreendamos o menos.

Galguemos a escada metodicamente, degrau a degrau, garantindo uma ascensão lenta, mas segura.

Começemos por proteger o operário nacional nas suas condições de vida, defendendo-o das endemias que lhe estiolam as forças e o tornam inapto para o trabalho, quando não o matam.

Velemos pela sua moradia e pela sua alimentação, o que lhe aumentará as energias e a capacidade produtiva.

Cuidemos da educação primária de seus filhos e sobretudo da educação técnico-profissional, pois são os filhos do proletário de hoje que irão constituir as equipes do proletário de amanhã.<sup>248</sup>

Daudt, em seu discurso, argumenta a favor da retardação de implementações de leis trabalhistas, apontando como solução para a questão social, não a interferência do governo por meio de leis que assegurassem o bem-estar do trabalhador e regulassem a relação patrão-empregado, mas sim o fortalecimento do empresariado para que este fosse capaz de gerar

<sup>246</sup> Ibidem. p.221.

<sup>247</sup> AS CLASSES CONSERVADORAS LANÇAM AS BASES DE UM GRANDE PARTIDO ECONÔMICO NACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1932. p.1.

<sup>248</sup> Idem.

emprego e remunerar dignamente, dando ao funcionário a capacidade de, com seu salário, viver de maneira satisfatória. Nesse sentido, naquele momento, somente o fortalecimento das *classes produtoras* poderia dar resposta à questão social. Chamava atenção para o risco de se implementar uma legislação trabalhista com um ônus ao empresariado, com o qual este poderia não ser capaz de arcar, o que impactaria na manutenção de empregos.

Ao longo daquele ano de 1932, Daudt empenhou-se de maneira incisiva nas articulações em torno da construção do estatuto do partido. Pediu insistentemente a colaboração de amigos, entre os quais, Oliveira Vianna. O intelectual tentou se esquivar da colaboração solicitada, pois não era um adepto da representação profissional pela via parlamentar<sup>249</sup>, mas Daudt, sem se deixar abater, insistiu em pedir seu auxílio. Em carta enviada em 28 de junho de 1932, o empresário reiterava:

Respeito, sem dúvida, o excesso dos seus encargos no momento, mas encareço, sublinhadamente, todo o alcance dessa sua colaboração quando, pela primeira vez, um grupo de devotados quer levar por diante, no Brasil, um corpo de noções nacionais e impessoais para o cenário político do país, isto é, quando se toma a iniciativa de executar aquilo pelo qual a sua obra de sociólogo e de publicista se bate, em infatigável divulgação.

O tempo urge: - O partido já está prometido e comprometido com a opinião pública. É gestação que não pode ser demorada muito mais. Está em tempo de nascer viável e forte. Se, nesses dez dias, quero dizer, até o dia 3 de julho, não lhe sobejar lazer para uma elaboração completa, espero que, pelo menos, os pontos capitais de sua douda colaboração me serão presentes. Já servirá isso, se bem que o ideal fora que eu pudesse receber, na integra, o plano que já delineou<sup>250</sup>.

Ao analisar o programa do Partido Economista, Angela de Castro Gomes observa conexões entre suas diretrizes e o modelo de organização partidária formulado por Oliveira Vianna.

Em pelo menos dois pontos essenciais a aproximação entre o modelo deste autor e a experiência do Partido Economista pode ser realizada. De um lado, trata-se de um partido que procura suas bases de apoio em organizações de classe já existentes e experientes na prática da defesa de seus interesses junto ao poder público. Isto é, sua base é essencialmente social e não política, o que, para Oliveira Vianna, constituía a única garantia de uma verdadeira e mais permanente organização partidária<sup>251</sup>.

<sup>249</sup> Vianna propunha um modelo de democracia direta exercidas pelos sindicatos, sem que houvesse intermédio do Congresso e da direção dos partidos. Alegava ainda que, por conta da fragmentação das classes sociais brasileiras, não havia condições de um exercício eficaz de representação política. Ver. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil. In: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Palomanes. (orgs). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 212.

<sup>250</sup> Carta de João Daudt d'Oliveira a Oliveira Vianna. 28 jun. 1932. Museu do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/arquivos/COV/documentos/060022.pdf](http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/arquivos/COV/documentos/060022.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>251</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 275.

O Partido Economista foi fundado formalmente em 12 de novembro de 1932, data em que teve lançado os seus estatutos. Na assembleia de lançamento, realizada no Salão Nobre da ACRJ, Serafim Valandro ressaltou que o partido que ali nascia não possuía ligação alguma com o governo ou com qualquer organização partidária.

### Quadro 9: Composição da Comissão Organizadora do Partido Economista do Brasil

NOME	ENTIDADE
Serafim Valandro	Presidente da ACRJ – Federação das Associações Comerciais do Brasil
João Daudt d'Oliveira	ACRJ – 1º secretário – Federação das Associações Comerciais do Brasil
Francisco de Oliveira Passos	Presidente Federação Industrial do Brasil
João Augusto Alves	Presidente do Centro de Comércio e Indústria
Oscar F. de Carvalho	Presidente da Liga de Comércio
Carlos da Rocha Faria	Presidente do Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão
Heitor Beltrão	Secretário geral da ACRJ e da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Sociedade Nacional de Agricultura

Fonte: O jornal. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1932, ano XIV, n. 4305, p. 3

Embora propusessem a formulação de um discurso em comum entre industriais, agricultores e comerciantes, a indústria ganhou apenas três cláusulas no estatuto do partido.

75: Amparar o esforço eficiente das atividades industriais

76: Evitar que, normalmente, o Estado seja industrial.

77: Condenar a concorrência desigual das instituições oficiais na atividade industrial e comercial<sup>252</sup>.

A legislação social, ao contrário, ganhou mais ênfase e foi expressa em oito artigos, mais detalhados, em que se ressalta a busca de equilíbrio entre capital e trabalho.

100: Adotar todas as medidas que visem o bem-estar físico, moral, intelectual e profissional das classes trabalhistas.

101: Manter e melhorar a legislação social vigente, corrigindo-a, substituindo-a ou ampliando-a de conformidade com os resultados práticos de sua execução.

102: Atender a todas as justas e legítimas reivindicações dos trabalhadores, de acordo com as circunstâncias ambientes, tendo sempre em vista os supremos interesses da coletividade brasileira.

103: Evitar que o trabalho humano seja considerado como simples mercadoria, sujeita a lei da oferta e da procura, estudando a possibilidade da fixação do salário mínimo de subsistência, em relação com o custo da vida nas diversas regiões do país.

<sup>252</sup> FICOU ONTEM INSTALADO O PARTIDO ECONOMISTA DO BRASIL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1932, p. 8.



104: Proporcionar ao operário, urbano ou rural, bem como as classes menos favorecidas, trabalho, alfabetização, ensino primário e profissional, saúde e teto, incentivado a construção de casas baratas, higiênicas e aprazíveis, adquiríveis pelo morador mediante prestações a seu alcance, de aluguel módico, na política de habitação popular.

105: Amparar os filhos dos trabalhadores, velando pela sua educação e saúde, assegurando-lhes um porvir honesto e digno, como futuros formadores das equipes de trabalho brasileiro.

106: Concorrer para a manutenção de um ambiente de perfeita harmonia entre empregadores e empregados.

107: Estabelecer e desenvolver o seguro social, que proporcione o amparo devido, nos casos de doença, maternidade, invalidez, velhice e morte, num regime de ampla cooperação do empregado, dos empregados e do Estado.

108: Elevar, cada vez mais, o nível de vida do trabalhador no Brasil, difundindo o conforto e as distrações da vida civilizada<sup>253</sup>.

É possível observar no programa do Partido Economista que o empresariado admite a necessidade de implementar uma política social, mas ressalta que esta deve ser compatível e estar em equilíbrio com os seus interesses. Nesse sentido, reforça o discurso anterior de Daudt a respeito das leis trabalhistas, à medida em que condiciona o atendimento das reivindicações dos trabalhadores aos *supremos interesses da coletividade brasileira*.

Enquanto a direção da ACRJ se empenhava nas articulações em torno da formação de um Partido Político, Chateaubriand deu amplo destaque em seus jornais aos discursos de Daudt e de Valandro, apoiando fortemente a criação do partido proposto pelos dirigentes da ACRJ. Os editoriais recebiam o título de *O Partido Economista e a necessidade sua fundação*. Os discursos dos gaúchos ecoaram naquele periódico ao longo de toda a semana que se seguiu. O jornalista Austregésilo de Athayde classificou as palavras de Daudt como “*evangélicas e salvadoras*”, na medida em que buscava, segundo o jornalista, um equilíbrio entre o capital e o trabalho, centralizado no Estado.

Dos grandes benefícios que a revolução trouxe ao Brasil, não é o menor esse de ter atingido a consciência das classes conservadoras, que pareciam impermeáveis a mais nítida compreensão dos seus deveres para com o país, fazendo-as perceber a soma de poderes que se encontram em suas mãos e que não manejavam por timidez, ignorância ou conformidade com os erros fundamentais do regime<sup>254</sup>.

---

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> ATHAYDE, Anstrogésilio. *Mentalidade Revolucionária. O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1932. p. 1.

Chateaubriand, já a frente de um discurso de críticas contra o Governo Provisório e a favor da constitucionalização, escreveu naquela semana um artigo agressivo, em que sublinhava o papel de Daudt na Aliança Liberal e na ascensão política de Getúlio Vargas.

O sr. João Daudt d'Oliveira tornou-se um possuído, melhor direi, um endemoniado da ideia de que o Rio Grande deveria dar o substituto do sr. Washington Luís. No segundo semestre de 1928, ele já trabalhava encarniçadamente dentro das linhas do seu plano, desenvolvendo uma força de vontade viril e não se deixando demover por quaisquer obstáculos. O seu programa de ação não comportava nenhuma dessas virtudes burguesas de conciliação e de transigência com o adversário. Ele veio para a refrega, cheio da sua exaltação demoníaca, pronto a incendiar aquele parque de carinho e amizade que o sr. Getúlio Vargas havia construído no coração sensível do sr. Washington Luís. A sua *poussée* para deitar fogo a essa vegetação foi uma das proezas mais fascinantes da viagem que em junho de 1929 empreende a Porto Alegre. Em Minas ainda se duvidava que o Rio Grande viesse para a ação; e ele já voltava tendo despedaçado as resistências que ali se opunham à que o sr. Getúlio Vargas aceitasse uma possível candidatura de combate contra o Catete<sup>255</sup>.

Chateaubriand atribuía a Daudt a paternidade do nascente Partido Economista. Afirmava que o empresário gaúcho desejava, com a proposta de criação do partido, conduzir as *classes produtoras* para o centro das articulações políticas, chamando-as a participar como ator político, superando as divergências entre si em torno de uma proposta coletiva de ação política<sup>256</sup>.

No entanto, como já vimos, a tarefa de conciliar interesses do comércio e da indústria nacional apresentava dificuldades ligadas a questão tarifária. Empresários do setor comercial defendiam o livre-cambismo alfandegário, enquanto aqueles com atividades concentradas no campo da indústria reivindicavam tarifas protecionistas. Essas divergências ganharam nitidez maior na segunda metade dos anos 1920, período em que aumentaram as importações de tecidos ingleses, cuja indústria recuperava os níveis de produção anterior à Primeira Guerra Mundial. Como a indústria têxtil do Brasil havia aumentado sua capacidade de produção para atender às demandas do período de guerra, não era de interesse do setor a concorrência com os produtos ingleses. Assim, postularam revisão de tarifas de importação, visando aumentar o valor dos tecidos da Inglaterra no mercado brasileiro e a desonerar a importação de algodão, o que os indispunha também com setores da lavoura. Entre o empresariado paulista, essa discussão levou a uma cisão na Associação Comercial de São Paulo, gerando como consequência a criação, em 1928, do CIESP. A primeira diretoria contou com os nomes de Francisco Matarazzo (presidente), Roberto Simonsen (vice-presidente), Jorge Street, Antônio Devisate, Horácio

---

<sup>255</sup> CHATEAUBRIAND, Assis. Fim do cativo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1932. p.2.

<sup>256</sup> Idem.

Lafer e José Ermírio de Morais. A partir de então, verificou-se uma efetiva diferenciação dos industriais em relação aos empresários do comércio - em especial o do comércio importador. Os industriais passaram a apresentar-se como um grupo distinto, dentro do empresariado urbano e das *classes produtoras*.<sup>257</sup>

Aquele momento marcou o início da projeção de Simonsen na representação do empresariado industrial<sup>258</sup>. Em seu discurso, na inauguração do CIESP, Simonsen

pediu ao governo medidas protecionistas mais abrangentes, ressaltando o papel da indústria como elemento propulsor da independência política e econômica de um país e definidor de um padrão de adiantamento de um povo. Defendeu também a indústria das acusações então correntes, de ser “artificial” e de contribuir diretamente para a carestia em virtude de tarifas protecionistas. Para ele, não se devia falar em vida cara, mas sim em ganho insuficiente, “porque o índice de produção é baixo em relação à população e extensão do nosso território”<sup>259</sup>.

Antes da criação do CIESP, o discurso do empresariado industrial centrava-se basicamente na justificação da própria existência da indústria. Com a entidade, passou-se a delinear contornos para um projeto de fomento para a indústria nacional, que passa a ser desenvolvido de forma mais detalhada a partir dos anos 1930<sup>260</sup>.

Ao longo dos primeiros anos da década de 1930, em especial, do Governo Provisório até a Constituinte de 1934, é expressivo o envolvimento dos industriais com a questão tarifária e com a temática do protecionismo. Trazendo como embasamento, Simonsen ampara-se na obra *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*, de autoria do economista romeno Michail Manoilescu. Simonsen inclusive financiou a tradução e publicação de sua obra no Brasil, em 1931. Na interpretação do industrial, o protecionismo tarifário tinha como papel “*compensar a*

<sup>257</sup> LAMARÃO, Sérgio. PINTO, Simone Cuber Araújo. MOREIRA, Regina da Luz Moreira. Associação Comercial do Rio de Janeiro (verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

<sup>258</sup> Nascido no Rio de Janeiro, mas vivendo desde muito cedo no estado de São Paulo, iniciou sua vida profissional em Santos. Fundou a Companhia Construtora de Santos e buscou introduzir princípios do taylorismo na gestão de sua empresa. Chamou atenção do ministro da agricultura, Pádua Sales, durante um banquete em 1918, em que proferiu um discurso intitulado “Orientação agrícola brasileira”, no qual enfatizou a necessidade de substituir o sistema empírico de produção pelo método científico de organização do trabalho. Pádua Sales impressionou-se com o discurso de Simonsen e o convidou para fazer parte de uma missão comercial brasileira na Inglaterra no ano seguinte, sob a chefia de Pandiá Calógeras. Naquele mesmo ano, foi enviado para participar da Conferência Internacional do Trabalho em Washington. Cf: DIAS, Sonia. Roberto Simonsen. (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 1 abr. 2015.

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> DELGADO, Ignacio. *Burguesia e estado – O caso de Minas Gerais: a Estratégia de um revés*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989. p.149.

*inferioridade relativa para assegurar a existência de indústrias*” e por meio da industrialização os países atrasados ampliariam seu poder de compra. Por outro lado, tal medida era criticada por setores do empresariado ligados ao comércio. Em 1932, Valentim Bouças, secretário da Comissão de estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, posicionou-se a favor da extinção definitiva de impostos alfandegários, sugerindo que o governo desse apoio às indústrias consideradas *naturais*, ou seja, àquelas que se abasteciam de matéria-prima nacional, em oposição às artificiais, que as importavam. O argumento de Bouças logo foi rebatido pelo mineiro Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, então dirigentes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), alegando que o peso econômico e social da indústria era semelhante ao da agricultura e que ambos os setores eram complementares. Além disso, citaram o caso inglês como exemplo, onde era farta a importação de matérias primas para as indústrias<sup>261</sup>.

Nesse debate, o Partido Economista mostrou-se muito mais ligado ao pensamento de Bouças. Em uma tentativa de propor a conciliação dos interesses dos elementos das *classes produtoras*, Daudt propõe que o conceito de protecionismo seja repensado<sup>262</sup>.

Proteger a produção só tem um significado à luz da boa política:

— É instituir um sistema tributário adequado, é criar facilidades de transporte, é procurar e abrir mercados, é promover o crédito barato. É, enfim, formar ambiente para que a produção de determinado artigo se faça reunindo a melhor qualidade ao menor preço. Com estas condições primordiais, realizam-se normalmente a conquista dos mercados e a conquista das massas consumidoras.

No regime proscrito, proteção era sinônimo de valorização.

(...)

Feita a valorização, o café atingiu a um preço tão altamente remunerador que o estrangeiro, como no caso da borracha, se decidiu a cultivá-lo.

A parte norte da América do Sul, as Antilhas e as Colônias Europeias da África produzem atualmente café, fazendo-nos concorrência incômoda, que cada dia cresce mais e ameaça expulsar-nos de todos os mercados.

À par desse descalabro, outro descalabro: — o protecionismo aduaneiro à outrance, gerador das famosas indústrias artificiais. Também nesse ponto, contrariamos as leis naturais por toda a parte triunfantes. O protecionismo talvez ainda seja a melhor política, quando visa promover o aproveitamento da matéria prima nacional, ou mesmo quando ampara uma indústria frágil ao nascer, mas que será capaz de concorrer com a estrangeira quando atingir a idade adulta<sup>263</sup>.

Em que pese a questão do protecionismo mostrar-se a princípio como uma linha bem delimitada entre os interesses do comércio e da indústria, tal distinção, no contexto analisado, possui mais complexidade. Assim como Daudt, outros empresários atuavam em atividades de

<sup>261</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 110-112.

<sup>262</sup> Trata-se do primeiro discurso de Daudt enquanto representante do empresariado publicado na íntegra.

<sup>263</sup> AS CLASSES CONSERVADORAS lançam as bases de um grande partido econômico nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1932. p. 1.

cunho comercial e industrial<sup>264</sup>. Levando em conta esta característica, é possível compreender a presença de elementos ligados a indústria carioca compondo os quadros do Partido Economista, apesar do discurso relativo a indústria ser problemático no que diz respeito ao protecionismo.

É ao longo das articulações em torno do Partido Economista que são observados os primeiros discursos públicos de Daudt quanto à questão econômica e social brasileira. Seu papel junto ao partido era expressivo, não só por conta de seus discursos, quanto pelas articulações que promovia para a composição de seu programa, o que permite observar que possuía ligações próximas com intelectuais como Oliveira Vianna e Alceu Amoroso Lima (como veremos na seção seguinte). Ao lado de Valandro, assume a condução do projeto de representação do empresariado pela via parlamentar, ideia que já havia sido esboçada nas décadas anteriores. A participação de Daudt nesse projeto torna-se ainda mais expressiva a partir de setembro de 1933, quando morre Serafim Valandro. A partir daí Daudt, passa a presidir o Partido Economista.

## **2.5: A representação profissional, o Partido Economista Brasileiro e a Constituinte de 1934**

A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada em abril de 1933 e a partir de então, o debate em torno da representação profissional, prevista no artigo 142 do Código Eleitoral de 1932, acirrou-se<sup>265</sup>. Conforme estabelecia o decreto 22.653, de 20 de abril de 1933, a escolha dos deputados dessa categoria seria feita indiretamente. Sob a coordenação do MTIC, os sindicatos elegeriam 40 delegados. Era pré-requisito para os sindicatos participantes estarem registrados junto ao MTIC. Tais características apontam para um expressivo grau de interferência do Executivo. No entanto, não é possível atribuir à natureza do modelo político de representação profissional apenas a intenção do Estado de obter, por meio dele, um controle

---

<sup>264</sup> Tal aspecto é observado por Angela de Castro Gomes ao analisar a composição da bancada dos empregadores eleita em 1934. Cf: GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 283.

<sup>265</sup> Termo comum empregado à época era o de *representação classista*, e não *representação profissional*. No entanto, o próprio Ministro da Justiça à época ressaltava que o modelo não se referia às classes propriamente ditas pois “faltava base atual na organização embrionária das mesmas”. Ana Lúcia de Lyra Tavares resalta que ambas as representações – classista e profissional – inserem-se, no entanto, no que se compreende na modalidade da representação de interesses.c.f. TAVARES, Ana Lúcia de Lyra. *A Constituinte de 1934 e a representação profissional*. Estudo de direito comparado. Rio de Janeiro: Forense, 1988. p. 12-13. GOMES, Angela Maria de Castro. A representação classista na constituição de 1934. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, FGV, vol. 21, n.3, jul/set. 1978.

eficaz sobre o processo. Nesse sentido, Viscardi afirma que, ainda que tenha sido intenção dos que propuseram tal modelo, havia outros aspectos a serem considerados.

O modelo de representação corporativa encontrava-se disponível em outros países, alguns deles muito próximos, a exemplo da Constituição do México de 1916 e também da de Weimar, de 1919, pela qual os brasileiros tinham admiração. A presença de intelectuais reconhecidamente autoritários, tanto no governo quanto na comissão responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional, indica a possibilidade de a medida ter sido igualmente um resultado de convicções política autoritárias e de direita, que se firmavam em um momento de transição. O Código Eleitoral de 1932 era assinado, entre outros, pelo intelectual Francisco Campos bem como inúmeros decretos eleitorais adicionais, já que fazia parte do governo provisório. Atribuir as medidas corporativas apenas um desejo de poder pessoal do líder é reduzi-la à decisão isolada, omitindo-se a existência de várias experiências interconectadas nas quais o Brasil se encontrava inserido<sup>266</sup>.

Ao longo do processo de reconstitucionalização do país, um dos debates mais vigorosos que se estabeleceu foi a respeito da representação profissional. Duas posições se estabeleceram quanto a esta questão: de um lado, os defensores da representação consultiva, via conselhos técnicos e de outro, a representação parlamentar das associações profissionais<sup>267</sup>.

O primeiro modelo, que tinha entre os defensores o intelectual Oliveira Vianna, criticava a representação parlamentar, ao entender que as entidades de representação não estavam suficientemente consolidadas no país, podendo ser alvos de manipulação política. O CIESP, também contrário a representação parlamentar, argumentava que a política tem como característica gerar políticos profissionais omissos, corruptos e demagógicos, sendo incompatível com o exercício de gestões de caráter científico, racional e técnico<sup>268</sup>. Esses grupos defendiam que

as entidades participassem das atividades decisórias do Estado mediante organismos técnico consultivos, cuja missão era apoiar o Parlamento e/ou o Executivo. Haveria quatro conselhos técnicos nacionais (economia; educação e saúde; defesa; trabalho) a serem formados por  $\frac{3}{4}$  de membros eleitos na forma indicada em lei ordinária e  $\frac{1}{4}$  nomeados pelo governo. Eles teriam competência para: propor projetos de lei, dar parecer sobre temas que dissessem respeito aos assuntos de sua competência, colaborar na regulamentação e na instrução para a execução das leis<sup>269</sup>.

A ideia é que as associações profissionais desempenhassem um papel exclusivamente consultivo, não afetando a condição deliberativa da representação política, e se inspirava em

<sup>266</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil. In: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Palomanes. (orgs). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 207

<sup>267</sup> Cf. BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das Associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22, jun. 2004. p. 119-133

<sup>268</sup> Ibidem. p. 122-125

<sup>269</sup> Ibidem. p. 123

modelos já experimentados na França e na Alemanha, mas com uma diferença: esses conselhos teriam suas funções e prerrogativas referenciadas no texto constitucional e não poderiam ser *desprezadas* quando a pauta política envolvesse assuntos relativos à sua atividade<sup>270</sup>.

Já o segundo modelo, era defendido por um grupo bastante heterogêneo, que incluía lideranças do Clube 3 de Outubro, o intelectual católico Alceu Amoroso Lima, o socialista João Mangabeira e Oliveira Passos, do Partido Economista. Outro expressivo defensor foi o magistrado Temístocles Cavalcanti, que argumentava a favor da representação parlamentar das associações profissionais a necessidade de que os órgãos decisórios do Estado reproduzissem a sociedade

A corporação, o sindicato, têm uma influência direta, efetiva, nas atividades do Estado, influência que o indivíduo só não pode ter, porque só atua na sociedade como membro de uma organização [...] O que pode, portanto, exprimir coisa de concreto, de real, nos regimes conhecidos são as entidades coletivas [...]<sup>271</sup>.

O Clube 3 de Outubro considerava a representação política das profissões “*a única fórmula capaz de assegurar uma verdadeira organização política nos moldes exigidos pela moderna evolução social*”. Defendia a representação profissional e a centralização de certos serviços públicos como mecanismos capazes de solucionar a *questão social*. Propunha um modelo político presidencialista, mas que não permitisse a onipotência dos poderes do Presidente. Para tanto, previa a criação de duas câmaras: uma política e outra, profissional.<sup>272</sup> Segundo Angela de Castro Gomes, a representação profissional

constitui um ponto que não se confunde, muito menos se identifica com a proposta dos Conselhos Técnicos. Para o seu real estabelecimento, seria necessário o estímulo à organização das associações e sindicatos profissionais para que pudessem escolher seus representantes à Assembleia. Trata-se claramente de uma proposta cujo objetivo político imediato era romper com o domínio das bancadas dos maiores estados da federação. Procurava-se, através da representação profissional, restabelecer o peso do Legislativo através da real representação dos interesses da nação<sup>273</sup>.

Em meio aos debates em torno do modelo de representação profissional, Daudt, que articulava a criação de uma sociedade literária em homenagem ao irmão Felipe, aproximou-se

---

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> CAVALCANTI, T. Notas e comentários. In: BONNARD, R. Sindicalismo, corporativismo e estado corporativo. Rio de Janeiro: F. Bastos. 1938. Apud. BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. op. cit. p. 119-133.

<sup>272</sup> cf. GOMES, Angela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) *Regionalismo e Centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>273</sup> Ibidem. p. 433.

de Alceu Amoroso Lima e tratou com ele também de questões de âmbito político<sup>274</sup>. Solicitou ao intelectual colaboração técnica para os delegados do Partido Economista junto a Assembleia Constituinte<sup>275</sup>. Amoroso Lima foi um dos fundadores da Liga Eleitoral Católica (LEC), uma associação civil de âmbito nacional criada pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico em torno de candidaturas que se comprometessem com a doutrina social da Igreja<sup>276</sup>.

Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, representando o Distrito Federal, candidataram-se pelo Partido Economista o presidente da FIRJ, Francisco de Oliveira Passos, o engenheiro e empresário Eugenio Gudín, os empresários Rodrigo Otávio Filho e Francisco Figueira de Mello, ligados a ACRJ. Porém, nenhum desses representantes do empresariado foram eleitos. O partido fez dois deputados: Henrique de Toledo Dodsworth e Miguel de Oliveira Couto. Dodsworth era médico e advogado, e foi por duas vezes eleito deputado federal pelo Distrito Federal, em 1924 e em 1927<sup>277</sup>. Já Miguel Couto era um respeitado médico muito conhecido no país, membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Letras que ao longo do Movimento Constitucionalista, atuou como um mediador entre os paulistas e o Governo Federal<sup>278</sup>. O terceiro candidato do partido com

<sup>274</sup> A Sociedade Felipe d'Oliveira foi fundada em agosto de 1933, com o objetivo claro, segundo Angela de Castro Gomes, de, por meio da entidade, desempenhar o papel de mecenato intelectual. Financiada pela família Daudt, a entidade contava, no momento de sua inauguração, com os nomes de Manoel bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco, Assis Chateaubriand, João Neves da Fontoura e de Alceu Amoroso Lima entre seus dirigentes. Ver: GOMES, Angela Maria de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, p. 73.

<sup>275</sup> Correspondência de João Daudt d'Oliveira a Alceu Amoroso Lima em 10 nov. 1933, que faz parte do acervo do Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade (Petrópolis-RJ). Agradecimento especial a Alexandre Luís de Oliveira pela disponibilização desta fonte, coletada para sua pesquisa de doutorado em andamento.

<sup>276</sup> KORNIS, Mônica. Liga Eleitoral Católica (LEC). (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 28 fev. 2017. Luiz Werneck Vianna considera paradoxal o fato de a Igreja Católica, na década de 1930, ter, repelir, por um lado, a concepção do mundo liberal, e, de outro, defendido um sindicalismo de aspecto livre e plural. (Cf. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 155). Um fator possível para explicar tal paradoxo, ao menos no pensamento de Amoroso Lima, é o fato de que o intelectual era também um empresário. Dirigia a Companhia de Fiação e Tecidos Cometa, em Petrópolis. Após 1935, especialmente por conta do levante aliancista e de uma greve geral ocorrida na cidade, o intelectual escreve à Gustavo Capanema, pedindo que o Ministério do Trabalho intensifique sua vigilância no sentido de expurgar os sindicatos da influência comunista. (Cf. MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na cidade imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Petrópolis: Arterg, 2008. p. 58). Vianna considera que a forma liberal defendida pela Igreja nesse contexto “não passou de manobra tática para a consecução de seu projeto autoritário de organização da sociedade brasileira”. (cf. VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 156).

<sup>277</sup> PECHMAN, Robert. Henrique Dodsworth. (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 1º abr. 2015.

<sup>278</sup> PECHMAN, Robert. Miguel Couto. (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de



votação mais expressiva foi o jornalista Mozart Lago, que também não possuía uma trajetória no campo da representação do empresariado.<sup>279</sup>

Os pontos apresentados nos discursos dos deputados da bancada dos empregadores estava o papel do Estado e os limites de sua ação interventora. Havia a defesa do intervencionismo com o objetivo de auxiliar a industrialização, porém, respeitando o regime federativo e a iniciativa privada. Outro ponto compreendia a legislação social. Os empregadores posicionavam-se contra o que classificavam como *excessos* em mecanismos de assistência ao trabalhador e ao *transplante* de doutrinas estrangeiras de cunho distributivo<sup>280</sup>.

Quanto à relação com Vargas, o Partido Economista já vinha se mostrando insatisfeito com o governo desde a primeira sessão da Assembleia Constituinte de 1933, quando Henrique Dodsworth criticou a interferência do Governo Provisório junto à Casa, já que os deputados foram obrigados a seguir um regimento interno por ele elaborado<sup>281</sup>. A situação nos anos seguintes torna-se mais conflituosa, como será discutido mais adiante.

Com o falecimento de Serafim Valandro, em setembro de 1933, coube a João Daudt prosseguir a frente dos rumos do Partido Economista. Embora Pedro Vivacqua tivesse assumido a presidência da ACRJ, Daudt atuou como uma liderança, falando em nome da entidade na imprensa. Em viagem a São Paulo, fez elogios a Associação Comercial paulista, classificando a entidade como uma das mais bem organizadas do Brasil. Daudt disse ainda que a direção da ACRJ pretendia seguir o exemplo da instituição paulista e transformar-se

em um órgão de classe, em condições não apenas de defender os interesses, como contribuir para a elaboração das leis que venham direta ou indiretamente afetar o comércio<sup>282</sup>.

---

Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 9 mai. 2016.

<sup>279</sup> APURANDO O PLEITO. *O Globo*. 11 de mai. 1933, Matutina, Geral. p.3.

<sup>280</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 291-293. Gomes ressalta ainda que não havia um consenso sobre a forma como o papel do Estado deveria tomar no que tange a questão social. Havia um grupo, do qual fazia parte Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, que argumentavam que a legislação social era um dever do estado e um direito dos trabalhadores e outra perspectiva, que tinha entre seus defensores Horácio Lafer, que compreendia que o papel do Estado na questão social deveria ser de reparador, “quase caritativo”, uma vez que, segundo essa visão, a legislação social era vista pela ótica do estabelecimento de medidas de solidariedade humana. cf. Gomes, op. cit. p. 294

<sup>281</sup> PECHMAN, Robert. Henrique Dodsworth. (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 1º abr. 2015.

<sup>282</sup> A TRANSFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1933, ano XV, n. 4338, p. 3

Embora tivesse se oposto a Lei de Sindicalização de 1931, a ACRJ apresentou em seu *Relatório de 1933* um conjunto de diretrizes a sindicalização patronal, que foi incorporado pelo governo<sup>283</sup>.

1º Manter as associações, centros etc., tais quais se encontram, pois não conviria qualquer alteração (nem moral, nem legalmente, pois estas instituições têm vários ramos e sub-ramos que a lei não permite grupar em um só sindicato);

2º Subdividir, para fins eleitorais, os vários grupos de diversas profissões industriais e comerciais, criando-se vários sindicatos;

3º Agrupar estes sindicatos em torno das associações locais, de forma que estas possam atuar na escolha dos deputados através daqueles<sup>284</sup>.

O Partido Economista, que àquela altura já possuía ramificações nos estados de Pernambuco, Ceará, Minas e Paraná<sup>285</sup>, sob a presidência de Daudt, fundiu-se em maio de 1934 com o Partido Democrático do Distrito Federal, que tinha como líderes o médico Raul Leitão da Cunha e o professor Domingos Cunha. A partir de então, passou a se chamar Partido Economista Democrático do Distrito Federal. Com a fusão, os estatutos do Partido Economista se mantiveram inalterados e Daudt manteve-se na presidência. Reafirmou os propósitos do Partido Economista e justificou a decisão alegando que

A tendência para a unificação dos partidos denuncia a harmonia dos ideais coletivos, e o último pleito eleitoral transmitiu-nos, sob esse aspecto, uma eloquente lição de coisas, porque criou a teoria da renúncia às ambições de grupos individuais, de clãs e de colégios, desfazendo cálculos atrevidos e ambições excessivas.<sup>286</sup>

Na eleição municipal de 1934, o partido fez parte da Frente Única, e Daudt se candidatou a uma cadeira no legislativo do Distrito Federal. Contaram com o apoio da LEC, que indicou nominalmente Daudt entre os apoiados para o legislativo municipal, além das candidaturas de Henrique Toledo Dodsworth, Rodrigo Otávio Filho, Mozart Lago para deputados federais<sup>287</sup>.

<sup>283</sup> GOMES, Angela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) *Regionalismo e Centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 452

<sup>284</sup> LAMARÃO, Sérgio. PINTO, Simone Cuber Araújo. MOREIRA, Regina da Luz Moreira. Associação Comercial do Rio de Janeiro (verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

<sup>285</sup> ABREU, Alzira Alves. Partido Economista do Brasil. (Verbetes). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

<sup>286</sup> AS RAZÕES DA FUSÃO DOS PARTIDOS “ECONOMISTA” E “DEMOCRÁTICO”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1934, ano XVI, n.4466, p.3

<sup>287</sup> SOBRAL PINTO, H. Como devem votar os católicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 out. 1934. p.10.

João Daudt obteve votação expressiva e foi eleito vereador. Além dele, também se elegeram Heitor Beltrão e Alarico de Moraes. Para deputado federal pelo partido foram eleitos Henrique Dodsworth, Adolfo Bergamini e José Matoso Sampaio Correia e Mozart Lago, este último, secretário do partido. Oliveira Passos ingressou como deputado *classista*, bem como Milton de Souza Carvalho, que compunha a diretoria da ACRJ<sup>288</sup>.

O pleito, no entanto, foi tumultuado e a direção do partido alegava ter havido fraude no processo de apuração dos votos. Mozart Lago recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral, pedindo a anulação da eleição e o afastamento de Pedro Ernesto Batista, eleito prefeito do Rio de Janeiro. Não concordando com a forma como se haviam processado as eleições, João Daudt d'Oliveira veio a público, por meio d'*O Jornal* anunciar sua renúncia ao cargo, justificando seu desapontamento com a lei eleitoral em vigor, que longe de corrigir os problemas do regime contra o qual lutara em 1930, trazia ainda mais distorções<sup>289</sup>.

Feriu-se o pleito eleitoral de 3 de maio. Para ele marchamos animados do melhor entusiasmo cívico. E logo fomos vítimas das deficiências de uma lei, que visava corrigir as falhas da antiga e malsinada organização eleitoral, mas que mostrava crivada de erros e desprovida das garantias essenciais à moralidade do alistamento e a verdade na apuração dos votos.

A identidade ideológica e afinidade de programas levaram-nos à fusão com o valoroso Partido Democrático do Distrito Federal, surgindo então o Partido Economista Democrático<sup>290</sup>.

A insatisfação aumentou ainda mais a partir de julho de 1934, quando Vargas foi eleito presidente da República, depois de intensas articulações promovidas por Augusto Simões Lopes, braço político de Flores da Cunha na Assembleia Constituinte, líder da bancada gaúcha. Simões Lopes propôs um conjunto de ementas que sugeriam que se estabelecesse na Constituição o regime de eleição indireta para a presidência da República e após muita discussão entre os deputados, ficou acordado a realização de pleito indireto. Entretanto, para o mandato seguinte, a eleição deveria ser direta e não seria permitida a reeleição. Assim, ficava estabelecido que haveria eleições presidenciais em 1938 e que Vargas não poderia se candidatar<sup>291</sup>.

<sup>288</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. p. 283

<sup>289</sup> O SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA RENUNCIA AO MANDATO DE VEREADOR. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1935. p. 2

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> MOREIRA, Regina da Luz. Augusto Simões Lopes (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 1 abr. de 2015.

O Partido Economista foi contrário à participação dos representantes *classistas* no pleito presidencial. Em abril de 1934, Mozart Lago dirigiu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma petição nesse sentido, que, no entanto, foi negada<sup>292</sup>. A partir de então, intensificou-se a atuação de crítica e oposição ao governo de Getúlio Vargas. Daudt deixou transparecer sua insatisfação e pela primeira vez, manifestou críticas diretas ao governo e a candidatura do gaúcho à presidência da República<sup>293</sup>.

O epílogo revolucionário trouxe ao país uma alvorada de esperanças. Mas também elas, em breve, se dissiparam ante a dolorosa realidade das coisas. Homens que eu admirava por um conjunto de virtudes, falhavam aos seus compromissos, traíam seus ideais e desapareciam entre os destroços de um fracasso completo.

(...)

Quando foi agitada na Constituinte a candidatura presidencial do **ditador**, com a aquiescência deste, contra ela nos rebelamos, num testemunho eloquente da sinceridade do patriotismo e da firmeza com que sustentávamos o nosso programa. Considerávamos essa candidatura uma abjuração, em público e raso, da doutrina salutar da não intervenção do presidente da República na eleição do seu sucessor, que a Aliança Liberal tinha arvorado como lema de campanha. E o país terminou assistindo, contristado, ao espetáculo da aceitação, pelo próprio ex-candidato da Aliança, da sua escolha por uma Assembleia que fora eleita sem liberdade e sem garantias, dentro de um regime discricionário.

O resultado das eleições de outubro na capital do país veio destruir as últimas ilusões que eu ainda pudesse alimentar a respeito das consequências da Revolução de 1930<sup>294</sup>.  
[grifo da autora]

As relações pessoais entre Daudt e Vargas também davam sinais de conflitos. Rompidos desde 1932 por conta do movimento constitucionalista, em setembro de 1934, apesar da amizade que existia entre suas famílias, Vargas toma uma iniciativa que prejudicou diretamente os negócios pessoais de seu *ex-amigo*. Daudt, à época, começava a investir no setor financeiro. O empresário, associado a um grupo de pessoas, entre as quais, Afrânio de Melo Franco, tentava abrir uma companhia de seguros – MetrÓpole. Porém, encontrava dificuldades junto as instâncias do governo para obter autorização. Embora o consultor da República tenha dado parecer favorável, Vargas, ao examinar o processo, negou a autorização. Em seus registros

---

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo no nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 27-29

<sup>292</sup> CPDOC-FGV. LAGO, Mozart (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 1 abr. de 2015.

<sup>293</sup> O SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA RENUNCIA AO MANDATO DE VEREADOR. *O Jornal*, 17 de abr. 1935. p.2

<sup>294</sup> Idem

afirmou que tinha ciência de que tal atitude poderia lhe trazer “*algumas hostilidades políticas ou mesmo pessoais, talvez ocultas, mas nem por isso menos sensíveis*”<sup>295</sup>.

Naquele contexto, Daudt aproximou-se de Neves da Fontoura, que havia assumido o cargo de deputado federal e de líder da minoria parlamentar na câmara. Fontoura, em seu primeiro discurso, declarou-se decepcionado com o governo, ao qual acusou de traidor dos ideais de 1930. Fez inúmeras críticas a Flores da Cunha, que rompido com o PRR articulou a fundação do Partido Republicano Liberal e mantinha, até então, sua atuação de baluarte do Governo Provisório. Neves retornara recentemente de seu exílio em Buenos Aires, após a anistia concedida aos participantes do *movimento constitucionalista*<sup>296</sup>. Desde o retorno do exílio, Daudt e Neves se encontravam com frequência e articulavam em torno das oposições coligadas no Congresso. Portanto, as críticas de Daudt a Vargas não eram isoladas. Assemelhavam-se, em seu teor, a considerações semelhantes feitas por outros elementos de trajetória intimamente vinculada ao presidente.

**Figura 7: Daudt, Tetéia e Neves da Fontoura sendo entrevistados por um repórter dos Diários Associados**



Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 set. 1934. p.1

<sup>295</sup> VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. (1930-1936). Registro de 25 out. 1934.

<sup>296</sup> MOREIRA, Regina da Luz. FONTOURA, João Neves (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 1 abr. de 2015.

## 2.6: As articulações em torno da *pacificação política* e o desfecho do período constitucional

Entre a Constituinte de 1934 e o segundo semestre de 1935, foram intensas as mobilizações de trabalhadores no país. O número de greves aumentou de maneira expressiva, bem como o engajamento dos trabalhadores organizados no sentido de pressionar o empresariado e o governo por leis trabalhistas. Dois movimentos políticos mobilizaram as massas em todo o país: de um lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), lançada em outubro de 1932, tendo como liderança o jornalista Plínio Salgado, que tinha em sua formação a confluência de vários grupos de extrema direita e de influência do pensamento católico, de cunho conservador<sup>297</sup>. De outro, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em março de 1935, que tinha em seu diretório nacional os nomes de Hercolino Casardo (presidente), Amorety Osório (vice-presidente) e Roberto Faller Sisson (secretário). Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da ANL. Sua criação se deu em meio aos debates em torno da Lei de Segurança Nacional, ainda em pauta, que daria ainda mais poderes ao Executivo, viabilizando facilmente o retorno ao regime de exceção. Mesmo sob esse risco, a lei acabou por ser aprovada, encontrando resistências num pequeno grupo de deputados, entre os quais, os do Partido Economista.

A ANL criticava publicamente a lei e defendia o direito de manifestação popular, a realização de reforma agrária e a anulação total de dívidas agrícolas. Ganhou expressiva adesão entre trabalhadores urbanos, seus sindicatos e associações e articulou inúmeras greves e protestos junto a estes setores. Protestava abertamente contra o integralismo e os choques entre militantes de ambos os movimentos eram frequentes<sup>298</sup>. O embate entre essas duas forças e o argumento de que a ANL era na verdade uma associação à *serviço do comunismo internacional*<sup>299</sup> foram os subterfúgios utilizados para que o governo fizesse uso da Lei de

---

<sup>297</sup> Cf. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

<sup>298</sup> Cf. CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: as formações das tradições. 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

<sup>299</sup> “Segundo Marly Vianna, as opiniões quanto à ideia original da ANL são muito divergentes no sentido de atribuir a uma ou outra organização a paternidade da aliança. Uma das maiores personalidades da ANL, Francisco Mangabeira, relativizou o papel do PCB na formação do movimento. Mangabeira afirmou que o papel do PCB na organização da aliança não foi sequer de importância, levando em conta que os comunistas eram insignificantes do ponto de vista político. Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, membro da direção nacional do partido naquele período, confirmou as palavras de Mangabeira. Segundo Bangu, quando a direção do PCB voltou do VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscou, já encontraram a ANL praticamente formada. O que as lideranças do partido fizeram foi dar apoio à aliança. Já Thomas Skidmore considera que a ANL foi um movimento de frente popular organizado pela ala “legalista” do PCB e que a Aliança, embora bastante dependente da organização do partido, conseguiu agrupar um número expressivo de eleitores da classe média,

Segurança Nacional. Em julho de 1935, Vargas assinou um decreto determinando o fechamento da ANL. Anita Prestes destaca que a Aliança era encarada como um perigo para o governo, pois estava atraindo um número crescente de adeptos e simpatizantes, podendo em breve, transformar-se em uma força capaz de ameaçar a estabilidade do regime<sup>300</sup>. Nos primeiros três meses de existência, mais de 1500 núcleos aliancistas foram criados.<sup>301</sup>

Mesmo na ilegalidade, dirigentes da ANL, em especial, ligados ao comunismo no Brasil, planejaram uma insurreição popular, tendo como parâmetro as numerosas greves que conseguiram articular e as centenas de núcleos que estabeleceram no país. Assim, em novembro, realizaram levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Esses levantes foram reprimidos e o governo conseguiu aprovação do Congresso para decretar estado de sítio, que foi prorrogado sucessivas vezes, até meados de 1937.

Tanto no fechamento da ANL quanto no contexto da decretação do estado de sítio, diante da insurreição de novembro de 1935, a bancada oposicionista manifestou-se contrária as atitudes do governo. Até o ano de 1936, os grupos oposicionistas não tiveram divergências significativas entre si na câmara. No entanto, o panorama mudou com a tentativa de Flores da Cunha de reaproximar-se da FUG no Rio Grande do Sul. O general estava distante de Vargas desde meados de 1935, quando interferiu no pleito do governo do estado do Rio de Janeiro, apoiando a candidatura de Cristóvão Barcelos, enquanto Vargas deu seu aval ao candidato Protógenes Guimarães. Uma corrente gaúcha, formada por lideranças da FUG pretendiam fornecer apoio ao Governo Federal contra as articulações políticas de Flores. Nesse contexto, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso se reaproximam de Vargas para compor o plano de *pacificação da política nacional*. Em troca, a FUG seria chamada a compor ministérios<sup>302</sup>.

---

*atraídos pelo fascínio por Prestes. Semelhante argumento é defendido por Leôncio Martins Rodrigues, que afirma que os comunistas patrocinaram a criação da Aliança. A formação da ANL, segundo Rodrigues, correspondia às diretrizes afirmadas no VII Congresso Internacional Comunista, que preconizavam a formação de coligações antifascistas, embora este tenha sido realizado em julho de 1935, portanto, em um momento em que a ANL já existia e atuava". Cf. ALCÂNTARA, Priscila Musquim. O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. 2012.*

p. 104-105

<sup>300</sup> PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Leituras cotidianas*, n° 135. set. 2005. Disponível em:

<[http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a\\_70\\_anos\\_da\\_alianca\\_nacional\\_libertadora.htm](http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm)>. Acesso em 13 jun. 2010.

<sup>301</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 163.

<sup>302</sup> Cf. CAMARGO, Aspásia [et, al]. *O golpe silencioso: as origens da República Corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

Nesse contexto, Daudt e Vargas se aproximaram. O empresário passou a fazer visitas frequentes ao Rio Grande do Sul e entre os meses de novembro e dezembro de 1935, seus contatos com o presidente tornaram a ser frequentes, conforme registros encontrados no diário de Vargas<sup>303</sup>.

Vargas exercia o governo de maneira centralizadora. Pouco espaço era dado ao Congresso para se articular contra a situação vigente. Entre os parlamentares, tinha amplo apoio das bancadas de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Entre a oposição, buscou se reaproximar de seus amigos de longa data que estavam ao seu lado em 1930. Os rumos políticos iam, assim, negando o que estava estabelecido na Constituição, a medida em que o autoritarismo do Executivo se ampliava. Tal situação só se modificou diante da proximidade do processo eleitoral, quando duas candidaturas se articulavam: a do paulista Armando Salles de Oliveira, ligado as oligarquias do Centro-sul e a de José Américo de Almeida, tenente histórico da Paraíba. Foi lançada ainda a candidatura integralista de Plínio Salgado<sup>304</sup>.

Em 1937, Vargas permanecia em silêncio quanto à questão sucessória e insistia na prorrogação do estado de sítio, alegando haver ainda muitos processos a respeito de organizações e militância comunista para serem julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, o que, na prática se convertia em um esforço para ganhar tempo, esvaziar a questão sucessória e articular um projeto continuísta. Cresciam as intervenções nos estados e nesse contexto, em março de 1937, o Partido Economista conseguiu ver atendida uma reivindicação solicitada em 1934: o afastamento de Pedro Ernesto do executivo do Distrito Federal. Por meio de intervenção, Vargas nomeou Henrique Dodsworth para a função, favorecendo, portanto, o partido de Daudt<sup>305</sup>.

Nesse período, a FUG rompeu com as oposições coligadas na Câmara. No entanto, as pressões das frentes políticas estaduais pela realização de eleições eram crescentes e em junho de 1937, Vargas não mais conseguiu aprovação no Congresso para prorrogar o estado de sítio. Em setembro, por meio de uma manobra política em torno de um suposto plano comunista de preparação para uma insurreição no Brasil, o Plano Cohen, Vargas conseguiu reverter a situação. O plano previa a mobilização de trabalhadores em greves gerais, atos coletivos de invasões a propriedades e saques e eliminação de agentes que se opusessem ao movimento. De

---

<sup>303</sup> Ver: VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. (1930-1936). p. 441-442; 443; 444-445; 450; 454.

<sup>304</sup> GOMES, Angela de Castro. *Confronto e compromisso com o processo de constitucionalização (1930-1935)*. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 2007. Tomo III: O Brasil Republicano, v.3: Sociedade e política (1930-1964). p.92-93

<sup>305</sup> A INTERVENTORIA DO DISTRITO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1937. p.4



autoria atribuída à Internacional Comunista, foi apresentado em uma reunião da alta cúpula militar, e sem ter sua autenticidade questionada naquele momento, o plano foi amplamente divulgado na imprensa, causando grande repercussão e desencadeado uma expressiva campanha anticomunista<sup>306</sup>. Vargas conseguiu então que fosse aprovado o estado de guerra.

Assim, sob o mote do comunismo, foi possível conter as oposições regionais e costurar alianças entre as elites que se opunham ao projeto continuísta. O estado de guerra e as campanhas anticomunistas disseminaram a insegurança e o medo. O Exército, liderado por Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, converteu-se em uma força coesa, fundamental ao projeto continuísta. Entre a imprensa, até Chateaubriand, que dedicara espaço nos editoriais de seus veículos para apoiar a candidatura Armando Sales, abandonou a vertente combativa contra Vargas e aceitou os desfechos políticos. O último foco de resistência – o Rio Grande do Sul – sofreu interferência sem que houvesse uma reação armada expressiva. Cercado, Flores da Cunha renunciou o governo gaúcho. A 10 de novembro de 1937, tropas da Polícia Militar cercaram o Congresso Nacional. Tinha início o Estado Novo.

No desfecho desta etapa, apesar da luta pela manutenção do regime constitucional no começo da década e da ruptura pessoal com Vargas, Daudt terminava novamente como um aliado do presidente.

\*\*\*

Ao longo dos anos do Governo Provisório, tem início a projeção de João Daudt d'Oliveira enquanto representante do empresariado. Essa representação cresce de maneira expressiva em um período turbulento: de simples dirigente da ACRJ, Daudt passa a ser porta-voz da instituição, especialmente após a morte de Serafim Valandro, nos primeiros anos do governo Vargas. Na medida em que sua projeção crescia, aumentava também a cobrança por

---

<sup>306</sup> A natureza do plano só veio a público em 1945, já no contexto do fim do Estado Novo. “Em março de 1945, com o Estado Novo já em crise, o general Góes Monteiro denunciou a fraude produzida oito anos antes, isentando-se de qualquer culpa no caso. Segundo Góes, o plano fora entregue ao Estado-Maior do Exército pelo capitão Olímpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB) Mourão Filho, por sua vez, admitiu que elaborara o documento, afirmando, porém, tratar-se de uma simulação de insurreição comunista para ser utilizada estritamente no âmbito interno da AIB. Ainda segundo Mourão, Góes Monteiro, que havia tido acesso ao documento através do general Álvaro Marante, havia-se dele apropriado indevidamente. Mourão justificou seu silêncio diante da fraude em virtude da disciplina militar a que estava obrigado. Já o líder maior da AIB, Plínio Salgado, que participara ativamente dos preparativos do golpe de 1937 e que, inclusive, retirara sua candidatura presidencial para apoiar a decretação do Estado Novo, afirmaria mais tarde que não denunciou a fraude pelo receio de desmoralizar as Forças Armadas, única instituição, segundo ele, capaz de fazer frente à ameaça comunista”. CPDOC - CPDOC/FGV. *A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>. Acesso em 12 jul. 2015.

um posicionamento frente a questão dos rumos políticos que estavam sendo conduzidos por seu amigo Getúlio, que já não agradavam aos sócios da entidade.

O empresário e Vargas mantiveram-se distantes por três anos ao longo desse período. Entre os elementos que envolvem essa ruptura, pudemos identificar tanto a pressão do grupo o qual representava quanto um movimento mais amplo em curso, em que outros elementos daquela elite de jovens gaúchos que compuseram a Aliança Liberal, assumiram postura de crítica ao Governo Provisório.

Daudt, com Valandro, empreendeu esforços no sentido de articular uma aspiração já antiga do empresariado: uma inserção mais incisiva no campo político. Embora diante do projeto corporativo de representação profissional, optam pela via parlamentar e fundam o Partido Economista do Brasil. Guardando semelhanças com modelos de representação política do empresariado já experimentados na França e em Portugal, o projeto inicial do Partido Economista foi construir uma plataforma de ação política conjunta entre o empresariado da indústria, do comércio e da agricultura. Mas, na prática, a divisão das lideranças das chamadas *classes produtoras* entre as vias de representação política disponíveis não permitiu o pleno êxito. Embora tenha nascido com a proposta de não limitar a sua ação ao Distrito Federal – tendo estabelecido núcleos em outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Minas e Paraná, a proposta não emplaca entre o empresariado paulista, que na época, representava o núcleo mais expressivo do setor industrial brasileiro. A partir de 1932, os industriais apoiaram cada vez mais incisivamente a ordem corporativa, até ao ponto de fornecerem apoio incondicional, após 1935<sup>307</sup>. No contexto de intensa mobilização por parte dos trabalhadores, fomentada e articulada pela ANL, os empresários do setor industrial constataram que a coerção deveria vir do estado, pois não tinham meios para impor a disciplina a partir da sociedade civil<sup>308</sup>. Quanto ao setor do comércio, conforma-se, por fim, a um outro arranjo político que não o liberal, no qual o Estado, em um contexto de ausência das injunções políticas, corrige e promove de forma coercitiva novos arranjos que acomodam os interesses do empresariado<sup>309</sup>.

Nesse novo arranjo político é que a aspiração de um diálogo conjunto com setores expressivos das *classes produtoras* se concretizará.

---

<sup>307</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 125

<sup>308</sup> Ibidem. p. 126

<sup>309</sup> Ibidem. p. 118-119

### **CAPÍTULO 3: DA DISSOLUÇÃO DO PARTIDO ECONOMISTA À PRESIDÊNCIA DA ACRJ: A AÇÃO E O PENSAMENTO DE JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA NO ESTADO NOVO (1937-1942)**

Este capítulo tem como objetivo principal analisar a inserção de João Daudt d'Oliveira junto as arenas decisórias ao longo do Estado Novo e os elementos principais que compunham seus discursos no contexto em que alcança a presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

Nesse sentido, leva-se em conta as transformações políticas, econômicas e sociais advindas de um contexto marcado *internamente* por uma ruptura e suspensão da dinâmica democrática, por meio de um golpe que instituiu uma nova Constituição e extinguiu todos os partidos políticos e, *externamente*, pela Segunda Guerra Mundial e o ingresso do Brasil no conflito, com a ruptura de relações com os países do Eixo - Japão, Itália e Alemanha, esta última, expressiva parceira comercial do Brasil.

O capítulo, dividido em cinco seções, inicia-se analisando as mudanças que vieram com o novo regime político – que deu lugar a um modelo corporativo e autoritário - e as novas dinâmicas que o Estado Novo trouxe para o empresariado, preocupando-se em investigar a natureza do novo regime e os rearranjos decorrentes da Constituição de novembro de 1937 para as *classes produtoras*. Em seguida, a análise concentra-se no setor do comércio, especialmente na ACRJ e as ligações mantidas entre a entidade e o governo, enfatizando a ação de Daudt enquanto mediador entre os empresários do comércio e o Estado Novo.

Aborda ainda o contexto das relações exteriores, analisando os interesses da Alemanha e dos Estados Unidos pelo Brasil e a influência, não só econômica, mas também política que esses dois países exerceram aqui. Compõem os elementos de análise dessa seção a inserção do Estado Novo no contexto internacional e a busca da legitimidade deste regime político, que agradou e muito outras nações que não se guiavam pelo o modelo liberal democrático – neste caso específico, os países que compunham o Eixo e também Portugal, mas causou críticas a países onde tal modelo prevalecia, a exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Ainda abordando a temática das relações exteriores, analisa o interesse e a expressiva influência estadunidense junto ao Brasil. Nesse contexto, Daudt, por motivo de saúde, ausenta-se do Brasil e parte para uma longa viagem aos Estados Unidos. Porém, suas atividades por lá ultrapassam as paredes dos consultórios médicos e se estendem a uma movimentada agenda, que inclui

aproximação pessoal com Nelson Rockefeller, empresário milionário do setor de petróleo e um dos atores mais expressivos da política externa estadunidense com relação à América Latina.

Por fim, o capítulo se encerra com a análise do processo de eleição de Daudt ao cargo de presidente da ACRJ, apogeu de uma trajetória de ascensão que se deu a partir do ano de 1938, quando deixa de ser apenas mais um diretor para tornar-se vice-presidente da entidade.

Neste capítulo, as principais fontes utilizadas foram periódicos da base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (*Diário Carioca, Gazeta de Notícias, O Jornal, Diário de Notícias, O Imparcial, Correio da Manhã, Correio Paulistano, Jornal do Brasil, A Noite; A Manhã;*). Também foram analisadas as atas da Associação Comercial do Rio de Janeiro do ano de 1942, documentos do Arquivo Histórico-Diplomático do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal, além de exemplares do Diário Oficial da União disponibilizados pelo portal JusBrasil.

### 3.1: Autoritarismo, corporativismo e nacionalismo: o empresariado e as novas configurações políticas trazidas pelo Estado Novo

No dia 26 de novembro de 1937, 16 dias após a instauração do Estado Novo brasileiro, João Daudt d'Oliveira reuniu-se com membros da Comissão Executiva do Partido Economista para tratar da formalização da dissolução do partido. No dia seguinte, o *Diário Carioca* estampava em sua primeira página, ao lado de um retrato de Daudt, o manifesto de encerramento do partido, no qual enfatiza-se simpatia à Constituição do Estado Novo, conforme é possível observar pelo trecho abaixo, extraído da publicação.

A nova organização reflete a vida real do país, poder-se-á dizer que a carta política do dia 10 de novembro, cujas origens se não encontram nos anais de uma assembleia popular, afronta o sentimento jurídico da Nação. Não participa dessa ideia o Partido Economista. As constituições, quando elaboradas pelas assembleias, tiram a sua força da ficção de que são legítima expressão da vontade nacional. É um misticismo sedutor. Mas não passa disso. Elas não são obras da Nação, mas somente de um grupo maior ou menor, ao qual outorgará a Nação um suposto mandato de poderes indeterminados. Que mandato será esse, cujo mandatário não recebeu poderes definidos para executá-lo? Que valerá o mandato indeterminado de quatro milhões para elaboração de uma Constituição que irá presidir os destinos de uma população maior de quarenta milhões de almas?<sup>310</sup>

O manifesto não tardou receber elogios da imprensa carioca. O jornalista Mozart Monteiro, em artigo publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, parabenizou a atitude do presidente do Partido Economista, que veio antes mesmo da publicação de um decreto oficial proibindo o funcionamento de partidos políticos<sup>311</sup>, enquanto, segundo Monteiro, o Partido Republicano Paulista (PRP) ainda mantinha suas articulações e se reunia para definir seu posicionamento político frente aos governos federal e estadual<sup>312</sup>.

Alguns partidos fingiram não entender a Constituição e continuaram a manifestar-se, realizando reuniões, enviando notas à imprensa e deliberando apoiar ou deixar de apoiar autoridades do Estado Novo. Eram partidos ainda em atividade, infringindo, portanto, a Constituição.

Houve um só que, espontaneamente e de público, assumiu atitude compatível com o novo regime: - foi o Partido Economista do Brasil.

(...)

Se no novo Estado brasileiro ainda houvesse lugar para um dos antigos partidos políticos, esse lugar poderia caber, com justiça, ao Partido Economista. Nada o separava do novo regime, mas o novo regime não admitia partidos. Considerando tudo isso, o sr. João Daudt d'Oliveira, presidente da agremiação, e por ela devidamente autorizado, não esperou nenhum decreto-lei: - lançou manifesto à Nação, declarando dissolvido o Partido Economista.

<sup>310</sup> Dissolvido o Partido Economista. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1937, p. 1-12.

<sup>311</sup> O decreto foi publicado em 30 dez. 1937. Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2229-30-dezembro-1937-346527-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 out. 2016.

<sup>312</sup> MONTEIRO, Mozart. O Estado e os Partidos. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 17 dez. 1937, p. 2.

Não podia ser mais digno, nem mais brilhante, o fim desse partido<sup>313</sup>.

Com o golpe de novembro de 1937 e a conseqüente extinção dos partidos políticos, o Executivo Federal nomeou interventores para os estados e municípios. Os interventores eram pessoas de confiança do Estado Novo e deveriam reproduzir em suas regiões as diretrizes políticas do governo federal<sup>314</sup>. Mesmo com a dissolução do Partido Economista, Henrique Dodsworth foi mantido no executivo da capital federal, o que demonstra a proximidade dos dirigentes daquela agremiação política com o novo regime.

A ligação entre Dodsworth e a ACRJ também se manteve. As reivindicações dos associados continuaram a ser levadas ao chefe do executivo do Distrito Federal pelos dirigentes da Associação Comercial. Uma das primeiras após novembro de 1937 foi feita por João Daudt d'Oliveira. Tratava-se da revisão das taxas de coleta de lixo e do imposto de localização de hotéis. Em ofício enviado a Daudt, em resposta às suas solicitações, Dodsworth se comprometeu em suspender a cobrança de tais impostos e convidou a diretoria da Associação Comercial para analisa-los junto com a municipalidade. Ao fim da correspondência, o interventor ressaltou o papel de colaboração da Associação com o Estado Novo, destinando a ela os *“agradecimentos mais efusivos e cordiais pela compreensão e auxílio recebidos das classes comerciais para o programa que por mim vem sendo desenvolvido sob a orientação do Governo do exmo. Sr. Presidente da República”*<sup>315</sup>.

A extinção do Partido Economista e das demais agremiações políticas passou longe de significar o início de uma era de parcas vias de acesso as arenas decisórias para o empresariado. Com a Constituição de 1937, foram instituídas uma estrutura de canais que viabilizaram um acesso expressivo do empresariado ao centro das esferas de tomada de decisão do novo regime. Tal estrutura se insere no modelo corporativista. Conforme resalta Angela de Castro Gomes,

Os novos mecanismos representativos (...) teriam que ser órgãos técnicos e corporações que exprimissem as verdadeiras vivências dos vários grupos sociais, articulando-os e consultando-os a partir de sua experiência direta no mundo do trabalho, isto é, de seus interesses profissionais<sup>316</sup>.

---

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 116-117.

<sup>315</sup> Telegrama de Henrique Dodsworth para João Daudt d'Oliveira, que ocupava interinamente a presidência da ACRJ em função do afastamento temporário de seu presidente, Manoel Ferreira Guimarães. PROBLEMAS DE GRANDE INTERESSE PARA O COMÉRCIO CARIOCA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1938, p. 8

<sup>316</sup> GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005. p.112.

Como já vimos na seção anterior, o corporativismo não foi uma experiência exclusiva do Brasil. Conforme explica António Costa Pinto, esse sistema marcou os debates políticos ao longo das primeiras décadas do século XX, fosse como um tipo de representação *orgânico-estadista*, alternativo à democracia liberal, ou fosse como um conjunto de instituições originadas de um processo de integração forçada de interesses organizados, a exemplo dos sindicatos independentes<sup>317</sup>.

As variantes do corporativismo inspiraram os partidos conservadores, os radicais de direita e os fascistas, sem mencionar a Igreja Católica Romana e as opções de “*terceira via*” de segmentos de elites tecnocráticas. Também inspiraram ditaduras – desde o Estado Novo português, de António de Oliveira Salazar, até a Itália, de Benito Mussolini, e a Áustria, de Engelbert Dollfuss, passando direto para os novos estados bálticos, onde criaram instituições para legitimar seus regimes. Variantes europeias se espalharam pela América Latina e a Ásia, especialmente no Brasil de Getúlio Vargas e na Turquia<sup>318</sup>.

No Brasil, o corporativismo tinha como expressivo defensor o intelectual Oliveira Vianna, que o considerava como a forma mais adequada e eficiente para conduzir a estabilidade política e social e também a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. Esse modelo de corporativismo tinha como diretriz a organização sindical como ponto de partida para a organização social. Foi muito útil ao empresariado, mas tinha como preocupação também a incorporação dos trabalhadores e de suas demandas, ainda que a inserção desses dois atores se desse de maneira diferente. Embora o modelo corporativista implementado no Brasil determinasse a existência do sindicato único, que deveria ser submetido ao controle do Estado, o processo de implementação não eliminou a antiga estrutura associativa dos empregadores, mas consolidou a presença do Estado nas negociações trabalhistas e o respaldo de leis referentes ao trabalho e a previdência. Conforme ressalta Gomes, os empregados, pela primeira vez na história do país, tiveram suas associações reconhecidas e respeitadas pelo patronado e a garantia legal de seus direitos sociais<sup>319</sup>.

No corporativismo defendido por Oliveira Vianna, atuava um Estado centralizado, que impunha a eliminação da competição política entre os diferentes atores sociais. Inserido em um movimento de descrédito ao paradigma clássico do Estado liberal, que ganhou mais expressão com a crise de 1929, Vianna não estava só. Como vimos no capítulo anterior, a crítica ao

---

<sup>317</sup> PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p. 18, jan-abr 2014.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> GOMES. Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005. p. 113-114

liberalismo atingia dimensões mundiais e pode ser observada até em anos mais remotos ao da quebra da bolsa de Nova York.

No caso brasileiro, a crítica ao liberalismo também estava presente na década anterior. Intelectuais e políticos brasileiros, durante a Primeira República, já vinham elaborando críticas e propondo alternativas de arranjos institucionais para o que se entendiam como o fracasso ou o desarranjo do regime republicano, argumentando a favor do fortalecimento do poder intervencionista do Estado. Para Angela de Castro Gomes o que se pode identificar como um crescente *estatismo* não deve ser assimilado a um automático *autoritarismo*. Defender o poder de intervenção do Estado e do avanço de sua governabilidade sobre a sociedade não significava defender um Estado autoritário, forte e concentrado no Executivo. A historiadora ressalta que mesmo nos primeiros anos da década de 1930, após o golpe, os esforços empreendidos ainda no terreno do ideário liberal, a exemplo dos trabalhos da Constituinte de 1934, evidenciam as possibilidades de disjunção entre nacionalismo e intervencionismo do Estado, de um lado, e centralização e autoritarismo do regime político, de outro<sup>320</sup>.

Cláudia Viscardi ressalta que na década de 1920 eclodiram propostas preconizando uma maior intervenção do Estado no sentido de arrefecer os problemas derivados do federalismo. O regime descentralizado foi associado à ideia de “paroquialismo” e de poder dos chefes locais. Entre os trabalhadores urbanos, a defesa de um Estado mais interventor e centralizado também se fazia presente, especialmente após a regulamentação das conquistas trabalhistas obtidas pelas ondas grevistas de 1917 e 1918. A criação do Conselho Nacional do Trabalho, em 1923, quebrou um dos pilares do liberalismo brasileiro nesse campo, que era o da não interferência do Estado nos processos de negociação<sup>321</sup>. Nesse sentido, Luiz Werneck Vianna destaca o impacto da ementa constitucional de 1926, que ao criar a Comissão da Legislação Social da Câmara, rompeu com a ortodoxia liberal da Constituição de 1891<sup>322</sup>.

No campo intelectual, escritores ligados ao catolicismo, como Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo representavam o pensamento de uma Igreja preocupada com a influência comunista e pela crescente organização e mobilização popular. O catolicismo brasileiro

---

<sup>320</sup> GOMES, Angela de Castro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1: Europa.

<sup>321</sup> VISCARDI, Cláudia. A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos. In: PAREDES, Marçal de Menezes. GONÇALVES, Leandro Pereira. ABREU, Luciano Aronne. SILVEIRA, Helder Gordim. (ORG). Dimensões do poder: história, política e relações internacionais. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015.

<sup>322</sup> Vianna, Luiz Werneck - Liberalismo e sindicato no Brasil, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.



assumiu então uma postura conservadora, mais próxima ao projeto nacional-autoritário em curso na Europa que ao projeto liberal tradicional dominante<sup>323</sup>

No contexto do Estado Novo, porém, além de Vianna, outros dois teóricos se destacaram na formulação de suas concepções: Azevedo Amaral e Francisco Campos<sup>324</sup>, que defendiam a consolidação de um estado forte e intervencionista como única alternativa capaz de dar resposta ao novo panorama econômico e social do país, cada vez mais complexo em função do desenvolvimento industrial e da diferenciação estrutural dele decorrente<sup>325</sup>.

A intervenção estatal defendida por esses autores, no entanto, limitava-se a funções de regulamentação, coordenação e supervisão. O Estado deveria exercer um papel de agente de controle e disciplina dos mecanismos de mercado. Não se admitia, com isso, sua intervenção direta na economia, exceto em caso de expressiva necessidade para o preenchimento de lacunas que a iniciativa privada não ocupasse<sup>326</sup>.

Entre esses autores havia a preocupação de diferenciar o tipo de regime introduzido no Brasil em 1937 dos regimes totalitários em curso na Europa. Para Azevedo Amaral, tanto o regime comunista quanto o fascista impunham a subordinação da ação da iniciativa privada ao Estado<sup>327</sup>

Em uma sociedade submetida ao comunismo ou ao fascismo, toda a atividade econômica pertence virtualmente ao Estado e o que é deixado como campo da ação individual o é a título precário. De fato, as liberdades concedidas ao indivíduo e às organizações privadas representam apenas uma tolerância, uma situação transitória admitida como consequência da incapacidade temporária do Estado de ocupar-se diretamente daquele setor particular da economia.

(...)

Nada disso encontraremos no Estado autoritário instituído no Brasil. O princípio fundamental, pelo qual se orientou o legislador constituinte na elaboração dos dispositivos atinentes à ordem econômica foi o da intervenção estatal nessa esfera com o objetivo de coordenar os interesses privados em um sistema equilibrado no qual sejam antes e acima de tudo salvaguardadas as conveniências do bem público. Cabe ao Estado atuar no jogo das relações econômicas que se processam na vida social, corrigindo abusos, reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo, amparando certos grupos de interesses contra a pressão exagerada de outras forças econômicas que os poderiam prejudicar injustamente. A função estatal na ordem econômica obedece, portanto às diretrizes derivadas do postulado básico da ideologia do novo regime, isto é, que o Estado, sendo a expressão orgânica da Nação, está investido de autoridade absoluta para coordenar, ajustar e equilibrar as correntes de qualquer natureza que se justaponham no jogo do dinamismo social<sup>328</sup>.

<sup>323</sup> VISCARDI, Cláudia. A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos. In: PAREDES, Marçal de Menezes. GONÇALVES, Leandro Pereira. ABREU, Luciano Aronne. SILVEIRA, Helder Gordim. (ORG). Dimensões do poder: história, política e relações internacionais. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2015.

<sup>324</sup> Este, jurista que atuou de maneira expressiva na redação da Constituição de 1937.

<sup>325</sup> Diniz, Eli. *Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 89

<sup>326</sup> Idem.

<sup>327</sup> AZEVEDO AMARAL. *O Estado autoritário e a realidade nacional*, copyleft 2002 (e-book), p. 206-207.

<sup>328</sup> Ibidem. p. 207-209

Nesse sentido, os argumentos desenvolvidos por Oliveira Vianna anos antes foram retomados por aqueles que se opunham à criação de um partido único naquele contexto político<sup>329</sup>.

Não há em nosso povo, na sua psicologia coletiva, condições para a constituição de uma mística viva e orgânica, uma mística que se apodere da alma nacional e a mova em um sentido nitidamente determinado, para um objeto preciso – como o nacionalismo imperialista dos italianos de Mussolini ou o nacionalismo racista dos alemães de Hitler. Uma pequena coorte ou falange de homens de elite poderá, aqui, tornar-se de uma mística e agir no sentido dela; não um partido, mesmo que ele represente uma minoria da Nação e seja o único partido militante<sup>330</sup>.

Boris Fausto ressalta que a preocupação em diferenciar a natureza do Estado Novo dos regimes totalitários transpassou a reflexão ideológica. Tratava-se também de uma imposição dos acontecimentos políticos, com o objetivo de esclarecer as finalidades do novo regime e evitar qualquer tipo de vinculação com a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Nos meses anteriores ao golpe, o anticomunismo foi um elemento que aproximou Vargas e Plínio Salgado, líder da AIB. Conforme ressalta Leandro Pereira Gonçalves, nos meses que antecederam novembro de 1937, foram expressivas as articulações entre os *camisas-verdes* e o governo no sentido do ingresso dos integralistas no Estado Novo. Vargas prometera-lhe que o Ministério da Educação seria ocupado por integralistas. No entanto, frustrou as expectativas dos *camisas-verdes*, quebrando com sua promessa<sup>331</sup>. Em consequência, membros da AIB organizaram duas ações contra o governo ao longo de 1938: a primeira delas, em março, envolveu a tentativa de tomada dos 3º e 5º Batalhão de Infantarias, situados na cidade Rio de Janeiro. A segunda, em maio, foi a tentativa de ataque ao Palácio Guanabara, então residência oficial do presidente da República. Ambas foram reprimidas. Salgado acabou sendo preso e mais tarde, seguiu para um exílio em Portugal.

A repressão à AIB, contudo, não significou nem de longe a ruptura com o pensamento autoritário. Rejeitando interpretações que se limitem a considerar o Estado Novo como meramente uma experiência política baseada em uma “*mentalidade autoritária*”, Luiz Werneck Vianna propõe que se analise a práxis antiliberal *estadonovista* levando em conta a categoria

---

<sup>329</sup> FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p.10.

<sup>330</sup> OLIVEIRA VIANNA. O idealismo na Constituição. 1927. Apud: FAUSTO, Boris. op. cit. p. 11.

<sup>331</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012. p. 281

de fascismo “pelo alto” formulada por Barrington Moore, aludindo assim a uma “*situação de institucionalização totalitária independente da ação mobilizadora de um partido político fascista.*”<sup>332</sup>

Em que pese, portanto, o caráter autoritário do regime, não havia antagonismo entre o antiliberalismo radical dos expoentes do pensamento autoritário brasileiro e os pilares fundamentais da ordem capitalista. Conforme argumenta Eli Diniz, o regime de propriedade privada é considerado princípio básico da ordem econômica e a livre-iniciativa, o elemento propulsor do progresso. A intervenção do Estado era desejada como fonte de ações reguladoras, mas não se admitia a sua atuação como um agente produtor<sup>333</sup>. Não tardou que o empresariado, especialmente o industrial, se apropriasse do discurso formulado pelos teóricos do autoritarismo do período, especialmente no que diz respeito a defesa da modernização da economia e a intervenção do Estado no sentido de fomentar a integração do mercado interno<sup>334</sup>.

A ênfase dada aos valores industrialistas segue, nesse contexto, uma trajetória paralela com a difusão dos princípios nacionalistas que culmina na associação entre ambos. Luiz Werneck Vianna salienta que no Brasil, o impulso modernizador do corporativismo não implicou em constrangimentos à concentração do capital e sim a um movimento no sentido de reorientar de forma incisiva a economia, relativizando o papel do eixo agrário-exportador, de modo a subordiná-lo à realização do capital industrial. Para tanto, era necessário que o Estado cuidasse da proteção e do estímulo ao crescimento do mercado interno e implantasse as bases do desenvolvimento industrial<sup>335</sup>.

Entre o empresariado, era expressiva a ideia de que a industrialização, além de garantir o fortalecimento da nação, seria capaz também de garantir sua soberania e capacidade de defesa ganha expressão. O vínculo entre nacionalismo e desenvolvimento industrial e a relação entre a industrialização e a segurança nacional aproximam ainda os interesses do empresariado com o dos militares. Nesse sentido, a defesa do fortalecimento das indústrias de base faz-se presente

---

<sup>332</sup> Ainda segundo Vianna, “Ressalve-se, de um lado, que tais elementos não foram apenas introduzidos de cima, o que supõe a hipótese de que a sociedade se comportasse neutra ou passivamente diante desses valores. Temos demonstrado que, desde a primeira década do século, desde a primeira década do século, desenvolvia-se uma matriz de pensamento autoritário na sociedade civil brasileira, em particular nos setores de elite, que temos classificado como de vocação “prussianizante”. Do outro lado, tal listagem das características do novo regime é inconclusa, omitindo o dado crucial do seu antiliberalismo doutrinário, que se tornou o centro de articulação da fundamentação do Estado. Ademais, a genérica expressão “hierárquica” não revela o elitismo e o bias anteclasses operária, presentes nos teóricos do regime, como Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que também se constituem em elementos definidores da ideologia do regime”. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 211.

<sup>333</sup> Diniz, Eli. *Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 92

<sup>334</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil*. Opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal ltd. s/d. p. 23

<sup>335</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p. 214

nos discursos tanto das lideranças do empresariado industrial quanto do comercial. Em novembro de 1940, por exemplo, esse ponto faz parte dos discursos tanto de Roberto Simonsen quanto de João Daudt d'Oliveira, que apontam a fraqueza, tanto de infraestrutura básica, a exemplo da energia e dos transportes, quanto das indústrias de base, como obstáculos a serem vencidos no sentido de garantir o fortalecimento do processo de industrialização do país<sup>336</sup>.

### 3.2: O empresariado do comércio e o Estado Novo: apoio e reconhecimento mútuo

Nos regimes autoritários que surgiram no entre guerras, ainda que fossem institucionalizados por golpes de estado e tivessem a seu dispor órgãos de repressão a forças contrárias ao governo, era necessário aos governantes o apoio das elites<sup>337</sup>, a exemplo de setores como os militares, as *classes produtoras* e dos tecnocratas. Conforme explica António Costa Pinto,

A personificação da liderança dentro dos regimes ditatoriais tornou-se uma característica dominante da era fascista. (...) Para evitar o enfraquecimento de sua legitimidade e a usurpação da sua autoridade, os ditadores precisavam cooptar as elites e criar ou adaptar instituições para serem o *locus* da cooptação, da negociação e (às vezes) da tomada de decisão<sup>338</sup>.

No contexto brasileiro, e em especial, no caso das elites empresariais ligadas ao setor do comércio, houve um movimento duplo. Iniciativas de aproximação partiram mutuamente do empresariado e do Estado. Em um primeiro momento, a ACRJ apressou-se em mostrar seu apoio ao novo regime varguista, enviando, dois dias depois da instauração do Estado Novo, telegrama ao chefe do Executivo. No texto da correspondência, a direção da entidade afirmou que a nova orientação do governo seria capaz de propiciar um ambiente livre de ideologias subversivas, capaz de garantir a prosperidade das *classes produtoras*<sup>339</sup>. A direção da associação registrou ainda, em editorial do *Boletim Semanal*, que entre os pontos positivos da nova Constituição estava a possibilidade de canais de diálogo entre o empresariado e o Estado.

A representação classista foi situada com acerto. Deram-se as verdadeiras funções, evitando o desvirtuamento pelo contato diuturno dos representantes classistas com os

<sup>336</sup> DINIZ, Eli. op. cit., 99-102

<sup>337</sup> PINTO, António Costa. *O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo*. Varia História. Belo Horizonte, vol. 30, n° 52, p. 18, jan-abr 2014. p. 19

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> Cf. Jornal do Comércio, 13 nov. 1937, p. 4. Apud. MOREIRA, Regina da Luz. Entre a herança e a metamorfose: a Associação Comercial do Rio de Janeiro, as comemorações do 1° centenário e a Era Vargas. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (orgs). *A casa do empresário*. Trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro. p.200. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2009, p. 200.

profissionais da política. A experiência de 1934 foi de consequências lamentáveis. A nova Constituição reuniu os classistas no Conselho de Economia Nacional, onde poderão prestar relevantíssimos serviços à administração do país<sup>340</sup>.

Nesse novo contexto político, as relações entre a Associação Comercial e o governo se modificaram e cresceram em intensidade. Por parte do Estado, logo se evidenciaram as iniciativas de aproximação junto a entidade. Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, que tomou posse na pasta em 25 de novembro daquele ano, não tardou procurar a Associação Comercial para buscar apoio, reunindo-se com diretores da entidade ainda em dezembro de 1937<sup>341</sup>. O empresariado do setor do comércio manteve amplo acesso aos gabinetes ministeriais, como é possível observar a pressão exercida pelo grupo no sentido de revisão da carga tributária. Exemplo disso é o caso da dupla taxação em caso de transferência de mercadorias<sup>342</sup>. Conforme *O Jornal* noticiou o desfecho da situação, reproduzindo declarações do ministro da Fazenda, houve êxito nas negociações para o empresariado.

Tendo em consideração os apelos do comércio, trazidos a este ministério por intermédio dos respectivos órgãos de classe, providenciei a designação de uma comissão de funcionários, a qual, com a assistência do presidente da ACRJ e de seu consultor jurídico, elaborou um projeto de decreto-lei que mereceu a aprovação de sua. ex. o sr. presidente da República.

Esse trabalho satisfaz plenamente os reclames da classe comercial. Exclui a hipótese de a mercadoria pagar mais de uma vez o imposto, como vinha acontecendo<sup>343</sup>.

Ao longo desse processo, cresceu também o *status* oficial de João Daudt d'Oliveira na instituição. Como foi possível observar no capítulo anterior, Daudt, embora nome de destaque na ACRJ, ocupava o *modesto* cargo de diretor, compartilhando esse status com outros 15 membros da associação. Mas a partir de 1938, sua função no corpo de dirigentes da entidade ganhou mais destaque, alcançando a vice-presidência no pleito de 30 de maio de 1938. Naquela eleição, 59% do quadro de diretores da ACRJ se modificou, abrindo espaço para que 19 novos membros ingressassem na diretoria.

---

<sup>340</sup> Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 3, nº 108, de 19 nov. 1937, p. 1. Apud: MOREIRA, Regina da Luz. p.200.

<sup>341</sup> CONTRA A FORTALEZA MORAL DA NAÇÃO. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1937, p. 1 e 2.

<sup>342</sup> REVISÃO NO NOVO REGULAMENTO DO IMPOSTO DE CONSUMO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1938, p. 4

<sup>343</sup> EXCLUÍDA A HIPÓESE DA MERCADORIA PAGAR MAIS DE UM TRIBUTO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1938, p. 5

Quadro 10: Diretoria da ACRJ eleita em 1938<sup>344</sup>

NOME	FUNÇÃO	FUNÇÃO NA DIRETORIA ANTERIOR (1934-1938)
Manoel Ferreira Guimarães	presidente	2º vice-presidente
João Daudt d'Oliveira	1º vice-presidente	diretor
Raul de Araújo Maia	2º vice-presidente	presidente
Walter James Gosling	1º secretário	-
Mario Foster Vidal	2º secretário	-
Genaro Vidal Leite Ribeiro	3º secretário	-
Antenor Ribeiro de Menezes	1º tesoureiro	1º secretário
Antonio Rodrigues Tavares	2º tesoureiro	-
Orlando Soares	1º procurador	-
Carlos Freire Zenha	2º procurador	-
José de Freitas Bastos	bibliotecário	-
Alvaro Castelo Branco	diretor	-
Antonio Ribeiro França Filho	diretor	diretor
Artur Hortêncio Bastos	diretor	-
Artur Lacerda Pinheiro	diretor	-
Elmano Cadim	diretor	-
Hortêncio Lopes	diretor	-
J. de Souza	diretor	diretor
João Reynaldo de Farias	diretor	diretor
José L. Salgado Scarpa	diretor	1º vice-presidente (assumindo mais tarde a função de presidente, com a saída de Araújo Maia)
José Pimenta de Melo	diretor	-
Luis Pinto de Oliveira	diretor	-
Miltom de Carvalho	diretor	-
Pedro Magalhães Correia	diretor	diretor
Randolpho Chagas	diretor	diretor
Vasco Borges de Araújo	diretor	-
Gustavo Marques da Silva	membro da Comissão Fiscal	membro da Comissão Fiscal
José Siqueira da Silva Fonseca	membro da Comissão Fiscal	-
Pedro Vivacqua	membro da Comissão Fiscal	diretor
Albino Bandeira	membro da Comissão Fiscal	1º tesoureiro
Juan E. Arieta	membro da Comissão Fiscal	-
Mário César Freitas Rangel	membro da Comissão Fiscal	

<sup>344</sup> PARA A ESCOLHA DA NOVA DIRETORIA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1938.

Na eleição seguinte, realizada dois anos depois, o índice de renovação dos quadros, em comparação ao pleito anterior foi bem mais reduzido. Dos dez nomes que ingressam na diretoria da Associação Comercial, três deles eram elementos que compunham a chapa eleita em 1934. Apenas sete dos 32 membros ingressavam pela primeira vez na diretoria, representando um percentual de renovação de 21,8%, bem menor que o de 59% do pleito anterior.

**Quadro 11: Diretoria da ACRJ eleita em 1940<sup>345</sup>**

NOME	FUNÇÃO	FUNÇÃO NA DIRETORIA ANTERIOR (1938-1940)
Manoel Ferreira Guimarães	presidente	presidente
João Daudt d'Oliveira	1º vice-presidente	1º vice-presidente
Raul de Araújo Maia	2º vice-presidente	2º vice-presidente
José L. Salgado Scarpa	1º secretário	Diretor
Hernani Coelho Duarte	2º secretário	- (ocupada a função de 2º secretário na gestão de 1934-1938)
Genaro Vidal Leite Ribeiro	3º secretário	3º secretário
Antenor Ribeiro de Menezes	1º tesoureiro	1º tesoureiro
Antonio Rodrigues Tavares	2º tesoureiro	2º tesoureiro
Francisco Eduardo Magalhães	1º procurador	-
Carlos Freire Zenha	2º procurador	2º procurador
José de Freitas Bastos	bibliotecário	bibliotecário
Alvaro Castelo Branco	diretor	diretor
Antonio Froes da Cruz	diretor	-
Artur Lacerda Pinheiro	diretor	diretor
Elmano Cadim	diretor	diretor
Hortêncio Lopes	diretor	diretor
João Reynaldo de Farias	diretor	diretor
J. (Alves?) de Souza	diretor	diretor
José Manoel Fernandes	diretor	diretor (na gestão de 1934-1938)
Miltom de Souza Carvalho	diretor	diretor
Murilo Lavrador	diretor	-
Orlando Soares	diretor	1º procurador
Pedro Magalhães Correia	diretor	diretor
Randolpho Chagas	diretor	diretor
Rodrigo Otávio Filho	diretor	-
Sylvio de Magalhães Figueira	diretor	-
José Siqueira da Silva Fonseca	membro da Comissão Fiscal	membro da Comissão Fiscal
Luis Pinto de Oliveira	membro da Comissão Fiscal	diretor
Pedro Vivacqua	membro da Comissão Fiscal	membro da Comissão Fiscal
Felippe Luiz Wist	suplente da Comissão Fiscal	-
João Baylongue	suplente da Comissão Fiscal	-
Juan E. Arieta	suplente da Comissão Fiscal	membro da Comissão Fiscal

<sup>345</sup> A NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1940, p. 4.

Novamente, apenas uma chapa disputou a eleição. No discurso de posse da nova diretoria, após o pleito de 1940, temas como a reafirmação do apoio ao Estado Novo, as reivindicações junto ao Estado pela criação do Ministério do Comércio e pela equiparação da Associação Comercial aos sindicatos em termos de direitos de representação eram as principais pautas. Além disso, a entidade reafirmou apoio ao Estado Novo. Manoel Ferreira Guimarães ressaltou que a ACRJ continuaria fornecendo “*colaboração estreita e efetiva junto ao governo, no tocante às leis cuja indecência recaia sobre as atividades que representamos, as quais constituem, sem dúvida, a coluna vertebral da economia brasileira*”<sup>346</sup>. Dirigentes da entidade, na ocasião, tiveram uma audiência com Vargas no Catete, para reafirmar apoio ao presidente. Na foto, divulgada pelo *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, Daudt posicionou-se a direita de Vargas.

**Figura 8: Diretoria da ACRJ em visita a Vargas (1940)**



Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1940. P. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira

A ACRJ ingressava, bem como outras entidades de representação dos interesses do empresariado, em um contexto político que correspondeu ao apogeu do processo de estruturação de uma nova modalidade de articulação de interesses entre o empresariado e o Estado. Sob uma estrutura corporativa setorial bipartite, vertical e hierarquizada, foram criadas arenas de negociação entre o governo e as elites econômicas. Diferente do modelo de corporativismo liberal tripartite europeu, não havia no modelo brasileiro a inclusão de representantes dos trabalhadores nas negociações e seu acesso às arenas de decisão junto ao

<sup>346</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1940, p. 3



Estado era restrito, ao contrário da representação patronal. O processo de criação de conselhos técnicos – canais que facilitavam o acesso do empresariado ao Estado nos processos de tomada de decisão econômica – já em curso nos anos anteriores, seguiu ritmo semelhante no Estado Novo: em 1939, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; em 1943, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; em 1944, a Comissão de Planejamento Econômico<sup>347</sup>. Daudt fez parte dos dois últimos, além de integrar o Conselho Nacional do Petróleo, como representante do comércio<sup>348</sup>.

Conforme ressalta Sônia Regina de Mendonça

A multiplicação dos órgãos burocráticos teria, pois, um duplo sentido: ao mesmo tempo que permitia a abertura de novas áreas de influência para grupos de interesse diversos, ela deixava entrever que o Estado burocrático-autoritário era um conjunto diferenciado e não monolítico, de instâncias decisórias<sup>349</sup>.

Órgãos como o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) e Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) exerceram a função de instância de informação e formação de opinião. Tinham reconhecimento para emissão de pareceres, ainda que oficialmente, não fossem instâncias deliberativas ou executivas. Valendo-se desses órgãos, o empresariado nacional *“definiu o seu papel formal na luta pela afirmação de seus interesses, posições e valores”*<sup>350</sup>.

Era de interesse da ACRJ igualar seu *status* jurídicos ao de outras entidades de representação profissional patronal, remodeladas por determinação do novo regime político. Enquanto o empresariado industrial organizou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ainda em 1938, sendo a entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 17 de setembro daquele ano, no comércio, as discussões em torno dessa adequação tardaram um pouco a ocorrer. Em reunião realizada em 23 de setembro de 1938, Daudt recebeu irrestritos poderes da diretoria da Associação Comercial para promover a fundação e o reconhecimento da Federação Comercial do Distrito Federal e da Confederação Nacional do Comércio. Esta última, no entanto, só se concretizou em setembro de 1945.

O prestígio do setor do comércio junto ao Estado era grande. O decreto-lei 462 de 2 de junho de 1938 concedeu à ACRJ autorização para fazer uso de um financiamento de seis mil

<sup>347</sup> DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.28

<sup>348</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1. 5 set. 1938, nº 17854.

<sup>349</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. op. cit. p.21

<sup>350</sup> Ibidem. p. 21-22.

contos de réis relativos a empréstimos oriundos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC), destinados à construção do Palácio do Comércio. Segundo Regina da Luz Moreira, o decreto “*parecia ser sob encomenda para a Associação Comercial do Rio de Janeiro*”. O edifício foi inaugurado em 23 de maio de 1940, fruto do projeto dos arquitetos franceses Henri Sajous e Auguste Rendu. Tratava-se de um edifício em estilo Art Déco, com 50 metros de altura, 14 andares e um subsolo, construído na Rua da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. A construção contou com fachadas de arenito de Ipanema e granito da Tijuca, com o objetivo de aludir as zonas Norte e Sul da então capital federal.

A inauguração ocorreu em 23 de maio de 1940. Compareceram cerca de 1.500 pessoas, incluindo o cardeal Sebastião Leme, o prefeito Henrique Dodsworth e vários ministros de Estado, além de Getúlio Vargas, que discursou logo após o presidente da entidade. Vargas teceu longos comentários acerca da duradoura relação que mantinha com a Associação Comercial – desde os tempos em que ocupou o ministério da Fazenda - e do papel da entidade no Estado Novo<sup>351</sup>.

Ao ministro daquele tempo sucedeu o Chefe de Estado, mas esse contato nunca se interrompeu, e só encontrou motivos para fortalecer-se através da colaboração das classes conservadoras [...] e sempre demonstraram uma justa compreensão das relações que devem existir entre a alta administração e as atividades comerciais e industriais.

O que acontecia antes do advento do Estado Novo, [...] tomou, depois de 1937, aspecto legal, como se poderá exemplificar com a vossa Associação que irá participar dos quadros institucionais com as prerrogativas de órgãos consultivo. E isto equivale dizer que os fundamentos do atual regime assentam nas atividades sociais e econômicas do país, em vez de se apoiarem, como antigamente, na representação política, oriunda dos conluís eleitorais e dos ajustes partidários. E isso equivale a dizer, também, que a colaboração das classes produtoras nos negócios públicos deixou de ser eventual e de mera contingência política, solicitada para o balanço de votos ou postulada nas antessalas legislativas, para integrar-se na estrutura do Estado, com a atuação direta e responsabilidade definidas<sup>352</sup>.

Vargas, na ocasião, assumiu o compromisso de conceder a entidade o status de consultora oficial do Estado. Cumpriu a promessa em 26 de setembro de 1940, por meio do decreto nº 6348<sup>353</sup>. Desta maneira, consolidava-se o reconhecimento oficial da ACRJ, entidade que reuniu as principais lideranças do empresariado comercial do país ao longo da década de 1940.

<sup>351</sup> MOREIRA, Regina da Luz. op. cit. p. 202-203.

<sup>352</sup> Discurso de Getúlio Vargas na inauguração do Palácio do Comércio. Apud. MOREIRA, Regina da Luz. op. cit. p. 202-203.

<sup>353</sup> A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO, ÓRGÃO TÉCNICO CONSULTIVO DO GOVERNO. *Correio Paulistano*. São Paulo, 29 set. 1940, p. 4

### 3.3: A economia brasileira entre Alemanha e Estados Unidos

Ao longo da década de 1930, a política externa do Brasil não foi ponto expressivo nos discursos de João Daudt d'Oliveira. Admirador da Alemanha e da política de Hitler, tinha boas relações com a diretoria da Merck, empresa alemã de produtos químicos e farmacêuticos, principal fornecedora do laboratório Daudt naquela ocasião<sup>354</sup>. Teve a oportunidade de conhecer a Alemanha, a convite da diretoria da Merck e foi com a esposa e dois de seus filhos a uma viagem de dez dias em Berlim, para assistir aos Jogos Olímpicos de 1936. A animação da viagem, que incluiu a experiência de andar de Zeppelin, e a expectativa em ver de perto a transformação pela qual passou o país, sob o comando de Adolf Hitler – por quem Daudt mantinha sincera admiração naqueles anos – motivou de maneira decisiva a ida do empresário<sup>355</sup>.

Daudt não era uma exceção por admirar a Alemanha nazista. Conforme ressalta Antônio Pedro Tota, alguns pilares da política alemã em voga, em especial a modernização pela via conservadora ecoou entre muitos dos brasileiros que pensaram o futuro do país ao longo da década de 1930 e o começo da década de 1940. Além disso, o modelo autárquico implantado na Alemanha e seu projeto de expansão autossustentada causava admiração entre muitos militares do Brasil<sup>356</sup>.

Anos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, ainda no final da década de 1930, Brasil e Alemanha estreitavam cada vez mais os laços comerciais. O comércio entre os dois países aumentou significativamente, superando até mesmo a Inglaterra e os Estados Unidos<sup>357</sup>.

#### Quadro 12: Importação brasileira originadas da Alemanha, EUA e Grã-Bretanha

(%)<sup>358</sup>

ANOS	ALEMANHA	EUA	GRÃ-BRETANHA
1929	12,7%	30,1%	19,2%
1937	25%	24,2%	10,4%

<sup>354</sup> DAUDT, Rodrigo. João Daudt d'Oliveira. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015. p. 145-150.

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 22-26.

<sup>357</sup> LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: Os anos críticos – 1934-1938*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 238

<sup>358</sup> Idem.

Esse crescimento, segundo Robert Levine, foi resultante de uma política de pressão por parte do III Reich para a expansão do comércio bilateral entre os dois países, com base nos marcos de compensação, ou seja, executando um intercâmbio comercial sem que nele fossem utilizadas reservas cambiais conversíveis ou ouro. O que regulava as trocas comerciais era a manutenção da reciprocidade entre os valores das mercadorias trocadas<sup>359</sup>.

O contexto que envolveu o aumento do intercâmbio comercial com a Alemanha era de mudança de paradigmas. No Brasil, associava-se a Europa liberal com o passadismo. Em um desejo de implementar um projeto de modernização e os modelos mais admirados vinham da Alemanha e dos Estados Unidos, os dois principais parceiros comerciais do Brasil<sup>360</sup>. Além disso, a América Latina como um todo foi um verdadeiro palco de disputas entre dois sistemas de poder: O autoritarismo antiparlamentar nacionalista e protecionista da Alemanha *versus* a liberal-democracia e o internacionalismo livre cambista dos Estados Unidos<sup>361</sup>.

Tanto a Alemanha quanto os Estados Unidos tinham interesses expressivos em manter laços sólidos com o Brasil. Para a Alemanha, a aproximação com o regime varguista era parte de uma estratégia para ampliar sua influência na América Latina – uma região onde a presença estadunidense já era marcante. Dentro do conjunto de países latino-americanos, o Brasil despertava interesse ainda maior, em função do expressivo número de imigrantes alemães e descendentes que aqui viviam<sup>362</sup>. Para os Estados Unidos, pairava a preocupação quanto a posição geográfica do Brasil, cercada de perigos e vantagens em um contexto de guerra<sup>363</sup>.

Vargas soube de maneira muito hábil explorar o interesse dos dois países para obter vantagens econômicas para o Brasil. Por meio de uma diplomacia de *barganha* entre a Alemanha e os Estados Unidos, o governo brasileiro conseguiu, em 1940, empréstimo de 20 milhões de dólares para a usina siderúrgica de Volta Redonda, após anunciar ao Departamento de Estado dos EUA a disposição da firma alemã Krupp em construir a usina. A Krupp já era antiga parceira do Brasil. Em 1936, o governo fez contrato com essa companhia para a aquisição de peças de artilharia, em troca de algodão, café, cacau, fumo, borracha e outros produtos. Era

---

<sup>359</sup> Idem.

<sup>360</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 16.

<sup>361</sup> PINHEIRO, Letícia. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista da USP*. São Paulo (26): junho/agosto 1995. p. 111.

<sup>362</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.134

<sup>363</sup> SCHIAVON, Carmen G. Burget. *Estado Novo e relações luso-brasileiras*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. p. 235.

uma aspiração do governo brasileiro repotencializar suas forças armadas por meio desse comércio de compensação<sup>364</sup>.

Gerson Moura defende o argumento de que no período de 1935 a 1941, o Brasil conseguiu obter uma *equidistância pragmática* com relação aos Estados Unidos e a Alemanha, mantendo-se neutro quanto a pressões políticas advindas desses dois países. No ano seguinte, tal situação já não pode se manter, e o país acabou por se alinhar aos interesses dos Estados Unidos no conflito mundial e romper relações com Itália, Alemanha e Japão, os países do Eixo<sup>365</sup>.

Letícia Pinheiro, embora considere válido o argumento de Moura, propõe a hipótese de que o período da *equidistância pragmática* se encerra ainda em fins dos anos 1940, quando já não é mais possível falar em uma posição de equidistância, do Brasil perante Alemanha e Estados Unidos; ao invés disso, constituiu-se relações assimétricas - tanto em quantidade quanto em qualidade<sup>366</sup>. Vagner Camilo Alves ressalta que o Brasil, nesse contexto, aproximava-se de maneira expressiva dos Estados Unidos. No entanto, *na surdina*, procurava incrementar seu comércio de compensação com a Alemanha.

O Brasil, politicamente, aliava-se cada vez mais aos EUA. Demonstrativo disto eram as declarações de apoio aos princípios pan-americanistas e de livre comércio feitas pelas autoridades brasileiras em público, além da disposição sempre aquiescente do país nas Conferências Pan-americanas com relação à visão dos Estados Unidos sobre as questões suscitadas. Ao mesmo tempo, a lucrativa relação comercial com a Alemanha deveria ser mantida, desde que não causasse problemas políticos com os EUA<sup>367</sup>.

Nesse contexto, o governo estadunidense buscava transmitir a ideia de aceitação da presença alemã e de sua expressiva posição no comércio internacional do Brasil e mantendo intacta a aliança e o apoio ao governo brasileiro<sup>368</sup>.

---

<sup>364</sup> ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, p. 59

<sup>365</sup> Cf. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>366</sup> PINHEIRO, Letícia. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista da USP*. São Paulo (26): junho/agosto 1995. p. 110.

<sup>367</sup> ALVES, Vagner Camilo. op. cit. p. 58

<sup>368</sup> Idem.

### 3.4: O Estado Novo Brasileiro no contexto internacional: *iberismo* e *americanismo* na dinâmica de interesses, alianças e expectativas

O golpe do Estado Novo no Brasil, que tanta preocupação gerou em países como os Estados Unidos, Inglaterra e os sul-americanos, foi muito bem recebido na Alemanha. Para a imprensa alemã, o Estado Novo brasileiro significou uma vitória contra os bolchevistas. O ministro da propaganda, Paul Joseph Goebbels, teceu elogios a Vargas e ao que considerou como sua capacidade de agir de maneira correta no momento oportuno<sup>369</sup>.

Na Itália, as reações também foram positivas, bem como no Japão, país que mostrou simpatia e interesse em se aproximar do Brasil. Dois meses depois do golpe do Estado Novo, chegava a São Paulo uma missão comercial com o objetivo de estudar a organização industrial e comercial do estado de São Paulo<sup>370</sup>.

O novo regime, que segundo Robert Levine tomou seu nome do Estado Novo português, também foi muito bem visto pelo governo de António de Oliveira Salazar<sup>371</sup>. Vitorino Moreira, comerciante português residente no Brasil há mais de 50 anos, presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e sócio benemérito da ACRJ, não tardou enviar uma carta a Salazar.

Venho agora acrescentar que o sr. Dr. Getúlio Vargas disse um dia ao sr. chefe de Polícia da cidade que era um admirador do sr. Dr. Oliveira Salazar, pelo que não admira ter na nova Constituição encontrado algo das ideias de vossa excelência, embora na precipitação com que foi feita, notáveis falhas se lhe apontam, mas que estão sendo reparadas por decretos leis. Em conhecimento a precipitação determinada pelos fatos, não incrimino esse documento, sabendo bem qual o espírito que o ditou<sup>372</sup>.

Portugal, que tentava fomentar suas relações comerciais com o Brasil, vindas de um dramático declínio desde o começo do século XX<sup>373</sup>, não se demorou em enviar ao país uma missão comercial. Eram cinco as suas principais diretrizes:

- a) Expansão dos vinhos e conservas portuguesas no Brasil, como fatores do desenvolvimento do consumo, e, portanto, em última análise, como auxiliares da

<sup>369</sup> Ibidem. p. 233.

<sup>370</sup> ESTÁ EM SÃO PAULO A MISSÃO COMERCIAL JAPONESA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 jan. 1938, p. 11. A missão estendeu-se por toda outros países sul-americanos e terminou somente em abril daquele ano. Cf: ESTÁ EM TÓQUIO A MISSÃO COMERCIAL JAPONESA QUE VISITOU A AMÉRICA DO SUL. *Jornal do Brasil*, 17 abr. 1938, p. 7

<sup>371</sup> Regime já abordado nesta tese no capítulo 2.

<sup>372</sup> Carta da Victorino a Salazar, escrita em 28 dez. 1937, enviada do Rio de Janeiro em papel timbrado da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. AOS/CP/187. Fl. 452 a 454

<sup>373</sup> RODRIGUES, Bettencourt. As nossas relações com o Brasil – o que elas são e o que elas deveriam ser - III. *O Século*. Lisboa, 9 mar. 1925. p.1

- própria expansão dos produtos congêneres brasileiros, à medida da sua maior e melhor produção;
- b) A proteção das designações de origem e a repressão eficiente da fraude, na própria defesa do consumidor brasileiro;
  - c) A redução de taxas alfandegárias e do imposto de consumo até o nível razoável que não provoque justamente a forte diminuição desse consumo e, conseqüentemente, da própria matéria coletável.
  - d) Facilidade de estabelecimento, de pequenas transferências de capital e de natureza cultural aos imigrantes portugueses, por forma a atraí-los em maior proporção, conforme convém aos próprios interesses do Brasil, através duma organização e duma fiscalização oficiais devidamente estabelecidas nos dois países;
  - e) a reciprocidade do Brasil à cláusula adotada por Portugal nos seus tratados e acordos diplomáticos, excluindo os diretos de “nação mais favorecida” os favores atribuídos ao Brasil; definindo-se, assim, uma situação especial entre os dois povos que permita a concessão mútua de benefícios não extensíveis a outros, e abrindo-se, portanto, um largo campo a profícuas realizações<sup>374</sup>.

Apesar das propostas, o governo português reconhecia que tinha pouco a oferecer ao Brasil em termos de comércio. O vinho, um de seus produtos mais expressivos no campo da exportação, por exemplo, enfrentava dois entraves no mercado brasileiro: o primeiro era o baixo consumo do produto no mercado nacional. A média, em 1937, era de 2 litros anuais por habitante, bem abaixo dos vizinhos argentinos (46L/hab,) e uruguaios (37L. hab)<sup>375</sup>. As dificuldades em fomentar o comércio luso-brasileiro não eram desconhecidas por Salazar. O empenho em enviar aquela missão, na verdade, ia além da questão estritamente comercial. Havia um objetivo não expresso oficialmente – convidar Getúlio Vargas a comparecer às comemorações do Duplo Centenário – Fundação de Portugal (1140) e Restauração da Nacionalidade (1640). A presença do chefe do Estado Novo brasileiro representaria uma legitimação do êxito da colonização portuguesa. Perante as colônias portuguesas, o Brasil era apresentado como a experiência bem-sucedida – o gigante sul americano que Portugal criou<sup>376</sup>.

Como definia o parlamentar e comerciante Joaquim Roque da Fonseca, presidente da Associação Comercial de Lisboa, “o Brasil separou de Portugal não como um escravo que recupera a liberdade, mas como um filho que se emancipa ao atingir a idade própria<sup>377</sup>”. A essência dessa interpretação da natureza das relações luso-brasileiras também aparece em um dos primeiros discursos do embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Melo,

<sup>374</sup> MISSÃO COMERCIAL AO BRASIL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/MCI-MCB. p.30-31, fl. 32-33

<sup>375</sup> Ibidem, p. fl. 80, P. 79

<sup>376</sup> Vargas, apesar de sucessivos convites de Salazar, decide não comparecer às comemorações, alegando impossibilidade de se ausentar do país em função da situação de guerra. BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal*. Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado. Universidade do estado do Rio de Janeiro, 2009. p. 57.

<sup>377</sup> FONSECA, Joaquim Roque da. Relações comerciais luso-brasileiras. 29 abr. 1937. In: FONSECA, Joaquim Roque da. *Portugal-Brasil*. Portugal-Brasil. [s.l. : s.n.], imp. 1942. Lisboa: Sociedade Nacional de tipografia. 43, [3] p. Biblioteca Nacional Portuguesa.

(...)que faz o português por todo o Brasil? Inicia algumas culturas, principalmente a cana, o fumo, o algodão; quer dizer, institui a agricultura como base da economia. Nomeia juizes, almotacés, provê todos os cargos da administração e da polícia; quer dizer, organiza a ordem política e civil. Finalmente, constrói uma igreja, aliando ao arado, à vara da lei, à balança da justiça, a Cruz; quer dizer, institui o sentimento religioso como base da vida moral da coletividade.

E o que significa isto? Significa que o português, aqui, não quer ser simplesmente mercantil. Procura um novo habitat para a raça: quer a união integral do homem e da terra. Senhores, estamos verdadeiramente em face do abraço fraternal, para sempre, do português com a terra dos trópicos<sup>378</sup>.

Convém lembrar que Roque da Fonseca e Nobre de Melo eram homens com trajetórias ligadas à União dos Interesses Económicos, como analisado no capítulo anterior desta tese, e que agora, no governo salazarista, participavam de arenas estratégicas onde podiam negociar de maneira eficaz os interesses dos grupos aos quais eram ligados. Com relação ao Brasil, o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, mostrou-se sensível ao discurso dos portugueses. O relatório da Missão Comercial descreve que Aranha, em audiência realizada com os representantes da missão,

várias vezes se referiu, por forma sensibilizadora, ao que Portugal representa para o Brasil, aos feitos extraordinários e ao valor transcendental dos portugueses da colonização e da ocupação militar, a tudo quanto ainda hoje causa o maior assombro e seria impossível repetir apesar dos meios de que atualmente se dispõe<sup>379</sup>.

A relação histórica entre Portugal e Brasil era também encarada por João Daudt d'Oliveira de maneira semelhante. Em seus primeiros discursos em que as questões internacionais foram sua pauta, afirmou:

É hora de agradecermos a Portugal a nossa origem e o que lhe devemos, unidos pela raça, pela religião e pela língua, na terra imensa, que ele nos auxiliou a conservar assim. Como foi sempre rico de ternura e fantasia, de coragem e decisão, esse Portugal sem riquezas minerais, sem ferro, sem petróleo, sem carvão, lá na “esquina do planeta, esse Portugal que nos ensinou a sentir e nos ensinou a língua em que contamos os nossos sentimentos?”<sup>380</sup>

Para o governo brasileiro, a aproximação com Portugal mostrava-se interessante por duas questões: 1) por conta da **legitimidade da natureza autoritária do regime em plano internacional**. Segundo Robert M. Levine, o golpe do Estado Novo no Brasil foi encarado com

<sup>378</sup> MELLO, Martinho Nobre de. Ritmo novo. In: MELLO, Martinho Nobre de. *Rumo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 24-25.

<sup>379</sup> MISSÃO COMERCIAL AO BRASIL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/MCI-MCB. Fls. 13-14, p. 10,11

<sup>380</sup> ACRJ. Ata de reunião de diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, realizada em 14 jan. 1942, p. 6. Biblioteca da ACRJ.



rejeição por parte dos vizinhos sul americanos. Na Argentina, a imprensa não poupou o novo regime brasileiro de críticas – temendo que o governo do general Agustín Pedro Justo se inclinasse mais ainda para a direita. No Uruguai, a reação da imprensa foi ainda mais violenta, uma vez que os jornais e rádios mantiveram apreço a Flores da Cunha ao longo dos anos 1930. No Chile o clima de hostilidade também foi sentido. Além disso, os comentaristas de jornais britânicos e estadunidenses, quando não condenavam cabalmente o que ocorrera no Brasil em 10 de novembro de 1937, lançavam advertência, argumentando que o país se encontrava à beira de uma ditadura fascista<sup>381</sup>; 2) por **uma questão diplomática estratégica**. Em audiência realizada com representantes da missão comercial portuguesa, Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, confessou que o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos poderiam não bastar aos dois países em um caso de novos conflitos internacionais de dimensão mais ampla, sendo de muita importância aos dois países consolidar uma relação sólida. Segundo o relatório da Missão Comercial Portuguesa, em reunião realizada em 21 de setembro de 1938 com Oswaldo Aranha,

o sr. Ministro voltou a mostrar-se, em absoluto e extraordinariamente, partidário da aproximação entre Portugal e o Brasil; entende que todos os motivos históricos e políticos a indicam; e que cada vez mais, sobretudo com a lição que então se estava colhendo da Europa, se impõe a unidade da raça portuguesa, com vista aos problemas que no futuro podem surgir. O ministro insinuou até a opinião de que Portugal, pelos seus domínios coloniais, e o Brasil, pela própria circunstância da sua imensidade, podem talvez um dia vir a necessitar da sua mútua solidariedade, por possivelmente não lhes bastarem então, respectivamente, a da Inglaterra e a dos Estados Unidos da América. Entende que, portanto, o Brasil e Portugal devem fazer tudo para a sua máxima aproximação e devem mutuamente considerar-se fora do quadro internacional<sup>382</sup>.

Segundo o coordenador da Missão, Sebastião Garcia Ramires, Vargas confirmou o propósito de visitar oficialmente Portugal nas comemorações centenárias<sup>383</sup>. Entre as propostas comerciais, discutiu-se o estabelecimento, em Lisboa, de um entreposto comercial, o que agradou a Oswaldo Aranha. Em audiência realizada com representantes da missão comercial, o então ministro das Relações Exteriores frisou que outros países propuseram o estabelecimento de entreposto, porém, entre o governo brasileiro pairava o receio “*de virem a ser utilizados, como a experiência provou, como reservas de guerra nesses países*”<sup>384</sup>.

<sup>381</sup> LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: Os anos críticos – 1934-1938*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 233.

<sup>382</sup> MISSÃO COMERCIAL AO BRASIL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/MCI-MCB. p. 9

<sup>383</sup> MISSÃO COMERCIAL AO BRASIL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PT/TT/MCI-MCB. fl. 8, p.5

<sup>384</sup> Ibidem. p.6, fl. 9.

Ainda a respeito da audiência com Aranha, o relatório da missão comercial ressaltou o interesse do governo brasileiro em aproximar-se de Portugal. Mas os portugueses, especialmente aqueles que compunham a numerosa colônia portuguesa do Rio de Janeiro, sabiam que, embora o Estado Novo brasileiro recebesse duras críticas da imprensa internacional, politicamente, o interesse em manter relações aquecidas com o Brasil só aumentava por parte desses países, especialmente dos Estados Unidos. Em carta enviada a Sebastião Ramires no decorrer da realização da missão comercial, o diretor da Agência Financial de Portugal e bom entendedor da dinâmica política nacional alertou ao compatriota da situação

A política no Brasil, amistosa para nós no ponto de vista moral e intelectual, tende a afastar-se por agora das coisas da Europa. A influência de Portugal neste país é vista com ciúmes pelas duas Américas. E não há desejo da parte dos dirigentes do Brasil em cometer qualquer ato ou em entrar em quaisquer negociações que tendam a arrefecer as amizades americanas<sup>385</sup>.

De fato, o governo norte-americano tinha especial interesse em manter relações muito próximas com o Brasil e reforçar o pan-americanismo. Mesmo em um contexto de suspensão do pagamento da dívida externa, a posição de Washington passava longe de adotar qualquer medida de hostilidade com relação a essa situação.

A política norte-americana, baseada na desistência de pressões para a obtenção de vantagens a curto prazo em benefício de um objetivo estratégico, explica a ineficácia dos protestos repetidos de credores privados norte-americanos. No Departamento do Tesouro dos Estados Unidos esboçaram-se planos de desenvolvimento econômico do Brasil, abandonando-se as soluções de curto prazo, tais como a concessão de crédito para o descongelamento de atrasados<sup>386</sup>.

Essa tolerância pode ser compreendida como parte de um contexto em que os Estados Unidos tinham como objetivo desenvolver fórmulas que garantissem a segurança do continente americano, principalmente após a invasão da Dinamarca pelo exército nazista, em abril de 1940. Nesse sentido, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos países latino-americanos poderia, aos olhos do governo estadunidense, dar combustível para o êxito de movimentos

---

<sup>385</sup> Carta escrita possivelmente por Affonso Cayolla da Motta, diretor da Agência Financial de Portugal. A correspondência fornece apenas a informação do destinatário, a data, o timbre da Agência Financial de Portugal e a assinatura do remetente. MISSÃO COMERCIAL AO BRASIL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. AOS/CP-234, fl.33-34,

<sup>386</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. 20ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 92

revolucionários de caráter socialista, simpatizantes do nazi-fascismo ou qualquer outro que pusesse em xeque os interesses dos Estados Unidos. A partir daí, ganhou corpo a concepção de que a maneira mais eficiente de combater essas ameaças era adotar medidas que tornassem a economia da América Latina mais competitiva. A segurança dos Estados Unidos dependida de uma estreita cooperação com os governos dos países americanos<sup>387</sup>.

Diante das articulações em torno da Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas não se definiu por nenhum dos lados envolvidos no conflito. Nem pelo lado dos aliados (Inglaterra e França, apoiadas pelos EUA e pela Rússia) e tampouco pelos países do Eixo. Tal situação de neutralidade mantém-se insustentável a partir do ataque japonês a Pearl Harbor, nos Estados Unidos, em dezembro de 1941, culminando no ingresso dos estadunidenses no conflito mundial e a consequente pressão sobre os países latino americanos para que fizesse o mesmo. Para o Brasil, a pressão atinge o limite ao longo da conferência de chanceleres das Repúblicas Americanas (janeiro de 1942), onde Oswaldo Aranha propõe o corte diplomático e comercial do Brasil com os países do Eixo. Em retaliação à proposta de Aranha, a Alemanha bombardeou três navios brasileiros, gerando com isso uma pressão interna no país pelo ingresso na guerra mundial. Sem conseguir suportar a pressão, o governo *estadonovista* declarou, em agosto de 1942, guerra à Alemanha e à Itália.

Na iminência do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, o governo Vargas consultou Portugal quanto à possibilidade de representação dos interesses brasileiros nesses países. Com o aceite, o embaixador do Brasil em Lisboa solicitou ao governo português que fizesse contato com os representantes diplomáticos na Alemanha, Romênia, Itália e Japão, para tratar do caso dos interesses brasileiros, antes mesmo da confirmação oficial do rompimento das relações do Brasil com o Eixo<sup>388</sup>. Carmen Schiavon ressalta que

o governo brasileiro se utilizou do interesse português em reafirmar os laços de união luso-brasileiros, visando garantir seus próprios interesses, ou seja, “o país se aproveitou de políticas e investidas estrangeiras para se inserir no plano internacional. Por outro lado, para Portugal também era interessante o desenvolvimento desta tarefa de salvaguarda dos interesses brasileiros, pois mesmo não assumindo diretamente uma posição no conflito mundial, colocava-se ao lado do Brasil, sua antiga colônia e reduto de inúmeros portugueses<sup>389</sup>.”

---

<sup>387</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 47-48.

<sup>388</sup> SCHIAVON, Carmen G. Burget. *Estado Novo e relações luso-brasileiras*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. p. 241-242.

<sup>389</sup> Idem.

Essa iniciativa, além de reforçar os laços luso-brasileiros, gerou expectativas entre o empresariado português na possibilidade de fomento do comércio com o Brasil. Pairava entre pessoas pertencentes ou ligadas ao Estado Novo português a ideia que o Brasil deveria dar a Portugal lugar de destaque, fosse quanto a questão da imigração, fosse quanto a questão do pagamento dos títulos da dívida externa e principalmente, quanto ao comércio externo. Nesses casos, destacou-se Joaquim Roque da Fonseca, presidente da Associação Comercial de Lisboa, que no decorrer de sua longa gestão, empreendeu diversos esforços no sentido de efetuar o que definia como reconquista do *status* de Portugal nos quadros das relações comerciais do Brasil. Nesse sentido, Roque da Fonseca lançou um livro intitulado *Portugal-Brasil*, reunindo uma coletânea de discursos que proferiu acerca do intercâmbio comercial luso-brasileiro. No texto introdutório de seu livro, Roque da Fonseca utiliza a seguinte declaração de Salazar

Unem-se a todos a mesma aspiração, pois, se como portugueses entendemos que são múltiplas as razões que nos levam a antepor a todas as outras as relações luso-brasileiras, como comerciantes, não podemos deixar de considerar que as relações econômicas entre os dois países têm de ser tratadas por forma não só a entrar o seu declínio, mas a permitir a reconquista da situação a que temos direito.<sup>390</sup>  
[grifo da autora da tese].

O interesse de Portugal nos destinos do Brasil e, principalmente, o assombro que o aumento da influência estadunidense no país causava, era de amplo conhecimento nos meios diplomáticos e chegou a fomentar um constrangedor mal-entendido envolvendo o diplomata Sumner Welles e o Ministro português em Washington, em fins do ano de 1941. Em um dos apontamentos da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) consta uma audiência do embaixador do Brasil com o secretário geral do MNE, acerca de uma informação recebida pelo governo brasileiro. Tratava-se de um pedido do diplomata português que tocava diretamente as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Segundo o documento, o diplomata teria pedido ao governo americano que não pressionasse o Brasil para ingressar na guerra, que, ao contrário, atuasse no sentido de o Brasil não deixar a posição de neutralidade<sup>391</sup>.

Tão logo recebeu a informação, o Ministério das Relações Exteriores enviou telegrama ao embaixador do Brasil em Lisboa, solicitando que buscasse esclarecimento, expressando acreditar que “o agente português teria se excedido as suas instruções”. O secretário da

---

<sup>390</sup> FONSECA, Joaquim Roque da. Relações comerciais luso-brasileiras. 29 abr. 1937. In: FONSECA, Joaquim Roque da. Portugal-Brasil. Portugal-Brasil. [s.l. : s.n.], imp. 1942. Lisboa: Sociedade Nacional de tipografia. 43, [3] p.9-10. Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>391</sup> Correspondência relativa a conversações com diplomatas dos seguintes Estados: Brasil. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Secretaria Geral. Apontamento. PT-TT-AOS-D-J-3-1-32, FL, 239.

presidência desmentiu a informação, atribuindo tratar-se de um boato fomentado por alguns veículos da imprensa dos Estados Unidos. Porém, o discurso de parte da elite portuguesa, especialmente a econômica dava amplas margens para esse tipo de equívoco ao repetir insistentemente a dívida do Brasil para com a antiga colônia. Tal discurso, embora corrente, não era novidade – tanto que, ainda em meados de 1937, ao receber na Associação Comercial de Lisboa Victorino Moreira, como já dito, comerciante, sócio da ACRJ e membro da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, Roque da Fonseca fez longo discurso sobre as relações econômicas luso-brasileiras, argumentando que Portugal civilizou o Brasil, defendeu seu território de todas as espoliações ao longo de três séculos e que o Brasil não se separou como um escravo que obtém sua liberdade, e sim, emancipou-se de Portugal, como um filho que completa a maioridade. Desse modo, perguntava-se.<sup>392</sup>

Como admitir que Portugal venha de ano para ano, constantemente e lamentavelmente (famos a dizer, criminalmente) perdendo uma situação privilegiada que lhe pertencia por direito próprio e que lhe garantia triunfo sobre todas as forças estranhas?<sup>393</sup>.

Essa preocupação com o Brasil não era uma novidade para a elite evolvida com o comércio luso-brasileiro. Ainda nos tempos da meteórica atividade política da União dos Interesses Económicos, entre seus membros, uma obra escrita em 1874 pelo economista francês Pierre Paul Leroy-Beaulieu assombrava boa parte daquela geração de empresários. Tratava-se do livro *De la colonisation chez les peuples modernes*. De acordo com esse autor, Portugal tinha como destino fazer com que a sua língua fosse falada, fora do seu território, por um número de habitantes muito superior ao seu e ter impresso o cunho de sua raça a essas enormes populações. No entanto, se dentro de meio século o Brasil não contasse com 30 ou 40 milhões de habitantes, falando todos o português, seria muito provável que acabasse por submeter à influência da língua inglesa. Como o discurso que sustentou durante boa parte desse período o fomento da aproximação entre os dois países baseava-se em traços culturais, especialmente a língua, percebia-se o perigo iminente se tal prognóstico se confirmasse.

Décadas antes de Beaulieu, outro autor francês também alertou para uma mudança que poderia impactar de maneira decisiva nas relações luso-brasileiras. Tocqueville argumentou que a influência estadunidense sobre os demais países do continente americano, “*mais do que*

---

<sup>392</sup> FONSECA, Joaquim Roque da. Relações comerciais luso-brasileiras. 29 abr. 1937. In: FONSECA, Joaquim Roque da. Portugal-Brasil. Portugal-Brasil. [s.l. : s.n.], imp. 1942. Lisboa: Sociedade Nacional de tipografia. 43, [3] p.9-10. Biblioteca Nacional de Portugal. p.23

<sup>393</sup> Ibidem. p.24

*significar simples preponderância política, militar e econômica sobre a América do Sul, apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferenças influências exercidas por seu vizinho anglo-saxão, se converteria às luzes e se modernizaria, rompendo com os fundamentos de sua própria história*<sup>394</sup>.

Ainda que não seja o objetivo principal deste trabalho, cabe pontuar que duas matrizes dicotômicas permearam os embates políticos e intelectuais do Brasil desde o processo de independência e construção da nação. De um lado, a influência de uma matriz *iberista*, que tinha por característica a centralização política e o primado do *público* em relação ao *privado*, bem como o princípio da unidade nacional. De outro, uma matriz *americanista*, que enfatizava a livre iniciativa, o livre mercado e a descentralização política<sup>395</sup>. Pois esses princípios do americanismo tiveram uma influência expressiva entre o empresariado brasileiro. Tal influência se intensificou ao longo da Segunda Guerra Mundial, conquistando corações e mentes de muitos representantes das *classes produtoras* entre os quais, João Daudt d'Oliveira.

### **3.5: Daudt, *good fellow* – aproximação com os Estados Unidos e amizade com Nelson Rockefeller.**

Em 1939, João Daudt d'Oliveira afastou-se da vice-presidência da Associação Comercial, deixou os escritórios do laboratório e solicitou exoneração a pedido do Conselho Nacional do Petróleo<sup>396</sup> e afastamento do Conselho Fiscal do Banco do Brasil para tratar de problemas de saúde<sup>397</sup>. Na documentação consultada, não há informações a respeito do que comprometeu sua saúde e levou-o a se afastar de suas atividades profissionais e representativas.

Segundo seu bisneto Rodrigo Daudt, no ano de 1938, o empresário começou a apresentar sintomas de depressão profunda. Sem superar a dor da perda do irmão caçula, outras

---

<sup>394</sup> Cf. TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 1977. Apud. TOTA, Antônio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 21

<sup>395</sup> SOUSA, Diogo Tourino. PERLATTO, Fernando. Intelectuais, pensamento social e os embates sobre a interpretação do Brasil. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.30, n.1, 2010 p.34-35. Cf. VIANNA, Luiz W. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

<sup>396</sup> Sendo substituído por Raul de Araújo Maia, então, segundo vice-presidente da ACRJ. Cf. NOMEAÇÃO PARA O CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 de mai.1939. p. 4

<sup>397</sup> Cf. NOMEAÇÃO PARA O CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1939, p. 4; A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PRESTOU ONTEM UMA HOMENAGEM AO SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1939, p. 3, bem como o volume 2 dos Diários de Getúlio Vargas, cuja menção discutiremos mais adiante.

perdas da infância e da juventude – a morte de seu pai e da primeira esposa – os primeiros sinais apareceram dois anos antes, em 1936, durante a viagem para Berlim.<sup>398</sup>

Ao terceiro dia de viagem, o aeróstato, seguindo sua rota, passou pela França. Ao ouvir do capitão onde se encontravam, João sentiu um aperto no peito. Era ali que Felipe tinha morrido. Ao embarcar, simplesmente não imaginou que tivessem de passar por lá. Se tivesse sabido, talvez houvesse até declinado do convite do presidente da Merck. Deitou-se em seu leito e não falou com ninguém, não comeu e nem bebeu pelo resto do dia.

(...)

Em Berlim, a família foi hospedada no melhor hotel alemão da época: o Adler. Dois dias depois assistiram a um espetáculo no qual a passagem de dois dirigíveis sobre o estádio foi apenas parte das demonstrações de grandiosidade. Além disso, puderam ficar frente a frente com o Führer alemão, mas isso não entusiasmou João, que permanecia taciturno, dizendo apenas o essencial.<sup>399</sup>

Ainda segundo Rodrigo Daudt, o quadro se agravou de maneira intensa, levando o empresário a uma aguda apatia e recusa em se alimentar, tendo de ser internado e alimentado através de sondas. Como naqueles anos, depressão poderia ser considerado um sintoma de loucura, para um homem como Daudt, uma liderança do empresariado com prestígio em ascensão, ser submetido a um tratamento psiquiátrico poderia ser o mesmo que receber um atestado de incapacidade mental para ocupar posições como conselhos técnicos ou a vice-presidência da ACRJ. Assim, o empresário saiu da capital federal e foi internado em Campinas, no estado de São Paulo. De passagem pela cidade naquela ocasião estava o psiquiatra Gregory Zilboorg, ucraniano de nascimento, mas que se mudou muito jovem para os Estados Unidos e ali iniciou seus estudos. Zilboorg se propôs tratar de Daudt, utilizando como metodologia a aplicação de metrazol. Como respondeu bem ao tratamento, Daudt pode retornar às suas atividades profissionais, contudo, necessitava consultar-se com o médico regularmente. Para isso, passou a ir com frequência a Nova York, onde Zilboorg o atendia<sup>400</sup>.

Em novembro de 1939, Daudt regressou ao cargo de 1º vice-presidente da Associação Comercial. Em abril do ano seguinte, almoçou com Getúlio Vargas, pedindo-lhe para retornar ao Conselho Fiscal do Banco do Brasil<sup>401</sup>. No entanto, continuou se ausentando de seu cargo

<sup>398</sup> DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015. p. 145-150.

<sup>399</sup> Ibidem. p. 149-150.

<sup>400</sup> Ibidem. p. 157-159.

<sup>401</sup> Tal solicitação foi feita durante um almoço, do qual participou também o general Góis Monteiro. Conforme relatou Vargas, “*Almoçaram comigo o general Góis e o João Daudt com a senhora. O primeiro prestou-me informações sobre a situação. O segundo, restabelecido da moléstia que o acometera, pleiteia sua volta ao Conselho Fiscal do Banco do Brasil, como uma demonstração de confiança do governo na sua capacidade para exercê-lo*”. Como mencionado nos parágrafos anteriores, o presidente menciona que Daudt estava doente, porém, nada detalha a respeito do que acometia o empresário. Pela documentação levantada, não foi possível apurar se Vargas sabia do estado clínico de Daudt. VARGAS, Getúlio Dornelles. *Diários*. Vol. 2, p. 308.

de vice-presidente. Seu quadro de saúde tornou a se agravar, sendo necessário novos afastamentos, sendo o maior deles em 1941, como veremos a diante. Contudo, seu prestígio junto a ACRJ permanece inabalado. Na eleição realizada em maio de 1940, foi reeleito 1º vice-presidente.

Ao passo que aumentava o contato de Daudt com os EUA em função das constantes viagens por conta de seu tratamento médico, o tema das relações entre o Brasil e os EUA ganhavam destaque em seus discursos. Inicialmente, o empresário mantinha uma postura de reservas acerca das relações entre os dois países e a influência dos EUA nos destinos dos países sul americanos, mas ao longo da década de 1940 foi um fervoroso entusiasta do fomento às relações entre os dois países em múltiplos campos. Essa mudança de Daudt se insere em um contexto de transformações nas relações entre os dois países, e um dos marcos desse processo foi a Missão Aranha, realizada entre janeiro e março de 1939. A convite do então presidente Franklin Delano Roosevelt, seguiram para os Estados Unidos Osvaldo Aranha e uma equipe composta por Marcos de Souza Dantas, diretor do Banco do Brasil, Carlos Muniz e Sérgio de Lima e Silva, ambos diplomatas, e por Luís Simões Lopes, diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)<sup>402</sup>. Na agenda dos encontros a serem realizados na capital dos Estados Unidos, Aranha, coordenador da missão, ficou incumbido de conduzir uma agenda que incluía pautas ligadas à política cambial, criação de um banco central, dívida pública externa, defesa nacional, comércio exterior e investimentos diretos norte-americanos no Brasil<sup>403</sup>. Os trabalhos resultaram na assinatura de uma série de cinco acordos entre os dois países – Concessão de 50 milhões de dólares de crédito para a criação do Banco Central do Brasil; empréstimo de 19 milhões de dólares junto ao Export-Import Bank of the United States (Eximbank) a serem utilizados para o pagamento de atrasados comerciais, com o objetivo de reativar o intercâmbio comercial brasileiro-estadunidense; compromisso do Eximbank em financiar as vendas dos Estados Unidos para o Brasil e a promessa do governo estadunidense de fomentar companhias de desenvolvimento destinadas à industrialização de matérias primas do Brasil. Por outro lado, o governo brasileiro se comprometeu em facilitar a transferência de

---

<sup>402</sup> O DASP foi criado pelo decreto-lei nº 579, de 30 jul. 1938 e estava previsto na Constituição de 1937. Tinha como objetivo promover o aprofundamento da reforma administrativa que previa a organização e racionalização do serviço público. Cf: Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Departamento Administrativo do Serviço Público. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Acesso em: 31 out. 2016. Cabe ressaltar que Luís Simões Lopes esteve à frente do Departamento de sua inauguração até o fim do Estado Novo, o que aponta o prestígio dos Simões Lopes junto ao novo regime. Nesse sentido, cabe ressaltar também que Daudt pertencia àquela rede familiar (Cf. capítulo 1).

<sup>403</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. 20ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 92



lucros dos capitais estadunidenses aplicados no Brasil e voltar a honrar com os pagamentos da dívida externa<sup>404</sup>. Conforme ressalta Marcelo Paiva de Abreu,

A Missão Aranha aos Estados Unidos marca o início de longo período de relações “especiais” entre o Brasil e os Estados Unidos. Deve ser entendida no contexto das crescentes dificuldades enfrentadas pelo Brasil em seu comércio de compensação com a Alemanha, da perda da importância das relações anglo-brasileiras e da crescente consciência em Washington de que as questões econômicas de interesse dos Estados Unidos no Brasil deveriam ser, mais do que nunca, explicitamente examinadas à luz dos objetivos políticos norte-americanos no Brasil<sup>405</sup>.

No entanto, no Brasil, os resultados dos acordos da Missão Aranha causaram indignação entre alguns grupos, em especial, os militares, por conta do entendimento de que a retomada dos pagamentos da dívida externa poderia prejudicar as importações de equipamentos militares.

Não há dúvida de que Aranha foi além das instruções recebidas no que se refere à questão da dívida externa, forçando a mão no sentido de uma reaproximação com os Estados Unidos, às expensas da Alemanha. A reação dos militares deve ser entendida não apenas no contexto de uso competitivo da escassa cobertura cambial, mas também como resistência a uma precoce declaração de intenções. Embora a linha adotada por Aranha tenha sido referendada pela realidade, paira certa dúvida se não teria sido possível obter resultados mais compensadores se fosse explorada uma linha de negociações mais próxima à visão estratégica do Tesouro norte-americano quanto ao Brasil<sup>406</sup>.

Essa relação ainda sofreria profundas modificações ao longo da Segunda Guerra Mundial, deflagrada em 1º de setembro de 1939, com a invasão do exército alemão ao território polonês e a reação do Reino Unido e França. O governo dos Estados Unidos intensificou as iniciativas de promoção de apoio conjunto dos países americanos, diante da possibilidade de generalização do conflito. Tão logo eclodiu a guerra, ainda em setembro de 1939, foi realizada a conferência pan-americana do Panamá, que tinha em seu programa três diretrizes a serem seguidas diante do conflito mundial: neutralidade, proteção da paz no hemisfério ocidental e cooperação econômica.<sup>407</sup> Em julho do ano seguinte, em Havana, foi realizada uma nova conferência, na qual os países participantes afirmaram solidariedade continental em face de uma agressão externa no continente americano.

No Brasil, setores da sociedade e do empresariado encaravam com certa desconfiança a ação estadunidense, temendo que por trás dela houvesse a influência inglesa no sentido de

---

<sup>404</sup> CPDOC/FGV. *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)*. Missão Aranha. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/Missaoranha>. Acesso em: 10 dez. 2016.

<sup>405</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. 20ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p.92

<sup>406</sup> *Ibidem*. p. 93

<sup>407</sup> A GUERRA NA EUROPA. *A Noite*, Rio de Janeiro, 13 set. 1939. p.13

fomentar o abandono do estado de neutralidade dos países americanos no conflito mundial. Além disso, pairava a desconfiança de que os Estados Unidos estariam interessados em pressionar os países latino americanos a dar fim a neutralidade para ocupar as posições dos países do Eixo no comércio externo com esses países.

Daudt, nesse sentido, também partilhava das ponderações quanto a um possível processo de açambarcamento por parte dos Estados Unidos<sup>408</sup>. Comentando o desfecho da Conferência de Havana, em reunião da ACRJ, afirmou:

Esse resultado final avulta de importância quando se considera que os compromissos que o Brasil assumiu em Havana com as nações ali representadas, não o impedem oportunamente, e quando convier, continuar com os demais povos civilizados as relações econômicas, e políticas, que as circunstâncias indicarem<sup>409</sup>.

O empresário declarava publicamente o apoio ao Estado Novo na condução da política externa brasileira. Embora não se opusesse a cooperação mútua proposta nas recentes conferências pan-americanas, defendia a soberania dos países latino americanos e ressaltava que a situação da retração do comércio com países europeus era transitória, afastando qualquer possibilidade de substituição dos parceiros comerciais de antes do conflito mundial<sup>410</sup>.

A hesitação de Daudt com relação a influência dos Estados Unidos na soberania comercial do Brasil se dissipou de seu discurso após um processo que ocorre ao longo do ano de nove meses – de janeiro a setembro de 1941. Daudt vai aos Estados Unidos, alegando estar partindo para uma viagem de estudos e para o trato de seus interesses empresariais. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, afirma:

O fim imediato de minha viagem é a solução de vários assuntos relacionados com as atividades industriais de minha firma. Com isso, realizo uma antiga aspiração: conhecer de perto a vida e as realizações do povo americano.<sup>411</sup>

A finalidade da viagem, entretanto, seria outra. Rodrigo Daudt revela que o quadro de depressão do bisavô se agravou de maneira drástica. Resolveu então intensificar o tratamento

---

<sup>408</sup> SUGESTÕES BRITÂNICAS SOBRE O CONGESTIONAMENTO DA PRODUÇÃO NAS AMÉRICAS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1940, p. 13

<sup>409</sup> *Idem*.

<sup>410</sup> AS CLASSES CONSERVADORAS E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1940, p. 5

<sup>411</sup> PARTE HOJE PARA OS ESTADOS UNIDOS O SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1941, p. 1

com Zilboorg, partindo então para os Estados Unidos. Daudt recebeu seu tratamento em uma clínica perto da cidade de Boston<sup>412</sup>.

No entanto, suas atividades em solo estadunidense não ficaram restritas ao tratamento médico<sup>413</sup>. A partir de março de 1941, agenda de Daudt manteve-se repleta de eventos que referiam os assuntos diplomáticos e econômicos entre Brasil e Estados Unidos. Ainda em março, compareceu à despedida do conselheiro comercial Paulo Hasslocker, em Washington, que regressava ao país natal após nove anos de trabalho junto a Embaixada Brasileira e que deixava a função para assumir a direção do Conselho de Economia<sup>414</sup>

Em abril fez parte da comitiva de recepção de Alzira do Amaral Peixoto e de seu marido, o comandante Amaral Peixoto. Também acompanhou a agenda do casal, sendo um dos convidados para o almoço de honra oferecido a filha e ao genro de Vargas pelo general John Ross Delafield e pela firma Delafield, Mareh, Porter & Hope, representante dos interesses fluminenses no foro geral dos Estados Unidos. Compareceram ao almoço também S. B MacKinney (comandante da Marinha de Guerra dos EUA), Stewart Pratt – (vice presidente do National City Bank e da Farmer's Trust Company), e o cônsul geral Oscar Correa<sup>415</sup>.

Daudt acompanhou outros brasileiros de passagem por Nova York, a exemplo de Ferreira Guimarães, que viajou aos Estados Unidos com o objetivo de realizar uma missão de intercâmbio comercial. Ambos acompanharam João Alberto Lins de Barros, que estava nos Estados Unidos em missão diplomática, a uma visita na visita ao escritório de Expansão Comercial do Brasil em Nova York. Lá, assistiram à conferência de inauguração da Seção Brasileira do Instituto Econômico Latino Americano<sup>416</sup>. Em outra ocasião, encontrou-se com

---

<sup>412</sup> DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015. p. 160-166.

<sup>413</sup> Rodrigo Daudt não relata nenhuma atividade além do tratamento médico. Menciona ainda que o empresário ficou em um estado de significativa dependência de seu assistente, Paulo Godoy, porque não dominava o inglês e tinha imensas dificuldades em se comunicar. Além disso, descreve que o estado de saúde de seu bisavô era demasiado crítico, o que limitava sua permanência à clínica, onde, segundo o autor, “tinha principalmente americanos e canadenses, dos quais poucos falavam o idioma no qual João era fluente: o francês. Portanto, fez-se necessário que Paulo servisse de intérprete da língua inglesa. O desempenho de tal função, normalmente poderia ser bastante agradável. Naquela situação, porém, transformava o assessor em testemunha ocular de um tratamento violentíssimo cujos efeitos o impediam até mesmo de dormir. Sem falar que o impossibilitavam de se ausentar do hospital, por pouco que fosse”. Cf. DAUDT, Rodrigo. op. cit. p. 163. No entanto, tal estado pode não ter se estendido ao longo de toda a permanência de Daudt nos Estados Unidos. De fins de março ao término de sua estada em solo americano, Daudt participa ativamente de uma série de eventos e atua como porta-voz do empresariado do comércio brasileiro em muitos deles, como é possível observar nos parágrafos seguintes desta seção.

<sup>414</sup> REGRESSA AO BRASIL O SR. PAULO HASSLOCKER – Declarações do conselheiro comercial da Embaixada do Brasil em Washington à Imprensa. *A Noite*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1941. p. 7

<sup>415</sup> O COMANDANTE AMARAL PEIXOTO HÓSPEDE DE HONRA DO GENERAL JOHN ROSS DELAFIELD. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1941. p.3

<sup>416</sup> Cf: O INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL COM OS EUA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941, p. 5; CRIADA A SEÇÃO BRASILEIRA DO INSTITUTO ECONOMICO LATINO-AMERICANO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1941. p. 8.

Luís Vergara, secretário da Presidência da República, em almoço com Francisco Silva Júnior, diretor do Departamento Brasileiro de Informações<sup>417</sup>.

Mas entre os eventos mais expressivos dos quais participou está o almoço festivo realizado no final do mês de março pela Associação Americano-Brasileira, da qual Daudt foi convidado de honra de Berent Friele, presidente da entidade. Friele trabalhava com importação e comércio de café e morou no Brasil de meados da década de 1910 até 1929. O almoço marcava sua saída daquela entidade, a qual presidia desde o ano de 1934. Deixava a presidência da Associação para integrar a seção brasileira do Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics<sup>418</sup> (Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas)<sup>419</sup>.

Friele, em discurso pronunciado no evento, afirmou que os Estados Unidos estavam empreendendo amplos esforços no sentido de tentar conservar as rotas comerciais marítimas livres para os países do continente americano. Disse ainda que o governo estadunidense esperava

poder convencer as nações latino-americanas, por palavras e por atos, de que somos seus amigos e que o nosso egoísmo só vai ao ponto de desejarmos que elas cresçam e prosperem, pois bem sabemos que isso também beneficiará a nós mesmos<sup>420</sup>.

Friele em breve tornar-se-ia um dos agentes de Nelson Aldrich Rockefeller, coordenador do *Office*, segundo filho do multimilionário John D. Rockefeller, dono da Standard Oil Company, empresa que atuava em vários países latino americanos. Segundo Antônio Pedro Tota,

Nelson foi educado com base em preceitos evangelistas. Todas as manhãs, às 7h45, a família reunia-se para o café e para as primeiras orações. O ritual era repetido ao entardecer, antes do jantar. Seguindo os mesmos princípios religiosos, os Rockefeller adotaram uma política filantrópica, visando mudar a imagem de suas empresas, conhecidas pela violência no trato com os trabalhadores. (...). As ações filantrópicas da família ficavam a cargo da Fundação Rockefeller, dirigida por Raymond Fodsick,

<sup>417</sup> COMO O SR. LUIZ VERGARA SE REFERIU AS NOSSAS RELAÇÕES COM OS EUA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1941. p. 14.

<sup>418</sup> Nas próximas referências nesta tese, será tratado por “*Office*”.

<sup>419</sup> Rockefeller family Associates, Berent Friele papers. ID FA468. Rockefeller Archive Center. Disponível em: <http://dimes.rockarch.org/FA468/biohist>. Acesso em: 01 nov. 2016.

<sup>420</sup> BANQUETE EM HOMENAGEM AO SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1941.p. 14. A nova diretoria eleita, segundo o periódico, foi: PRESIDENTE: W.T. Moran (vice-presidente do National City Bank) VICE-PRESIDENTE: Renato de Azevedo (Lloyde Brasileiro) / Philip Nelson (vice-presidente da Associação Nacional do Café).

dedicado funcionário evangelista que sabia gerenciar os recursos provenientes das companhias de petróleo e estrada de ferro, entre outras empresas<sup>421</sup>.

As ações filantrópicas eram compreendidas como antídoto, portanto, para os movimentos revolucionários, encarados pela família Rockefeller como doenças sociais.

No México e na Guatemala, por exemplo, seus religiosos sanitaristas combatiam a malária e a febre amarela com o mesmo zelo com que faziam a apologia antirrevolucionária. A revolução era encarada como uma doença social, que precisava ser combatida com auxílios, donativos e propaganda. Para muitos liberais, intelectuais, democratas e para a própria esquerda dos Estados Unidos, a “diplomacia do dólar” dos Rockefeller era preferível à política do *big stick* do início do século<sup>422</sup>.

Ao longo da campanha para as eleições presidenciais estadunidenses de 1940, Rockefeller aproximou-se de Roosevelt, que disputava a reeleição, e, juntamente com Beardesly Ruml, tesoureiro da Macy’s<sup>423</sup>, coordenou a *Junta*, grupo que formulou uma série de propostas para a condução da política entre os Estados Unidos e a América Latina. O projeto da Junta saiu vitorioso ao do então subsecretário de Estado Sumner Welles e seu assistente Adolf Berle.

A proposta do grupo de Rockefeller tinha uma grande vantagem sobre as outras, vindas de organismos do próprio governo: contava com o fantástico poder financeiro de Nelson e com a independência de seu grupo em relação à burocracia. O programa da Junta era bastante arrojado. Sugestões para que os Estados Unidos reduzissem ou eliminassem taxas sobre produtos importados das “outras Américas”; desenvolvimento de um sistema de transportes mais adequado ao escoamento da produção dos países latino-americanos; incentivo aos investimentos com o objetivo de assegurar a produção de matérias-primas, etc.<sup>424</sup>

Uma das diretrizes fundamentais do programa era a promoção da integração do governo federal com a iniciativa privada. Assim, Roosevelt criou, em 1940, o *Office of the Coordinator of Commercial and Cultural Relations between the Americas* e Rockefeller foi nomeado seu coordenador.<sup>425</sup> O empresário argumentava que para tratar com êxito das questões referentes aos países latino-americanos, era necessário ao agente estadunidense um profundo conhecimento sobre a cultura e as necessidades locais. Nesse sentido, é possível compreender

<sup>421</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 44.

<sup>422</sup> Ibidem. p. 45

<sup>423</sup> Rede de lojas de departamentos fundada em Nova Iorque em 1858. Cf: Macy’s, Inc. History. Disponível em: <<https://www.macysinc.com/about-us/macysinc-history/overview/default.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

<sup>424</sup> Ibidem. p. 49.

<sup>425</sup> Mais tarde, Office of the Coordinator of Inter-American Affairs.

o interesse de Rockefeller por Friele - um norueguês-americano, fluente em português que tinha ótimas relações com Oswaldo Aranha<sup>426</sup>.

Daudt também realizou discurso naquele almoço, não poupando o governo Vargas de elogios. Afirmou aos presentes que com o Estado Novo, o presidente do Brasil conseguiu criar um país unido, dissipando as divergências internas. Tal aspecto permitiria ao Brasil “*trabalhar tranquilamente para uma colaboração maior com as demais repúblicas americanas*”<sup>427</sup>. O contato com Friele pode ser sido o início da conexão de Daudt com Nelson Rockefeller, que se tornaria expressiva a partir de seu retorno ao Brasil.

Em seu regresso, em setembro de 1941, Daudt passou a enfatizar os Estados Unidos em seu discurso e a defender a aproximação dos dois países, não só no campo econômico, mas também cultural e político. Em entrevista ao jornal *A Noite*, uma das primeiras realizadas após o seu retorno, Daudt mencionou o contato com Nelson Rockefeller, que a equipe de reportagem do periódico assim descreveu

[DAUDT] Esteve com intelectuais, banqueiros, jornalistas e dessa preciosa convivência (...) o Brasil lucrou bastante, lucrou mesmo muitíssimo, porque o que o sr. João Daudt d’Oliveira lhes levava era a palavra clara e precisa, honesta e de cooperação sobre as coisas e os homens do Brasil, destruindo equívocos, restabelecendo fatos, elucidando...

O sr. Nelson Rockefeller, chefe de um intenso e belo movimento de aproximação cultural das américas, transmitiu-lhe [a Daudt] uma impressão de encantamento e de sinceridade na missão a que se devotou<sup>428</sup>.

Daudt não tardou a retornar aos Estados Unidos e desta vez, por questões que nada tinham a ver com tratamento de saúde. Em janeiro de 1942, já estava de volta, em Washington, como membro de uma missão organizada por Arthur de Souza Costa – que incluiu ainda Valentim Bouças (secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças), Claudionor de Souza Lemos, Garibaldi Dantas e Daniel Máximo Martins<sup>429</sup>. Dela resultaram os Acordos de Washington, resultado de conversações entre os membros da missão e representantes do governo dos Estados Unidos ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1942. O objetivo central dessas negociações era tratar da exportação de matérias-primas do Brasil para a indústria estadunidense. As negociações abordaram ainda três pontos de expressivo interesse do governo brasileiro: iniciativas de promoção da expansão econômica brasileira, fomentadas pela

<sup>426</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 49-84.

<sup>427</sup> Idem.

<sup>428</sup> EM CONTACTO COM O POVO NORTEAMERICANO. *A Noite*, 27 set. 1941. p. 1-2;

<sup>429</sup> A VIAGEM DO MINISTRO SOUZA COSTA AOS ESTADOS UNIDOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1942. p. 2.

cooperação financeira e técnica estadunidense; fundos para o fomento da produção de borracha e projetos de modernização da mina de minério de ferro em Itabira e da ferrovia Vitória-Minas<sup>430</sup>.

O petróleo também entrou na pauta das discussões e foi nesse âmbito que Daudt se concentrou ao longo da missão. Em entrevista a *United Press*, reproduzida pelo *O Jornal*, o empresário declarou que explorações e sondagens prévias indicaram a existência de petróleo no subsolo baiano e que o Brasil empreenderia os esforços necessários para atingir a autossuficiência do combustível. No entanto, contava com o auxílio dos Estados Unidos nessa empreitada.

O Brasil reconhece que os Estados Unidos são a principal nação sob o aspecto geofísico e outros aspectos da indústria petrolífera, e naturalmente deseja que um técnico norte-americano o ajude a desenvolver sua própria indústria. O Brasil poderá necessitar também de algum auxílio financeiro sob a forma de créditos, porém, deseja manter essa indústria inteiramente brasileira afim de evitar perturbações que a miúdo se desenvolvem como resultado da exploração dos recursos petrolíferos por companhias estrangeiras<sup>431</sup>.

Ao término das negociações, Daudt não regressou com os demais membros da missão. Permaneceu nos Estados Unidos por cerca de vinte dias. Retornou acompanhado de um grupo de técnicos estadunidenses especialistas na produção de borracha e na exploração de petróleo<sup>432</sup>.

Daudt, membro do Conselho Nacional do Petróleo, tratava de um assunto muito caro a seu admirado Nelson Rockefeller. Segundo Rodrigo Daudt, seu bisavô e Rockefeller tornaram-se grandes amigos. Em suas visitas ao Brasil, o milionário estadunidense reservou na agenda um fim de semana para passar em Teresópolis (RJ), no sítio dos Daudt, junto a seu amigo<sup>433</sup>.

Naquele ano de 1942, Daudt foi nomeado vice-presidente da Comissão Brasileira de Fomento Interamericano. Tão logo soube, Nelson Rockefeller não tardou a enviar um telegrama ao empresário brasileiro.

---

<sup>430</sup> Cf. MOURA, Gérson (colaboração especial). Acordos de Washington. Dicionário Histórico Biográfico, FGV, - O colaborador ressalta que “Entre 1942 e 1943 foram assinados outros acordos, geralmente incluídos na rubrica Acordos de Washington, que diziam respeito ao fornecimento de ipecacuanha, aniagem, linters de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri”;

<sup>431</sup> NA FASE FINAL AS NEGOCIAÇÕES DO SR. SOUZA COSTA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1942. p. 5

<sup>432</sup> BRASIL E ESTADOS UNIDOS LIGADOS POR UMA ABSOLUTA COINCIDÊNCIA DE INTERESSES. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1942. p. 9.

<sup>433</sup> DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015. p. 170.

Acabo de retornar a Washington após breve ausência, e soube de sua eleição como vice-presidente da Comissão Brasileira de Fomento Interamericano. Aceite meus sinceros parabéns e saiba que estou muito feliz com o fato<sup>434</sup>.

Rockefeller acreditava que o êxito das boas relações entre os Estados Unidos e a América Latina não dependia apenas na venda de produtos vindos dos Estados Unidos, mas também da venda do modo de vida americano, ou seja, o sucesso no campo econômico só seria consolidado por meio de uma base sólida no campo ideológico. Nesse sentido, o coordenador do *Office* criou na agência divisões de cinema e rádio<sup>435</sup>. O *Office* tornou-se uma das maiores agências do governo Roosevelt, e além das questões econômicas, havia também subagências especializadas em produção cultural, como filmes de animação e espetáculos musicais<sup>436</sup>. Assim, não tardou pedir ao amigo Daudt que patrocinasse e recebesse na Sociedade Felipe d'Oliveira intelectuais estadunidenses<sup>437</sup>. A partir de então, a Sociedade intensificou as iniciativas de intercâmbio cultural com os Estados Unidos. Em abril de 1942, Daudt colocou na pauta da reunião da entidade a proposta de empreender ações de fomento ao intercâmbio cultural com os Estados Unidos e da reunião foi decidido que o número seguinte da *Lanterna Verde* seria dedicado a temática dos Estados Unidos, trazendo poesias traduzidas e textos que abordassem aspectos culturais daquele país<sup>438</sup>. O projeto da Sociedade Felipe de Oliveira foi anunciado por Augusto Frederico Schmidt, poeta e membro da entidade, em entrevista ao jornal *A Noite*.

A Sociedade Felipe d'Oliveira decidiu organizar, em combinação com o Comitê Rockefeller, um vasto plano de intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos, nascido do desejo de um maior entendimento entre os homens de letras brasileiros e norte-americanos<sup>439</sup>.

---

<sup>434</sup> Telegrama de Nelson Rockefeller a João Daudt d Oliveira. 5 ago. 1942. Apud. DAUDT, Rodrigo. op. cit. p. 170.

<sup>435</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 54

<sup>436</sup> Cf. TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano. Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>437</sup> DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015. p. 170.

<sup>438</sup> MANOEL BANDEIRA ELEITO PARA A SOCIEDADE FELIPE DE OLIVEIRA. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1942. p. 3.

<sup>439</sup> MOBILIZAÇÃO DE ESCRITORES BRASILEIROS E NORTEAMERICANOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1942. p. 9.



Em maio de 1942, João Daudt d'Oliveira promoveu em sua sede um jantar em homenagem ao embaixador estadunidense Jefferson Caffery. Tratou de convidar Berent Friele, que representou Rockefeller. A cerimônia foi presidida por Oswaldo Aranha e contou com a presença do ministro Gustavo Capanema, João Neves da Fontoura, embaixador Afrânio de Mello Franco, ministro Tarquinio de Souza, diretor da *Revista do Brasil*, o Rodrigo Octávio Filho, da direção da ACRJ e Renato Almeida, chefe do serviço de Imprensa do Itamarati, além dos escritores Álvaro Moreyra, Augusto Frederico Schmidt, Manoel Bandeira, Ribeiro Couto, Manoel de Abreu, Paulo Godoy, Edmundo da Luz Pinto e Alceu Amoroso Lima. No decorrer da homenagem, Capanema anunciou a criação de uma cadeira de literatura estadunidense nas Universidades do Brasil<sup>440</sup>.

Além da solicitação de auxílio nas iniciativas de intercâmbio cultural, Rockefeller pediu a Daudt que recebesse empresários estadunidenses enviados por recomendação sua e auxiliasse no que fosse necessário. Assim enviou seu próprio irmão, David Rockefeller, presidente do Chase National Bank. Também Richard Raines, pastor protestante veio ao Brasil em atividade missionária e tinha como objetivo conhecer empresários brasileiros, além de Harold Sheets, presidente da Socony-Vacuum Oil Company, interessado em realizar investimentos no Brasil. Daudt recebeu a visita, por recomendação de Rockefeller, de Robert Hudgens, diretor da Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA) um programa agrícola experimental em Minas Gerais. Em contrapartida, Daudt também manteve um canal aberto com seu *amigo americano*<sup>441</sup>, que o permitia pedir que recebesse nos Estados Unidos pessoas por ele recomendadas, a exemplo do gaúcho Kurt Weissheimer, representante do Banco Agrícola Mercantil de Porto Alegre, que tinha por objetivo analisar, junto a AIA a possibilidade de implantação desse programa no Rio Grande do Sul. Recomendou a Rockefeller também os empresários e amigos pessoais, Raul Roller, Armando Barcelos, Hélio Beltrão e Luiz Fernando Bocayuva Cunha<sup>442</sup>.

Rockefeller visitou o Brasil em setembro de 1942. Era a sua segunda viagem ao país. A primeira, em 1937, foi na condição de empresário. Na segunda experiência, como representante do governo Roosevelt, como dirigente de uma agência estadunidense criada especialmente para tratar de assuntos que envolviam as relações com a América Latina. O objetivo da viagem era

---

<sup>440</sup> NA SOCIEDADE FELIPE D'OLIVEIRA. *O Jornal*, 29 mai. 1942, p. 3

<sup>441</sup> Expressão que dá nome a obra do historiador Antonio Pedro Tota, a respeito das relações de Rockefeller com o Brasil. Cf: TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano*. Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>442</sup> DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015. p. 181-182.

buscar solidariedade na luta contra o nazismo e as ditaduras. Nesse sentido, definia o Estado Novo brasileiro como uma ditadura esclarecida, uma quase democracia. Rockefeller chegou ao Brasil no contexto de comemorações da semana da Pátria, incorporados no projeto de enaltecimento do Brasil. Soube, como ressalta Antonio Pedro Tota, “*aproveitar as festividades patrióticas*”, sendo fotografado ao lado de Getúlio Vargas em algumas ocasiões. Permaneceu 12 dias no Brasil, visitando as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. No segundo dia de sua estada no Brasil, foi assinado um acordo entre o Ministério da Agricultura e o Office, para a produção de alimentos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Amazonas e Bahia)<sup>443</sup>.

Daudt conduziu uma homenagem ao amigo, realizada pela ACRJ e pela Federação das Indústrias do Brasil<sup>444</sup>, abrindo seu discurso em prol do pan-americanismo, com um poema escrito por Felipe de Oliveira 15 anos antes.

A América toda –  
 No cimo dos Andes,  
 No cimo da Mantiqueira,  
 No cimo do Potosi  
     no cimo dos Alleghannys,  
 os vultos da mesma figura pousada pesada  
 na terra que é sua  
 - o vulto do Inca  
 o vulto do Tupi  
 o vulto do Asteca  
 o vulto do Pele Vermelha  
 Sagitais  
     ascensionais  
 erguidos com as mãos avançadas  
 no rumo  
 do sol.  
 A mesma hora da aurora do mundo criança  
 Os vultos da mesma figura pousada pesada  
     na terra que é sua  
 desferem no espaço encharcado de azul luminoso  
 a alegria das raças, o brado que firma<sup>445</sup>.

<sup>443</sup> Cf. TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano*. Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014..

<sup>444</sup> Rockefeller também foi recebido pelo empresariado paulista em banquete oferecido pela Federação das Indústrias de São Paulo, Bolsa de Mercadorias, Sociedade Rural Brasileira e as associações comerciais de São Paulo e Santos. Cf. TOTA, Antônio Pedro. op. cit.

<sup>445</sup> COMO OS AMERICANOS EM PEARL HARBOR, SOFREMO A SURPRESA TRAIÇOEIRA QUE NOS VEIO DA ESCURIDÃO DO MAR – A expressiva homenagem que a ACRJ prestou ontem ao sr. Nelson Rockefeller – O dia de ontem ao Coordenador dos Assuntos Interamericanos. *O Jornal*, 5 set. 1942. p. 3.

Em seu discurso, Daudt enunciou aquilo que seria a base de seus argumentos em defesa do pan-americanismo nos anos seguintes. Para ele, o pan-americanismo era uma tradição consolidada no Brasil e um consenso entre todos os países do continente. E graças a ele, foi possível promover a harmonia entre povos de diferentes línguas e etnias e a união de todas as repúblicas americanas por um ideal comum.

“A América para os americanos” - lema em que se sintetizou a Doutrina Monroe, nunca pretendeu representar um brado de isolacionismo para defender-nos contra o assalto de outros, ou para ampliar-nos em detrimento de territórios alheios. Ela significa a barreira que desejamos estabelecer entre a nossa concepção da vida feliz dentro da democracia e da liberdade e o espírito da rotina, dos preconceitos, dos ódios e da vendeta, que tortura as gerações do Velho Mundo<sup>446</sup>.

Os Estados Unidos passaram a ser ponto frequente em seus principais discursos, que ressaltavam a questão do esforço estadunidense no contexto da guerra, mais especificamente, a relação entre o governo e as *classes produtoras* daquele país.

Há dias, o grande presidente Roosevelt enumerava ao país as necessidades materiais da máquina de guerra, expressas em cifras vertiginosas: bilhões de dólares em navios, máquinas, armas e suprimentos, no espaço de um ano. Tinha-se, à primeira vista, impressão de que ele exigia o impossível. Mas, no dia seguinte, os chefes das indústrias informavam, singelamente, que o programa será integralmente realizado. Foi como se Franklin D. Roosevelt, num prado heroico chamasse alto: “Trabalho Norte Americano!” e o trabalho, em fileiras compactas e unidas, respondesse firme: “Presidente”! Como foi possível isso, que à distância se nos afigura um milagre? Pela organização, pelo aparelhamento, pela união. Não foi o governo americano, - que é mero coordenador – que colocou em forma o Comércio, a Indústria, a Produção e o Trabalho dos Estados Unidos. Eles é que se estruturaram e cresceram dentro de si mesmos, até atingirem a posição em que se encontram, de trabalhar com eficiência para a vitória da bandeira do seu país. Não permaneceram dispersos, sem coesão, à espera de que o Estado pensasse por eles. Exerceram, intensivamente, não só a própria autonomia criadora, mas, ainda, o espírito de cooperação, de solidariedade humana, de associação, de entendimento recíproco, que são característicos do grande povo irmão.<sup>447</sup>

Para Daudt, o Brasil poderia ter êxito caso seguisse o exemplo dos Estados Unidos. Seria necessário que a livre iniciativa prevalecesse sobre a ação estatal, que o empresariado empreendesse mais ao invés de contar exclusivamente com a ação do governo. Levava em conta que os elementos formadores da sociedade estadunidense presentes no processo de colonização foram diferentes da experiência brasileira. A despeito disso, no entanto, não imputava qualquer crítica a ação portuguesa no Brasil. Ao contrário, declarava que era chegada a “*hora de agradecermos a Portugal a nossa origem e o que lhe devemos, unidos pela raça, pela religião*”

---

<sup>446</sup> Idem.

<sup>447</sup> ACRJ. Ata da seção de diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Sessão de 14 jan. 1942. p. 5-6. Biblioteca da ACRJ.

*e pela língua, na terra imensa, que ele nos auxiliou a conversar assim*<sup>448</sup>. Apesar de fazer questão de pontuar o apreço ao que julgou ser uma contribuição dada por Portugal ao Brasil no processo de colonização, o desfecho do discurso não tinha como proposta levar às instituições brasileiras o modelo em curso no Estado Novo português. O olhar de Daudt não estava voltado para Lisboa, e sim, para Washington.

Cabe-nos, no sul do Continente, um papel idêntico ao que hoje desempenham os Estados Unidos. Devemos seguir-lhe os exemplos admiráveis, em tudo que a grande nação realizou de nobre, de belo, de humano, e que lhe enchem quatro séculos de história<sup>449</sup>.

Outro ponto que detinha o olhar atento do empresário era com relação às iniciativas filantrópicas de bem-estar social empreendidas nos Estados Unidos, que, segundo sua interpretação, tinham raízes entre os colonos que formavam o país, ao longo de um processo de distanciamento político, religioso e cultural com a Europa, em especial, com a Inglaterra.

O novo continente lhes oferecia a vida, na maravilha das riquezas naturais, na excelência do clima, na paz de espírito há tanto procurada. E a alegria da existência, que encontrou em Walt Whitman, o seu cantor máximo, instalou-se no yankee como um atributo natural, tão espontânea como a sua bondade, a ternura, o amor. Sua ação de informou, na frase de Hermes Lima, por uma ética admirável que a terra é lugar também de ser feliz e não apenas de expiar pecados. Esses elementos psicológicos forneceram ao americano do Norte o material com que ergueu uma civilização voltada ao progresso, ao bem-estar, ao altruísmo e a liberdade. Documentos do sentimento coletivo americano de construção para o bem são as inúmeras fundações filantrópicas, mobilizando milhões de dólares, que ali se organizam para obras de assistência social, de proteção às ciências, às letras e às artes, de incentivo às pesquisas de elementos de saúde e de progresso<sup>450</sup>.

[grifo presente no texto original do qual foi extraído esta citação].

Com o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo, Daudt, enquanto vice-presidente da ACRJ foi um grande entusiasta da proposta de suspensão dos direitos e deveres dos sócios italianos, alemães e japoneses. Em seção realizada no dia 26 de agosto de 1942, argumentou que considerava uma ingratidão da Itália e da Alemanha voltar-se contra o Brasil, que por décadas acolheu milhares de cidadãos desses países. Trouxe como exemplo de sua argumentação o seu primeiro caso como advogado ainda em Porto Alegre. Seu cliente era um homem que havia comprado terras e que no ato da tomada de posse, descobriu que na propriedade havia colonos italianos nela instalados e que estes se recusavam a sair do local. O

---

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> Ibidem. p. 6-7.

cliente nunca conseguiu usufruir da propriedade comprada – o governo do Estado do Rio Grande do Sul, em acordo, ofereceu ao cliente terras com o dobro da extensão das que havia perdido<sup>451</sup>.

Essa era a política de colonização do Rio Grande do Sul. Partia-se do raciocínio de que esses homens haviam abandonado sua pátria em busca de melhores dias. Deviam, portanto, encontrar, dentro do Rio Grande do Sul a mais acolhedora hospitalidade, pois já lhes bastavam a tristeza de haveres deixado sua terra natal.

(...)

Quando penso na generosidade, no sentimento imensamente humano do brasileiro, custo a crer que essa generosidade, que essa doçura, que essa cordialidade tivessem em paga a monstruosidade de vermos nossos irmãos, homens brasileiros, crianças brasileiras, mulheres brasileiras, covardemente, na calada da noite, submergidas nas profundezas do oceano<sup>452</sup>.

Dias depois da vinda de Rockefeller, Daudt propôs em reunião de diretoria da ACRJ que o amigo fosse nomeado sócio de honra da entidade, proposta que foi aceita pelos diretores presentes na ocasião<sup>453</sup>. Muitas outras propostas envolvendo os Estados Unidos foram feitas por Daudt a partir de então, em especial, nos festejos da Independência dos Estados Unidos: propôs em reunião de diretoria fosse nomeada uma comissão de diretores para levar cumprimentos ao embaixador estadunidense Jefferson Caffery por conta das comemorações da data. Na mesma reunião, propôs também que a mesma comissão telegrafasse ao presidente da União Pan-Americana, Leo Rowe, para que o mesmo apresentasse saudações do comércio do Brasil a Chamber of Commerce of the United States. Como justificativa a sua proposta, o empresário afirmou que o significado do *Independence Day* ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos, adquirindo um significado para todo o continente<sup>454</sup>.

Se essa comunhão foi, com justiça, sempre, o sentimento continental da América, agora sobe de ponto essa intercompreensão, porque todos os países da América se congregam em torno da grande República do Norte, símbolo da civilização, da cultura, do trabalho e da grandeza do novo mundo. O espírito da Pátria de Monroe – espírito de solidariedade humana, de cooperação universal, de dignidade cívica – paira sobre o futuro da humanidade que ela está ajudando a salvar, numa tarefa hercúlea, quando, por toda parte, soçobram os ideais acariciados por tantos séculos de floração de belezas mentais e artística e de construção de monumentos de paz e de grandeza<sup>455</sup>.

---

<sup>451</sup> ACRJ. Ata da seção de diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Sessão de 26 ago. 1942, p. 51-52

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> ACRJ. Ata da seção de diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Sessão de 9 de setembro de 1942. p. 4

<sup>454</sup> ACRJ. Ata da seção de diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Sessão de 1º jul. 1942. p. 2

<sup>455</sup> Ibidem, p. 2-3

### 3.6: A presidência da ACRJ e o apoio irrestrito ao *americanismo* e ao Estado Novo

O prestígio de Daudt no Brasil, ao longo de sua estada nos Estados Unidos, não sofreu abalos. Mesmo ausente, permaneceu na composição da chapa reeleita do Conselho Fiscal do Banco do Brasil. Manteve-se ainda no Conselho Nacional do Petróleo. Nas relações entre a ACRJ e o governo, Daudt destacou-se como um expressivo articulador. Em setembro de 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão assistencial público criado com o objetivo de auxiliar as famílias dos soldados em combate na Segunda Guerra Mundial. Tinha o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. A entidade contava com Daudt para a função de tesoureiro. Presidida pela primeira dama Darcy Vargas, tinha Euvaldo Lodi, empresário representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), na direção técnica e Rodrigo Otávio Filho (ACRJ) como secretário geral<sup>456</sup>. Instituída pelo decreto-lei 4.830, de 15 de outubro de 1942, era assegurada, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a receber uma contribuição, constituída da seguinte maneira:

- a) de uma cota mensal correspondente à percentagem de 0,5% (meio por cento) sobre o salário de contribuição dos segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e descontada juntamente com a contribuição devida a tais instituições;
- b) de uma cota mensal a ser paga pelos empregadores, de importância igual àquela prevista na alínea anterior, e recolhida juntamente com a dos respectivos empregados;
- c) de uma cota paga pela União, de valor igual ao da arrecadação a que se refere a alínea a<sup>457</sup>

Todo o processo de articulação para a formulação do projeto e lançamento dos fundamentos da LBA foi feito na Associação Comercial, que cedeu algumas salas para a finalidade e foi sua sede inicial.<sup>458</sup> Em reunião realizada em 26 de agosto de 1942, José Salgado Scarpa, em sua fala, sintetizou como a LBA representava a afinidade entre a ACRJ e o Estado Novo.

A Associação Comercial por inspiração felicíssima e sob o alto patrocínio da ilustre primeira dama do país, a exa. snra. Getúlio Vargas, colocou-se à frente de um movimento a que bem se poderia chamar, redundantemente, é certo, a mobilização da consciência nacional. Outra coisa não é a Legião Brasileira de Assistência (...). [que] terá sua sede na Associação Comercial do Rio de Janeiro, cujos órgãos de serviço,

<sup>456</sup> LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Diário de Notícias*, 2 out. 1942, p. 3

<sup>457</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 4.830, De 15 out. 1942. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4830.htm). Acesso em: 16 nov. 2016.

<sup>458</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio – 173 anos de desenvolvimento. História da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 254.

cujos elementos de trabalho colaboram entusiasticamente no desempenho das suas finalidades<sup>459</sup>.

Em seus pronunciamentos a respeito da LBA, Daudt ressaltou a figura de Darcy Vargas à frente da entidade.

Em torno de D. Darcy mobilizou-se o coração feminino do Brasil, criando monumentos de bondade e um lugar imorredouro no apreço e na gratidão do país. Nesta hora de angústia, encontramos-la na primeira linha de voluntários. E ao seu instinto maternal de proteção ocorreu, em seguida a fórmula de ação eficiente: a Legião Brasileira de Assistência. A seu lado formaram desde logo a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Confederação das Indústrias. Através de ambas e dos sindicatos, conseguimos quase instantaneamente dar ao novo organismo, como campo de ação, todo o território do Brasil. Que maravilhosa predestinação traz esta obra de bondade, que ao nascer já realiza uma tarefa de unidade nacional ligando os ricos e pobres de todos os recantos do país em torno de um ideal comum.<sup>460</sup>

A LBA não foi a primeira experiência de Daudt em um projeto voltado à assistência social. O empresário era vice-presidente da Associação de Educação Familiar e Social<sup>461</sup>, órgão que mantinha, desde 1937, o Instituto Social, responsável por duas escolas de formação profissional: a escola de Serviço Social e a Escola de Educação Familiar, ambas, voltadas para as mulheres. Em 1939, a entidade foi reconhecida como um instituto de extensão universitária. Quem a presidia era o seu amigo, o intelectual católico Alceu Amoroso Lima<sup>462</sup> e seu corpo dirigente contava ainda com algumas mulheres da elite carioca, a exemplo de Celina Guinle de Paula Machado (2ª vice-presidenta), Brasília de Souza e Silva (3ª vice-presidenta), Stela de Faro (secretária), Firmina Moreira da Fonseca (2ª secretária) e Germaine Marsaud (2ª tesoureira)<sup>463</sup>.

Na ACRJ o prestígio de Daudt era crescente. Entre a diretoria executiva, era consenso que os primeiros resultados da longa estada de Daudt nos EUA influenciaram de maneira expressiva o seu projeto de criação de um centro de estudos econômicos na própria associação.

---

<sup>459</sup> ACRJ. Ata da sessão de diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, realizada em vinte e seis ago. 1942. Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro. p.12.

<sup>460</sup> ½ % DOS SALÁRIOS PARA A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Diário de Notícias*, 27 out. 1942, p.2

<sup>461</sup> A Associação de Educação Familiar e Social, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo “o desenvolvimento do serviço social e da educação familiar baseados na doutrina social da Igreja Católica”. Cf. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1. Nº 21080, 19 out. 1938, p, 2

<sup>462</sup> Convém ressaltar, como analisado no capítulo anterior, que a aproximação entre Daudt e Amoroso Lima, conforme pode ser apurado pela documentação aqui analisada, se inicia no contexto da constitucionalização, a partir de 1933, e das articulações envolvendo o Partido Economista. Para além da questão política, Daudt convida Amoroso Lima para integrar a sociedade literária Felipe de Oliveira, como vimos no capítulo anterior. Na documentação presente no Centro Alceu Amoroso Lima pela Liberdade, é possível encontrar entre as correspondências, pareceres e outros registros do intelectual referentes à Sociedade.

<sup>463</sup> COMO SE PREPARAM AS TRABALHADORAS SOCIAIS. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1942. p. 3.

Tratava-se do Instituto de Altos Estudos Econômicos. Daudt afirmava que, por meio do projeto ficariam os empresários do comércio

aparelhados para prestar inestimáveis serviços ao Brasil, porque vamos, inicialmente, organizar um laboratório de pesquisas econômicas, colhendo todos os dados necessários a um projeto de organização econômica [...] para a guerra<sup>464</sup>.

O instituto, para Daudt, funcionaria ainda como um núcleo gerador de apuradas análises e propostas econômicas a serem apresentadas ao governo. Por meio dele, a Associação Comercial poderia aproveitar ainda mais o canal já aberto de acesso ao Estado. Daudt argumentou que os empresários não deveriam apenas restringirem-se a prestar ao país os serviços que fossem expressamente solicitados pelos órgãos do Estado, mas sim ir além, tendo a iniciativa de oferecer a colaboração em assuntos que achassem necessários. Herculano Gomes Mathias chama atenção para a reunião de 4 de outubro de 1942, da qual resultou a reforma dos estatutos da Associação Comercial. Daudt, além de abordar o tema do Instituto de Altos Estudos Econômicos, propôs ainda a criação de um Instituto padrão do Ensino Comercial, além de Corpos de Peritos, Tribunais de Arbitramento Comercial. Por fim, chegou a apresentar como proposta a fundação de um Instituto da Ordem dos Comerciantes com a proposta de salvaguarda do crédito e da ética na atividade do profissional do comércio<sup>465</sup>.

O empresário foi ainda mais além, propondo que a ACRJ desenvolvesse ações para ampliar a cooperação com o Ministério do Exterior, por meio dos serviços de intercâmbio e informação. Para Mathias, todas essas propostas correspondiam, na verdade, a uma “*autêntica plataforma ou programa de governo*”, um discurso coerente com o lançamento de sua candidatura para a presidência da associação no pleito a ser realizado em dezembro de 1942. Mathias afirma ainda que o nome de Daudt foi “*praticamente aclamado*” no pleito de 4 de dezembro de 1942<sup>466</sup>. Houve uma renovação de 58% do quadro da diretoria, conforme as tabelas 13, 14 e 15.

Com a reforma dos estatutos, a ACRJ passou a contar com mais oito vice-presidentes, estes, escolhidos pelo presidente eleito. Meses antes, Daudt explicou em entrevista ao *Diário de Notícias* a reforma feita nos estatutos da ACRJ.

<sup>464</sup> ACRJ. Boletim da ACRJ. Ano 8, nº 333, 31 ago. 1942. P.6. Apud: MOREIRA, Regina Luz. op. cit. p.205.

<sup>465</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio – 173 anos de desenvolvimento*. História da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 255

<sup>466</sup> Idem.



Pela proposta, que submeti à consideração de meus companheiros, o presidente eleito por um conselho diretor, será o responsável mais próximo pela direção. A ele caberá a escolha dos seus cooperadores, que constituirão o seu “estado maior” de administração, todos com a categoria de vice-presidentes, em igualdade de condições, direito e prerrogativas. O presidente, os vice-presidentes e um elemento permanente do quadro administrativo integrarão a mesa dirigente. E esta, com o Conselho Diretor, constituirá a diretoria da Associação Comercial<sup>467</sup>.

**Quadro 13: Vice-presidentes da ACRJ (1943-1945)<sup>468</sup>**

NOME	FUNÇÃO ANTERIOR	RAMO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL
Daniel de Carvalho	-	Construção e financeiro - Participava da direção da Companhia Construtora Meridional S.A., e do Banco Industrial de Minas Gerais S.A. <sup>469</sup> .
Gudesteu de Sá Pires	-	Financeiro - Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais <sup>470</sup>
Hernani Coelho Duarte	2º secretário	Financeiro - Compunha a Diretoria das Rendas Aduaneiras
Hortêncio Lopes	Diretor	comércio atacadista – presidente do Sindicato dos Comerciantes Atacadistas do Rio de Janeiro <sup>471</sup> .
João Carlos Vital	-	Financeiro - presidente do Instituto de Resseguros do Brasil e coordenador interino da Mobilização Econômica <sup>472</sup> .
José L. Salgado Scarpa	Diretor	Sócio da Companhia Paulino Salgado Mercantil de Fumos <sup>473</sup> - Membro do Conselho Federal de Comércio Exterior <sup>474</sup> .
Manuel Ferreira Guimarães	Presidente	Financeiro - Sócio proprietário – Banco Irmãos Guimarães <sup>475</sup>
Rodrigo Otávio Filho	Diretor	Advogado, escritor e sócio em vários empreendimentos particulares <sup>476</sup> .
Valentim Bouças	-	Representante da IBM no Brasil, proprietário da franquia do sistema de cartões perfurados Hollerith <sup>477</sup>
Heitor da Nóbrega Beltrão	-	diretor da companhia metalúrgica Barbará e presidente da Federação do Comércio Atacadista do Rio de Janeiro <sup>478</sup>

<sup>467</sup> O BRASIL TERÁ A SUA UNIVERSIDADE COMERCIAL. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1942. p. 22.

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> PANTOJA, Sílvia. Daniel de Carvalho. Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC – FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Daniel%20de.pdf>. Acesso em 17 dez. 2016.

<sup>470</sup> A NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E SEU PROGRAMA BRILHANTE E FECUNDO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1942, p. 3.

<sup>471</sup> O MINISTRO DA AERONÁUTICA EM SÃO PAULO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1941, p. 3.

<sup>472</sup> É PRECISO MODIFICAR OS MÉTODOS E ELEVAR A CULTURA DO NOSSO COMÉRCIO. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 dez. 1942, p.3.

<sup>473</sup> COMPANHIA PAULINO SALGADO MERCANTIL DE FUMOS. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 10 abr. 1942, p. 11

<sup>474</sup> CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 13 set. 1939, p. 7.

<sup>475</sup> ARAGÃO, Lívia. Pilotis contam história da Universidade. *Jornal da PUC*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 15 out. 2007. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=692&sid=20>. Acesso em: 17 dez. 2016.

<sup>476</sup> A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PREPARA-SE PARA ENFRENTAR E RESOLVER OS PROBLEMAS DO FUTURO. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1942, p. 5.

<sup>477</sup> ARAÚJO, André. O Clube dos Testas de Ferro e o Canal Brasil-EUA. Revista GGN, 15 mai. 2015. Atualizado em 21 mai. 2015. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/noticia/o-clube-dos-testas-de-ferro-e-o-canal-brasil-eua-por-andre-araujo>. Acesso em: 18 dez. 2016. <http://jornalggm.com.br/noticia/o-clube-dos-testas-de-ferro-e-o-canal-brasil-eua-por-andre-araujo>.

<sup>478</sup> A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL CONTINUARÁ PRESTANDO ASSINALADOS E RELEVANTES SERVIÇOS AO BRASIL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1942, p. 3

**Quadro 14: Conselho Diretor da ACRJ (1943-1945)<sup>479</sup>**

<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO ANTERIOR NA ACRJ</b>
Adriano de Almeida Maurício	-
Alberto de Paiva Garcia	-
Alfredo Mário da Silva Monteiro Guimarães	-
Álvaro Castello Branco	diretor
Alvaro Porto Moitinho	-
Antenor da Fonseca Rangel Filho	-
Antenor Ribeiro de Menezes	primeiro tesoureiro
Antonio Froes da Cruz	diretor
Antonio Joaquim Peixoto de Castro	-
Antonio Ribeiro França Filho	diretor (1939-1941)
Antonio Rodrigues Tavares	segundo tesoureiro
Artur de Lacerda Pinheiro	diretor
Carlos Freire Zenha	segundo procurador
Ciriaco José Luz	-
Ciro Ribeiro de Abreu	-
Elmano Cardim	diretor
Earl Clark Givens	-
Francis W. Hime	-
Gervásio Seabra	-
Hugo Edgard Pullen	-
João Baylongue	suplente da Comissão Fiscal
José Alves de Souza	diretor
José Cândido Francisco Moreira	-
José de Freitas Bastos	bibliotecário
José Monteiro Rezende	-
José Siqueira Silva da Fonseca	membro da Comissão Fiscal
Manoel Guilherme da Silveira	-
Milton de Souza Carvalho	diretor
Octavio da Rocha Miranda	-
Orlando Soares de Carvalho	diretor
Oscar Sant'Ana	-
Osvaldo Benjamin de Azevedo	-
Pedro Brando	-
Pedro Magalhães Correa	diretor
Pedro Demóstenes Rache	-
Pedro Vivacqua	membro da Comissão Fiscal
Rui Gomes de Almeida	-
Stephen P. Danforth	-
Waldemar Marques	-
Wingate M. Anderson	-

<sup>479</sup> Cf. BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 18 jan. 1943.

**Quadro 15: Comissão Fiscal da ACRJ (1943-1945)<sup>480</sup>**

NOME	FUNÇÃO ANTERIOR NA ACRJ
Albino da Silva Bandeira	membro da Comissão Fiscal (1939-1941)
Cornélio Jardim	-
José Manoel Fernandes	diretor
Juan E. Arieta	membro da Comissão Fiscal (1939-1941)
Luís Eugênio Leal	-
Carlos Santos Costa	-
Francisco Luiz Vizeu	-
Júlio de Siqueira Carvalho	-

A eleição de João Daudt d'Oliveira teve ampla repercussão na imprensa, especialmente nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. *O Jornal* definiu a eleição do empresário como o marco de uma nova mentalidade mercantil. Em artigo publicado sem identificação de autoria, o periódico classificou o programa de gestão de Daudt como *renovador*<sup>481</sup>.

Como vice-presidente da tradicional corporação do comércio carioca, o adiantado industrial traçara as linhas mestras de uma reforma audaciosa da nossa mentalidade mercantil, alicerçada na fundação de vários institutos de cultura especializada e em outros de organização profissional., afim de sincronizar a atividade da grande classe com os largos ritmos da vida moderna. E a sua elevação à presidência da casa que congrega o patronato comercial do Rio pelo voto unânime de seus pares, abre às novas ideias que lançou o caminho para o triunfo em futuro muito próximo porque envolve um compromisso com a solidariedade seletiva<sup>482</sup>.

O apoio explícito da empresa de Chateaubriand não se restringiu a este artigo. O jornalista publicou uma série de enquetes com empresários que compunham a nova diretoria da ACRJ, para exporem os projetos da gestão eleita. Em todas as entrevistas, o periódico destacou as elogiosas falas dos empresários, em que estes expressavam publicamente o apreço e o reconhecimento de Daudt como um líder do empresariado<sup>483</sup>. Mais um indicativo que a parceria entre o jornalista e Daudt continuava próspera, fundamentada tanto pelo investimento em anúncios quanto por outros laços que envolviam prestígio a Chateaubriand – a exemplo de sua participação na Sociedade Felipe de Oliveira.

Na posse da diretoria, Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa marcaram presença, além de John Simmons (conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos que foi representando

<sup>480</sup> Cf. BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 18 jan. 1943.

<sup>481</sup> NOVA MENTALIDADE MERCANTIL. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1942. p. 6.

<sup>482</sup> Idem.

<sup>483</sup> Parte dos dados biográficos que compõem o quadro acima foram retirados dessas entrevistas e encontram-se referenciados.

o embaixador Jeffrey Caffery. Entre os demais presentes estavam Monsenhor Costa Rego<sup>484</sup>, Henrique Dodsworth, Euvaldo Lodi<sup>485</sup> e João Carlos Vital<sup>486</sup>. A cerimônia foi irradiada pela Rádio Tupi, pertencente ao grupo dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand<sup>487</sup>.

Em seu longo discurso de posse, Daudt anunciou quais seriam suas prioridades enquanto presidente da Associação Comercial: a criação do Instituto de Altos Estudos Econômicos e da Universidade Comercial, inspirada nos moldes das universidades dos Estados Unidos. Mas para além de um programa de gestão, o discurso de posse expôs detalhadamente dois elementos que compuseram o seu pensamento até os primeiros meses do ano de 1945: sua irrestrita identificação e apoio a Vargas e ao Estado Novo e a exaltação ao *americanismo*. Daudt não se limitou a falar de maneira isolada desses dois pontos. Ao contrário, buscou apontar conexões entre ambos.

Afirmou que antes de novembro de 1937, o Brasil era uma “*confederação de estados independentes*” e que ao longo de anos de desentendimentos entre os estados pela hegemonia política, foi aberta uma brecha para que grupos extremistas de direita e de esquerda entrassem em cena. Explicou que o combate só foi possível com medidas autoritárias.

Na presença das ameaças de doutrinas que são a negação da liberdade, incompatíveis com o clima do Novo Mundo, o presidente Vargas, com nítida visão da realidade brasileira e com puro senso de americanismo apelou para o remédio heroico: suspendeu temporariamente o jogo das instituições democráticas.

Assim, procedendo, nada inovou: exercitou uma característica democrática, cujas origens vamos encontrar na sabedoria jurídica dos romanos. Atendendo a um caso de salvação nacional, agiu como estadista providente: sobrepôs-se nos acontecimentos antes que estes dominassem o país, lançando-o ao caos da desordem<sup>488</sup>.

Daudt buscou refutar qualquer incompatibilidade entre a ditadura estadonovista brasileira e os preceitos do *americanismo*

Estou certo (...) de que se amanhã os Estados Unidos sob a pressão de causas internas ou externas sentirem a necessidade de fortalecer o poder central para que esse possa agir com rapidez e decisão, não hesitarão em fazê-lo. Quando isso acontecer, os que amam a vossa civilização não erguerão um coro de censuras. Eles hão de admirar ainda mais esta democracia, tão forte que resiste a tamanha prova sem perecer<sup>489</sup>.

<sup>484</sup> Vigário capitular do Rio de Janeiro,

<sup>485</sup> Presidente da Confederação Nacional da Indústria

<sup>486</sup> Presidente do Instituto de Resseguros e Coordenador da Mobilização Econômica.

<sup>487</sup> A POSSE DO NOVO PRESIDENTE DA CAC E DA AC DO RIO DE JANEIRO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1942, p. 3.

<sup>488</sup> A IMPANTAÇÃO DO ESTADO NOVO CORRESPONDEU A UMA NECESSIDADE BRASILEIRA URGENTE E INADIÁVEL. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1942, p. 9

<sup>489</sup> Idem.

Teceu numerosos elogios à legislação trabalhista brasileira, que segundo ele, “*harmonizou de maneira original e humana as relações entre capital e trabalho*”. Argumentou que no ano anterior, quando esteve por longos nove meses nos Estados Unidos, tinha por costume falar os estadunidenses que “*poucas democracias (...) poderiam oferecer o exemplo de tal espetáculo de confraternização*”<sup>490</sup>. E ainda sobre a legislação trabalhista, afirma que “*é a grande obra do Estado Novo. Ela não exalta apenas o presidente Vargas que a executou: ela glorifica também a geração que a tornou possível*”<sup>491</sup>.

O empresário preocupou-se em dedicar parte de seu discurso de posse a refutar as críticas ao imperialismo estadunidense. Classificava tais críticas fruto de uma propaganda inimiga, com a intensão de prejudicar as relações do Brasil com os Estados Unidos. Para o empresário, era um equívoco classificar de imperialistas as ações ou mesmo as intenções da política externa dos Estados Unidos com o Brasil.

Não é imperialista uma nação que vem fortalecer deliberadamente o seu vizinho fraco, ajudando-o a criar a indústria do aço e colaborando desinteressadamente para transformá-lo de país agrícola em industrial.

Uma nação imperialista não arma sua presa militarmente, fornecendo-lhe aviões para proteger-lhe o litoral, tanques e carros blindados para patrulhar suas praias, artilharia de costa e antiaéreas.

Não podem ser interpretados como atos imperialistas os gastos imensos de dinheiro, de tempo, de técnicos, de assistência médica, que estão sendo empregados no saneamento da Amazônia.

Daudt entendia – ou queria convencer o empresariado comercial – que a relação com os Estados Unidos era de confraternização em torno de ideais comuns, marcada pelo apreço dos brasileiros à “*formação moral e democrática*” e ao “*espírito idealista*” estadunidense<sup>492</sup>. Elogiou a postura do empresariado estadunidense diante do conflito mundial, de submeter-se às coordenadas do poder público quanto a produção – que deveria ser voltada a abastecer as tropas em combate contra os soldados do Eixo. Para Daudt, o homem de negócios estadunidense acreditava que caso o Eixo ganhasse a guerra, a própria existência de empreendimentos privados no país estaria ameaçada, daí a motivação para o engajamento<sup>493</sup>.

Com relação ao empresariado do setor do comércio, Daudt argumentou o quanto a política do Estado Novo viabilizou a valorização do papel do comerciante brasileiro.

---

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> Idem.

<sup>492</sup> Idem.

<sup>493</sup> Ibidem. p. 6.

Coube ao Estado Novo proclamar oficialmente a benemerência da nossa atividade, erigindo-nos em órgão consultivo do Governo e abrindo ensejo a nossa participação mais ativa na vida administrativa desse país.

Já vão longe, felizmente, os tempos em que pesava sobre as atividades do comércio e da indústria o mundo dos preconceitos adquiridos pela sociedade brasileira luso-romana.

O título de “caixeiro” não é mais um labéu, criador de complexos, forçando seus portadores a escondê-lo como não merecedor de figurar na hierarquia social. O que existe hoje é o trabalho como expressão de dignidade humana, tão respeitável em quem vende um par de sapatos, como em quem projeta uma ponte ou em quem dá remédio a um sofrimento<sup>494</sup>.

Nesse sentido, Daudt, pela primeira vez, menciona pejorativamente em público uma característica herdada pelo Brasil por conta de seu processo de colonização por Portugal, referente ao *status* dado aos homens de comércio. Daudt entendia que o empresário do comércio, assim como o da indústria, tinha um papel nobre nas sociedades, eram atores essenciais as nações. Eram criadores e desenvolvedores das fontes de riqueza nacional e forneciam, portanto, fundamentos econômicos.

O empresário enfatizou ainda a necessidade de união em prol de uma colaboração com o governo diante dos momentos de dificuldades consequentes da guerra.

Sobre a riqueza e a organização repousa a segurança dos países, tanto quanto sobre o poderio das forças militares. A mobilização industrial e comercial é hoje tão importante na vida das nações como a dos soldados, dos marinheiros, dos aviadores. Temos capacidade para nos organizarmos em estado-maior econômico consciente de sua força e de suas funções, articulando o nosso com o dever do Estado, numa valiosa tarefa de colaboração nacional<sup>495</sup>.

Novamente Daudt trazia à tona uma aspiração que permeou sua atividade enquanto representante do empresariado na década anterior: a ação conjunta das *classes produtoras* – ainda que em suas primeiras falas enquanto presidente eleito da Associação Comercial fizesse menção apenas ao comércio e a indústria. Ao dar início a exposição das propostas do que viria a ser seu programa de gestão para a ACRJ, ainda em janeiro de 1942, o empresário deixou claro que tal pensamento não tinha se esvaído com a Constituição de 1937 e com a extinção dos partidos políticos por ela determinado. Defendeu que a colaboração com o poder público não deveria ficar restrita a consultas de âmbito econômico.

Ao vosso lado, fui um dos que sonharam com a organização das classes produtoras do país num corpo partidário, através do qual, dentro dos quadros políticos da época, nos fosse dado exercer nos conselhos do governo o papel que nos compete. Poderia

---

<sup>494</sup> Ibidem. p. 9.

<sup>495</sup> Ibidem. p.6

repetir aqui hoje as palavras que proferi, por ocasião da fundação do Partido Economista do Brasil, pois decorrido dez anos, elas não perderam a atualidade<sup>496</sup>.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo foi possível observar, por meio da análise da trajetória do empresário João Daudt d'Oliveira, aspectos relativos a inserção do empresariado na nova configuração política trazida pelo Estado Novo e as novas arenas e canais de acesso ao governo, que propiciaram uma inserção de lideranças empresariais mais expressiva nas formulações de políticas econômicas. Analisando de maneira mais profunda a dinâmica da ACRJ, destaca-se um apoio explícito ao Estado Novo por parte de suas lideranças – em especial Daudt d'Oliveira – expresso em discursos e em dezenas de manifestações oficiais. Em contrapartida, ganham os comerciantes ligados à ACRJ o reconhecimento oficial – com a elevação da entidade à categoria de órgão técnico e consultivo do governo, dando-lhe o status necessário para suas ações ao longo dos anos que se seguiram, como veremos no capítulo a seguir. Vale destacar que tal reconhecimento ocorre tão logo se instaura a Constituição de 1937, ao manter Henrique Dodsworth – fruto do Partido Economista – à frente da interventoria do Distrito Federal.

A política externa foi outro ponto de destaque ao longo desse período. Em um contexto de mudanças impostas pelos rearranjos consequentes da Segunda Guerra Mundial, o empresariado brasileiro foi afetado de maneira expressiva – tanto no tocante às próprias atividades, já que muitos, como Daudt, mantinham negócios com empresas da Alemanha, como nas próprias concepções políticas, já que os regimes nazista e fascista tinham no Brasil significativo número de defensores, que achavam válido como modelo de um projeto de modernização econômica para o país. Daudt, que inicialmente admirava o modelo alemão e mantinha reservas com relação a uma possível interferência nas relações políticas e comerciais do Brasil exercida pelos estadunidenses, ao final de uma temporada nos Estados Unidos volta um defensor da ideia do pan-americanismo e do modelo americano como exemplo para as instituições do Brasil, sem nenhuma hesitação. A simpatia aos Estados Unidos e suas instituições passou a permear boa parte dos discursos de Daudt, que via como essencial que o empresariado do Brasil abandonasse o quanto antes o comportamento de dependência do Estado para, ao invés disso, adotar como diretriz o caminho da livre iniciativa. A influência da amizade estabelecida com Nelson Rockefeller torna-se marcante nesse período. Ao passo que auxiliou o coordenador do *Office* colocando à disposição de seus interesses a Sociedade Felipe de

---

<sup>496</sup> FIXANDO O PENSAMENTO DAS CLASSES CONSERVADORAS EM FACE DA SITUAÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1942, p. 6.

Oliveira – para o fomento do intercâmbio cultural entre os Estados Unidos e o Brasil – enviava empresários brasileiros para Nova York, que eram especialmente recebidos por Rockefeller.

Por fim, a relação pessoal de Daudt com Vargas se restabelecesse. O empresário defende os interesses do Estado Novo junto a Associação Comercial, ao passo que leva as reivindicações do setor do comércio ao governo. Daudt chega então ao posto máximo na ACRJ: a presidência. Eleito por unanimidade, sua plataforma de gestão de destaca por três pontos – defesa do Estado Novo; apreço aos Estados Unidos e suas instituições e a mobilização de todos os setores da *classe produtora* – incluindo indústria e agricultura – no sentido de se unirem para construir amplos projetos econômicos a serem propostos ao Estado. Retornava assim ao que foi uma aspiração ao longo de boa parte da década de 1930: ações que mobilizassem as diferentes forças das *classes produtoras* em prol de seus interesses, em um processo no qual ocupava um papel de protagonista.



#### **CAPÍTULO 4: O ECONOMISTA DO ESTADO NOVO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E A BUSCA DE CONSENSO ENTRE AS CLASSES PRODUTORAS (1943-1946)**

Este capítulo trata de um curto período, porém, o mais denso da trajetória de João Daudt d'Oliveira. Foram realizados, no decorrer desses anos, dois eventos reunindo representantes das chamadas *classes produtoras* – o Congresso Brasileiro de Economia (1943) e a Conferência das Classes Produtoras (1945), que, juntamente com o Congresso Brasileiro da Indústria (1944), marcam o movimento em que o empresariado apresenta posições mais maduras, concretas e centradas, marcadas pelo abandono de uma estratégia de atuação isolada – em especial, por parte do setor industrial – para a adoção de ações unificadas no sentido de construção de pautas coletivas de recomendações a serem adotadas na política econômica nacional. Tanto o Congresso Brasileiro de Economia (CBE) quanto a Conferência das Classes Produtoras (Conclap) tem em comum a organização e a articulação de João Daudt d'Oliveira e da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) no sentido de mobilizar o empresariado do comércio, agricultura e indústria a se reunirem e traçarem diretrizes a serem adotadas na política econômica nacional em um contexto em que se avizinhava o fim da Segunda Guerra e também aumentavam as pressões pelo retorno ao estado democrático.

Trata-se de um capítulo extenso, composto por dez seções, que, além de tratar especificamente do CBE e da Conclap, aborda ainda a participação de Daudt representando o Brasil na Conferência Internacional de Comércio em Rye (Nova York), nos Estados Unidos, em 1944. Busca-se neste capítulo, logo em sua primeira seção, compreender os elementos em torno de sua atividade profissional e no seu leque de investimentos particulares que fundamentam seu reconhecimento enquanto um porta-voz das *classes produtoras* ao longo desse período, tanto pelo empresariado quanto pelo governo e por boa parte da imprensa. Nesse sentido, sua gestão enquanto presidente da ACRJ, em seu primeiro biênio (1943-1945) também é significativa, ao criar um Instituto de Estudos Econômicos, que tinha como proposta não só desenvolver pesquisas para o empresariado do comércio, mas também elaborar projetos a serem submetidos ao governo incluindo pautas dos demais setores do empresariado nacional. Os programas dos CBE e da Conclap foram gestados com a participação expressiva dos técnicos desse instituto.

Também se analisa o posicionamento de Daudt frente à lenta agonia dos anos finais do Estado Novo e seus esforços para manter sua legitimidade enquanto um porta-voz do empresariado em um contexto em que era frequentemente associado à defesa do Estado Novo

por conta de sua amizade com Getúlio Vargas e também devido aos seus discursos que não poupavam elogios aos passos dados de 1937 em diante em termos de política econômica e legislação social. Nos dois últimos anos da ditadura *estadonovista* nota-se um afrouxamento por parte da censura imposta a imprensa e críticas mais abertas ao regime são feitas, ao mesmo passo que os grupos partidários e seus candidatos se articulam visando concorrer às eleições, que são marcadas para dezembro de 1945. Além das agitações no campo político, os trabalhadores se consolidam enquanto ator político e suas pautas passam a figurar entre as linhas editoriais de periódicos como *O Radical* e *Diretrizes* – bem como as críticas a porta-vozes do empresariado – incluindo Daudt – que atribuíam a eles boa parcela pela culpa da inflação elevada e da carestia de vida, elementos que assolavam os trabalhadores urbanos.

No contexto de redemocratização, a partir de 1945, Daudt buscou manter-se isento de qualquer posição política enquanto era pressionado, tanto pelos partidários da União Democrática Nacional (UDN), de oposição ao Estado Novo, quanto pelo grupo ligado ao Partido Social Democrático (PSD), composto por elementos que faziam parte da estrutura *estadonovista*. Ao longo daquele ano, as especulações acerca de seu apoio e de suas pretensões políticas são frequentes nas páginas dos jornais do Distrito Federal. Nesse mesmo período de incertezas quanto aos rumos políticos e econômicos, e com intensa mobilização de trabalhadores nas ruas em defesa da permanência de Vargas no chamado movimento queremista, Daudt e o empresariado do comércio se organizam e articulam a estruturação da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Daudt é eleito presidente da entidade, e acumula aquela função com a presidência da ACRJ. No ato de sua posse, em janeiro de 1946, divulga a *Carta da Paz Social*, documento que simbolizava um pacto entre empregados e empregadores no sentido de estabelecer direitos e deveres de cada parte para a manutenção da justiça social e da referida paz entre capital e trabalho, diante de um momento de insegurança e mobilização crescente dos trabalhadores, que se intensificou após o golpe que pôs fim ao Estado Novo e retirou Vargas do Executivo Nacional.

As fontes principais utilizadas foram periódicos disponibilizados pela plataforma da Hemeroteca Digital Nacional, boletins da ACRJ, disponíveis na biblioteca da entidade e Diários Oficiais, consultados por meio da plataforma Jusbrasil, além de uma ampla bibliografia sobre os temas aqui abordados.

#### 4.1: Os *negócios* de João Daudt d'Oliveira

João Daudt d'Oliveira, após ser eleito presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) em 1942, permaneceu à frente da entidade por nove anos, sendo o único candidato ao cargo pelos outros três pleitos que se seguiram, resistindo à mudança de regime político e às novas configurações no cenário internacional abertas com o fim da Segunda Guerra. Era reconhecido como uma liderança na representação do empresariado, tanto nacionalmente - integrando conselhos ligados ao Banco do Brasil e ao Petróleo, como vimos anteriormente - quanto internacionalmente, como veremos especificamente neste capítulo, na composição do Consejo Interamericano de Comercio y Producción (CICYP) e na Conferência Internacional de Rye, em Nova York.

Como ressalta Clifford Geertz, *a majestade não é inata e sim, construída*<sup>497</sup>. A legitimidade como representante de setores do empresariado é consequência de uma construção que permitiu que um expressivo número de empresários - não só do setor do comércio - o reconhecesse como uma liderança. Partimos, neste capítulo, da análise de seu campo de atuação profissional e de investimentos pessoais para tentar compreender a dimensão dos *negócios* de Daudt e, conseqüentemente, de que modo esses *negócios* contribuem para a legitimidade de sua representação. Analisamos, em capítulos anteriores, outros aspectos, como seus laços de amizade e parentesco com elementos da elite política regional e nacional. Esta análise concentra-se na primeira década dos anos 1940, período que corresponde ao ápice da atuação de Daudt enquanto representante das *classes produtoras* e tem como objetivo investigar o ramo de atuação profissional do empresário naquele período, que era já muito mais amplo que nas décadas anteriores.

Embora representante do setor comercial, Daudt continuava sendo definido por diversos periódicos da imprensa como um **industrial**, por conta de sua participação como sócio do Laboratório Daudt, Oliveira & Cia, empresa iniciada por seu tio Jango<sup>498</sup> ainda na virada do século XIX para o XX. Ao longo de sua trajetória, esta foi a atividade que prevaleceu como principal e seu interesse no setor, tanto no campo pessoal quanto no da representação via sindicato, era expressivo.

---

<sup>497</sup> GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 187.

<sup>498</sup> Jango é como era chamado seu tio, João Daudt Filho. Para evitar que a coincidência do nome “João Daudt” entre o tio e o sobrinho causasse confusão ao leitor desta tese, optamos por nos referirmos ao tio como “Jango” e ao sobrinho, cuja trajetória analisamos, como Daudt. Cf. Capítulo 1.

O empresário participava das reuniões do Sindicato dos Industriais de Produtos Farmacêuticos enquanto presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil (FACB)<sup>499</sup>, dispendo-se a levar as reivindicações do setor junto ao Estado. Exemplo disso foi a polêmica em torno do tabelamento dos preços, determinada por uma portaria da Coordenação da Mobilização Econômica<sup>500</sup> que proibia o aumento dos preços dos produtos farmacêuticos. Os dirigentes do sindicato queixavam-se, alegando que a medida não atingia os produtores de matérias-primas utilizadas pela indústria farmacêutica, que tinham liberdade para reajustar os seus preços, forçando os empresários do setor a absorverem os aumentos sem poderem repassar, nem ao menos em parte, ao consumidor final. Daudt comprometeu-se em tentar buscar com João Alberto Lins de Barros, coordenador da Mobilização, um entendimento para atenuar o conflito<sup>501</sup>. Esse caso ilustra sua dinâmica com aquele sindicato: o empresário oferecia aos demais industriais do ramo farmacêutico a sua influência e fácil acesso aos representantes do Estado. Em contrapartida, tinha interesse em influenciar na estrutura da representação da categoria. Em maio de 1944, os industriais do ramo farmacêutico organizaram a criação de um Instituto de Medicamentos – um órgão do sindicato da categoria, que teria por finalidade controlar as indústrias de produtos farmacêuticos. Daudt se opôs à proposta e contou com o apoio de Assis Chateaubriand e seus *Diários Associados*, que não tardaram se pronunciar a respeito, considerando a proposta como “*Inútil, ociosa, inoportuna*” dando razão ao empresário. *O Jornal* assim descreveu o impasse entre Daudt e dirigentes daquele sindicato:

---

<sup>499</sup> O presidente, secretário e tesoureiro da FACB eram cargos exercidos pelos ocupantes das funções correspondentes na ACRJ, conforme o estatuto da federação, aprovado em 8 jun.1912. Em meados da década de 1920, os relatórios passaram a ser apresentados em nome de ambas as instituições. Em 1963, a entidade foi transformada em Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), porém, somente em 1994 que se desvinculou da ACRJ, ocupando uma sede própria em Brasília. Em 2002, a entidade passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. Cf: LAMARÃO, Sérgio. CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL (CACB). Verbete. In: CPDOC/FGV: DHBB. 2ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-das-associacoes-comerciais-do-brasil-cacb>>. Acesso em: 12/06/2016; CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL. História. Disponível em: <<http://cacb.org.br/sobre-a-cacb/historia/>>. Acesso em: 12/11/2016

<sup>500</sup> “Órgão criado pelo governo federal em setembro de 1942 com a finalidade de melhor coordenar o funcionamento da economia brasileira no contexto de emergência gerado pela entrada do Brasil na guerra. Era diretamente subordinada ao presidente da República, tinha sede no Rio de Janeiro e possuía escritórios regionais nas principais capitais do país. Teve três coordenadores: o primeiro foi João Alberto Lins de Barros, ao qual se seguiram João Carlos Vidal e general Anápio Gomes.” – Cf: CPDOC/FGV. *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)*. Coordenação da Mobilização Econômica. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra/MobilizacaoEconomica>>. Acesso em: 29/12/2016.

<sup>501</sup> REUNIÃO NO SINDICATO DOS INDUSTRIAIS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1943. p. 3. A discussão em torno do tabelamento dos preços perpassa os anos de 1943 e 1944, e serão discutidos em seção adiante, neste mesmo capítulo.

Eis que em meio à geral alegria dos idealizadores, debatedores e organizadores, uma voz discordante se alteia e por ser voz autorizada, diz: Não senhores, não pensem nisso porque é um absurdo.

Foi a voz da Associação Comercial, na pessoa do sr. João Daudt d'Oliveira.

Indaguemos, entre nós, das razões e sem-razões da proposta. Que viria a fazer um aparatoso Instituto de Medicamentos, com uma presidência, uma secretaria, um corpo de funcionários, muito papel, salas alugadas, máquinas de ponto no “hall” de entrada? Controlar a indústria droguista – responderão os proponentes.

Perguntaremos, então, se já não existe esse controle. Se a indústria do medicamento brota e se desenvolve à lei da natureza.

É certo que tal não se verifica. As autoridades sanitárias e a própria coordenação já se ocupam do referido controle<sup>502</sup>.

Apesar de frustrar o projeto de promoção de mais autonomia desenvolvido por dirigentes do sindicato, Daudt manteve muito prestígio entre o empresariado no setor ligados àquela entidade. Já nos meses finais do Estado Novo, recebeu o diploma de sócio benemérito do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro<sup>503</sup>.

Enquanto empresário do ramo farmacêutico, Daudt continuava seguindo as diretrizes de seu tio Jango com relação a ampla divulgação dos produtos do laboratório. Ambos consideravam que a publicidade era um investimento essencial. Mantinham ainda estreitas suas relações com a imprensa, em especial, com Assis Chateaubriand. Anunciavam em diversos veículos dos *Diários Associados*. Na revista *O Cruzeiro*, pertencente àquele grupo, compravam o espaço de uma página inteira para anunciar os produtos principais de seu laboratório, a exemplo do Xarope Bromil. Os anúncios n’*O Jornal* também eram frequentes, como os do tônico Saúde da Mulher.

---

<sup>502</sup> UM INSTITUTO DE MAIS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1944. p.4

<sup>503</sup> OS INDUSTRIAIS FARMACÊUTICOS CONSAGRAM UM DOS SEUS LÍDERES. *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 ago.1945. p. 6

Figura 9: Anúncio do xarope Bromil na Revista *O Cruzeiro* – 1943



Fonte: O CRUZEIRO. Revista Semanal Ilustrada. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1943, ano XVI, n.2, p. 51. Hemeroteca Digital Nacional

Figura 10: Anúncio do tônico A Saúde da Mulher n' *O Jornal* – 1942

**2 VIDAS**

QUANTOS DIAS TEM O SEU MÊS: 30 ou 25?

**NÃO**, minha Senhora. Não é necessário perder, cada mês, dias de atividade ou de diversão, por causa de irregularidades do organismo. Use **A Saúde da Mulher**. Com este poderoso regulador, tônico e anti-doloroso, o temido período mensal decorrerá tão normalmente, que mal será percebido. Guie-se pela voz da experiência:

**OUÇA A VOZ DA EXPERIÊNCIA:**

**A SAUDE DA MULHER**  
 Traz no nome o resumo de suas virtudes

Fonte: O Jornal, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1942, p. 6. Hemeroteca Digital Nacional.

Seus investimentos com publicidade não se restringiam as empresas de Chateaubriand. Anunciava em vários jornais da imprensa carioca e também na paulistana.

**Figura 11: Anúncio do tônico A Saúde da Mulher no *Correio Paulistano* – 1940<sup>504</sup>**



Além de adotar essa prática como uma estratégia pessoal para sua empresa, Daudt também fomentava o setor da publicidade. Mantinha boas relações com os publicitários brasileiros e foi um dos patrocinadores do curso de propaganda, ofertado pela Associação Brasileira de Propaganda, em 1943<sup>505</sup>. O empresário não era só um cliente da incipiente indústria publicitária. Era também um investidor no setor. Participava como acionista de uma agência de publicidades, a Companhia de Anúncios em Bondes, dirigida pelo engenheiro Druvy Albert McMillen, natural dos Estados Unidos e que viva no Brasil<sup>506</sup>. No campo da comunicação, Daudt integrava ainda a Companhia Radiotelegráfica Brasileira S/A, sendo um

<sup>504</sup> CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 28 jun. 1940. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>505</sup> HOMENAGEADO O PRESIDENTE DA ACRJ NO ALMOÇO MENSAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPAGANDA. *Diário da Noite*, 29 de mai. 1943. p. 14. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>506</sup> DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO. 23 fev. 1938, nº 42, ano 48º. p. 42. Acervo Portal Jusbrasil.

dos membros do Conselho Fiscal da empresa.<sup>507</sup> Também era sócio da Oficina Gráfica Mauá Ltda.<sup>508</sup>.

Daudt diversificou de forma intensa o seu campo de investimentos. Foi acionista de diversas empresas. Em geral, constavam entre os outros acionistas nomes de amigos e de pessoas próximas de seus círculos profissionais. Exemplo disto são as companhias Brasileira de Aços Finos S/A, presidida por Augusto do Amaral Peixoto Junior<sup>509</sup>, e a Seleção Industrial de Artefatos de Madeira S/A, presidida por Firmino Paim Filho<sup>510</sup>, da qual Daudt era membro do Conselho Fiscal. Também realizou investimentos no setor de importação e exportação de matérias-primas e produtos industriais, sendo acionista e diretor da companhia Metalbras S/A<sup>511</sup>. Investiu na Companhia Brasileira de Serviços de Água do Rio de Janeiro, da qual também faziam parte Euvaldo Lodi, Augusto Frederico Schmidt e Valentim Bouças<sup>512</sup>.

Atuou de maneira expressiva também no setor financeiro. Na década de 1930, ingressou no ramo, compondo a direção da Companhia Nacional de Seguros Metrôpole. Nos anos 1940, figurava entre os quadros da direção da Companhia Internacional de Capitalização, fundada por Theodor Seidl<sup>513</sup>. Entre os diretores estavam seu colega Rodrigo Otávio Filho, vice-presidente da ACRJ e o advogado Justo Mendes de Moraes<sup>514</sup>. Além disso, continuou compondo o Conselho Fiscal do Banco do Brasil. Fez parte, portanto, de um processo de ampliação do setor bancário nacional, que envolveu, especialmente, o fortalecimento daquela empresa. Ao longo do governo Vargas, reafirmou-se o processo que vinha dos anos finais da Primeira República, no qual, por meio do Banco do Brasil, o Estado atuava de forma mais expressiva no sistema financeiro. Assim, segundo Maria Antonieta Leopoldi, o Banco do Brasil

se torna o núcleo central do sistema financeiro nacional. É o único banco com rede de agências pelo interior do país e é o maior agente de fomento à agricultura e à indústria. Além disso, através da política de realimentação financeira dos bancos privados via

---

<sup>507</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. 5 abr.1940. Acervo Portal Jusbrasil.

<sup>508</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção I. 29 set. 1945. p. 54. Por meio dessa empresa, Daudt fazia a reprodução de suas obras e discursos. Acervo Portal Jusbrasil.

<sup>509</sup> Augusto era irmão de Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. Cf: BRASIL. *Diário Oficial da União*, 29 abr. 1944, Seção I, p. 64. Acervo Portal Jusbrasil

<sup>510</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção I. 6 de jan. 1944. p. 60. (268). Acervo Portal Jusbrasil

<sup>511</sup> Cf: BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção I. 28 de jun. 1944. p. 62; DIÁRIO OFICIAL DA UNIAO. Seção I. 13 de outubro de 1944, p. 60-61. Acervo Portal Jusbrasil

<sup>512</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção I. 29 de mai. 1945. p. 71. Acervo Portal Jusbrasil

<sup>513</sup> Não conseguimos apurar a nacionalidade de Seidl, no entanto, consideramos remota a hipótese de se tratar de um alemão, pois encontramos registros de que seu filho, Peter Theodor Seidl integrava o corpo de funcionários da Coordenação de Assuntos Interamericanos. Cf: NASCIMENTOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1944. p. 11.

<sup>514</sup> INAUGURADA A AGÊNCIA METROPOLITANA. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1943. p.12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.



redescconto do Banco do Brasil, o Estado já coloca em funcionamento um germe de banco central<sup>515</sup>.

Leopoldi ressalta ainda que o Banco do Brasil foi o principal regulador do sistema bancário até o ano de 1945, quando se instituiu a Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc)<sup>516</sup>. Portanto, Daudt, ao fazer parte do conselho fiscal do Banco do Brasil, tinha facilitado acesso a um dos principais centros de decisão acerca dos rumos econômicos do país.

Ao longo dos anos que se seguem, é possível identificar que o empresário era reconhecido como uma das principais vozes do empresariado brasileiro pelos seus pares, pela elite política e pela imprensa. Se parte desse reconhecimento pode ser atribuída ao seu prestígio e inserção junto a elite política e à dimensão e diversidade de suas atividades profissionais, outra parte deve-se ao seu trabalho como presidente da ACRJ, como será discutido na seção seguinte.

#### **4.2: O Instituto de Economia e a Universidade do Comércio**

Ao iniciar sua gestão na presidência da Associação Comercial, João Daudt d'Oliveira “*virou tudo de pernas para o ar*”. A definição aparece na obra *Os assinantes da praça*, lançada pela ACRJ em 1984, em comemoração ao sesquicentenário da entidade, e que atribuiu a Daudt uma série de medidas que promoveram transformações na entidade, como a campanha para ampliar o quadro de associados, que recebeu o título de “*Uma associação comercial em cada município*”<sup>517</sup>. Como o presidente da ACRJ ocupava também a presidência da FACB, e as sessões de ambas eram conjuntas, bem como suas instalações, uma expansão do quadro de associados representaria aumento de receita para a federação e elevação do número de entidades representadas por Daudt. Na primeira sessão do ano de 1943, Daudt já apresentava, com satisfação, os números positivos da campanha. Ao dar início a ela, ainda em fins de 1942, a receita da entidade era de 322.000,00 cruzeiros. No começo do ano seguinte, o valor ultrapassou 900.000,00 cruzeiros<sup>518</sup>.

---

<sup>515</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. v.2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 266.

<sup>516</sup> Ibidem. p. 268.

<sup>517</sup> ACRJ. *Os assinantes da praça*, 1934-1984. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984. p. 54.

<sup>518</sup> ACRJ. *Ata de reunião de diretoria*. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1943. p. 2. Biblioteca da ACRJ.

Além disso, por meio da reforma dos estatutos da entidade, iniciada ainda na gestão de Manoel Ferreira Guimarães, Daudt instituiu na ACRJ, em 1943, doze comissões permanentes.

**Quadro 16: Comissões Permanentes da ACRJ<sup>519</sup>**

COMISSÃO	MEMBROS
Impostos federais e municipais	A.J Peixoto de Castro Junior; Antenor Ribeiro de Menezes; Antenor da Fonseca Rangel Filho; Antonio Fróes Cruz Otávio da Rocha Miranda
Defesa Fiscal	A.J. Peixoto de Castro Júnior; Carlos Freire Zenha José de Siqueira Silva da Fonseca; Oscar Sant'Ana Alfredo Mário da Silva Monteiro Guimarães
Legislação comercial e industrial	Gudesteu Pires; Oscar Sant'Anna; A.J. Peixoto de Castro Junior Pedro Rache; Antonio Rodrigues Tavares.
Legislação Social	João Baylongue; José Augusto Bezerra de Medeiros; Waldemar Marques; José de Freitas Barros; Antonio Ribeiro França Filho; Rui Gomes de Almeida
Legislação do estado de guerra	Adriano de Almeida Maurício; Valentim Bouças; João Baylongue Oscar Sant'Anna; Jorge L. Scarpa
Transportes	Gervásio Seabra; Ciriaco José Luiz; Antonio Fróes Cruz Artur Hortêncio Bastos; Wingate M. Anderson; Ciro Ribeiro de Abreu Pedro Brando
Intercâmbio	Antonio Rodrigues Tavares; Osvaldo Benjamin de Azevedo Alfredo Mário da Silva Monteiro Guimarães; Stephen P. Dunforth Orlando Soares de Carvalho; Pedro Vivacqua
Produção	Adriano de Almeida Maurício; Osvaldo Benjamin de Azevedo José Augusto Bezerra de Medeiros; Alfredo Mário da Silva Monteiro Guimarães; Ciro Ribeiro de Abreu; José Monteiro de Rezende; Pedro Vivacqua
Seguro e previdência	Adriano de Almeida Maurício; Pedro Brando; Antenor Ribeiro de Menezes; José Candido Francisco Moreira; Otávio da Rocha Miranda; Alberto Paiva Garcia
Defesa da Economia Nacional	Artur de Lacerda Pinheiro; Osvaldo Benjamin de Azevedo; Alvaro Castelo Branco; José Augusto Bezerra de Medeiros; Waldemar Marques; Rui Gomes de Almeida
Cooperação nacional	Artur de Lacerda Pinheiro; Osvaldo Benjamin de Azevedo; Alvaro Castelo Branco; Pedro Magalhães Correa; Waldemar Marques; José Monteiro de Rezende; Valentim Bouças; Manoel Ferreira Guimarães; Alberto Paiva Garcia
Assuntos de interesse geral	José Augusto Bezerra de Medeiros; Manoel Ferreira Guimarães; José de Siqueira da Silva Fonseca; Antonio Ribeiro França Filho; Ciriaco José Luiz.

Sua gestão contava com dois projetos ambiciosos: a criação de um Instituto de Estudos Econômicos e de uma Universidade do Comércio. O instituto foi criado em 15 de janeiro de 1943, com a finalidade de promover pesquisas econômicas, dar pareceres sobre projetos de

<sup>519</sup> ACRJ. *Ata de reunião de diretoria*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1943. p. 6-7. Biblioteca da ACRJ.

ordem econômica e financeira e orientar industriais e comerciantes acerca das tendências gerais do mercado, fornecendo elementos que pudessem dar suporte e estabilidade a seus negócios. A aspiração dos dirigentes da ACRJ e dos membros do instituto era a de que o órgão trabalhasse em cooperação com os Conselhos de Economia e Finanças, com o Conselho de Comércio Exterior e com a Seção de Estudos Econômicos dos Departamentos Públicos, além de outras entidades públicas ou privadas<sup>520</sup>.

Compunham os quadros do instituto Eugenio Gudin, Euvaldo Lodi, Luís Simões Lopes, Aldo Sampaio, Gileno de Carli, Jorge Felipe Kafuri, José Lourdes Salgado Scarpa, M.A Teixeira de Freiras, Mario Brant, Eduardo Lopes Rodrigues e Otávio Bulhões e Daniel de Carvalho, este último, diretor do instituto.

Conforme a proposta inicial, discutida no capítulo anterior, a criação do instituto não previa ter sua ação limitada ao quadro de associados da ACRJ. Assim, para reforçar a ideia de que o instituto seria um mecanismo para otimizar os canais entre a ACRJ e o governo, a diretoria da entidade concedeu, no ato de inauguração do instituto, o título de membro de honra ao ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa<sup>521</sup>.

Enquanto a proposta de criação do Instituto de Economia consolidou-se com êxito, a Universidade do Comércio foi um projeto de difícil execução. A primeira iniciativa no sentido de reunir esforços para a criação da universidade foi realizada no dia 12 de agosto de 1943. Daudt convocou uma coletiva de imprensa na sede da ACRJ para apresentar a proposta e lançou uma publicação reunindo os pontos principais do projeto. A proposta era criar uma instituição que oferecesse desde cursos básicos de datilografia e almoxarifado aos de especialista em conjuntura econômica e de administração de empresas<sup>522</sup>. Daudt buscou mobilizar o capital privado do setor do comércio nesta iniciativa. Embora contasse com o apoio do governo, que sancionou, em dezembro daquele ano um decreto-lei contendo diretrizes para regulação para o ensino comercial<sup>523</sup>, tratava do projeto no âmbito da iniciativa privada, aos moldes do modelo estadunidense de universidade, conforme explica em sua publicação intitulada *O ensino comercial – A Universidade do Comércio*.

---

<sup>520</sup> ACRJ. Boletim Semanal da ACRJ. Rio de Janeiro, 18 jan. 1943. nº 352, ano 8. p.8.

<sup>521</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>522</sup> OLIVEIRA, João Daudt. *O ensino comercial*. A Universidade do Comércio. Rio de Janeiro: s/ed, 1943. p.8.

<sup>523</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 6.142, de 28 de dezembro de 1943. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 31/12/1943. Página 19221. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6142-28-dezembro-1943-416186-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19/08/2016.

Para o nosso empreendimento, inspiramo-nos no exemplo magnífico que neste hemisfério oferecem os Estados Unidos.

(...)

A Universidade, nos Estados Unidos, é obra quase exclusiva da atividade particular. O Estado, em geral, toma conta apenas da instrução primária e secundária, inteiramente gratuita, que oferece 32 milhões de jovens num grau de equipamento e eficiência não igualado por qualquer outro país no mundo.

São as contribuições, donativos e legados dos homens de fortuna, do comércio e da indústria, que fundam e mantem instituições como as de Yale, Columbia e Harvard, para citar apenas algumas das mais famosas<sup>524</sup>.

Naquela publicação, Daudt defendeu o argumento de que o empresário do comércio passava por um processo de valorização social, graças à diversas iniciativas empreendidas de 1930 em diante. A partir dali, segundo o empresário, iniciou-se a quebra de uma ideia geral, incrustada especialmente entre as elites brasileiras, de que a profissão comercial era dotada de caráter subalterno – visão que Daudt atribuía a formação luso-romana da sociedade brasileira.

O comércio e a indústria não constituem como antes, o refúgio dos incapazes e dos fracassados nas outras profissões. A qualidade de “Caixeiro” ou de “Comerciante” já não é um título deprimente, que envergonha seus portadores, colocando-os à margem da hierarquia social.

Podemos situar o ano de 1930 como marco distintivo desse impulso renovador, que desvendou aos olhos da atual geração os perigos que representava para o Brasil, na era da técnica e do trabalho especializado, da industrialização e da eliminação das distâncias, a persistência no culto à vocação burocrática e bacharelesca herdada de nossos maiores<sup>525</sup>.

Daudt teceu elogios ao governo Vargas, em especial, as instâncias criadas que viabilizaram a incorporação do empresariado às esferas da administração do Estado. Também elogiou a legislação social, que, segundo suas palavras, “*harmonizou os interesses do capital e do trabalho*”<sup>526</sup>. No entanto, embora apontasse inúmeras iniciativas que beneficiaram o empresariado, afirmou que era necessário investir na formação técnica para garantir a melhor execução das atividades da indústria e do comércio. Tais iniciativas deveriam, segundo o empresário, ser levadas adiante pela iniciativa privada. Era necessário ao *homem de negócios* “*vencer a comodista tendência nacional de esperar que o Estado assumira sempre as iniciativas em todos os setores da vida nacional*”<sup>527</sup>.

Os esforços para mobilizar o empresariado do setor comercial começaram bem antes da divulgação do programa. Em janeiro de 1943, Daudt convidou o colega gaúcho João Carlos

<sup>524</sup> OLIVEIRA, João Daudt. *O ensino comercial*. A Universidade do Comércio. Rio de Janeiro: s/ed, 1943. p. 11-12.

<sup>525</sup> Ibidem. p. 5 e 6.

<sup>526</sup> Ibidem. p. 6

<sup>527</sup> Ibidem. p. 11

Vital<sup>528</sup> para a direção do Departamento de Ensino da Associação Comercial e também para ministrar uma palestra aos demais diretores da entidade a respeito do ensino profissional. Em suas primeiras exposições ao Conselho Diretor da ACRJ, Vital ressaltou que não pretendia “*ditar diretrizes a quem já se fez por si próprio*”, e sim contribuir para consolidar o fruto do trabalho que esses empresários construíram. O tema principal de seu discurso foi a importância da organização científica do trabalho<sup>529</sup>.

Vital expôs ainda suas considerações acerca da questão da saúde do trabalhador e a relação entre seu bem-estar e o rendimento da produção. Citou um exemplo de uma fábrica em Buenos Aires, Argentina, que mantinha um gabinete de pedicuro em suas instalações, pois, segundo justificou um de seus diretores, um funcionário com um calo ou uma unha encravada chegava a produzir até 45% a menos que sua capacidade normal<sup>530</sup>. Além disso, chamou atenção ainda para a carga horária a ser determinada.

Não se pode, também, obrigar ninguém, muitas vezes, a tarefas extraordinárias, porque o seu rendimento baixa nas últimas horas. A experiência tem demonstrado que, com seis horas de trabalho, a produção é a mesma do que com oito horas e em oito horas produz-se o mesmo que em dez horas<sup>531</sup>.

Como o projeto era demasiado ousado e as questões apresentadas por Vital iam além da esfera do ensino comercial, Daudt e os membros da ACRJ concentraram-se, inicialmente em ações mais modestas. O primeiro passo da empreitada foi a criação de três cursos: Secretariado, Administração e Comércio e Propaganda. As aulas eram ministradas no 10º andar do edifício da Associação Comercial. Daudt novamente convocou a imprensa para dar publicidade à nova etapa de seu projeto.

Preparei instalações simples, mas condignas. Pretendo assegurar a professores e alunos tanto o conforto que estiver ao nosso alcance como os elementos práticos de ensino: museu de merceologia, filmes, discoteca, visitas a estabelecimentos comerciais – para que os cursos não se limitem à parte teórica. Daremos, também,

---

<sup>528</sup> Engenheiro civil, nomeado diretor-geral do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho em 1934. Presidiu a presidente da comissão organizadora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Foi o primeiro presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). No ano de 1939, Em 1939 foi nomeado consultor do Conselho Permanente de Padronização de Material além de professor catedrático de organização na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e professor de estatística da Escola de Intendência da Guerra. Cf: CPDOC-FGV. Vital, João Carlos. Verbete. *DHBB*. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vital-joao-carlos>>. Acesso em: 22/12/2016.

<sup>529</sup> ACRJ. *Ata de reunião de diretoria*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1943. p. 3. Biblioteca da ACRJ.

<sup>530</sup> *Ibidem*. p. 9-10.

<sup>531</sup> *Ibidem*. p.9

orientação moderna ao ensino. O aluno não será simples decorador de lições, ouvindo, muitas vezes sem compreender o que diz o professor<sup>532</sup>.

O projeto da Universidade do Comércio, que fora anunciado por Daudt ainda no ano anterior, quando apresentava seu plano de gestão para a ACRJ, foi construído em um contexto em que o ensino profissional consolidava-se como uma realidade para o setor industrial. Naquele mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Subordinado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), o SENAI tinha por objetivo principal ofertar aos trabalhadores de indústrias cursos de aperfeiçoamento profissional, atendendo a determinação do governo federal, de maio de 1939, que estabelecia que empresas com mais de 500 funcionários deveriam oferecer tais cursos<sup>533</sup>. A manutenção dos cursos era garantida pela receita proveniente da contribuição compulsória de 1% sobre as folhas de pagamento de todos os empregados<sup>534</sup>.

Uma entidade com estrutura e finalidade semelhante foi criada pelo setor do comércio em 1946. Tratava-se do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), estruturado após a criação da Confederação Nacional do Comércio, como abordado neste capítulo em seção mais adiante. No entanto, Daudt não conseguiu concretizar sua ambição de criar uma universidade, tal como os moldes iniciais de seu projeto. Os recursos arrecadados pelo empresário ficaram aquém do necessário. Mudou então a estratégia, idealizando, no final de 1945, a Fundação Mauá, que tinha como finalidade “*criar ou incorporar e manter um ou mais institutos de ensino, destinados principalmente à cultura econômica e ao preparo de economistas, administradores e profissionais congêneres*”.<sup>535</sup> Daudt foi eleito o primeiro presidente da Fundação e sua primeira iniciativa foi articular um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, sem obter sucesso. Posteriormente, buscou um acordo com a Faculdade de Ciências Econômicas, vinculada à Universidade do Brasil<sup>536</sup>, obtendo então o êxito já há anos desejado<sup>537</sup>.

---

<sup>532</sup> FORMAÇÃO MORAL E CULTURAL DA MOCIDADE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1944. p.3.

<sup>533</sup> Cf: BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.238, DE 2 DE MAIO DE 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

<sup>534</sup> GÓIS FILHO, Joaquim Faria. MOREIRA, Núbia. TEDESCHI, Harriete. Serviço Nacional de Aprendizagem - Senai. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-aprendizagem-industrial-senai>>. Acesso em: 12/12/2016.

<sup>535</sup> Artigo 1º do estatuto da Fundação Mauá. Apud. MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio*. 173 anos de desenvolvimento. História da ACRJ (1820-1993). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 262.

<sup>536</sup> Hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>537</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio*. 173 anos de desenvolvimento. História da ACRJ (1820-1993). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 262-263

### 4.3: O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia

A partir do ano de 1930, a economia brasileira apresentou expressivas transformações. Até a primeira metade da década de 1920, o valor líquido da produção agrícola era 3,8 vezes superior ao da produção industrial e o principal produto que liderava esse volume era o café, voltado para a exportação. Nesse período, o país exportava cerca de 95 milhões de libras esterlinas e três quartos dessa receita cambial eram provenientes do café. Com os impactos da crise de 1929, as exportações totais do país baixaram para 36 milhões de libras, e a exportação do café mal chegava a contribuir com a metade desse montante. A retomada do preço do produto, após uma política de valorização, já discutida no capítulo 2, produziu uma expressiva elevação nas cotações internacionais, porém, as adversidades climáticas e o novo cenário internacional, marcado já pela Segunda Guerra Mundial, não permitiram que o país alcançasse desempenhos semelhantes aos da próspera década de 1920. Ainda que no período da guerra, o cultivo do algodão tivesse crescido expressivamente, praticamente se igualando ao do café em termos de percentual de área cultivada, no campo macroeconômico, o algodão não compensou a perda da lucratividade da atividade cafeeira e a receita cambial proveniente do produto não representou mais do que 20% das receitas provenientes do café.<sup>538</sup>

O comércio exterior, conforme ressalta Salomão Quadros da Silva, espelhava a base agrícola da economia e a economia do país era demasiadamente dependente das receitas provenientes da exportação do café. Ao longo da década de 1930 e dos anos iniciais da seguinte, o Brasil não podia contar com fluxos de capitais de financiarem os contínuos déficits comerciais, o que levava o país a se submeter a uma rigorosa disciplina em suas contas externas<sup>539</sup>. Diante desse panorama, tornou-se para o governo uma tarefa inviável manter o mesmo fluxo de importações que os registrados nas décadas mais prósperas, gerando assim a ideia de investir em uma política de substituição de importações, que fortaleceu o setor industrial brasileiro<sup>540</sup>.

Destaca-se nesse período, em diferentes setores da economia, a presença mais incisiva do Estado, especialmente a partir dos anos 1930. Não se tratava de uma inovação em termos de política econômica, pois, no que diz respeito ao campo da economia, em especial, da agricultura e política cafeeira, houve, anteriormente, o acordo de Taubaté, assinado em 1906 entre o Estado

---

<sup>538</sup> SILVA, Salomão L. Quadros. A Era Vargas e a economia. In: In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999. p.139-142

<sup>539</sup> Ibidem. p. 139. Quadros Silva ressalta ainda que ao longo de todo o período considerado como “Era Vargas”, não foram registrados déficits na balança, apesar dos preços do café sofrerem constantes flutuações.

<sup>540</sup> Idem.

e os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para pôr em prática um plano de valorização do café, garantindo o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal, do excedente da produção<sup>541</sup>. Com Vargas, houve um processo mais acentuado de centralização da política econômica, deslocando a responsabilidade pela política cafeeira de São Paulo para o governo federal, a partir, principalmente, da criação do Conselho Nacional do Café, em 1931<sup>542</sup>. O alargamento da base institucional do Estado também englobou, como já abordado em seções anteriores, os setores da indústria e do comércio, com a criação de canais específicos que permitiram aos seus representantes acesso facilitado as arenas decisórias do governo.

Se as relações entre o Estado e o empresariado modificaram-se, também houve mudanças significativas na relação com os trabalhadores. As modificações da legislação social não se esgotaram na década de 1930, e a relação entre os trabalhadores e o governo se intensificou a partir de 1942, com modificações nas diretrizes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em dezembro de 1941, foi nomeado ministro da pasta o advogado paulista Alexandre Marcondes Filho. Especializado em direito comercial, Marcondes Filho possuía entre seus clientes a *nata* do empresariado de São Paulo. Além disso, fazia parte do círculo de amigos de pessoas muito influentes, a exemplo de Roberto Simonsen e de Assis Chateaubriand. Uma das principais diretrizes de sua atuação enquanto ministro foi a promoção do estreitamento da relação entre o governo e os trabalhadores. Fez uso do rádio para a propaganda das ações de seu ministério, por meio do programa *Hora do Brasil*<sup>543</sup>.

Embora inovadora, não foi a primeira iniciativa de aproximação do governo junto aos trabalhadores. Desde 1938, Vargas tornara o 1º de maio, o Dia do Trabalhador, um momento de expectativas, conforme explica Angela de Castro Gomes.

O primeiro Dia do Trabalho comemorado pelo Estado Novo foi o do ano de 1938, quando o presidente Vargas discursou e caracterizou o teor desta festividade. A data não deveria passar em branco e não poderia se limitar a palavras. O presidente anunciou na ocasião o regulamento da lei do salário mínimo e assumiu o compromisso de, a partir de então, sempre “presentear” os trabalhadores com uma realização na área da política social<sup>544</sup>.

---

<sup>541</sup> Cf: ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Convênio de Taubaté. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%8ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 12/01/2017.

<sup>542</sup> SILVA, Salomão L. Quadros SILVA, Salomão L. Quadros. A Era Vargas e a economia. In: In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999. p. 137-149.

<sup>543</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005. p.183-216.

<sup>544</sup> *Ibidem*. p. 216.



Tratava-se do ápice de um processo que se iniciara ainda nos primeiros anos da década de 1930, quando o governo passou a atender a reivindicações antigas dos trabalhadores, que motivaram a ação do movimento operário nas décadas anteriores. Vargas obteve legitimidade para assumir a *palavra operária* e garantiu apoio o político do setor. Tal processo é definido por Angela de Castro Gomes como um pacto – o *Trabalhismo*, cujos efeitos foram sentidos na década seguinte, quando a lógica material de cálculo de custos e benefícios,

combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, ressignificando a “palavra operária” construída ao longo da primeira república, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou reparação, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficasse entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos de reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto<sup>545</sup>.

Os direitos trabalhistas, imprescindíveis na composição deste pacto, ficaram reservados, no entanto, aos trabalhadores dos centros urbanos, que exercessem profissões reconhecidas e regulamentadas pelo Estado, que tivessem registro da condição de empregado em suas carteiras de trabalho e que fossem sindicalizados. Eram as características de uma *cidadania regulada*, conforme define Wanderley Guilherme dos Santos<sup>546</sup>.

O primeiro de maio do ano de 1943 constituiu-se em um marco na legislação trabalhista brasileira, com o anúncio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A CLT representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida ao longo de 13 anos de experiência política varguista. Meses antes, representantes da ACRJ articularam-se com diretores da CNI e da FIESP, para apresentar ao ministro do Trabalho sugestões para o texto final da CLT e prorrogação do prazo para que os representantes do empresariado pudessem fazer um estudo mais apurado da legislação e de seus impactos para os empregadores<sup>547</sup>. Como ocorreu nas experiências anteriores, no tocante ao processo de elaboração de leis trabalhistas, o empresariado tentou retardar a implementação e interferir para minimizar o ônus com o qual teriam de arcar.

---

<sup>545</sup> Ibidem. p. 180.

<sup>546</sup> Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campos, 1987.

<sup>547</sup> ACRJ. *Boletim Semanal da ACRJ*. Sessão Semanal (10 de fevereiro de 1943). Rio de Janeiro, 15 fev. 1943, nº 355, ano 8, p. 8. Biblioteca da ACRJ.

À esta preocupação somava-se outra, acerca dos rumos que a economia do país seguiria quando terminasse a guerra, situação que parecia cada dia estar mais próxima, por conta do avanço das forças aliadas sobre as tropas do Eixo na Segunda Guerra Mundial, culminando, naquele contexto, com a derrubada do governo de Mussolini, na Itália. Questões como a intervenção do Estado na economia, o fomento à indústria, o capital estrangeiro e o comércio exterior permeavam as pautas de entidades de representação dos empresários. Nesse contexto, Daudt e o conselho diretor da ACRJ lançaram no começo do ano de 1943, a iniciativa de realizar um congresso reunindo representantes das *classes produtoras* para construírem coletivamente um conjunto de recomendações a serem apresentadas ao governo no sentido de preparar a economia do país para os tempos de paz. O empresário incumbiu os membros do Instituto de Economia, em conjunto com as comissões permanentes de Cooperação Nacional e de Defesa da Economia Nacional para que organizassem o programa do evento – que logo recebeu o título de Congresso Brasileiro de Economia (CBE)<sup>548</sup>.

Em julho daquele ano, Daudt viajou para São Paulo e procurou dialogar com membros da indústria e do comércio da capital paulista, buscando apoio para a realização do congresso. Foi primeiramente recebido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Lá, fez um longo discurso, enfatizando a colaboração do Estado com as *classes produtoras*, a conjuntura de guerra e as restrições necessárias para uma efetiva colaboração com os aliados e, por fim, apresentou o convite para que o empresariado do comércio paulistano comparecesse ao congresso<sup>549</sup>.

Também foi recebido na FIESP em sessão extraordinária de diretoria. Na ocasião, Roberto Simonsen teceu elogios à proposta de Daudt, confirmando o apoio da entidade à iniciativa e adiantando, naquele momento, o tema que permearia sua participação no conclave: a questão do protecionismo à indústria.

Não nos alinhamos entre os que defendem, para a indústria, um protecionismo a outrance, mas devemos assinalar ser preciso defender a estabilidade do trabalho no país. Ora, o nosso parque manufatureiro não dispõe ainda de indústrias de base, equipamentos e assistência técnica e financeira, para concorrer, em mercado aberto, com as grandes organizações industriais que progrediram imensamente com a guerra. Registramos, portanto, com a maior satisfação que, por iniciativa do dr. João Daudt d'Oliveira, a Associação Comercial do Rio de Janeiro está promovendo, por uma elite que soube constituir e organizar em torno de sua presidência, um estudo não só sob o

---

<sup>548</sup> ACRJ. *Ata de reunião de diretoria*. Rio de Janeiro, 16 jun.1943. p. 3. Biblioteca da ACRJ.

<sup>549</sup> O Estado de São Paulo, 21 set. 1943. Apud. NOTÍCIAS DO RIO. O AMIGO DE SÃO PAULO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 set. 1943. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

ponto de vista econômico, mas também social, da política que devemos adotar, quando surgir a paz<sup>550</sup>.

Além da recepção na FIESP, Simonsen organizou um jantar em sua casa, convidando membros do empresariado de São Paulo para receber João Daudt d'Oliveira<sup>551</sup>.

De volta ao Rio de Janeiro, Daudt procurou dar ênfase às suas iniciativas de representação dos interesses do empresariado paulista, especialmente no Conselho Nacional do Petróleo, com a reivindicação dos paulistas pelo aumento da quota de gasolina destinada ao abastecimento do estado de São Paulo. A distribuição do combustível sofria limitações por conta das restrições de seu fornecimento, em função da Segunda Guerra Mundial e as concessões relativas ao seu fornecimento passavam pelo conselho. A iniciativa de Daudt, de levar a solicitação do empresariado paulista foi elogiada pelo jornal *Estado de São Paulo*, que se referiu ao empresário como “o amigo de São Paulo” e “sincero amigo da gleba de Piratininga”<sup>552</sup>.

Assim, com a presença expressiva do empresariado paulista e de outras regiões do país, o CBE foi realizado entre os dias 25 de novembro de 18 de dezembro, no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes<sup>553</sup>. Teve como presidente de honra Getúlio Vargas e contou com representantes de 192 entidades e 230 economistas<sup>554</sup>. Foram apresentadas 150 teses ao longo do trabalho, analisadas por oito comissões<sup>555</sup>:

---

<sup>550</sup> SIMONSEN, Roberto. Discurso em homenagem ao sr. dr. João Daudt d'Oliveira em 17 de julho de 1943. In: OLIVEIRA, João Daudt (et. Ali). *As classes econômicas de São Paulo ao sr. dr. João Daudt d'Oliveira*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Mauá Ltda. p. 50, 51. Biblioteca Central Irmão José Otão. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>551</sup> O Estado de São Paulo, 21 de setembro de 1943. Apud. NOTÍCIAS DO RIO. O AMIGO DE SÃO PAULO. A Noite, Rio de Janeiro, 25 set. 1943. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>552</sup> Idem.

<sup>553</sup> O Palácio Tiradentes, naquele período, era a sede do Congresso Nacional brasileiro. Atualmente, é a sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>554</sup> KORNIS, Mônica. Congresso Brasileiro de Economia, I. In: CPDCO-FGV. DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. <Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/congresso-brasileiro-de-economia-i>> Acesso em: 23/12/2016.

<sup>555</sup> Segundo Joao Daudt d'Oliveira, coube a ACRJ o custeio do evento, “desde a taquigrafia e a parte técnica até à impressão dos volumosos anais”. Cf. ESFORÇOS TENAZES PARA PRESERVAR A DIGNIDADE DO COMERCIANTE. Diário da Noite, Rio de Janeiro, 24/12/1943. p. 10. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

**Quadro 17: CBE: comissões, pautas e membros responsáveis<sup>556</sup>**

COMISSÃO	PAUTAS	MEMBROS <sup>557</sup>	
<b>D) Produção agrícola e industrial</b>	1) Orientação econômica no sentido de melhorar o aproveitamento; 2) Organização de agricultura para incrementar a produção de gêneros alimentícios, suprimento de gêneros alimentícios e matérias-primas aos países devastados pela guerra; 3) Desenvolvimento industrial do país. Melhorias econômicas e técnicas das fábricas. Grande, média e pequena indústria; indústrias básicas	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Roberto Simonsen	FIESP
		Jurandir Pires Ferreira	Chefe do gabinete do Ministério da Viação <sup>558</sup>
		Heitor Brandão	ACRJ <sup>559</sup>
		Américo Wanick	Chefe da Divisão de Pesquisas Econômicas da Comissão Especial de Estudos do Problema Siderúrgico <sup>560</sup>
		Severino Duarte Lustosa	S/I <sup>561</sup>
		José Buarque de Macedo	Empresário do setor financeiro <sup>562</sup>
		Armando Godoi Filho	Engenheiro <sup>563</sup>
		Mário Orlando de Carvalho	Perito Contador <sup>564</sup>
		Rodrigues do Valle	Empresário do setor farmacêutico <sup>565</sup>
		<b>ASSISTENTES TÉCNICOS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Cesário Hossri	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
		J. Soares Pereira	Conselho Federal do Comércio Exterior/Faculdade Nacional de Filosofia
		Mario Arthur Costa	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro

<sup>556</sup> MAIS DE UM MÊS DURARÃO DOS TRABALHOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 out. 1943. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>557</sup> As informações acerca dos órgãos de origem dos responsáveis e dos assistentes técnicos de cada seção que não se encontram com indicação específica de fonte nas notas a seguir foram retiradas da seguinte publicação: NOVA ERA PARA O BRASIL. *À Noite*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1943. p. 22. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>558</sup> Cf. CPDOC. Jurandir de Castro Pires Ferreira. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jurandir-de-castro-pires-ferreira>>. Acesso em: 12/01/2017.

<sup>559</sup> Cf. LAMARÃO, Sérgio. PINTO, Simone Cuber Araújo. MOREIRA, Regina da Luz. ACRJ (ACRJ). Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-do-rio-de-janeiro-acrj>>. Acesso em: 22/01/2015.

<sup>560</sup> CALICCHIO, Vera. PEREIRA, Jesus Soares. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jurandir-de-castro-pires-ferreira>>. Acesso em: 12/12/2016

<sup>561</sup> Não conseguimos encontrar informações sobre o órgão de origem deste participante.

<sup>562</sup> BANCO METROPOLITANO DO BRASIL S.A. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1943. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>563</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção 1. 2 jul. 1937. p. 31-32.

<sup>564</sup> A COLAÇÃO DE GRAU DOS PERITOS CONTADORES. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1933, Matutina, Geral. p.4. Acervo Digital O Globo.

<sup>565</sup> NUMEROSAS QUADRILHAS DE FALSIFICADORES DE REMÉDIOS. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1946, Vespertina, Geral. p. 12. Acervo Digital O Globo.

<b>II) Circulação e transportes</b>	4) Preço dos produtos primários e dos industriais; 5) Circulação de mercadorias dentro do país. Simplificação de documentos e formalidades para a importação e exportação; 6) Regime aduaneiro adequado ao desenvolvimento da economia do país; 7) Estudo do problema econômico dos transportes terrestres, marítimos e aéreos;	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Gileno de Carli	Membro da Câmara de Produção, Consumo e Transporte do Conselho Federal do Comércio Exterior <sup>566</sup>
		Teixeira Leite Alde Sampaio Glauco de Paiva	Sociedade Nacional da Agricultura <sup>567</sup> Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco <sup>568</sup> Engenheiro <sup>569</sup>
<b>III) Moedas e bancos</b>	9) organização bancária destinada a adaptar a moeda e o crédito às necessidades econômicas. Banco central, bancos de depósito e bancos para financiamento a longo prazo; 10) Medidas diretas e indiretas de combate à inflação;	<b>ASSISTENTES TÉCNICOS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Marina de Almeida Magalhães	Banco do Brasil
		Walter Blomeyer Denio Chagas Nogueira	Banco do Brasil Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro/ Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
<b>IV) Investimentos</b>	11) Emprego de capitais estrangeiros no país. Bases de investimento e transferência; 12) Reajustamento dos capitais das empresas a seus valores reais;	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		João Soares Neves	Banco do Brasil
		Alarico de Almeida Areas	Banco do Brasil
<b>V) Finanças públicas</b>	13) Financiamento das despesas impostas pela guerra e pela política de após-guerra;	<b>ASSISTENTES TÉCNICOS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		João Paulo Bittencourt Victor Marcelo Konder	Escola Livre de Sociologia e Política Faculdade Nacional de Filosofia
		<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
Mario Orlando de Carvalho	Banco do Brasil		
José do Patrocínio Machado de Oliveira	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro		
Cory Porto Fernandes	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo		

<sup>566</sup> CPDOC. CARLI, Gileno De. Verbete, CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carli-gileno-de>>. Acesso em: 12/01/2017.

<sup>567</sup> PECHMAN, Robert. LEITE, Edgar Teixeira. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carli-gileno-de>. Acesso em: 12/01/2017.

<sup>568</sup> CPDOC. Alde Feijó Sampaio. Verbete, CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alde-feijo-sampaio>. Acesso em: 12/01/2017.

<sup>569</sup> CHEGOU O GOVERNADOR DO AMAPÁ. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 3 abr.1946, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

	14) O imposto sobre a renda em face do desenvolvimento da produção e da formação de capitais		
<b>VI) Planos internacionais e de caráter social</b>	15) Interdependência econômica das nações. Participação do Brasil nos planos econômicos e financeiros internacionais; 16) Política demográfica e condições de acolhimento, distribuição e adaptação ao nosso meio; 17) Plano de assistência técnica para o desenvolvimento da economia brasileira	<b>ASSISTENTES TÉCNICOS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Aldo Baptista Franco Heitor Lima Rocha  A. Bertha Bonhardt	Banco do Brasil Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro/ Gabinete do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro
<b>VII) Pesquisas e estudos econômicos</b>	18) Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira. Índices do padrão de vida. Estimativa das necessidades das populações quanto a alimentação e elementos de trabalho e bem-estar. 20) Orientação e organização dos estudos econômicos	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Vicente Unzer de Almeida	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
		Paulo Oracy Nogueira	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
<b>VIII) Atividades econômicas do Estado</b>	21) Intervenção do Estado na economia	<b>ASSISTENTES TÉCNICOS</b>	<b>ÓRGÃO DE ORIGEM</b>
		Paulo de Almeida Rodrigues	Faculdade Nacional de Filosofia
		Francisco de Araújo Gomes	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No discurso de abertura, Daudt fez elogios a Vargas e o Estado Novo, especialmente a legislação trabalhista, sem mencionar qualquer objeção. Ao contrário, imprimiu em seus argumentos a plena harmonia entre a legislação e o empresariado.

No Brasil, a colaboração das classes patronais foi sempre das mais positivas, na aceitação dos encargos e na justa compreensão dos benefícios da política social do governo. A nossa legislação trabalhista, original e humana, realizou uma profunda revolução na vida brasileira. Ela pode ser levada a termo sem um protesto, sem um obstáculo de nossa parte, porque correspondia integralmente ao sentimento coletivo. Muitas medidas foram iniciadas espontaneamente pelos patrões, antes de serem promovidas oficialmente, ou tornadas compulsórias.

Da harmonia constante entre os atos da política e os postulados da economia, da cooperação inteligente entre as iniciativas governamentais e a aplicação voluntária dos diretores das empresas podemos esperar grandes resultados em favor do fortalecimento da economia e da prosperidade nacional<sup>570</sup>.

Também defendeu a necessidade da participação das *classes produtoras* na política econômica nacional. Ressaltou a importância do empresariado do comércio, indústria e agricultura como gerador da riqueza do país e sua relação com o bem-estar de milhares de brasileiros que dependiam de suas empresas e criticou os monopólios empresariais expressos pelos trustes e holdings.

Eis a função do homem de negócios, de quem dependem a saúde, a educação e o bem-estar dos seus colaboradores, dentro do organismo social.

(...)

Mas, plenamente conscientes da importância de sua função social e das responsabilidades que daí lhes decorrem, não aspiram os homens de negócios do Brasil que as forças do organismo coletivo se vão concentrar nas mãos de pouco.

Não almejamos empresas vastas controladas por alguns, estendendo-se horizontalmente e integrando-se verticalmente.

Compreendemos os malefícios que podem originar-se do poder acumulado pelos trustes, pelos holdings, pelos convênios de limitação de produção e de áreas, dos monopólios e dos privilégios, contra os interesses do povo.

(...)

[os homens de negócios] não são apenas parcelas econômicas: são também fragmentos humanos da coletividade. Eles compreendem que de maneira crescente deve ser ampliada a participação de todos na riqueza comum, para que haja mais justiça, mais harmonia, mais bem-estar. Sua mentalidade está apta a enfrentar a realidade de que é preciso evoluirmos para uma distribuição mais humana, mais justa e mais equitativa das rendas do capital.<sup>571</sup>

Quanto à relação do Brasil com os Estados Unidos e o alinhamento do país contra o Eixo, Daudt rebateu críticas de que os estadunidenses possuíam interesses imperialistas acerca do Brasil e do restante da América Latina.

<sup>570</sup> Discurso de João Daudt d'Oliveira na solenidade de inauguração do Congresso Brasileiro de Economia – 25 nov.1943. *Boletim Semanal da ACRJ*. 1 dez.1943, ano IX, nº 394. p. 6. Biblioteca da ACRJ

<sup>571</sup> *Ibidem*. p. 7 e 8.

Já é tempo de promovermos uma campanha desassombrada contra o tema do pretenso imperialismo ianque, que, insuflado sub-repticiamente pelas manobras nazistas, por aí anda a criar sobressaltos nos espíritos timorados, excitando jacobinismos retóricos e fornecendo assunto ao quinta-colunismo impenitente.

(...)

O fantasma do imperialismo norte-americano pertence à noite do passado. O que há de tangível na sua política contemporânea é a boa vizinhança que estabeleceu com as nações deste continente, e de que o presidente Roosevelt se fez paladino e campeão. Nos fatos e nas palavras dos líderes desta geração é que devemos procurar a segurança dos sentimentos norte-americanos em relação aos seus vizinhos<sup>572</sup>.

Defendeu ainda o pan-americanismo como orientação para os países do continente americano e suas diretrizes baseadas na paz, fraternidade, democracia e cristianismo como fórmulas a serem adotadas pela Europa em seu processo de reconstrução no cenário de fim de guerra.

O pan-americanismo é hoje uma doutrina de renovação e defesa dos valores longamente elaborados pela cultura ocidental. O totalitarismo, qualquer que seja o seu nome, foi uma agressão sistematizada e gigantesca que se desferiu contra esses valores básicos.

Às nações americanas competirá reatar, através de uma fórmula em que se conjuguem o ideal da democracia política e o ideal da reforma social, essa tradição espiritual, cuja perda seria a destruição do homem e da sua civilização.

Por essa fórmula, devolvemos à velha Europa, devastada, em amparo espiritual e material, o mundo que lhe devemos de gratidão pela origem que nos deu<sup>573</sup>.

O encerramento da solenidade de abertura do congresso foi feito pelo discurso de Roberto Simonsen, que elogiou a iniciativa de Daudt e ressaltou a força do trabalho conjunto dos detores do comércio do Rio de Janeiro e da indústria paulista no sentido de mobilizar as *classes produtoras*.

Em feliz inspiração, o ilustre presidente desta tradicional Casa de Mauá tomou a iniciativa de convocar o nosso Comércio, a nossa Lavoura e a nossa Indústria, para se reunirem, e delinarem, com a objetividade decorrente de sua larga experiência a mais convincente estruturação dos roteiros a que se deve subordinar a nossa política comercial, agrária e industrial, em benefício dos mais respeitáveis interesses do país. Dada a perfeita harmonia de pontos de vista, ora reinante entre as altas direções da Federação das Associações Comerciais do Brasil e a Confederação Nacional da Indústria, fácil foi a mobilização, em todo o país, em curtíssimo espaço de tempo, de numerosas entidades representativas das classes, na expressiva convergência a que presenciamos, numa inequívoca demonstração de seus alevantados propósitos de bem servir a Nação<sup>574</sup>.

---

<sup>572</sup> Ibidem. p. 8-9

<sup>573</sup> Idem.

<sup>574</sup> Idem.



Simonsen, ao longo do CBE, defendeu com afincos a proposta da planificação econômica, como solução, tanto para pleno desenvolvimento industrial, quanto para o aumento da produtividade *per capita* da população brasileira. O empresário argumentava que a planificação poderia contribuir para solucionar também o problema do pauperismo<sup>575</sup>. Para Simonsen, a miséria no Brasil era fruto não da má distribuição de recursos, mas sim da insuficiência da produção. A solução, assim, não era o “*aumento artificial dos salários*”, mas o estímulo à produção<sup>576</sup>. O empresário paulista considerava o incentivo à industrialização como o *núcleo do planejamento*. No entanto, argumentou que a planificação deveria conceder peso igual aos problemas de todos os setores das *classes produtoras*: indústria, agricultura e comércio<sup>577</sup>.

Embora a proposta do CBE fosse reunir as principais lideranças das *classes produtoras*, nota-se que os expoentes do evento foram os líderes do comércio e da indústria. Ainda que em suas falas, Daudt e Simonsen buscassem incorporar a agricultura, lideranças expressivas do setor recusaram-se a participar do congresso. Dirigentes paulistas representantes da Associação dos Lavradores de Algodão, da Sociedade Rural Brasileira e da União dos Lavradores de Algodão, não aceitaram participar do evento. Diretores da Sociedade Rural alegaram terem recebido seus convites para participar do CBE às vésperas da realização do evento, embora as notícias em torno do congresso já estampassem manchetes de jornais desde a ida de Daudt a São Paulo para fazer o convite formal ao empresariado da ACSP e da FIESP, em julho. A revista *Diretrizes*<sup>578</sup> explorou essa polêmica ao longo da realização do congresso, noticiando o posicionamento da Sociedade Rural frente ao CBE.

---

<sup>575</sup> Em parecer apresentado, no ano seguinte, ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, intitulado “*A planificação da economia brasileira*”, Simonsen apresenta de forma detalhada seu entendimento acerca do projeto de planificação econômica: “*Essa planificação, organizada com a cooperação das classes produtoras, deverá prever a tonificação necessária a ser dispensada a todo o nosso aparelhamento de ensino, ao sistema de pesquisa tecnológica, à formação profissional, à imigração selecionada, à solução do problema dos transportes, à vulgarização do uso de energia motora e ao grande incremento de nossas atividades agrícolas, industriais e comerciais*. Cf. SIMONSEN, Roberto C. 1973, p. 308 Apud: MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em História Social. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. p. 214

<sup>576</sup> DINIZ, Eli. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 266

<sup>577</sup> *Ibidem*. p. 213.

<sup>578</sup> A revista *Diretrizes* foi fundada em 1938 por Samuel Wainer e inicialmente, tinha edições publicadas mensalmente e sua linha editorial era voltada para temáticas acadêmicas. A partir de 1941, a publicação passou a ser um jornal semanal e a linha editorial mais política e crítica ao Estado Novo, o que lhe rendeu diversas sanções por parte do DIP. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 31 de agosto de 1942, o espaço para o questionamento do Estado Novo ampliou-se ainda mais. *Diretrizes* pôde assim apoiar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e seu propósito de combater as forças nazi-fascistas.

Até o ano de 1944, *Diretrizes* moveu diversas campanhas, defendendo a criação de uma siderurgia nacional e combatendo a desnacionalização da indústria farmacêutica, que se encontrava ameaçada pela posição hegemônica

A [Sociedade] Rural achou, com toda a razão, que nenhum conclave se poderia classificar ostensivamente de Congresso Brasileiro de Economia se nele não se figurasse a lavoura como preponderância, direito que “lhe caberia como primeira força que é da riqueza nacional”. O atual Congresso seria unicamente da indústria e do comércio, “duas classes que eram apenas intermediárias e distribuidoras da produção agrícola”<sup>579</sup>.

Ao ser questionado sobre o retardo em convidar o empresariado do setor agrícola paulista, Daudt afirmou ter havido equívoco no Serviço de Expediente da organização do CBE, mas negou que tivessem deixado de lado os interesses da lavoura.

O Congresso não limitou seus trabalhos às questões industriais e comerciais. Seu programa engloba 21 teses, divididas por oito seções. Assim, a primeira seção é simplesmente esta: “Produção agrícola e industrial”: e as duas primeiras teses: Orientação econômica no sentido de melhor aproveitamento dos recursos naturais do país” e “organização da agricultura para incrementar a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas aos países devastados pela guerra”. Como vê, a lavoura teve carinhosa precedência, que, aliás, tem sido bem recompensada, com a apresentação de notáveis teses e a adesão de entidades altamente representativas<sup>580</sup>.

A Sociedade Rural, no entanto, discordava do argumento de Daudt. Alegaram que questões fundamentais para a agricultura, como o crédito agrícola e o crédito hipotecário rural, não foram levantadas na programação do Congresso. A entidade criticou a abordagem feita a respeito da produção de gênero alimentícios atrelando-a ao suprimento de produtos primários aos países devastados pela guerra.

Contra isso se insurge a [Sociedade] Rural, alegando que se pretendia diminuir a importância da agricultura, ao atribuir-lhe um papel ingrato de socorrista de emergência quando o seu objetivo fundamental é atender às necessidades do mercado interno<sup>581</sup>.

---

das indústrias químicas estrangeiras. LEAL, Carlos Eduardo. Diretrizes. Verbete. CPDOC. DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretrizes>>. Acesso em 05/09/2016. Segundo Alvaro Xavier Duque Filho, o caráter oposicionista já estava presente entre parte do conselho diretor de Diretrizes no contexto de sua fundação, porém, procurou-se pautar pelo equilíbrio editorial, para evitar constrangimentos junto a censura estadonovista. Exemplo disto é que na composição do conselho diretor da revista figuravam os nomes de Graciliano Ramos (escritor que se opunha ao Estado Novo) e Astrogildo Pereira (um dos fundadores do PCB), mas também o da poetisa Adalgisa Ney (casada com Lourival Fontes, ministro de propaganda. A revista foi idealizada por Azevedo Amaral, que foi o responsável pela obtenção de uma subvenção mensal de dois contos de reis junto à *Light and Power*. Porém, coube a Samuel Wainer as decisões acerca da linha política do periódico. Mais tarde, em função dos constantes choques com o DIP, Azevedo Amaral acabou por se afastar da publicação. DUQUE FILHO, Alvaro Xavier. *Política internacional na revista Diretrizes (1938-1942)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2007. p. 56-58. Cf. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

<sup>579</sup> C.M. Agricultura versus Indústria. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1943. p. 14. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>580</sup> O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA NÃO TEM CARÁTER OFICIAL. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1943. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>581</sup> C.M. Agricultura versus Indústria. op. Cit. p. 14.

A entidade anunciou então que articularia um *legítimo* congresso brasileiro de economia, onde o empresariado do setor agrícola seria representado com a mesma ênfase que o de comércio e o da indústria. Luís Vicente Figueira de Mello, dirigente da Sociedade Rural, chegou a afirmar que o CBE chegaria “*a conclusões desastrosas, sem o concurso da lavoura*”, gerando como consequência a asfixia econômica do país<sup>582</sup>. Fazendo um balanço da relação entre as *classes produtoras*, *Diretrizes* argumentou que

a agricultura, de uma parte, e a indústria e o seu aliado natural – o comércio – da outra, nunca se entenderam bem. É assim também em outros países da América Latina e nos demais países que sofrem pronunciada influência imperialista. Sem dúvida há períodos de trégua ou situações em que as duas grandes forças econômicas vem os seus interesses coincidir. É o caso, por exemplo, do cambio baixo, tão do agrado dos nossos fazendeiros de café quanto dos nossos industriais de bens de consumo, uns e outros, enxergando apenas interesses imediatos. Mas, se alguém falar na necessidade de tarifas alfandegárias para proteger as nossas indústrias, a agricultura organizada, ainda movida por interesses imediatos, levanta-se em pé de guerra. E boa parte da opinião pública, do povo que paga caro (ou melhor, caríssimo) pelos nossos produtos industriais, fica com ela, como é natural. E o imperialismo também<sup>583</sup>.

Apesar da divergência com a Sociedade Rural, as discussões referentes à produção agrícola foram adiante no congresso e diretores de outras entidades de representação do empresariado do setor agrícola marcaram presença, a exemplo da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, do Instituto de Pecuária da Bahia e da Sociedade Fluminense de Agricultura, que apresentaram sua inscrição às vésperas do início do evento, com outras dezenas de entidades de representação do comércio e da indústria, além de representantes de órgãos públicos e entidades vinculadas a faculdades e institutos de pesquisa<sup>584</sup>. Mas ainda assim, a participação de entidades de representação do setor da agricultura foi muito pequena.

---

<sup>582</sup> A LAVOURA PAULISTA NÃO PARTICIPARÁ DOS TRABALHOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1943. p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>583</sup> *Idem*.

<sup>584</sup> NOVA ERA PARA O BRASIL. *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1943. p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

**Quadro 18: CBE: Representações por setor**<sup>585</sup>

NATUREZA DA ENTIDADE	NÚMERO DE PARTICIPANTES	%
Comércio	63	32
Indústria	26	13,5
Agropecuária e Agroindústria	14	7
Finanças	8	4
Indústria e Comércio	7	3,5
Órgãos públicos, institutos de fomento, outras entidades da sociedade civil	74	40
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>100</b>

Os debatedores propuseram a criação de um Conselho Nacional de Economia Agrária, vinculado ao Ministério da Agricultura, responsável por traçar um programa rural para o país, que tinha como foco principal aparelhar a lavoura com máquinas e ferramentas<sup>586</sup>. Além disso, e em que pese a observação da direção da Sociedade Rural a respeito de não haver no programa cláusulas que tratassem do crédito rural, o tema foi discutido nos trabalhos, chegando a seguinte resolução:

Considerando:

que, pela renda unitária baixa de seus produtos, os agricultores têm uma formação do capital muito lenta;

que não só é lenta tal formação, como, na maior parte das vezes insuficiente;

que, na agricultura, como em qualquer empresa, o capital é fator relevante de produção;

é recomendado sejam facilitados aos agricultores, créditos, necessários às suas atividades, cujas características primordiais devem ser a capacitação ao fim agrícola, a prazo longo e juros módicos<sup>587</sup>.

O café não ficou de fora das discussões da comissão. Nas considerações referentes ao tema, a cafeicultura foi reconhecida como elemento que teve “*decisiva e relevante influência na formação econômica do País*”. Os congressistas classificaram como acertada a política econômica referente ao produto, em especial no que diz respeito a financiamentos e acordos de comércio internacional, e nada apresentou como recomendação<sup>588</sup>.

<sup>585</sup> CORSI, Francisco Luiz. O I Congresso Brasileiro de Economia. *História econômica & história de empresas* IX. 2 (2006). p. 93-122

<sup>586</sup> KORNIS, Mônica. Congresso Brasileiro de Economia, I. In: CPDCO-FGV. DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/congresso-brasileiro-de-economia-i>> Acesso em: 23/12/2016.

<sup>587</sup> 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Recomendações da Comissão de Produção Agrícola e Industrial. Boletim Semanal da ACRJ. Rio de Janeiro, 5 jan. 1944, ano X, nº 399. p.7.

<sup>588</sup> Ibidem. p.9.

Ao longo das recomendações, ficou nítido o atrelamento do fomento agrícola aos interesses da indústria. A pecuária e pesca deveriam ser incrementadas para garantir a qualidade do produto final e promover o melhor aproveitamento de seus resíduos por parte da indústria, bem como a preocupação com o fornecimento de matérias-primas para a indústria farmacêutica e com o fomento de cultivo de plantas utilizadas na fabricação de insumos industriais<sup>589</sup>.

Comissão I – Produção agrícola e industrial. Grupo 2) Organização de agricultura para incrementar a produção de gêneros alimentícios, suprimento de gêneros alimentícios e matérias-primas aos países devastados pela guerra;

RECOMENDAÇÃO 16: É aconselhável que o poder público promova a organização interna da compra das matérias-primas destinadas à indústria farmacêutica, sujeitas a exportação, desde que possa caber ao Brasil o privilégio de distribuição dos produtos industriais aos mercados distribuidores mundiais.

RECOMENDAÇÃO 17: É aconselhável que se promova o cultivo das plantas mais utilizadas para o fabrico de essências, óleos aromáticos e outras matérias-primas de consumo industrial.<sup>590</sup>

Francisco Luiz Corsi aponta que no decorrer do Congresso, dois pontos geraram polêmica entre os participantes: 1) o papel do Estado na Economia brasileira; 2) o capital estrangeiro e inserção país na nova situação internacional. A recomendação geral a respeito do papel do Estado na economia era a de que este deveria ter uma ação suplementar à iniciativa privada. A ação direta só seria tolerada em casos especiais, de interesse nacional.

No entanto, outras recomendações assinalam, sem maiores restrições, a participação direta do Estado na economia. A recomendação de nº 05, por exemplo, indicava que o Estado deveria assumir a construção de usinas hidrelétricas quando a iniciativa privada não se mostrasse capaz de fazê-lo. A de nº 41 recomenda ao Estado desenvolver os transportes existentes. A recomendação nº 72 diz: “*Que se sugira ao governo federal a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta de iniciativas particulares, com participação do Estado, ou com o seu amparo*” Este ponto parece ter gerado muitas polêmicas, tanto na comissão “Atividades Econômicas do Estado”, onde foram apresentadas teses que defendiam desde a ampla participação do Estado na economia até um Estado “o mais possível abstencionista”, quanto no plenário. O fulcro da questão residia no grau da intervenção do Estado na economia. A partir das atas dos debates fica claro que boa parte dos representantes das diferentes facções da burguesia eram a favor de uma ação supletiva e indireta do Estado, enquanto algumas lideranças defendiam uma atuação mais abrangente<sup>591</sup>.

Para Corsi, essa ambiguidade nas recomendações quanto ao papel do Estado na economia revelava que havia divergência entre os setores que compunham as *classes produtoras*. Além disso, Corsi ressalta que a defesa da presença do Estado na economia se

<sup>589</sup> Ibidem. p.8.

<sup>590</sup> Idem.

<sup>591</sup> CORSI, Francisco Luiz. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *Revista de sociologia e política*, nº 4/5 1995. Dossiê burguesia e política. p.9.

justificava pela insuficiência de capitais privados para sustentar o desenvolvimento econômico do Brasil. Nesse sentido, o empresariado reconhecia sua fraqueza<sup>592</sup>.

Com relação ao capital estrangeiro, embora houvesse relativo consenso quanto a ao seu direcionamento para a produção, havia divergências quanto às questões em torno da exploração de recursos minerais, da política tarifária e da inserção do país na nova ordem mundial. Três posições dividiram os participantes do congresso: **a)** a liberdade para que o capital estrangeiro explorasse os recursos naturais do país como estratégia para alavancar o desenvolvimento do setor, o que contrariava as diretrizes do Código de Minas então em vigor; **b)** a manutenção das diretrizes do Código de Minas como forma de assegurar o controle dos recursos estratégicos; **c)** a defesa de uma participação minoritária de capital externo em setores vetados pela legislação então vigente. Entre o setor do comércio, havia adesão das três posições. A segunda contava com o apoio também de setores ligados à burocracia estatal. A última posição era defendida por representantes da indústria, da agricultura. Quanto à posição no Brasil no cenário internacional do pós-guerra, havia a crença – entre participantes ligados ao Banco do Brasil, ao Ministério da Fazenda e a Estrada de Ferro Brasil Central – de que os países subdesenvolvidos fariam parte do plano de reorganização da economia mundial. Congressistas ligados à indústria acreditavam que Estados Unidos e Inglaterra estariam mais ocupados com questões ligadas à estabilidade financeira e com o livre comércio, de modo que o desenvolvimento econômico não seria priorizado.<sup>593</sup>

O documento final com as recomendações elaboradas pelas comissões do congresso continha um total de 260 recomendações, que incluíam ainda a manutenção de política monetária e fiscal que não causasse recessão e a adoção de uma política tarifária protecionista<sup>594</sup>

Ainda que não tivesse alcançado o êxito no sentido de um consenso entre representantes das *classes produtoras* quanto a realização do congresso, por conta da insatisfação manifestada por expressivas lideranças do setor agrícola, evidencia-se ao longo da realização do CBE um discurso marcado pela coesão em diversos pontos entre comércio e indústria, especialmente pelas falas de seus dois principais líderes, respectivamente Daudt e Simonsen.

---

<sup>592</sup> Ibidem. p. 9

<sup>593</sup> Ibidem. p.10

<sup>594</sup> Ibidem. p.9.

#### 4.4: Empresariado, trabalhadores e Estado Novo: as reformulações *autobiográficas* de Daudt

Ao longo do Estado Novo, até o ano de 1943, é possível observar uma tentativa de consenso não só entre as chamadas *classes produtoras*, mas entre os representantes destas e o governo. Nessa perspectiva, Daudt permanecia próximo a Vargas e seu prestígio junto ao governo ia além da atuação em esferas econômicas. Em março de 1943, foi eleito membro do alto conselho do Instituto Nacional de Ciência Política<sup>595</sup>. No aniversário de Vargas, foi um dos convidados das comemorações da Semana do Presidente, na *Hora do Brasil*, pronunciando um discurso em homenagem ao amigo gaúcho no dia 12 abril. À frente do microfone, o empresário reforçou o apoio pessoal e também do setor do comércio ao Estado Novo.

Durante os primeiros sete anos de governo, rugiram em torno do seu nome as tempestades das paixões. A revolução que o colocara no poder fez subir à tona as ambições. A cegueira dos partidos espalhava ansiedades e sobressaltos. A guerra civil fazia sua ronda sinistra. Os extremismos da direita e da esquerda encontrando terreno propício, desenvolviam atividades desenfreadas, que não recuaram diante da sedição nem do atentado pessoal.

Dentro desse panorama sombrio, as classes produtoras, mal refeitas do abalo mundial de 1929, procuravam ajustar suas atividades, permanentemente ameaçadas de colapso pela intranquilidade interna. Ansiosas, voltavam os olhos esperançados para o presidente Vargas. É que este, com dois atributos psicológicos que lhe são característicos – a discrição e a serenidade – e com um admirável senso de oportunidade, colocavam-se no entrecruzamento dos rumos contraditórios, transformando-se aos poucos pelo consenso geral, no denominador comum que orientava e dirigia.

Quando, a 10 de novembro de 1937, pôs termo às agitações que arrastavam o Brasil para a desintegração e a anarquia, encontrou o país ao seu lado.

Daudt ressaltou ainda em seu discurso as duas obras que considerava como as mais expressivas de Getúlio Vargas enquanto presidente da República: a unidade nacional e a legislação social.

De um Brasil composto de 21 compartimentos quase isolados, fez um bloco homogêneo, com uma só bandeira e um só ideal. Ao que em outros países ainda é tema de reivindicações, deu aqui solução original e humana com a legislação social. Ela foi estabelecida sem choques nem lutas, criando um código de proteção ao trabalhador. Isso exalta tanto o presidente que a elaborou como a geração que a tornou possível, com a sua compreensão, com o seu apoio e a sua solidariedade<sup>596</sup>.

---

<sup>595</sup> CIÊNCIA POLÍTICA. *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1943. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional. O Instituto, fundado em março de 1940, seguindo as diretrizes do DIP, tinha como proposta a consagração da ideologia do Estado Novo. Suas atividades eram divulgadas em um boletim mensal – a revista *Ciência Política*.

<sup>596</sup> Idem.

Além do comércio, também a indústria nacional manifestava seu apoio a Vargas, por meio de Roberto Simonsen, um de seus líderes mais expressivos. Quando Vargas viajou a São Paulo para visitar a Feira Nacional das Indústrias, Simonsen fez discurso homenageando o presidente em sua recepção.

Não obstante as convulsões que ora agiram o mundo, pode vossa Excelência, no transcurso deste ano, consolidar melhor a paz social de que nos ufanamos, assegurar a ordem, eliminando quaisquer infiltrações perturbadoras, engrandecer o nosso prestígio internacional e proporcionar à população agrária, pelos acordos de Washington e pela ação do Banco do Brasil, o amparo de grandes produtos agrícolas, que pela carência de transportes marítimos e pelo fechamento de mercados externos, não encontravam o seu habitual escoamento.

(...)

A Indústria do Brasil, sr. presidente, (...) está hoje ansiosa por cooperar cada vez mais intensamente com V. Exa., no programa da mais rápida industrialização do país<sup>597</sup>.

É possível considerar o ano de 1943 como bastante expressivo no que diz respeito a colaboração de setores das elites empresariais do comércio e da indústria com o regime do Estado Novo. No entanto, o regime em si passava por turbulências, não só decorrentes da queda dos índices de crescimento econômico, mas também por conta da pressão pelo retorno à dinâmica democrática, aberta quando o Brasil saiu de sua posição de neutralidade da Segunda Guerra Mundial e a influência dos Estados Unidos e de seu modelo político só se fez aumentar.

(...) a partir de 1942, ficou claro para as lideranças estadonovista que as características do regime implantado em 1937 estavam se tornando insustentáveis. Um modelo de Estado forte, antiliberal, nacionalista, com poder concentrado no Executivo e com uma estratégia política francamente centrada na desmobilização não seria capaz de sobreviver ao fim da guerra<sup>598</sup>.

Nesse processo, é possível observar críticas cada vez mais crescentes, que não poupavam o presidente e àqueles que incluíam a defesa do regime em seus discursos. Daudt, que se mantinha em evidência na imprensa, e que em inúmeras ocasiões fez elogios a Vargas e ao Estado Novo, não foi poupado. Ainda no final do ano de 1942, em entrevista ao jornal carioca *O Radical*<sup>599</sup>, foi confrontado acerca da situação dos salários dos trabalhadores e da necessidade

<sup>597</sup> SUCEDEM-SE AS HOMENAGENS AO PRESIDENTE VARGAS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 dez.1943. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>598</sup> GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 3v. p.57

<sup>599</sup> O periódico foi fundado em 1932, inicialmente com a proposta de ser “a voz da Revolução” – a de 1930, servindo de apoio ao governo provisório. Apesar disso, sua relação com o governo nem sempre foi amistosa. O jornal tinha como público alvo os trabalhadores e suas pautas davam ênfase a questões trabalhistas, sindicais e policiais. Alcançou a tiragem de 20 mil exemplares ao longo do Estado Novo, e seus leitores concentravam-se especialmente na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ao longo do período constitucional, apoiou o Partido Autonomista e a gestão de Pedro Ernesto no Distrito Federal, o que causou divergências entre a direção do periódico e o governo,



de inclusão de representantes dos empregados em comissões que estudassem o assunto. Daudt se esquivou de respostas, concentrando-se em falar a respeito do projeto da Universidade do Comércio, o que irritou o entrevistador. A reportagem se encerra com uma crítica ao tom evasivo do empresário<sup>600</sup>.

O diabo é que a vida continua a subir todos os dias e o vendeiro não espera as soluções desejadas para cobrar as contas...<sup>601</sup>

Uma semana após a entrevista com Daudt, *O Radical* publicou uma reportagem em que criticava o fato de os lucros do empresariado terem aumentando expressivamente, enquanto os salários de seus empregados mantinham-se baixos. Tal situação era justificada pelos empregadores como necessária, por conta do esforço de guerra. Tornava-se cada ano mais grave em função da queda constante do poder de compra dos trabalhadores.

As críticas a Daudt não se limitaram às páginas de jornais que tinham como público alvo os trabalhadores urbanos. Foi o empresário duramente criticado por setores dos trabalhadores do comércio, quando chegou aos ouvidos dos dirigentes do Sindicato dos Comerciários do Rio Grande do Sul que a ACRJ estaria defendendo uma campanha em prol da supressão do gozo das férias dos comerciários como parte dos esforços de guerra. Decidiram então enviar uma correspondência a Daudt, questionando a postura da entidade. A correspondência foi publicada no jornal carioca *A Noite*, em 21 de junho de 1943.

O Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre, embora surpreso com as notícias propagadas pela imprensa local de que essa prestigiosa Associação pleitearia a supressão do gozo de férias dos comerciários, não se atemoriza com tal campanha porque crê e confia na ação justa e patriótica do grande trabalhador nacional, presidente Vargas, que não permitiria se efetive uma tal medida atentatória da harmonia existente entre o capital e o trabalho. Ação justa e humana da parte das classes conservadoras seria aquela que, embora com restrição de seus lucros, procurasse o barateamento dos gêneros de primeira necessidade ou a melhoria dos atuais salários, ao invés de procurarem retirar de seus colaboradores um direito adquirido tão necessário ao seu vigor físico, indispensável ao cumprimento de seu dever<sup>602</sup>.

---

culminando na suspensão do periódico por algumas semanas e prisão de seu diretor. Ao longo do Estado Novo, o jornal só voltou a mostrar afinidades com o governo com relação a defesa de um alinhamento do país contra os países do Eixo. Sua linha editorial, voltada para os trabalhadores urbanos, mantinha-se inalterada. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *O Radical*. Verbete. CPDOC. DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>>. Acesso em 08/08/2016.

<sup>600</sup> REAJUSTAMENTO DA VIDA DOS TRABALHADORES. *O Radical*. Rio de Janeiro, 11 dez.1942. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>601</sup> Idem.

<sup>602</sup> PROTESTANDO CONTRA A IDEIA DA SUPRESSÃO DAS FÉRIAS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 21 jun.1943. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

No dia seguinte, o mesmo periódico publicou a resposta de Daudt, justificando que a ideia da supressão das férias dos comerciários nada mais foi além de considerações pessoais feita por J. de Souza no decorrer de uma reunião de diretoria da ACRJ. O presidente da Associação Comercial mostrou-se furioso com a postura do sindicato gaúcho de tornar pública a crítica.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro nada deliberou, empreendeu ou pleiteou relativamente à supressão das férias dos comerciários. O telegrama de protesto, enviado por esse Sindicato, constituiu, assim, como uma surpresa. Como presidente da Associação Comercial, lamento a iniciativa precipitada. Como rio-grandense, deploro sinceramente os termos do telegrama, tão em desacordo com as tradições de cortesia dos meus conterrâneos<sup>603</sup>.

Como já discutido na seção anterior, a partir de 1942, intensificou-se o fortalecimento dos trabalhadores como ator político e a situação não correspondia ao panorama harmônico impresso por Daudt em seu discurso no CBE. Ao contrário. Diante do apelo por sacrifícios em prol do esforço de guerra, a postura de muitos porta-vozes do empresariado passou a ser questionada. Ao passo que as críticas surgiram, é possível observar que Daudt empenhou-se na construção de um relato autobiográfico ancorado em um passado de uma suposta origem humilde, como se tratasse de um comerciário pobre que ascendeu socialmente e conseguiu prosperar na vida, chegando a condição de comerciante. Nessa narrativa que construiu, seu envolvimento na Revolta da Vacina e consequente expulsão do Exército foram episódios encarados de maneira pouco amistosa por Jango – que foi definido como “*um tio, daquele regime, duro*”. Sem citar que se tratava, na verdade, do responsável por sua criação desde o falecimento de seu pai, como descrito no capítulo 1 deste trabalho.

Como aluno da Escola Militar, participei de uma revolta, no tempo, a do Rodrigues Alves. Em consequência, vi-me excluído, a bem da tranquilidade...  
Chegando em casa, fui hostilmente recebido por um tio... (...) Daquela regime antigo, duro...  
- O senhor é um revoltoso! Me disse ele. Pois vai ser castigado. Vai sofrer uma punição. Vai trabalhar. E trabalhar como caixeiro!.  
Foi assim que ingressei no comércio: - como caixeiro, por castigo, ganhando cinquenta mil réis. E isso porque o trabalho era assim considerado. No mesmo ano em que isso aconteceu matriculei-me também na Faculdade de Direito, exercendo simultaneamente a minha profissão de caixeiro.  
Cinco anos depois, quando me formava, era também sócio da casa...<sup>604</sup>

<sup>603</sup> AS FÉRIAS DOS COMERCÍARIOS. *A noite*, 22 jun.1943. p. 11. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>604</sup> REAJUSTAMENTO DA VIDA DOS TRABALHADORES. *O Radical*. Rio de Janeiro, 11 dez.1942. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Tal narrativa aparece ainda no final de 1942, na página d' *O Radical*. Daudt omite em suas declarações o apoio que continuava recebendo do tio e que a empresa onde foi empregado era, na verdade, o laboratório de Jango. Também omite o fato de que através do tio, ainda enquanto aluno da faculdade de Direito de Porto Alegre, ingressou na Companhia de Gás de Porto Alegre. A narrativa apresentada não convence aos redatores d' *O Radical*, que abriu um parêntese no texto da entrevista, para inserir o seguinte comentário:

Mas intimamente também pensávamos: - “prezado senhor: - quantos caixeiros existem agora em 1942 por este Brasil afora que sonham estudar e não conseguem, ganhando Cr. \$ 240,00 por mês para atender à senhora que quer meio metro de fazenda de um padrão que não figura nas prateleiras...”<sup>605</sup>

Daudt, no entanto, mantém o discurso e o leva adiante em outros contextos, pautado pela preocupação em legitimar sua condição de representante junto ao empresariado e de responder às críticas da imprensa quanto às causas trabalhistas. No final de março de 1943, o empresário recebeu o general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, na sede da ACRJ. Organizou então uma recepção a Dutra, que incluiu, além dos diretores da casa, Jefferson Caffery, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Em discurso, Daudt dirige-se a Dutra, classificando a si próprio como porta-voz das *classes produtoras*, *status* que justificou pela natureza do corpo de associados da ACRJ.

Como presidente desta casa, senhor ministro, cabe-me a incumbência de traduzir-vos os sentimentos dos homens do comércio, da indústria, da lavoura, pela honra da vossa visita.  
Bendigo a investidura, que me proporciona tal prazer<sup>606</sup>.

Além disso, discorreu a respeito de sua juventude e seus tempos de militar, ressaltando velhos laços de amizade com Dutra.

Cada um de nós sente, nitidamente, que está assistindo a um episódio histórico de beleza singular ao ver cruzarem-se agora neste recinto dois caminhos diferentes, mas dirigidos no mesmo rumo: o amor ao Brasil.

(...)

Remontando a um passado já longínquo, eu me vejo convosco no velho casarão da Praia Vermelha, berço da República, reduto de cultura, padrão de educação moral e cívica. O alicerce intelectual que ali recebíamos era sólido e perfeito. Possuíamos já então o espírito universitário, que admiramos nos americanos, e ainda hoje não conseguimos ver estabelecido no Brasil. A força plasmadora do ambiente era tão poderosa, que moldava os temperamentos rebeldes dentro das linhas rígidas de uma formação exemplar

(...)

<sup>605</sup> Idem.

<sup>606</sup> ESTA É UMA LUTA QUE IMPÕE RENÚNCIAS E PRIVAÇÕES. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º abr.1943. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

O idealismo era denominador comum da nossa juventude. Por amor dele encontramos um dia de armas na mão, a Escola Militar revoltada contra o governo Rodrigues Alves. Vencidos, enfrentamos o inevitável castigo.

As contingências me encaminharam para o campo da ciência jurídica a princípio, para as atividades industriais mais tarde, desviando totalmente o rumo da minha vida. A estrutura moral e cívica, porém, já estava formada, vincando de modo definitivo minha personalidade: a alma do cadete, vigilante no fundo de todos os meus atos, sempre foi um impulso permanente à devoção pela grandeza da Pátria.

Eurico Dutra, por força de uma vocação inelutável, retornou a caserna. O amadurecimento de suas virtudes de cadete produziu o general de vontade, de inteireza moral, de dignidade intransigente, e capacidade profissional, que na hora do perigo, pode ser o chefe perfeito do Exército.

Esta solenidade coloca, pois, frente a frente, antigos camaradas de armas, ambos hoje investidos de funções de caráter público<sup>607</sup>.

Chama atenção na fala de Daudt a afirmação de uma admiração ao modelo americano de universidade como algo que já fazia parte de seu pensamento enquanto jovem e, naquele contexto, segundo o seu discurso, também era algo admirado por Dutra. Cabe ressaltar que a solenidade de recepção ao ministro da Guerra na ACRJ dava-se em um contexto de recente alinhamento do país com os Estados Unidos na guerra mundial, além de fervorosa campanha em prol da Universidade do Comércio, ideia que compunha o programa de Daudt enquanto candidato a presidente da Associação Comercial e acompanhou-o ao longo dos anos seguintes.

O discurso de Daudt – tanto como ex-militar revoltoso que, em nome de um ideal patriótico, rebelou-se e pagou o preço de seus atos – quanto, e principalmente – como o caixeiro que ascendeu economicamente e se tornou um grande empresário do ramo farmacêutico – continuava sem convencer os seus críticos, em especial, os jornalistas do periódico *Diretrizes*. Além das críticas já apontadas na seção anterior, referentes à organização do CBE, o periódico de Samuel Wainer criticou Daudt e os outros organizadores do evento, por ter deixado de fora das comissões representantes dos trabalhadores.

Além dos técnicos, e sem falar no Comércio e na Indústria, há no Congresso “professores e estudiosos, homens de administração e jornalistas”. Faltam as pessoas que, além dessas, não são das “classes conversadoras”. É muita gente.

Falta quase todo o povo, E não se deve abusar de um ausente. O ausente em questão é numeroso e representativo<sup>608</sup>.

*Diretrizes* foi mais além, atacando diretamente o discurso de Daudt e seu argumento de enquadrar o comércio no grupo das *classes produtoras*.

Seu discurso foi longo. Fez que alguns membros do corpo diplomático se recostassem mais em suas cadeiras. Mas tem conteúdo e é maciço. Esse conteúdo maciço deve significar a média de pensamento do grupo que o presidente da Associação Comercial

<sup>607</sup> Idem.

<sup>608</sup> AS RESPONSABILIDADES DO CONGRESSO DE ECONOMIA. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 21 dez.1943. p. 11. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

representa. É conservador e como compete a um conservador inteligente, faz concessões, fala repetidamente em reformas sociais e diz que não gosta de trustes. Exagera sobremodo quando logo no segundo trecho de sua interessante plataforma, inclui os comerciantes como produtores...<sup>609</sup>

O periódico, por fim, questionou a capacidade de Daudt para falar em nome do empresariado nacional. Comparou o discurso do presidente da Associação Comercial, proferido no CBE, com o de Roberto Simonsen, considerando o do paulista muito melhor elaborado. Também não poupou adjetivos para reconhecê-lo mais capacitado a falar a respeito da economia nacional.

O sr. Simonsen é mais intelectual. Os industriais são sempre mais intelectuais que os homens de negócios. Os períodos do presidente da Federação das Indústrias Paulistas são mais franceses que os do presidente da Associação Comercial, apesar do primeiro ser descendente de lorde Cochrane... seu discurso é bem arrumado, sistematicamente dividido em capítulos como convém ao indicador de nossa historiografia econômica<sup>610</sup>.

Pouco mais de um mês, e ainda ecoando o CBE, *Diretrizes* torna a defender o argumento de que Simonsen é a liderança empresarial mais capacitada para falar em nome do empresariado.

O Congresso Brasileiro de Economia, reunido por inspiração do sr. João Daudt d'Oliveira, deu-lhe uma projeção extraordinária no país, tendo o sr. Roberto Simonsen, que todo mundo se habituara a ver como a prima-dona insubstituível, relegado papel secundário. É verdade que o papel secundário do sr. Simonsen foi apenas para as galerias, porquanto no plenário e nas comissões técnicas o tenaz e simpático presidente da Federação das Indústrias de São Paulo manobrou, impávido e soberano, através dos homens de negócio, espertos e simplórios, que conseguiu rotular de economistas e financistas, para alucinação de muitos homens de estudo, como o sr. Eugenio Gudín, por exemplo...

Entre outros elementos favoráveis com que conta o sr. Roberto Simonsen, figura inegavelmente, o seu incontido amor pela chamada literatura especializada. Sua inclinação pelas elucubrações mentais é tão grande que até para a Academia Brasileira de Letras o autor da "História Econômica do Brasil" vai entrar<sup>611</sup>.

Em seguida, no texto, seguiu-se o contraste entre o presidente da FIESP e João Daudt d'Oliveira, a quem o jornal acusava de nunca ter se preocupado em "*revelar-se um candidato a estudos de alta envergadura*"<sup>612</sup>. A reportagem foi publicada em meio às polêmicas em torno da taxaço dos chamados lucros extraordinários do empresariado. Na primeira semana de janeiro de 1944, o ministro da Fazenda anunciou a criação de um imposto especial. Tratava-se

---

<sup>609</sup> Idem.

<sup>610</sup> Idem.

<sup>611</sup> SIM E NÃO. EQUÍVOCOS. *Diretrizes*. Rio de Janeiro, 27 jan. 1944. p. 16. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>612</sup> Idem.

de um imposto sobre os lucros excedentes aos apurados no biênio de 1939-1940. A taxaço foi estipulada da seguinte maneira: 5% sobre 20% dos lucros excedentes aos daquele período; 10% sobre os lucros excedentes a 30%; 30% sobre os excedentes de 40% a 60%; 50% sobre os lucros de mais de 60%<sup>613</sup>. Segundo o mesmo periódico, o governo já havia tentado criar tal imposto no ano anterior, porém, por expressiva pressão contrária do empresariado, recuou, oferecendo como saída os chamados *bônus de guerra*, que por fim, não geraram os resultados esperados<sup>614</sup>. A criação de tal imposto tinha como objetivo promover o reequipamento dos meios de transporte e do parque industrial e conter a inflação.

Conforme ressalta Maria Antonieta Leopoldi, se entre os anos de 1928 e 1933, o país vivenciou um processo de deflação, com a queda dos preços de cerca de 25% em função de uma expressiva crise econômica, a partir de 1933, a situação mudou. A inflação voltou à cena, inicialmente, de forma moderada, como reflexo do crescimento industrial. Porém, entre os anos de 1939 e 1945, os preços tiveram uma disparada de 15% ao ano, em média, chegando a 25%, em 1941, e a 33% em 1943. Por conta da inflação, que corroe o papel-moeda até chegar ao ponto deste ser insuficiente para atender as demandas do meio circundante, levando o governo a adotar como solução a implantação do *Cruzeiro* como moeda<sup>615</sup>.

Elementos expressivos das *classes produtoras* novamente se mobilizaram, tendo como núcleo central as salas da ACRJ para discutir ações de resposta a determinação do governo. Roberto Simonsen prontamente viajou de São Paulo ao Rio de Janeiro e no dia 10 de janeiro, na sala de despachos de João Daudt d'Oliveira, o presidente da FIESP dividia o espaço com outros representantes de setores diversos do empresariado paulista, carioca e gaúcho, a exemplo de João Melão (presidente da Associação Comercial de Santos). Francisco Ferreira (diretor do Sindicato dos Banqueiros de São Paulo), João Fleury da Silveira (ACSP), Jair Ribeiro da Silva (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), Edgard Luiz Schneider (delegado da Associação Comercial de Porto Alegre e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul) e Júlio de Souza Avelar, presidente do Centro do Comércio de Café.

---

<sup>613</sup> Conforme extraído da proposta original do ministério da Fazenda e publicada n'O Jornal. Cf. A TAXAÇÃO DOS LUCROS EXTRAORDINÁRIOS AGITA AOS CÍRCULOS ECONÔMICOS DE TODO O PAÍS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1944. p. 16. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>614</sup> MOVIMENTAM-SE AS CLASSES PRODUTORAS DE TODO O PAÍS, EM TORNO DO IMPOSTO SOBRE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1944. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>615</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. v.2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 276-277.

A chegada a um consenso entre o empresariado ao longo daquelas discussões, segundo *O Jornal*, não foi simples e houve divergências entre representantes do comércio e da indústria. Edgard Luiz Schneider, por exemplo, propôs a realização de uma nova reunião, com a presença também de representantes dos trabalhadores, levando em conta que o assunto era de interesse de todas as forças sociais. Roberto Simonsen apresentou objeções a proposta de Schneider. Ao fim dos trabalhos, sem conseguirem elaborar um documento único reunindo as propostas de todos os setores das *classes produtoras*, ficou decidido que os representantes paulistas apresentariam ainda naquela tarde um documento com o ponto de vista de seu empresariado, que foi entregue por Simonsen ao ministro Souza Costa. No dia seguinte, seria a vez da Associação Comercial do Rio de Janeiro. As delegações dos demais estados, apoiadas pelo empresariado paulista e fluminense, pediram mais tempo para o estudo do assunto antes que fosse tomada qualquer providência<sup>616</sup>.

O decreto original foi então modificado, dado lugar a outro texto, em que, ao invés de fixar como parâmetro o biênio de 1939-1940, deixava à escolha do contribuinte a fixação do biênio a ser utilizado como parâmetro, contanto que fosse compreendido entre os anos de 1936 a 1940. À média dos lucros aferidos no biênio escolhido seria acrescido o valor de 50%, mais 25% dos investimentos que a empresa tenha feito a partir do ano de 1941. A cobrança dos lucros excedentes passava então a obedecer à seguinte estrutura, conforme estipulava o artigo 6º do decreto 6224.

- Vinte por cento (20%) sobre a parte do lucro que não exceder de cem por cento (100%) do lucro básico
- Trinta por cento (30%) sobre a parte compreendida entre cem (100) e duzentos por cento (200%)
- Quarenta por cento (40%) sobre a parte compreendida entre duzentos (200) e trezentos por cento (300 %); e
- Cinquenta por cento (50%) sobre o que exceder de trezentos por cento (300%)<sup>617</sup>

---

<sup>616</sup> A CRIAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OS LUCROS EXTRAORDINÁRIOS. *O Jornal*. 11 jan. 1944. p.6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>617</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 6.224, de 24 jan. 1944. Institui o imposto sobre lucros extraordinários e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6224-24-janeiro-1944-379231-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25/01/2017.

*Diretrizes*, que assumia, portanto, uma linha popular, de defesa dos interesses dos trabalhadores, especialmente no tocante aos reflexos da inflação na vida dessa camada da população considerava que ao longo da guerra, enquanto os trabalhadores sofriam com a inflação e o aumento do custo de vida, o empresariado levava uma vida confortável e próspera. As tentativas de resistência à taxaço dos lucros extraordinários foram duramente criticadas pelo periódico.

Enquanto o governo os deixa ganhar dinheiro, muito dinheiro, com o qual jogam o pif-paf em paradas loucas no Jockey Club ou no Automóvel Club do Anhangabaú, bebem champanhe como se fosse água a 400 cruzeiros a garrafa, dão 40 mil cruzeiros por um bracelete que há um ano não se venderia por 1500 cruzeiros, enquanto o governo os deixa divertir-se no Jequití e no Roof da “Gazeta” em São Paulo e nos casinos do Rio e do Guarujá, em cujas salas de jogo assombram os frequentadores, cobrindo as dúzias com placas de 100 cruzeiros, ansiosos por experimentar a sorte nos salões da Quitandinha, cuja cúpula é maior do que a Basílica de São Pedro... E eles estão radiantes enquanto o governo lhes permite ganhar dinheiro desbragadamente, especular alucinadamente, explorar a miséria do povo impunemente. Proclamam-se todos alicerces da ordem, patriotas ardentes, partidários extremados do pan-americanismo e arautos da grandeza dos destinos do Brasil (...) <sup>618</sup>.

*Diretrizes* posicionava-se contra o nazifascismo e era favorável ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Porém, considerava que o custo da mobilização militar no Brasil deveria seguir o modelo das demais nações aliadas – a exemplo dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá e Austrália: da taxaço dos chamados *lucros excessivos*. Em declarações a imprensa, Daudt posicionava-se contrário a tal prática e *Diretrizes* rebateu seus argumentos.

Mas o sr. Daudt d’Oliveira, com sua responsabilidade de presidente da Associação Comercial e de organizador do Congresso Brasileiro de Economia, não pode sustentar, impunemente, há muito pouco tempo, que esse tipo de lucro é um mal necessário? ... E os homens de negócio continuaram lucrando, a despeito da instituição dos bônus de guerra ou talvez por causa dos bônus de guerra. Sua ânsia de lucro é grande, enorme, incomensurável. Nada os detém e nada os deterá, a não ser a coragem do governo <sup>619</sup>.

Daudt argumentava que querer implementar no Brasil a prática da taxaço dos lucros como custeio para o esforço militar, tal como feita nos Estados Unidos, era um equívoco, uma ingenuidade, pois travava-se, Brasil e Estados Unidos, de países diferentes.

Quem olhar os números das estatísticas americanas compreenderá o absurdo de qualquer comparação. A renda nacional dos Estados Unidos foi, no ano de 1941, de 70 bilhões de dólares, a do Brasil, de 45 bilhões de cruzeiros. Isso quer dizer, feitas as conversões, que a renda nacional da grande Nação, em um ano, é igual a nossa renda em três séculos!!! <sup>620</sup>

<sup>618</sup> VÃO ACABAR OS LUCROS DE GUERRA! *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1944. p.3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>619</sup> Idem.

<sup>620</sup> SIM E NÃO EQUÍVOCOS. *Diretrizes*. Rio de Janeiro, 27 jan. 1944. p. 16. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.



*Diretrizes*, entretanto, contestou o argumento de Daudt, inicialmente apresentando na edição de 25 de janeiro de 1944, nas páginas d' *O Jornal*.

Os três pontos de exclamação são do sr. João Daudt d'Oliveira. Nós os reproduzimos a contragosto, pois achamos que, em lugar de três, devíamos botar, no mínimo, nove pontos de exclamação. Porque o sr. João Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial, promotor do Congresso Brasileiro de Economia, não pode afirmar tal coisa, por suas razões: 1ª) ninguém ainda conseguiu estabelecer ao certo a renda nacional do Brasil, dada a deficiência de nossas características; 2ª) mas mesmo sem existir um cálculo exato da renda nacional brasileira um estudante adolescente sabe que ela não poderá deixar de ser incomparavelmente superior aos 45 bilhões citados pelo fundador do Partido Economista de saudosa memória<sup>621</sup>.

A reportagem termina com uma frase provocativa, dirigindo-se a Roberto Simonsen.

Que acha o sr Roberto Simonsen da citada entrevista do sr. João Daudt d'Oliveira? <sup>622</sup>

Agravando ainda mais o quadro, em maio daquele ano, travou-se na imprensa um mal-estar entre Daudt e Valentim Bouças. Em uma entrevista dada à *United Press*, Bouças afirmou que a solução para a redução dos preços seria uma intervenção mais incisiva dos estados latino-americanos. A diretoria da ACRJ, em especial o seu presidente, interpretaram as declarações de Bouças como uma crítica ao comércio brasileiro, que estaria ditando preços arbitrariamente. Daudt afirmou que a alta dos preços era decorrente da inflação e que as declarações de Bouças lhe causaram surpresa, uma vez que o empresário era também diretor da Associação Comercial<sup>623</sup>.

Nesse contexto de críticas vindas de diferentes segmentos e de questionamento quanto ao nível de sua qualificação para intitular-se representante *das classes produtoras*, Daudt resolveu *modificar* a sua autobiografia, ressaltando alguns traços de sua formação intelectual. A história do caixeiro que prosperou e conseguiu tornar-se sócio do estabelecimento onde trabalhava deu lugar a narrativa de um sobrinho que, encaminhando pelo tio o criou, estudou nas melhores escolas de Porto Alegre, sendo colega de Getúlio Vargas nos bancos da Escola Brasileira nos tempos de ginásio e mais tarde, na Faculdade de Direito de Porto Alegre. A nova investida contou com as penas amistosas dos jornalistas dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. *O Jornal*, propôs-se a “*contar a vida desconhecida do muito conhecido sr. João*

---

<sup>621</sup> Idem.

<sup>622</sup> Idem.

<sup>623</sup> DIVERGEM OS SRS. BOUÇAS E DAUDT. *O Jornal*, 18 mai.1944. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

*Daudt d'Oliveira*". O tio austero descrito anos antes por Daudt em entrevista a *O Radical* dá lugar a Jango, homem que criou e foi responsável pelo sustento material e encaminhamento profissional de Daudt. A reportagem d'*O Jornal* ressalta que, enquanto estava no Exército, na Praia Vermelha, Daudt, além do soldo de 30 mil réis, recebida uma mesada paga por Jango no valor de 20 mil réis.

Os 30 mil eram para a lavanderia, os fascículos escolares e o doceiro que fazia ponto nas redondezas. Com a mesada ele se divertia: frequentava o teatro Recreio e depois dos espetáculos comia as saborosas "iscas com elas" de um dos restaurantes da cidade<sup>624</sup>.

Segundo a mesma reportagem, a expulsão de Daudt da escola militar deixou Jango contrariado, porém, o discurso quando ao destino imposto ao sobrinho era bem diferente daquele narrado nas páginas d'*O Radical* em 1942.

Tio Jango estava zangado com o sobrinho irrequieto.  
- Imaginem! Um revoltoso! Pois agora o que lhe resta é trabalhar.  
Arranjou-lhe um emprego de ajudante de guarda-livros da Companhia de Gás. Ele trabalhava e estudava Direito. Quando colou grau, era já diretor da companhia.  
Ao refundir-se a empresa do tio, transformado agora no Rio de Janeiro num dos maiores fabricantes de produtos farmacêuticos do país, o sr. João Daudt d'Oliveira nela ingressou como sócio e diretor (...)<sup>625</sup>.

Como é possível notar, Daudt, mesmo enquanto foi presidente do Partido Economista do Brasil<sup>626</sup>, procurou representar não só o comércio, mas as *classes produtoras* como um todo. Em um contexto de críticas frequentes, investiu, pois, na publicidade de sua imagem, de sua autobiografia, via imprensa, em uma construção que expusesse socialmente características que dessem suporte para sua atuação enquanto representante do empresariado. Nesse sentido, na década de 1940, como veremos, sua iniciativa não ficou restrita ao CBE. Articulou, anos mais tarde, a Conferência das Classes Produtoras, como veremos em seção mais adiante deste capítulo.

#### **4.5: Os conflitos entre empresariado: a *controvérsia* Simonsen x Gudin**

Para a elite política, a questão que se fazia cada vez mais presente era a de que, diante do reconhecimento de que o modelo autoritário brasileiro não se sustentaria no pós-guerra,

<sup>624</sup> VIDA DESCONHECIDA DOS HOMENS CONHECIDOS. *O Jornal*, 23 ago.1944. p. 3 e 10. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>625</sup> Ibidem. p. 10.

<sup>626</sup> Cf. Capítulo 2 desta tese.

como então seria a transição do autoritarismo para a liberal-democracia, sem que esse processo implicasse no desalojamento dessa elite política dos quadros do poder?

Nesse processo, o governo mostrava sinais de promover maior empenho para sustentar o apoio político do empresariado. Mesmo antes das concessões feitas quanto ao imposto sobre os lucros extraordinários, foi criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), por determinação do decreto-lei 5.982, de 10 de novembro de 1943. O texto do decreto apresentava entre as justificativas para a criação do CNPIC, a necessidade de promover a “*articulação harmônica entre os vários setores, da administração pública ou autárquicos, que interferem nas atividades industriais e comerciais do país*”<sup>627</sup>.

O decreto determinava que o conselho fosse constituído por dois representantes da indústria, dois do comércio, um do ministério da Fazenda, um do Ministério da Agricultura, um do Ministério da Viação e Obras Públicas, um do ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e cinco pessoas nomeadas pelo presidente da República. A presidência do conselho cabia ao ministro do Trabalho. O CNPIC ficou assim constituído:

**Quadro 19: Composição do CNPIC**<sup>628</sup>

NOME	REPRESENTAÇÃO
Artur Pereira de Castilho	Ministério de Viação e Obras Públicas
Heitor Vinícius da Silveira Grilo	Ministério da Agricultura
Henrique Dória de Vasconcelos	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Tito Vieira de Resende	Ministério da Fazenda
Euvaldo Lodi	Indústria – presidente da CNI
Roberto Simonsen	Indústria – presidente da FIESP
Brasílio Machado Neto	Comércio – presidente da ACSP
João Daudt d’Oliveira	Comércio – presidente da ACRJ
Ari Frederico Torres	Engenheiro – ligado a ACSP
Berto Condé	Advogado – ligado a ACSP
João Pinheiro Filho	Advogado – ligado ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas
Oton Lynd Bezerra de Melo	Industrial
Francisco Clementino de San Tiago Dantas	Advogado

O CNPIC tinha oito finalidades, que consistiam em estudar, planejar e indicar:

- a) as medidas de adaptação da economia brasileira decorrente da guerra às condições necessárias à implantação da paz;

<sup>627</sup> BRASIL. Decreto-lei 5.982, de 10 de novembro de 1943. Cria o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5982-10-novembro-1943-416061-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18/01/2017.

<sup>628</sup> Cf. DINIZ, Eli. Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-politica-industrial-e-comercial-cnpic>>. Acesso em: 12/01/2017. BRASIL. Decretos de 23 de fevereiro de 1944. Diário Oficial da União. Seção I, p. 9. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6289-23-fevereiro-1944-452565-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02/02/2017.

- b) as medidas necessárias ao fomento das atividades industriais e comerciais do país;
- c) as providências necessárias à defesa das atividades já existentes, bem como à formação de novas, especialmente de produção de matérias-primas essenciais;
- d) as providências concernentes à fundação de indústrias de base, visando os interesses da defesa ou da economia nacional, em função das possibilidades naturais, sua localização, facilidades de transporte ou proximidade dos centros de consumo, problemas migratórios e imigratórios ou de desemprego;
- e) as medidas que promovam intercâmbio, cada vez mais intenso, entre as várias zonas econômicas do país;
- f) as medidas de emulação ou esclarecimento, que dignifiquem e prestigiem as atividades econômicas brasileiras, propondo, ainda, os meios coercitivos capazes de evitar a fraude ou a concorrência desleal;
- g) os meios que proporcionem real e eficiente colaboração das entidades sindicais de qualquer grau, nas atividades industriais e comerciais;
- h) medidas tendentes à consolidação de normas de política industrial e comercial, visando o fortalecimento econômico do Brasil, e elevação do padrão geral de vida e a possibilidade de intercâmbio, cada vez maior, com as demais nações amigas<sup>629</sup>.

Segundo Eli Diniz, a criação do CNPIC faz parte de um contexto de composição do governo com setores sociais em confronto. Deste modo, para Diniz, o conselho

representou uma tentativa de aprofundamento da influência da burguesia industrial, que, através de sua liderança mais expressiva, pressionava por uma participação mais intensa na formulação de alternativas de política econômica. Esta tentativa contou com o apoio da burguesia comercial, representada, principalmente por João Daudt d'Oliveira<sup>630</sup>.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio solicitou ao CNPIC a elaboração de um relatório com sugestões para a formulação de uma política comercial e industrial a ser posta em prática no Brasil. O conselho indicou Roberto Simonsen para ser o responsável pela elaboração do relatório<sup>631</sup>.

Simonsen atuou de maneira expressiva na formulação de um parecer. Seus argumentos a favor de um projeto de planificação da economia, apresentados no CBE, foram desenvolvidos no CNPIC. Defendia, com isso, uma presença mais incisiva do Estado na economia,

---

<sup>629</sup> BRASIL. Decreto-lei 5.982, de 10 de novembro de 1943. Cria o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5982-10-novembro-1943-416061-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18/01/2017.

<sup>630</sup> DINIZ, Eli. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 204.

<sup>631</sup> TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. O debate em perspectiva histórica. In: TEIXEIRA, Aloísio. MARINGONI, Gilberto. GENTIL, Denise. *Desenvolvimento. O debate pioneiro de 1944-1945*. IPEA: Brasília, 2010. p. 20.

promovendo ações que fortalecessem o setor industrial. Embora a centralização política não fosse algo defendido de longa data pelo empresário paulista, é a partir do fim da década de 1930 que essa postura passa a ser um componente reivindicado por ele e ligado a defesa de uma política protecionista<sup>632</sup>.

No entanto, enquanto a discussão se encaminhava dentro do CNPIC, o governo federal implantava um novo órgão, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. O CPE foi criado cerca de seis meses depois do CNPIC e tinha como finalidade estabelecer bases permanentes a experiência da Coordenação da Mobilização Econômica.<sup>633</sup> Os membros do CPE foram nomeados por decreto publicado em 6 de junho de 1944. Daudt também fazia parte deste grupo.

---

<sup>632</sup> DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. p. 66-67.

<sup>633</sup> DINIZ, Eli. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 204.

**Quadro 20: Membros da Comissão de Planejamento Econômico<sup>634</sup>**

NOME	ENTIDADE DE ORIGEM
Valentim Bouças	ACRJ
Jorge Kafuri	Economista e professor da Escola Nacional de Engenharia <sup>635</sup>
Jorge Latour	Ministério das Relações Exteriores <sup>636</sup>
João Daudt d'Oliveira	ACRJ
Arthur Castilho	Engenheiro. Ligado a empresas do setor ferroviário <sup>637</sup>
Hélio Macedo Soares e Silva	Militar – Tenente Coronel Tenente-coronel e Secretário da Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro <sup>638</sup> .
Américo Jaques Mascarenhas Silveira	Militar – Capitão de Fragata
Fernando Moniz Freire Junior	Militar – Capitão de Corveta
Canrobert Pereira da Costa	Militar General de Brigada. Secretário-geral do Ministério da Guerra <sup>639</sup>
Armando Perdigão	Tenente-Coronel Aviador
Leoni de Oliveira Machado	Militar – Coronel
Henrique Dória de Vasconcelos	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
Guilherme da Silveira	Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro <sup>640</sup> .
Eugênio Gudín	Professor na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas <sup>641</sup>
César Grilo	Engenheiro, diretor da Aeronáutica Civil <sup>642</sup> .
Mário de Almeida	S/I <sup>643</sup>
Apolônio Sales [	Ministro da Agricultura <sup>644</sup>

Embora o CPE tivesse entre seus membros dois conselheiros do CNPIC – Daudt e Henrique Dória de Vasconcelos, o pensamento predominante do novo órgão foi bastante distinto. Entre os membros do CPE predominaram ideias contrastantes às do CNPIC e, em especial, às de Simonsen, defendidas de forma enérgica por Eugenio Gudín, considerado um

<sup>634</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção 1. 18 jun.1944. p. 25-26. N.10527.

<sup>635</sup> CURSOS GRATUITOS DE ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1941, Vespertina, Geral, p.7. Acervo Digital d'O Globo.

<sup>636</sup> O GLOBO NA SOCIEDADE. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 ago.1944, Vespertina, Geral; p.4. Acervo Digital d'O Globo.

<sup>637</sup> APROVADO O NOVO PLANO TARIFÁRIO DA CENTRAL. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1940, Vespertina, Geral. p.2

<sup>638</sup> CPDOC. SOARES, Hélio de Macedo. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-de-macedo-soares-e-silva>>. Acesso em: 22/01/2017.

<sup>639</sup> LAMARÃO, Sérgio. COSTA, Canrobert Pereira da. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-canrobert-pereira-da>>. Acesso em: 04/01/2017.

<sup>640</sup> KORNIS, Mônica. SILVEIRA, Guilherme da. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-guilherme-da-silveira-filho>>. Acesso em: 04/01/2017

<sup>641</sup> KELLER, Vilma. Gudín, Eugenio. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>>. Acesso em: 04/01/2017.

<sup>642</sup> MULTADO O AVIADOR. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 mai. 1944. Vespertina, Gera. p. 2. Acervo Digital *O Globo*.

<sup>643</sup> Ao longo da pesquisa, não conseguimos obter informações sobre a origem deste conselheiro.

<sup>644</sup> ENERGIA ELÉTRICA PARA TODO O NORDESTE. *O Globo*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1944. Vespertina, Geral. p. 2. Acervo Digital *Jornal O Globo*. Cf: Biografia no sítio do Senado Federal. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1471>>. Acesso em: 21/01/ 2017.

paladino do liberalismo de linha ortodoxa. Rejeitava a industrialização induzida por uma política oficial de crédito, o que seria, em sua interpretação, um fator expressivo a contribuir para a inflação<sup>645</sup>.

O relatório elaborado por Simonsen, intitulado *A planificação da economia brasileira*, datado de 16 de agosto de 1944<sup>646</sup> foi encaminhado pela Presidência da República ao CPE. O relator da matéria foi Eugênio Gudín, que emitiu um parecer recomendando redução do volume de obras e investimentos do governo federal e restrição e controle do crédito, medidas bem distintas, portanto, daquelas de caráter protecionista, propostas pelo CNPIC<sup>647</sup>: Gudín criticou sistematicamente as concessões do Estado aos interesses dos industriais, especialmente no tocante à política protecionista. Considerava tais concessões responsáveis pela baixa produtividade da indústria nacional por acarretarem na redução da concorrência<sup>648</sup>.

Quanto a proposta de planificação da economia, Gudín afirmava que

O conselheiro Roberto Simonsen filia-se (...) à corrente dos que veem no “plano” a salvação de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que a tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado “New Deal” americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé<sup>649</sup>

Nascia, nesse contexto a chamada *Controvérsia* sobre o desenvolvimentismo do Brasil. Tratava-se de uma discussão acalorada entre Simonsen e Gudín, que ocorreu entre 1944 e 1945, em que, de um lado, a vertente liberal-mercadista defendida por Gudín disputava com a vertente industrial desenvolvimentista de Simonsen<sup>650</sup>.

---

<sup>645</sup> AQUINO, Arthur. *A controvérsia do planejamento econômico e a consolidação do projeto industrialista* (1943-1945): liberalismo e desenvolvimentismo em luta pela hegemonia. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, 2011. p. 12-14

<sup>646</sup> TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. O debate em perspectiva histórica. In: TEIXEIRA, Aloísio. MARINGONI, Gilberto. GENTIL, Denise. *Desenvolvimento*. O debate pioneiro de 1944-1945. IPEA: Brasília, 2010. p. 11.

<sup>647</sup> Ibidem. p. 206.

<sup>648</sup> DINIZ, Eli. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 208. Uma das críticas feitas por Gudín foi em relação as estatísticas apresentadas por Simonsen. O presidente da FIESP teve como base um estudo elaborado a seu pedido pelo Serviço da Estatística da Previdência, órgão do Ministério do Trabalho. No entanto, como não havia naquele período estatísticas macroeconômicas sobre o Brasil, o trabalho apresentado não apresentou dados consistentes. Apesar disso, Simonsen utilizou-os e deu a eles ênfase considerável. Cf: TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. op. cit. p. 20.

<sup>649</sup> GUDIN, Eugenio. SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 1977, p. 54, apud: MARINGONI, Gilberto. Os personagens e as ideias. In: TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. op.cit. p.82

<sup>650</sup> A resposta de Gudín ao parecer de Simonsen foi reunida na publicação *Rumos de política econômica* - um relatório preparado para a CPE e divulgado em março de 1945. No relatório, Gudín criticou diversos pontos do parecer de Simonsen. Em resposta, o presidente da FIESP escreveu uma réplica à CPE. Embora a comissão tenha sido dissolvida em 1945 e Roberto Simonsen falecido em 1948, a discussão não se encerrou, ultrapassando décadas seguintes. Cf: TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. Op. Cit. p. 12. MARINGONI, Gilberto. Simonsen

Entre os principais eixos do pensamento de Simonsen, é possível destacar o argumento de que a industrialização seria uma forma eficaz de superar a pobreza. Esse processo de industrialização deveria se dar de forma integrada, tendo como ênfase as indústrias de base. Ignacio Delgado ressalta que tal posicionamento foi também defendido por João Daudt d'Oliveira ao longo do CBE. Ao abordar a temática da conjuntura do pós-guerra, o presidente da ACRJ argumentou que em vários países, tanto o estado quanto as diferentes forças sociais já se preparavam naquele momento para o advento de novas formas de organização econômica e social. Nesse sentido, no caso do Brasil, Daudt argumentou que

uma reforma social não passará de logomaquia, porém, sem o aumento da renda nacional. Jamais será alcançada se predominarem a atividade agrícola e a produção de matérias-primas como formas fundamentais à vida econômica do nosso povo. Daí tiremos um rumo preciso, claro, insofismável, a que não se poderá deixar de estar vinculada qualquer política econômica brasileira no futuro a industrialização do país<sup>651</sup>.

Simonsen também argumentava, como foi possível observar já em diversos momentos deste trabalho, a necessidade da intervenção do Estado no processo de industrialização. Neste aspecto, protecionismo e planejamento econômico deveriam caminhar lado a lado para a promoção do desenvolvimento. Aloísio Teixeira e Denise Lobato Gentil apontam ainda como elementos que compunham o pensamento de Simonsen a necessidade de controle estatal do comércio exterior, pois, em seu entendimento havia desequilíbrios estruturais nas contas externas brasileiras. Além disso, argumentava que o fortalecimento do mercado interno como solução para contrabalancear a vulnerabilidade da economia do país frente às crises econômicas internacionais, em função de sua dependência das exportações de produtos primário <sup>652</sup>. Conforme explicam Teixeira e Gentil,

Esse argumento ligava-se a outro, em que criticava a ação de mercados internacionais em relação à produção primária brasileira. [Simonsen] chegou a usar palavras mais próprias a um radical de esquerda que a um empresário de sucesso: “A política imperialista das grandes nações coloniais e a mão-de-obra a preços vis dos trabalhadores asiáticos são os maiores responsáveis pela nossa fraca contribuição ao mercado mundial de produtos tropicais”<sup>653</sup>.

---

versus Gudin, a controvérsia pioneira do desenvolvimento. *Desafios do desenvolvimento*. IPEA. 2012. Ano 9. Edição 73 - 28/08/2012

<sup>651</sup> 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Anais*. Rio de Janeiro, 1943. 1º volume, p. 67.

<sup>652</sup> TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. O debate em perspectiva histórica. In: TEIXEIRA, Aloísio. MARINGONI, Gilberto. GENTIL, Denise. *Desenvolvimento*. O debate pioneiro de 1944-1945. IPEA: Brasília, 2010. p. 14-15

<sup>653</sup> *Ibidem*. p. 15. Os autores fazem referência a uma fala de Simonsen presente na publicação *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. RJ: Ipea/INPES, 1977, p. 201.



Embora, como vimos na seção anterior, fosse considerado por setores da imprensa como um representante mais legítimo do empresariado por conta de sua erudição, Simonsen não era um economista, não utilizou a teoria econômica para suas reflexões, o que contribuiu para que alguns de seus argumentos fossem suscetíveis a críticas de economistas conservadores<sup>654</sup>.

Já Eugenio Gudín dedicava-se desde a década de 1920 ao estudo de questões econômicas. Na década de 1930, foi convidado a integrar importantes órgãos técnicos e consultivos de coordenação econômica do governo federal. Foi um dos pioneiros como docente no ensino superior de economia no Brasil, participando, em 1938, do processo de criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, onde exerceu o magistério. Naquele ano de 1944, foi designado por Gustavo Capanema, ministro da Educação, a redigir o projeto de lei institucionalizando o curso de economia no Brasil<sup>655</sup>. Entre as principais obras de Gudín, destacam-se *As origens da crise mundial (1931)*, *Capitalismo e sua evolução monetária (1935)*, *Princípios de economia monetária (1943)*, e *Rumos de política econômica (1945)*, este último, em resposta à planificação da economia brasileira, obra de Simonsen.

Com relação ao parecer de Simonsen, Gudín foi contrário ideia de que a proteção às indústrias básicas fomentaria o mercado interno. Para ele, tal prática era, na verdade, algo lesivo aos interesses dos consumidores. Gudín argumentou que em qualquer economia de mercado, o risco é algo indissociável de qualquer empreendimento. Caso o Estado assegurasse o lucro desses empreendimentos, tal prática consistiria, na verdade, em vantagens desproporcionais aos esforços que os empresários beneficiados por essas medidas despenderiam. Gudín considerava como medidas cabíveis unicamente isenção ou redução de impostos e garantia de juros a empréstimos realizados no Brasil ou no exterior, por períodos determinados<sup>656</sup>.

No contexto de eclosão da *controvérsia*, o discurso de Daudt era semelhante ao de Simonsen no CNPIC – conselho que, como abordado neste capítulo, enfatizava o papel do Estado no sentido de viabilizar o planejamento econômico. Daudt acrescentou que tal tipo de atuação do Estado não era contraditória a regimes democráticos.

O planejamento não pressupõe compromissos ideológicos; é uma técnica neutra, de caráter estritamente científico. Dele se utilizaram em larga escala não apenas a Rússia e os países fascistas, mas democracias tradicionais, como a Inglaterra, os Estados Unidos, o Chile.

<sup>654</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro — o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. RJ: Ipea/INPES, 1988: p. 103. Apud: TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. op. cit. p. 16.

<sup>655</sup> KELLER, Vilma. Gudín, Eugenio. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>>. Acesso em: 04/01/2017.

<sup>656</sup> DINIZ, Eli. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 148.

Os norte-americanos têm neste momento mais de 150 entidades, particulares e oficiais, estudando afincadamente os planos para o após-guerra.

Sem planejamento não será possível no Brasil combatermos o pauperismo, elevarmos o padrão de vida do povo, estabelecermos a indústria e comércio e a agricultura em bases hígdas e sólidas.

Situado numa posição de equilíbrio, o Estado será o orientador e harmonizador dos planos individuais ou de grupos. Será ainda o defensor do interesse nacional, e impulsionador da elevação do nível de vida e cultura para os brasileiros<sup>657</sup>.

Em meio a esse acalorado debate, Roberto Simonsen articulou a realização do 1º Congresso Brasileiro de Indústria. Tratava-se, segundo Eli Diniz, de um esforço de divulgação das propostas desenvolvidas pelo CNPIC junto ao empresariado, buscando apoio para as propostas de desenvolvimento industrial a serem implementadas no pós-guerra. Dos pontos mais expressivos a serem apresentados no CBI, duas propostas se destacaram: 1) a aceleração do ritmo de desenvolvimento industrial do Brasil, como estratégia para aumentar o poder aquisitivo dos brasileiros, por meio do fortalecimento do mercado interno; 2) a ampliação da intervenção do Estado na economia, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico<sup>658</sup>

O CBI foi realizado entre os dias nove e 16 de dezembro de 1944. Vargas foi convidado para ser presidente de honra do congresso. Em sua inauguração, compareceram Fernando Costa, interventor de São Paulo, e Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Euvaldo Lodi, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi designado para presidir os trabalhos. A comissão técnica tinha Simonsen como dirigente máximo.

Segundo Ignacio Delgado, quanto às suas formulações, o CBI

expressa de forma mais exclusiva o ponto de vista dos industriais. As resoluções aprovadas são mais explícitas na defesa da planificação, da proteção tarifária à indústria e na proposição de uma estrutura tributária que evite os impostos diretos. Todos esses elementos são articulados à imagem do atraso do País, que exigiria medidas diversas daquelas adotadas nos países “supercapitalizados”, de modo a se proceder à “recuperação do tempo perdido”. Assinalando que “o novo povo brasileiro já está solidificando o conceito de democracia e liberdade”, as resoluções do congresso sobre a planificação destacam sua importância para a elevação da “renda nacional” e sua compatibilidade com o regime democrático, “garantindo a primazia da iniciativa particular”<sup>659</sup>

Embora fosse membro do CNPIC e intitulasse a si próprio como presidente de uma entidade que congregava setores também da indústria e da agricultura, o nome de Daudt não

<sup>657</sup> OLIVEIRA, João Daudt. O Planejamento Econômico. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro. Ano X, nº 439, 15 de outubro de 1944. p. 22.

<sup>658</sup> *Ibidem*. p. 208-209.

<sup>659</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 119-120. As expressões entre aspas foram extraídas pelo autor do texto das conclusões aprovadas no CBI.

figura entre os participantes, mas a proximidade entre Simonsen e Daudt, expressas no CBE e no CNPIC, manteve-se e foi expressa em outras iniciativas que envolveram a articulação conjunta de ambos os empresários. Ao longo dos anos seguintes, o discurso de Daudt tende a se aproximar daquele defendido por Roberto Simonsen, como é possível constatar na análise dos argumentos defendidos pelo presidente da ACRJ na conferência internacional de Rye, ao final daquele ano, e na Conferência das Classes Produtoras, no ano seguinte – abordadas nas próximas seções deste capítulo.

#### **4.6: O destino de dois povos no pós-guerra: a participação de Daudt na conferência internacional de Rye e a crença na cooperação estadunidense no pós-guerra**

Desde o ano de 1941, a reorganização mundial no contexto do pós-guerra já vinha sendo discutida por lideranças políticas dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. Entre as propostas em discussão, destacava-se a vertente que dizia respeito à ordem econômica internacional que prevaleceria ao final do conflito. A proposta defendida pelos Estados Unidos era um conjunto de medidas que eliminassem as barreiras ao livre fluxo de bens e serviços e a criação de organismos internacionais responsáveis por estabelecer normas e sanções cabíveis sobre os países. Tais medidas eram incentivadas pelo empresariado estadunidense ligado ao comércio exterior, que via na hegemonia de seu país um cenário expressivamente favorável para seus empreendimentos<sup>660</sup>.

Entre parte do empresariado brasileiro, pairava a expectativa de que os Estados Unidos manteriam suas iniciativas de cooperação para com o Brasil. Nesse sentido, Daudt argumentava estar certo de poder contar com o apoio daquele país na execução do projeto defendido no CNPIC. No discurso intitulado *O Planejamento Econômico*, proferido em reunião do Conselho Diretor da ACRJ, Daudt, valendo-se de declarações proferidas por Adolph Berle, um dos conselheiros do presidente Roosevelt, afirmou:

É evidente que para a realização do que for planejado podemos contar com a cooperação fraternal e eficiente dos Estados Unidos. O espírito que inspira atualmente as elites e o governo americano a esse respeito é o que foi muito claramente expresso por Adolph Berle, o famoso líder do “Brains’S Trust” de Roosevelt, em recente assembleia de educadores em Philadelphia<sup>661</sup>.

<sup>660</sup> MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (dir). História geral da Civilização Brasileira. *O Brasil Republicano*. Economia e Cultura (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 54.

<sup>661</sup> OLIVEIRA, João Daudt. O Planejamento Econômico. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro. Ano X, nº 439, 15 out. 1944. p. 22.

Em seguida, reproduziu um trecho do discurso de Berle

A manutenção da política do Bom Vizinho, que significa paciência e compreensão, torna-se um dos grandes deveres dos Estados Unidos.

Paralelamente a este existe outro dever, o dever de assegurar que os interesses comerciais americanos, agindo no estrangeiro contribuam ativamente para o bem-estar dos países em que operam. O êxito de um empreendimento dos Estados Unidos será medido mais pelas condições de trabalho que criar, pela saúde nos lares dos empregados, e pela crescente capacidade dos povos a que serve, do que pelo montante de seus lucros. Essa ideia de estadismo industrial está tomando corpo entre os homens de negócios dos Estados Unidos. A geração futura deve aprender que os negócios e o comércio estrangeiro são a arte de contribuir para o desenvolvimento do país estrangeiro mais que a arte de conquistar e explorar os lucros.<sup>662</sup>

O empresário, em sua primeira gestão enquanto presidente da ACRJ não poupou esforços para aproximar-se dos Estados Unidos e de seu empresariado. Ainda na primeira reunião de diretoria sob sua presidência, formalizou o ingresso de três empresários estadunidenses, ligados ao comércio exterior com o Brasil, eleitos por assembleia geral para ingressar no Conselho Diretor da ACRJ. Tratava-se de Earl Clarck Givens, Wingate Anderson e Stephen Danforth. Segundo Daudt, a presença dos empresários no corpo de diretores da entidade contribuiria para demonstrar “*estreita intercompreensão continental*” entre o Brasil e os EUA<sup>663</sup>.

Daudt envolveu-se de maneira mais expressiva no Conselho Permanente das Associações Comerciais Americanas, que reuniu empresários do Brasil Estados Unidos, México, Uruguai, Argentina, Peru e Chile, recebendo seus delegados e disponibilizando a sede da ACRJ para a primeira reunião do grupo. A finalidade do conselho era organizar uma assembleia a ser realizada em Nova York, em 1944. Entre os assuntos a serem discutidos estavam:

- 1) Consumo e infraconsumo
- 2) Intervencionismo do Estado
- 3) Industrialização
- 4) Consolidação com comércio interamericano e coordenação de indústrias
- 5) Movimento internacional de capitais
- 6) Função das Bolsas de Comércio
- 7) Estabilidade monetária
- 8) Produção e comércio de produtos básicos
- 9) Novos produtos americanos suscetíveis de comércio

---

<sup>662</sup> Idem.

<sup>663</sup> ACRJ. *Ata da seção do Conselho Diretor da ACRJ*, 6 jan. 1943. p. 2.

10) Transporte marítimo<sup>664</sup>

Nesse contexto, realizou-se em Bretton Woods (New Hampshire), nos Estados Unidos a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. Representou um dos eventos mais expressivos no processo de reorganização da economia capitalista no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. A Conferência discutiu e estabeleceu regras financeiras e comerciais e a partir dali, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (*International Bank for Reconstruction and Development – IBRD*). O Brasil foi representado por uma delegação chefiada pelo ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, composta por Eugenio Gudín, Francisco dos Santos Filho (diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil), Vitor Bastian (diretor do Banco da província do Rio Grande do Sul), Agnaldo Fragoso (assistente de Oswaldo Aranha, no Ministério das Relações Exteriores), Otávio Gouveia de Bulhões (chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda), Santiago Fernandes (do Banco do Brasil S.A.), R.R. Vieira (da Delegação do Tesouro Brasileiro em Nova York), Daniel Máximo Martins (Ministério da Fazenda), Zuxis Ferreira Neves e Charles Frelig (os dois últimos, membros da Embaixada do Brasil em Washington)<sup>665</sup>.

Embora não tenha feito parte da delegação oficial, Daudt mantinha-se interessado nas questões que envolviam os rearranjos em curso para o período do pós-guerra, especialmente no tocante as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Participou da recepção a Souza Costa no Palácio da Fazenda, saudando o ministro recém-chegado de Bretton Woods, com um discurso.

Falo em nome da Federação das Associações Comerciais do Brasil, como seu presidente, e no da Confederação Nacional da Indústria por honrosa delegação de seu ilustre presidente, meu prezado amigo dr. Euvaldo Lodi.

As classes produtoras, por meu intermédio, vem juntar a voz do seu aplauso às justas manifestações que neste momento celebram o feliz regresso de v. exa. e de seus ilustres companheiros da delegação nacional à Conferência de Bretton Woods.

Nestas primeiras frases de abertura do seu discurso, Daudt expõe as credenciais de sua representatividade junto ao empresariado, ao enfatizar que falava em nome das *classes produtoras*. Também elenca, ao longo do resto de seu discurso, as iniciativas realizadas sob sua

<sup>664</sup> CONGRESSO INTER-AMERICANO de Associações de Comércio e Produção. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>665</sup> Cf. BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (2): 2009. p.530-531.

liderança, a exemplo do CBE, para, ao final de sua fala, reforçar a tese que defendia junto ao CNPIC, a respeito da planificação da economia, não se intimidando pelo fato de que quem esteve ao lado do ministro na delegação foi um dos maiores críticos desta linha – o economista Eugenio Gudín.

O esforço das *classes produtoras* do Brasil, senhor ministro Souza Costa, é estimulado pela confiança que depositaram na atuação de V. Ex., como delegado do eminente presidente Vargas, cheia de acuidade e de atenção em face dos sérios problemas econômicos que temos de enfrentar no presente e no após guerra que se aproxima. De nossa parte a vigília já começou há longos meses, com estudos, debates e pesquisa sobre a realidade econômica brasileira e seu futuro, que desejamos ajudar a prever e planificar. Não nos detivemos nos resultados do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia: em nossos Institutos de Economia, nos departamentos especializados de nossas associações de classe, prosseguimos estudando sem descanso, Guia-nos o exemplo de várias das nações unidas, como o Chile, o México, a China e os Estados Unidos, onde a planificação economia é uma realidade, para a qual a iniciativa privada contribuiu em escala apreciável<sup>666</sup>.

Daudt manteve sua inserção em outros esforços de representação internacional do empresariado brasileiro. Naquele mesmo mês, quando da instalação da Seção Brasileira do Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção (CICYP)<sup>667</sup>, foi designado para representar o setor do comércio brasileiro<sup>668</sup>. O CICYP foi criado em junho de 1941, em Montevideu, no Uruguai. Tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, formada por empresários com o objetivo de defender os princípios da iniciativa privada.<sup>669</sup> A instalação da representação brasileira ocorreu na Sala de Sessões da ACRJ. Do grupo, faziam parte 26 entidades dos setores do comércio, indústria e agricultura. Na reunião de instalação, o assunto que pautou os debates foi a conferência internacional que estava sendo planejada há meses. Três entidades estadunidenses, integrantes do CICYP, ficaram responsáveis pela promoção e organização do evento. Tratava-se da Chamber of Commerce of the United States, da National Association of Manufacturers e do National Foreign Council<sup>670</sup>.

Os organizadores tinham como objetivo executar o projeto que vinha sendo desenvolvido já há meses, de reunir, tanto representantes do empresariado de países aliados quanto de nações neutras, para discutirem problemas econômicos que afetavam seus países, de modo a buscar estabelecerem uma fase mais plena para as relações mundiais e para o

<sup>666</sup> O BRASIL DESFRUTA EXCEPCIONAL SITUAÇÃO INTERNACIONAL. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 ago.1944. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>667</sup> Consejo Interamericano de Comercio y Producción (CICYP)

<sup>668</sup> ACRJ. Notas redacionais. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro. Ano X, nº 438, 1º de outubro de 1944. p. 5

<sup>669</sup> CONSEJO INTERAMERICANO DE COMERCIO Y PRODUCCIÓN. *Mision*. Disponível em: <http://www.cicyp.com.ar/v2/perfil-institucional/>. Acesso em: 9 de janeiro de 2017.

<sup>670</sup> ACRJ. Notas redacionais. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro. Ano X, nº 438, 1º de outubro de 1944. p. 7

intercâmbio internacional. No material de divulgação produzido pelos participantes estadunidenses, a promessa de ajuda dos Estados Unidos num contexto pós-guerra era recebida com alento por parte do empresariado latino americano. Conforme a ACRJ divulgara em seu boletim<sup>671</sup>,

nos textos explicativos da “Internarional Business Conference”, que vem com as firmas prestigiosas dos srs. Eric A. Johnston, Robert Gaylord, Eugene P. Thomas e Eliot Wadsworth, se declara que “a tarefa de assegurar o bem-estar e a prosperidade de mais de dois bilhões de almas, agora e depois da guerra, renova a rota dos dirigentes econômicos do Universo”, acrescentando-se que, “num mundo em que os problemas e o bem-estar de cada país terão que ficar mais unidos do que nunca com os demais povos a mútua compreensão e a cooperação entre esses dirigentes e entre os interesses comerciais das nações que representam, são passos essenciais para o progresso, tanto nacional como internacional, e até para a obtenção e manutenção da paz nacional duradoura<sup>672</sup>.

Um mês antes da conferência internacional, Daudt participou de um fórum promovido pelo *O Jornal* acerca da economia nacional. Pronunciou um discurso intitulado *O Destino de dois povos*, que mais tarde, foi publicado separadamente e difundido entre o empresariado. Daudt argumentava que a trajetória do Brasil e dos Estados Unidos incluíram o desbravamento de territórios e os obstáculos para a conquista do espaço pelos colonos, que tiveram que enfrentar além de territórios marcados por florestas, montanhas e rios caudalosos, a resistência dos povos nativos. Argumentou ainda que o contexto da Segunda Guerra uniu os dois países.

Ao lado dos Estados Unidos desde o primeiro instante esteve o Brasil, amigo certo da hora incerta, fiel à sua tradição secular.  
Nossa cooperação decidida se afirmou desassombradamente tanto no período de não-beligerância como quando ingressamos entre as Nações Unidas para revidar a agressão de que fomos vítimas.  
Matérias-primas, mão de obra, marinheiros, soldados e aviadores do Brasil foram postos sem reservas a serviço de causa comum, em íntima colaboração com os americanos. Destes passamos a receber em escalas sem precedentes auxílio técnico, equipamento bélico e industrial, assistência multiforme e dedicada, que quanto à atividade militar propriamente dita, quer quanto aos nossos problemas sociais e econômicos ligados à guerra.<sup>673</sup>

Daudt registrou ainda sua expectativa quanto às relações entre os dois países ao término da Segunda Guerra, em especial, ao apoio que confiava que o Brasil receberia da nação do norte da América.

---

<sup>671</sup> Ibidem. p. 8

<sup>672</sup> Idem.

<sup>673</sup> OLIVEIRA, João Daudt. *O destino de dois povos*. Rio de Janeiro, 1943. p.13

Quando vier a paz, como num singular acordo tácito, as nações pobres quererão usar, para o erguimento econômico de suas populações, dos meios que os Estados Unidos empregaram para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, os americanos, dotados de uma nova concepção, de que estão fazendo uma bandeira para a conquista da paz mundial, querem a prosperidade das outras nações americanas, criando desde já a mentalidade da cooperação econômica internacional<sup>674</sup>.

Ao contrário dos argumentos expressos nos anos anteriores, Daudt já não mantinha o argumento que destacasse qualquer legado positivo da colonização portuguesa no Brasil. Embora, ao comparar a prosperidade estadunidense com a situação brasileira naquele contexto buscasse se esquivar de críticas, afirmando que não faria julgamentos, ao se referir a unidade territorial e linguística, atribuiu tais elementos ao legado “*dos nossos maiores*”, dando portanto a interpretação de que o *brasileiro* que, assim como o *estadunidense*, desbravou e protegeu o território, sem mencionar a ação do colono inglês ou português. Afirma ainda que para que o Brasil tivesse uma trajetória semelhante à dos Estados Unidos teria sido necessário

ter o mesmo conjunto de circunstâncias favoráveis e estarmos situados na mesma posição histórica. Necessitaríamos aqui a massa de imigração de elevado nível cultural como a que se transportou durante séculos da Europa para se expandir numa pátria nova. Essa aventura deveria ter-se dado na época da revolução industrial, em que os ciclos econômicos se pudessem ajustar aos fatores naturais. Seria, por fim, indispensável que a paz vitoriana do século dezenove permitisse, sem a ameaça permanente das conflagrações de hoje, a construção de um arcabouço econômico e de uma forte mentalidade nacional<sup>675</sup>.

Daudt participou da Conferência Internacional de Comércio, que foi realizada em Rye, no estado de Nova York. Foi designado para chefiar a comissão referente ao tema da *Inversão de capitais estrangeiros*. A Euvaldo Lodi foi designada a temática *Industrialização de áreas novas*. Partiu em 5 de novembro de 1944, chefiando a delegação brasileira, que ficou assim composta<sup>676</sup>:

---

<sup>674</sup> Ibidem. p.13-14.

<sup>675</sup> Ibidem. p.14.

<sup>676</sup> ACRJ. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, Ano X, nº 440, 15 nov. 1944. p.8-9



**Quadro 21: Delegação brasileira à conferência de Rye -NY (1944)<sup>677</sup>**

NOME	ENTIDADE
João Daudt d'Oliveira	ACRJ
Euvaldo Lodo	CNI
Artur Torres Filho	Sociedade Nacional de Agricultura (SNI)
Ari Torres	ACSP
Artur de Lacerda Pinheiro	ACRJ
Alberto Oliveira	Associação Comercial do Rio Grande do Sul
Mariano Ferraz <sup>678</sup>	FIESP

**Figura 12: Desembarque de parte da delegação brasileira à conferência de Rye**

Da esquerda para a direita: João Daudt d'Oliveira; Euvaldo Lodi; Alberto de Oliveira; Lacerda Pinheiro. Mariano Ferraz e Hugo Napoleão.  
Fonte: ACRJ. Boletim da ACRJ. Fonte: Rio de Janeiro, 15 dez. 1944, ano X, nº 441. p.48. Biblioteca da ACRJ.

A conferência se estendeu por nove dias. Participaram 53 países – incluindo a Itália (última a aderir) e mais de 500 delegados. O custeio das despesas da delegação brasileira foi arcado pelas entidades às quais representavam seus delegados<sup>679</sup>. Daudt pronunciou um discurso na primeira sessão plenária da conferência. Falou em inglês para o empresariado da Inglaterra, Rússia, Itália e de diversos países americanos. Foi o único orador da ocasião. No discurso, Daudt retoma o argumento das diferenças das trajetórias históricas entre os países presentes para explicar as origens da discrepância em termos de desenvolvimento econômico entre as nações ali presentes.

<sup>677</sup> Ibidem. p. 8.

<sup>678</sup> Segundo Daudt, como Roberto Simonsen não pode comparecer à conferência, designou Ferraz para representar a FIESP. ACRJ. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 442, 15 jan. 1945. p. 7

<sup>679</sup> HOMENS DE NEGÓCIOS NUM CONCLAVE INTERNACIONAL. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 ago.1944. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Um das nações tiveram recursos, de que outras não gozaram, para fundar em tempo oportuno uma forte estrutura econômica. Na face do desenvolvimento industrial, quando a máquina à vapor multiplicou as forças de produção, elas encontraram à sua disposição carvão para acioná-la e transportar seus produtos, aço para construir estradas, navios a motor para expandir o comércio.

Algumas, na mesma época, estavam ocupadas em desbravar a terra coberta de matas fechadas, em lutar contra a natureza e contra o clima, antes de conquistar os primeiros elementos de sua economia.

Em certo período de crescimento, essa desigualdade podia favorecer a todas dentro de uma fórmula de equilíbrio, visto que umas exportavam matérias-primas e outras as transformavam.

Mas este sistema há muito deixou de ter valor prático. Seu prolongamento não continuaria a favorecer as nações fortemente industrializadas e oprimiria inutilmente as de economia fraca<sup>680</sup>.

Também enfatizou a sua expectativa quanto a cooperação aos países subdesenvolvidos no pós-guerra.

Esta guerra mudou a orientação dos interesses e das aspirações dos povos de tal modo que é inútil pensar que o mundo voltará ao que era antes. Um novo campo se estende diante da energia e da inteligência dos homens de negócio. Dentro de seus respectivos países, eles geralmente não encontrarão as oportunidades que lhes oferecerão à expansão dos seus capitais e da sua técnica os países novos<sup>681</sup>.

É possível observar no discurso de Daudt a expectativa de que o Brasil se consolidaria no pós-guerra com uma configuração diferente no que diz respeito à economia. O papel predominante de exportador de matérias-primas de outrora, daria lugar, definitivamente, a outras atividades, ligadas especialmente à indústria.

A iniciativa da conferência foi bem recebida por Nelson Rockefeller, que promoveu um jantar em sua casa de campo em Tarrytown (Nova York) para receber para receber os representantes das delegações latino-americanas. Daudt e o restante da delegação brasileira tiveram lugar à mesa de Rockefeller<sup>682</sup>.

Em 21 de novembro, a delegação brasileira apresentou suas contribuições à conferência. Ao desenvolver suas considerações acerca da temática da inversão de capitais estrangeiros, Daudt considerou em sua análise a existência de dois tipos de nações naquele contexto internacional: um primeiro grupo, formado por países dotados de economias consolidadas e com elevada estrutura industrial, técnica e alto padrão de vida; e um segundo grupo, caracterizado por países com economias em formação e indústrias incipientes, em que era expressiva a incidência do pauperismo em segmentos consideráveis da população.

---

<sup>680</sup> OLIVEIRA, João Daudt. Construir alguma coisa de humano, fraternal e duradouro. O discurso do dr. João Daudt d'Oliveira na Conferência Econômica Internacional. *ACRJ. Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, 15 dez.1944. ano X, nº 441. P.29

<sup>681</sup> Idem.

<sup>682</sup> *ACRJ. Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 442, 15 jan. 1945. p.13. P.82

Os brasileiros consideram, assim, a necessidade de trazer para a conferência esta primeira tese: o reconhecimento de que política de comércio e de inversão de capitais deve ter como ponto de partida a harmonização de interesses desses dois grupos de nações.

(...)

Vindo ao encontro das aspirações das nações menos desenvolvidas economicamente, as maiores estarão inteligentemente cuidando de seus próprios interesses. Elas poderão aproveitar melhor as inversões dos seus capitais e de sua técnica em regiões que tenham capacidade de absorvê-los, e aí intensificar a produção das matérias-primas e de artigos de alimentação indispensáveis ao consumo delas próprias.

Dessa maneira, poderão desenvolver o índice de produtividade daquelas nações, e, ao mesmo tempo, criar nelas uma grande massa de consumidores para seus produtos industriais especializados.

No relatório final daquela seção, o ponto de vista de Daudt aparece registrado no item “*Objetivos sociais do capital*”, assim definido:

Sempre que companhias particulares estrangeiras fizerem inversão de capital em áreas economicamente pouco desenvolvidas, os fins e os efeitos sociais de tais investimentos deverão receber toda a atenção. Deverão também ser levadas em consideração as leis sociais e trabalhistas dos países importadores de capital e todos os esforços deverão ser envidados no sentido de se melhorarem as condições de saúde e o padrão de vida da população local.

Tanto os países que emprestam, quanto os que recebem os empréstimos deverão reconhecer a mutualidade de seus interesses, evitando-se dessa forma a discriminação e tratamento injusto, da parte de quem recebe, e a exploração egoísta, da parte de quem empresta<sup>683</sup>.

A delegação brasileira apresentou ainda uma proposta de autoria de Roberto Simonsen, (que embora não estivesse presente, sendo a FIESP ali representada por Mariano Ferraz), de que fosse adotado, em caráter internacional, um índice aproximado de renda, a ser utilizado como parâmetro nos processos de classificação dos países considerados de economia desenvolvida e dos países com fraco potencial econômico. A proposta, apresentada à Seção de Política Comercial, foi considerada pelos redatores como tendo um caráter “*demasiadamente técnico para uma conferência de homens de negócios*”, conforme lamentou Daudt à diretoria da ACRJ já de volta ao Brasil<sup>684</sup>.

Se, de um modo geral, o resultado da conferência de Rye pode ser considerado como positivo para João Daudt no que tange às propostas que ele elaborou, o panorama que se seguiria seria bem diferente do acordado entre os empresários que participaram daquele conclave. Marcelo de Paiva Abreu ressalta que no contexto dos anos finais da Segunda Guerra Mundial,

<sup>683</sup> CONFERÊNCIA ECONOMIA INTERNACIONAL. Relatórios finais. II. Relatório da seção de investimentos de capitais. *Boletim das ACRJ*. Rio de Janeiro, 15 dez.1944. ano X, nº 441. P. 51

<sup>684</sup> ACRJ. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 442, 15 jan. 1945. p.12

os Estados Unidos mostravam-se já pouco generosos com relação ao Brasil em comparação aos anos iniciais do conflito mundial, quando os objetivos estadunidenses na América Latina ainda não tinham sido alcançados. Sinais desta mudança era a recusa dos Estados Unidos em promover o reajuste dos preços do café e o não-cumprimento da promessa feita de suprimento de matérias-primas e bens intermediários e de capital em escassez no Brasil<sup>685</sup>. A expectativa pelo apoio estadunidense, presente no discurso de Daudt se converterá, nos anos seguintes, a uma insistente reivindicação, conforme será analisado mais adiante neste capítulo.

#### **4.7: A Primeira Conferência das *Classes Produtoras***

A partir do segundo semestre de 1944, a derrota do nazifascismo europeu era vista como inevitável e a manutenção do regime autoritário no Brasil, com Vargas à frente do Estado Novo, mostrava cada dia mais sinais de esgotamento. O DIP evidenciava ineficácia ao não conseguir conter manifestações contrárias ao Estado Novo, a exemplo do 1º Congresso de Escritores e suas teses em prol da liberdade de expressão e sufrágio universal, bem como a entrevista de José Américo de Almeida, concedida ao jornalista Carlos Lacerda e publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro de 1945. Nela, Américo de Almeida defendeu a realização de eleições e manifestou seu apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, confirmada em outubro do ano anterior.<sup>686</sup> Embora dias depois da entrevista o governo tenha promulgado a Lei Constitucional nº 9, prevendo a realização de eleições, tanto para o executivo nacional quanto para os estaduais e municipais, bem como para a Câmara de Deputados e para o Conselho Federal (que substituiria o Senado, seguindo as determinações da Constituição de 1937)<sup>687</sup>, os protestos exigindo o fim do Estado Novo continuaram. Em São Paulo, foi expressiva a mobilização dos estudantes universitários filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto. Dias após a entrevista de Américo de Almeida, os acadêmicos ocuparam a Praça da Sé em um ato de protesto contra Vargas. Em meio ao ato, foram surpreendidos por um numeroso grupo de pessoas de aparência humilde, que começaram a bater panelas e vaiar os estudantes. Entre os sons das panelas e as palavras de protesto como “*Viva os trabalhadores!*” e “*Abaixo*

---

<sup>685</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária (1930-19345). In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. 20ª reimpressão, p.102.

<sup>686</sup> PANTOJA, Sílvia. ALMEIDA, José Américo de. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-jose-americo-de>>. Acesso em: 07/01/2017.

<sup>687</sup> BRASIL. LEI Nº 9 DE 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCT/LCT009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm)>. Acesso em: 07/01/2017.

o PRP” surgiu o “*Nós queremos Getúlio*”. Começava ali um movimento de massas, espontâneo, que ganharia ainda as ruas ao longo dos meses que se seguiram: o **queremismo**. Conforme explica Jorge Ferreira, tratava-se de uma mobilização

somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das “Diretas já”, o *queremismo* apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder<sup>688</sup>.

Enquanto o *queremismo* ganhava as ruas, firmava-se a campanha de Eduardo Gomes. Esta ganhou fôlego a partir de abril de 1945, com o lançamento oficial da União Democrática Nacional (UDN), partido que sustentou sua candidatura. A UDN era um grupo heterogêneo, composto por elementos que iam de políticos como Arthur Bernardes, Oswaldo Aranha, Júlio Prestes e Borges de Medeiros a pessoas dissidentes do Partido Comunista do Brasil. Em comum, tinham a oposição que faziam ao Estado Novo<sup>689</sup>.

Nesse turbulento contexto político, partiu novamente da ACRJ a iniciativa de reunir os representantes das *classes produtoras* para um novo conclave. Assim como em 1943, no contexto da organização do CBE, Daudt foi até São Paulo com o objetivo de ganhar adesão do empresariado daquele estado para mais uma empreitada no sentido de reunir representantes das *classes produtoras* em debates acerca da organização do país a partir do fim da guerra. Seguindo o mesmo *rito*, em 2 de março, subiu à tribuna da ACSP, onde apresentou sua proposta. Enfatizou em seu chamado a necessidade de não apenas a indústria e o comércio mas também a agricultura, estarem juntos naquele esforço, que visava discutir e propor diretrizes econômicas ao governo, por meio de um manifesto das *classe produtoras*.

Em seu discurso, a primeira preocupação que se destaca é referente às críticas destinadas ao empresariado – acusando-os de contribuírem para a inflação e a carestia de vida. Para se defender, Daudt utilizou argumentos que desde novembro de 1937 passavam longe de seus discursos: criticou o Estado Novo, imputando à política econômica do regime a responsabilidade por muitos dos problemas então atribuídos ao empresariado nacional.

A responsabilidade principal da carestia em que nos debatemos, agravada pela guerra, decorre de uma falta básica – a ausência de uma sólida organização econômica nacional.

<sup>688</sup> Ferreira, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 26.

<sup>689</sup> FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento *queremista*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 21.

Não cessaram as nossas associações de classe de advertir, de aconselhar e protestar, desde o dia em que o Brasil rompeu relações com os países do Eixo, através de discursos e conferências, em artigos e em entrevistas.

Clamamos desde o início por uma política de preços, contra os perigos da inflação de crédito, pela cessação das obras públicas suntuárias ou adiáveis. Sugerimos o estabelecimento de prioridades nos transportes, a economia de energia elétrica, a distribuição equitativa das matérias-primas. Alertamos sobre os males do despreparo psicológico do povo, que vivia num regime eufórico, aguardando a todo o momento o rápido desfecho da guerra, prometido pelas “manchetes” espetaculosas. Invocamos as palavras de Churchill, dizendo que guerra significa realmente suor, sangue e lágrimas, equivale a dificuldades, sacrifícios, privações, gastar menos, renunciar aos hábitos de conforto e bem-estar<sup>690</sup>.

Além disso, o empresário alegou que as recomendações elaboradas no CBE não tiveram receptividade junto ao governo.

Nossa voz erguida repetidamente em tons angustiosos, muitas vezes não conseguiu fazer-se ouvida. Igualmente ficaram sem eco os apelos da consciência econômica nacional, que através do Primeiro Congresso de Economia apontava os perigos e sugeria as soluções.

(...)

O comércio, a indústria e a lavoura, que também sofreram as consequências de erros acumulados, não podem concordar em assumir o papel de para-raios da má vontade pública, hoje erguida contra os resultados de uma situação econômica que foram os primeiros a apontar e a prever<sup>691</sup>.

Mais uma vez, trazia em seu discurso uma solução estadunidense como sugestão de diretriz a ser seguida no Brasil. Desta vez, no âmbito das relações entre a iniciativa privada e o Estado, ao sugerir que por aqui existisse algo semelhante ao *Brain-Trust* de Roosevelt, conselho que contava com a presença de seu amigo Nelson Rockefeller<sup>692</sup>.

Em outro ponto de seu discurso, Daudt argumenta que já era chegado o momento de a política brasileira seguir novamente pelos rumos da democracia, uma vez que o fascismo, em suas palavras, não representava mais naquele contexto uma ameaça à soberania das demais nações.

É realmente chegado o momento de devolvermos o país ao clima democrático, em que o Brasil no passado realizou suas conquistas de progresso, e é o que corresponde aos anseios e à formação do nosso povo, tão integrado no espírito da comunidade americana a que pertence<sup>693</sup>.

O boletim da ACRJ tratava a Conclap como um evento inédito no Brasil, no sentido de ser um congresso expressivamente representativo das *classes produtoras*, que participariam por iniciativa direta de seus órgãos oficiais, de suas associações e sindicatos<sup>694</sup>. Questionado pelo

<sup>690</sup> OLIVEIRA, João Daudt. Convocação. Discurso proferido na ACSP em 2 de março de 1945. ACRJ. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 445, 15 abr.1945. p.4 e 5. Biblioteca da ACRJ.

<sup>691</sup> Idem.

<sup>692</sup> Ibidem. p. 9

<sup>693</sup> Ibidem. p.12

<sup>694</sup> NOTAS REDACIONAIS. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 446, 15 mai.1945. p.17. Biblioteca da ACRJ.

jornal *A Noite* se a proposta era fazer um segundo Congresso Brasileiro de Economia, Daudt negou e distinguiu a proposta corrente dos objetivos do conclave de 1943

Não é um congresso de economia, nem haveria necessidade de promovê-lo agora, pois as recomendações do primeiro guardam ainda toda a sua atualidade. O Congresso de Indústrias realizado em São Paulo, em fins do ano passado, por iniciativa da Federação das Indústrias daquele Estado, consagrou as conclusões do que o antecedeu, e desenvolveu com muito espírito construtivo as que se referem ao setor industrial. (...). O objetivo da atual conferência é redigir um manifesto, baseado nas afirmações dos Congressos já realizados, nos estudos e na experiência que as classes produtoras vem colhendo nos últimos tempos<sup>695</sup>.

A organização da conferência, novamente, ficou por conta do Instituto de Economia da ACRJ. Os diretores do instituto, após consultarem representantes da FIESP e da ACSP, elaboraram dez eixos temáticos para o congresso: I – O Estado e a ordem econômica – planejamento, intervencionismo; II – Elevação do nível de vida da população – aumento da renda nacional; III – Política de produção agrícola – Gêneros de alimentação e matérias-primas; IV – Política de produção industrial e mineral; V – Política de investimentos; VI – Energia e transportes; VII – Política comercial – Mercado interno e internacional; VIII – Política monetária, bancária e fiscal; IX – Política social e trabalhista; X – Política imigratória<sup>696</sup>

Ao longo das articulações de organização da Conclap, os representantes do empresariado teriam concordado em só se manifestar politicamente após a conferência. No entanto, a pressão da imprensa sobre as lideranças empresariais quanto a um posicionamento político era expressiva. Já sem a censura ferrenha do DIP, a imprensa mostrou-se majoritariamente hostil ao Estado Novo e ao queremismo. Quando o movimento de massas em prol de Vargas começou a receber o apoio financeiro de empresários, a exemplo de Hugo Borghi, que fez fortuna com o comércio de algodão ao longo do Estado Novo<sup>697</sup>, a pressão sobre os presidentes das entidades patronais aumentou ainda mais. Em março, o *Diário da Noite* e *O Jornal* publicaram uma reportagem acusando Roberto Simonsen e Basílio Neto de romperem com o acordo firmado com João Daudt d'Oliveira. Os empresários paulistas teriam

<sup>695</sup> A CONFERÊNCIA DE TERESÓPOLIS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1945. p. 10. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>696</sup> ACRJ. *Notas redacionais*. Botem da ACRJ. Ano XI, nº 445, 15 abr. 1945. p.4. Biblioteca da ACRJ.

<sup>697</sup> Cf. FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. MAYER, Jorge Miguel. COSTA, Marcelo. BORGHI, Hugo. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 05 jan. 2017.

manifestaram apoio à candidatura oficial a ser lançada, o que representava que não apoiariam o brigadeiro Eduardo Gomes<sup>698</sup>. O acordo foi questionado por outros dirigentes de entidades de representação do empresariado. Em Minas Gerais, Fidelis Reis, presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberaba escreveu uma carta pública a Daudt, divulgada pelo *Correio da Manhã*. Reis, que havia já sido parlamentar, propôs que a primeira seção da Conclap tratasse de discutir qual candidatura presidencial as *classes produtoras* apoiariam<sup>699</sup>.

Outra polêmica prévia à Conclap foi divulgada pelo jornal *O Globo*, que repercutiu no *Correio da Manhã*. Tratava-se de uma informação de que Daudt convidara Luiz Carlos Prestes para “acompanhar como um observador” os trabalhos na Conclap. Em abril de 1945, o PCB pode atuar de maneira legal. Porém, sua rearticulação se iniciara anos antes. Em agosto de 1943, Prestes, ainda na prisão, foi nomeado secretário geral do partido. Seguindo a diretriz da União Nacional contra o nazifascismo, o partido, segundo Luiz Antonio Segatto, passou por um processo que pode ser comparado a uma refundação. Ficaram de fora da nova direção os comunistas pioneiros e destacaram-se nos postos mais expressivos pessoas que atuaram no levante de 1935, bem como ex-militares e civis *prestistas*. Esse movimento, para Segatto, contribuiu para tirar o PCB de um certo isolamento político, tornando o partido uma agremiação política influente na vida nacional<sup>700</sup>. Esse processo, já no período de sua legalidade, culminou em um crescimento excepcional. Segundo Edgar Carone, pela primeira vez, o PCB tornava-se, um partido de massa, devido ao aumento significativo do número de militantes e de simpatizantes, bem como a quantidade de jornais e revistas editadas sob a linha política do partido<sup>701</sup>.

Nesse contexto, os olhos dos jornalistas acompanhavam com afincos os passos do líder comunista. Segundo a reportagem d’*O Globo*, havia uma afinidade no discurso de Prestes e Daudt, no sentido de defender o fortalecimento da indústria nacional e do mercado interno como mecanismos de elevação da renda nacional – saída para o problema do pauperismo. Prestes mantinha um discurso em defesa da união, e não de luta entre as classes, como solução para a superação do pauperismo nacional<sup>702</sup>. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* fez repercutir a

<sup>698</sup> FALTARAM AO COMPRIMISSO ASSUMIDO COM OS COMPANHEIROS. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1945. p. 9-10; ISOLADOS OS SRS. ROBERTO SIMONSEN E BRASÍLIO NETO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1945. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>699</sup> NOTÍCIAS POLÍTICAS. *Correio da Manhã*, 29 abr. 1945. p. 24. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>700</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.220.

<sup>701</sup> CARONE, Edgar. *O PCB*. 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982. p.5.

<sup>702</sup> NADA DE LUTA DE CLASSES NO BRASIL. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1945. Vespertina, Geral, p. 2. Acervo Digital Jornal. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.



reportagem d' *O Globo*, em um tom duro a atitude do empresário em se aproximar do comunista. O *Correio da Manhã* foi um dos primeiros veículos de imprensa a iniciar uma ampla campanha contra o Estado Novo, ao publicar a entrevista de José Américo, em fevereiro. Desde então, manteve sua linha de combate ao regime e a qualquer ato que parecesse aos seus diretores como apoio ou tentativa de manobra para a manutenção de Vargas à frente do Executivo. Dessa forma, para o periódico, o encontro entre Daudt e Prestes passava longe de uma tentativa de harmonização de interesses entre capital e trabalho. Representava uma manobra do empresário e do comunista para auxiliar a manutenção de Vargas no poder.

O sr. Daudt d'Oliveira, o homem cujo gênio político se iluminou subitamente há pouco tempo como um espírito que houvesse experimentado estranho influxo, não pode sinceramente chamar à sua grei o corifeu do comunismo, senão na certeza de que pode contar com ele, não para encontrarem a fórmula da consagração das famílias capitalista e operária, mas para servirem a outro objetivo de interesse mais imediato. Esse objetivo, não tenhamos dúvidas, é a agremiação de forças políticas pela posse do governo da República. Tanto o líder dos capitalistas quanto o inimigo do capital voltaram momentaneamente as costas às suas convicções e às classes que representam, para servir de esteio a uma ambição política. O que eles irão fazer em Teresópolis é procurar uma base que sirva de alicerce à perpetuação do sr. Getúlio Vargas no poder<sup>703</sup>.

Por fim, Prestes alegou não ser possível estar presente à Conclap, mas comprometeu-se em designar pessoas de sua confiança para assistirem aos trabalhos da conferência. A Conclap foi realizada no Hotel Higino, na cidade de Teresópolis (RJ), entre os dias 2 e 6 de maio de 1945<sup>704</sup>.

Chama atenção na documentação referente a Conclap como o problema do pauperismo permeou as discussões. O tema, no discurso de Daudt, surge, pela primeira vez de maneira sistemática meses antes, em outubro, no fórum promovido pel' *O Jornal*. O empresário dedicou uma seção de seu discurso, a qual intitulou de *Cruzada ao Pauperismo*, pregando a união de todos os setores da sociedade em iniciativas de elevação do padrão de vida. Valeu-se dos resultados dos relatórios de Roberto Simonsen, no CNPIC, defendendo que a espinha dorsal de um programa visando o aumento da renda nacional de modo a extinguir o pauperismo era a industrialização, que deveria ser “*sábria e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais*”. Para isso, era necessária a planificação da

<sup>703</sup> ALIANÇA PARADOXAL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1945. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>704</sup> Daudt possuía uma casa de campo na cidade da região serrana fluminense. A escolha do evento, segundo o Boletim Comercial da ACRJ justifica-se pelo fato de os organizadores estarem a procura de um local de tranquilidade, em que os congressistas pudessem se dedicar de maneira integral aos trabalhos. Cf. ACRJ; *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 447, 15 jun.1945. p.36. Biblioteca da ACRJ.

economia, porém, “*sob o signo da liberdade*”<sup>705</sup>. O mesmo argumento aparece praticamente idêntico no discurso de abertura da Conclap.

Ao defender a planificação no mesmo discurso em que declarava o apreço e a ânsia pelo regime democrático, Daudt esforçou-se em tentar afastar qualquer tipo de contradição na interpretação de seu discurso. Enfatizou que o emprego da palavra **planificação** não tinha, naquele contexto, um sentido de um empreendimento totalitário e sim, correspondia a uma característica de fases do regime da iniciativa privada.

O que caracteriza o regime totalitário na economia é a planificação da produção em sua totalidade. Esta é, de fato, inteiramente incompatível com a natureza do regime capitalista, pois destrói a base mercantil da economia, seu espírito de lucro e os direitos individuais da propriedade.

A experiência tem demonstrado que, em casos semelhantes ao nosso e para atingir um objetivo determinado, a planificação para criar recursos econômicos não só não é incompatível com o desenvolvimento da indústria individual como estimula e cria as condições propícias a essa iniciativa. Ela se adapta à situação de um país que não disponha de capital, técnica e facilidade de acesso aos recursos naturais e, portanto, precise trazê-los de fora, ou através de medidas drásticas internas quando não puder contar com o apoio exterior<sup>706</sup>.

A respeito da relação entre o Estado e a economia, novamente Daudt aproximava-se das formulações propostas por Simonsen ao defender que cabe aos governos fomentar a produção da iniciativa particular.

Como condutor dos destinos nacionais, compete ao governo prover, não exclusivamente, mas em primeiro plano, a certos objetivos mínimos, cuja realização escape aos recursos da iniciativa particular, e mesmo pode estar por vezes em oposição a esta. Cabe-lhe harmonizar os interesses de suas unidades políticas e evitar que umas possam explorar as outras em seu benefício. É seu dever acautelar as reservas de materiais escassos e evitar o esgotamento dos recursos naturais, minerais, vegetais e animais. No setor industrial, estão na esfera da proteção do Estado as indústrias necessárias à alimentação, à habitação e ao vestuário do jovem do povo, proteção que tenha por objetivo criar-lhe meios de melhorar a produtividade e reduzir o custo. Bem assim, compete-lhe zelar pelas indústrias estratégicas e básicas, chave de todo o progresso econômico, e pela criação de energia motora, semente dos parques industriais<sup>707</sup>.

Daudt ressalta ainda que a planificação não era um projeto isolado defendido por empresários brasileiros naquele momento e rebate o conceito pejorativo cunhado por Eugênio Gudin ao definir como *mística* o projeto de planificação da economia proposto pelo CNPIC.

<sup>705</sup> OLIVEIRA, João Daudt d'. O destino de dois povos. Rio de Janeiro, 1943. p. 15-21.

<sup>706</sup> OLIVEIRA, João Daudt. Discurso de abertura da Conferência das Classes Produtoras. ACRJ. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 446, 15 mai.1945. p.8-9. Biblioteca da ACRJ

<sup>707</sup> Ibidem. p.9

A Grã-Bretanha iniciou a planificação de suas colônias africanas e o mesmo farão em breve a Holanda e a França. Os Estados Unidos estão elaborando com técnicos chineses a grande planificação da China.

E não é certamente pela “mística da planificação” que assim procedem, mas porque não podem confiar nessa outra mística do “mecanismo dos preços” para levantar o nível de consumo e o nível da cultura das respectivas populações<sup>708</sup>.

Por fim, ao longo de toda a documentação analisada para a execução desta tese, pela primeira vez encontra-se um ponto de vista de Daudt acerca da seguridade social. O empresário argumenta que a segurança social não encontrava fundamentos na escola econômica clássica e tampouco na neoclássica. Deveria ser encarada como uma das tarefas do Estado e dos empregadores assegurá-la ao trabalhador.

Se, pois, a segurança e a assistência para o trabalhador se tornam um dever do Estado e dos empregadores, o trabalho eficiente será um dever correlato por parte do trabalhador. O seguro social não é obra de caridade. É a consagração do trabalho e uma troca de deveres.

(...)

Cada vez mais imperiosamente se impõe nesta hora de reconstrução universal, em que a paz do mundo só poderá encontrar alicerce na paz econômica e social – e esta no coração de cada homem – que se esqueçam os ressentimentos das lutas passadas e as incompreensões<sup>709</sup>.

Daudt deixou claro suas expectativas quanto ao apoio estadunidense ao Brasil. Esperava que a nova configuração internacional fosse favorável às antigas colônias de exploração que, naquela altura, constituíam-se de nações com gravíssimos problemas econômicos e sociais.

Não foi apenas a ignorância que conduziu os tempos de Colbert à política mercantilista, mas a situação histórica. Se o fatalismo do sistema baseado na economia liberal é incompatível com a inquietação humana de hoje, ele terá de adotar novas formas.

Os homens e as nações, que hoje estão por baixo, não se resignarão a permanecer nesse novo tipo de escravização. Eles aspiram obter a prosperidade que os outros conquistaram, em grande parte graças à inferioridade dos demais. A elevação de nível – tanto na economia do homem como na economia das nações – é a razão de ser da civilização contemporânea<sup>710</sup>.

Citou a *Carta da Paz Industrial*, um documento contendo sete princípios elaborado por representantes do comércio, da indústria e dos trabalhadores estadunidenses para garantir a prosperidade ao empresariado e o emprego aos trabalhadores. À frente da elaboração do documento estavam Eric Johnston, presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, Phillip Murray, presidente da Confederação de Organizações Industriais e Willian Green,

---

<sup>708</sup> Ibidem. p. 10

<sup>709</sup> Ibidem. p. 12-13

<sup>710</sup> OLIVEIRA, João Daudt. Discurso de abertura da Conferência das Classes Produtoras. ACRJ. *Boletim da ACRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nº 446, 15 mai.1945. p.7. Biblioteca da ACRJ.

presidente da Federação Norte-Americana do Trabalho. Tal documento, divulgado no mês anterior, embora apresentasse princípios muito distintos dos propostos na Conclap – a exemplo da recomendação quanto a interferência estatal nas atividades econômicas, que deveria ser a menor possível, certamente animou o empresário brasileiro, ao apresentar como seu sexto princípio a proposta defendida em Rye acerca do auxílio estadunidense a nações em processo de industrialização incipiente, conforme o trecho abaixo extraído daquele princípio.

Devem, assim, ser aperfeiçoados os processos de se conceder a nações não desenvolvidas uma assistência razoável que estimule sistemas econômicos sólidos. O comércio internacional não se poderá expandir por meio de uma concorrência subvencionada, entre as Nações, num mercado em via de decréscimo; isto pode ser conseguido somente por meio de mercados mundiais em expansão e pela eliminação de quaisquer práticas arbitrárias e despropositadas<sup>711</sup>.

Também o quarto princípio chamou atenção de Daudt, especialmente no que dizia respeito às negociações coletivas entre empregadores e empregados, que deveriam “*ser reconhecidas e preservadas, livres de determinações legislativas que interfiram com esses objetivos ou a eles criem empecilhos*”<sup>712</sup>. Embora o empresário por diversas ocasiões elogiasse a legislação trabalhista brasileira, consolidada em 1943, encarava naquele contexto de término de guerra a iminência de que o cumprimento de todas as suas determinações fosse exigido com mais rigor, uma vez que já não se justificaria nenhum tipo de suspensão em função do esforço de guerra. Refere-se também ao quinto princípio, que defende medidas de proteção social contra o desemprego, acidente de trabalho e velhice. Assim, o empresário faz menção a *Carta da Paz Industrial* como um exemplo a ser seguido pelos países *atrasados* e que tinha entre seus princípios a serem dotados no pós-guerra<sup>713</sup>

Os direitos fundamentais do trabalhador, de organização e de negociações coletivas com o empregador, livres de determinações legais que interfiram com esses objetivos ou a eles criem obstáculos; a prosperidade maior para todos, requerendo o mais alto grau de produção e de empregos, com salários que garantam um padrão de vida em progresso firme, estimulada pelo melhoramento da eficiência produtiva e pelo progresso técnico; a construção de um sistema econômico para a nação, protegendo o indivíduo contra os perigos do desemprego, da velhice e dos imprevistos físicos fora do seu controle, a fim de que fiquem resguardadas a independência e a dignidade do cidadão e o gozo de seus direitos democráticos<sup>714</sup>.

---

<sup>711</sup> PAZ INDUSTRIAL NO APÓS-GUERRA. *O Globo*, 19 abr.1945. Matutina, Geral, p. 11. Acervo Digital O Globo.

<sup>712</sup> *Idem*.

<sup>713</sup> *Ibidem*. p.14

<sup>714</sup> *Idem*.

Dos trabalhos da Conclap, resultou a *Carta Econômica de Teresópolis*, norteadora por cinco princípios básicos:

I -COMBATE AO PAUPERISMO: O combate ao pauperismo é uma cruzada que se impõe à ação conjunta do Estado e da iniciativa privada, não apenas por princípios de solidariedade humana e de sentimento patriótico, mas ainda pelos compromissos e responsabilidades que decorrem dos convênios internacionais firmados pelo Brasil. São dois os instrumentos de que deve lançar mão esse empreendimento nacional, que consistem em essência no levantamento do nível da vida da população: a valorização do homem e a criação de condições econômicas mais propícias ao desenvolvimento geral do país.

II – AUMENTO DA RENDA NACIONAL: A forma capaz de conduzir à realização do primeiro objetivo é favorecer o aumento da renda nacional, o que permitirá sua mais ampla e melhor distribuição. O meio adequado para obtê-la é o planejamento da ação nacional para melhor aproveitamento das fontes da produção agrícola e industrial, e nos setores dos transportes, de energia e do crédito.

III – DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ECONÔMICAS NACIONAIS: O princípio norteador das atividades produtoras do país para que realizem o objetivo do aumento da renda nacional é que este aumento se baseia no desenvolvimento harmônico das forças econômicas, o que atribui, no quadro da política nacional, relevante posição à política econômica, sólido alicerce das realizações de todos os setores empenhados no progresso do Brasil. Para isso, será necessário obter, por todos os meios, o fortalecimento das fontes de produção, e realizar por processos seguros e adequados a industrialização do país.

IV – DEMOCRACIA ECONÔMICA: À democracia política, que é a vocação dos brasileiros, deve corresponder uma verdadeira democracia econômica. Esta só se completa com o desenvolvimento paralelo de todos os setores da produção, de todas as regiões e de todas as atividades. Deve ser organizada com o preparo das leis, das instituições, do aparelhamento administrativo, e com a cooperação dos capitais e da técnica das nações amigas, notadamente de nossos aliados norte-americanos.

V – JUSTIÇA SOCIAL: As classes produtoras aspiram a um regime de justiça social, que eliminando incompreensões e mal-entendidos entre empregadores e empregados, permita o trabalho harmônico, a recíproca troca de responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres, e uma crescente participação de todos na riqueza comum<sup>715</sup>.

Para Daudt, um dos maiores êxitos obtidos com a Conclap foi ter chegado a unificação dos pontos de vista de representantes do comércio, indústria e agricultura. Para ele, as *classes produtoras* por meio da conferência

adquiriram plena consciência de suas responsabilidades em face do bem-estar coletivo. Quebrou-se a timidez de certos setores do comércio, da indústria e da agricultura, que se julgavam incapazes de contribuir com sua parcela. Hoje há, despertada, uma consciência econômica, que trará para o nosso desenvolvimento frutos ainda imprevisíveis<sup>716</sup>.

<sup>715</sup> CARTA ECONÔMICA DE TERESÓPOLIS. Objetivos básicos. In: ACRJ. Boletim da ACRJ. Rio de Janeiro, ano XI, nº 447, 15 jun.1945. p.7. *Biblioteca da ACRJ*.

<sup>716</sup> PROBLEMAS ECONÔMICOS E FINANCEIROS. Boletim da ACRJ, 16 ago.1945. ano XI, nº 449, p.33. *Biblioteca da ACRJ*.

Ignacio Delgado ressalta que na Conclap evidencia-se uma mudança na posição dos empresários com relação à política social, como é possível observar no quinto princípio enunciado na *Carta de Teresópolis*, referente à justiça social. Para Delgado, a expectativa do retorno ao contexto democrático e a intensificação das mobilizações operárias exigem do empresariado uma postura que levasse em conta as perspectivas de outros atores políticos<sup>717</sup>. Assim, os signatários da *Carta de Teresópolis* abordam temas como salário mínimo, (indicado para garantir a “*existência digna, sã e eficiente*”) legislação trabalhista e previdência social, o documento sugere que o Estado estude com cautela seu impacto sobre a economia nacional. No entanto, recomenda o alargamento e a unificação das instituições vigentes.

Os empresários participantes da Conclap foram ainda além nas discussões acerca da previdência social. Com relação a aplicação dos recursos da previdência, sugeriram que as reservas financeiras do seguro social fossem destinadas a empreendimentos considerados de interesse coletivo, como a construção de escolas, hospitais e casas para os segurados. Também sugeriram que fossem mantidos no seguro social os serviços referentes à acidentes de trabalho, assistência médica, dentária e hospitalar, sem que gerassem ônus às empresas que organizassem tais serviços<sup>718</sup>.

O documento apresentava uma síntese dos assuntos que vinham sendo debatidos desde o CBE. Os argumentos defendidos pelo CNPIC a respeito da relação entre Estado e economia nacional aparecem no primeiro item da declaração de princípios, referente à ordem econômica. Consta nesse documento que, embora as *classes produtoras* defendessem o princípio da liberdade e da primazia da iniciativa privada, não se opunham à admissão de “*um certo grau de interferência*” por parte do Estado, especialmente no estímulo às atividades econômicas<sup>719</sup>. A seção temática *O Estado e a ordem econômica*, presidida por Roberto Simonsen, foi aprovada sem qualquer restrição no plenário do congresso<sup>720</sup>.

A quinta seção técnica, referente à *Política de investimentos*, propôs a incorporação de capitais com utilidade social, que deveriam ser estimulados e tratados da mesma maneira que os capitais de origem nacional – no caso de tratarem-se de maquinário e a técnica, que contribuiriam para o desenvolvimento da produção nacional. A seção também incluiu a sugestão de assegurar facilidades para a transferência de juros e dividendos e evitar a dupla

---

<sup>717</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. O Empresariado Industrial e a Gênese das Políticas Sociais Modernas no Brasil. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 135-160, 2007. p. 148

<sup>718</sup> Ibidem. p. 149.

<sup>719</sup> Ibidem. p.6

<sup>720</sup> ACRJ. Boletim da ACRJ. Rio de Janeiro, ano XI, nº 447, 15 jun.1945. p.44. Biblioteca da ACRJ.

tributação internacional por meio de acordos bilaterais<sup>721</sup>. É possível observar as conexões entre a proposta desta seção e as discussões da Conferência Internacional de Rye, realizada no ano anterior.

No que diz respeito à energia, o petróleo foi assunto de destaque. O documento propunha o estímulo a processos de prospecção e perfuração de poços para a descoberta de fontes do combustível e aconselhava a admissão e amparo a iniciativa privada em atividades referentes a extração do combustível e a aceitação da cooperação de técnicos e capitais estrangeiros nessa empreitada.<sup>722</sup>

A respeito da seção sobre Política de Investimentos, os participantes recomendaram ao governo brasileiro “*impedir por todos os meios os investimentos que visem estabelecer trustes e regulamentar os serviços de monopólio*”<sup>723</sup>

A seção de mais difícil consenso entre os participantes da Conclap foi a de *Política comercial*. A proposta para extinção dos órgãos autárquicos dividiu opiniões. De um lado, Gileno de Carli, Aldo Sampaio e a delegação de Minas Gerais ponderaram a questão. Argumentaram que, embora para Minas Gerais a extinção do Instituto de Açúcar e do Alcool fosse interessante, posicionaram-se contrários a generalização da questão e extinção de todos os institutos. Por outro lado, Teotônio Monteiro de Barros considerava que os institutos, todos, estavam condenados à morte, e os delegados estavam “*velando um cadáver*”<sup>724</sup>. Ao final, foi aprovada a seguinte emenda, de autoria de Daniel de Carvalho:

Nomeação de uma comissão técnica destinada a investigar a atividade das autarquias econômicas para o fim de se verificar a conveniência da extinção ou transformação das referidas autarquias.

Revisão imediata da legislação sobre essas autarquias, sem prejuízo das conclusões da comissão previstas para:

- a) transferir aos produtores e comerciantes a responsabilidade da direção desses organismos, reservada ao Estado a função de supervisor;
  - b) restringir sua atividade às orbitas da política econômica e da técnica;
- proibir o exercício direto ou indireto, da função industrial ou comercial<sup>725</sup>.

Encerrada a conferência, Daudt ofereceu um coquetel em sua casa de campo, em Teresópolis, aos jornalistas que realizaram a cobertura do evento na cidade fluminense. O evento reuniu repórteres não só da capital federal, mas também do interior do Rio de Janeiro, e dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul Como agradecimento a

---

<sup>721</sup> Ibidem. p. 46

<sup>722</sup> Ibidem. p.9

<sup>723</sup> Ibidem. p. 45-46

<sup>724</sup> Ibidem. p. 48

<sup>725</sup> Idem.

festividade, o jornalista Álvaro Gonçalves, do jornal *A Noite*, fez um discurso de agradecimento, em que teceu elogios a iniciativa de Daudt em organizar a conferência e em especial, ao discurso de abertura da Conclap, que, nas palavras do jornalista, representou “*a plataforma da realidade econômica brasileira*”<sup>726</sup>.

Para Ignacio Delgado, as resoluções dos congressos de Economia e Indústria e da Conclap sintetizam as perspectivas desenvolvidas pelo empresariado no processo de transição dos Estado Novo para o período democrático e aponta interesses comuns entre setores do comércio e da indústria que viabilizaram o consenso e a construção de plataformas com diretrizes comuns.

Em seu conjunto, defendem a adoção de uma política ativa de proteção à indústria, embora setores do comércio importador se alinhassem com as perspectivas livre-cambistas, defendidas por Eugenio Gudín e apoiadas por determinados círculos da burocracia de Estado, do sistema bancário e do governo americano. A consolidação do mercado interno como polo dinâmico da economia brasileira e a afirmação crescente da atividade industrial, entretanto, associadas à retração das importações durante a Segunda Guerra, haviam acentuado significativamente a gravitação de boa parte das atividades mercantis em torno da indústria, fazendo com que o discurso de parte expressiva dessas lideranças do comércio se aproximasse daquele desenvolvido pelos industriais<sup>727</sup>.

#### **4.8: O economista do Estado Novo em tempos de redemocratização**

Embora na Conclap Daudt tivesse defendido a redemocratização do Brasil e fizesse críticas à política econômica adotada pelo governo, à qual atribuía o aumento dos preços e a manutenção do pauperismo, em um contexto de críticas a Vargas e ao Estado Novo e de rearticulação partidária, o empresário continuou sob os holofotes da desconfiança de alguns setores da sociedade contrários ao regime e à candidatura oficial. Por conta da longa amizade entre Daudt e Vargas e por conta das tentativas do empresário de se manter isento quanto a efervescência das articulações partidárias, J.E Macedo de Soares, à frente do *Diário Carioca*, insistia em identificar em Daudt uma afinidade afetiva e ideológica com Vargas e o Estado Novo, em uma possível tentativa de arrancar na pressão o apoio político do empresário à candidatura udenista. Ao comentar as teses discutidas na Conclap, referiu-se a Daudt como “*o economista do Estado Novo*”. Em suas palavras, o discurso de Daudt na abertura da Conclap

traduz um estado de espírito discordante e desconforme com a realidade brasileira, produto da propaganda sistemática da ditadura, segundo diretivas traçadas

<sup>726</sup> OS HOMENS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ESTÃO HOJE, MAIS DO QUE NUNCA. CONPENETRADOS DA REALIDADE BRASILEIRA. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 mai.1945. p. 7.

<sup>727</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 114-115



insistentemente pelo próprio ditador. Tal estado de espírito não é, aliás, peculiar ao presidente da Associação Comercial, nem é intencionalmente uma tentativa de justificação da tremenda desordem jurídica, social, política e econômica que o sr. Getúlio Vargas, com sucessivos golpes de Estado, introduziu no país.<sup>728</sup>

Em 22 de junho de 1945, foi publicado o decreto-lei nº 7.666, que apontou uma série de atos considerados contrários à economia nacional, a exemplo de transações de compra e venda de acervo das mesmas empresas, aquisição de título de terras em proporção superior às necessidades de produção e incorporação, fusão, transformação, associação ou agrupamento de empresas comerciais, industriais ou agrícolas com a concentração das respectivas quotas em mãos de um mesmo grupo. Nesse sentido, o decreto-lei causou repercussão extremamente negativa na imprensa oposicionista<sup>729</sup>. Logo, o decreto-lei foi nomeado pela imprensa como Lei antitruste e mais vulgarmente como Lei Malaia, em alusão pejorativa ao ministro Agamenon Magalhães<sup>730</sup>.

O objetivo da lei era reprimir condutas empresariais que suprimissem a concorrência, prejudicassem a pequena empresa e fossem capazes de aumentar o desemprego e o preço dos produtos. Estabelecia normas com o objetivo de impedir a formação de carteis, trustes e outras formas de manipulação de preços. Também tinha autoridade para desapropriar empresas estrangeiras consideradas infratoras, sem que fosse necessária indenização posterior. Além disso, criava a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), que podia intervir em qualquer empresa que praticasse atos considerados contrários a economia nacional e que passava a controlar ações de fusão, dissolução e incorporação de empresas<sup>731</sup>.

No entanto, a lei recebeu críticas de muitos setores já contrários ao Estado Novo, que consideravam que, se aplicada, desencorajaria a entrada de capitais estrangeiros no Brasil<sup>732</sup>. Segundo Pedro Paulo Zahluth Bastos, a reação contra a Lei Malaia assumiu características de

<sup>728</sup> SOARES, J. E. MACEDO. A margem de um discurso, Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 mai.1945. p. 1

<sup>729</sup> Cf. BRASIL. *Decreto-lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De17666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De17666.htm)

<sup>730</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. LEI MALAIA. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-malaia>>. Acesso em 3 fev. 2017.

<sup>731</sup> Cf. Corsi, Francisco Luiz. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 276-277.

<sup>732</sup> BARBOSA, Gilmar Maria de Oliveira. *O Poder Judiciário e a implementação da política antitruste no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2014. p. 28-29.

“*campanha contra a estatização*”, mobilizando setores como a Ordem dos Advogados e a UDN<sup>733</sup>.

Por outro lado, agradou a opinião de setores de esquerda, na medida em que compreendiam que se tratava de um dispositivo para desapropriar empresas cujas atividades viessem a lesar os interesses do país<sup>734</sup>.

Tão logo foi lançado o decreto instituindo a lei antitruste, a UDN divulgou um manifesto crítico à determinação, publicado na edição de 26 de junho de 1945 do *Diário Carioca*. O jornal de Macedo Soares estampou a manchete “*Guerra ao Trabalho e ao capital do Brasil*”. Para a UDN, a lei dificultaria o fluxo de capitais no país e atravancaria o desenvolvimento industrial, aumentando o desemprego e a carestia de vida. Ao introduzir o texto do manifesto, o jornal questionou o silêncio de João Daudt d’Oliveira a respeito do decreto, acusando a ele e aos empresários signatários da *Carta de Teresópolis* de serem os incentivadores de tal decreto. O documento foi considerado o “*ponto de partida do referido decreto-lei*”<sup>735</sup> já que recomendou a proibição dos trustes. Além disso, como vimos já neste capítulo, no CBE, Daudt também condenou a formação de trustes. Na mesma edição, o *Diário Carioca* questiona se por trás do silêncio de Daudt haveria pretensões políticas.

Será que o dr. João Daudt quer ser deputado pelo Rio Grande do Sul? Ou se julga merecedente de algo mais importante, pelos excelentes serviços que vem prestando ao governo do sr. Getúlio Vargas?<sup>736</sup>

No dia seguinte à publicação da reportagem, foi realizada uma assembleia na Associação Comercial, na qual o Conselho Diretor da entidade decidiu enviar uma solicitação a Vargas para que suspendesse o decreto antitruste. Embora a resolução da Conclap fosse desfavorável ao estabelecimento de trustes, o posicionamento antagônico da ACRJ foi justificado pelos seus dirigentes como um ato de solidariedade às entidades que se sentiram lesadas pelo decreto<sup>737</sup>. Macedo de Soares estampou em sua primeira página a manchete “*A Associação Comercial contra a Lei Malaia*”. O jornal destacou a fala do presidente da ACRJ

<sup>733</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth . O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951). Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Anais, 2003. P. 10.

<sup>734</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2 ed. Belo Horizonte> Editora UFMG, 2008. p. 70.

<sup>735</sup> A UDN À NAÇÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 jun.1945. p. 1

<sup>736</sup> A NOSSA OPINIÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 jun.1945. p. 4. Tal postura pode ser melhor compreendida se considerarmos que o jornal defendia a plataforma política proposta pelos udenistas e nesse sentido, adotava uma estratégia da UDN de atacar agremiações e seus representantes caso as interpretasse como sendo pró-getulista. Tal ataque era feito tanto no parlamento quanto via imprensa. Cf. Delgado, Lucília Neves. *Do getulismo ao reformismo*. (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989, p.27.

<sup>737</sup> DECRETO CONTRA OS TRUSTS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 jun.1945. p.

acerca de seu posicionamento a respeito do decreto-lei e do governo Vargas, registrando que Daudt

ainda espera conseguir do governo medidas de defesa contra a Lei Malaia, salientando a circunstância de estarem as classes produtoras grandemente interessadas em colaborar num “estatuto de combate efetivo” aos trustes. Mas a Lei Malaia “parece representar um retrocesso no espírito de entendimento e cooperação que sempre procuraram [as classes produtoras] manter com o Estado<sup>738</sup>.”

Ao final da sessão da ACRJ, o Conselho Diretor deliberou que não atenderiam ao pedido do ministro da Justiça, que solicitava a designação de um representante da entidade para a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), criada pelo governo federal para dar fim ao cumprimento do decreto antitruste<sup>739</sup>. Deliberou ainda que elaborariam um memorial à Vargas, assinado por todas as associações comerciais do país contra o tal decreto<sup>740</sup>. A partir de então, o jornal passou a tratar a atitude de Daudt como um “ressurgimento” da Associação Comercial, como um movimento de renovação da entidade, que

abandonando sua atitude tradicional, passou a tomar parte ativa no estudo e solução dos grandes problemas nacionais, seguindo uma ofensiva, pois constituiu uma verdadeira mobilização das forças produtoras do país<sup>741</sup>.

Também buscou explorar a mudança de opinião de Daudt como argumento de crítica a Vargas, considerando a amizade de longa data entre o empresário e o presidente. Uma discordância partindo de um amigo era apontada como um forte indício de que o projeto político do Estado Novo fracassara.

O sr. João Daudt d’Oliveira, presidente da Associação Comercial, antigo companheiro de quarto do sr. Getúlio Vargas numa “republica” de cadetes em Porto Alegre, não pode ser suspeito ao venerando ditador. E não conhecemos síntese tão feliz e verdadeira, para bem pintar a ditadura, como a que lapidarmente formulou o ilustre industrial: “Estamos mais pobres hoje do que antes da guerra”. Como foi que o sr. João Daudt fez a descoberta dessa soberba “trouville”? Simplesmente cotejando dados, confrontando-os e chegando ao resultado doloroso que o seu patriotismo denunciou, certamente, contra os sentimentos de sua amizade<sup>742</sup>.

<sup>738</sup> A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL CONTRA A LEI MALAIA. *Diário Carioca*, 28 jun.1945. p. 2.

<sup>739</sup> A CADE foi instituída pelo mesmo decreto 7.666. Competia a ela, entre outras determinações, “julgar a existência ou inexistência, de atos ou práticas contrários aos interesses da economia nacional, ou nocivos ao interesse público; decretar e executar a intervenção em empresas; organizar a lista das indústrias bélicas, básicas e de interesse nacional para os efeitos do disposto no decreto-lei; receber, processar e julgar todas as representações que lhe sejam feitas por qualquer pessoa denunciando atos contrários ou nocivos a economia nacional; fiscalizar a execução dos serviços públicos concedidos pelo Estado, bem como aplicar as penalidades previstas nos respectivos contratos”. Cf: BRASIL. DECRETO-LEI Nº 7.666, DE 22 DE JUNHO DE 1945. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De17666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De17666.htm)

<sup>740</sup> Idem.

<sup>741</sup> O RESSURGIMENTO DA ACRJ. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 13.

<sup>742</sup> A NOSSA OPINIÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1945. p. 4

O cenário político ficou ainda mais acirrado em julho daquele ano, com a criação do PSD. O partido obteve a adesão de interventores de várias esferas da administração estadonovista, desde federais a municipais<sup>743</sup>. O PSD lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, que contou com o apoio da *Gazeta de Notícias*. O periódico não tolerou a postura de Daudt diante da lei antitruste e não tardou a atacar o empresário após a *mudança* de opinião. O jornal considerava o decreto 7666 tinha como propósito combater o excesso de poder econômico. Tratava-se assim de um dispositivo legal que seria posto em prática em benefício das massas populares.

As reações só podem partir, pois, de dois pontos: - da parte dos grupos capitalistas interessados e da imprensa oposicionista, que precisa, à míngua de outros recursos, apegar-se a tudo o que possa ser tornado a serviço da que defende.

Os primeiros já começaram a falar pela boca do sr. João Daudt d'Oliveira.

São os chamados legítimos interesses do comércio e da indústria que entram em jogo, pois são esses interesses os mais diretamente visados, pois que fundamente agravam as condições das massas populares e de sua capacidade aquisitiva.

É uma elite odiosa e privilegiada que, vê pôr-se cobro à ganância que vem de cima, na organização dos preços em função mesmo dos trustes mais deslavados e atrevidos<sup>744</sup>.

Embora o PSD aglutinasse em seus quadros elementos da elite política estadonovista, não obteve adesão das massas trabalhadoras, que receberam em certa medida mais facilmente a aproximação do PCB, especialmente via setores do movimento sindical. O partido participou da articulação do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), criado oficialmente em abril de 1945, aspirando elevar a atividade sindical a um âmbito político mais amplo em um contexto democrático<sup>745</sup>

Ainda nesse contexto de redemocratização, mais um partido político entrou em cena: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sem grandes nomes e sem um candidato presidencial, o partido teve suas bases montadas a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, com a atuação de lideranças sindicais e dos organismos previdenciários. Embora Dutra fosse o candidato do governo ainda vigente, o PTB inicialmente não empreendeu esforços para apoiar sua candidatura. A proposta do partido, segundo Segadas Viana, era a campanha a favor da

<sup>743</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. 1945-1964. São Paulo: Marco Zero, 1989. p.28

<sup>744</sup> UMA LEI JUSTA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jun.1945. p. 3

<sup>745</sup> O MUT defendia quatro pontos básicos: eliminação do representante obrigatório do Ministério do Trabalho nas assembleias; autonomia no processo eleitoral das diretorias sindicais; autonomia administrativa; eliminação da padronização legal dos estatutos das entidades Cf. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001. p.42-43; MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.61-62.

instalação da Assembleia Constituinte, com Getúlio ainda a frente do governo<sup>746</sup>. Era o projeto da *Constituinte com Getúlio*, que ganhou também o apoio do PCB. No entanto, os planos do PTB não paravam por aí. Aspiravam, instalada a Constituinte, o lançamento da candidatura de Vargas à Presidência<sup>747</sup>.

A pressão da imprensa, majoritariamente a favor da UDN, aumentava sob o empresariado, e qualquer atitude que sinalizasse uma tendência ao apoio a uma candidatura – especialmente uma que não a da UDN – era prontamente noticiada com críticas das mais severas. Pressionados, Daudt, Euvaldo Lodi e Iris Meimberg, representando respectivamente o comércio, a indústria e a agricultura, elaboraram um documento com sugestões a serem inseridas na legislação antitruste. Os representantes do empresariado alegaram no documento que trustes, assim como os cartéis e outras manifestações de concentração do poder econômico correspondiam a produtos característicos de economias supercapitalizadas. Assim, não poderia ser admitido considera-los como causas da alta dos preços em um país como o Brasil, marcado pela escassez de capitais<sup>748</sup>.

No que diz respeito a Daudt, tal esforço não o livrou da desconfiança da imprensa udenista. Em agosto de 1945, circulou na imprensa carioca rumores acerca de sua pretensão política. O jornal *A Noite* publicou uma nota a respeito de uma suposta articulação gaúcha para o lançamento do empresário como candidato ao governo do estado.

Divulga-se a notícia de que as oposições gaúchas estariam articulando um movimento em torno da candidatura, a governador constitucional do Rio Grande do Sul, do sr. João Daudt d'Oliveira.

As correntes políticas em apreço seriam as do Partido Liberal (Flores da Cunha), do Partido Libertador (Raul Pila), do Partido Republicano (Borges de Medeiros), do Partido Comunista (Luiz Carlos Prestes) e do Movimento Democrático Progressista. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil já teria sido consultado sobre o assunto por chefes políticos das cidades do Rio Grande e Pelotas, de onde partiu a lembrança do seu nome para aquele posto em oposição ao sr. Walter Jobim, candidato do PSD do Rio Grande.<sup>749</sup>

Quando questionado, Daudt dizia repetidamente que se manteria alheio às questões políticas, sustentando o argumento de que as *classes produtoras* não se pronunciariam a respeito das candidaturas em curso. Nesse contexto, a ordem do dia na redação do *Diário Carioca* era seguir com afinco a agenda do empresário.

<sup>746</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 283-284.

<sup>747</sup> Ibidem. p. 284.

<sup>748</sup> DAUDT, LODI E MEIMBERG RESPONDEM A AGAMENON. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1945. p. 1-2.

<sup>749</sup> POLÍTICA E POLÍTICOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 21 ago.1945. p. 16.

Naquele mesmo mês, Daudt viajou para São Paulo, a convite da Escola Técnica de Aviação, para ser paraninfo de uma turma a se formar. A expectativa era de que em seu discurso, tecesse algumas considerações acerca do momento nacional. Esperava-se que o empresário se pronunciasse acerca da *Lei Malaia* e do Queremismo. Jornalistas do *Diário Carioca* não se limitaram a tecer comentários sobre os temas que esperavam que o empresário abordasse. Em um artigo intitulado “*As classes produtoras vão tomar posição*”, chegaram a manifestar quais eram as opiniões que Daudt defenderia – ou deveria defender. Opiniões semelhantes às defendidas pela plataforma política udenista do brigadeiro Eduardo Gomes.

Com relação à Lei Malaia, não será difícil prever a sua nova condenação, de acordo com as anteriores opiniões divulgadas. E sobre o “queremismo”, uma vez que ele está baseado na ligação com o comunismo, porque não se pode admitir, a esta altura dos acontecimentos internacionais, um golpe de continuísmo ditatorial puro e simples – a “linha justa” do discurso seria também a reprovação do dito “queremismo”<sup>750</sup>.

Embora as eleições presidenciais já tivessem marcadas para o dia 2 de dezembro, a crescente popularidade de Vargas, expressa no movimento quememista, deixava inquietos os seus opositores políticos. Já havia tempo que se articulavam tramas de conspiração contra o presidente, mas foi em 29 de outubro que de fato, Vargas foi retirado do Catete. Sob o pretexto da nomeação de seu irmão, Benjamin Vargas para a Chefatura da Política do Distrito Federal e com o aval do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Gois Monteiro e Dutra, entre outros militares, encabeçaram o golpe que deu fim ao Estado Novo. Assumiu a presidência o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares<sup>751</sup>.

Em face ao golpe que retirou Vargas do executivo, a ACRJ manifestou-se nas primeiras páginas de seu *Boletim*, que naquele período tinha periodicidade quinzenal. Na edição seguinte ao golpe, publicada em 13 de novembro de 1945, o editorial informava aos leitores que a entidade manteria a neutralidade diante dos fatos, conservando-se “*alheias às competições político-partidárias*”, e mantendo uma postura de “*defesa dos interesses econômicos nacionais*”<sup>752</sup>. Tal postura não significava, no entanto, o desprezo às instituições políticas. Tão logo repercutiu a notícia do golpe militar, Daudt, em nome da ACRJ, procurou entender-se com os novos líderes políticos. Enviou um telegrama ao general Góis Monteiro, afirmando que a casa apoiava o Exército naquele momento.<sup>753</sup>

<sup>750</sup> AS CLASSES PRODUTORAS VÃO TOMAR POSIÇÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 ago.1945. p. 2.

<sup>751</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 76.

<sup>752</sup> ACRJ. Editorial. *Boletim da ACRJ*, 13 nov.1945. ano XI, nº 465 p. 2

<sup>753</sup> TELEGRAMA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL AO GENERAL GÓIS MONTEIRO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 1º nov.1945. p. 6.

Elaborou junto com Euvaldo Lodi uma mensagem a José Linhares, e entregaram-lhe pessoalmente no Palácio do Catete. Na mensagem, os empresários pediam que fossem consideradas as recomendações da *Carta Econômica de Teresópolis* nas decisões econômicas a serem tomadas. Congratulava o novo governo pela iniciativa de revogar o decreto 7666, e solicitavam que as *classes produtoras* fossem ouvidas no processo de elaboração da nova Constituição.

Na mudança política trazida pelo fim do Estado Novo, o prestígio de Daudt se manteve na capital. O novo prefeito, Filadelfo Azevedo criou uma comissão encarregada de examinar os problemas relacionados a transporte, abastecimento de água, coleta de lixo, segurança e habitação. Chamava-se Comissão Oficial dos Amigos da Cidade do Rio de Janeiro. Daudt foi convidado a integrar o grupo, que contou ainda com outros sete membros<sup>754</sup>.

Seu prestígio, portanto, mantinha-se, mas as especulações quanto as suas pretensões políticas não cessaram. No período de realização da Conclap, surgiram rumores quanto a um suposto convite do Partido Comunista a João Daudt, para lança-lo como candidato à presidência da República. Reforçava a desconfiança o fato de no período da Conclap ter circulado a informação de que Daudt e Prestes se reuniram e de que era de interesse do empresário que o líder comunista estivesse presente na conferência. Além disso, o jornal *Tribuna Popular*, portavoz do PCB naquele contexto, reconhecia Daudt d'Oliveira como uma liderança do pensamento econômico nacional, o que aumentava mais ainda a desconfiança acerca das ligações entre o empresário e os comunistas. Em um artigo intitulado “líder”, dedicado ao empresário, a *Tribuna Popular* tece os seguintes comentários acerca de Daudt:

Seus discursos, proclamando a necessidade de aumentar-se as rendas nacionais e apontando o pauperismo do nosso povo como o seu grande obstáculo, demonstram precisão e objetividade no trato dos mais graves problemas do país. Suas constantes citações da Carta da Paz do Trabalho, firmada por seu êmulo norte-americano, Eric Johnston, com os líderes das demais organizações trabalhistas dos Estados Unidos, garantem-lhe perante as massas trabalhadoras do país – base de todas as forças progressistas – um conceito que só os homens realmente progressistas merecem e conquistam.

Na etapa atual da nossa marcha para o progresso, colocou-se o sr. João Daudt d'Oliveira, por tudo quanto tem de progressista o seu programa e sua ação, como um dos brasileiros que mais merecem dos brasileiros em geral qualquer que seja a classe a que pertençam. Homens como esse é que infundem aos trabalhadores a confiança de que necessitam para que se implante no país a colaboração das classes indispensável ao desenvolvimento pacífico<sup>755</sup>.

<sup>754</sup> VAI SER AFINAL RESOLVIDO O PROBLEMA DE TRANSPORTE SUBTERRÂNEO PARA O RIO. A *Manhã*, Rio de Janeiro, 18 dez.1945. p. 3.

<sup>755</sup> CARELLO, B.S. Economia. Um líder. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 1º jun.1945. p. 3

O partido, seguindo a tese a União Nacional contra o fascismo, procurava algum candidato civil, fora de seus quadros, para lançar uma candidatura alternativa às duas então já existentes e os udenistas sabiam dessa estratégia. O *Diário Carioca*, ainda no encalço de Daudt, prontamente o questionou sobre uma possível articulação com o PCB. Daudt negou que o partido o tivesse procurado. Interrogado ainda se tinha sido convidado a integrar os quadros do PSD, o empresário confirmou, porém, disse ter recusado o convite.

Não sou candidato a coisa nenhuma. A minha vida se restringe a minhas atividades a frente das organizações de classe a que pertenço e nas quais desfruto da confiança dos meus colegas. Não pretendo nenhum cargo eletivo e já tive oportunidade mesmo de declarar meu pensamento ao DIÁRIO CARIOCA. As organizações de classe que me elegeram têm muitos problemas a serem resolvidos e neles estou integrado e por eles me baterei sempre<sup>756</sup>.

Quando o Partido Comunista anunciou que lançaria uma candidatura à presidência da República e que não seria a de Luiz Carlos Prestes, houve grande agitação entre as elites políticas, empresariais e a imprensa nacional. Novamente, o *Diário Carioca*, cumprindo o seu papel de porta-voz da UDN, manifestou-se, trazendo o nome de João Daudt outra vez, ao relembrar dos rumores já desmentidos de que o empresário seria candidato.

Como o sr. Prestes não quer ser candidato o homem tem de ser escolhido fora das hostes da “foice-e-martelo”. Achará o sr. Prestes quem se queira submeter à ridícula aventura? O nome do sr. João Daudt foi citado por um jornal, como o provável escolhido do PCB. Mas o atual presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, falando aos colegas do “Diário da Noite” declarou de maneira peremptória: “Seria trair os meus compromissos para com as classes conservadoras que me delegaram poderes. Torno a afirmar: não aceitarei tal indicação. A minha formação política não se amoldaria à ideologia defendida pelo Partido Comunista”<sup>757</sup>.

Naqueles dias de novembro, a especulação em torno do nome a ser lançado pelo PCB tomava as páginas dos jornais. *Bolões* eram feitos no Jockey Club, com os nomes de Prestes Maia, Antonio Prado Júnior, Medeiros Neto e Laudo de Camargo. Também chegou a levantar-se a hipótese de o PCB apoiar a candidatura de Mário Rolim Telles, articulada pelo Partido Agrário Nacional (PAN). Luiz Carlos Prestes, em entrevista anos mais tarde, confirma que o

---

<sup>756</sup> NÃO É CANDIDATO DO PARTIDO COMUNISTA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7 nov.1945. p. 3. O jornal *Gazeta de Notícias* afirmara, meses antes, que as razões pelas quais Daudt não seria candidato ao governo gaúcho não se deviam a recusa, e sim, a baixa repercussão que seu nome teve em uma possível candidatura. Segundo o jornal, “Não teve a repercussão desejada a notícia do próximo lançamento da candidatura do sr. João Daudt d’Oliveira para governador do Estado. O candidato Walter Jobim, já apresentado pelo PSD, conta com a real simpatia e tem até apoio da maioria oposicionista, sabendo-se que o sr. João Daudt d’Oliveira sempre viveu fora de seu Estado e sem contato com as massas populares gaúchas; ao passo que o candidato do Partido Social Democrático possuiu real prestígio no Rio Grande do Sul e é um dos pioneiros da política de assistência social e de amparo às classes pobres e de impulso às atividades econômicas”. MOMENTO POLÍTICO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 ago.1945. p. 2

<sup>757</sup> A NOSSA OPINIÃO. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 7 nov.1945. p. 4



objetivo do partido, nesse sentido, era lançar a candidatura de alguém próximo a Vargas, que levasse consigo os votos do PTB<sup>758</sup>.

Segundo Dênis de Moraes e Francisco Viana, o partido optou por não lançar a candidatura de seu líder mais expressivo – Prestes - para evitar *queimar* desnecessariamente seu nome. Prestes foi lançado candidato ao Senado e também a deputado, o que era permitido pela legislação eleitoral do período<sup>759</sup>.

Assim, o candidato do PCB tirava o sono dos udenistas mesmo antes de ser anunciado. O *Diário Carioca* publicou uma reportagem em que o partido teria supostamente uma lista de cinco nomes para lançar a candidatos à Presidência da República:

**Quadro 22: A lista quántupla de possíveis candidatos à Presidência da República pelo PCB – novembro de 1945<sup>760</sup>**

NOME	OCUPAÇÃO
Luiz Frederico Carpenter	Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil
Prestes Maia	Engenheiro civil e arquiteto. Trabalhou como engenheiro na Secretaria de Viação e obras públicas e foi interventor na cidade de São Paulo, nomeado por Ademar de Barros em 1938.
Antonio Prado Júnior	Engenheiro e ex-prefeito do Distrito Federal.
Abraão Ribeiro	Formando em Direito, foi nomeado interventor na cidade de São Paulo, para substituir Prestes Maia, com a derrubada do Estado Novo.
Yêddo Daudt Fiúza	Engenheiro, ex-diretor do DNER, foi prefeito de Petrópolis (RJ) por duas vezes.

A lista, portanto, não continha o nome de João Daudt d'Oliveira. Porém, um nome bem próximo a ele constava entre os listados. Tratava-se de seu primo, Yêddo Fiúza, que se manteve próximo a Vargas também no Estado Novo. Nomeado interventor de Petrópolis em 1937, município o qual já governava como prefeito eleito, ocupou mais tarde o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Para a surpresa dos udenistas, o candidato lançado pelo partido foi Fiúza.

<sup>758</sup> ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. 2012. p. 161.

<sup>759</sup> MORAES, Denis. VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad. 1997. p.141.

<sup>760</sup> *Ibidem*. p. 162.

Tão logo a surpreendente candidatura foi anunciada, o engenheiro civil sofreu uma campanha ferrenha do jornalista Carlos Lacerda, que ganhou as páginas do *Diário Carioca*. A candidatura, para Lacerda, era vista como uma manobra para retirar votos de Eduardo Gomes e fortalecer o candidato do PSD. Lacerda se dedicou a publicar uma série de reportagens supostamente bombásticas, propondo-se a atacar a imagem de Fiúza e reduzir ao máximo as possibilidades de votos do candidato, a quem deu alcunhas como *Rato*, sugerindo que Fiúza fosse adepto a práticas de cobrança de propina em suas atividades administrativas, e *Gueixa de Petrópolis*, supondo ser o candidato homossexual. Para dissociá-lo do primo empresário, que mantinha naquele momento boas relações com os udenistas, apesar de sua neutralidade em um momento em que o partido do brigadeiro Eduardo Gomes cobrava dos representantes do empresariado uma tomada de posição, Lacerda tratou logo de discorrer sobre como seria a relação entre os dois parentes.

Em dezembro de 1930, o sr. João Daudt d'Oliveira obteve com seu amigo pessoal, o sr. Getúlio Vargas, a nomeação de seu primo Yêddo Daudt Fiúza para a Prefeitura de Petrópolis. O sr. Yêddo, engenheiro fracassado, era um encravo na família e o sr. João Daudt procurou ajuda-lo, recebendo depois, em pagamento, um coice do sr. Yêddo<sup>761</sup>.

A campanha contra Yêddo Fiúza também recebeu a adesão de Assis Chateaubriand, que reproduziu os artigos de Lacerda no *Diário da Noite*, na seção “*a pedidos*” do jornal<sup>762</sup>.

Já nos momentos finais, a candidatura de Dutra recebeu o apoio de Vargas e o candidato do PSD venceu o pleito eleitoral. Meia hora antes do último comício do general, foi divulgado o manifesto de apoio de Vargas a sua candidatura. Tal apoio é considerado decisivo para o desfecho da primeira eleição presidencial após o Estado Novo: Dutra venceu as eleições com 55,39% e o Eduardo Gomes ficou em segundo lugar, com 35,74%. Yêddo Fiúza, em terceiro, obteve 9,7% dos votos<sup>763</sup>.

Terminava assim um período de turbulência, em que a constante insistência da imprensa em obter de Daudt um posicionamento quanto aos grupos políticos em disputa permite afirmar que era expressiva a dimensão de sua representatividade de sua influência entre o empresariado.

---

<sup>761</sup> LACERDA, Carlos. Prestes exhibe o Rato Fiúza. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 23 nov.1945. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>762</sup> Cf. A PEDIDOS: PRESTES EXIBE O RATO FIÚZA. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 23 nov.1945. p. 20. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>763</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 26. p. 86.

#### **4.9: Manutenção da legitimidade em tempos de transição e a Carta da Paz Social**

No turbulento processo de redemocratização, apesar das críticas que sofrera por ambos os lados principais da disputa política – udenistas e PSD, a legitimidade de Daudt enquanto representante do setor do comércio não foi abalada. Na eleição realizada em julho de 1945 para a nova diretoria da ACRJ, o empresário foi reeleito, sem que se manifestasse outra chapa alternativa.

**Quadro 23: Diretoria eleita para a gestão 1945-1947 da ACRJ** <sup>764</sup>

NOME	CARGO ANTERIOR	FUNÇÃO
Antenor da Fonseca Rangel Filho	Conselho Diretor	Vice-Presidente
Antonio Ribeiro França Filho	Vice-Presidente	Reeleito
Carlos Freire Zenha	Conselho Diretor	Vice-Presidente
Daniel Carvalho	Vice-presidente	Reeleito
Hortêncio Lopes	Vice-Presidente	Reeleito
José Augusto Bezerra de Medeiros	-	Vice-presidente
José Manuel Fernandes	Conselho Fiscal	Vice-Presidente
José Monteiro de Rezende	Conselho Diretor	Vice-Presidente
Oswaldo Benjamin de Azevedo	Conselho Diretor	Vice-Presidente
Pedro Magalhães Correa	Conselho Diretor	Vice-Presidente
Rodrigo Octávio Filho	Vice-Presidente	Reeleito
Adriano de Almeida Maurício	Reeleito	Conselho Diretor
Alberto de Paiva Garcia	Reeleito	Conselho Diretor
Albino da Silva Bandeira	Conselho Fiscal	Conselho Diretor
Alfredo Mário da Silva Monteiro Guimarães	Reeleito	Conselho Diretor
Alvaro Brochado	-	Conselho Diretor
Alvaro Castelo Branco	Reeleito	Conselho Diretor
Alvaro Porto Moutinho	Reeleito	Conselho Diretor
Antonio Froes Cruz	Reeleito	Conselho Diretor
Antonio Rodrigues Tavares	Reeleito	Conselho Diretor
Antonio Sanches Galdeano	-	Conselho Diretor
Arthur de Lacerda Pinheiro	Reeleito	Conselho Diretor
Cyriaco José Luiz	Reeleito	Conselho Diretor
Emílio Lourenço de Souza	-	Conselho Diretor
Enio do Rego Jardim	-	Conselho Diretor
Francis W. Hime	Reeleito	Conselho Diretor
Francisco Luiz Vizeu	Comissão Fiscal	Conselho Diretor
George W. Mattox	-	Conselho Diretor
Gervásio Seabra	Reeleito	Conselho Diretor
João Baylongue	Reeleito	Conselho Diretor
João Leão de Faria	-	Conselho Diretor
Jonathas Nunes Pereira Filho	-	Conselho Diretor
Jorge Amaral	-	Conselho Diretor
José Alves de Souza	Reeleito	Conselho Diretor
José Lobo Fernandes Braga	-	Conselho Diretor
José L. Salgado Scarpa	Vice-Presidente	Conselho Diretor
José da Silva Oliveira	-	Conselho Diretor
José de Siqueira Silva da Fonseca	Reeleito	Conselho Diretor
Juan Enrique Ariela	Conselho Fiscal	Conselho Diretor
Luiz Maia Bittencourt Menezes	-	Conselho Diretor
Manuel Ferreira Guimarães	Vice-presidente	Conselho Diretor
Milton de Souza Carvalho	Reeleito	Conselho Diretor
Pedro Brando	Reeleito	Conselho Diretor
Pedro Magalhães Correa	Reeleito	Conselho Diretor
Pedro Vivacqua	Reeleito	Conselho Diretor
Ralph Olsburgh	-	Conselho Diretor
Romulo Cardim	-	Conselho Diretor
Rui Gomes de Almeida	Reeleito	Conselho Diretor
Ulisses Grant Keener	-	Conselho Diretor
Waldemar Marques	Reeleito	Conselho Diretor
Carlos Alberto Brandão Martins de Oliveira	-	Conselho Fiscal
Carlos Santos Costa	Reeleito	Conselho Fiscal
Júlio de Siqueira Carvalho	Reeleito	Conselho Fiscal
Luiz Eugenio Leal	Reeleito	Conselho Fiscal
Nestor Moura Brasil	-	Conselho Fiscal
Arthur Pires	-	Suplente do Conselho Fiscal
Joaquim Dias Garcia	-	Suplente do Conselho Fiscal
Jorge Bhering de Oliveira Mattos	-	Suplente do Conselho Fiscal

<sup>764</sup> A NOVA DIRETORIA DA ASOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1945. p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Nacional. A designação dos vice-presidentes está disponível na ata da sessão da ACRJ realizada em 13 de junho de 1945, disponibilizada pelo Boletim da ACRJ de 15 de julho de 1945. ano XI, nº 488 p.68.

Dos 58 eleitos, 18 ingressavam nos quadros da associação pela primeira vez, o que representava um índice de renovação de 31%. Chama atenção na nova composição a ausência de Valentim Bouças, que na gestão anterior, ocupou um dos cargos de vice-presidente. Tais cargos eram escolhidos por Daudt entre os diretores eleitos. Na nova diretoria, destaca-se a escolha de José Augusto Bezerra de Medeiros para a vice-presidência. O diretor, que na gestão anterior, embora não figurasse entre os quadros do conselho diretor, integrava a ACRJ e fez parte do Departamento Cultural da entidade. Empresário do ramo de seguros, foi governador do Rio Grande do Norte na década de 1920 e participou da fundação da UDN<sup>765</sup>.

Em sua nova gestão, inspirado na *Carta da Paz Industrial*, Daudt juntou-se a representantes do empresariado industrial, agrícola e dos trabalhadores para buscar compor um documento conjunto, na busca de consenso para contribuição da resolução dos principais problemas que atingiam a economia nacional. Em entrevista ao jornal *O Globo* em 8 de agosto de 1945, Daudt expôs as articulações em curso no sentido de compor um pacto de paz social entre empregadores e empregados no Brasil. Novamente, a legitimidade de Daudt para falar em nome das *classes produtoras* era reconhecida. A reportagem referiu-se ao empresário como “*intérprete autorizado da opinião dominante nas classes produtoras*”, atribuindo-lhe às iniciativas de realizar do 1º Congresso Brasileiro de Economia e a Conclap<sup>766</sup>. O contexto em que se realizou a Conclap, como vimos em seção anterior, era de crescimento das mobilizações dos trabalhadores motivadas especialmente pelo temor quanto a perda dos direitos trabalhistas conquistados ao longo do governo Vargas. O discurso de Daudt, após a Conclap foi de que, para enfrentar tamanha turbulência econômica e social, era imprescindível, naquele momento, que empregadores e empregados se unissem no planejamento de um futuro mais sereno. As articulações envolvendo a proposta do pacto da paz social incluíam, segundo Daudt, a criação de um Fundo Social, composto em parte com um percentual do lucro obtido pelos empregadores. Os recursos do fundo seriam aplicados em ações de combate ao pauperismo, em projetos de habitação social e também na formação educacional e técnica dos trabalhadores. Comparando com as iniciativas com semelhantes propostas executadas pelos Estados Unidos, país que mais uma vez lhe inspirava, Daudt ponderou o alcance do projeto brasileiro:

---

<sup>765</sup> MALIM, Mauro. AUGUSTO, JOSÉ. Verbete. CPDOC/FGV: DHBB. 2 ed. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AUGUSTO,%20Jos%C3%A9%20\(RN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AUGUSTO,%20Jos%C3%A9%20(RN).pdf)>. Acesso em 04/01/2017.

<sup>766</sup> PROBLEMAS ECONÔMICOS E FINANCEIROS. *Boletim da ACRJ*, 16 ago.1945. ano XI, nº 449, p.32-33. Biblioteca da ACRJ.

É claro que não é possível esperarmos aqui doações do tipo Rockefeller ou Carnegie, que fundam universidades, corporações científicas de saneamento ou educação, e as mantêm em atividade. Poderemos, entretanto, juntar contingentes menores, formando totais que permitam realizações maiores, aptas a imortalizarem grupos de beneméritos, que nelas inscreverão seus nomes<sup>767</sup>.

No processo de construção da *Carta da Paz Social*, a ACRJ apontou os seguintes objetivos básicos a serem satisfeitos pelo pacto:

- Promover a execução de medidas que melhorem continuamente o salário real dos empregados e seu padrão de vida, não só no sentido de sua melhor alimentação, habitação e vestuário, mas inclusive por meio da difusão de escolas para menores e adultos, patronados, jardins de infância e centros de cultura e de diversões;
- Construir vilas operárias, propiciando aos seus residentes, à medida do possível, elementos essenciais de vida social;
- Dar assistência médico-farmacêutico-dentária-hospitalar e serviços correlatos aos trabalhadores e membros de suas famílias, completando a assistência prestada pelas instituições de previdência social;
- Fomentar a criação de cooperativas operárias de crédito e de consumo, de preferência aproveitando, quanto às segundas, os atuais postos de subsistência<sup>768</sup>.

No momento em que o Estado Novo dava seus suspiros finais e as articulações entre lideranças do empresariado em torno da *Carta da Paz Social* aumentavam, foram anunciadas as providências para a criação da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Aguardada desde julho de 1939, por conta do decreto-lei 1402, que previa seu estabelecimento, obedecendo a hierarquia da estrutura sindical (associações, federações e confederações), foi instalada em 5 de setembro de 1945. A cerimônia de instalação, que reuniu representantes do empresariado do comércio de vários estados do país, contou com um discurso de Daudt. O presidente da ACRJ argumentou que a motivação do esforço da categoria em organizar a cúpula de sua representação eram as turbulências e incertezas políticas e econômicas.

Numa época de dissociação, de lutas e de incertezas, queremos estar coesos para que possamos constituir a força moderadora, atuando beneficentemente para a harmonia, o progresso e o bem-estar da pátria<sup>769</sup>.

Findado o Estado Novo, o discurso da CNC justificando sua fundação carregava um outro componente – o contexto democrático. Daudt afirmou que a consolidação da CNC era

---

<sup>767</sup> Ibidem. p.35

<sup>768</sup> NOTAS REDACIONAIS. Carta da Paz Social. *Boletim da ACRJ*, set. 1945. n° 500, ano XI, p. 4. Biblioteca da ACRJ.

<sup>769</sup> LAVOURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO COOPERARÃO DENTRO DE DIRETRIZES COMUNS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1945. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

fruto da “clarividência do presidente Linhares” que fez com que “fosse acelerado o reconhecimento da Confederação Nacional do Comércio”<sup>770</sup>. A expectativa era de que, naquele contexto, também se efetivasse esforço semelhante por parte do setor agrícola. Em reunião do conselho diretivo da ACRJ, Daudt afirmou que em breve, a agricultura daria também os seus passos nesse sentido e que organizadas as entidades de representação do empresariado do comércio, indústria e agricultura, as *classes produtoras* poderiam “dispor de órgãos supremos de direção, operando em todo o país dentro de diretrizes comuns”<sup>771</sup>.

Unindo-se e colaborando com o trabalho, oferecem elas patrioticamente ao país o fundamento essencial, sem o qual fracassarão todos os empreendimentos – a harmonia dos espíritos pela eliminação total das incompreensões perturbadoras da nossa vida social<sup>772</sup>.

Em reportagem divulgando a cerimônia de posse da confederação, *O Jornal de Assis Chateaubriand* afirmou que a CNC representava um movimento de “libertação do comércio com relação aos entraves que o vinham detendo”.

Podendo efetivamente proporcionar benefícios à coletividade e ao país, a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO terá colaborado para que a ordem econômica se funda no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, dentro dos preceitos da justiça, atendidas as inelutáveis limitações impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional<sup>773</sup>.

O discurso em prol do bem-estar social vinha atrelado à criação da CNC. A *Carta da Paz Social* foi mencionada naquele contexto como a expressão dessa preocupação do empresariado. O pacto seria formalizado, segundo Daudt, com a conclusão da organização do comércio em confederação, a exemplo da estrutura já seguida pela indústria desde 1938, com a Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>774</sup>. A CNC foi coordenada a princípio por uma junta diretiva provisória, da qual Daudt fazia parte<sup>775</sup>. A junta esteve à frente da instituição até dezembro de 1945, quando foi eleita a primeira diretoria e do conselho fiscal,

<sup>770</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Gazeta de Notícias*, 30 nov.1945. p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>771</sup> ACRJ. Ata da reunião do conselho diretor de 5 de setembro de 1945. *Boletim da ACRJ*, 15 set. 1945. ano n XI, ° 500 p.43. Biblioteca da ACRJ.

<sup>772</sup> Idem.

<sup>773</sup> SERÁ SOLENEMENTE EMPOSSADA A DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO. *O Jornal*, 9 jan. 1946. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>774</sup> Idem.

<sup>775</sup> Bem como Brasília Machado Neto, Caetano Vasconcelos, Rubens Soares, Rafael Alves, Antonio Ribeiro França Filho e Luiz Maia Bittencourt Menezes. Cf. FUNDADA ONTEM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Diário Carioca*, 5 de setembro de 1945. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

**Quadro 24: Conselho Diretor da CNC<sup>776</sup>**

NOME	ENTIDADE DE ORIGEM	CARGO NA CNC
João Daudt d'Oliveira	ACRJ	Presidente
Brasílio Machado Neto	ACSP	Vice-presidente
Caetano de Vasconcelos	Federação do Comércio de Minas Gerais	Vice-presidente
Rafael de Oliveira Alves	Federação do Comércio Varejista do Nordeste Oriental	Vice-presidente
Luiz Maia de Bittencourt Menezes	Federação do Comércio Varejista do Rio de Janeiro	Secretário
Jorge Amaral	Federação dos Agentes Autônomos do Comércio do Rio de Janeiro	1º Tesoureiro
Coaraci de Medeiros	Federação do Comércio de Turismo do Rio de Janeiro	2º tesoureiro
Arthur Joaquim Rodrigues Pires	Federação do Comércio Atacadista do Rio de Janeiro	Conselho Fiscal
Edgar Guimarães de Almeida	Federação do Comércio de Turismo do Rio de Janeiro	Conselho Fiscal
Honório Kemp da Cunha França	Federação do Comércio Varejista do Nordeste Oriental	Conselho Fiscal

Daudt foi conduzido pelo pleito ao cargo de presidente da CNC. Em seu discurso de posse, já em janeiro de 1946, teceu críticas ao já finado Estado Novo, especialmente após o ingresso do país na Segunda Guerra Mundial.

Quando partiram para os Estados Unidos as missões, navais e aeronáuticas, que iam acertar com nossos aliados americanos detalhes da cooperação dos dois países no terreno bélico, esgotamos todas as reservas de tenacidade, de eloquência, e mesmo de influência pessoal para que se organizasse também uma missão econômica incumbida de apresentar na América do Norte um quadro das nossas necessidades mínimas de aparelhamento, àquela época, tanto ou mais prementes para a vitória do que o equipamento bélico.

Nada se fez. E os portos continuaram desaparelhados, o equipamento se desgastou ao limite extremo da ruína, os combustíveis líquidos permaneceram com outras riquezas minerais, no seu sono milenar, sob a terra de Santa Cruz.

Prosseguiu também a construção de palácios suntuosos e de grandes obras públicas, colocando no Rio de Janeiro uma moldura dourada em torno da miséria dos morros e das favelas<sup>777</sup>.

No entanto, ao tratar do tema do pauperismo, ponderou em associar tal condição, ou mesmo seu agravamento, ao governo Vargas.

Sem ideia de apurar culpas ou de apontar autores, podemos verificar, num exame panorâmico, que o pauperismo nacional chegou ao extremo alarmante, É preciso proclamarmos corajosamente sem falsos melindres e fugindo ao exagero, que a

<sup>776</sup> PAZ ENTRE TRABALHADORES E PATRÕES. *Diário Carioca*, 11 jan. 1946, p. 11. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>777</sup> REJUBILAMO-NOS DE QUE ESSE SENTIDO GREGARIO À PROCURA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1946, p.3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.



pobreza, o baixo padrão de vida, a queda de vitalidade do nosso povo, agravados pelas consequências de guerra, atingiram a um grau sem precedentes<sup>778</sup>.

As diretrizes iniciais da CNC enfatizavam de maneira expressiva as iniciativas de bem-estar social. Daudt anunciou em seu discurso de posse a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Seguindo os moldes da experiência da CNI com o Senai, o Senac também seria mantido pelos empregadores com o recolhimento mensal de 1% sobre as folhas de salários. O discurso do comerciante humilde que ascendeu socialmente volta naquele contexto de indefinição política e temor social quanto as incertezas com relação a manutenção da legislação trabalhista instituída por Vargas. Mencionou as dificuldades que limitavam o acesso dos comerciários à qualificação profissional, obrigando àqueles que desejassem aumentar o nível de instrução a abrir mão das horas de descanso e lazer noturno e destiná-las aos bancos escolares.

Eu, que na pobreza da mocidade comecei meus passos na vida como caixeiro, bem pude sentir a dureza dessa condição. E naquela época assumi comigo mesmo o compromisso de contribuir com todas as minhas forças para que um dia essa situação fosse modificada.

O destino permitiu que a mim coubesse a oportunidade de cooperar para que, doravante, o ensejo de aprender pertença a todos os jovens comerciários, como um direito. Eles agora poderão estudar na idade propícia, sem ter o livro escondido debaixo do balcão. E o seu chefe, longe de os desprestigiar, será o primeiro a convidá-los a aperfeiçoarem-se, a elevarem seu grau de cultura, a serem mais eficientes a progredir armados de melhor aparelhagem intelectual<sup>779</sup>.

Empossado como presidente da CNC e já sob o contexto democrático, Daudt não abandonou a defesa da planificação da economia, nem a expectativa de que o Brasil receberia o apoio estadunidense. Ainda em seu discurso de posse, afirmou que

O planejamento, no Brasil, para que seja abreviado o período de crescimento em que nos vamos arrastando, é obra a ser executada por brasileiros, mas delineada em colaboração com nossos amigos e aliados da América do Norte<sup>780</sup>.

No dia da posse da direção da CNC, com a presença de representantes de Euvaldo Lodi, representando da CNI e de Iris Meimberg, representando a Federação das Associações Agropecuárias do Brasil-Central, além de líderes de outras entidades do empresariado e de representantes da federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, foi apresentada a

<sup>778</sup> EMPOSSADA A DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. Revista do Comércio, Janeiro de 1946, p. 90 Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACRJRevistas&PagFis=43887&Pesq=%22JOAO%20AUDT%22>>. Acesso em 03/01/2017.

<sup>779</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>780</sup> Ibidem, p. 90.

já tão esperada *Carta da Paz Social*. Tendo como diretriz principal a proposta de cooperação entre empregadores e empregados no sentido de articular esforços para elevar o desenvolvimento das forças produtivas e do padrão de vida dos brasileiros, o documento apresentou onze cláusulas, das quais destaca-se a defesa da função social do capital, já apresentada e defendida por Daudt no ano anterior, em Rye.

O capital não deve ser considerado apenas instrumento produtor de lucros, mas principalmente, meio de expansão econômica e bem-estar coletivo. O trabalho é um direito de cada um a participar na vida social e um dever de para ela contribuir com o melhor de suas aptidões, assegurando aos trabalhadores um salário que lhes garanta uma existência digna e eficiente<sup>781</sup>.

O documento recomendava uma série de direitos e deveres, tanto ao empregador quanto ao empregado. Enquanto os empregadores deveriam promover iniciativas que contribuíssem para a qualificação e bem-estar de seus trabalhadores e estimulá-los com a oferta de prêmios conforme a produtividade no trabalho, aos empregados, recomendava-se manter um comportamento disciplinado do trabalho, comprometendo-se com a assiduidade e, havendo conflitos com os empregadores, que estes fossem resolvidos primeiramente nas comissões mistas sindicais. Também se recomendava aos trabalhadores que aproveitassem os cursos técnicos oferecidos pelo SENAI e pelo SENAC<sup>782</sup>.

Ignacio Delgado chama atenção para outro ponto presente na *Carta da Paz Social*, referente ao conjunto de sugestões indicadas para o Estado. Tratava-se da proposta de modificação do sistema de Previdência Social então vigente, para uma estrutura que garantisse a participação efetiva dos contribuintes e o atendimento real de suas finalidades.

Delgado ressalta que tanto as resoluções da Conclap quanto as recomendações da *Carta da Paz Social* evidenciam a disposição do empresariado não deixar sob exclusiva responsabilidade do Estado “o controle sobre os organismos responsáveis pela construção das bases materiais do consentimento junto aos trabalhadores”. Revelam, ainda segundo Delgado, um outro aspecto, que é a busca do empresariado em construir organismos privados não passíveis da influência do Estado, para o desenvolvimento de iniciativas de bem-estar social, como oferta de assistência médica, lazer e qualificação profissional<sup>783</sup>. A estruturação desses organismos se desenrola em um contexto de intensa mobilização dos trabalhadores em um

---

<sup>781</sup> A Carta da Paz Social foi publicada na íntegra no Diário Carioca na reportagem BRILHANTEMENTE EMPOSSADA A DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Diário Carioca*, 11 jan. 1946, p.8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>782</sup> Idem.

<sup>783</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil*. São Paulo, LTR, 2001. p. 127-129.

cenário democrático: em maio de 1946, é criado o Serviço Social da Indústria – SESI - e em setembro do mesmo ano, o SESC, Serviço Social do Comércio.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo, o mais curto quanto ao recorte cronológico, porém o mais extenso em volume de seções e páginas escritas, foi possível observar como foram articuladas e se consolidaram iniciativas de representação coletiva do empresariado encabeçadas por João Daudt d'Oliveira – expressas no CBE e na Conclap. O contexto, marcado por incertezas econômicas e políticas e pela consolidação do trabalhador como um ator político expressivo, contribuíram para que representantes do empresariado dos setores do comércio, da indústria e da agricultura se reunissem para discutir coletivamente estratégias de atuação junto ao governo, expressas em recomendações quanto as mais diversas áreas da economia nacional. É possível identificar situações de consenso e ação coletiva, em que pese a dificuldade em tecer tal consenso, em meio a projetos em disputa. De um lado a defesa de uma diretriz mais liberal para a economia do Brasil e de outro, a proposta de uma planificação da economia, com a participação incisiva do Estado. Nessa controvérsia, Daudt é favorável à planificação, proposta que leva adiante em seus discursos, argumentando que de modo algum tal projeto é incompatível com o modelo democrático que passa a defender com afinco.

Por meio da análise da trajetória de Daudt foi possível identificar a difícil dinâmica para se chegar a conclusões em conjunto em meio a interesses demasiadamente distintos. Ao analisarmos o CBE e a Conclap, e apesar das críticas que o primeiro recebeu de setores expressivos do empresariado da agricultura, podemos concluir que foram iniciativas que obtiveram êxito. Ao passo que a tentativa de reação conjunta diante da Lei dos Lucros Extraordinários não prospera – embora a pressão de cada setor tenha sido eficaz, já que o texto original da lei sofreu diversas alterações que satisfizeram os interesses dos setores por ela afetados.

Ser o porta-voz das *classes produtoras* vai se revelando, ao longo do capítulo, uma aspiração pessoal de Daudt d'Oliveira, que encontra aceitação em parte expressiva do empresariado. Dois pilares sustentam a legitimidade para que o empresário pudesse alcançar tal aspiração: suas relações estreitas com a elite política do Estado Novo, como já vimos no capítulo anterior, e o seu vasto ramo de atuação profissional. Industrial do ramo farmacêutico, empresário do setor financeiro e do setor do comércio de importação e exportação de matérias

primas e produtos industrializados. Circulava por entre empresários dos mais diversos ramos de atividade e tinha múltiplos investimentos e atividades profissionais.

Daudt mantém essa legitimidade mesmo ao longo da transição política que põe fim ao Estado Novo e ao governo Vargas, mas não sem sacrifícios. Os anos finais do Estado Novo são também anos de crise para Daudt, uma vez que sua legitimidade enquanto representante do empresariado esteve ancorada em suas boas relações com a elite dirigente. Foram necessários inúmeros esforços para manter seu status, que vão desde negar teses anteriormente defendidas – a exemplo das medidas antitrustes – a passar a criticar um modelo de regime político que até então recebia seu apoio fervoroso. Esses esforços incluíram até mesmo elaborações e reelaborações de sua própria autobiografia.

Ao pretender ser o porta-voz do empresariado, sua exposição na imprensa aumentou de maneira expressiva. Seu nome aparecia em uma gama imensa de veículos, desde aqueles de linha trabalhista aos mais conservadores. Assim, para escapar das críticas feitas ao empresariado em um momento de inflação elevada e carestia, em que o apelo por sacrifícios em prol da luta internacional contra o nazifascismo já não surtia mais efeito, Daudt passou a narrar a repórteres sua história de vida, descrevendo-se como um caixeiro pobre que ascendeu socialmente e tornou-se um empresário bem-sucedido. Deixou de fora elementos que, como vimos no capítulo 1, foram essenciais para o começo de sua trajetória como um representante do empresariado: o apoio financeiro que recebeu de seu tio Jango, que lhe permitiu cursar Direito junto com outros membros da elite gaúcha – a exemplo de Vargas e Neves da Fontoura, e que lhe trouxe o capital financeiro que foi o pilar de sua atividade profissional – o laboratório Daudt. Deixou de lado os laços de parentesco com a família Gasparoni, que lhe propiciou a abertura das portas de salões da elite carioca, nos anos 1920.

Tal discurso não foi eficaz e acabou por gerar problemas. Ao surgir ao lado de Roberto Simonsen – considerado nacionalmente um líder do setor industrial e de notável erudição – professor universitário e autor de estudos acadêmicos de impacto no período – Daudt recebeu críticas de que sua ambição era maior que os atributos necessários para ser um porta-voz dos empresários brasileiros. Novamente, reformulou sua autobiografia em entrevistas, buscando ser mais sincero e enfatizando de forma mais fidedigna sua origem e os investimentos feitos em sua formação intelectual.

Mas a estratégia adotada por Daudt e demais representantes do empresariado – em especial do comércio e da indústria – para atravessar as incertezas de um regime político sem Vargas como protagonista foi o investimento em iniciativas de bem-estar via capital privado.

O ano de 1946 se inicia com um pacto entre empregados e empregadores, expresso na *Carta da Paz Social* e com a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC), organismos de promoção do bem-estar dos trabalhadores vinculados a indústria e ao comércio, criados em um contexto de mobilização expressiva dos trabalhadores, que se viam inseguros quanto à manutenção de seus direitos trabalhistas e dispostos a se mobilizarem articulando greves e paralisações. Inspirados pelos princípios da *Carta da Paz Social*, buscavam promover mais estabilidade nas relações entre capital e trabalho.

Passada a transição, o desafio que se impunha a Daudt era manter sua influência junto a elite política que se articulou no regime democrático. Este é o tema que discutiremos no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 5: DO APOGEU À QUEDA: A ATUAÇÃO DE DAUDT NO GOVERNO DUTRA (1946-1951)**

Este capítulo aborda o ponto de mais expressividade na trajetória de João Daudt d'Oliveira enquanto representante do empresariado. Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP), além de estar à frente dos processos de fundação e direção das entidades de fomento ao bem-estar e qualificação dos empregados do comércio, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço de Serviço Social do Comércio (Sesc), o empresário organizou ainda uma segunda Conferência das Classes Produtoras (II Conclap), reunindo representantes do empresariado do comércio, da indústria e da agricultura. Tal apogeu é sucedido também por um rápido declínio, que se acentua vertiginosamente com a vitória de Getúlio Vargas na eleição presidencial de 1950, quando a oposição ao presidente, tanto na imprensa quanto no seio da ACRJ não aceitam a continuidade de Daudt à frente na entidade.

Ao longo de cinco seções, analisamos a dinâmica de Daudt junto ao governo Dutra, especialmente as estratégias em busca do atendimento das reivindicações do comércio no plano político e econômico. Na seção seguinte, analisamos as relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos e a luta de Daudt e do industrial Roberto Simonsen em prol da inclusão da América Latina no Plano Marshall. A relação entre comerciantes e comerciantes e o processo de criação do Senac e do Sesc, bem como as pautas dos empresários quanto a política econômica e a realização da II Conclap são os temas das seções seguintes. Por fim, o capítulo se encerra com a análise do processo que leva ao fim a *era Daudt d'Oliveira* na representação do comércio nacional.

As fontes principais utilizadas nesse capítulo foram jornais publicados na cidade do Rio de Janeiro, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Nacional e também o jornal *O Globo*, consultado por meio de seu Acervo Digital. Também foram consultadas atas de reunião de diretoria e publicações de editoriais da ACRJ, via consulta de seu *Boletim Semanal*, da *Revista do Comércio* (publicada pela CNC) e pelo *Jornal do Commercio*. Analisou-se ainda a correspondência de Daudt para Getúlio Vargas no contexto da eleição presidencial de 1950, por consulta ao Fundo João Daudt d'Oliveira, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

### **5.1: A representatividade de Daudt em tempos democráticos: o primeiro ano do governo Dutra.**

Dutra assumiu a Presidência da República em 31 de janeiro de 1946 e dias depois, iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da nova constituição do Brasil. Entre os seus redatores, predominaram os defensores de ideias liberais, que procuravam deixar de lado a intervenção estatal característica do modelo econômico do Estado Novo. Essa influência liberal tinha suas raízes nas teses defendidas na Conferência Internacional de Bretton Woods, realizada no ano anterior<sup>784</sup>.

Ao longo de nove meses de um trabalho, destaca-se a ação do poder Executivo que, valendo-se de poderes excepcionais, orientava, sem que houvesse a fiscalização de outros poderes, os rumos do processo de institucionalização da Constituinte. A estrutura corporativa da CLT foi preservada e, conforme ressalta Luiz Werneck Vianna, o clima de ampla simpatia ao liberalismo começa a mostrar os seus limites quando “*a livre vontade do legislador constituinte se defronta com uma ordem que é criada pelo livre poder do chefe de Estado*”. Essa situação, segundo Vianna, vai caracterizar a nova fisionomia institucional legal brasileira. Nessa nova conjuntura, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) é posto na ilegalidade. Nos sindicatos dos trabalhadores, ficam suspensas as eleições e a intervenção do estado, autorizada. O traço assumido pela nova constituição, portanto, é o de manter o liberalismo em termos políticos e o corporativismo no que diz respeito à organização sindical<sup>785</sup>.

Sua política econômica foi marcada por dois momentos bem distintos. O primeiro, entre 1947 e 1948, foi caracterizado pela mudança na política de comércio exterior, que incluiu o fim do mercado livre de câmbio e também a introdução do sistema de contingenciamento às importações. O segundo, a partir de meados de 1949, envolveu uma política econômica mais flexível em suas metas fiscais e monetárias.<sup>786</sup> Apesar das mudanças, a forma como diversos segmentos internos participavam dos processos decisórios não se alterou com o fim do período varguista. Segundo Fausto Saretta, ao invés disso, continuaram desempenhando os mesmos papéis junto a um poder público que assumiu a função de acelerar e aprofundar mudanças no

---

<sup>784</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (20ª reimpressão). p. 105.

<sup>785</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 2 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 254.

<sup>786</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (20ª reimpressão). p. 105.

sistema econômico. No que tange a relação com o empresariado, Saretta afirma que a gestão Dutra foi marcada por o que Caio Prado Jr. Define como *Burguesia de Estado*, conceito que sintetiza a dinâmica da combinação de interesses privados dentro dos aparelhos estatais, em um processo no qual o empresariado “*antepara-se no Estado, que é seu intermediário e através ou com o qual age*”<sup>787</sup>.

Pedro Paulo Zahluth Bastos define como pendular a política econômica do governo Dutra.

Inicialmente, a prioridade recaiu sobre um plano de estabilização inflacionária (limitação do gasto público, controle do crédito) apoiado em reformas liberais (abertura comercial e financeira) e estabilidade do câmbio nominal. O diagnóstico da inflação culpava heranças intervencionistas do Estado Novo, de maneira que controlar os preços exigia liberar mecanismos de mercado e limitar influências nocivas do governo. Aproximadamente em metade do mandato, uma crise cambial forçou o governo a voltar atrás na abertura comercial para defender reservas cambiais e resguardar importações essenciais, embora sem reverter a abertura financeira inicial. O governo procurou defender a taxa de câmbio, limitando importações pouco essenciais, evitando o impacto inflacionário de uma depreciação cambial. Isto protegeu o mercado interno para a produção substitutiva de importações, que seguiu seu curso à medida que o governo procurava retirar “gargalos” (escassez de divisas, crédito e infraestrutura) que limitavam a expansão<sup>788</sup>.

As perspectivas iniciais que o Governo Dutra tinha foram marcadas pelas diretrizes liberais expressas em Bretton Woods<sup>789</sup>. Desta forma, aproximava-se das propostas defendida por Eugênio Gudin na Comissão de Planejamento Econômico (CPE), como analisado no capítulo anterior, em contraste com as propostas do Conselho Nacional de Política Econômica (CNPIC), que tinha como defensores ardorosos Roberto Simonsen e João Daudt d’Oliveira<sup>790</sup>.

Entre o empresariado do comércio, não havia total consenso quanto as diretrizes de pensamento desenvolvidas anos antes pelo CNPIC. Segundo Sérgio Lamarão, entre a gestão da Associação Comercial eleita em 1945, destacavam-se três defensores de uma política economia mais liberal, que além de diretores da ACRJ, foram eleitos para cargos políticos com a

<sup>787</sup> Cf. PRADO JR. Caio. *A Revolução Brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 120-122. SARETTA, Fausto. *O governo Dutra na transição capitalista no Brasil*. In: SARETTA, Fausto. *O governo Dutra na transição capitalista no Brasil*. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 101.

<sup>788</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951)*. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Anais, 2003,

<sup>789</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (20ª reimpressão). p. 105-106.

<sup>790</sup> Na análise da orientação econômica do governo Dutra, destacamos o apontamento feitos por Pedro Paulo Zahluth Bastos, que ressalta que o objetivo das medidas de liberalização na economia não era restaurar a “vocalização agrária” contra a industrialização do país. Considerava-se que a liberalização e o aumento da concorrência seriam elementos que fomentariam o setor industrial a realizar importações complementares para se modernizar. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951)*. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Anais, 2003.



reconstitucionalização: José Ferreira de Souza (UDN), para o Senado; José Augusto Bezerra de Medeiros (UDN), eleito deputado; e de maneira mais expressiva, Daniel de Carvalho, eleito deputado por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano (PR), combateram o intervencionismo estatal e fizeram elogios constantes a Gudin<sup>791</sup>. Nesse contexto, alguns dos pilares do discurso de Daudt, especialmente no que diz respeito a defesa do planejamento econômico, embora não abandonado, passa para um plano mais discreto, ao passo que o diálogo com as bases trabalhadoras, em período de intensa mobilização, intensifica-se.

Após assumir a presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Daudt d'Oliveira teve pela frente uma tarefa complexa: mediar a greve dos bancários, que tomou proporções nacionais. A categoria cruzou os braços ao longo de 19 dias<sup>792</sup>. Os bancários conquistaram a incorporação dos abonos em seus salários e o aumento de 300 cruzeiros a toda a categoria<sup>793</sup>. Ao chegar no desfecho das negociações entre os sindicatos dos bancos e casas bancárias, Daudt, em sessão do Conselho Diretor da ACRJ, tornou a insistir na fórmula do consenso amplo entre os setores econômicos para se evitar greves.

Sirva a greve dos bancários como uma chamada a mais triste realidade em que vivemos, alertando-nos para a urgente necessidade da mobilização nacional em torno dos problemas econômicos do Brasil à espera de solução<sup>794</sup>.

Ainda nos primeiros meses do governo Dutra, Daudt mostrou-se descontente com os rumos de sua política econômica. No discurso de posse de Brasília Machado Neto na presidência da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em maio de 1946, Daudt, em mais um de seus longos discursos, afirmou que o cenário econômico do Brasil só havia piorado desde a Conclap, realizada em maio do ano anterior.

Continuamos a andar para trás. Temos em circulação mais de 3 bilhões de cruzeiros em papel moeda do que possuíamos por ocasião da Conferência de Teresópolis e maior elevação no nível de prelos. Pioramos em meios de transporte, em mão de obra e em produção de bens de consumo<sup>795</sup>.

As críticas e o pessimismo quanto aos rumos da política econômica não ficaram restritas aos discursos do presidente da ACRJ. Em editorial de seu *Boletim*, a entidade expressou o seu

---

<sup>791</sup> LAMARÃO, Sérgio. Anos de confronto: a ACRJ e o Estado no interregno democrático. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo. (org). *A casa do empresário*. Trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. p. 223-224.

<sup>793</sup> ACABOU A GREVE DOS BANCÁRIOS. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1946, Matutina, Geral. p. 2. Acervo *O Globo*.

<sup>794</sup> ACRJ. Ata da reunião do conselho diretor. *Boletim da ACRJ*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1946. Ano XII, nº 470. p. 8. Biblioteca da ACRJ.

<sup>795</sup> OLIVEIRA, João Daudt. Discurso pronunciado em ocasião da posse de Brasília Machado Neto na ACSP. *Boletim da ACRJ*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1946. Ano XII, nº 471. p. 8. Biblioteca da ACRJ p.13

descontentamento com o governo, atribuindo as dificuldades a problemas prévios ao governo Dutra. Porém, evidenciava a insatisfação quanto a recepção das questões levadas pela associação ao governo.

A verdade é que, recrutando no seio das classes produtoras e das correntes políticas um conjunto de cidadãos que lhe darão os verdadeiros rumos, os problemas econômicos se tornam cada dia mais complexos e de difícil solução. Vive-se hoje numa atmosfera de crise que se originou de erros acumulados, contra os quais repetimos, por incúria ou falta de visão, não foi aberta uma guerra decidida e drástica. Diante de tal realidade, o papel da Associação Comercial continua a ser o mesmo: o de alertar e esclarecer, ao mesmo tempo que encaminhar às autoridades planos e sugestões nascidos da melhor boa vontade e do melhor patriotismo. Possivelmente, como tem acontecido, muitas das palavras e advertências da Associação Comercial não serão ouvidas, e quase todas as suas sugestões ver-se-ão perdidas e esquecidas no lufa-lufa das questões e do palavratório diários<sup>796</sup>.

Do pessimismo inicial, partiu-se para os embates reais entre o setor do comércio e o governo: o tabelamento dos preços de artigos de gênero alimentício, estipulado em abril de 1946, seguindo a determinação do Ministério do Trabalho e da Comissão Central de Preços (CCP) foi motivo de protesto por parte de Daudt. A CCP foi criada pelo decreto-lei nº 9.125, em 4 de abril de 1946<sup>797</sup>. A princípio, sua criação foi bem recebida pelo Conselho Diretor da ACRJ, que, em editorial publicado em seu *Boletim*, afirmou que a comissão tentaria “traçar rumos novos ao emaranhado da nossa situação econômica” e em que pese seu teor “controlador e punitivo”, manteve as portas abertas para a participação de representantes das classes produtoras, dando-lhe aspectos de órgão consultivo<sup>798</sup>. Chegaram até mesmo a fazer críticas à atuação da Coordenação da Mobilização Econômica, organismo equivalente criado no Estado Novo e que, segundo a ACRJ, foi “desde logo deixada sem poderes de fato e sem os e sem os recursos materiais necessários ao desempenho das suas funções”<sup>799</sup>.

No entanto, logo surgiram os primeiros conflitos entre a nova comissão e o empresariado do setor do comércio. A medida tabelava os preços de produtos considerados essenciais, como arroz, batata, cebola, banha, charque, feijão preto, farinha de mandioca e milho. Pelo tabelamento, era concedido lucro de 15 a 20% aos produtores sobre o custo da produção; 15% ao atacadista sobre as vendas efetuadas e 30% ao varejista. Daudt contestou, afirmando que a lei permitia a obtenção de até 35% de lucro líquido sobre os saldos extraordinários. Tal medida,

<sup>796</sup> ACRJ. EDITORIAL. *Boletim da ACRJ*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1946. Ano XII, nº 474. p. 1. Biblioteca da ACRJ.

<sup>797</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.125*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9125-4-abril-1946-417148-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12/01/2017.

<sup>798</sup> ACRJ. Editorial. *Boletim da ACRJ*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1946, ano XII, nº 476. p. 1.

<sup>799</sup> OLIVEIRA, João Daudt. As classes produtoras e a situação financeira do país. *Boletim da ACRJ*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1946, nº 478, ano XII. p. 11

na prática, ao incidir sobre o bruto, não daria aos varejistas um lucro líquido maior que 10%, segundo argumentação do empresário<sup>800</sup>.

Diante dessas medidas, o Conselho Diretor da ACRJ elaborou uma proposta ao governo, sugerindo que o ônus para o reerguimento da economia nacional não recaísse apenas para o setor do comércio. Propôs o congelamento parcial dos vencimentos dos funcionários públicos civis e militares que, segundo o argumento da entidade, teriam obtido aumentos desproporcionais de salários. Ainda segundo o entendimento do setor do comércio carioca,

não apenas o comércio e a indústria devem desfrutar do privilégio de patrioticamente contribuir para o reerguimento econômico-financeiro nacional. Esse privilégio deve ampliar-se até atingir todas as classes, a fim de que todos os trabalhadores e profissionais possam também oferecer contribuições pecuniárias aos combalidos cofres públicos<sup>801</sup>.

As relações entre o governo e o setor do comércio por conta do tabelamento dos preços ficaram ainda mais estremecidas quando, no fim de maio, foram apreendidas mercadorias de diversos estabelecimentos da capital federal, sob a alegação de estarem os proprietários descumprindo o tabelamento. Oswaldo Benjamin de Azevedo, representante dos comerciantes na CCP, acompanhou as apreensões e contestou os critérios e a forma como o processo foi realizado. Em protesto, enviou telegrama ao ministro do Trabalho, comunicando seu desligamento da comissão<sup>802</sup>. A ação da CCP acarretou a escassez dos gêneros alimentícios tabelados. Para tentar resolver os impasses entre o empresariado do comércio e o governo, Daudt e Dutra reuniram-se. O empresário pediu moderação nas práticas da CCP e comprometeu-se em fazer um apelo aos comerciantes para que o suprimento de gêneros alimentícios fosse restabelecido<sup>803</sup>.

No fim daquele mês, Daudt apresentou o *Depoimento das Classes Produtoras à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Constituinte*. No documento, o empresário tornou a criticar a política de tabelamento de preços que, embora tenha obtido êxito nos Estados Unidos, por meio da ação do *Office of Price Administration*<sup>804</sup>, no Brasil mostrava-se cada dia mais inviável. Segundo Daudt,

---

<sup>800</sup> A CIDADE. Hoje ou amanhã o tabelamento de gêneros alimentícios. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1946. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>801</sup> CONGELAMENTO PARCIAL DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS E MILITARES. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1946. p. 9. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>802</sup> A CIDADE. Por que se retirou da CCP o representante dos atacadistas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1946. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>803</sup> APELO AO COMÉRCIO ATACADISTA NO SENTIDO DE CONTINUAR AS SUAS OPERAÇÕES NORMAIS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1946. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>804</sup> Repartição da Administração de Preços.

nos países da América Latina, como o Brasil, por lhes faltar o elemento da consciência da necessidade pública e o aparelhamento complicado e dispendioso capaz de abranger todas as fases da produção e distribuição, a política de preços foi em geral um completo insucesso<sup>805</sup>.

O documento fazia um apelo para que fosse realizada uma revisão das leis tributárias, no sentido de subordinar a política tributária à economia, sob o argumento de que a produtividade das indústrias nacionais deveria ser estimulada e não “*entorpecidas pelos impostos em geral*”. Ao todo, foram apresentadas doze recomendações, divididas em dois grupos: as que se configuravam como urgentes e as que poderiam ser implementadas em um segundo momento. Entre as urgentes, além da recomendação para a revisão das leis tributárias, constavam medidas de combate à inflação, reajustamento dos fatores da produção, com especial amparo a produção agropecuária; preparo da legislação para facilitar o ingresso de capitais estrangeiros; medidas de fomento e organização da imigração e incentivos ao ensino técnico e econômico. Para um segundo momento, o documento recomendava o fomento da industrialização, com uma política de planejamento que envolvesse a ação do governo, portanto, resgatando a essência das teses defendidas nos anos anteriores pelo CNPIC. Também recomendava tratar a política trabalhista como parte da política econômica. Nesse sentido, propunha-se duas ações. A primeira era a ampliação do seguro social e a segunda, a revisão das leis trabalhistas com a finalidade de “*melhorar a produtividade e evitar que aquelas se tornem o escudo dos menos esforçados*”<sup>806</sup>.

Daudt convocou uma reunião com representantes das *classes produtoras* no dia 20 de junho, na sede da ACRJ, para comporem uma pauta de ementas a serem levadas aos constituintes. No dia seguinte, o empresário, acompanhado de Euvaldo Lodi, levou ao presidente da Assembleia Constituinte um documento reunindo ementas propostas pelo empresariado ao projeto de Constituição. O documento continha 28 ementas e tinha como base as diretrizes da *Carta Econômica de Teresópolis*<sup>807</sup>.

Em agosto, via CNC, Daudt convocou presidentes de todas as associações comerciais do país a comparecerem à capital para um debate a respeito do que qualificou como “*crise econômica*”. O evento se estendeu por quatro dias e ali foi elaborado o *Manifesto do Comércio à Nação*<sup>808</sup>, que apontava como uma das causas da crise a ausência de uma diretriz para a

<sup>805</sup> DEPÕE O SR. JOÃO DAUDT PERANTE A COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA DA ASSEMBLEIA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1946 Segunda Seção. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>806</sup> Idem.

<sup>807</sup> EMENDAS À CONSTITUIÇÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 jun. de 1946. p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>808</sup> LAMARÃO?

política econômica do governo. Sem atribuir exclusivamente ao governo Dutra a culpa, o documento ressaltava que desde a Constituição de 1891 essa característica já se encontrava presente.

A partir de 1930, essa falta de orientação ampliou-se em extensão e profundidade. A tendência para grandes investimentos de dinheiro público em atividades inadequadas ao Estado; a criação de autarquias de controle econômico; o emissionismo constante e crescente; a intervenção desordenada em setores diversos da produção, deixando de permeio áreas livres da atividade privada, foram alguns já característicos da época que precedeu a atual redemocratização do país<sup>809</sup>.

Segundo o documento, a política econômica brasileira, desde 1891, não apresentava coerência, fugindo tanto das diretrizes liberais quanto das intervencionistas. A tônica da CNC, no entanto, era de expectativa quanto ao governo que se iniciara há sete meses, especialmente, na possibilidade de manter canais de diálogo com a elite dirigente que estaria à frente dos rumos políticos nacionais até a próxima eleição. A primeira recomendação da CNC foi a criação de um órgão nacional de economia, que deveria ser composto pelos ministros da Agricultura, Fazenda, Trabalho e Viação e que teria por função primeira tratar dos problemas referentes ao abastecimento e aos preços e que deveria contar também com a participação de representantes da Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio<sup>810</sup>, ou seja, seria um canal onde o empresariado poderia levar suas reivindicações e participar das decisões acerca da política econômica a ser adotada. O documento apresentou ainda recomendações referentes ao transporte, ao crédito e ao comércio exterior.

Naquele momento, a tônica do comércio era de expectativa quanto à possibilidade de um diálogo mais eficaz com o governo. Deste modo, apontavam os problemas econômicos então vigentes, porém, situando sempre que a causa se encontrava no Estado Novo. Daudt chegou a dizer, em reunião do Conselho Diretor da ACRJ que na entidade “*nunca existira a ilusão de que o país marchava para a prosperidade e futuro feliz, conforme assegurava o otimismo oficial, no tempo da guerra*”. Tal declaração foi explorada pelos udenistas do *Diário Carioca*<sup>811</sup>, ainda que não fizessem menção aos discursos longos e apaixonados de Daudt pelos trabalhos desenvolvidos pelo governo Vargas nos anos do Estado Novo, inclusive no contexto da guerra, como vimos no capítulo anterior.

---

<sup>809</sup> A PALAVRA DO COMÉRCIO EM FACE AS DIFICULDADES DO MOMENTO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1946. p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>810</sup> Idem.

<sup>811</sup> ANÁLISE DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS FEITA NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5 set. de 1946. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Apesar das negociações entre o governo e o empresariado do comércio serem constantes, um novo mal-estar surgiu quando foi publicada portaria do Ministério da Fazenda proibindo a exportação de gêneros de primeira necessidade. Daudt foi a público declarar estar surpreso com tal medida, pois dias antes, o ministro Gastão Vidigal, em visita a ACRJ, havia declarado que tal portaria só seria publicada após a realização de um levantamento dos estoques dos produtos no Distrito Federal e nos estados<sup>812</sup>.

O comércio, em especial o do Distrito Federal, viveu dias conturbados naquele final de agosto. A notícia da proibição da exportação de uma série de produtos veio acompanhada de protestos pelas ruas da capital contra a alta dos preços e a escassez de gêneros considerados de primeira necessidade, que culminaram com a depredação de dezenas de estabelecimentos comerciais. Daudt alegou que a alta dos preços era consequência da participação do país na guerra mundial, que causou o empobrecimento, em especial, do parque industrial, em função da obsolescência do maquinário das fábricas e o setor de transportes, pelas dificuldades em importar combustível. O empresário argumentou que os representantes das *classes produtoras* advertiram o governo anterior, em diversas ocasiões, apresentando sugestões para contornar o problema, porém,

foram surdos os ouvidos do governo (...). Os resultados da imprevidência oficial aí estão, refletidos no quadro de miséria e de descontentamento, que é o Brasil de nossos dias. Era preciso, porém, fugir às responsabilidades, procurando-se um autor que pudesse ser apontado ao povo como causador de seus males. Não foi difícil a escolha: as classes produtoras, e nestas, principalmente o comércio, situado no elo extremo da corrente de distribuição como intermediário entre o produtor e o consumidor. Sobre este alvo cômodo e fácil passou a ser dirigida, numa campanha sistemática, a malquerença pública<sup>813</sup>.

Naquele contexto, o empresário, apesar de suas divergências com o ministro Gastão Vidigal, continuava declarando publicamente suas expectativas positivas com relação ao governo Dutra e a Constituinte. E ao Estado Novo, tão elogiado outrora, restavam novamente críticas e a imputação da culpa pelos problemas econômicos que assolavam o país naqueles dias.

Cabe nesta emergência ao governo do honrado sr. general Eurico Gaspar Dutra revelar desassombadamente ao país toda a verdade, exclusivamente a verdade, sobre a situação de calamidade em que recebeu o Brasil como um triste legado do governo passado<sup>814</sup>.

<sup>812</sup> ESTRANHA O COMÉRCIO A PROIBIÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE GÊNEROS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1946. p. 13. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>813</sup> CLIMA DE INQUIETAÇÃO, SOFRIMENTO E REVOLTA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 set. 1946. Segunda Seção. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>814</sup> *Ibidem*. p.2.

Se foi o mês de agosto conturbado para o setor do comércio, o mês de outubro, por outro lado, foi encarado com expressivo otimismo. Gastão Vidigal saiu do ministério da Fazenda, em meio a um déficit no orçamento da União, decorrente do expressivo aumento de salários e vencimentos do funcionalismo público<sup>815</sup>. Foi substituído por Corrêa e Castro, “*um homem de largo tirocínio na vida econômica do país*”, nas palavras de Daudt<sup>816</sup>. Uma de suas primeiras medidas foi restringir o controle de preços a cinco produtos: açúcar, leite, gorduras, carne e pão<sup>817</sup>, o que agradou ao empresário. A gestão de Correia e Castro foi marcada ainda pela adoção de políticas fiscais em monetárias expressivamente contracionistas, marcadas pela contenção do investimento público e pela drástica redução das emissões de moeda<sup>818</sup>.

Naquele mesmo mês, Daniel de Carvalho, o vice-presidente da ACRJ, assumiu a pasta da Agricultura, propondo um programa de fomento ao intercâmbio entre a agricultura e a indústria e de incentivo à produção e ao reerguimento das atividades rurais como forma de conter o intenso afluxo da população rural para a cidade em busca de melhores salários<sup>819</sup>. Na cerimônia de posse, Daudt foi fotografado logo a direita do novo ministro.

**Figura 13: Posse do ministro Daniel de Carvalho**



Fonte: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 out. 1946. p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional. (A seta aponta para Daudt).

A presença de um vice-presidente da ACRJ em um ministério representou mais representatividade dos interesses do comércio junto ao governo. Além disso, a nova Constituição, concluída em setembro de 1946, previa a criação do Conselho Nacional de Economia, que recebeu muitos elogios por parte da ACRJ. O conselho teria como finalidade

<sup>815</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (20ª reimpressão). p.119.

<sup>816</sup> ATO FELIZ E ACERTADO DO GOVERNO A NOMEAÇÃO DO SR. CORREA E CASTRO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 out. 1946. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>817</sup> O GOVERNO RESTABELECE A LIBERDADE DE COMÉRCIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1946. Segunda Seção. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>818</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. op. cit. p. 19.

<sup>819</sup> O PROGRAMA DO NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 out. 1946. p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

analisar a economia e apresentar sugestões para serem incorporadas às diretrizes da política econômica nacional. Era grande a expectativa de tratar-se de um canal de acesso privilegiado ao governo<sup>820</sup>. Assim, após meses conturbados na relação entre o governo e o setor do comércio, o ministério dado à Daniel de Carvalho e a perspectiva da criação do Conselho Nacional de Economia sinalizavam o entendimento entre o governo e o comércio.

Em meio aos meses de tensão, no entanto, Daudt investiu no fortalecimento da ACRJ por meio do aumento de seu quadro social. A medida, que foi uma das características de sua primeira gestão, seguiu pela imprensa carioca, logo nos primeiros meses do governo Dutra. Em seu *Boletim*, a ACRJ fez um apelo para que seus associados que se mobilizassem na campanha, para garantir que a entidade mantivesse sua expressividade quanto a representação dos interesses da categoria. Além disso, teve a iniciativa de dar início a uma campanha de propaganda institucional, encarregando-se o próprio Daudt de presidir a comissão responsável por desenvolver as ações de divulgação dos trabalhos da ACRJ na imprensa<sup>821</sup>.

---


<sup>820</sup> ACRJ. Editorial. Boletim da ACRJ. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1946, n° 503, ano XII. p. 1. No entanto, embora previsto na constituição, foi implementado apenas três anos depois, já no fim do governo Dutra.

<sup>821</sup> *Ibidem*. p.24.



**Figura 14: Campanha da ACRJ pelo aumento de seu quadro social**

*Estamos divulgando pela Imprensa...*




**Todos por um, um por todos...**

• Esta mensagem que estamos dirigindo, através de anúncios publicados nos jornais desta capital, aos que ainda não pertencem a esta entidade, tem para o senhor — que já é sócio — um sentido muito mais amplo. Significa que mais do que em qualquer outra eventualidade, a Associação necessita do seu apóio para o bom êxito da Campanha de Expansão Social que está levando a efeito. O senhor poderá falar, melhor do que ninguém, sôbre as vantagens que lhe proporciona sua condição de Sócio. Divulgando as atividades desta Associação, pondo em relevo o valor das suas iniciativas, evidenciando a sua solidariedade, o senhor contribuirá para o maior prestígio desta entidade o que reverterá em seu próprio benefício, pois quanto maior for o número de associados, maior a força representativa da Associação e a amplitude dos serviços que lhe prestará, também, através dos seus departamentos especializados.

★

*Mantenha-se fiel ao lema, um por todos, todos por um, colaborando com entusiasmo na*

**CAMPANHA DE EXPANSÃO SOCIAL DA**



Fonte: ACRJ. EDITORIAL. Boletim da ACRJ, Rio de Janeiro, 27 mar. 1946. Ano XII, nº 474, p. 17. Biblioteca da ACRJ.

Além de buscar garantir canais de acesso ao governo e investir em ampliar a dimensão da ACRJ, Daudt atuou expressivamente no campo do comércio exterior, especialmente, no diálogo com o empresariado estadunidense, como veremos na seção a seguir.

## 5.2: O Brasil de fora do Plano Marshall e a desilusão com o irmão do Norte

Quando Dutra assumiu a presidência, as expectativas de seu governo quanto a situação econômica externa eram das mais otimistas. Esperava apoio dos Estados Unidos aos projetos de desenvolvimento do país, por meio de assistência financeira governamental. Além disso, confiava na possibilidade de celebração de bons acordos com relação à exportação de café para os Estados Unidos. Apoiava-se na ideia de que o Brasil saiu da Segunda Guerra Mundial como credor do país norte-americano, por conta de sua colaboração com as forças aliadas no conflito mundial<sup>822</sup>.

Tal pensamento era compartilhado por lideranças do empresariado, especialmente por Roberto Simonsen (como veremos adiante) e por João Daudt d'Oliveira, que expressou suas expectativas para os comerciantes paulistas em ocasião da posse da diretoria da ACSP

Precisamos organizar já e já um programa mínimo de necessidades nacionais em vários setores, a começar pelo dos transportes, que é o mais importante e premente. A cooperação americana, em técnica e em capitais está igualmente ao nosso dispor talvez com mais fortes razões sentimentais, culturais e políticas. É imperioso que nos aprestemos a utilizá-las inteligentemente, com espírito de fraternidade continental, assegurando-nos recíprocos direitos e deveres com o propósito de aumentarmos o “standard” de vida do nosso povo e construirmos uma força econômica que seja a garantia da paz e da tranquilidade desta parte do hemisfério<sup>823</sup>.

Também insistia em uma política de atração de capitais estadunidenses para o Brasil. Em discurso à Assembleia Constituinte, argumentou que a soma de capitais dos Estados Unidos no Brasil girava em torno de 340 milhões de dólares, enquanto na Argentina, as aplicações eram aproximadamente o dobro<sup>824</sup>.

precisamos da colaboração da técnica, do braço e do dinheiro de fora, para crescermos demográfica e economicamente. Grandes providências são esperadas de vós neste sentido, na feitura da nova Constituição<sup>825</sup>

As expectativas positivas, tanto de Daudt quanto do governo foram reforçadas com a visita de Nelson Rockefeller, em novembro de 1946. O empresário estadunidense veio

<sup>822</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (20ª reimpressão). p. 105-117.

<sup>823</sup> OLIVEIRA, João Daudt. Discurso pronunciado em ocasião da posse de Brasília Machado Neto na ACSP. Boletim da ACRJ, Rio de Janeiro, 5 mar. 1946. Ano XII, nº 471. p. 8. Biblioteca da ACRJ p.13

<sup>824</sup> DEPÔE O SR. JOÃO DAUDT PERANTE A COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA DA ASSEMBLEIA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1946 Segunda Seção. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>825</sup> DEPÔE O SR. JOÃO DAUDT PERANTE A COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA DA ASSEMBLEIA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1946 Segunda Seção. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

acompanhado da esposa Mary e do empresário Berent Friele e chegou no dia em que o país comemorava o aniversário da proclamação da República. Seu primeiro discurso foi realizado pouco tempo depois do desembarque, ainda no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e veio a reforçar a crença do crédito brasileiro por conta da sua participação na Segunda Guerra Mundial<sup>826</sup>.

Todo o povo dos Estados Unidos se sente preso e cada vez mais ao Brasil. A amizade entre os dois povos é secular, e essa amizade está mais consolidada depois do magnífico papel desempenhado por vós durante a guerra. Sem a cooperação integral do Brasil à causa dos aliados — bases, material, Forças Armadas e inextinguível patriotismo —, o resultado do conflito talvez tivesse sido diverso<sup>827</sup>.

Rockefeller, tão logo chegou e acomodou-se, recebeu cerca de trezentos convidados para um coquetel no Copacabana Palace e Daudt estava entre eles<sup>828</sup>.

Segundo Antonio Pedro Tota, a visita de Rockefeller em período de transformações em curso não só internamente – por conta da redemocratização – mas especialmente no plano externo, no rearranjo internacional do pós-guerra, trouxe muito entusiasmo. Tota ressalta ainda que se via Rockefeller, naquele momento, como “*um quase messias*”, enviado dos Estados Unidos com a missão de restaurar a posição do Brasil como parceiro preferencial na América do Sul<sup>829</sup>.

Apesar do entusiasmo reforçado pela presença e discurso de Rockefeller, a situação era bem diferente. Terminado o conflito internacional, os esforços oficiais dos Estados Unidos voltaram-se para a reconstrução da Europa. Conforme destaca G. Pope Atkins, a ideia de “*um relacionamento especial entre as Américas*” tão difundida nos anos de guerra mundial, perdeu muito de seu significado no pós-1945<sup>830</sup>. Entre os primeiros sinais, podemos identificar a extinção do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, em maio de 1946.

A visita de Rockefeller, portanto, não possuía caráter oficial. Foi motivada especialmente pelas impressões de Adolf Berle, em conferência no Rockefeller Center para um grupo de empresários estadunidenses. Berle, que foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil de janeiro de 1945 a fevereiro de 1946, chamava atenção para dois aspectos: considerava que o Brasil deveria ser encarado como uma futura potência mundial, em função de suas riquezas naturais e também para a possibilidade de que o país sul-americano pudesse voltar-se para a

---

<sup>826</sup> TOTA, Antonio Pedro. O Amigo Americano, p. 90

<sup>827</sup> Idem.

<sup>828</sup> Idem.

<sup>829</sup> Idem.

<sup>830</sup> ATKINS, G. Pope. Latin America in the international political system. Westview Press, Boulder, 1989. P. 121. Apud. PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Continuidade ou mudança?. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 215.

Europa e deixar para segundo plano suas relações econômicas com os Estados Unidos. Nesse sentido, Rockefeller, ainda interessado em manter-se próximo ao Brasil e a América do Sul, encabeçou a criação da American International Association for Economy and Social Development (AIA) e do International Basic Economic Corporation (IBEC). A primeira entidade, sem fins lucrativos, tinha como objetivo fomentar as práticas agrícolas, com o foco no melhor aproveitamento da terra e em sua conservação. Também se propunha a atuar no campo da saúde pública, saneamento e alfabetização. Já o IBEC consistia em uma corporação que visava coordenar empreendimentos a serem implementados no Brasil<sup>831</sup>.

Na visita ao Brasil, Rockefeller ressaltou que seu interesse eram as questões agrícolas. Em entrevista a *O Jornal*, declarou seu interesse em criar companhias experimentais voltadas para a atividade agrícola com capitais de seu país natal e do Brasil.

Muito será feito para aumentar o padrão de vida dos homens de campo do Brasil. O meu país compreende perfeitamente a necessidade do desenvolvimento econômico e cultural dos povos irmãos<sup>832</sup>.

Rockefeller reuniu-se com Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, e procurou acalmar os anseios com relação aos auxílios estadunidenses à economia brasileira. Ressaltou que os investimentos esperados viriam da iniciativa privada, uma vez que o governo de seu país estava sobrecarregado com sua própria economia, em fase de aquecimento e com grande absorção da produção pelo mercado interno. Também adiantou que os Estados Unidos tinham em vista ações prioritárias na Ásia e na Europa.

A ligação entre Daudt e Rockefeller se mantinha expressiva. Um mês antes da chegada do empresário estadunidense, era anunciada a composição da Diretoria da Companhia Nacional de Gás Esso (nome derivado de “SO”, abreviação de Standard Oil Company, companhia da família Rockefeller). Daudt, membro do Conselho Nacional do Petróleo e amigo de Rockefeller, compôs a diretoria da companhia, que tinha como finalidade inicial a venda de gás liquefeito, tanto para uso doméstico quanto para o residencial. Sua diretoria ficou assim composta:

---

<sup>831</sup> Cf. TOTA, Antonio Pedro. O irmão americano.

<sup>832</sup> O BRASIL SERÁ O PONTO DE IRRADIAÇÃO DA REDE DE COMPANHIAS DESTINADAS A PROMOVER A EXPANSÃO AGRÍCOLA NA AMÉRICA DO SUL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1946. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

**Quadro 25: Diretoria da Cia Nacional de Gás Esso** <sup>833</sup>

NOME	FUNÇÃO
Hortêncio Lopes	Diretor presidente
Paul Keith Thompson	Diretor gerente
Paulo Carvalho Barbosa	Diretor Tesoureiro
Edwin Phillip George Broming	Diretor
Haroldo Stoutland Wilson	Diretor
José da Silva Oliveira	Diretor
João Daudt d'Oliveira	Diretor
Arthur de Lacerda Pinheiro	Conselho Fiscal
José Manuel Fernandes	Conselho Fiscal
César Rabelo	Conselho Fiscal
Antonio França Filho	Suplente
Ademar Canidé Jobim	Suplente
Edgard Montauray Pimenta	Suplente

No ano seguinte, Daudt recebeu, com Valentim Bouças, o tio de Rockefeller, Winthrop W. Aldrich, que veio ao Brasil com objetivo promover negociações para que fosse fundada no país uma seção da Câmara Internacional de Comércio, ligada à Organização das Nações Unidas e que representava um órgão de expressivo papel na organização do comércio internacional. No Brasil, conferenciou com Daudt e também com representantes do comércio e da indústria paulista. A viagem fazia parte de um roteiro na América do Sul, que incluía ainda o Uruguai, Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia<sup>834</sup>.

Embora tivesse Aldrich esquivando-se na coletiva de imprensa quanto a qualquer declaração objetiva acerca da perspectiva de investimentos ou auxílios de capital estadunidense ao Brasil, Daudt, na recepção ao empresário na sede da Associação Comercial registrou sua expectativa neste sentido. Tratou Aldrich por “*um membro da grande família do Novo Mundo*”, lembrando em seu discurso a cooperação dada pelo Brasil ao seu “*irmão mais forte*” ao longo da Segunda Guerra Mundial, ressaltando que no contexto da paz, o Brasil contava com o auxílio dos Estados Unidos “*através da iniciativa privada, para o fortalecimento material*”, fornecendo ao país condições de participar “*dos trabalhos da reconstrução mundial e a ser o bom vizinho eficiente para a preservação da paz*”. O empresário argumentou que os esforços que o Brasil empreendeu na guerra foram imensos e as consequências para a economia, muito severas<sup>835</sup>.

Enquanto os braços no interior eram retirados da agricultura para a extração de minerais indispensáveis à guerra, crescia em todo o país a procura de bens de

<sup>833</sup> A CONSTITUIÇÃO DA CIA NACIONAL DE GÁS ESSO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 out. 1946. p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>834</sup> NO RIO UM DOS MAIORES CAPITÃES DA FINANÇA NORTE-AMERICANA E MUNDIAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1947. p. 9-2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>835</sup> A NOSSA SOLIDARIEDADE AOS EE.UU. NÃO FOI ESQUECIDA, REAFIRMA O SR. WINTROP ALDRICH. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1947. Segunda Seção. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

consumo, especialmente de gêneros de alimentação. Esta situação era ainda agravada pela inflação, que punha em circulação maiores meios de pagamento disponíveis.  
(...)

As consequências dessa distorção provocadas pelo esforço de guerra na nossa produção, agora estão se fazendo sentir aqui de dois modos. Um, temporário, se traduz no mal estar de um inevitável encarecimento da vida, com seu cortejo de consequências sociais, de agudas reclamações canalizadas pela imprensa, de medidas de emergência com efeito contraproducente. Outro, permanente, se evidencia na necessidade de reestruturação em novos moldes a produção nacional<sup>836</sup>.

Citando investimentos dos Estados Unidos em outros países, a exemplo do Canadá (indústria de celulose) e na Ásia (exploração de petróleo), Daudt reivindicava de maneira incisiva investimentos também no Brasil.

Aspiramos a uma cooperação idêntica, em bases reciprocamente justas e vantajosas. O Brasil acredita na sinceridade e na fraternal amizade dos Estados Unidos, e não alimenta em face ao seu grande irmão do norte quaisquer receios em complexos coloniais. A colaboração das indústrias americanas, associadas ao capital, à mão de obra e à direção brasileira podem proporcionar a esse país a compensação mais que justa a que tem direito em face das perturbações aqui produzidas pela guerra<sup>837</sup>.

O empresário estadunidense afirmou que seu país jamais esqueceria que o presidente do Brasil, em função dos ataques japoneses em Pearl Harbor, “*sem hesitação alguma, garantiu aos Estados Unidos da América a solidariedade*”.

(...) compreendo perfeitamente bem que estais algo impaciente e talvez um tanto desapontados pela lentidão com que nos foi possível atender às necessidades que, com tanta urgência, tendes de tais mercadorias, como seja, automóveis, caminhões, maquinaria agrícola, material rodante e demais equipamentos industriais. Posso assegurar-vos categoricamente que vossos problemas a esse respeito, são perfeitamente compreendidos e considerados com a maior simpatia por aqueles a quem cabe, nos Estados Unidos, tratar da produção, financiamento e distribuição de mercadorias destinadas ao consumo do vosso país. Estou seguro de que esta afirmação aplica-se não somente às repartições do governo, como seja a Secretaria do Comércio, como também aos nossos fabricantes, nossas estradas de ferro, companhias de navegação e nossos bancos<sup>838</sup>.

Winthrop Aldrich argumentou que a maior dificuldade para atender aos anseios dos brasileiros era o fato de que os Estados Unidos também estavam se reajustando em função do desequilíbrio causado pela Segunda Guerra e enfrentando internamente desequilíbrios econômicos e sociais, consequentes do esforço de guerra que empreenderam.

No entanto, não era apenas uma questão de rearranjo interno os motivos que impediam a tão esperada ajuda. A partir de 1947, os contornos da política externa internacional ficaram bem definidos, deixando clara a presença de duas forças antagônicas: os Estados Unidos e a organização capitalista de um lado, e de outro, a União Soviética e o socialismo. Nessa nova

---

<sup>836</sup> Idem

<sup>837</sup> Idem

<sup>838</sup> Ibidem, p. 4

configuração, a América Latina, por conta de sua distância dos pontos estratégicos do pós-guerra – Europa e Pacífico – e em função de sua condição geográfica específica, que viabilizava liderança incontestável dos Estados Unidos, não era encarada como área prioritária para os investimentos estadunidenses no sentido de barrar a influência soviética. Assim, os Estados Unidos investiram em um plano de recuperação da economia europeia – o Plano Marshall, e não sinalizava a intenção de empreender ações semelhantes na América Latina<sup>839</sup>.

Enquanto o cenário se mostrava desfavorável ao investimento estadunidense do Brasil, Daudt ganhava projeção como a voz do empresariado do comércio do Brasil internacionalmente. Foi eleito primeiro vice-presidente da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Consejo Interamericano de Comercio y Producción – CICYP) pela delegação brasileira na Reunião Plenária do em Montevideu, chefiada por Osvaldo Benjamin de Azevedo.<sup>840</sup> Em dezembro de 1948, foi eleito presidente da Seção Brasileira do CICYP, para o biênio de 1949-1950. Como vice-presidente, pode contar com Edgard Teixeira Leire e Euvaldo Lodi<sup>841</sup>. Em 1950, Daudt foi eleito presidente da entidade<sup>842</sup>.

No CICYP, defendeu expressivamente o argumento de que os Estados Unidos deveriam auxiliar o Brasil por conta do esforço que o país empreendeu ao longo da guerra, que só agravaram os problemas de natureza econômica já enfrentados pelos brasileiros. O conselho reuniu-se no Brasil entre os dias 20 a 22 de outubro de 1947, no Palácio Quitandinha, em Petrópolis. Tratava-se da 26ª reunião de sua Comissão Executiva. Nos debates, foram discutidos os problemas enfrentados pelo empresariado do comércio das nações dos continentes e como principal empecilho para a solução destes, foi apontada a intervenção estatal. Segundo James Kemper, presidente do CICYP

o panorama do mundo nada tem de agradável. Quer me parecer que muitos dos nossos problemas provem de um excesso de autoridade governamental. E mais ainda, que o governo nem sempre significou um bom governo”

Em última instância, ou o governo e os negócios serão ambos livres ou todos os dois serão escravos. A tragédia que hoje presenciamos na Europa é o resultado direto da intromissão dos governos nos direitos dos cidadãos<sup>843</sup>

<sup>839</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos. Continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 215.

<sup>840</sup> VIVO NA AMÉRICA O PRINCÍPIO DA INICIATIVA PRIVADA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1947. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>841</sup> ORGANIZAÇÃO EM JANEIRO DE UM COMITÊ DE BOLSAS BRASILEIRAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1948. Segunda Seção. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>842</sup> ADIADA A DISCUSSÃO DA CARTA DE HAVANA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1950, p.3.

<sup>843</sup> GUERRA À INTERVENÇÃO ESTATAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 out. 1947. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Para Daudt, a intervenção estatal era, naquele momento, um ponto secundário na pauta de preocupações do empresariado do continente. Em seu discurso, ocupou-se com saudosas considerações acerca da política pan-americanista de Roosevelt para introduzir seu argumento a favor do auxílio estadunidense ao Brasil em função de seu alinhamento na Segunda Guerra Mundial. Referindo-se ao Plano Marshall e as discussões a respeito da política de auxílio às populações europeias afetadas pela guerra, o empresário brasileiro afirmou:

É preciso não esquecer que nós também sofremos desgaste e falta de renovação de nossa aparelhagem, e andamos às voltas com sérios desequilíbrios monetários, consequentes ao reflexo da economia de outros países<sup>844</sup>.

No evento, Roberto Simonsen apresentou relatório propondo a extensão do Plano Marshall à América Latina, elencando como justificativa as diversas iniciativas empreendidas pelo Brasil ao longo da Segunda Guerra em prol dos aliados, e a consequência dramática desses esforços para a economia nacional, que mesmo dois anos após o término da guerra, ainda passava longe da recuperação. Simonsen argumentava que se o plano fosse executado da maneira como então se apresentava, poderia causar drásticas repercussões às economias dos países latino-americanos.

Seremos chamados a expandir nossas atividades agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano com a contribuição de matérias-primas e produtos semicoloniais.

A produção desses artigos, em quantidades anormais, forçará os países da América Latina a deslocar seus obreiros para atividades primárias, de baixo rendimento, e sujeitas à instabilidade econômica. E o próprio Plano não prevê a manutenção, em níveis estáveis, a partir de 1951, das importações pela Europa, dos produtos latino-americanos<sup>845</sup>.

Simonsen argumentava que tal condição levaria ao agravamento no quadro de inflação, decorrente “*de valorizações artificiais de preços, de exportações excessivas de bens essenciais de consumo*”, além da dificuldade em financiar a produção e exportação dos países latino-americanos, o que só contribuiria para o aumento dos índices de pauperismo dessas nações.

O padrão de vida médio de nossas populações é seis vezes inferior ao nível médio das da Europa e 25 vezes inferior ao norte-americano. E no segundo estágio atual da civilização latino-americana, qualquer perda de substância, em matéria econômica, representará um agravamento das condições de pobreza de nossas populações.

Os norte-americanos e europeus, que disfrutam alto padrão de vida, não compreendem, em sua maioria, as condições de penúria em que estão penosamente evoluindo os povos da América Latina. Esse estado de pauperismo não decorre de inferioridade de raças, porque todos nós somos provenientes, na maioria, dos mesmos

<sup>844</sup> ALMEJAMOS UMA INTENSA COOPERAÇÃO POLÍTICA, ESPIRITUAL E ECONÔMICA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 out. 1947. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>845</sup> PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO HEMISFÉRIO. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, out. 1947. n.º 23, vol III, ano III. p. 60. Acervo digital da ACRJ. p. 60



troncos que povoam e promoveram o progresso das regiões mais avançadas do globo. Somos vítimas – isso sim – de determinismos geográficos, que só a técnica e a ciência poderão corrigir e essa correção demanda vultosos investimentos e grandes organizações técnicas que ainda não possuímos. (...) reconhecemos (...) que sob o ponto de vista econômico e da defesa da política americana, é evidente o maior interesse dos Estados Unidos em conceder prioridade à reconstrução da Europa. Existem, porém, outros aspectos políticos e sociais que demonstram a necessidade de que a valorização do homem latino-americano corra paralelamente com o reequipamento do homem europeu<sup>846</sup>.

A proposta de Simonsen recebeu amplo apoio de todas as delegações, à exceção da estadunidense. James Kemper, que além de presidente do CICYP, era também tesoureiro do Partido Republicano à época, afirmou tratava-se de uma questão demasiado delicada.

Não creio que a proposta Simonsen seja desde logo aceita pelo meu governo. [Primeiro] o próprio povo americano ainda não tem conhecimento exato do que seja o Plano Marshall. Somente agora é que o mesmo vai entrar em debate público. Segundo, não acredito que meu povo concorde com um plano que comprometa o país a este gigantesco esforço financeiro durante quatro anos. Ainda há outra circunstância a considerar. Dentro de onze meses deverão realizar-se as eleições presidenciais em meu país. É de se presumir que o povo prefira esperar os resultados desta eleição, da qual poderá surgir uma modificação na administração americana. Assim, se alguma decisão for tomada pelo congresso, esta será possivelmente de menor duração. E isto se refletirá certamente sobre a América Latina, que deverá esperar a sua vez para mais tarde”.<sup>847</sup>

Embora as considerações de Kemper tenham lhe soado desmotivadoras, naquele conclave Daudt foi homenageado, recebendo, por indicação do empresário estadunidense, o título de *good fellow*. Segundo Kemper,

O cidadão alvo desta homenagem ostenta títulos múltiplos e elevados; quero, porém, propor que lhe seja conferido um novo, de conteúdo emotivo, de síntese do que possa haver de humano e fecundo, humilde em sua expressão verbal, mas enorme em sua projeção nacional e continental: o de *good fellow*, de bom cidadão do Brasil, e por isso mesmo, também de bom cidadão da América<sup>848</sup>.

Mesmo após a homenagem, Daudt não suavizou o tom quanto ao argumento em favor de se incluir o Brasil no Plano Marshall. Em reunião do Conselho Diretor da ACRJ, exprimiu seu pessimismo quanto a consequência da exclusão dos países latino-americanos.

Se, do ponto de vista financeiro, o panorama já não era sombrio, sob o aspecto econômico a situação era simplesmente inquietadora. A execução do Plano Marshall

<sup>846</sup> Ibidem. p. 61

<sup>847</sup> Discurso de James Kemper por ocasião da 26ª reunião da Comissão Executiva do CICYP. WEINER, Samuel. “Não queremos que continue a política de pires na mão.”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 out. 1947. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>848</sup> PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO HEMISFÉRIO. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, out. 1947. nº 23, vol III, ano III. p. 60. Acervo digital da ACRJ. p. 65

na Europa poderá acarretar dificuldades enormes, reduzindo o Brasil à mera condição de produtor e fornecedor de matérias primas<sup>849</sup>.

No ano seguinte, instalou-se no Brasil a Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, conhecida pelo nome de Missão Abbink, dirigida por John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões. O objetivo da missão era analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento da economia brasileira. A missão foi fruto de um entendimento realizado no ano anterior, quando, a convite do governo Dutra, John Wesley Snyder, secretário do Tesouro dos EUA veio ao Brasil com o propósito de analisar a situação econômica e a viabilidade da aplicação de capitais estadunidenses no país<sup>850</sup>.

A missão era realizada em um contexto em que a política externa dos Estados Unidos definia como prioridade o fomento a reconstrução da Europa e que, com relação à América Latina, o posicionamento era o de que as necessidades de capital deveriam ser supridas por fontes privadas de financiamento. O relatório da Missão Abbink, seguindo essa diretriz, indicava que o programa de desenvolvimento do Brasil deveria se basear em três pontos: **1)** reorientação de capitais formados internamente; **2)** aumento médio da produtividade; **3)** afluxo de capitais estrangeiros<sup>851</sup>.

Inicialmente nomeado chefe da comissão técnica brasileira, Daudt desistiu da função, alegando estar “*assoberbado de trabalhos*”<sup>852</sup>, sendo o principal deles a preparação para a participação na 4ª Reunião Plenária do Conselho Internacional de Comércio e Produção, em Chicago. O encontro tinha como propósito discutir iniciativas e propostas das empresas privadas do continente americano face as mudanças econômicas e sociais em curso no cenário internacional. Daudt adiantou antes de sua partida que iria novamente retornar à discussão acerca do Plano Marshall e as consequências desastrosas da exclusão da América Latina, conforme propunha o relatório de Simonsen apresentado no ano anterior<sup>853</sup>. Além de Daudt, compunham a delegação brasileira Rodrigo Otávio Filho (ACRJ), Joaquim de Campos Sales (ACSP), Nilton Antonio Pereira da Silva (Federação das Indústrias de Minas Gerais), Mariano

<sup>849</sup> FAVORÁVEIS AS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS DO PRÓXIMO ANO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1947. Segunda Seção. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>850</sup> CALICCHIO, Vera. Missão Abbink. In: DHBB - CPDOC/FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-abbink>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

<sup>851</sup> VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (20ª reimpressão). p.117.

<sup>852</sup> MAL PREPARADO O BRASIL PARA RECEBER A MISSÃO JOHN ABBINK. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1948, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>853</sup> PROBLEMAS ECONÔMICOS DO CONTINENTE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1948, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

Ferraz (FIESP), Ruben Soares (Federação do Comércio varejista do Rio Grande do Sul) e o economista Gileno di Carli<sup>854</sup>.

Logo no começo dos trabalhos, James Kemper, tal como fizera em Petrópolis, tornou a ponderar quanto a insistência na extensão do Plano Marshall a América Latina. Afirmou que, além de significar um controle sobre as economias de livre iniciativa, a extensão levaria a um mundo planejado. A ação do Estado em projetos de planificação econômica e iniciativas de interferência no comércio foi criticada pelo também estadunidense Curtis Calder, especialmente quando aplicada aos países latino-americanos<sup>855</sup>.

Sei que há uma curiosa, porém generalizada crença de que os países atrasados, mais do que os outros, exigem volume extraordinário de intervenção governamental no comércio, em comparação com os países mais industrializados. Como firme partidário da iniciativa privada, eu digo que essa crença é falsa.

A despeito dos êxitos da iniciativa governamental, no passado e no presente, a falácia ainda persiste de que os governos, em virtude de seus recursos e iniciativa, podem fazer mais pelo povo, e, mais rapidamente, que o próprio povo<sup>856</sup>.

Diante do pronunciamento de Kemper, Daudt tornou a reafirmar os impactos do Plano Marshall para a América Latina, caso fosse excluída do projeto. Acrescentou ainda que o plano, em si, constituía

a maior intervenção do Estado até hoje conhecida, no campo do comércio internacional, lançando provisoriamente uma cortina de fumaça sobre a situação geral<sup>857</sup>.

Daudt propôs que, diante da dificuldade de acordos oficiais no sentido de auxiliar a recuperação econômica da América Latina, que a iniciativa privada partisse então para ações que dinamizassem esses acordos junto a seus governos.

Nós, homens de negócios, devemos nos fazer sentir nesses tratados [comerciais] e completar seu programa pela nossa ação conjunta. Seria aconselhável que os que acreditam na iniciativa privada organizassem combinações pelas quais grandes somas de dólares pudessem entrar nos outros países deste Hemisfério e cuja aplicação

---

<sup>854</sup> SEGUIU PARA OS EE. UNIDOS O SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1948, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional; CAPITAL PARA RECONSTRUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO, O QUE PLEITEIA O BRASIL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 set. 1948, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional; A REPRESENTAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NA REUNIÃO DO CONSELHO INTER-AMERICANO DE COMÉRCIO E PRODUÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 set. 1948, Segunda Seção. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

<sup>855</sup> INADIÁVEL A AJUDA NORTE-AMERICANA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 set. 1948, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

<sup>856</sup> Idem.

<sup>857</sup> CRITICADO O PLANO MARSHALL PELO DELEGADO DO BRASIL. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 set. 1948, Matutina, Geral, p.1.

produtiva, transformada em mercadorias, poderia ser exportada para os Estados Unidos como pagamento<sup>858</sup>.

A reunião ocorreu às vésperas da eleição presidencial nos Estados Unidos, que foi realizada no começo de novembro daquele ano. Antes de retornar para o Brasil, Daudt encontrou-se com Thomas Dewey, candidato à Presidência pelo Partido Republicano. Em conversa com a delegação brasileira, Dewey afirmou que se seu plano de governo incluía a construção de uma política pan-americana de capital para a defesa do hemisfério<sup>859</sup>.

O republicano, no entanto, foi derrotado por Harry Truman, do Partido Democrata, e as expectativas de inclusão da América Latina no plano Marshall ficavam cada vez mais distantes. Daudt chegou a declarar que era preciso “*lembrar aos Estados Unidos que o Hemisfério Sul existe*”<sup>860</sup>.

Após mais de três anos de insistência na inclusão do Brasil no Plano Marshall, Daudt declarou sua decepção com os rumos da política estadunidense para com a América Latina. Em 1949, ao longo de sua cruzada para convocar o empresariado nacional a participar da II Conferência das Classes Produtoras, o empresário afirmou que as expectativas em torno de uma política oficial estadunidense de investimentos no Brasil, tal como em curso na Europa, já estavam frustradas.

Estamos vendo, no desenrolar da aplicação do socorro às nações europeias, já agora extensivo às colônias onde elas irão mais tarde suprir-se do que lhes fornecíamos que nossas previsões eram mais do que acertadas.

(...)

Nasceram nossas primeiras decepções em Bogotá, quando o governo do país amigo declarou que deixaria o campo da cooperação com a América Latina, e, pois, com o Brasil, para a iniciativa privada.

A desigualdade era flagrante. De um lado, a intervenção planejada, o emprego maciço de capitais e técnicos, programas que já não eram de socorro imediato, (...), mas de transformações de grande alcance. De outro lado apenas boa vontade e um convite aos capitais privados a agirem segundo seu próprio interesse.

Nada teríamos a objetar se o tratamento fosse uniforme para todos<sup>861</sup>.

<sup>858</sup> ACESSO DAS NAÇÕES AMERICANAS “A GRANDES SOMAS DE DOLARES”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 set. 1948, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>859</sup> DEWEY VISITARÁ O BRASIL PARA INICIAR UMA NOVA POLÍTICA PAN-AMERICANA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 out. 1948, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>860</sup> É PRECISO LEMBRAR AOS ESTADOS UNIDOS QUE O HEMISFÉRIO SUL EXISTE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1948, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

<sup>861</sup> AMEAÇA TRANSFORMAR-SE EM UM DESERTO O NORDESTE DO BRASIL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1949, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional. (ABBINK)

### 5.3: A função social do capital: Senac, Sesc e as relações entre comerciários e comerciantes

Além das dificuldades internas em função da nova dinâmica política trazida pela redemocratização do país e do rearranjo da política externa internacional, que sepultou as expectativas alimentadas no período da guerra pelo discurso do pan-americanismo do presidente Roosevelt, um outro aspecto afetava o empresariado nacional: o fortalecimento dos trabalhadores e a força de seu poder de mobilização. Logo em janeiro de 1946, foi promovido pelo MUT o I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, marcado por pautas em defesa da unidade, autonomia e liberdade sindical e pelo projeto de criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). O congresso foi realizado ao longo do começo de uma onda grevista. Entre os três primeiros meses de 1946, foram 77 paralisações, sendo a mais expressiva delas, a greve dos bancários<sup>862</sup>, que, como visto na seção 5.1, contou com a mediação de Daudt nas negociações entre os grevistas e banqueiros.

Como resposta ao crescimento da mobilização dos trabalhadores, o governo investiu contra o Partido Comunista. Diante da greve dos bancários, o partido deu apoio ostensivo aos trabalhadores. Nesse período, o PCB fortaleceu sua imagem como um partido representante da classe operária e só se fez crescer. Nas eleições de 1947, tornou-se a terceira maior bancada da Assembleia Legislativa paulista e alcançou um total de 180 mil filiados no país. No entanto, um decreto-lei de maio de 1946, juntamente com o texto da Constituição de 1946 sustentaram juridicamente o processo de cassação do registro do partido. Como explica Rodrigo Patto Sá Motta,

determinava a lei a supressão de partidos cujos programas contrariassem os princípios democráticos, bem como daqueles que recebessem do exterior recursos financeiros, orientação ideológica ou qualquer outra forma de auxílio. O artigo 141 da Constituição igualmente proibia o funcionamento de partidos que contrariassem os fundamentos do regime democrático.<sup>863</sup>

Assim, mesmo sem provas suficientes de que o PCB, de fato, transgredia a legislação, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a cassação do registro do partido, em maio de 1947. Daudt ampliava os investimentos em ações de amparo e incentivo à qualificação profissional dos trabalhadores no comércio. Em 1947, consolidou-se o projeto de criação do Sistema

<sup>862</sup> NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 61-62.

<sup>863</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 77.

Nacional de Ensino do Comércio - Senac. A proposta do Senac, conforme a lei aprovada em 1946, incidia principalmente entre os comerciários menores de idade. Estabelecia que casas comerciais com mais de dez empregados deveriam admitir entre eles trabalhadores menores de idade (até 10%). Estes, teriam status de aprendizes e deveriam cursar as escolas de aprendizagem administradas pelo Senac<sup>864</sup>. A estrutura da entidade deveria ser mantida por meio de uma contribuição dos estabelecimentos comerciais no total de 1% sobre o montante da remuneração paga à totalidade de seus funcionários. Caberia ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) recolher essas contribuições e repassá-las ao Senac. A administração do Senac cabia à CNC. Em cada estado havia conselhos regionais, dirigidos pelos presidentes das federações de representação do comércio. Esses conselhos eram subordinados ao Conselho Nacional do Senac, dirigido pelo presidente da CNC.

Na inauguração da primeira unidade do Senac, na cidade do Rio de Janeiro, Daudt expôs o seu pensamento acerca da finalidade da entidade:

Os serviços sociais, como os de aprendizagem do comércio e da indústria, constituem as fórmulas práticas através das quais os homens de negócio brasileiros têm procurado trazer o seu quinhão de esforço a edificação de uma sólida paz social em nossa pátria. Não constituem o Sesc ou Senac obras de filantropia, mas de serviço social, movidos pela inspiração. (...). Não desejamos estabelecer círculos isolados de solidariedade humana, mas adotar uma atitude sistemática de combate aos males que estão retardando o progresso do nosso povo.

Encaramos os problemas sociais como problemas de massa e problemas de estrutura. Tomamos como campo a classe dos comerciários. Procuramos enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e criar as condições de melhoria de sua vida. Na medida de nossas forças, estamos oferecendo, não só nossa contribuição financeira, como nosso trabalho devotado para melhorar as condições de vida e dar aos comerciários elementos próprios de progresso, como melhor saúde física e mental, melhor instrução e melhor educação para si e para os seus<sup>865</sup>.

Além dos cursos voltados para os comerciários, o Senac desenvolveu, logo em seus primeiros anos de atuação, cursos voltados para professores, economistas e contadores, sob a orientação de Lourenço Filho, catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia<sup>866</sup>;

A relação de Daudt com as entidades de representação dos comerciários era amistosa. Foi convidado a discursar na cerimônia de posse da primeira direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), encabeçada por Calixto Ribeiro Duarte. Na cerimônia, que contou com a presença do presidente Dutra, o empresário fez mais um de seus longos discursos. Para justificar a necessidade de cooperação mútua entre comerciantes e

<sup>864</sup> BITTENCOURT, Raul J. Espírito e forma do SENAC. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, nº 15, vol. III, ano III, fev. 1947, p. 26-28.

<sup>865</sup> Discurso do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro na inauguração do SENAC do Distrito Federal. Arquivo Nacional. BR RJANRIO EH.0.DSO, DIS.248. (Transcrição do áudio feita pela autora).

<sup>866</sup> OUTRA INICIATIVA DO SENAC. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, já. 1948, nº 26, v.IV, ano IV. p. 44

comerciários, defendeu o argumento de que a condição de comerciário, em muitos casos, era prévia à de comerciante. Deu como exemplo sua própria trajetória – ou melhor, o relato autobiográfico que construiu, sustentando que era um comerciário que com esforço, conquistou a condição de sócio da empresa, omitindo novamente, como vimos no capítulo anterior, que se tornou, na verdade, sócio de seu próprio tio, que lhe proveu ao longo de sua infância e juventude, assegurando seu ingresso nas melhores instituições de ensino de Porto Alegre, inclusive na Faculdade de Direito.

Os esforços, a tenacidade e o espírito de iniciativa constituíram as únicas armas com que os profissionais do comércio no Brasil puderam contar para subir na escala do trabalho. Os empregadores de hoje, em sua quase totalidade, iniciaram a vida profissional como empregados. Eu, com grande orgulho, fui um deles. Empregadores de hoje, empregados de ontem; empregados de hoje, empregadores de amanhã. Dentro deste ciclo singelo se desenvolvem os elementos humanos da nossa profissão. Entre os dois lados não há barreiras, nem obstáculos. As distâncias imperceptíveis que os distinguem, estão preenchidas por um mundo de compreensão, de colaboração, de estima nascida no trabalho comum<sup>867</sup>.

Para a pleiteada harmonia entre empresários e seus empregados no setor do comércio, segundo Daudt, a legislação trabalhista formulada ao longo das décadas de 1930 e meados da 1940, outrora tão elogiada, não poderia ser considerada um fator positivo para o entendimento entre comerciantes e comerciários.

Não se pode afirmar em sã consciência que a legislação social adotada no Brasil depois de 1930 tenha sido um fator de aproximação entre empregadores e empregados. Codificando direitos, instituindo benefícios, estabelecendo condições de trabalho em obediência a compromissos internacionais assumidos pelo nosso país faltou, entretanto às nossas leis trabalhistas o espírito ideal de harmonização entre as classes. Não foi possível criar com elas um clima de paz social propício a harmonização de todas as reivindicações e a consecução de melhores níveis de vida para todos<sup>868</sup>.

Para o empresário, a harmonia entre empregados e empregadores advinha da tese da função social do capital, já defendida na Conferência Internacional de Rye, em 1944. Segundo esse entendimento, cabia ao empresário tratar seu capital não apenas como um instrumento produtor de lucro, mas como um meio de expansão econômica e bem-estar coletivo. Dessa maneira, o investimento em ações de bem-estar dos trabalhadores partiria na iniciativa privada,

<sup>867</sup> COMO FALOU O SR. JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA NA SOLENIDADE DE ONTEM, NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1946. p.5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>868</sup> BRILHANTEMENTE EMPOSSADA A DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1946. p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

sem a atuação direta do Estado, que apenas reconheceria legalmente os organismos de serviço social criados pela iniciativa privada e os estatutos formulados pelos empresários.

Daudt ressaltou que uma das primeiras iniciativas da CNC foi voltada para a harmonização das relações entre comerciantes e comerciários, com a criação do Senac, visando promover o “*aumento do nível cultural*” e o “*prestígio social de ambas as classes*”. Segundo o empresário, além do investimento no campo da aprendizagem comercial, era de interesse dos empregadores a criação de um serviço social do comércio. O setor já realizava ações isoladas, como a campanha contra a tuberculose, empreendida pela ACRJ junto aos comerciários do Rio de Janeiro, em 1946<sup>869</sup>. Mas as iniciativas nesse sentido tinham nascido das discussões feitas na Conclap, que foi o embrião que deu origem aos organismos de serviço social da indústria e do comércio. A inspiração para a criação do Serviço Social do Comércio (Sesc) foi a iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o Serviço Social da Indústria (SESI).

Proclamaram, então, os empregadores, o propósito de assumir encargos atinentes aos serviços sociais destinados aos seus auxiliares, bem como o de estabelecer condições assegurando o estímulo das iniciativas no terreno da cooperação entre as classes patronais e trabalhistas.

Como decorrência desse pronunciamento, criou-se em primeiro lugar um Serviço Social da Indústria, mantido exclusivamente pelas contribuições dos empregadores industriais, prestando relevantes serviços à consecução de um novo regime de vida para os operários, com passos decisivos no sentido do ideal da valorização do homem e de sua crescente participação na riqueza comum.

Entendendo que por ser a classe dos comerciários uma das mais numerosas do país, a melhoria de seu padrão de vida deveria refletir-se favoravelmente na economia nacional e contribuir de modo sensível para o aumento do bem-estar de toda a coletividade a Confederação Nacional do Comércio solicitou ao governo a criação de um serviço idêntico ao iniciado pelo SESI na Indústria<sup>870</sup>.

O objetivo do Sesc era amplo, abrangendo a orientação médica para a comerciária gestante, organização de creches para os filhos dos comerciários e atividades de lazer para os comerciários. O empresário apresentava aos comerciários o Senac e o Sesc como organismos que expressavam a essência das relações entre empregados e empregadores daquele momento, expressando a busca pela “*harmonia geral*” e pela “*união das classes em torno do bem da Pátria*”. Daudt reforçou que tanto o Sesc quanto o Senac representavam, portanto, a concretização dos pressupostos da tese da função social do capital<sup>871</sup>.

<sup>869</sup> O COMBATE À TUBERCULOSE NO BRASIL CUSTARIA METADE DO ORÇAMENTO DO PAÍS. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1946. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>870</sup> COMO FALOU O SR. JOÃO DAUDT D’OLIVEIRA NA SOLENIDADE DE ONTEM, NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1946. p.5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>871</sup> Idem.



Em meados de 1948, já havia unidades do Sesc em onze estados, além do distrito federal: Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba<sup>872</sup>.

Apesar do investimento em projetos de serviço social e qualificação profissional para os comerciários, o entendimento quanto ao reajuste salarial foi conturbado. Insatisfeitos com os rumos da negociação com a CNC, em novembro de 1946, os comerciários pressionaram seus representantes para que recorressem à Justiça do Trabalho. Ao todo, quinze categorias pleiteavam o dissídio coletivo, incluindo os empregados do varejo de alimentos, setor mais expressivo, que somava cerca de 24 mil comerciários<sup>873</sup>. Embora os empregados não tivessem recorrido efetivamente à intervenção do governo, as negociações se arrastaram por meses, até que em 6 de fevereiro de 1947 foi assinado o acordo salarial. No ato da assinatura, Daudt comprometeu-se em auxiliar os comerciários a construírem a sede do Sindicato dos Empregados do Comércio, por meio da utilização de recursos do Sesc e do Senac<sup>874</sup>.

Naquele mesmo ano, em junho, foi inaugurada no Distrito Federal a primeira unidade do Sesc, chamada Casa do Comerciário. Na cerimônia de posse compareceram o presidente Dutra, o ministro do trabalho Morvan Dias, o arcebispo do Rio, Jaime de Barros Câmara, além de dirigentes da CNC e da ACRJ e de entidades sindicais de trabalhadores no comércio<sup>875</sup>.

Por ocasião da segunda reeleição de Daudt para a presidência da ACRJ, Nelson Motta, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio promoveu um almoço em homenagem ao empresário. O objetivo, segundo Motta, era, em suas palavras,

agradecer àquele líder patronal o muito que muito tem feito em favor da nossa classe. Cumpre acrescentar que se não fora a sua interferência, como mediador da questão do aumento de salários, até hoje estaríamos esperando por uma solução; nota-se que pela primeira vez, na história do sindicalismo brasileiro, um sindicato de empregados firmou acordo com dezenas de órgãos patronais. E isso, sem dúvida alguma, devemos, não só ao nosso desejo de resolver pacificamente as nossas pendências, como também à atuação do sr. João Daudt d'Oliveira, ilustre presidente da Confederação Nacional do Comércio, grande amigo dos comerciários, que foi a força decisiva para aquele acordo, fazendo ainda mais forte a amizade que liga os empregados aos empregadores do grupo do comércio<sup>876</sup>.

<sup>872</sup> DEPOIMENTO DO SR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA NO PARLAMENTO NACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1948. Terceira Seção. p.3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>873</sup> IRÃO A DISSÍDIO COLETIVO OS COMERCIÁRIOS PREJUDICADOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1946. p. 14. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>874</sup> EMPREGADORES AJUDARÃO A CONSTRUIR A CASA DOS COMERCIÁRIOS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1947. p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>875</sup> INAUGURADA A PRIMEIRA CASA DO COMERCIÁRIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1947. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>876</sup> HOMENAGEM DOS COMERCIÁRIOS AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1947. p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

A relação amistosa com os representantes dos comerciários continuou nos anos seguintes. Em 1949, as direções do Sesc nacional e regional contribuíram financeiramente também para que na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio fossem instalados ambulatórios e serviços médicos<sup>877</sup>. Daudt atuou como mediador entre comerciários e seus empregadores até o ano de 1949, quando não conseguiu o consenso entre as categorias acerca do reajuste salarial dos comerciantes, que recorreram então ao dissídio coletivo<sup>878</sup>.

Naquele mesmo ano, aos moldes do que fazia Vargas no dia do Trabalhador, Daudt preparou, por meio da CNC, uma festa em homenagem aos comerciários, *dando-lhe de presente* a Escola Modelo do Senac, no Rio de Janeiro, na Rua Riachuelo. No discurso de inauguração da unidade, o empresário afirmou:

O Dia do Comerciário constitui sempre uma data festiva para a grande família do comércio brasileiro.

Para celebrá-la, unem-se empregados e empregadores, numa bela demonstração do espírito de solidariedade que os irmana dentro da sua profissão.

As comemorações do corrente ano trazem a Administração Regional do Senac do Distrito Federal uma contribuição valiosa, representada pela inauguração de sua Escola-Modelo.

Em torno dessa iniciativa, de tão largo alcance para o aperfeiçoamento cultural e profissional dos que se dedicam às atividades mercantis, estamos congregados (...) para reafirmar o nosso espírito de unidade em face do bem comum de nossa classe e de nossos país<sup>879</sup>.

Suas ações não ficaram restritas aos comerciários. Daudt ofereceu amparo ao governo de Minas Gerais para a reconstrução das cidades atingidas pela enchente dos rios Pirapitinga, Pomba e Pardo, em dezembro de 1948<sup>880</sup>. De tal iniciativa participou também Euvaldo Lodi, que, com Daudt e autoridades locais, articulou estratégias de recuperação da região atingida. A ajuda do comércio a Milton Campos, governador mineiro, veio por meio do Instituto de Economia da ACRJ e da direção Nacional do Sesc, que coordenaram a realização de estudos e planos de recuperação para a região, além da construção de casas populares para as vítimas da enchente em Volta Grande<sup>881</sup>. Discursando na tribuna da Associação Comercial de Minas

<sup>877</sup> CONTRIBUI O SESC PARA AS OBRAS DO DE SEC. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1949. p.6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>878</sup> O SR. JOÃO DAUDT NÃO SERÁ O MEDIADOR. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1949. p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>879</sup> SOLENIDADE MARCANTE DO “DIA DO COMERCÁRIO” DE 1949: A INAUGURAÇÃO DA ESCOLA MODELO DO SENAC NO DISTRITO FEDERAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1949. p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>880</sup> CRÉDITO ESPECIAL E FUNDO DE RECUPERAÇÃO PARA A ZONA FLAGELADA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1949. p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>881</sup> VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS VITIMAS DAS ENCHENTES DE MINAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1949. p.8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Gerais, e já às vésperas da II Conclap, a ser realizada em Araxá (MG), novamente insistiu na necessidade de um plano nacional para a economia do Brasil.

Os tristes fatos, com que se defrontou a comitiva de homens de responsabilidade das associações de comércio e de técnicos de diversas especialidades em sua visita à zona flagelada, trazem a nós outras novas e fundas preocupações.

Eles vieram, mais uma vez, evidenciar o despreparo em que se acham os nossos governos em face aos grandes problemas da economia Nacional. Falta-lhes não só a necessária estrutura técnica, como a consciência de que o futuro do país é um penhor precioso de que somos simples depositários<sup>882</sup>.

**Figura 15: Milton Campos e Daudt durante visita do empresário às regiões atingidas pela enchente de 1949<sup>883</sup>**



Os srs. Milton Campos e João Daudt de Oliveira: livre iniciativa e responsabilidades oficiais, apertam-se as mãos

Como pudemos analisar, desde a Conferência de Rye destaca-se na trajetória de Daudt a defesa da *função social do capital*. A preocupação com o bem-estar do comerciário ou mesmo da população atingida por catástrofe natural poderia ser considerada um ato *desinteressado* de bondade do empresário? Levando em conta a análise proposta por Pierre Bourdieu, é necessário considerar que há uma razão para que os agentes adotem determinadas condutas, pois a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos, ou seja, atos arbitrários e não motivados. Uma conduta desinteressada só é possível “*por meio do encontro entre **habitus** predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado*”<sup>884</sup>. Ao se introduzir a noção de *capital simbólico* – e com ela, também o *lucro simbólico* – radicaliza-se

<sup>882</sup> ESTAMOS MAL PREPARADOS PARA ENFRENTAR OS GRANDES PROBLEMAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1949. Segunda Seção. p.1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>883</sup> VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS VITIMAS DAS ENCHENTES DE MINAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1949. p.8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>884</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2008. p. 153.

o questionamento da visão ingênua e se conduz a buscar na análise a investigação de que ações, por mais altruístas, podem ter sido inspiradas pela busca de um *lucro simbólico*.<sup>885</sup>

Nesse sentido, qual a motivação para o investimento em ações de bem-estar social para os empregados do comércio? É preciso levar em conta a análise de Ignacio Delgado acerca desse processo. Segundo Delgado, o empresariado tinha dois objetivos ao buscar laços com os trabalhadores por meio dessas ações: **1)** impedir que a construção de bases materiais do consentimento se efetivasse exclusivamente pelo Estado; **2)** evitar que os trabalhadores pudessem instituir de forma crescente vínculos identitários com os comunistas e trabalhistas<sup>886</sup>.

Além disso, como analisado em ocasiões anteriores, o envolvimento de Daudt junto a iniciativas de solidariedade em situações de calamidade não era novo, nem a publicidade dada a respeito de seus atos. É preciso lembrar da participação do Laboratório Daudt na assistência às vítimas da Gripe Espanhola, ainda na década de 1910, analisada no capítulo 1 desta tese. Como vimos, atos como estes eram comuns entre profissionais do ramo farmacêutico, que buscavam, por meio deles, reconhecimento social para, no futuro, ter prestígio necessário para ver suas reivindicações atendidas<sup>887</sup>. Essa dinâmica, aprendida com seu tio Jango era novamente adotada, em um contexto de busca incansável para manter sua legitimidade na representação dos interesses do empresariado.

#### 5.4: O Memorial das Classes Produtoras e a II Conclap

Reconhecido como líder do comércio brasileiro e não raramente como líder das *classes produtoras* – ao menos pelas linhas amigas dos jornalistas dos *Diários Associados*, Daudt foi reeleito presidente da ACRJ nos pleitos realizados em 1947 e 1949, sem a existência de chapa concorrente. Na sessão de votação de 1947, após a divulgação do resultado, foi apresentada a indicação do Conselho de Beneméritos da associação, sugerindo que o empresário fosse aclamado “*benemérito dos beneméritos*”. Tratava-se do título mais alto que a entidade conferia a um cidadão, conforme seus estatutos, e que até então havia dado apenas ao Barão de Mauá e ao já finado Serafim Valandro<sup>888</sup>.

---

<sup>885</sup> Ibidem. p. 150.

<sup>886</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 136.

<sup>887</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. COSTA, Ediná Alves. O exercício farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out/dez. 2008, p. 1017.

<sup>888</sup> REELEITO PARA A PRESIDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1947. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

**Quadro 26: Diretoria Eleita ACRJ (1947-1949)<sup>889</sup>**

NOME	FUNÇÃO	FUNÇÃO ANTERIOR
Alberto de Paiva Garcia	Vice-Presidente	Conselho Diretor
Antonio Ribeiro França Filho	Vice-Presidente	Vice-presidente
Antonio Rodrigues Tavares	Vice-Presidente	Conselho Diretor
Carlos Freire Zenha	Vice-Presidente	Vice-presidente
Cyriaco José Luiz	Vice-Presidente	Conselho Diretor
José Alves de Souza	Vice-Presidente	Conselho Diretor
José Lobo Fernandes	Vice-Presidente	Conselho Diretor
José da Silva Oliveira	Vice-Presidente	Conselho Diretor
Luiz Maia de Bittencourt Menezes	Vice-Presidente	Conselho Diretor
Manuel Ferreira Guimarães	Vice-Presidente	Conselho Diretor
Milton Souza de Carvalho		Conselho Diretor
Orlando Soares de Carvalho	Vice-Presidente	Conselho Diretor (biênio 1943-1945)
Oswaldo Benjamin de Azevedo	Vice-Presidente	Vice-presidente
Rodrigo Otávio Filho	Vice-Presidente	Vice-presidente
Rui Gomes de Almeida	Vice-Presidente	Vice-presidente
Abel Mendes Pinheiro	Conselho Diretor	-
Adelino Augusto de Morais	Conselho Diretor	-
Ademar Vaz de Carvalho	Conselho Diretor	-
Adriano de Almeida Maurício	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Albino da Silva Bandeira	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Alfredo Monteiro Guimarães	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Alvaro Castelo Branco	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Antenor Rangel Filho	Conselho Diretor	Vice-presidente
Antonio Froes Cruz	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Antonio Rodrigues de Almeida	Conselho Diretor	-
Antonio Sanchez Galdeano	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Arthur Pires	Conselho Diretor	Suplente do Conselho Fiscal
Carlos Guimarães	Conselho Diretor	-
Ciro Aranha	Conselho Diretor	-
Diogo Rangel	Conselho Diretor	-
Emílio Lourenço de Souza	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Enio do Rego Jardim	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Francisco Fernandes Abranches	Conselho Diretor	-
Francisco Luiz Vizeu	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Gervásio Seabra	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Hortêncio Lopes	Conselho Diretor	Vice-presidente
João Baylongue	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Jorge Amaral	Conselho Diretor	Conselho Diretor
José Monteiro de Rezende	Conselho Diretor	Vice-presidente
José de Siqueira Silva Fonseca	Conselho Diretor	Conselho Diretor
João Arieta	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Luiz Eugenio Leal	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Pedro Brando	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Pedro Magalhães Correia	Conselho Diretor	Vice-presidente
Pedro Vivacqua	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Plínio José de Carvalho	Conselho Diretor	-
Rômulo Cardim	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Vasco Borges de Araújo	Conselho Diretor	Conselho Diretor (biênio 1938-1940)
Waldemar Marques	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Carlos Alberto de Oliveira	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
Joaquim Dias Garcia	Conselho Fiscal	Suplente do Conselho Fiscal
Júlio de Siqueira Carvalho	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
Paulo Seabra	Conselho Fiscal	-
Rubens Porto	Conselho Fiscal	-
Antonio da Silva Correa	Suplente do Conselho Fiscal	-
Carlos Conteville	Suplente do Conselho Fiscal	-
Manoel Jacinto Ferreira	Suplente do Conselho Fiscal	-

<sup>889</sup> Idem. As informações referentes à nomeação dos vice-presidentes foi extraída do jornal Correio da Manhã, edição de 27 de junho de 1947, p. 2, reportagem “Reuniu-se o conselho diretor da Associação Comercial”.

O índice de renovação da diretoria foi de 24%, mais baixo que o da eleição anterior, que alcançou 31%, o que pode indicar satisfação e consenso entre os associados da ACRJ ao longo do biênio 1945-1947. Daniel de Carvalho, então ministro da Agricultura e José Augusto, que ocupava a vice-presidência da Câmara dos Deputados, optaram por não se candidatar à diretoria por conta de seus afazeres políticos<sup>890</sup>. No entanto, compareceram à posse da diretoria eleita, assim como Roberto Simonsen (FIESP), Alberto Prado Guimarães (Sociedade Rural Brasileira), além de Marcondes da Luz (Associação dos Empregados no Comércio) e Basílio Machado (ACSP)<sup>891</sup>.

O discurso de posse de João Daudt d'Oliveira pontuava discretas críticas com relação à política econômica do governo Dutra. Cobrava a elaboração de um plano econômico nacional, que não havia sido realizado, segundo o empresário, por “*falta de unidade de pensamento e ação, de confluência de atividades criadoras e de iniciativas*”.<sup>892</sup> O discurso foi publicado na íntegra pelo jornal *Tribuna Popular*, periódico vinculado ao PCB e que tinha como linha editorial a defesa dos trabalhadores e de seus direitos, o que indica o prestígio de Daudt junto aquele setor<sup>893</sup>.

Seu prestígio se verificava também entre as gerações mais jovens. Foi convidado pela primeira turma de bacharéis da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas para ser paraninfo da turma<sup>894</sup>.

Naquele período, é possível observar ainda a aproximação entre Daudt e o setor do empresariado da agricultura vinculado à Sociedade Rural Brasileira (SBR). Se, em função do CBE, em 1943, houve desentendimentos entre setores significativos da agricultura ligados à SRB e a organização do evento, encabeçada pela ACRJ, a situação em meados de 1947 era bem diferente. Na I Mesa Redonda do Café, organizada pelo Instituto de Economia da SRB, Daudt foi um dos convidados a participar das discussões<sup>895</sup>.

As relações entre o empresário e o governo, embora bem mais amistosas que no decorrer do ano de 1946, não implicaram em harmonia de interesses ao longo do restante do mandato de

---

<sup>890</sup> COMBATE À IGNORÂNCIA, AO PAUPERISMO E À DOENÇA, PROGRAMA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1947. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>891</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, mai. 1947. p. 50. Acervo digital da ACRJ.

<sup>892</sup> “É TEMPO AINDA DE ENFRENTAR A CRISE QUE NOS FLAGELA”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1947. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>893</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Tribuna Popular*. Verbete. DHBB – CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-popular>> Acesso em: 19 jan. 2017.

<sup>894</sup> DISCURSO DE PARANINFO. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, jan. 1947. Nº 14, vol. III, ano III. p.51. Acervo Digital da ACRJ.

<sup>895</sup> INSTALA-SE HOJE EM SÃO PAULO A I “MESA REDONDA” DO CAFÉ. *Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1948. Segunda Seção. p. 1 e 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Dutra. Daudt articulou com outros representantes do empresariado uma reunião para debater as dificuldades econômicas enfrentadas pelo empresariado e buscar a construção de um documento coletivo a ser levado para a Presidência da República. Nascia assim o *Memorial das Classes Produtoras*, construído após dias de reuniões na sede da ACRJ<sup>896</sup>.

Apesar do termo “*classes produtoras*” a elaboração do memorial contou apenas com a participação de representantes dos empresários do setor do comércio e destacou-se pela preocupação com a inflação e a dependência da importação de alimentos essenciais, como a farinha de trigo<sup>897</sup>. Cada federação estadual enviou sua delegação, que, com o apoio de economistas e juristas ligados aos órgãos técnicos das entidades de representação do comércio, elaboraram o documento. Inflação e políticas de controle de preços compunham a espinha dorsal do memorial. O documento criticava o fato de que enquanto o controle de preços atingia apenas alguns produtos, os demais ficaram isentos do controle, incluindo insumos utilizados para fabricá-los. Estes, tiveram altas expressivas de preços. Somados ao aumento de salário dos empregados, tal situação, segundo o memorial, prejudicou de maneira expressiva determinados setores do comércio, especialmente os do Rio e de São Paulo, onde a Comissão de Preços atuava de forma mais incisiva, enquanto em outros municípios, sequer havia comissões responsáveis pelo controle<sup>898</sup>.

O memorial não imputava ao governo de Dutra a culpa pela situação, afirmando em certo trecho que se tratava de uma “*herança pesada*”, que o governo constitucional não foi capaz de extirpar. No entanto, apelava para que o presidente fizesse “*o reestudo*” da legislação de política econômica “*em choque com a legalidade constitucional*”. Por fim, o *Memorial* propunha nove medidas a serem adotadas pelo governo<sup>899</sup>:

- 1) Elaboração de um plano nacional econômico-social;
- 2) Instituição urgente do Conselho Nacional de Economia, conforme previsto na Constituição de 1946;
- 3) Análise dos aspectos legal e constitucional da faculdade de legislar através de portarias e resoluções, por parte de órgãos da administração pública;

---

<sup>896</sup> MEMORIAL DAS CLASSES PRODUTORAS AO CHEFE DE GOVERNO E A CÂMARA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1947. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>897</sup> MOREIRA, Regina da Luz. Entre a herança e a metamorfose: a ACRJ, as comemorações do 1º centenário e a Era Vargas. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. p. 226.

<sup>898</sup> ESTRUTURA ECONÔMICA ESTÁVEL PARA OFERECER À NAÇÃO SEGURANPA E LUGAR CONDIGNO NA ESFERA INTERNACIONAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1947. p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>899</sup> *Ibidem*, p. 11

- 4) Exame da situação legal e constitucional da Comissão Central de Preços;
- 5) Aperfeiçoamento do aparelho arrecadador de impostos;
- 6) Que o governo só desse prosseguimento ao projeto sobre Limitação dos Lucros após a criação do Conselho Nacional de Economia, para que o referido conselho pudesse analisar a repercussão da medida, tanto no aspecto político quanto econômico, financeiro e social;
- 7) Ajuste da política do Banco do Brasil para que esta se adaptasse às necessidades da produção e não que fosse orientada “*unilateralmente de acordo com as necessidades financeiras do tesouro*”.
- 8) Criação do Banco Central, do Banco Industrial e do Banco Rural, “*ouvindo as Classes Produtoras sobre sua organização e atribuições*”.
- 9) Efetivação do Banco de Emergência, garantindo ao produtor rural os preços mínimos da produção e determinando quais os gêneros alimentícios deveriam ser financiados<sup>900</sup>.

José Pereira Lima, chefe da Casa Civil compareceu a ACRJ e após ouvir o longo discurso de Daudt, que pontuou questões apresentadas no *Memorial*, expôs ao Conselho Diretor que o governo estava aberto à colaboração do empresariado da ACRJ. Enfatizou as diretrizes adotadas no campo da economia pelo governo Dutra, priorizando a exportação de matérias-primas e ressaltando que a perspectiva econômica em curso era bem diferente daquela que tinha como protagonista à industrialização, conforme desejava Simonsen e Daudt ao longo do CBE e da Conclap.

Não malsinemos nossa agricultura de exportação, por foram eles que nos permitiram fazer o que está sendo feito e é neles que nos teremos de apoiar para prosseguir na construção da nossa economia. (...).  
O erro não está em exportar ou em produzir para exportar. Reside em produzir mal, por processos primitivos que constituem, ao mesmo tempo, uma espoliação do solo e dos recursos da natureza, e do trabalho humano<sup>901</sup>.

Em que pese tal afirmação enfática do chefe da casa Civil, Pedro Paulo Zahluth Bastos pondera quanto ao papel da agricultura na política econômica de Dutra. O incentivo ao setor, segundo Bastos, tinha como objetivo fomentar o reequilíbrio da economia brasileira e permitir o combate à inflação, “*mas não há indícios de que isto se fizesse negando a industrialização*”

A grande comemoração do início das operações da CSN não corrobora que Dutra fosse um agrarista anti-industrialista (a empresa foi tomada como *a mais forte evidência de que o país já não era somente agrícola*) como ele frequentemente fazia questão de dizer que não era. (cf. suas Mensagens Presidenciais na abertura dos anos legislativos. A *rationale* da liberalização deve ser vista onde era *explicitamente*

<sup>900</sup> Idem.

<sup>901</sup> REAFIRMAM AS CLASSES PRODUTORAS A SUA DISPOSIÇÃO DE COOPERAR PARA LEVANTAR O NÍVEL DA NOSSA SITUAÇÃO ECONÔMICA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1947. p.7-8. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.



justificada: quanto aos produtos importados, o combate à inflação; quanto às remessas de rendimentos de capital, estimular investimentos sem pressionar as contas externas e os recursos internos<sup>902</sup>.

Em meados de 1948, a iminência da regulamentação quanto aos acidentes de trabalho, transferindo para os Institutos de Aposentadoria e Pensão o seguro de acidentes no trabalho gerou críticas do setor do comércio<sup>903</sup>.

Tratava-se de reflexos de uma mudança de perspectiva quanto a instalação de estruturas de bem-estar social, em curso após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o consenso keynesiano e as formatos institucionais a ele associados tomam uma dimensão expressiva diante das sequelas do conflito mundial e da ameaça representada pela expansão do campo socialista. Segundo Ignacio Delgado,

Nesse contexto, as formulações contidas no Relatório Beveridge da Inglaterra alcançaram grande repercussão, influenciando as iniciativas de reforma da legislação social em diferentes países. Sucintamente, elas propunham a instituição de uma estrutura de bem-estar unificada, do ponto de vista administrativo, padronizada, no que se refere aos benefícios concedidos e universal, no sentido de atender ao conjunto da população das sociedades nacionais, independente da posição ocupada pelos indivíduos no mercado de trabalho<sup>904</sup>.

Não era a primeira iniciativa no Brasil neste sentido. Ainda no Estado Novo, em maio de 1945, via decreto 7.526, Vargas sancionou o projeto do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), com o objetivo de agrupar os diversos institutos, promovendo assim a padronização dos benefícios e universalização da cobertura, absorvendo seguros sobre acidentes de trabalho na previdência pública e universalizando a cobertura de assistência médica e social. No entanto, a iniciativa sofreu resistências expressivas, especialmente das companhias seguradoras privadas, e não prosperou<sup>905</sup>.

---

<sup>902</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. o presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). história econômica & história de empresas VII. 1 (2004). p.118.

<sup>903</sup> O Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de Novembro de 1944, em seu artigo 112º determinava que “A partir de 1 de janeiro de 1949, as instituições de previdência social, então existentes, e que à data da vigência deste Decreto-lei ainda não possuísem carteiras de acidentes do trabalho, providenciarão a criação de órgãos destinados ao seguro de acidentes do trabalho, aos quais passará, paulatinamente, o seguro das responsabilidades atribuídas aos empregadores, de forma que, a 31 de dezembro de 1953, cessem definitivamente as operações de seguros contra o risco de acidentes do trabalho, pelas sociedades de seguro e pelas cooperativas de seguro de sindicatos”. BRASIL. Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de Novembro de 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7036-10-novembro-1944-389493-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 fev. 2017.

<sup>904</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001.p. 139. Não se tratava, porém da primeira iniciativa no Brasil no sentido de instituir-se um modelo unificado, padronizado e universal de proteção social..

<sup>905</sup> Ibidem. p. 140.

A medida afetaria expressivamente as companhias de seguro, que desde a instituição da primeira lei amparando os acidentados no trabalho, em 1919, eram contratadas por empresas. Daudt, que também era um empresário do ramo de seguros, sendo um dos sócios da Companhia de Seguros Metr pole, logo se pronunciou.

Não se liquida sem esforço e sem gastos ingentes uma indústria que, nos 30 anos em que opera no Brasil, criou raízes profundas na economia nacional. Haverá, ademais, o problema das indeniza es, pela ruptura dos contratos feitos dos empregados despedidos, também da compensa o as empresas suprimidas, às quais evidentemente não de irá tirar o fundo do comércio que criarem, no exercício de uma indústria legal, sem lhes prestar compensa o adequada<sup>906</sup>.

Além disso, segundo Daudt, tal medida criaria monopólios no setor da seguridade, uma vez que os institutos fariam contratos com institui es seguradoras, que ficariam responsáveis por um número expressivo de trabalhadores, eliminando a concorrência com outras companhias<sup>907</sup>.

Em meio a dificuldade de entendimento com o governo, Daudt continuou a insistir na iniciativa de realizar uma nova conferência, no mesmo modelo que a Conclap de Teresópolis. A organiza o da conferência seguiu caminhos diferentes da Conclap e do CBE, marcadas pela convoca o feita em São Paulo, com o apoio de Roberto Simonsen, que falecera em maio de 1948. Daudt dirigiu-se não exclusivamente a São Paulo para fazer o convite ao empresariado nacional, como fizera com rela o ao CBE e a Conclap. Viajou por várias capitais estaduais para convocar o empresariado, a começar por Belo Horizonte. Em seu discurso, na sede da Associa o Comercial de Minas Gerais, apontou que, passados cinco anos da realiza o do CBE e tr s da I Conclap, os problemas enfrentados pelo empresariado eram ainda os mesmos. Chamava aten o para a necessidade de união entre as classes produtoras para o enfrentamento das críticas que atribuíam aos empresários a culpa pelos problemas econ micos nacionais, e as dificuldades de consenso entre o capital e o trabalho<sup>908</sup>,

Em São Paulo, Daudt fez um chamado ao empresariado paulista no discurso feito em homenagem a Morvan Dias de Figueiredo por conta de sua posse na presidência do Centro das Indústrias de São Paulo. Na ocasião, insistiu na importância da indústria para o desenvolvimento econômico nacional.

---

<sup>906</sup> DESTRUI O DE INDÚSTRIA QUE VIVE POR SI, SEM PLEITEAR FAVORES DO ESTADO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1948. Segunda Se o. p.1-2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>907</sup> Idem.

<sup>908</sup> CONVOCANDO AS FORÇAS PRODUTORAS PARA UM NOVO ESFORÇO DE SALVA O. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1948, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional

O hábito de basearmos nossa economia na exportação de matérias-primas nos impede de ver que os tempos não são mais os mesmos. Embora a exportação de café represente um grande produtor de divisas, sabemos que vai baixando continuamente a relação que guarda para com a renda nacional. Isso acontece, não porque estejam variando os produtos de exportação apenas, mas em virtude do aumento de nossa produção industrial.

Nossa renda nacional “per capita” é um dos melhores índices de nosso crescimento econômico. E um dos fatores que mais fortemente pode intensificar esse índice é o desenvolvimento de nosso parque industrial.

Essa sempre foi a tese de Roberto Simonsen, e é hoje a tese da América Latina, defendida nas reuniões internacionais. Essa é a política que estão a nossos olhos, seguindo outros países do Continente<sup>909</sup>.

A proposta de Daudt não era a priorização da indústria, mas o equilíbrio entre a atividade industrial e a agrícola, que consistira em uma estratégia para a proteção da economia nacional frente a pressão de economias mais fortes. O empresário ressaltou que um dos temas principais a serem discutidos na conferência de Araxá era justamente a diversificação da produção agrícola nacional como forma de “*melhorar a posição econômica*” do país<sup>910</sup>.

O próximo destino de Daudt foi Porto Alegre, e depois, o empresário visitou os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará. Sua expectativa era reunir aproximadamente mil empresários na Conferência de Araxá. O jornalista Murilo Marroquim, d’*O Jornal*, alertou que a Conferência de Araxá teria impacto sobre o processo eleitoral presidencial vindouro<sup>911</sup>. Em discurso na Associação Comercial de Salvador, Daudt afirmou que era o momento de elaborar um documento com sugestões acerca das diretrizes da política econômica a serem adotadas. Quanto a questão do apoio a candidaturas, afirmou que embora competisse aos representantes das *classes produtoras* manter imparcialidade diante das disputas políticas, como cidadãos, cabia a eles o dever de concorrer para que a “*escolha da Nação recaia sobre os melhores*”<sup>912</sup>.

A conferência teve início no dia 24 de julho de 1949 e foi estruturada em oito eixos temáticos.

---

<sup>909</sup> DA INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA DEPENDE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1949. p.3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>910</sup> *Ibidem*. p. 6.

<sup>911</sup> MAROQUIM, Murilo. A CONFERÊNCIA DE ARAXÁ INFLUIRÁ NA FUTURA LUTA PRESIDENCIAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1949. p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>912</sup> CONVOCADAS AS CLASSES PRODUTORAS PARA A CONFERÊNCIA DE ARAXÁ. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1949. p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

Figura 16: Temário da Conferência de Araxá

<p><b>AGRICULTURA — PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Problemas de abastecimento de mercados; — medidas de estímulo à produção, de conservação e transporte.</li> <li>2) — Financiamento das safras e garantia de preços; seguros rurais.</li> <li>3) — Problemas da pecuária; conservação dos rebanhos, transporte e financiamento em benefício dos criadores.</li> <li>4) — Habitação e saneamento rural; alimentação da população rural.</li> <li>5) — Problemas de assistência social e de educação profissional da população rural.</li> <li>6) — Assistência técnica e mecanização agrícola; programa de conservação do solo.</li> <li>7) — Industrialização dos produtos e dos sub-produtos da agro-pecuária.</li> <li>8) — Propriedade da terra; cadastro rural; código rural.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>6) — Meios de fiscalização perturbadoras e ineficientes, entaves administrativos à produção e à circulação.</li> </ol>
<p><b>PRODUÇÃO INDUSTRIAL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Problemas de reequipamento e desenvolvimento industrial.</li> <li>2) — Nacionalização do trabalho e da administração.</li> <li>3) — Localização das indústrias, aproveitamento dos recursos regionais.</li> <li>4) — Questões de salário, da assiduidade e de estabilidade da mão de obra.</li> <li>5) — Industrialização dos produtos primários.</li> <li>6) — Desenvolvimento da indústria da pesca.</li> <li>7) — Indústrias extrativas.</li> <li>8) — Combustíveis. Energia.</li> </ol>	<p><b>POLÍTICA COMERCIAL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Exportação de matérias primas: — acordos internacionais; defesa contra a especulação nos mercados consumidores.</li> <li>2) — Defesa contra os fretes discriminatórios.</li> <li>3) — Manutenção da posição dos produtos brasileiros nos mercados externos: — meios de defesa na concorrência e contra sucedâneos.</li> <li>4) — Cooperação das classes produtoras na elaboração e nas negociações dos tratados de comércio.</li> <li>5) — Medidas de política comercial visando fortalecimento do mercado interno para os produtos brasileiros.</li> <li>6) — Problemas cambiais relacionados com a política comercial.</li> </ol>
<p><b>CIRCULAÇÃO E TRANSPORTE</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Melhoramentos rodoviários, ampliação da rede nacional, conservação das vias existentes.</li> <li>2) — Linhas ferroviárias, reequipamento das estradas de ferro.</li> <li>3) — Ampliação da navegação de cabotagem, portos nacionais, reaparelhamento do material flutuante; navegação fluvial e lacustre.</li> <li>4) — Problemas da frota brasileira no comércio internacional.</li> <li>5) — Linhas aéreas, aeroportos, ampliação e melhoramento dos serviços da aviação comercial.</li> <li>6) — Coordenação dos transportes, barateamento dos fretes, racionalização dos serviços, padronização do material.</li> <li>7) — Dificuldades portuárias, defesa contra extravios, roubos e deteriorações.</li> </ol>	<p><b>CONTROLE E ATIVIDADES DO GOVERNO NA ECONOMIA</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Exame da política de controle de preços.</li> <li>2) — Exame dos objetivos e das atividades dos institutos de controle da produção; sua articulação com as empresas privadas.</li> <li>3) — Atividades industriais do Estado, concorrência com as empresas privadas; iniciativas do Estado para o desenvolvimento econômico.</li> <li>4) — Controle da importação e da exportação, critérios para a concessão de licenças, conciliação da exportação e da importação com as necessidades de abastecimento e com situação cambial.</li> </ol>
<p><b>CAPITAIS, CRÉDITO E BANCOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Política de crédito subordinada ao fomento das atividades produtivas.</li> <li>2) — Tipos de financiamento à produção agro-pecuária.</li> <li>3) — Financiamento industrial.</li> <li>4) — Aperfeiçoamento da legislação sobre seguros.</li> <li>5) — Relação das bolsas de capitais mobiliários com o crédito público e com os investimentos privados.</li> </ol>	<p><b>PREPARO PROFISSIONAL, SERVIÇO SOCIAL E MÃO DE OBRA</b></p> <p><b>A — Educação Profissional</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Análise da rede de educação comercial, industrial e agrícola; sugestões para o aperfeiçoamento intensivo do ensino técnico-profissional.</li> <li>2) — Problemas da orientação e seleção profissional, nas atividades agrícolas, industriais e comerciais.</li> <li>3) — Desajustamento profissional; ação supletiva para reeducação profissional.</li> <li>4) — O SENAC e o SENAI na preparação profissional</li> </ol>
<p><b>REGIME FISCAL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Discriminação de rendas e sua relação com as atribuições das unidades administrativas dentro da Federação.</li> <li>2) — Exame da política tributária e fiscal; — revisão dos impostos que afetam a produção e a circulação.</li> <li>3) — Taxação e isenções no imposto de renda.</li> <li>4) — Reavaliação de ativos.</li> <li>5) — Estruturação das tarifas aduaneiras, sua atualização e racionalização.</li> </ol>	<p><b>B — Articulação geral no Serviço Social</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Finalidades ou objetivos do serviço social. Prioridades.</li> <li>2) — O SESC e o SESI no serviço social.</li> <li>3) — Meios de prestação do serviço social. (Instituto e Caixas de Previdência, Assistência Social das empresas, Instituições de caráter associativo, Seguro Privado etc.).</li> <li>4) — Discriminação das atribuições dos vários órgãos ou entidades de serviço social.</li> </ol> <p><b>C — Relações de Trabalho</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) — Estudo da mão de obra dos vários ramos de atividade. Localização do trabalhador nacional. Migrações. Imigrações e colonizações.</li> <li>2) — Salário e mão de obra, influência do salário no custo da produção. Produtividade e formas de remuneração do trabalhador. Salário mínimo nas várias regiões.</li> <li>3) — Exames dos aspectos fundamentais da legislação social tendo em vista seu aperfeiçoamento.</li> <li>4) — Desenvolvimento do espírito associativo nas diversas classes da produção. Entidades de classes.</li> </ol>

Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1949, 3ª seção, p.1

A sessão inaugural foi presidida pelo governador Milton Campos. Também discursou o cardeal Jaime Câmara, que enfatizou em sua oração a necessidade de harmonia entre capital e trabalho.

É, pois, anticristão o ódio entre os homens. Não é em vosso Evangelho que encontra raízes a luta de classes que seja a de patrões contra operários, quer seja a de operários contra patrões.

(...)

É para ganhar o pão que uns e outros devem empenhar-se, dentro das fórmulas de dignidade e nesse esforço para a própria manutenção, o trabalho do patrão e do operário seria o produto econômico que, em última análise, é a riqueza do país, para o bem-estar da comunidade.<sup>913</sup>

**Figura 17: Cardeal Jaime Câmara, Milton Campos e João Daudt d'Oliveira na abertura da Conferencia de Araxá**



Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1949. p. 10. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

A aproximação entre o cardeal Jaime Câmara e os líderes das *classes produtoras* não era recente. Daudt e Lodi apoiaram os trabalhos coordenados pelo religioso na Ação Social Arquidiocesana (ASA), entidade criada por Câmara em setembro de 1944, com o objetivo de promover ações de serviço social à população em estado de pobreza<sup>914</sup>. A ASA inseria-se em um contexto de transformações na organização e no pensamento da Igreja Católica no Brasil, marcado por uma crescente preocupação com a questão do pauperismo e da desigualdade social, acentuando uma característica de desconfiança da Igreja Católica quanto ao sistema capitalista quanto a seus impactos sobre a sociedade<sup>915</sup>.

<sup>913</sup> VISA A JUSTIÇA SOCIAL CRISTÃ A VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1949. p. 10. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>914</sup> MOBILIZAÇÃO DE TODOS OS CATÓLICOS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 set. 1944. p.3

<sup>915</sup> Conforme explicam Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, Beatriz muniz de Souza e Cândido Procópio Ferreira de Carvalho, “*Se se levar em conta as desconfianças em relação ao capitalismo, contidas no Syllabus de Pio IX (1864), nas encíclicas Libertas (1888) e Rerum Novarum (1891) de Leão XIII, e Quadragesimo Anno (1931) de Pio XI, não é de estranhar que nos discursos do episcopado brasileiro, no período que se abre com o término da Segunda Guerra Mundial, se encontrem alusões críticas ao capitalismo. Não diretas, contudo, nem muito menos incidindo na própria natureza do sistema capitalista como tal. Ataques frontais não os há, como mandava o figurino da tradição romana. Mas é certo que, também, dentro da linha tradicional do pensamento social da Igreja, aqui e ali desponta a recusa do direito absoluto e ilimitado à propriedade privada, para a qual a Igreja postula uma indefinida “função social”. Como também é certo que se lamenta a “desmedida ganância que maneja o capital” e se reprova o individualismo anárquico que preside à vida econômica e entrava a distribuição mais equitativa dos frutos do progresso técnico*”. Ver: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Igreja católica: 1945-1970*. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-64)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.346-347

No entanto, rejeitando veementemente a luta de classes e temendo a expansão do comunismo, defendiam que o empresariado colocasse em prática iniciativas de colaboração com os seus empregados, promovendo harmonia nas relações entre capital e trabalho e afastando o *risco* da luta de classes<sup>916</sup>. Como analisado em capítulos anteriores, a aproximação de Daudt com elementos ligados ao catolicismo brasileiro não era novidade, uma vez que o empresário tinha fortes laços de amizade com o intelectual Alceu Amoroso Lima. Além disso, no período constitucional do governo Vargas, sua candidatura para o legislativo do Distrito Federal recebeu apoio da Liga Eleitoral Católica.

A busca pela harmonia entre capital e trabalho defendida pelo catolicismo também fez parte do discurso de Daudt na abertura da conferência. O empresário argumentou que o capital “*não deve ser considerado apenas instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, meio de expansão econômica e bem-estar coletivo*”<sup>917</sup>. Novamente, reforçava a tese da função social do capital.

Ainda em seu discurso, Daudt abordou a questão das eleições nacionais do ano seguinte, negando que as *classes produtoras* estivessem organizando um partido político. Tornou a defender o argumento de que a participação política dos representantes do empresariado cabia enquanto cidadãos, não enquanto lideranças de associações e sindicatos. E insistiu na união das *classes produtoras*, argumentando que as atividades do comércio, da indústria e da agricultura são complementares.

Eis porque não acreditamos existirem de fato divergências naturais entre interesses agrícolas e industriais, entre criadores e agricultores, entre banqueiros e comerciantes. (...)  
Partindo da unidade da economia nacional, temos aspirado a que todas as classes a ela relacionadas formem uma só grande associação, denominada habitualmente de classes produtoras<sup>918</sup>.

Depois de sete dias de trabalho, as questões relativas ao serviço social tiveram maior ênfase. Além de recomendações que propunham a expansão do ensino técnico-profissional, especialmente no que abrangia a atuação do Senac e do SENAI, recomendava-se que ao Estado coubesse ações no âmbito da assistência médica e sanitária, além de assistência ao desemprego e a velhice. Às instituições especializadas em previdência social, caberia, além da execução dos planos de seguro social, o amparo a segurados inativos por conta de auxílio-doença ou aposentados. Também se recomendava que a iniciativa privada executasse ações de serviço

---

<sup>916</sup> Ibidem. p. 346-348.

<sup>917</sup> Idem.

<sup>918</sup> Idem.

social entre os empregados de sua categoria profissional, a exemplo do que já ocorria com o SESI e com o Sesc.

Quanto aos institutos de seguro social, as *Recomendações de Araxá* propuseram a manutenção de diferentes planos de benefícios, de modo a adequar-se às peculiaridades dos integrantes de cada instituição<sup>919</sup>. Reforçava assim o interesse, especialmente das companhias de seguro, em não alterar a legislação em vigor. Ainda no que diz respeito a previdência social, Ignacio Delgado ressalta que

Diversas Recomendações de Araxá acompanhavam, ainda, a perspectiva desenvolvida em 1945, quando a aceitação da previdência social pública, combinada à edificação de estruturas privadas de concessão de assistência social sob comando das “classes produtoras”, apareceriam como aspectos salientes na proposição de um arranjo institucional que envolvesse os trabalhadores na sustentação do projeto de desenvolvimento nacional proposto pelas entidades empresariais (...). As linhas mestras da divisão de trabalho propostas para o Estado, os órgãos de previdência e as entidades patronais definiam como responsabilidade do primeiro a realização de serviços sociais coletivos, como a assistência sanitária, a higiene, o tratamento das moléstias infectocontagiosas e a “assistência ao desemprego, à velhice e à infância desamparadas”<sup>920</sup>.

Assim, caberia à Previdência Social a execução dos planos de seguro social e prestação da respectiva assistência médica. Sugeria-se a extensão dos institutos a todos os estados brasileiros, a fixação de salário mínimo com piso regional e aposentadoria aos 65 anos para todos os trabalhadores. Recomendava-se às *classes produtoras* o desenvolvimento de iniciativas de bem-estar social ligadas a saúde, educação nutrição, recreação, etc<sup>921</sup>.

Na conferência, os mecanismos de tabelamento de preços também foram alvo de discussão. Nascia ali a semente do memorial que foi concluído no mês de setembro de 1949, em que o setor do comércio solicitou a Dutra a extinção dos organismos controladores dos preços, prática instituída durante a Segunda Guerra Mundial e que se prolongou pela segunda metade da década de 1940<sup>922</sup>.

Daudt atingiu suas expectativas quanto a expressividade que a Conferência de Araxá entre o empresariado nacional. A Conferência foi realizada no mesmo ano em que Daudt foi reeleito para a presidência da ACRJ e obteve o índice de 20% de renovação do quadro da diretoria eleita, o mais baixo de toda a sua trajetória como líder da casa.

<sup>919</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 158.

<sup>920</sup> Ibidem. p. 157.

<sup>921</sup> Idem.

<sup>922</sup> PRONTO O MEMORIAL DAS CLASSES PRODUTORAS PEDINDO A EXTINÇÃO DOS TABELAMENTOS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 set. 1949, Segunda Seção. p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

**Quadro 27: Diretoria Eleita ACRJ (1949-1951)<sup>923</sup>**

NOME	FUNÇÃO	FUNÇÃO ANTERIOR
Abel Mendes Pinheiro	Vice-presidente	Conselho Diretor
Ademar Vaz de Carvalho	Vice-presidente	Conselho Diretor
Antonio Ribeiro França Filho	Vice-Presidente	Vice-presidente
Carlos Freire Zenha	Vice-Presidente	Vice-presidente
Cyriaco José Luiz	Vice-Presidente	Vice-presidente
Hortêncio Lopes	Vice-presidente	Vice-presidente (biênio 1945-1947)
Jorge Amaral	Vice-presidente	Conselho Diretor
José Alves de Souza	Vice-Presidente	Vice-presidente
José Lobo Fernandes	Vice-Presidente	Vice-presidente
José da Silva Oliveira	Vice-Presidente	Vice-presidente
Luiz Maia de Bittencourt Menezes	Vice-Presidente	Vice-presidente
Orlando Soares de Carvalho	Vice-Presidente	Vice-presidente
Pedro Magalhães Correia	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Raul de Góes	Vice-presidente	-
Rui Gomes de Almeida	Vice-Presidente	Vice-presidente
Adelino Augusto de Moraes	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Adriano de Almeida Maurício	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Albano de Barros Leal	Conselho Diretor	-
Alberto de Paiva Garcia	Conselho Diretor	Vice-presidente
Albino da Silva Bandeira	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Alfredo Monteiro Guimarães	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Alvaro Castelo Branco	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Antenor Rangel Filho	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Antonio Froes Cruz	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Antonio Rodrigues de Almeida	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Antonio Sanchez Galdeano	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Arthur Pires	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Augusto Barbosa	Conselho Diretor	-
Augusto Frederico Schmidt	Conselho Diretor	
Carlos Guimarães	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Emílio Lourenço de Souza	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Franklin Bebiano Ceppas	Conselho Diretor	-
João Baylongue	Conselho Diretor	Conselho Diretor
José Manoel Fernandes	Conselho Diretor	Vice-presidente (biênio 1945-1947)
José Monteiro de Rezende	Conselho Diretor	Vice-presidente
João Arieta	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Júlio de Souza Avelar	Conselho Diretor	-
Luiz Eugenio Leal	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Manuel Rodrigues	Conselho Diretor	-
Manuel Ferreira Guimarães	Conselho Diretor	Vice-presidente
Mário de Oliveira Brandão	Conselho Diretor	-
Milton de Souza Carvalho	Conselho Diretor	Conselho Diretor (biênio 1945-1947)
Nilo Sevalho	Conselho Diretor	
Orlando Benjamin de Azevedo	Conselho Diretor	Vice-presidente
Pedro de Magalhães Correia	Conselho Diretor	Vice-presidente (biênio 1945-1947)
Pedro Vivacqua	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Rodrigo Otávio Filho	Conselho Diretor	Vice-presidente
Rômulo Cardim	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Vasco Borges de Araújo	Conselho Diretor	Conselho Diretor (biênio 1938-1940)
Waldemar Marques	Conselho Diretor	Conselho Diretor
Valdyr da Rocha	Conselho Diretor	-
Carlos Alberto de Oliveira	Comissão Fiscal	Comissão Fiscal
Joaquim Dias Garcia	Comissão Fiscal	Comissão Fiscal
Jorge de Freitas	Comissão Fiscal	-
Paulo Seabra	Comissão Fiscal	Comissão Fiscal
Rubens Porto	Comissão Fiscal	Comissão Fiscal
Antonio da Silva Correa	Suplente da Comissão Fiscal	Suplente da Comissão Fiscal
Manoel Ataíde de Carvalho	Suplente da Comissão Fiscal	-
Manoel Jacinto Ferreira	Suplente do Conselho Fiscal	Suplente da Comissão Fiscal

<sup>923</sup> O NOVO CONSELHO DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1949. p.5.



O pleito, novamente, foi realizado sem que houvesse chapa concorrente, indicando ainda mais o consenso quanto a liderança de Daudt na ACRJ.

### **5.5: O empresário *varguista*? O fim da trajetória de Daudt como líder do empresariado do comércio.**

O prestígio entre o empresariado do setor do comércio e o seu reconhecimento enquanto uma das vozes mais expressivas das *classes produtoras* foram fatores que garantiram a Daudt o status de liderança incontestada por um longo período. Embora tenha obtido êxito em iniciativas junto ao empresariado, a exemplo da II Conferência das Classes Produtoras e mesmo na candidatura para mais uma gestão à frente da ACRJ, desde meados de 1948, o empresário vinha sendo o alvo de críticas dentro do próprio setor que representava.

Em maio daquele ano, Milton Freitas de Souza, vice-presidente da federação de Agentes Autônomos do Distrito Federal e membro dos conselhos nacionais da CNC, do Sesc e do Senac submeteu à Comissão Parlamentar de Arrecadação e Aplicação da Renda dos Institutos de Previdência uma denúncia alegando “*completo desvirtuamento das finalidades*” dessas três entidades, submetidas ao que classificou como “*regime ditatorial e personalista*” de João Daudt d’Oliveira. Freitas de Souza afirmou que dos 1 milhão e duzentos mil cruzeiros, oriundos do Fundo Sindical, e destinados à construção da sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, Daudt teria exigido 700 mil cruzeiros para o pagamento da publicidade que a CNC empreenderia para divulgar a instalação da referida sede. Tratava-se, segundo Freitas de Souza, de uma estratégia, para divulgar a imagem de Daudt, que, segundo ele, aspirava concorrer a cadeira de senador pelo Distrito Federal no próximo pleito. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, o denunciante afirmou que <sup>924</sup>

a exigência, por incrível que pareça, foi atendida, entregando-se aquela quantia ao secretário da Confederação Nacional do Comércio, que com ela projetou, em todos os jornais, a pessoa do aspirante a senador<sup>925</sup>.

Outras denúncias apresentadas por Freitas de Souza diziam respeito às subvenções. Apresentando os valores dos referidos repasses, acusou a gestão de Daudt de fornecer subvenções à Ação Social Arquidiocesana (ASA), à Revista do Comércio e à Fundação Mauá, “*com prejuízo das obras assistenciais que àquelas entidades cumpre manter em benefício dos*

<sup>924</sup> O INQUÉRITO EM TORNO DO SESI E DO SESC. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º mai. 1948, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>925</sup> Idem

*comerciários e de suas famílias*”. O empresário alegava ainda ter sido privado de informações referentes às deliberações e às finanças da CNC e anunciou que iria recorrer ao Judiciário para ter acesso aos documentos<sup>926</sup>.

Arguido pelo deputado Aloísio Alves, da UDN, a respeito da existência de uma ligação entre o SESI e o Sesc a “*forças políticas com objetivos antidemocráticos*”, Freitas de Souza afirmou:

Certa vez, em conversa comigo, procurando convencer-me a dar-lhe a minha colaboração, o sr. João Daudt me declarou que estava surgindo no Brasil um poder novo, o poder econômico das classes conservadoras organizadas, o qual fatalmente teria que exercer uma decisiva influência sobre os três poderes clássicos do Estado: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

(...)

Disse-me ainda o sr. Daudt que a sua eficiente máquina de propaganda seria utilizada no sentido de dar a esse novo poder completa preeminência sobre os demais, e que apenas se fazia mister, para evitar entraves aos seus objetivos, por um fim a certos desentendimentos existentes entre os líderes do comércio<sup>927</sup>.

Expôs ainda em seu depoimento aspectos da relação entre Daudt e Nelson Rockefeller, afirmando que o empresário brasileiro teria se comprometido com o amigo estadunidense que agiria no sentido de auxiliá-lo a recuperar prejuízos sofridos com investimentos no Brasil. Citou ainda o caso do Banco do Distrito Federal, entidade presidida por Daudt que possuía a concessão de uma das duas refinarias de Petróleo a serem instaladas no Brasil, ressaltando, nesse sentido, que os parlamentares se atentassem para o fato de ser Daudt o diretor-tesoureiro da Companhia de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil, empresa da família Rockefeller<sup>928</sup>.

Diante da denúncia de Freitas de Souza, quinze delegações estaduais reuniram-se na sede da CNC, sob a presidência de Artur Fraga, delegado da Bahia, já que Daudt não compareceu. Brasília Machado Neto, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, foi o primeiro a manifestar solidariedade a Daudt. Na reunião, com a presença também de Freitas de Souza, os pontos tratados pela denúncia foram abordados e rebatidos pelos que se colocaram em defesa do presidente da casa. Caleb Leal Marques, presidente da Federação do Comércio Atacadista do Rio Grande do Sul, argumentou que, de fato, Daudt recebeu a proposta de candidatar-se ao Senado pelo Distrito Federal a convite de Arthur Bernardes, do Partido Republicano, bem como foi convidado a concorrer à cadeira de deputado pelo seu estado natal

---

<sup>926</sup> Idem.

<sup>927</sup> IMPRESSIONANTE DEPOIMENTO SOBRE AS ATIVIDADES DO SESC E DO SENAC. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1948, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>928</sup> Idem.

por Alberto Pasqualini (PTB) e Cilon Rosa (PSD), convites que foram recusados pelo empresário<sup>929</sup>.

Daudt prestou esclarecimentos à Comissão Parlamentar, com um longo depoimento de mais de uma hora de exposição. Levou as correspondências que comprovavam os convites que recebera para se candidatar e tornou a informar que não aceitou nenhum deles por não ter pretensões políticas, rebatendo o argumento de Freitas de Souza a respeito de uma suposta aspiração. Argumentou também que as verbas repassadas ao Instituto de Economia, à Fundação Mauá, à Revista do Comércio e à Faculdade de Ciências Econômicas eram “*insignificantes para o vulto de organizações*” daquele porte. Também prestou esclarecimentos quanto aos contratos firmados com a ASA e a Universidade Católica, apresentando à comissão informações sobre o balanço fiscal<sup>930</sup>. Todo o seu depoimento foi reproduzido n’*O Jornal*, em edição de 30 de maio de 1948, incluindo, além de suas considerações, a reprodução de balanços da receita e despesas envolvendo o Sesc, bem como de cartas de dirigentes políticos convidando Daudt para ingressar em suas listas de candidatos. No total, foram duas páginas inteiras do periódico disponibilizadas para a prestação de contas, que recebeu o título de “*Depoimento do sr. João Daudt de Oliveira no Parlamento Nacional*”<sup>931</sup>.

As primeiras perguntas às quais foi submetido partiram do deputado udenista Aloísio Alves. Seu primeiro questionamento foi acerca da denúncia de que estariam sendo organizadas nas organizações de representação do comércio presididas por Daudt estratégias de atuação política com o apoio do capital estrangeiro. Daudt negou tais acusações e teve o apoio do deputado José Monteiro Soares Filho, também da UDN, que interveio afirmando que “*o poder econômico sempre existiu e sempre influiu, principalmente nas sociedades capitalistas*”<sup>932</sup>.

As denúncias de Freitas de Souza não abalaram a relação de Daudt com o empresariado do setor do comércio. Dois meses depois do começo da polêmica, era inaugurada na sede da ACRJ um busto de Daudt, como uma homenagem dos associados ao seu trabalho à frente da entidade.<sup>933</sup> Presidentes de federações estaduais do comércio promoveram, no mesmo dia, um banquete ao empresário no Copacabana Palace. Entre os convidados estavam o governador do

<sup>929</sup> PUNIÇÃO PARA O SR. MILTON SOUZA SE FOR CONFIRMADO SEU DEPOIMENTO NO PARLAMENTO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1948, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>930</sup> DENÚNICAS INFUNDADAS CONTRA O SESC E O SENAC. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1948, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>932</sup> DEPOIMENTO DO DR. JOÃO DAUDT DE OLIVEIRA PERANTE A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1948, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>933</sup> HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS AO SR. JOÃO DAUDT. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1948. Segunda Seção, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

estado do Rio, Macedo Soares, Morvan Figueiredo, ministro do Trabalho e o embaixador João Neves da Fontoura, além dos senadores Artur Santos, Benjamin Galoti, Pereira Pinto, Durval Cruz, James Neves e Ribeiro Gonçalves.

No entanto, Daudt continuava recebendo críticas por meio do jornal *Diário de Notícias*. Os redatores do jornal, que apoiaram fortemente a campanha udenista para a eleição de 1945 e que mantinham postura crítica quanto ao governo do PSD<sup>934</sup>, não tardaram criticar a homenagem feita a Daudt no Copacabana Palace. Além de argumentarem que Daudt não havia apresentado provas suficientes para comprovar sua inocência perante as denúncias de Freitas de Souza, ainda questionaram a razão de tal homenagem, alegando que o empresário não havia sido ainda inocentado pela CPI.

Há no Brasil – e isto parece que se está agravando ultimamente – o hábito das manifestações sem justo propósito; em geral a homens que se acham no exercício de cargos públicos ou detêm poder econômico em qualquer de suas formas. Ainda há poucos dias, em ambiente de luxo requintado, realizava-se um banquete em homenagem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio, sr. João Daudt de Oliveira, com o comparecimento de numerosas delegações das classes conservadoras, algumas provenientes dos Estados.

Vários discursos foram então pronunciados, em tom laudatório, para festejar, segundo foi amplamente noticiado, a vitória que o sr. João Daudt teria colhido com o seu depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades das instituições de assistência e previdência social (...).

(...)

Em vez de uma defesa cabal da maneira como o Sesc vem gastando suas rendas, faz-se uma peça oratória, cujo conteúdo ainda pende de exame do Congresso, e organiza-se um banquete em louvor da peça com o objetivo claro de opor o movimento de amigos sempre solidários à crítica e ao julgamento que os congressistas tenham de proferir<sup>935</sup>.

Quando, no final do ano de 1949, foi aprovada uma emenda no Senado ao projeto de reforma do Tribunal de Contas, determinando que as diretorias nacionais do Sesc e do SESI deveriam submeter suas gestões financeiras àquele Tribunal, o *Diário de Notícias* encarou tal decisão como uma vitória.

Congratulamo-nos com o Congresso Nacional por essa nobilitante atitude. E que nos seja feito recordar ainda uma vez ter sido o *Diário de Notícias* a primeira voz que se ergueu para denunciar a malversação dos dinheiros do SESI e do Sesc regional e, pois, a necessidade de evitar que tais dinheiros continuassem a ser esbanjados, discricionariamente e desonestamente, pelos dirigentes das duas entidades

<sup>934</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro). Verbete. CPDOC, DHBB. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

<sup>935</sup> HOMENAGEM EXTEMPORANEA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1948. p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

O jornal afirmava ainda ter levado ao conhecimento de Dutra a estratégia de Daudt e Lodi de valerem-se de contratos de publicidade com a imprensa, com o objetivo de subordiná-la a seus interesses. Mas Dutra, segundo o periódico, “*não sentiu a gravidade*” da acusação, e ao invés de apurá-la, foi amistosamente visitar do SESI, “*onde trocou brindes com respectivo presidente, sr. Euvaldo Lodi*”.<sup>936</sup>

A medida foi encarada pelos diretores das entidades como parte de um movimento maior, que tinha por finalidade convertê-las em uma autarquia do Estado. A diretoria da CNC não tardou se manifestar contrário a tal medida. Reunida para discutir as manifestações no sentido de conceituar o Sesc como entidade de direito público, elaborou um documento de repúdio à tal iniciativa.

O comércio brasileiro, fiel ao princípio fundamental da livre iniciativa, desejou e criou o Sesc como pessoal jurídica de direito privado, e entende que este organismo só pode realizar suas finalidades contribuindo na esfera do direito privado.

Pensam os homens do comércio do Brasil que, dentro da melhor interpretação, atendendo aos mais rigorosos preceitos da exegese, não se poderia, em tema de direito público, enquadrar o Serviço Social do Comércio como autarquia.

Ele é um órgão criado por iniciativa espontânea da classe mercantil; dedica-se, exclusivamente, aos serviços de assistência social, que a Constituição Federal sintonizada com a mais moderna orientação doutrinária, delegou à iniciativa privada; não goza de outros favores a não ser os usualmente concedidos a todas as entidades privadas que desempenham funções reputadas de interesse social; não percebe quaisquer recursos orçamentários da renda geral do estado, não conta a menor parcela de “*jure imperum*” e é expressamente considerado em sua lei orgânica “*personalidade jurídica de direito privado nos termos da lei civil*”.

Este é o Serviço Social do Comércio, que não quer e não pode ser equiparado às entidades paraestatais<sup>937</sup>.

No ano seguinte, no contexto de realização da Conferência de Araxá, o jornal novamente assumiu um tom crítico com relação a Daudt. Para os redatores do *Diário de Notícias*, Daudt, assim como Euvaldo Lodi, representavam um modelo de liderança carregado de traços do Estado Novo, especialmente, de estratégias de propaganda do regime. Classificou como *dipista*, em referência ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a postura de Daudt diante da II Conclap, afirmando que sua liderança não era fruto de suas qualidades enquanto homem ou empresário, mas sim, frutos de seu investimento na publicidade de sua imagem pessoal e de suas ações.

Não há discurso do sr. João Daudt que, além de estampado como matéria paga em jornais e revistas, não seja impresso em plaquete e profundamente distribuído. Não há nome que figure, mais insistentemente do que o seu, nas resenhas bibliográficas.

<sup>936</sup> AS CONTAS DO SESI E DO SESC. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 set. 1949. p. 4.

<sup>937</sup> REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1949, Segunda Seção. p. 5.

E tudo isso ainda é pouco. O presidente da Associação Comercial quer presidir a uma grande assembleia, de concorrência nacional. Visitará todos os Estados, convocando-os, convidará a imprensa de todo o país, reunirá mil pessoas em Araxá, atrairá a atenção da América.

Ninguém subestimarás as verbas que o Sesc ou o Senac precisarás destinar a tudo isso, nem o que representa essa estupenda mobilização de comerciantes, industriais, técnicos, palpiteiros, jornalistas e publicitários. Tampouco ninguém está certo dos proveitos que, salvo os de natureza turística, deverão advir dessa concentração.

Mas o sr. João Daudt sentirás crescer a sua liderança, o seu prestígio no mundo dos negócios e a sua posição numa categoria, que está em moda, de importantes cidadãos apolíticos<sup>938</sup>.

A respeito das denúncias levadas ao legislativo acerca da má gestão do Sesc, em 1950 foi emitido o parecer do Tribunal de Contas, onde o procurador Cunha Melo concluiu que “*em todos os exercícios – de 1946 a 1949 – houve a maior parcimônia nas despesas. Não gastou o que podia gastar. Não houve qualquer crédito suplementar*”<sup>939</sup>.

Além das críticas do *Diário de Notícias*, com a proximidade das eleições, novamente tornou-se a cogitar as pretensões políticas de Daudt. O deputado federal Emílio Carlos, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), em sessão da Câmara, afirmou ser intenção tanto de Daudt quanto de Lodi o lançamento de candidatura à Presidência da República e que os dois estavam em verdadeiro duelo para definir qual seria o candidato das forças econômicas.

[Daudt] foi homenageado num banquete e, imediatamente, o sr. Euvaldo Lodi recebeu igual manifestação. Houve numerosas entrevistas à imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma seguida da outra. Até parece fita em série. O sr. João Daudt de Oliveira falava e, imediatamente, apareciam declarações do sr. Euvaldo Lodi, além de artigos vários em outros jornais (...).

Não tenhamos dúvidas, senhores deputados: da Conferência de Araxá pode resultar programa de trabalho e orientação para as forças econômicas, programa que será apresentado – como sempre sói acontecer – ao sr. general Eurico Gaspar Dutra, como sendo a reivindicação das classes produtoras. A verdade, porém, é que talvez se fuja à praxe e não seja submetida ao sr. presidente a candidatura do sr. João Daudt de Oliveira ou do dr. Euvaldo Lodi<sup>940</sup>.

A suposta ambição de Daudt e Lodi teria nascido de uma entrevista dada por Ademar de Barros a respeito da sucessão presidencial, quando o político afirmou que caso não fosse candidato, veria com satisfação e até mesmo apoiaria, a candidatura de um dos dois empresários. Para o *Diário de Notícias*, a partir dali, nasceu uma rivalidade que dividiu os dois empresários, afastando a representação da indústria e do comércio. Além disso, o jornal

<sup>938</sup> A CONFERÊNCIA DE ARAXÁ. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1949, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>939</sup> ELOGIO À PARCIMÔMIA DOS GASTOS DA DIREÇÃO DO SESC. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1950, p.8.

<sup>940</sup> CRESCENTE REPERCUSSÃO DO DISCURSO DO GENERAL EURICO DUTRA DA GÁVEA PEQUENA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1949, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

denunciava que ambos estavam fazendo uso das entidades de serviço social das confederações que presidiam – Sesc e SESI – para fazer propaganda política<sup>941</sup>.

Osório Nunes, em coluna publicada no *Diário de Notícias*, afirmou que a Conferência de Araxá evidenciou uma divisão entre Lodi e Daudt.

Terminou, assim, a Segunda Conferência Nacional das Classes Produtoras, mas aparentemente, solidárias as classes, não encerrou as divergências que a diminuíram nas proporções políticas para se converter nas recomendações econômicas ainda dependentes de relatório final. Não se encerraram as divergências, porque de um lado ficou o líder da indústria e de outro o do comércio. Um defendendo a tese nacionalista na produção da riqueza, outro defendendo a participação do capital estrangeiro; um defendendo a Conferência para fins políticos e enfeudamento ao poder público. Outro desejando a livre manifestação de produtores sem o patrocínio ou coerção moral do Executivo. Um querendo o controle das verbas, a participação dos trabalhadores no SESI e no Sesc. Outro negando. Um querendo presidir a Conferência e procurando portar-se à semelhança de um Ariel da economia brasileira. Outro querendo toma-la e tomando-a no fim quando agiu como um romano e carregou a Conferência como se fosse uma sabina<sup>942</sup>.

A despeito das afirmações do *Diário de Notícias* quanto a uma rivalidade entre os líderes do empresariado da indústria e do comércio, Daudt e Lodi mantinham-se próximos. Foram juntos a sede do governo convidar o presidente Dutra para fazer o discurso de encerramento do CICYP, em Santos, no ano de 1950. A seção brasileira era presidida, como já visto neste capítulo, por Daudt e Lodi era vice-presidente.<sup>943</sup>

Novos sinais do esgotamento da representação de Daudt junto às *classes produtoras* vieram em novembro de 1949, no seio da CNC. Em reunião realizada, o Conselho Diretor manifestou-se preocupado com a falta de renovação dos quadros sindicais. Segundo relatório publicado n' *O Jornal*,

as classe patronais querem a renovação dos quadros dirigente de seus organismos de classe, entendendo que todos os seus componentes, pelo sistema de rodizio, devem merecer a honra da responsabilidade na administração de Sindicatos, federações e Confederações. Alguns conselheiros alegaram que já viram vencer vários biênios desde que foram eleitos, nas presidências de suas entidades classistas<sup>944</sup>.

No ano se 1950, as questões cruciais que foram ponto de críticas de Daudt ao Governo – a CCP, a Lei dos Lucros Extraordinários e a participação direta dos empregados no lucro das empresas empregadoras continuavam seguindo sem que o empresariado tivesse alcançado conquistas significativas, impedindo a aplicação ou mesmo interferindo de maneira expressiva

<sup>941</sup> NOTAS POLÍTICAS. Como se fazem estadistas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1949, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>942</sup> NUNES, Osório. AS GRANDES DIVERGÊNCIAS EM ARAXÁ. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 ago. 1949, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

<sup>943</sup> CONSELHO INTERAMERICANO DE COMÉRCIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1950. p.8.

<sup>944</sup> INTERESSADOS OS EMPREGADORES NAS FUTURAS ELEIÇÕES SINDICAIS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1949. p. 7 Acervo Hemeroteca Digital Nacional.

no teor dessas medidas. Outro ponto somou-se a este: a não inclusão de representantes do comércio e da indústria na Comissão Consultiva de Acordos Comerciais<sup>945</sup>. Insistindo que o governo deveria manter abertos os canais de participação das *classes produtoras* na administração pública, convocou em março de 1950, o Conselho de Representantes da CNC para discutir os rumos da política econômica e reafirmou que não deveriam cessar os esforços do empresariado do comércio no sentido de serem ouvidos pelo governo. Em discurso, em reunião de diretoria da CNC, o empresário afirmou:

Acumulam-se e avultam-se os problemas de nossa economia. Teremos sempre de alertar os responsáveis na direção, para que não nos conduzam a passagens perigosas e não nos tragam a agravação das dificuldades por uma ação irrefletida ou uma inação desavisada. Cumpre-nos zelar a prosperidade da agricultura, da indústria e do comércio, pois as atividades econômicas são todas solidárias<sup>946</sup>.

A reivindicação por uma política mais coordenada, por meio de um plano econômico foi, em certa medida, atendida pelo governo, por meio do SALTE. Lançado em um contexto onde já se adotavam estratégias de correção frente à frustração com alternativas mais liberais em termos econômicos, o plano buscava dar solução a problemas de intra-estrutura, transporte, energia, saúde e alimentação. Segundo Fausto Saretta, antes de seu envio ao Congresso, em maio de 1948, já havia um certo consenso quanto à necessidade de uma ação mais incisiva do governo no campo econômico<sup>947</sup>.

Sua primeira versão, apresentada em maio de 1948, foi considerada, pela CNC como dotada de uma expressiva projeção. Para o empresariado do comércio, o SALTE, “*ainda que defeituoso sob muitos pontos de vista*” tratava-se de “*um retrato de corpo inteiro*” do Brasil<sup>948</sup>. Uma das críticas que recebeu foi por ter deixado de fora a educação. O plano foi classificado ainda como insuficiente por não abranger a totalidade da economia nacional<sup>949</sup>.

Precisamos ir muito além, atacando energeticamente o setor de nossa produção propriamente dita: reformando nossos métodos agrícolas e reaparelhando a nossa lavoura; fazendo uma corajosa redistribuição das terras, levando até os mais remotos sertões a escola e a higiene; reeducando o nosso homem.

---

<sup>945</sup> INDISPENSÁVEL A COLABORAÇÃO DO COMÉRCIO COM A COMISSÃO DE ACORDOS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1950. p.9.

<sup>946</sup> DEVER DAS CLASSES PRODUTORAS ALERTAR OS DIRIGENTES DO PAÍS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1950. p.10

<sup>947</sup> SARETTA, Fausto. O governo Dutra na transição capitalista no Brasil. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 101-112

<sup>948</sup> CNC. O Congresso e os problemas econômicos. Orçamento e Plano SALTE. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, jun, 1948, nº 31, vol. IV, ano IV. p.79

<sup>949</sup> CASTRIOTO, Luís. O plano SALTE e o plano Marshall. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, jun, 1948, nº 31, vol. IV, ano IV.p. 20-21.



Para isso, entretanto, não devemos ter dúvida de que serão tremendamente grandes as despesas que haveremos de enfrentar, sendo indispensável a adoção de um novo critério na elaboração de nossos orçamentos, visando restringir nossas despesas militares e ampliar as verbas dos Ministérios que originam e executam nossos planos de expansão econômica<sup>950</sup>

Vera Caliccho afirma que a resposta do setor privado ao Plano SALTE foi praticamente nula, pelo fato de os projetos apresentados possuírem um caráter social, e não comercialmente vantajoso. Destaca o posicionamento da Confederação Nacional da Indústria, que considerou que o governo não possuía viabilidade financeira para executar o plano. O anteprojeto do Plano Salte passou por diversas modificações após as considerações das lideranças empresariais até ser instituído pela Lei nº 1.102, em 18 de maio de 1950<sup>951</sup>.

Fausto Saretta ressalta que embora o Plano SALTE tenha apresentado resultados pouco significativos, sua importância política não deve ser subestimada. Seu lançamento fez parte do Acordo Inter-Partidário de 1948 e sua construção foi realizada por setores da burocracia com expressiva força política no governo anterior<sup>952</sup>. Segundo Saretta,

o Plano, na verdade, foi obra do DASP, e seu lançamento, em parte, exprimiu a força desse órgão dentro da administração pública. Outros episódios também demonstram que permanecia forte o poder político deste departamento, como quando este se defrontou com o Ministério da Fazenda, já que os recursos orçamentários para o Plano, que era administrado pelo DASP, provinham de liberações do Ministério<sup>953</sup>.

Naquele mesmo ano, o último do governo Dutra, o processo eleitoral alterou de maneira decisiva a trajetória de Daudt. Getúlio Vargas, então senador, entrou na disputa presidencial defendendo uma plataforma marcada por ideias desenvolvimentistas, nacionalistas e distributivas, elementos que cativaram diversos segmentos da sociedade<sup>954</sup>

Segundo Lucília Neves Delgado, ao longo governo Dutra, os grupos políticos ligados à Vargas não perderam de vista a possibilidade de seu retorno ao poder. Ao contrário, tiveram como norte tal perspectiva<sup>955</sup>.

---

<sup>950</sup> Ibidem. p.21-22.

<sup>951</sup> CALICCHIO, Vera. Plano Salte. Verbete. DHBB-CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>>. Acesso em 13 jan. 2017.

<sup>952</sup> SARETTA, Fausto. O governo Dutra na transição capitalista no Brasil. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.p. 112.

<sup>953</sup> Ibidem. p.112-113.

<sup>954</sup> Cf. NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 3. p.62

<sup>955</sup> DEELGADO, Lucilia de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945- 1964). Marco Zero: São Paulo. p.85

Os trabalhistas-getulistas que se articulavam no PTB agiram, sistematicamente, durante todo o governo Dutra, buscando revigorar a imagem de Getúlio junto aos trabalhadores. Empreenderam também um esforço de organização partidária nos estados e municípios, buscando estabelecer nesses locais novas cédulas e diretórios. Nesse esforço de expansão, levaram sempre como suporte a mensagem social trabalhista de Vargas, que funcionava como um forte apelo emocional junto aos trabalhadores. O esforço dos petebistas, portanto, deu-se em duas direções complementares: o fortalecimento do PTB enquanto partido e divulgação do getulismo enquanto suporte para o cultivo da imagem de um mito. O esforço e o apelo dos petebistas na realização dessa tarefa partidária se corporificou na vinculação da imagem carismática de Vargas com os interesses dos trabalhadores, em torno da legislação social introduzida no Brasil definitivamente por Getúlio<sup>956</sup>.

Conforme crescia a mobilização em torno do nome de Vargas, os grupos de oposição empenhavam-se em articular uma aliança forte o bastante para impedir o avanço político varguista. Os governadores udenistas Milton Campos (MG) e Otávio Mangabeira (BA) e o presidente Dutra buscavam formar um acordo interpartidário para impossibilitar a volta de Vargas ao Executivo nacional. Em que pese o fato de Dutra ter rompido relações com Vargas, a resistência no PSD em se opor ao ex-presidente era expressiva, já que a relação entre ambos era muito sólida. Também, não interessava ao partido ser identificado como uma força conservadora, o que aconteceria caso a aliança com a UDN fosse selada definitivamente<sup>957</sup>. O partido lançou então uma candidatura própria – a de Christiano Machado, que tinha então pouca expressão política. A UDN lançou novamente a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

Na dinâmica das alianças para as eleições de 1950, firmou-se então um acordo entre PTB e PSP, lançando a candidatura de Vargas à presidência e de Café Filho à vice-presidência, por indicação de Ademar de Barros. No entanto, havia um acordo velado entre o PTB e o PSD, e Vargas apoiou candidaturas estaduais pessedistas, como as de Juscelino Kubtschek em Minas Gerais, e Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul<sup>958</sup>.

Assim como no pleito anterior, a imprensa lançava notas com frequência acerca das aspirações políticas de Daudt. Uma nota divulgada pelo jornal *A Noite* apontava que Daudt era um dos três nomes cotados para a vice-presidência da República pelo PTB, assim como o de Olavo de Oliveira e a Café Filho – o último, apontado como o mais cotado<sup>959</sup>. O convite teria sido feito por João Neves da Fontoura, conforme informações do deputado Romeu Fiori (PTB) ao periódico. Daudt em entrevista ao jornal, afirmou ser contrário a candidaturas de dirigentes sindicais, para que se evitassem suspeitas de que estariam utilizando os recursos das entidades

---

<sup>956</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>957</sup> Ibidem. p. 86-88

<sup>958</sup> Ibidem. p. 92.

<sup>959</sup> A VICE-PRESIDÊNCIA DO PTB. *A Noite*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1950. P.10

que representam em campanhas políticas. No entanto, não afirmou nem desmentiu a informação acerca do convite que lhe fizera o amigo Neves da Fontoura<sup>960</sup>.

É possível identificar pela documentação levantada no fundo João Daudt d'Oliveira, na FGV, que o empresário e Getúlio Vargas mantiveram contatos frequentes no ano do pleito eleitoral. Os dois se correspondiam com certa frequência pelo menos desde o começo do ano de 1950. No começo daquele ano, Daudt enviou carta ao amigo gaúcho parabenizando-o pela mensagem de Ano Novo que publicou na imprensa e remetendo ao ele um exemplar das *Recomendações da Conferência de Araxá*.

Muito apreciei o conteúdo da tua mensagem de Ano Bom aos brasileiros, ontem divulgada pelos jornais. O depoimento de um homem da tua autoridade e da tua experiência em relação aos problemas econômicos do país, contém uma ligação a ser profundamente meditada por todos <sup>961</sup>

E a correspondência terminava com um afetuoso “*com a velha amizade de sempre do teu João Daudt*”, mesmo tom que se seguiram as demais correspondências as quais tivemos acesso, enviadas por Daudt a Vargas nesse período.

Daudt manteve ainda vínculos bem estreitos com o PTB, indicando a Vargas a candidatura de Luiz Antonio Borges, secretário geral da CNC, ao Legislativo. Enviou pelo amigo, em maio de 1950, uma carta de recomendação à Vargas e também uma mensagem de apoio à sua candidatura ao Executivo Nacional.

Embora duas importantes correntes já estejam definidas em face da sucessão presidencial, falta ainda o pronunciamento principal, que virá da tua palavra prestigiosa. O país inteiro a está esperando com ansiedade, e com ele os teus amigos. Estamos mais uma vez numa importante encruzilhada dos destinos do Brasil, que ainda tem muito a esperar da tua experiência de homem público e da tua sabedoria política.<sup>962</sup>

Com a eleição, realizada em 3 de outubro, Vargas obteve 48,70% dos votos, enquanto o brigadeiro, 29,70%. A candidatura do PSD conferiu a Christiano Machado 21,50% dos votos. Um quarto candidato, João Mangabeira, teve uma votação simbólica: 9.466 votos.

Ainda naquele outubro, a UDN, na tentativa de impedir a posse de Vargas, deu início a uma luta na Justiça Eleitoral, apoiando-se na tese da “*maioria absoluta*” e com o apoio de setores anti-varguistas da imprensa, que o acusavam de pretender reconstruir a ditadura da qual

<sup>960</sup> O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL CONTRÁRIO À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS DE DIRIGENTES SINDICAIS. A Noite, Rio de Janeiro, 14 jul. 1950. P.19

<sup>961</sup> Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas elogiando sua mensagem de Ano Novo divulgada pelos jornais e enviando um exemplar das *Recomendações* da Conferência de Araxá. CPDOC-FGV. Fundo João Daudt d'Oliveira. Classificação: GV c 1950.01.04. Microfilmagem: rolo 10 fot. 0619.

<sup>962</sup> Correspondência de Daudt a Getúlio Vargas. CPDOC-FGV. Fundo João Daudt d'Oliveira. Classificação: GV c 1950.05.8/2. Microfilmagem: rolo 10, fot. 0819.

foi deposto<sup>963</sup>. Tentaram assim com base numa leitura tendenciosa da Constituição, impugnar a posse de Vargas e do vice-presidente Café Filho, alegando que nenhum dos dois obtiveram a maioria absoluta dos votos, o que implicaria a realização de novas eleições.<sup>964</sup> Daudt saiu em defesa da posse de Vargas, alegando, em entrevista a *O Jornal* que

se da campanha ora iniciada em favor da maioria absoluta vier a resultar ainda a anulação do pleito ou a procrastinação da posse presidencial, serão imprevisíveis os malefícios econômicos e sociais que o país sofrerá”.<sup>965</sup>

(...) Dar uma interpretação constitucional no sentido de anular o pronunciamento livre e soberano de milhões de cidadãos desmerece o regime democrático, abalando ou destruindo a confiança que os cidadãos devem depositar na eficácia do voto.

Manter, entretanto, o clima de inquietação e de notícias contraditórias que conduzam a essa anulação é, mais que um desserviço, verdadeiro atentado contra a economia nacional o que vale dizer, contra o bem-estar do povo e da sua segurança<sup>966</sup>.

A partir daquela entrevista, Daudt passou a ser duramente criticado pela imprensa contrária a Vargas. No *Diário Carioca*, o empresário era já chamado de “*correligionário do ex-ditador*”<sup>967</sup>. O periódico afirmou ainda que havia um acordo entre os dois, que consistia na nomeação de Daudt para a pasta da Fazenda ou da Economia<sup>968</sup>.

O *Diário Carioca* considerou que, por meio daquela entrevista, Daudt havia quebrado a linha de conduta equidistante dos problemas político-partidários. Para o periódico, Daudt, na verdade, nunca manteve uma postura apolítica, uma vez que foi fundador do Partido Economista e que, ao ser eleito presidente da ACRJ, manteve na entidade, por meio de suas habilidades políticas, uma trajetória de continuísmo, sendo reeleito por diversas vezes presidente da entidade.

Talvez o hábito do continuísmo, que caracterizou o sr. Vargas, seja o mesmo mal do sr. Daudt, e com essa afinidade venha o seu entusiasmo pelo ex-ditador<sup>969</sup>.

<sup>963</sup> Cf. DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Proed, 1986.

<sup>964</sup> LAMARÃO, Sérgio. O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950. CPDCO-FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>> Acesso em: 18 jan. 2017.

<sup>965</sup> LIMA, Medeiros. SÉRIOS PREJUÍXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS EM CONSEQUENCIA DA ANULAÇÃO DO PLEITO – DECLARAÇÕES DO SR. DAUDT DE OLIVEIRA – DESSERVIÇO À DEMOCRACIA. *O Jornal*, 17 nov. 1950. p.1 e 4.

<sup>966</sup> LIMA, Medeiros. SÉRIOS PREJUÍXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS EM CONSEQUENCIA DA ANULAÇÃO DO PLEITO – DECLARAÇÕES DO SR. DAUDT DE OLIVEIRA – DESSERVIÇO À DEMOCRACIA. *O Jornal*, 17 nov. 1950. p.1

<sup>967</sup> GETÚLIO LANÇA AGORA TODAS AS SUAS CARTAS. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1950. p.1 e 2.

<sup>968</sup> DAUDT (PARA SER MINISTRO) PRETENDE ENTREGAR-SE A VARGAS. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1950. p.1.

<sup>969</sup> AS CLASSES PRODUTORAS SÃO OU NÃO APOLÍTICAS? *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1950. p.3.

Além disso, o periódico questionou a autoridade de Daudt, ao intitular-se porta-voz das *classes produtoras*, assumir publicamente uma postura político-partidária.

O sr. Daudt é presidente das entidades do comércio. Como pode falar em nome das classes produtoras, que tem seus líderes próprios, como indústria e agricultura? Há, não resta dúvida, um ambiente de descontentamento, por ter o sr. Daudt cometido a gafe de penetrar na seara alheia, sem ao menos pedir licença.

O comércio brasileiro estará disposto a ratificar as declarações do sr. Daudt?

Estarão as classes produtoras dispostas a assumir agora uma atitude político-partidária?<sup>970</sup>

Por fim, o jornal questionava o discurso que Daudt sustentava desde a polêmica em torno da lei antitruste, de crítica à política econômica estadonovista e a natureza do regime.

Tudo indica que aquelas vibrantes declarações do sr. Daudt contra Getúlio Vargas eram todas para efeito externo e que o cordão umbilical entre o continuísta da Associação Comercial e o continuísta do governo brasileiro não desapareceu<sup>971</sup>.

Em resposta, Daudt afirmou, em discurso pronunciado na CNC, que as declarações que deu a respeito da crítica a tese da maioria absoluta foi em nome do comércio brasileiro, e que, portanto, tratava-se de “*voz de autoridade, porque, interpretando o sentimento de uma grande classe, nunca esteve a serviço de homens, mas de nobres e puras ideias*”.

Na Câmara dos Deputados, a associação entre Vargas e Daudt também ecoava. Em sessão da Câmara dos Deputados, a respeito do retorno de Vargas à Presidência da República, o deputado udenista Aliomar Baleeiro fez um discurso criticando a política econômica do ex-presidente nos anos finais de seu governo, afirmando que Vargas, “*sob a pressão do sr. João Daudt d’Oliveira mandou que o sr. Souza Costa, ministro da Fazenda, rasgasse o seu anteprojeto de lei taxando os lucros extraordinários obtidos no período de guerra e inflação*”. A informação, segundo o deputado, foi narrada por Daudt na presença de Souza Costa, durante uma reunião na Associação Comercial da Bahia<sup>972</sup>.

O *Diário Carioca* deu início a mais uma campanha contra Daudt – à semelhança do que fizera em 1945, sob a alegação de que o empresário apoiava a continuidade de Vargas na Presidência<sup>973</sup>. Ao fim de cada ano, o empresário proferia um discurso especial de encerramento dos trabalhos do Conselho de Representantes da CNC. Naquele ano, o *Diário Carioca* acusou Daudt de fazer de seu discurso uma “*plataforma de ministro da Fazenda ou da Economia*”. Afirmou ainda que o empresário, ao defender os preceitos da *Carta da Paz Social*

<sup>970</sup> Idem.

<sup>971</sup> Idem.

<sup>972</sup> A CÂMARA EM SESSÃO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 31 out. 1951. p.2.

<sup>973</sup> Cf. Capítulo 4 desta tese.

e a harmonia entre empregados e empregadores, estava, na verdade, “*aderindo à demagogia populista*”<sup>974</sup>

O discurso, publicado mais tarde por Daudt com o título de *Novembro, 1950*, é, de fato, permeado pela tese da função social do capital. Logo no primeiro tópico, *Transformação social do capitalismo*, afirma, falando novamente em nome das *classes produtoras*, que seus representantes consideravam indissociáveis a política econômica da política social e que a filantropia como solução individual havia evoluído.

O estado fez recair sobre a coletividade o ônus do sustento e da educação dos marginais e incapazes. E, por fim, os próprios responsáveis pela administração do capital tomam a dianteira na obra social do levantamento do elemento humano, juntando seus meios materiais e intelectuais para o aperfeiçoamento das condições de vida e de cultura dos empregados e trabalhadores<sup>975</sup>.

Afirmou ainda no discurso a necessidade de que Estado e iniciativa privada traçassem juntos uma política econômica para o Brasil.

Se ao Poder Público cabe a visão de conjunto, aos homens de empresa está reservada a determinação das possibilidades e a adaptação dos objetivos parciais. Temos tido a iniciativa de realizar, em nossas sucessivas reuniões e conferências, o exame coletivo das necessidades nacionais e a formulação das soluções praticáveis. Jamais invadimos o círculo reservado à ação do Governo, ao invés, vimos apelando sempre para que este execute a parte de que compete, que é o traçado das diretrizes gerais<sup>976</sup>.

No discurso, fez críticas às Comissões de Preços, “*já desprestigiadas e condenadas*”, e que só faziam “*arrefecer os reclamos da opinião pública*”<sup>977</sup>. Cobrava ainda uma postura mais incisiva do governo no sentido de buscar junto ao governo dos estados Unidos maior cooperação para com a economia brasileira e não apenas ficar no eterno aguardo de que os estadunidenses tenham a iniciativa de prestar auxílio<sup>978</sup>.

Na edição de 31 de janeiro de 1951 de seu Boletim, a ACRJ expressou otimismo com relação a volta de Vargas à Presidência da República, afirmando que o petebista recebera um apoio expressivo ao longo da campanha eleitoral e que era grande a expectativa de que agora, eleito, propiciasse as condições para o “*robustecimento das empresas, a atração de capitais*

<sup>974</sup> DAUDT DEITA PLATAFORMA DE MINISTRO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1950. p.1.

<sup>975</sup> OLIVEIRA, João Daudt. *Novembro, 1950*. Discurso proferido no encerramento da Reunião do Conselho de representantes da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, 1950. p. 4. Biblioteca PUCRS

<sup>976</sup> *Ibidem*, p. 10

<sup>977</sup> *Ibidem*. p. 11.

<sup>978</sup> *Ibidem*, p. 13.

*de investimentos, o franco apoio à iniciativa privada e às relações justas entre o capital e o trabalho, a melhor organização do crédito e da produção, o barateamento do custo de vida*”<sup>979</sup>.

A publicação incendiou ainda mais a linha crítica do *Diário Carioca* contra Daudt. Naquele período, o empresário se afastou do Brasil por umas semanas em viagens pelo continente, por conta de atividades ligadas ao CICYP, entidade que também presidia. Ao retornar, foi criticado pelo *Diário Carioca* em função de sua inércia diante da ação da Comissão Central de Preços, que, outrora havia sido motivo de insistentes protestos do empresário.

A chegada do sr. Daudt foi saudada como verdadeiramente providencial. Era ele amigo do Presidente da República, com que ainda recentemente almoçara em Petrópolis, deixando-se fotografar mais tarde, em passeio pela cidade, entre louras criancinhas.

Os dois baixinhos, igualmente gaúchos e gordos, sorriam felizes no meio da gurizada em plena lua de mel com o poder.

Mas – dolorosa surpresa – o eminentíssimo dr. Daudt não erguei a voz em defesa do comércio. A classe ficou atônita diante do silêncio do líder<sup>980</sup>.

O *Diário Carioca* afirmou ainda que tal negligência de Daudt teria reflexo no pleito a ser realizado na ACRJ<sup>981</sup>. E, de fato, assim foi. Daudt afirmou que antes de sua partida, foi acordado que os demais diretores aguardariam seu regresso para que se procedesse então à escolha dos candidatos que concorreriam às eleições. Porém, tal acordo não foi respeitado e por uma articulações de alguns diretores e demais associados, foi lançada a candidatura de Carlos de Oliveira Brandão.

Durante minha ausência, numa viagem empreendida com o objetivo principal de aproximação dos homens de empresa do Continente, alguns companheiros do Conselho Diretor, que eu convocara como colaboradores imediatos na direção administrativa da Associação Comercial iniciaram fora de tempo e fora da combinação existente, um movimento de articulação de candidaturas.

Ao regressar, fui surpreendido com a apresentação de um nome, já convidado por esse grupo, à revelia de quem era o mais graduado companheiro, não só pela investidura do presidente como pela soma de serviços prestados durante vinte anos à Associação e ao comércio<sup>982</sup>.

Daudt justificou ainda as razões pelas quais não aceitava a candidatura de Carlos de Oliveira Brandão, alegando que embora tivesse apreço por aquele empresário,

não poderia aceita-lo, não só em face da maneira por que me foi apresentado, como também por entender que um candidato à presidência da Casa de Mauá deveria reunir

<sup>979</sup> LAMARÃO, Sérgio. Anos de confronto: a ACRJ e o Estado no interregno democrático. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (orgs.). A casa do empresário: Trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. p.229.

<sup>980</sup> A NOSSA OPIMIÃO. OUTRO LIDER PARA O COMÉRCIO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1951. p.4.

<sup>981</sup> Idem.

<sup>982</sup> O DEBATE NÃO ALTEROU O ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1951. p.3.

não apenas qualidades pessoais como também uma folha de serviços prestados à Associação e à classe, que o credenciassem ao posto<sup>983</sup>.

O empresário não se candidatou ao pleito. Adotou como estratégia o lançamento da candidatura de França Filho, que contou com o engajamento de representantes de outras entidades de representação do comércio, a exemplo de Brasília Machado Neto (ACSP), Manuel Gurgel (ACRN), Mário Penna (Câmara de Comércio de Pernambuco) e Jaime Câmara (Associação Comercial de Goiás)<sup>984</sup>.

A Campanha de Carlos Brandão era apoiada internamente pelos vice-presidentes Rui Gomes de Almeida, Abel Mendes Pinheiro, Ademar Vaz de Carvalho, Alberto Paiva Garcia, Carlos Freie Zenha e Raul de Góis<sup>985</sup>.

Dos 51 diretores da ACRJ eleitos em 1949 (excluindo os membros da Comissão Fiscal), 31 apoiavam a candidatura de França Filho e 29, estavam ao lado de Brandão. França Filho havia sido deputado classista entre 1934 e 1937 e era proprietário da Confeitaria Colombo. Carlos Brandão era engenheiro civil e diretor da empresa SOMIL<sup>986</sup>. Brandão recebeu apoio do Jornal *O Globo*, que classificou de “*reinado da inoperância*” o longo período de gestão de Daudt. Desqualificando as notas de apoio à França Filho publicadas por outras associações comerciais ao longo da campanha para a presidência da ACRJ, o jornal afirmou ainda que tal publicidade era “*heterogênea e dispendiosa*”.

Esses pronunciamentos são honrosos, mas podem, quando muito, conduzir os contemplados à prática vitória moral...

(...)

Por outro lado, esses pronunciamentos solicitados também podem ser encarados como sinal de fraqueza; na realidade, o que vai decidir é o voto quantitativo dos que tem, no caso, o direito de proferir. (...) <sup>987</sup>

No tão amistoso *O Jornal* foi publicada uma nota, sem identificação de autoria, junto às demais em prol de França Filho e de Carlos Brandão, intitulada *O Comércio tem um candidato. O sr. João Daudt tem outro*<sup>988</sup>. O periódico de Chateaubriand manteve um tom de neutralidade, limitando-se a noticiar informações gerais acerca do pleito na ACRJ. Tal nota destoava da linha

<sup>983</sup> Idem.

<sup>984</sup> ELEIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1951. p.3.

<sup>985</sup> AINDA AS ELEIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1951. p.3.

<sup>986</sup> NOVOS DIRIGENTES DO COMÉRCIO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1951, Segunda Seção. p.1.

<sup>987</sup> O FIM DE UMA ERA. *O Globo*, 28 mai. 1951

<sup>988</sup> Consideramos, no entanto, que tal publicação não pode ser apontada como um sinal de ruptura entre Chateaubriand e Daudt. Deve ser compreendida dentro da dinâmica financeira dos veículos de comunicação, uma vez que Daudt não era o único anunciante dos Diários Associados pertencente a ACRJ. Recusar-se a publicar, em um contexto de esgotamento da legitimidade de Daudt no seio do setor do comércio poderia implicar na perda de publicidade por parte do grupo que ascendia de forma expressiva no setor do comércio.



adotada pelo periódico, sendo, possivelmente, uma publicação a pedido. Em tom de crítica a Daudt e a candidatura França Filho, a publicação afirmava que

A maioria dos que integram a Associação Comercial do Rio de Janeiro já está cansada das pomposas e inócuas Conferências e Cartas que, se tanto relevo davam à personalidade do seu presidente atual, em nada resultavam de concreto, de prático, de útil, ao comércio carioca, cujas reivindicações específicas se diluíam no estilizado verbalismo e platônicas generalizações daqueles torneios litero-econômicos<sup>989</sup>.

Brandão venceu a disputa com 698 votos, enquanto França Filho obteve 577<sup>990</sup>. Segundo Rodrigo Daudt, a sucessão presidencial na ACRJ causou um profundo descontentamento em seu bisavô. A chapa dissidente teria nascido, segundo Rodrigo, por conta de um desentendimento entre Rui Gomes de Almeida e João Daudt d'Oliveira. Almeida era vice-presidente da entidade desde o biênio de 1947-1949. Tinha intenções de ser nomeado presidente do Banco do Brasil e contava com uma indicação de Daudt, que não a teria feito por não o considerar suficientemente qualificado para a função. Contrariado, Almeida deu início a uma campanha contra Daudt na ACRJ, alegando que sua presença na direção da entidade representava um continuísmo aos moldes varguistas. Articulou então a campanha de Carlos Brandão. Até então, era intenção de Daudt tornar a se candidatar para uma nova reeleição, mas diante da crescente adesão à chapa oposicionista e a ideia de que era necessário barrar o continuísmo, desistiu da candidatura e apoiou França Filho. A partir daí, Daudt foi cada vez mais se afastando da representação do empresariado do comércio<sup>991</sup>.

No começo de julho de 1951, partiu para uma viagem de cinco meses, que incluía visitas a diversas localidades dos Estados Unidos e do continente Europeu. O motivo do afastamento seria um tratamento de saúde<sup>992</sup>. Brasília Machado Neto, vice-presidente da CNC, ficou responsável pela entidade<sup>993</sup>. Retornou em dezembro, mas afastou-se novamente em fevereiro, ficando ausente por mais um mês.<sup>994</sup> As eleições para a presidência da entidade foram realizadas em outubro e duas chapas foram montadas: uma, encabeçada por Brasília Neto e a outra por França Filho. Brasília Neto foi o vencedor do pleito.

<sup>989</sup> O COMÉRCIO TEM UM CANDIDATO. O SR. JOÃO DAUDT TEM OUTRO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1951. p.2.

<sup>990</sup> CARLOS BRANDÃO, O NOVO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1951. p.1.

<sup>991</sup> DAUDT, Rodrigo. João Daudt d'Oliveira: um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas direções, 2015, p. 219.

<sup>992</sup> AS CLASSES PRODUTORAS E OS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO PAÍS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1952. p.3.

<sup>993</sup> SEGUE HOJE PARA OS ESTADOS UNIDOS O SR. JOÃO DAUDT. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1951. p.4.

<sup>994</sup> NOVA DIREÇÃO DOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DA CNC. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1952. p.8.

A partir de então, Daudt afastou-se de maneira radical de suas atividades como representante do empresariado do setor do comércio, inclusive da presidência do CICYP, tendo como sucessor Brasília Neto<sup>995</sup>. Nomeado pouco tempo depois da posse de Vargas para o conselho do BNDE, afastou-se do banco em dezembro de 1952<sup>996</sup>.

A ACRJ configurou-se como uma entidade crítica ao governo Vargas, especialmente com relação a crítica a interferência do Estado na economia e a manutenção de uma legislação social, encarada como demasiado benevolente para com os trabalhadores e com exorbitante ônus para os empregadores<sup>997</sup>.

Daudt ficou quase 15 anos sem retornar a ACRJ. Regressou a entidade em 1963 para receber o diploma de “*benemérito dos beneméritos*” das mãos de Rui Gomes de Almeida e de Pedro Magalhães Correia<sup>998</sup>. Na cerimônia, alegou que o longo afastamento era em função de problemas de saúde. Naquele mesmo ano, recebeu o título de presidente de honra da CNC<sup>999</sup>. Embora a saída da Associação tenha sido repleta de críticas da chapa que se opunha a sua gestão, o nome de Daudt nas publicações da entidade após a sua saída era sempre carregado de elogios ao seu trabalho no processo de expansão e na criação e estruturação da CNC, do Sesc e do Senac.

Após, portanto, anos dedicando-se aos seus negócios pessoais e distante da dinâmica econômica das entidades de representação do empresariado, Daudt faleceu, no dia 2 de outubro de 1965.

\*\*\*

Ao longo deste último capítulo, foi possível observar que embora a legitimidade de Daudt como líder do empresariado do comércio tenha sobrevivido à queda de Vargas, sua influência junto ao novo governo precisou ser construída. O ano de 1946 foi particularmente marcado por esforços nesse sentido, conforme apresentamos na primeira seção deste capítulo. Para a obtenção do consenso junto aos demais membros da ACRJ, que congregava pessoas que defendiam as teses de uma política econômica mais liberal, conforme propôs Eugênio Gudin anos antes, foi necessário ao empresário diluir em seu argumento a reivindicação por uma

---

<sup>995</sup> PREJUDICIAL À LIVRE EMPRESA O INTERVENCIONISMO ESTATAL. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1956. p.7.

<sup>996</sup> EXONERADO O SR. JOÃO DAUDT D’OLIVEIRA. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1952. p.4.

<sup>997</sup> LAMARÃO, Sérgio. Anos de confronto: a ACRJ e o Estado no interregno democrático. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (orgs.). *A casa do empresário*: Trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. p.230-231.

<sup>998</sup> GOVERNOS ENGAVETAM AS SOLUÇÕES DA ACRJ. *Correio da Manhã*, 12 set. 1963, p. 13.

<sup>999</sup> CNC CONFERE DIPLOMA A EX-PRESIDENTE. *Correio da Manhã*, 9 out. 1963, p. 13.

planificação econômica, mas defendendo arduamente que o governo traçasse diretrizes com relação aos rumos de sua política econômica – e principalmente, que o empresariado fosse chamado a opinar nesse processo.

No decorrer dos anos do governo Dutra, embora fosse um crítico de muitas de suas medidas econômicas – especialmente as referentes aos impostos e a ação de fixação de preços de gêneros de primeira necessidade, atribuíam os problemas enfrentados a erros cometidos pelo governo do Estado Novo. O regime anterior, tão elogiado ao longo de sua vigência, era agora impiedosamente criticado em grande parte dos discursos do empresário. Manter-se desvinculado de Vargas e crítico ao seu governo garantiu a Daudt uma relativa paz até as articulações para a realização do novo pleito.

O período democrático veio acompanhado de uma intensa mobilização dos trabalhadores, que conseguiram expressivo poder de pressão em prol do atendimento de suas reivindicações trabalhistas. A gestão de Daudt à frente da CNC concentrou-se na construção de mecanismos de bem-estar e qualificação aos empregados, conferindo-lhe prestígio junto aos trabalhadores. Senac e Sesc constituíram, portanto, a concretização dos princípios da *função social do capital*, que vinham sendo defendidos por Daudt desde o ano de 1944, quando debateu sobre o tema na Conferência Internacional de Rye, nos Estados Unidos.

Embora possamos considerar o período analisado como o apogeu de Daudt na liderança do empresariado do comércio e das chamadas *Classes Produtoras*, levando em conta ainda o êxito da II Conclap e a sua aproximação com a Sociedade Rural Brasileira, tão expressiva entidade de representação do empresariado do setor da agricultura, também observamos três aspectos que marcam o fim de sua longa trajetória como líder incontestado do setor do comércio. A não inclusão da América Latina no Plano Marshall foi para o empresário uma clara decepção. Consolidava o abandono do discurso do pan-americanismo, que pela boca de Franklin Delano Roosevelt e reforçado pelo *amigo americano* Nelson Rockefeller o conquistou no começo dos anos 1940. Outro aspecto que marca esse período são as primeiras fissuras no seio do empresariado do setor do comércio desde a primeira eleição de Daudt para a presidência da ACRJ. A denúncia de má administração dos recursos do Sesc, feita um dos diretores da CNC e amplamente divulgada pelo jornal *Diário de Notícias* são indícios de havia já forças que se opunham à liderança de Daudt. Porém, o aspecto fatal foi mesmo a aproximação do empresário com Vargas. Embora muito mais expressiva na intimidade de suas correspondências do que nos seus discursos públicos ou nos editoriais das publicações da ACRJ e da CNC, a defesa da posse do presidente eleito, na polêmica discussão em torno da maioria absoluta dos votos, foi o

suficiente para que se desencadeasse uma campanha feroz da imprensa contra Daudt, identificando o empresário como uma liderança *varguista* – que se valia de práticas *populistas* e de estratégias de continuísmo no seio da ACRJ e da CNC.

Mesmo prestigiado internacionalmente, sendo o líder do CICYP, Daudt enfrenta pela primeira vez desde 1942 uma oposição na ACRJ. Sua estratégia de sair de cena e apoiar França Filho fracassa. Não foram encontradas evidências de que Daudt mantivesse alguma pretensão política no novo governo Vargas, mas sua postura de sinalizar apoio ao presidente fez ruir os pilares que sustentavam sua representatividade junto ao empresariado do comércio.

O grupo ligado a ACRJ e a CNC, além de não apoiar, também se opôs, nos anos seguintes, ao segundo governo varguista. Daudt, apesar da **distância estratégica** que manteve de Getúlio ao longo de todo o governo Dutra, carregava, além do apoio pessoal ao presidente, traços políticos da experiência varguista que se imprimiam em sua atividade enquanto representante do empresariado. Investia na publicidade de sua imagem aos moldes *dipistas*, não só para divulgar suas empresas particulares, mas para fazer publicidade de si próprio enquanto liderança do empresariado. Sua relação pessoal de amizade com Assis Chateaubriand, os vultuosos contratos de anúncios nos veículos dos *Diários Associados* e sua presença diária nos periódicos do magnata da comunicação no Brasil são elementos que comprovam tal aspecto. Sua relação com os trabalhadores do comércio também apresenta aspectos que remetem ao pacto do *trabalhismo* varguista, uma vez que Daudt chega a investir na data festiva do Dia do Comerciário para *presenteá-los* com estruturas do serviço social do comércio, a exemplo da Escola Modelo do Senac, no Distrito Federal, inaugurada com toda a pompa e ampla publicidade no dia do comerciário, em 1949.

Seu pensamento quanto a política econômica também guarda semelhanças com a orientação **centralizadora** e **nacionalista** de Vargas, ao defender um projeto de planificação econômica centrado na atividade industrial, tal como Roberto Simonsen o fez no CNPIC. Tais características foram, pois, incompatíveis com o pensamento majoritário do setor do comércio já em tempos de república trabalhista. Se Daudt, que vinha de uma trajetória de ascensão como representante do empresariado, almejou em algum momento que conseguiria mais êxito com Vargas na Presidência da República, frustrou-se. Vargas volta, mas nos braços das massas populares, e não do empresariado, especialmente o do setor do comércio. O pensamento de Daudt torna-se incompatível com o do setor que representava.

## CONCLUSÃO:

Questões como a *força* e a *capacidade de mobilização* em torno de ações coletivas permeiam a abundante literatura analítica acerca do empresariado enquanto um ator político e ao longo da realização desta pesquisa, buscou-se atentar para esses dois aspectos por meio da análise da trajetória de João Daudt d'Oliveira. Daudt teve expressiva atuação na representação dos interesses do empresariado e pautou-se, em boa parte de sua trajetória, pela ambição de ser um porta-voz, não só do setor do comércio, mas daquilo que ele definia por *classes produtoras* – englobando também a indústria e a agricultura.

Para não incorrer na ilusão de considerar o *trajeto* como *projeto*, necessário se faz considerar que é a partir de 1932 que a representação dos interesses do empresariado passa a ser um aspecto expressivo na vida de Daudt. Até então, tratava-se de um empresário que seguia os passos de seu tio na administração da empresa familiar, buscando ampliar seu *capital econômico* por meio da publicidade em jornais e pela inserção em redes políticas junto as quais tivesse livre acesso para levar suas demandas quanto a questões de ordem política e econômica que incidissem sobre a sua atividade empresarial.

Sua entrada na Faculdade de Direito de Porto Alegre o aproxima da nova geração do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), especialmente de Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Firmino Paim. Embora tenha ele próprio se definido como um *soldado raso* do PRR, coloca-se à disposição do partido para negociações com políticos do Distrito Federal, valendo-se de sua inserção nesses círculos por conta de laços familiares com os Simões Lopes e com o jornalista Alexandre Gasparoni.

Seu ingresso na ACRJ e a expressividade que adquire naquela entidade deve-se a fatos relacionados a Serafim Valandro. A convite de seu conterrâneo, Daudt ingressa na entidade em 1930, não como um vice-presidente, mas na função tímida de diretor, como outros tantos. Sua relação com o empresariado ligado a ACRJ se modifica em função das articulações do Partido Economista. Valandro conta com Daudt para levar a frente uma aspiração do empresariado carioca manifestada em décadas anteriores, de atuar politicamente de maneira incisiva e assim fundam o Partido Economista. Com a morte de Valandro, em 1934, Daudt assume a presidência do partido e a partir de então, sua atuação na representação do empresariado aumenta de maneira expressiva.

A tese parte de uma pergunta inicial, que deu origem a este trabalho: como Daudt conseguiu unificar interesses do setor do empresariado – especialmente do comércio e da

indústria – e articular a criação de políticas de bem-estar social via instituições privadas de serviço social? Alguns fatores analisados auxiliam no entendimento e na resposta desta questão.

Em **primeiro lugar**, os interesses pessoais de Daudt não eram exclusivos do comércio. Ele era também um industrial. Pensava de maneira semelhante a lideranças do setor da indústria em alguns aspectos, especialmente quanto ao papel do Estado no fomento à economia. Tal aspecto se faz presente em seus discursos especialmente pós-1937.

Um **segundo fator** é a proximidade de Daudt junto aos grupos políticos que ascendem ao poder com a Revolução de 1930. Possuía acesso e prestígio junto à elite política gaúcha envolvida na Aliança Liberal, pois ele fazia parte dela e desta forma, pressupunha-se que teria facilidade em negociar questões do interesse do empresariado junto a grupos com poder de decisão no campo econômico. Em que pese sua ruptura temporária com Vargas entre os anos de 1932 e 1937, a relação com o presidente e com seus ministros foi pautada pelo fácil acesso e o diálogo, especialmente ao longo do Estado Novo.

O **terceiro aspecto** consiste na defesa da função social do capital como estratégia para a harmonia de interesses entre capital e trabalho. Esse argumento está presente no discurso de Daudt ao longo da Conferência Internacional de Rye e mantém-se até o fim de sua trajetória como representante do empresariado. Longe de ser uma característica subjetiva de um homem caridoso e altruísta, tal proposta carrega consigo alguns elementos. Inicialmente, a *discreta influência do pensamento católico no Brasil em sua trajetória* – em especial de Alceu Amoroso Lima, intelectual e amigo de Daudt. Vale lembrar que o primeiro envolvimento expressivo de Daudt com a organização de entidades de serviço social acontece em 1937, quando desempenhou a função de vice-presidente da Associação de Educação Familiar e Social, dirigida por Amoroso Lima. Tal envolvimento não pode ser associado como interesse por apoio político da LEC ao Partido Economista, já que se mantém e se amplia ao longo de contextos políticos posteriores ao encerramento do partido, a exemplo do envolvimento de Daudt com Ação Social Arquidiocesana (ASA), entidade criada em 1944. Mas também deve ser compreendida em seu *contexto político*: a lenta agonia do Estado Novo em um contexto de mobilização das massas urbanas abria brechas para que a esquerda ampliasse sua presença junto aos trabalhadores. Ao passo que também era de interesse do empresariado em que os instrumentos de bem-estar social não tivessem como fonte única o Estado, conforme apontamento feito por Ignacio Delgado<sup>1000</sup>.

---

<sup>1000</sup> DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 136. Cf. Capítulo 5 desta tese.

Daudt torna-se, portanto, uma liderança dentro de seu grupo. Se tomarmos as análises de Gramsci como parâmetros para responder à questão inicial, vamos nos aproximar do conceito de *intelectual orgânico*<sup>1001</sup>: Daudt tem o papel de liderança dentro de seu grupo social, possui reconhecimento e confiança de seus pares e atua como porta-voz dos interesses das *classes produtoras* junto ao Estado.

Nesse sentido, o contexto político entre 1930 e 1945 também é favorável a construção do consenso entre as *classes produtoras*. A economia brasileira se fecha em decorrência, principalmente, da redução do fluxo de comércio – em especial a partir de 1937, por conta do colapso cambial e também da Segunda Guerra Mundial. Comércio e indústria voltam-se para o mercado interno e há uma expressiva convergência de seus interesses. Após 1945, o contexto se modifica, em especial, por conta das condições que permitem mais ampla abertura comercial, ao passo que o empresariado da indústria mantém as reivindicações por políticas de caráter protecionista.

Outro ponto que a análise da trajetória de Daudt permitiu acompanhar de maneira expressiva foram diferentes estratégias de atuação política do empresariado. Nesse sentido, a pesquisa aproxima-se do entendimento de Maria Antonieta Leopoldi quanto ao papel do empresariado, que não se limita ao de expectador de uma trama protagonizada pela conjunta econômica internacional e pela ação do Estado. Leopoldi contesta a tese de que o empresariado – em especial do setor da indústria – procura não se envolver com política, pelo menos até a década de 1950. Trazendo como contribuição à pesquisa aqui apresentada, é possível corroborar com essa afirmação. A experiência do Partido Economista inclui a participação direta de empresários como Francisco de Oliveira Passos, Serafim Valandro e o próprio João Daudt d'Oliveira. Além disso, outra estratégia de participação do empresariado, visível no período pós-1945 aqui analisado, é a estratégia de não se manifestar de maneira ostensiva diante de candidaturas em disputa e não se contrapor aos novos governantes, para que, após a eleição, fosse possível entrar na coalização política e tecer ali estratégias de inserção junto ao novo governo, em uma lógica que Leopoldi define como *estratégia do pragmatismo*<sup>1002</sup>, visível neste trabalho especialmente no auge do processo de redemocratização de 1945.

A fundação e a atividade do Partido Economista do Brasil naquele ano de 1932, em que pese a sua efemeridade por conta do contexto político que rapidamente se fechou à dinâmica democrática, é por si uma construção coletiva de setores do empresariado no sentido de

---

<sup>1001</sup> Cf. GRAMSCI, Antonio. Escritos políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2

<sup>1002</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. Política e interesses. P. 26-30.

formular uma plataforma de ação política conjunta. Foi naquele contexto que Daudt elaborou seus primeiros discursos públicos, expressando seu pensamento acerca da organização econômica e social. Nesta fase, observa-se que o empresário se alinha a princípios liberais ao optar pela via do partido político e não a representação profissional das *classes produtoras* na política. Além disso, critica o protecionismo – apesar de sua proposta de construção de uma plataforma política em conjunto também com industriais – e condiciona a legislação social a plena concordância do empresariado, uma vez que entende que cabia ao Estado fomentar a economia e fornecer condições para o êxito das atividades econômicas para que então fosse possível a construção de uma legislação trabalhista eficaz. Criar tal legislação desobedecendo essa condição, nas palavras de Daudt conduziram a uma situação onde “*Os operários acabariam por ter todos os direitos, sem ter onde exercê-los*”.

Com a dinâmica política que conduziu a um regime político cada vez mais autoritário, Daudt aproveita-se de canais onde pode exercer influência no sentido de representação dos interesses do setor do comércio, a exemplo do Conselho Nacional de Política Industrial e da Comissão de Planejamento Econômico. Além disso, seu acesso a ministros foi amplo ao longo da ditadura varguista. Nesse contexto, seu discurso incorpora elementos que continuarão presentes até o fim de sua trajetória. A defesa da participação incisiva do Estado no sentido de construir, junto com a iniciativa privada, um planejamento econômico, no qual a indústria teria peso expressivo. Tal aspecto convive com o apreço de Daudt aos Estados Unidos e às suas instituições, mas não de modo conflitante. O empresário tem apreço às instituições estadunidenses e chega a propor que o Brasil se espelhasse na estrutura educacional desenvolvida naquele país, tão marcada pela presença da iniciativa privada, especialmente nas instituições de Ensino Superior. No entanto, a proposta não é generalizada para outros setores. O empresário, em diversos momentos, considera equivocado o puro transplante de modelos institucionais estadunidenses, em função da *diferença das trajetórias históricas dos dois países*. Na obra *O destino de dois povos*, Daudt leva em elementos como diferenças entre os modelos de colonização experimentados, entre os agentes colonizadores e também com relação aos aspectos geográficos brasileiros e estadunidenses. Seu interesse com relação aos Estados Unidos concentra-se de modo expressivo na cooperação do ingresso de capital naquele país em investimentos que fomentem a economia brasileira, especialmente no pós-guerra. A ilusão com os rumos tomados pós-1945, especialmente com o Plano Marshall, frustra de maneira profunda a Daudt, bem como a Simonsen, Dutra e todos os que, em certa medida, esperavam que o discurso da cooperação *pan-americana* de Roosevelt sobrevivesse em tempos de paz.



O esgotamento da representatividade de Daudt entre o empresariado ocorre também nesse contexto. Em que pese o sucesso em manter-se ativo e chegar ao apogeu de sua trajetória, sobrevivendo com êxito à transição para o período democrático e formulando iniciativas como a II Conferência das Classes Produtoras, os elementos que lhe conferiram tal legitimidade já não se sustentam. Os pilares de seu pensamento, que carregavam aspectos que viabilizaram a construção de discursos em comum com o setor da indústria já não mais eram de interesse do setor do comércio. Uma **presença incisiva do Estado no campo econômico e um modelo que tinha a indústria como protagonista do desenvolvimento nacional** já não agradava o grupo o qual Daudt representava. Seu **vínculo pessoal com o governo eleito em 1950**, longe de ser do interesse do empresariado do setor do comércio como uma possibilidade de garantir diálogo facilitado para a representação de seus interesses, é encarado como ponto negativo, já que parcelas expressivas do grupo fazem oposição a Vargas. Daudt é associado a elementos que esse grupo critica em Getúlio: *continuismo*, *dipismo* e visão ligada a uma ação interventora do estado. A questão de seu **papel mediador com relação aos empregados do comércio via iniciativas no serviço social** do comércio já não são eficazes. Já em 1949, não consegue evitar o dissídio coletivo da categoria, mesmo após investir na estratégia varguista ao tentar costurar um pacto com os comerciários: a expansão de unidades do Senac e Sesc em troca de cooperação nas negociações com os empregadores. Encerra-se, assim, a longa trajetória de João Daudt de Oliveira na representação dos interesses do empresariado.

A análise da trajetória de Daudt nos conduz a múltiplos *campos* e permite observar suas dinâmicas, conflitos e construção de consenso entre diferentes atores. Longe de viabilizar uma narrativa marcada por uma sequência coerente de fatos, revela ambiguidades, afastamentos, reaproximações e até mesmo contradições – especialmente se observarmos os esforços do próprio empresário em sua narrativa autobiográfica, divulgada nas páginas d' *O Jornal de Assis Chateaubriand*, onde Daudt investia quantias generosas em contratos publicitários para suas empresas. Ora um humilde caixeiro que ascendeu socialmente por mérito de seus próprios esforços e tornou-se sócio da empresa onde trabalhava, ora um jovem que frequentou boas instituições de ensino no Rio Grande do Sul, recebendo a mesma formação que o presidente Vargas, nos bancos da Escola Brasileira e na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Por fim, por meio da análise de sua trajetória é possível compreender bem mais que os dilemas e aspirações de um empresário que se esforçou por longos anos para ter a legitimidade da representação dos interesses das *classes produtoras*. É possível analisar aspectos específicos das próprias *classes produtoras*: seus interesses, elementos que viabilizavam estratégias de ação

coletiva e fatores que limitavam a construção do consenso e geravam fricção entre o empresariado.

**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Alzira Alves. BERLOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. 20ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ACRJ. *Os assinantes da praça, 1934-1984*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. GONÇALVES, Leandro Pereira. Martinho Nobre de Melo e a União dos Interesses Económicos: A defesa da Representação Profissional no Jornal O Século. *Historiæ*, Rio Grande, 7 (2): 9-27, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/6719/4407>>.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. 2012.

AQUINO, Arthur. *A controvérsia do planejamento econômico e a consolidação do projeto industrialista (1943-1945): liberalismo e desenvolvimentismo em luta pela hegemonia*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

ARAGÃO, Lívia. Pilotis contam história da Universidade. *Jornal da PUC*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 15 out. 2007. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=692&sid=20>. Acesso em: 17 dez. 2016.

ARAÚJO, André. O Clube dos Testas de Ferro e o Canal Brasil-EUA. *Revista GGN*, 15 mai. 2015. Atualizado em 21 mai. 2015. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/o-clube->

dos-testas-de-ferro-e-o-canal-brasil-eua-por-andre-araujo. Acesso em: 18 dez. 2016. <http://jornalggn.com.br/noticia/o-clube-dos-testas-de-ferro-e-o-canal-brasil-eua-por-andre-araujo>.

AZEVEDO AMARAL. *O Estado autoritário e a realidade nacional*, copyleft, 2002 (e-book).

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das Associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22, jun. 2004.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (2): 2009,

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal*. Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado. Universidade do estado do Rio de Janeiro, 2009,

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social. Papéis, Normas E Relacionamentos Externos Em Famílias Urbanas Comuns* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. 9 ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 4 fev. 2015.

CAMARGO, Aspásia [et, al]. *O golpe silencioso: as origens da República Corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2. ed. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARONE, Edgard. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Anais*. Rio de Janeiro, 1943. 1º volume.

CORSI, Francisco Luiz. O I Congresso Brasileiro de Economia. *História econômica & história de empresas IX*. 2 (2006).

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. 5ª ed. São Paulo, 1987. p. 396

COSTA, Lígia Militz. *Felippe d'Oliveira: vida e obra*. In: COSTA, Lígia Militz. MOREIRA, Maria Eunice. SANTOS, Pedro Brum. (orgs.) *Felippe d'Oliveira. Obra Completa*. 2 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2016.

CUNHA, Saulo Rodrigo Moreira da. NASCIMENTO, Luciana Marino do. Imagem da saúde: a medicalização da mulher em propagandas de fármacos do início do século XX. *Revista Seringal de Ideias*. Rio Branco, UFAC. 2009. v.2. p.11.-12. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-seringal-de-ideias/edicoes/edicao-02-2009/artigos/imagem-da-saude-a-medicalizacao-da-mulher-em-propagandas-de-farmacos-do-inicio-do-seculo-xx>>. Acesso em 12 ago. 2014.

DAUDT, Rodrigo. *João Daudt d'Oliveira*. Um homem à frente de seu tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2015.

DAUDT FILHO, João. 2 ed. *Memórias*. Santa Maria: Ed.UFSM. 2003.

DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés*. Estado e associações empresarias em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

\_\_\_\_\_. *Burguesia e estado – O caso de Minas Gerais: a Estratégia de um revés*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

\_\_\_\_\_. O Empresariado Industrial e a Gênese das Políticas Sociais Modernas no Brasil. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 135-160, 2007

\_\_\_\_\_. *Previdência Social e Mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: Ltr, 2001.

DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato. *Empresariado nacional e estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, Coleção Brasil - Análise & Crítica, 1978

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999,

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. História do Brasil. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 343-346

\_\_\_\_\_. *O pensamento nacionalista autoritário. (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 76.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org). *O Brasil republicano*. 2 ed, Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FONSECA, Joaquim Roque da. Relações comerciais luso-brasileiras. 29 abr. 1937. In: FONSECA, Joaquim Roque da. *Portugal-Brasil*. Portugal-Brasil. [s.l. : s.n.], imp. 1942. Lisboa: Sociedade Nacional de tipografia. 43, [3] p. Biblioteca Nacional Portuguesa.

FONTES, Carlos. *Feira Popular de Lisboa: diversão e poder*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação). ISCTE, Lisboa, 1999.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>>. Acesso em 24 nov. 2014.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

\_\_\_\_\_. A representação classista na constituição de 1934. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, FGV, vol. 21, n.3, jul/set. 1978.

\_\_\_\_\_. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) *Regionalismo e Centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005 p.112.

\_\_\_\_\_. *Burguesia e Trabalho*. Política e legislação social no Brasil – 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. Confronto e compromisso com o processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. (org.). *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 2007. Tomo III: O Brasil Republicano, v.3: Sociedade e política (1930-1964).

\_\_\_\_\_. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993,

\_\_\_\_\_. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 3v.

\_\_\_\_\_. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro. (coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

GOMES, Angela de castro. SCHIDT, Benito Bisso (org.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.



GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012, P.281

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2,

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. *História*, São Paulo, 28 (2): 2009, p.303-338.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das *social network analysis*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 6, dezembro de 2011.

HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58. p. 263-289 - 2009

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Bilros*, Fortaleza, v.4, n.6, p. 11-29, jan-jun. 2016. Seção artigos.

LEAL, Elisabete. Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. *MÉTIS: história & cultura* – v.2, n.3, p.109-127, jan. /jun. 2003.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de

Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. v.2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 115-116

\_\_\_\_\_. Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política econômica e o estado. São Paulo: Paz e terra, 2000.

LEVILLAN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: Os anos críticos – 1934-1938*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIRA NETO. *Getúlio. 1882-1930. Dos anos de formação à conquista do Poder*. São Paulo Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Getúlio. 1930-1945. Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letas, 2013.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na cidade imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Petrópolis: Artég, 2008.

MADUREIRA, Nuno Luís. *A Economia dos Interesses: Portugal entre guerras: Temas de História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (dir). História geral da Civilização Brasileira. *O Brasil Republicano*. Economia e Cultura (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Sociologia Política*. Curitiba n., 28, jun. 2007.

MANIFESTO POLÍTICO – OS ACADÊMICOS CASTILHISTAS AO RIO GRANDE DO SUL. In: VARGAS, Getúlio: *discursos* (1903-1929). (org.) AITA, Carmen. AXT, Gunter. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. 2ª edição p.80.

MARINGONI, Gilberto. Os personagens e as ideias. In: TEIXEIRA, Aloísio. MARINGONI, Gilberto. GENTIL, Denise. *Desenvolvimento*. O debate pioneiro de 1944-1945. IPEA: Brasília, 2010

MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio – 173 anos de desenvolvimento: a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil*. Opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal ltd. s/d. p. 15.

MONTAGNER, Miguel Angelo. *Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdiesiana*. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan. /jun. 2007,

MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil*. A vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.141

MOREIRA, Regina da Luz. Entre a herança e a metamorfose: a ACRJ, as comemorações do 1º centenário e a Era Vargas. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009.

MOREIRA, Regina da Luz. Os diários pessoais e a (re)construção histórica. Dossiê Diário de Vargas. *Estudos históricos*, 1996 – 17. p.178

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2 ed. Belo Horizonte> Editora UFMG, 2008.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria (RS): Os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais (1830-1891)*. Dissertação de mestrado. (Mestrado em História). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

NOVIS, Marta Maria de Faro. *Os Daudt*. Concurso Talentos da Maturidade. 2011. Disponível em: <<https://www.talentosdamaturidade.com.br/trabalho/26713/24808>>. Acesso em 15 dez. 2014.

OLIVEIRA, João Daudt. *O destino de dois povos*. Rio de Janeiro, 1943.

OLIVEIRA, João Daudt. *O ensino comercial*. A Universidade do Comércio. Rio de Janeiro: s/ed, 1943.

OLIVEIRA, Monica Ribeiro. Reflexões teórico-metodológicas sobre a história da família no Antigo Regime. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

PANDOLFI, Dulce Chaves. GRYNSPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: A depuração das elites - *Revista de Sociologia e Política*. n. 9, 1997

PANDOFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a ideia de industrial. *Análise Econômica*. Porto Alegre, faculdade de ciências econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano 4, n.7, novembro de 1986, p.4. disponível em <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10253>. Acesso em 24 nov. 2014.

PIMENTA, Tânia Salgado. COSTA, Ediná Alves. O exercício farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out/dez. 2008, p. 1017.

PINHEIRO, Letícia. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista da USP*. São Paulo (26): junho/agosto 1995.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p. 18, jan-abr 2014.

PISTÓIA, Cristiane Debus. *Violência física, material e moral no Rio Grande do Sul (1889-1920)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

POPINIGIS, Fabiane. De “classes conservadoras” a “classes produtoras”: a atuação da Associação Comercial do Rio de Janeiro durante a Primeira República. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Leituras cotidianas*, nº 135. set. 2005. Disponível em: [http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a\\_70\\_anos\\_da\\_alianca\\_nacional\\_libertadora.htm](http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm) >. Acesso em 13 de junho de 2010.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos históricos*. 1998 – 21. Tradução: Dora Rocha.

QUITANEIRO, Tânia. O mercado farmacêutico brasileiro e o esforço de guerra norte-americano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (RJ). N.29, 2002

SANT’ANNA, Mara Rúbia. De perfumes ao pós: a publicidade como objeto histórico. *Revista Brasileira de História*, vol. 32, no 64, p. 308.

SCHIAVON, Carmen G. Burget. *Estado Novo e relações luso-brasileiras*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SCHIMIDT, Benito. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto. In: GUAZZELI, César Augusto Barcellos et al. (Org.). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SCHMITT, Tatiâne. *A mídia exterior da cidade de Porto Alegre: a trajetória do meio durante o século XX até os dias atuais*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SERIEYS, Jacques. *Le patronat français au coeur de la 3ème république* (28 novembre 1910 1er août 1914). Parti de Gauche. Midi-Pyrénées. Midi Populaire et Citoyen, 2016. Disponível em: <<http://www.gauchemip.org/spip.php?article5421>> . Acesso em 29 dez. 2016;

SILVA, Salomão L. Quadros. A Era Vargas e a economia. In: In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 378-386;

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUSA, Diogo Tourino. PERLATTO, Fernando. Intelectuais, pensamento social e os embates sobre a interpretação do Brasil. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.30, n.1, p.34-35., 2010.

TAVARES, Ana Lúcia de Lyra. *A Constituinte de 1934 e a representação profissional*. Estudo de direito comparado. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

TEIXEIRA, Aloísio. GENTIL, Denise Lobato. O debate em perspectiva histórica. In: TEIXEIRA, Aloísio. MARINGONI, Gilberto. GENTIL, Denise. *Desenvolvimento*. O debate pioneiro de 1944-1945. IPEA: Brasília, 2010

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP* Rio de Janeiro 40(1):27-55, jan. /fev. 2006.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano*. Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNION DES INTÉRÊTS ÉCONOMIQUES. *Programme Économique*. Édition du “Réveil Économique”. 18, Rue de la Grange-Bateleère, 18, Paris (9). 1919.

UNIÃO DOS INTERESSES ECONÔMICOS. *Programa mínimo da Lei Orgânica da União dos Interesses Econômicos*. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Espólio Pinto Quartin. 532 p.305.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 1. (1930-1936).

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 2. (1937-1942).

VELLOSO, Mônica Pimenta. As modernas sensibilidades brasileiras. *Nuevos Mundos*, jan. 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, Nívea Silva. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definições e redefinições das políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro (1869-1934)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

VISCARDI, Cláudia. A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos. In: PAREDES, Marçal de Menezes. GONÇALVES, Leandro Pereira. ABREU, Luciano Aronne. SILVEIRA, Helder Gordim. (ORG). *Dimensões do poder: história, política e relações internacionais*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.



\_\_\_\_\_. A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil. In: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Palomanes. (orgs). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012

WARNER, Malcolm (ed.). *International Encyclopedia of Business and Management*. 2nd ed. London: Thomson Learning, Vol.4, 2002. p. 3193.

ZANON, Maria Cecília. A Sociedade Carioca da Belle Époque nas Páginas do Fon-Fon! *Patrimônio e Memória*, Unesp/FCLAs/Cedap, v.4, n.2, p.225-243, jun. 2009

## **BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA**

ALONSO, Ângela M. *Ideias em movimento – a geração 70 na crise do Brasil – Império*. Tese de Doutorado. (Doutorado em História). FFLCH, São Paulo, 2000.

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.

BARBOSA, Gilmara Maria de Oliveira. *O Poder Judiciário e a implementação da política antitruste no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Ipea, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974

BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CAVALCANTI, T. Notas e comentários. In: BONNARD, R. *Sindicalismo, corporativismo e estado corporativo*. Rio de Janeiro: F. Bastos. 1938.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: as formações das tradições. 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRUZ, Sebastião Velasco. *Empresários e o regime no Brasil: a campanha contra a estatização*. Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política/Universidade de São Paulo, 1984

DE DECCA, Edgard S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo. 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989

DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato. Olha o empresariado aí, minha gente. In: *Revista Insight*, abr - jun: 2002

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUBOIS, Jean-Etienne. *Le, con d'histoire pour une droite dans l'opposition? les mobilisations de droite contre le Cartel des gauches dans la France des années Vingt*. Histoire. Université Blaise Pascal - Clermont-Ferrand II, 2013.

DUQUE FILHO, Alvaro Xavier. *Política internacional na revista Diretrizes (1938-1942)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONTELLA, Matheus. *Sociologia Econômica: Compilação Comentada de Obras de Interesse em 122 Temas*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Grupo de pesquisa “Trabalho na sociedade contemporânea”. Porto Alegre, 2011.

FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico do Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, v.1, n.1, 1965.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 187.

GRAMSCI, Antonio. *Poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990

GUDIN, Eugenio. SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea/INPES, 1977.

HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. *Eletricidade no Brasil da Primeira República – A CBEE e os Guinle no Distrito Federal. (1904-1923)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2012.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil (1930-1961)*. Ph.D. Thesis. Oxford : University of Oxford, 1984.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das comissões verificadoras de poderes (estabilidade e dominação política, 1894-1930)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986.

MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. *Dados* [online]. 2004, vol.47, n.3, pp.505-547. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000300003>.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: CPDOC/FGV. *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: Ed. UnB, 1983

\_\_\_\_\_. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento (introdução à crise brasileira)*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.

MATTOS, Hélio Jaguaribe Gomes de. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Fiesp/Ciesp Serv. de Publicações, 1956.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Martinho Nobre de. Ritmo novo. In: MELLO, Martinho Nobre de. *Rumo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MENDES, Maralúcia Rodrigues. *Entre o "saber" e o "poder": os políticos profissionais do governo castilhista (1891-1900)*. Porto Alegre). Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Ciência Política). PPGCP/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

MORAES, Denis. VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad. 1997

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. *O papel da coalização empresarial brasileira e as negociações da ALCA*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003

OLIVEIRA VIANNA. *O idealismo na Constituição*. 1927.

PAYNE, Leigh. *Brazilian Industrialist and Democratic Change*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1994

PIÑEIRO, Theo Lorarinhas. Os negociantes e suas entidades no Império do Brasil. In: MOREIRA, Regina da Luz. FONTES, Paulo (Orgs.). *A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FVG/ACRJ, 2009.

POWER, Timothy. DOCTOR, Mahrukh. *The resilience of corporatism: continuity and change Brazilian Corporatist Structures* (Documento de trabalho do centro de estudos brasileiros da Universidade de Oxford), 2002.

PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

RICCI, Paolo. ZILINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 91-105, mar. 2013. Dossiê Anos 20 – Crise Política. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

RODRIGUES, André Iribure. *MPM Propaganda: a história da agência dos anos de ouro da publicidade brasileira*. Porto Alegre, 2002. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campos, 1987.

SCHMITTER, Philippe; STREECK, Wolfgang. *The Organization of Business Interests: studying the associative action of business in advanced industrial societies*. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG), 1999.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Business Politics and the state in 20th Century Latin América*. New York: Cambridge. University Press, 2004

STREECK, Wolfgang. Business Associations. In: BECKERT, Jens; ZAFIROVSKI, Milan. *International Encyclopedia of Economic Sociology*. London and New York: Routledge, 2006

STREECK, HASSEL, Anke. Interest Group Organization. In: WARNER, Malcolm (ed.). *International Encyclopedia of Business and Management*. 2nd edition. London: Thomson Learning, Vol.4, 2002, p.3182-3192.

SODRÉ, Nelson Werneck. O problema da burguesia. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 1977.

TRONCA, Ítalo. *A Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: Memórias de um repórter*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

WEYLAND, Kurt. *The Fragmentation of the business in Brazil*. In: DURAND. Francisco. SILVA, Eduardo. *Organized Business, Economic Change and Democracy in Latin America*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1998

## **Periódicos**

A Federação (RS)

A Manhã (RJ);

A Noite (RJ)

Boletim da ACRJ (RJ)

Correio da Manhã (RJ)

Correio Paulistano (SP)

Diário Carioca (RJ)

Diário de Notícias (RJ)

Diretrizes (RJ)

Fon Fon (RJ)

Gazeta de Notícias (RJ)

Jornal do Brasil (RJ)

Jornal do Commercio (RJ)

Le Matin (Paris)

O Globo (RJ)

O Imparcial (RJ)

O Jornal (RJ)

O Radical (RJ)

O Século (Lisboa)

Tribuna Popular (RJ)

### **Arquivos Consultados**

Arquivo da Associação Comercial de Lisboa

Arquivo da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Arquivo de História Social (Universidade de Lisboa)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)

Fundo João Daudt d'Oliveira – CPDOC/FGV